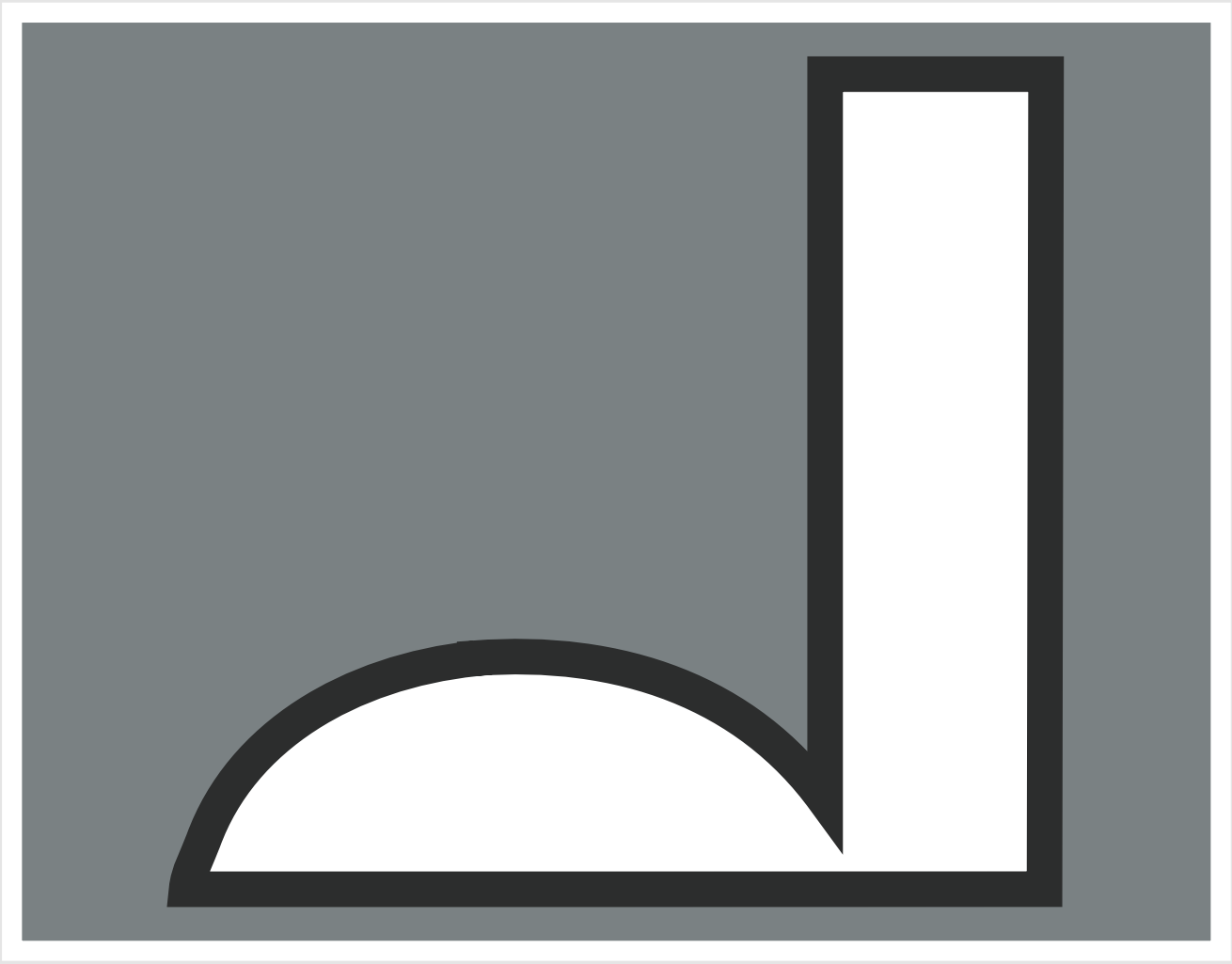
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

Atas de Comissões Permanentes do Senado Federal

ANO LXVII – SUP. "A" AO Nº 69 – QUINTA-FEIRA, 17 DE MAIO DE 2012 – BRASÍLIA-DF

.

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE
Marta Suplicy - (PT-SP)
2º VICE-PRESIDENTE
Waldemir Moka - (PMDB-MS)(3,4)
1º SECRETÁRIO
Cícero Lucena - (PSDB-PB)
2º SECRETÁRIO
João Ribeiro - (PR-TO)[2]

3º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
4º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC) (1,5,6,7)
2º - João Durval - (PDT-BA)
3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 16.11.2011.
5. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença
6. Em 29.11.2011, vago em virtude de o Senador Gilvam Borges ter deixado o mandato.
7. O Senador Casildo Maldaner foi eleito 1º Suplente de Secretário na sessão plenária do Senado Federal de 08.12.2011.

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) - 25

Líder
Renan Calheiros - PMDB

.....

Líder do PMDB - 19
Renan Calheiros

Vice-Líderes do PMDB
Vital do Rêgo
Romero Jucá (40)
Sérgio Souza (20)
Waldemir Moka
Ricardo Ferraço
Casildo Maldaner

Líder do PP - 5
Francisco Dornelles

Vice-Líder do PP
Ana Amélia (12)

Líder do PV - 1
Paulo Davim

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 25

Líder
Walter Pinheiro - PT (22,26)

Vice-Líderes
Acir Gurgacz
Lídice da Mata (29,39)
Inácio Arruda
Eduardo Lopes (37,45)

.....

Líder do PT - 13
Walter Pinheiro (22,26)

Vice-Líderes do PT
Wellington Dias (27)
Lindbergh Farias (23)
Ana Rita (28)
Anibal Diniz (25)

Líder do PDT - 5
Acir Gurgacz

Vice-Líder do PDT
Pedro Taques (21)

Líder do PSB - 4
Lídice da Mata (29,39)

Vice-Líder do PSB
Antonio Carlos Valadares (30)

Líder do PC DO B - 2
Inácio Arruda

Líder do PRB - 1
Eduardo Lopes (37,45)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 14

Líder
Jayme Campos - DEM (24)

Vice-Líderes
Cyro Miranda (34)
Flexa Ribeiro (7,35)
Lúcia Vânia (31)
Mário Couto (32)
Paulo Bauer (6,33)

.....

Líder do PSDB - 10
Alvaro Dias

Vice-Líderes do PSDB
Aloysio Nunes Ferreira (5)
Paulo Bauer (6,33)
Flexa Ribeiro (7,35)

Líder do DEM - 4
José Agripino (2,10,14,43,46)

Vice-Líder do DEM
Jayme Campos (24)

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC) - 13

Líder
Gim Argello - PTB

Vice-Líderes
Blairo Maggi (19)
Alfredo Nascimento (41)
João Vicente Claudino
Eduardo Amorim (17,47,48)

.....

Líder do PTB - 6
Gim Argello

Vice-Líderes do PTB
João Vicente Claudino
Mozarildo Cavalcanti

Líder do PR - 6
Blairo Maggi (19)

Vice-Líderes do PR
Alfredo Nascimento (41)
Vicentinho Alves (42)

Líder do PSC - 1
Eduardo Amorim (17,47,48)

Governo

Líder
Eduardo Braga - PMDB (38)

Vice-Líderes
Gim Argello
Benedito de Lira
Lídice da Mata (29,39)
Jorge Viana
Vital do Rêgo

PSD - 2

Líder
Kátia Abreu - PSD (11,13)

Vice-Líder
Sérgio Petecão

PSOL - 1

Líder
Randolfe Rodrigues - PSOL (18)

Notas:
1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfiliou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB Nº 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Aníbal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senadora Lúcia Vânia é designada 3º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Mário Couto é designado 4 º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. nº 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
43. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
44. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nº's 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
45. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 028/GLBUF/SF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.

EXPEDIENTE

Doris Marize Romariz Peixoto
Diretora-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Claudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Maria Amália Figueiredo da Luz
Diretora da Secretaria de Ata
Zuleide Spinola Costa da Cunha
Diretora da Secretaria de Taquigrafia

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE

Ata da 12ª Reunião, Ordinária, realizada em 3 de abril de 2012..... 4

Ata da 13ª Reunião, Ordinária, realizada em 10 de abril de 2012..... 13

Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de abril de 2012..... 28

Ata da 15ª Reunião, Ordinária, realizada em 17 de abril de 2012..... 39

1.1.2 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ

Ata da 16ª Reunião, Ordinária, realizada em 25 de abril de 2012..... 84

1.1.3 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de março de 2012..... 113

Ata da 9ª Reunião, Ordinária, realizada em 27 de março de 2012..... 137

Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de março de 2012..... 153

Ata da 11ª Reunião, Ordinária, realizada em 3 de abril de 2012..... 162

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de abril de 2012..... 173

Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de abril de 2012..... 193

1.1.4 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de abril de 2012..... 220

Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de abril de 2012..... 253

1.1.5 – Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de abril de 2012..... 269

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de abril de 2012..... 284

1.1.6 – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de abril de 2012..... 291

1.1.7 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de abril de 2012..... 298

1.1.8 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de abril de 2012..... 313

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da Décima Segunda Reunião, Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, Realizada em 3 de Abril de 2012, às 10 Horas, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dez horas e trinta e seis minutos do dia três de abril do ano de dois mil e doze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lobão Filho, Vice-Presidente no exercício da Presidência, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Lindbergh Farias, Lídice da Mata, Jorge Viana, Cristovam Buarque, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Ivo Cassol, Vital do Rêgo, Ana Amélia, Waldemir Moka, Clésio Andrade, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Paulo Bauer, Antonio Russo e Randolfe Rodrigues. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio do Amaral, José Pimentel, Humberto Costa, Acir Gurgacz, Vanessa Grazziotin, Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Luiz Henrique, tendo falta justificada em virtude de se encontrar licenciado para tratamento de saúde, Francisco Dornelles, tendo falta justificada em virtude de se encontrar em missão política, José Agripino, Demóstenes Torres, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, João Ribeiro e Kátia Abreu. O Presidente declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura das Atas da 10ª e 11ª Reuniões, que são dadas como aprovadas. Em seguida, comunica aos Membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº 17 de 2012 (Aviso nº 224-Seses-TCU-Plenário), de 7 de março de 2012, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-032.682/2011-5, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 14 de 2011; Aviso nº 206-Seses-TCU-Plenário, de 7 de março de 2012, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC 022.631/2009-0, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes a levantamento de auditoria com enfoque na gestão da arrecadação de multas administrativas aplicadas por órgãos e entidades federais; Aviso nº 19 de 2012 (Aviso nº 87/GMF), de 29 de março de 2012, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério no mês de fevereiro de 2012, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal, e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios; e Ofício nº 175/2012/3ª Câmara, subscrito pelo Exmo. Sr. Antonio Fonseca, Subprocurador-Geral da República e Coordenador da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da pauta. Item 1– Projeto de Lei do Senado nº 308 de 2004 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "prorroga o prazo para se firmar o Termo de Adesão, relativo aos complementos de atualização monetária de saldos de contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, de que trata a Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001", tendo como Relator o Senador Armando Monteiro, que oferece relatório contrário ao Projeto. O Presidente em exercício da Comissão, Senador Lobão Filho, designa o Senador Valdir Raupp Relator "ad hoc" da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator "ad hoc", encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, contrário ao Projeto. Item 2– Projeto de Resolução do Senado nº 6 de 2012, não terminativo, de autoria do Senador Walter Pinheiro e outros, que "prorroga o prazo para o exercício da autorização estabelecido no art. 4º da Resolução nº 46, de 31 de agosto de 2010", tendo como Relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece relatório favorável ao Projeto. Após a leitura do relatório, usa da palavra a Senadora Lídice da Mata. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto. Aprova, também, Requerimento de Urgência para a Matéria. Item 3– Projeto de Lei do Senado nº 247 de 2010 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que "altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para estabelecer a possibilidade de parcelamento dos débitos relativos ao Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional)", tendo como Relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada. Item 4– Aviso nº 101 de 2011, não terminativo, de autoria do Ministro de Estado da Fazenda, que "comunica a constatação de irregularidade em operação de crédito realizada pelo Município de Petrolina – PE", tendo como Relator o

Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pelo conhecimento e posterior arquivamento da Matéria. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Valdir Raupp e Aloysio Nunes Ferreira, Relator da Matéria. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, pelo conhecimento e posterior arquivamento da Matéria. Item 5– Projeto de Lei do Senado nº 372 de 2011, não terminativo, de autoria da Senadora Ana Amélia e outros, que "altera a Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, para extinguir a arrecadação das quotas da Reserva Global de Reversão (RGR)", tendo como Relator o Senador Humberto Costa, que oferece relatório favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CI (Substitutivo). A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, com Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 01 – CI (Substitutivo). A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. Item 6– Projeto de Lei do Senado nº 345 de 2006, terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque e outros, que "concede isenção do Imposto de Importação, da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público incidente na Importação de Produtos Estrangeiros ou Serviços (PIS/PASEP-Importação) e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior (COFINS-Importação) aos instrumentos musicais, suas partes e acessórios", tendo como Relator o Senador Armando Monteiro, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da Matéria é adiada. Item 7– Projeto de Lei do Senado nº 239 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que "altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, e dá outras providências, para o fim de regulamentar o risco de crédito decorrente das operações financeiras com recursos dos Fundos Constitucionais", tendo como Relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 a 04-CDR. Em 20/10/2009, foi realizada audiência pública para instruir a Matéria. Em 01/12/2009, a Comissão aprovou Parecer concluindo, preliminarmente, pela reautuação do Projeto, para que fosse alterado de complementar para ordinário. A apreciação da Matéria é adiada. Item 8– Projeto de Lei da Câmara nº 62 de 2011, terminativo, de autoria do Deputado Fábio Souto, que "dispõe sobre a isenção de pagamento de taxas para inscrição em processos seletivos de ingresso nos cursos das instituições federais de educação superior", tendo como Relator o Senador João Ribeiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto, das Emendas nºs 1 e 2, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, nos termos da Emenda nº 1-CE, apresentando a Emenda nº 4. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer favorável, acatando as Emendas nº 01 e nº 02, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, nos termos da Emenda nº 01-CE. A apreciação da Matéria é adiada. Item 9– Projeto de Lei do Senado nº 361 de 2011, terminativo, de autoria do Senador Ciro Nogueira, que "dispõe sobre a isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes sobre impressoras de caracteres Braille", tendo como Relator o Senador Cyro Miranda, que oferece relatório pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com Parecer favorável ao Projeto. Após a leitura do relatório, são adiadas a discussão e a votação da Matéria. Item 10– Projeto de Lei do Senado nº 21 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Papaléo Paes, que "altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para ampliar para trezentos e sessenta e cinco dias o prazo em que se aplica a isenção do imposto de renda da pessoa física sobre o ganho auferido na venda de imóvel residencial, condicionada à aquisição de outro imóvel residencial", tendo como Relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao Projeto. Após a leitura do relatório, são adiadas a discussão e a votação da Matéria. São lidos e serão apreciados posteriormente os Requerimentos nºs 10, 11 e 12 de 2012: o Requerimento n° 10/2012, de iniciativa da Senadora Ana Amélia e do Senador Aloysio Nunes Ferreira, requer a realização de audiência pública destinada a discutir o Aviso nº 76 de 2011, encaminhado pelo Tribunal de Contas da União, referente à auditoria que analisou a governança das agências reguladoras federais de infraestrutura, com a presença dos seguintes convidados: Exmo. Sr. José Jorge – Ministro do Tribunal de Contas da União; representante da Casa Civil – Presidência da República;

representante da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); representante da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP); representante da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); representante da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT); representante da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq); representante da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac); e representante da Agência Nacional de Águas (ANA). O Requerimento n° 11/2012, de iniciativa do Senador Inácio Arruda, requer seja convidada a Senhora Maria das Graças Foster, Presidente da Petrobras, para apresentar, em audiência pública, os planos da Empresa para os próximos anos. O Requerimento n° 12/2012, de iniciativa da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Inácio Arruda, requer seja realizada Audiência Pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais – CAS, para debater o Projeto de Lei da Câmara nº 113 de 2005, que "dispõe sobre a duração do trabalho dos farmacêuticos", com a presença dos seguintes convidados: representante do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE; representante do Conselho Federal dos Farmacêuticos – CFF; representante da Federação Nacional dos Farmacêuticos – Fenafar; representante da Federação Interestadual dos Farmacêuticos – Feifar; representante do Fórum das Entidades Nacionais dos Trabalhadores da Área da Saúde – Fentas; representante da Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias – Abrafarma; representante da Associação Brasileira do Comércio Farmacêutico – ABCFARMA; e, ainda, do Senhor Humberto Luiz Ribeiro da Silva, Secretário de Comércio e Serviços do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e doze minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Lobão Filho**, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Bom dia, Srªs e Srs. Senadores, bom dia senhoras e senhores presentes, declaro aberta a 12º Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, sob as bênçãos de Deus.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 10ª e da 11ª reuniões.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

As Atas estão aprovadas e serão publicadas no Diário do Senado Federal.

Comunico aos membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento:

Aviso nº 17, de 7 de março 2012, do Tribunal de Contas da União, encaminhando copia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do Processo nº TC-032682/2011-5, bem como do relatório e da proposta de deliberação que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado nº 14, de 2011.

Aviso nº 206-TCU-Plenário, de 7 de março de 2012, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do Processo nº TC-022631/2009-0, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, referentes ao levantamento de auditoria com enfoque na gestão da arrecadação de multas administrativas aplicadas por órgãos e entidades federais.

Relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda, Resolução do Senado Federal nº 43/01.

Aviso nº 19, de 2012.

Aviso nº 87, de 29 de março de 2012, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. nº 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério, no mês de fevereiro de 2012.

Tabela demonstrativa da dívida consolidada líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida dos Municípios.

Finalmente, ofício da 3ª Câmara do Ministério Público Federal. Ofício nº 175, de 2012/3ª Câmara, subscrito pelo Exmº Sr. Antonio Fonseca, Subprocurador-Geral da República e Coordenador da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Requerimento da Senadora Ana Amélia e do Senador Aloysio Nunes para leitura nesta reunião.

REQUERIMENTO Nº , DE 2012 – CAE

Requeremos, nos termos do disposto no art. 93, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, destinada a discutir o Aviso nº 76, de 2011, encaminhado pelo Tribunal de Contas da União, referente à auditoria que analisou a governança das agências reguladoras federais de infraestrutura. Para tanto, sugerimos sejam

convidados: Sr. José Jorge, Ministro do Tribunal de Contas da União; representantes da Casa Civil e da Presidência da República; representantes da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel; representantes da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP; representantes da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel; representantes da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT; representantes da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – Antaq; representantes da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; e representantes da Agência Nacional de Águas – ANA.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Com a palavra, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Como sou uma das autoras do requerimento, junto com o Senador Aloysio Nunes Ferreira, quero explicar e pedir na próxima audiência, pelo Regimento Interno desta Comissão – hoje é apenas a leitura e não a votação do requerimento – que a proposta foi diante do fato de que na leitura, eu fui relatora *ad hoc* nesta Comissão – do Aviso nº 76 do Tribunal de Contas, que foi resultado da auditoria que o Tribunal de Contas fez na governança das agências reguladoras, todas elas mencionadas por V. Exª. E, embora o relatório do Senador Ivo Cassol tivesse sido tivesse sido recomendando o arquivamento da auditoria, houve um pedido de vista pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira e nós entendemos que de fato, pela relevância que tem a matéria, citando todas as agências reguladoras, seria mais conveniente para formatar e eu passo a ser a Relatora agora desse Aviso nº 76, então, por isso a razão dessa Audiência Pública com os representantes das agências reguladoras para tratar especificamente das auditorias do Aviso nº 76, do Tribunal de Contas da União.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senadora Ana Amélia, comunicando que esta Mesa colocará em votação o Requerimento de V. Exª na próxima reunião desta Comissão.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, se for possível iniciarmos pelo item 2, que se refere a uma atualização dos termos de empréstimo do BID para o Governo do Estado da Bahia, de autoria dos Senadores Walter Pinheiro e Lídice da Mata, e até em uma homenagem especial a uma pessoa muito querida que por todos nós Senadores, que por muitos anos foi jornalista do Jornal do Brasil, Sônia Carneiro, e que hoje é uma dedicada Assessora do Governador Jacques Wagner e que tem se empenhado para que tenhamos hoje este empréstimo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Em consequência do pedido do Senador Eduardo Suplicy, eu colocaria em votação nesta Comissão sobre a possibilidade da inversão da pauta.

As senhoras e os senhores Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Então, passaremos ao item 02 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO
Nº 6, DE 2012
– Não Terminativo –

Prorroga o prazo para o exercício da autorização estabelecido no art. 4º da Resolução nº 46, de 31 de agosto de 2010.

Autoria: Senador Walter Pinheiro e outros

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy

O Relatório é favorável ao projeto.

Com a palavra o Relator, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, é submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Resolução nº 06, de 2012, de autoria conjunta da Senadora Lídice da Mata e do Senador Walter Pinheiro.

A proposição altera a Resolução nº 46, de 2010, do Senado Federal, para prorrogar por 180 dias o prazo nela estipulado para que o Estado da Bahia contrate a operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. O art. 2º determina a cláusula de vigência da Resolução, que terá efeitos retroativos a partir 22 de fevereiro de 2012.

A matéria foi distribuída, tendo o Sr. Presidente me designado o Relator.

Não houve emendas no prazo regimental.

A Constituição confere competência privativa para introduzir e dispor sobre os limites e condições das operações de créditos internos e externos dos entes federados.

Esta Casa regulamentou o assunto mediante a edição de normas consubstanciadas nas resoluções nºs 40 e 43, de 2001.

Consoante o art. 44 da Resolução nº 43, de 2001, é definido o prazo máximo para o exercício das autori-

zações concebidas pelo Senado aos entes federados para contratarem operações de crédito.

No caso sob exame e em conformidade com essa determinação, o Senado Federal fixou o prazo máximo de 540 dias para o exercício de autorização senatorial.

A propósito, a Resolução do Senado nº 46, de 2010, autorizou o Estado da Bahia a contratar operação de crédito junto ao BID no valor de US$10 milhões, cujos recursos teriam como destinação o financiamento parcial do Programa de Desenvolvimento Ambiental da Bahia.

Ocorre que, de acordo com o ofício do Sr. Governador Jacques Wagner, enviado a esta Comissão em fevereiro próximo passado, não foi possível concluir a contratação no prazo autorizado. Os argumentos governamentais constam da justificativa dos ilustres autores do projeto *in verbis* e, em 16 de fevereiro de 2012, o Governador do Estado da Bahia encaminhou o Ofício nº 37, de 2012, à CAE, solicitando a prorrogação de vigência da mencionada Resolução pelos motivos. Até então não foi possível concluir o processo autorizativo para a contratação de crédito de que cuida a sobredita Resolução e, por outro lado, o Estado da Bahia já havia obtido junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento as prorrogações necessárias para o cumprimento das respectivas pendências. A propósito, o Banco informa que prorrogou, até 12 de abril de 2012, o prazo para a contratação.

Portanto, estamos há poucos dias.

Ademais, os autores da proposição asseveram, com razão, que o pleito do Sr. Governador não modifica as condições objetivas – materiais e financeiras – da autorização que o Senado Federal concedeu ao Estado da Bahia, em fins de 2010, para contratar a referida operação de crédito junto ao BID. O pedido formulado por Sua Excelência diz respeito tão somente ao aspecto formal da autorização, relativamente à prorrogação do prazo para o respectivo exercício. Nota-se, ademais, que o ofício do Governador foi encaminhado a esta Casa antes do vencimento do prazo originalmente concedido.

Depreende-se, assim, que a prorrogação solicitada pelo Governo da Bahia, para ultimar a contratação da operação, não altera a substância da autorização concedida pelo Senado em fins de 2010. Viabiliza a economia processual em todos os órgãos envolvidos nas respectivas negociações contratuais e, seguramente, contribui para a implementação do importantíssimo Programa de Desenvolvimento Ambiental da Bahia.

Pelos motivos expostos, e em conformidade com o art. 133, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, voto pela aprovação do Projeto de Resolução nº 6, de 2012.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Senadora Lídice da Mata com a palavra.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Rapidamente, Sr. Presidente, só para agradecer o relatório pronto do relator, Senador Eduardo Suplicy. Na verdade, não foi uma responsabilidade do Governo da Bahia essa mudança de prazo; ela ocorreu por uma dificuldade do Banco Mundial. Vai nos ajudar muito e foi muito diligente e competente a relatoria do Senador Eduardo Suplicy.

Portanto, peço o apoio dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras para a aprovação imediata desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senadora Lídice da Mata.

Pergunto... Senador Aloysio Nunes...

Pergunto se mais alguém deseja discutir a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Então, o relatório está aprovado e passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto.

Passemos agora ao item 4 da pauta.

ITEM 4

AVISO Nº 101, DE 2011
– Não Terminativo –

Comunica a constatação de irregularidade em operação de crédito realizada pelo Município de Petrolina – PE.

Autoria: Ministro de Estado da Fazenda

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Pelo conhecimento e posterior arquivamento da Matéria.

Com a palavra o Relator, meu querido amigo, Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, trata-se da análise, por esta Comissão, do Aviso nº 101, de 2011, no qual o Ministro da Fazenda comunica ao Senado Federal, nos termos do art. 24 da Resolução nº 43, de 2001, que o Município de Petrolina, Estado de Pernambuco, contratou operações de crédito irregulares junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Segundo o relato do Ministro da Fazenda, a Prefeitura Municipal de Petrolina/PE e o BNDES firmaram,

em 18 de abril de 2002, contrato de financiamento no valor de R$30.323.240,00 (trinta milhões, trezentos e vinte e três mil, duzentos e quarenta reais), após prévia verificação, pelo Ministério da Fazenda, da obediência às condições e aos limites fixados pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que rege a matéria.

Ainda segundo o supracitado Aviso, o contrato em tela foi aditado, por meio dos termos aditivos nº 1, de 17 de maio de 2004, e nº 4, de 4 de julho de 2008, sem análise prévia de suas condições pelo Ministério da Fazenda. Posteriormente, em 31 de agosto de 2009, o Município solicitou ao Ministério da Fazenda autorização para contratar nova operação de confissão e reescalonamento da dívida decorrente do contrato em questão.

Fundamentado em manifestação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), o Ministro da Fazenda encaminhou o presente Aviso a esta Casa, em cumprimento ao disposto no art. 24 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, que preceitua que aquela autoridade deverá informar se constatada irregularidade na instrução de processo para contratação de operação de crédito.

Recebido nesta Casa, o Aviso foi encaminhado a esta Comissão, em 21 de dezembro de 2011, para deliberação, nos termos do art. 99, VI, do Regimento Interno do Senado Federal.

Análise.

Inicialmente, cabe ressaltar que as operações em tela não requeriam uma autorização específica do Senado Federal, cabendo ao Ministério da Fazenda, nos termos do art. 31 da Resolução nº 43, de 2001, a verificação de seu enquadramento nos limites e condições gerais fixados por esta Casa para as operações de crédito de interesse dos entes federativos.

A irregularidade constatada foi submetida à análise da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PFGN) que, nos termos do Parecer PFGN/CAF nº 934, de 25 de maio de 2011, considerou que os aditivos nos 1 e 4 ao contrato de financiamento foram, em si, operações de crédito. Conforme a análise da PGFN, os aditivos implicaram aumento do endividamento do ente não previsto na operação original.

Como tais operações foram realizadas sem exame prévio do Ministério da Fazenda, elas são irregulares e, conforme determina o art. 33, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, devem ser consideradas nulas, "procedendo-se ao seu cancelamento, mediante a devolução do principal, vedados o pagamento de juros e demais encargos financeiros".

Assim, conforme determina o art. 33, § 3º, da Lei de responsabilidade Fiscal enquanto não canceladas essas operações de crédito irregulares, o Município de Petrolina/PE ficará impedido de contratar novas operações de crédito, de receber transferências voluntárias ou de obter garantias de outro ente. A aplicação de tais penalidades está a cargo do Ministério da Fazenda.

Seria prudente que o Ministério da Fazenda encaminhasse também os aditivos nos 2 e 3 ao contrato de financiamento para que o Senado Federal pudesse avaliar a inteireza da operação de crédito.

A matéria deve ser levada ao conhecimento do Plenário desta CAE para que seja observado o disposto no art. 24 da Resolução nº 43, de 2001, quanto à proibição da realização de nova operação de crédito pelo Município, até que seja procedida a correção da irregularidade ora informada pelo Ministro da Fazenda.

Voto.

Em face do exposto, tendo as operações de crédito em tela sido consideradas irregulares, voto no sentido de que a CAE tome conhecimento da matéria, particularmente quanto à aplicação do art. 24 da Resolução nº 43, de 2001, e delibere pelo arquivamento do Aviso nº 101, de 2011, do Ministro da Fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Aloysio Nunes, coloco a matéria em discussão.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Queria apenas fazer uma indagação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Fica suspenso qualquer empréstimo da Prefeitura de Petrolina, enquanto não se resolver essa questão. É isso?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Lei de Responsabilidade Fiscal. Acho que não cabe a esta Comissão nenhuma providência, a Prefeitura tem que regularizar a sua situação.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Estando a matéria com a discussão encerrada, coloco em votação o relatório do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, pelo conhecimento e arquivamento desta matéria.

O Item 5 da pauta, de relatoria do Senador Humberto Costa, o autor pede que seja retirado de pauta. Portanto, passaremos ao Item 06. Não, o Item 6 é terminativo, bem como os itens 7 e 8.

Voltemos ao Item 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 308, DE 2004 – Complementar
– Não Terminativo –

Prorroga o prazo para se firmar o Termo de Adesão, relativo aos complementos de atualização monetária de saldos de contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, de que trata a Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria : Senador Armando Monteiro (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc* : Senador Valdir Raupp

Na ausência do Senador Armando Monteiro, eu pediria ao Senador Valdir Raupp que pudesse, *ad hoc,* fazer o relato deste projeto.

Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado nº 308, de 2004 – Complementar, apresentado pelo Senador Paulo Paim, tem por objetivo prorrogar o prazo para se firmar o termo de adesão de que trata a Lei Complementar (LC) nº 110, de 2001, relativo aos créditos do complemento de atualização monetária do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), resultantes das perdas decorrentes dos planos econômicos Verão (1º de dezembro de 1988 a 28 de fevereiro de 1989) e Collor I (abril de 1990).

A data final para a assinatura do termo de adesão, conforme a proposição, passaria a ser 30 de dezembro de 2008.

Como se sabe, o prazo final de adesão ao acordo de pagamento dos créditos complementares do FGTS expirou em 30 de dezembro de 2003.

Quem não a realizou até essa data não tem direito ao crédito administrativo desses complementos, podendo obtê-los, todavia, por via judicial.

Ao projeto não foram apresentadas emendas.

Vamos ao voto.

De todo o exposto, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 308, de 2004 – Complementar.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador Valdir Raupp.

Coloco a matéria em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da Comissão de Assuntos Econômicos contrário ao projeto.

Neste momento, passo à leitura de dois requerimentos de autoria do Senador Inácio Arruda.

REQUERIMENTO Nº , DE 2012 – CAE

Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senador Federal, que seja convidada a Srª Maria das Graças Foster, Presidente da Petrobras, para apresentar uma audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos dos planos da empresa para os próximos anos.

Autoria: Senador Inácio Arruda

REQUERIMENTO Nº , DE 2012 – CAE

Requeremos, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizado, no próximo dia 21 de março, audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para debater o PLC nº 113, de 2005, que trata da duração de trabalho dos farmacêuticos com as seguintes presenças: Representantes do Ministério do Trabalho; Conselho Federal dos Farmacêuticos (CFF); Federação Nacional dos Farmacêuticos (Fenafar); Federação Interestadual dos Farmacêuticos; Fórum das Entidades Nacionais dos Trabalhadores da Área da Saúde (Fentas); Abrafarma – Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias; Abcfarma – Associação Brasileira do Comércio Farmacêutico; e o Sr. Humberto Luiz Ribeiro da Silva, Secretário do Comércio e Serviços do MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior).

Autoria: Senador Inácio Arruda

Caros Senadores e Senadoras, infelizmente, nossa pauta de não terminativos se esgotou. Teríamos na pauta alguns projetos terminativos...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Antonio Carlos Valadares, com a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, há um projeto em tramitação nesta Comissão, não-terminativo, que é da maior importância, notadamente em relação ao período que estamos vivendo, quando a sociedade busca respostas para os ilícitos cometidos de lavagem de dinheiro.

Trata-se do Projeto de Lei nº 209, que tem como relator o Senador José Pimentel. Falei com S. Exª há poucos instantes. Ele está vindo para cá.

Esse projeto foi aprovado pelo Senador, foi aprovado pela Câmara dos Deputados e está em fase de tramitação final nesta Casa. Depois de apreciado por esta Comissão, terá que ir à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Quer dizer, não é terminativo. Eu indagaria a V. Exª se há possibilidade de inclusão na pauta de hoje. Assim que o Relator, Senador José Pimentel, tiver acesso a esta Comissão, peço a V. Exª que, ouvida a Comissão, seja o projeto incluído na pauta no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Antonio Carlos Valadares, eu pedi à Secretaria da Mesa que entrasse em contato com o Senador José Pimentel para que ele possa estudar a possibilidade de inclusão na pauta. Se o Senador concordar, eu colocarei em votação pelo Plenário, que é soberano nesta Comissão, para que possa autorizar a inclusão extrapauta desse projeto. Pelas regras da Mesa, que foram estabelecidas no início desta Legislatura, nós havíamos acordado a não inclusão de extrapauta, mas volto a dizer: o Plenário é sempre soberano. Então, vamos colocar em votação. Se os nobres colegas concordarem, nós iremos incluir extrapauta.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Vamos aguardar, então, o nobre Senador José Pimentel.

Agradeço a V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Pela ordem, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Se V. Exª quiser adiantar o item 10, enquanto possivelmente chegam outros Senadores, eu poderia fazer a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – O Presidente acata, de forma muito feliz, a sugestão de V. Exª.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 21, DE 2009
– Terminativo –

Altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para ampliar para trezentos e sessenta e cinco dias o prazo em que se aplica a isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física sobre o ganho auferido na venda de imóvel residencial, condicionada à aquisição de outro imóvel residencial.

Autoria: Senador Papaléo Paes

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy

Relatório: pela aprovação do projeto.

Observações: A matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao projeto.

Lembro mais uma vez que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Com a palavra o Exmº Senador Eduardo Suplicy, Relator da matéria.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Submete-se à decisão terminativa desta CAE o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 21, de 2009, de autoria do Senador Papaléo Paes, que amplia o prazo para cumprir condição ao gozo de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física incidente sobre o ganho de capital apurado por pessoa física na venda de imóvel residencial.

Em pormenor, o art. 1º altera o art. 39 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, a chamada "Lei do Bem", que estabelece isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física incidente sobre o ganho de capital decorrente da venda de imóvel residencial caso o contribuinte adquira outro imóvel residencial. De acordo com a redação do dispositivo em vigor, a aquisição do novo imóvel residencial deverá ocorrer no prazo de 180 dias contados da celebração do contrato. O art. 1º amplia o prazo para 365 dias.

O art. 2º determina a adequação da proposição à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O art. 3º estabelece a entrada em vigor da lei que resultar do projeto na data de sua publicação, mas o seu parágrafo único suspende a eficácia do benefício fiscal até o primeiro dia do exercício financeiro imediatamente posterior àquele em que for implementado o disposto no art. 2º.

Na justificação, o autor argumenta que o prazo estabelecido pela legislação atual para aquisição de novo imóvel residencial é muito curto, dadas a complexidade e magnitude dos valores dos negócios imobiliários. Conclui que o prazo deve ser ampliado para 365 dias, o que não causará prejuízo sensível para o erário e melhor refletirá a realidade do mercado.

Não foram apresentadas emendas.

Na reunião de 5 de agosto de 2009, a CCJ aprovou parecer favorável ao projeto.

Nos termos dos arts. 91, I, e 99, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta CAE opinar, em decisão terminativa, sobre proposições pertinentes a tributos, como é o caso, dispensada a competência de Plenário.

No que se refere à constitucionalidade da proposição, a União é competente para legislar a respeito do Imposto de Renda da Pessoa Física, a teor dos arts. 24, I, 48, I, 153, III, todos da Constituição.

A iniciativa parlamentar está prevista no art. 61 da CF.

A matéria veiculada não é de iniciativa privativa do Presidente da República (art. 61, §1º, da CF). Quanto à espécie normativa a ser utilizada, verificamos que a escolha por um projeto de lei ordinária revela-se correta, pois a matéria não está reservada pela CF à lei complementar.

Não há ressalvas a fazer no tocante à técnica legislativa.

No mérito, o projeto duplica o atual prazo de 180 dias, de que dispõe o contribuinte pessoa física que vendeu imóvel residencial, para adquirir outro imóvel residencial com o dinheiro da venda e assim fazer jus à isenção do IRPF incidente sobre o ganho de capital (lucro imobiliário) apurado na venda do imóvel.

O alto valor monetário do imóvel residencial, o rigor documental exigido nas operações de compra e venda, e o número de pessoas envolvidas tornam a transação com imóveis procedimento complexo, que muitas vezes não se resolve no exíguo prazo de 180 dias.

Ao ampliar para 365 dias o prazo para a aquisição de outro imóvel residencial, o projeto ajusta a Lei do Bem à realidade do mercado e merece nossa aprovação.

A perda na arrecadação fiscal será mínima, pois não se está concedendo nova hipótese de isenção, mas apenas facilitando a utilização de benefício já existente.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 21, de 2009.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Vou adiar a discussão e a votação desse projeto em virtude da falta de quórum. Mas passo ao item 9, para promover apenas a leitura, pelo Senador Cyro Miranda, de projeto de sua relatoria. Apenas a leitura, já que é um projeto terminativo.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 361, DE 2011
– Terminativo –

Dispõe sobre a isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes sobre impressoras de caracteres Braille.

Autoria: Senador Ciro Nogueira

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta.

A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao Projeto.

Com a palavra o Relator, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente Lobão Filho, Srªs e Srs. Senadores, este projeto é de autoria do Ciro, relatoria Cyro. Projeto "Ciros".

Vem a esta Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Lei do Senado nº 361, de 2011, de autoria do Senhor Senador Ciro Nogueira, cujo objetivo é o descrito em epígrafe.

Consiste no objetivo principal da proposição: isentar do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados (IPI), na importação e nas operações realizadas no mercado interno, as impressoras de caracteres Braille, classificadas sob o código 8443.32.22 na Nomenclatura Comum do Mercosul.

Quanto ao aspecto constitucional, cabe à União legislar sobre direito e sistema tributários, imposto de importação e imposto sobre produtos industrializados, haja vista o disposto nos arts. 24, I, 48, I, e 153, I e IV, da Constituição Federal. A iniciativa parlamentar é amparada pelo art. 61 da mesma Carta.

A matéria em análise mostra perfeita sintonia com a tendência atual de prestigiar as pessoas portadoras de limitações físicas. No caso específico, tenta-se diminuir o peso da tributação sobre um produto essencial para que indivíduos cegos ou com dificuldades severas de visão tenham acesso à leitura de material impresso em caracteres especiais (método Braille).

A justificação do PLS nº 361, de 2011, divulga dados da Organização Mundial de Saúde segundo os quais 0,3 a 0,5% da população brasileira sofre com algum tipo de limitação grave da visão. O autor ainda acrescenta que, embora a Internet venha contribuindo para melhores condições de acessibilidade à informação por parte dos deficientes visuais, o sistema Braille ainda é o mais comum e abrangente método de leitura para esse público específico.

Estabelecer como definitiva qualquer isenção do imposto de importação significa engessar o Poder Executivo em sua prerrogativa de flexibilizar as alíquotas do imposto em momentos que exijam tal política. Indo além, não é demais lembrar que alterações no imposto de importação são monitoradas pelos parceiros comerciais do Brasil, que podem contestá-las em instâncias competentes caso se julguem prejudicados. No caso do Mercosul, em especial, fixar unilateralmente a alíquota do imposto de importação afronta a Tarifa Externa Comum (TEC) acordada pelos países-membros da união aduaneira, salvo no caso de o produto constar da lista de exceções à TEC prevista para cada país.

De todo o exposto, opinamos pela aprovação do PLS nº 361, de 2011, com a remoção apenas do dispositivo referente à isenção do imposto de importação.

Voto.

Pelas razões expostas, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 361, de 2011, na forma da seguinte emenda substitutiva:

EMENDA Nº – CAE (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 361, DE 2011

Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente sobre impressoras de caracteres Braille.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. As impressoras de caracteres Braille, classificadas no código 8443.32.22 da Nomenclatura Comum do Mercosul, ficam isentas do Imposto Sobre Produtos Industrializados, na importação e nas operações realizadas no mercado interno.

Art. 2º. O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, o qual acompanhará o projeto de lei orçamentária, cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias da publicação desta, bem como incluirá a renúncia mencionada nas propostas orçamentárias dos exercícios seguintes.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. O disposto no art. 1º desta Lei só produzirá efeito a partir do primeiro dia do exercício financeiro imediatamente posterior àquele em que for implementado o disposto no art. 2º em vigor na data da sua publicação.

Essa é a relatoria, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador Cyro Miranda.

Volto a registrar apenas a leitura; a discussão e a votação serão realizadas na próxima reunião desta Comissão.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Ele é terminativo?

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Ele é terminativo; só na próxima reunião faremos a discussão e a votação.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu pergunto se ainda há tempo, em relação ao Item 2, de pedir urgência urgentíssima para votação.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Perfeitamente. Eu coloco em votação o pedido de urgência do Item 2, feito pelo Senador Cyro Miranda.

Em votação.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Tendo finalizado os projetos não terminativos e não havendo quórum para os projetos terminativos, declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigado aos presentes.

(Iniciada às 10 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 12 minutos.)

Ata da Décima Terceira Reunião, Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, Realizada em 10 de Abril de 2012, às 10 Horas, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dez horas e quarenta e oito minutos do dia dez de abril do ano de dois mil e doze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Wellington Dias, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Casildo Maldaner, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles, Ivo Cassol, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Paulo Bauer, Antonio Russo, João Ribeiro e Blairo Maggi. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Lobão Filho, José Agripino, Demóstenes Torres, Armando Monteiro, João Vicente Claudino e Kátia Abreu. O Presidente declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da Ata da 12ª Reunião, que é dada como aprovada. A Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da pauta. Item 1– Mensagem (SF) nº 27 de 2012, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que "propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 60,000,000.00 (sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Estado da Bahia e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD (Banco Mundial), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do 'Programa com Enfoque Setorial Amplo das Áreas de Saúde e Recursos Hídricos do Estado da Bahia'", tendo como Relator o Senador Lindbergh Farias, que oferece relatório favorável nos termos do

Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Anunciada a Matéria, o Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designa o Senador Wellington Dias Relator "ad hoc" da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator "ad hoc", encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprova, também, a apresentação de Requerimento de Urgência para a Matéria. Item 2– Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 209 de 2003, não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que "altera a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, objetivando tornar mais eficiente a persecução penal dos crimes de lavagem de dinheiro", tendo como Relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Antonio Carlos Valadares e Wellington Dias. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados. Item 3– Projeto de Lei do Senado nº 247 de 2010 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que "altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para estabelecer a possibilidade de parcelamento dos débitos relativos ao Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional)", tendo como Relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, pela prejudicialidade do Projeto. Item 4– Projeto de Lei do Senado nº 372 de 2011, não terminativo, de autoria da Senadora Ana Amélia e outros, que "altera a Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, para extinguir a arrecadação das quotas da Reserva Global de Reversão (RGR)", tendo como Relator o Senador Humberto Costa, que oferece relatório favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CI (Substitutivo). A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, com Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 01 – CI (Substitutivo). A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator, para reexame. Item 5– Projeto de Lei do Senado nº 530 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "altera o art. 5º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para condicionar a amortização de débito junto ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), pelo estudante financiado, à obtenção de rendimentos pessoais sujeitos à tributação pelo imposto de renda das pessoas físicas", tendo como Relator o Senador Armando Monteiro, que oferece relatório contrário ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. Item 6– Projeto de Lei do Senado nº 431 de 2011, não terminativo, de autoria da Senadora Ana Rita, que "altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para permitir o pagamento de despesas com recursos antecipados pelo executor de convênios ou outros instrumentos congêneres, celebrados por órgãos e entidades da Administração Pública, com posterior ressarcimento pela entidade ou órgão repassador", tendo como Relator o Senador Casildo Maldaner, que oferece relatório favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator, para reexame. Item 7– Projeto de Lei do Senado nº 107 de 2010 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que "modifica a redação do inciso II do art. 14 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, para assegurar a imunidade de impostos às instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, quando realizarem doações no exterior, nos limites e condições que especifica, e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Humberto Costa, que oferece relatório contrário ao Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com Parecer favorável ao Projeto. Anunciada a Matéria, o Presidente da Comissão designa o Senador Wellington Dias Relator "ad hoc" da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator "ad hoc", usa da palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, contrário ao Projeto. Votam vencidos os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro. Item 8– Projeto de Lei do Senado nº 345 de 2006, terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque e outros, que "concede isenção do Imposto de Importação, da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público incidente na Importação de Produtos Estrangeiros ou Serviços (PIS/PASEP-Importação) e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros

ou Serviços do Exterior (COFINS-Importação) aos instrumentos musicais, suas partes e acessórios", tendo como Relator o Senador Armando Monteiro, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer favorável ao Projeto. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. Item 9– Projeto de Lei do Senado nº 239 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que "altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, e dá outras providências, para o fim de regulamentar o risco de crédito decorrente das operações financeiras com recursos dos Fundos Constitucionais", tendo como Relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 a 04-CDR. Em 20/10/2009, foi realizada audiência pública para instruir a Matéria. Em 01/12/2009, a Comissão aprovou Parecer concluindo, preliminarmente, pela reautuação do Projeto, para que fosse alterado de complementar para ordinário. A apreciação da Matéria é adiada. Item 10– Projeto de Lei da Câmara nº 62 de 2011, terminativo, de autoria do Deputado Fábio Souto, que "dispõe sobre a isenção de pagamento de taxas para inscrição em processos seletivos de ingresso nos cursos das instituições federais de educação superior", tendo como Relator o Senador João Ribeiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto, das Emendas nºs 1 e 2, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, nos termos da Emenda nº 1-CE, apresentando a Emenda nº 4. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer favorável, acatando as Emendas nº 01 e nº 02, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, nos termos da Emenda nº 01-CE. A apreciação da Matéria é adiada. Item 11– Projeto de Lei do Senado nº 361 de 2011, terminativo, de autoria do Senador Ciro Nogueira, que "dispõe sobre a isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes sobre impressoras de caracteres Braille", tendo como Relator o Senador Cyro Miranda, que oferece relatório pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da Matéria é adiada. Item 12– Projeto de Lei do Senado nº 21 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Papaléo Paes, que "altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para ampliar para trezentos e sessenta e cinco dias o prazo em que se aplica a isenção do imposto de renda da pessoa física sobre o ganho auferido na venda de imóvel residencial, condicionada à aquisição de outro imóvel residencial", tendo como Relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da Matéria é adiada. Item 13– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 10 de 2012, de iniciativa da Senadora Ana Amélia e do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que "requer a realização de audiência pública destinada a discutir o Aviso nº 76 de 2011, encaminhado pelo Tribunal de Contas da União, referente à auditoria que analisou a governança das agências reguladoras federais de infraestrutura, com a presença dos seguintes convidados: Exmo. Sr. José Jorge – Ministro do Tribunal de Contas da União; representante da Casa Civil – Presidência da República; representante da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); representante da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP); representante da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); representante da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT); representante da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq); representante da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac); e representante da Agência Nacional de Águas (ANA)". Em 3/4/2012, foi lido o Requerimento pelo Vice-Presidente no exercício da Presidência, Senador Lobão Filho. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 10 de 2012-CAE. Item 14– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 11 de 2012, de iniciativa do Senador Inácio Arruda, que requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidada a Senhora Maria das Graças Foster, Presidente da Petrobras, para apresentar, em audiência pública, os planos da Empresa para os próximos anos. Em 3/4/2012, foi lido o Requerimento pelo Vice-Presidente no exercício da Presidência. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 11 de 2012-CAE. Item 15– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 12/2012, de iniciativa da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Inácio Arruda, que requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais – CAS, para debater o Projeto de Lei da Câmara nº 113 de 2005, que "dispõe sobre a duração do trabalho dos farmacêuticos", com a presença dos seguintes convidados: representante

do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE; representante do Conselho Federal dos Farmacêuticos – CFF; representante da Federação Nacional dos Farmacêuticos – Fenafar; representante da Federação Interestadual dos Farmacêuticos – Feifar; representante do Fórum das Entidades Nacionais dos Trabalhadores da Área da Saúde – Fentas; representante da Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias – Abrafarma; representante da Associação Brasileira do Comércio Farmacêutico – ABCFARMA; e, ainda, do Senhor Humberto Luiz Ribeiro da Silva, Secretário de Comércio e Serviços do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC. Em 3/4/2012, foi lido o Requerimento pelo Vice-Presidente no exercício da Presidência. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 12 de 2012-CAE. São lidos e serão apreciados posteriormente os Requerimentos nºs 13, 14 e 15 de 2012: o Requerimento nº 13 de 2012, de iniciativa do Senador Francisco Dornelles, requer seja convidado o Excelentíssimo Senhor Fernando Damata Pimentel, Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC, para que compareça a esta Comissão, a fim de debater as duas medidas provisórias publicadas no último dia 4 de abril, MP 563/12 e MP 564/12, relativas ao plano Brasil Maior. O Requerimento nº 14 de 2012, de iniciativa do Senador Inácio Arruda, requer seja convidada a Senhora Magda Chambriard, diretora-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), para apresentar, em audiência pública, os planos de atuação da Agência para os próximos anos. E o Requerimento nº 15 de 2012, de iniciativa do Senador Delcídio do Amaral, requer a realização de audiência pública, conjunta com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, destinada a instruir o Projeto de Lei Câmara nº 10 de 2012 que "dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações Fifa 2013 e à Copa do Mundo Fifa 2014, que serão realizadas no Brasil; e altera as Leis nºs 6.815, de 19 de agosto de 1980, e 10.671, de 15 de maio de 2003" (Lei Geral da Copa), com a presença, como expositor, do Presidente da Federação Internacional de Futebol Associado – FIFA, Senhor Joseph S. Blatter. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e oito minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Delcídio do Amaral,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Muito bom dia, Senador Flexa Ribeiro.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 12ª Reunião.

Os Srs. Senadores e as Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram.

A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Eu gostaria aqui de fazer a leitura, de acordo com o que os atos aqui aprovados determinam, de um requerimento:

REQUERIMENTO Nº 13, de 2012

Requer, nos termos do art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Sr. Fernando Damata Pimentel, Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC, para que compareça à Comissão de Assuntos Econômicos desta Casa, a fim de debater as duas medidas provisórias publicadas no último dia 4 de abril: Medida Provisória nº 563/12 e Medida Provisória nº 564/12, relativas ao plano Brasil Maior.

Justificação.

A Senhora Presidente da República fez publicar no Diário Oficial da União do dia 4 de abril último as Medidas Provisórias nºs 563 e 564, introduzindo dispositivos de fomento e apoio à produção industrial nacional, vinculadas ao plano Brasil Maior.

A Medida Provisória nº 563 institui o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores, o Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações, o Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional, restabelece o Programa Um Computador por Aluno e altera o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores entre outras provisões.

A Medida Provisória nº 564, ao seu turno, estende a abrangência do programa Revitaliza do BNDES, dispõe sobre o financiamento de exportações indiretas, autoriza o Poder Executivo a criar a Agência Brasileira Gestora de Fundos e Garantias S. A. e a participar de fundos dedicados a garantir operações de comércio exterior ou projetos de infraestrutura de grande vulto.

As iniciativas do Poder Executivo contribuem para o restabelecimento da capacidade e da competitividade da indústria brasileira, em especial de setores

específicos como a cadeia produtiva de veículos automotores entre outros beneficiados com as medidas provisórias em apreço.

Considero, portanto, importante que o Senado conheça mais profundamente o mérito das citadas medidas, em particular aquelas relacionadas diretamente às competências do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Nesses termos, proponho seja o Ministro Fernando Pimentel convidado a comparecer à Comissão de Assuntos Econômicos para explicar os termos e os objetivos das Medidas Provisórias de nºs 563 e 564 do corrente ano, bem como discorrer acerca dos resultados esperados em termos de crescimento de produto e de expansão do emprego e da renda.

Assina o presente requerimento o Senador Francisco Dornelles.

Esse requerimento, como determinam os atos, Senador Dornelles, será votado na próxima reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Item 1 da pauta.

Senador Dornelles pela ordem.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, eu acho extremamente importante que a Comissão de Assuntos Econômicos venha a examinar e discutir problemas relacionados à renegociação das dívidas dos Estados.

Tenho visto na imprensa que há uma posição do Governo Federal no sentido de corrigir essa dívida pela Selic. Em outras palavras, o devedor vai ter sua dívida corrigida por um índice fixado livremente pelo credor. Eu acho que isso tem que ser examinado. Não pode ser assim, Presidente.

Tenho projeto sobre renegociação em que faço a correção pelo IPCA, a partir de agora, aquela taxa de juros que o Governo, através do BNDES, está emprestando ao setor privado. Essa medida não é uma emenda constitucional. É uma lei complementar.

Por isso eu queria dizer que, com sua competência, com seu tirocínio, com a capacidade de liderança e de comando que V. Exª tem nesta Casa e que todos reconhecem, traga esse assunto para ser discutido na CAE. Eu até estava dizendo há pouco que a situação me faz lembrar aquela cidade imaginária grega do Nelson Rodrigues, na qual, ele dizia, as mulheres eram meio bonitas, os homens eram meio honestos, as esposas, meio fiéis, e os ladrões, meio ladrões. Então, ele passa aqui que nós somos meio bobos, o Governo acha que nós somos meio bobos. Como é que os Estados e Municípios vão concordar que a sua dívida com a União seja corrigida por um índice que é fixado pela União? Amanhã vem o Banco Central e bota em 32 a Selic: como é que nós ficamos? Esse assunto é para lei complementar, e eu queria fazer um apelo a V. Exª para que o assunto viesse e fosse discutido na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Dornelles.

Quero só observar que, muito provavelmente, esse projeto passará pela Comissão de Assuntos Econômicos, até porque só não passam pela Comissão de Assuntos Econômicos as PECs, as propostas de emenda constitucional. Portanto, eu entendo – eu pedi para a Assessoria verificar isso – que a Comissão de Assuntos Econômicos irá analisar esse assunto, que é um assunto importantíssimo para o País e para os Estados brasileiros.

Com a palavra o Senador Wellington Dias. Depois, o Senador Dornelles e, depois, o Senador Aloysio Nunes.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, na mesma linha do Senador Dornelles, quero, primeiro, destacar um ponto. V. Exª tem liderado aqui a discussão do pacto federativo com os demais Senadores, assim como na Comissão de Desenvolvimento Regional.

Quero aqui, primeiro, louvar a posição do Governo de sentar-se à mesa. Nós tínhamos uma discussão aqui em que se tinha, basicamente, o Fórum dos Governadores de um lado, do outro, as entidades municipalistas e, de outro lado, o próprio Parlamento, mas faltava o ator principal, que era o poder público.

Ao aceitar discutir três temas, volto a insistir que precisamos discutir mais outros dois. É o tema relacionado ao comércio eletrônico, o tema relacionado à chamada guerra dos portos, de que esta Comissão já tratou de forma muito correta, e esse relacionado à dívida.

Agora, sentando à mesa com o Governo, nós vamos chegar a qual indexador? Há, claramente, o consenso entre todas as outras partes de que o indexador adequado seria o IPCA. Por quê? Porque ele tem regras mais claras, exatamente como disse o Senador Dornelles. Além disso, seria a maior sinalização que o Governo daria de que quer para valer a redução de juros.

O Governo está colocando que os juros devem baixar nas contas de cartões de crédito, nas contas de financiamento a pessoas físicas e a pessoas jurídicas, coloca os seus bancos para puxar para baixo a redução das taxas. O Governo tem de dar uma demonstração de que ele também, nos contratos nos quais é credor, quer fazer isso e, neste caso, trata-se da relação com os Estados.

Eu queria pedir ao meu Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, dono de todas essas habilidades que o Senador Dornelles lista e de outras tantas, que pudéssemos debater aqui. Nós vamos ter de debater aqui, e votar este ano, as regras do Fundo de Participação dos Estados. Isso independe de querermos ou não: somos obrigados a fazer isso sob pena de abrir mão para o Supremo legislar, coisa que acho que ninguém quer fazer. Todo mundo sabe o impacto que isso teria em alguns Estados.

Então, acho que a gente tem de colocar esse item, até porque há um entendimento muito importante na Câmara, que é a discussão da pauta dos *royalties* e a participação no pré-sal. Isso gera uma condição de equilíbrio nos Estados nessa fase de transição em relação ao Fundo de Participação.

São esses cinco itens de que, creio, deveremos tratar aqui. Eu queria aqui me colocar à disposição para que possamos, nas comissões, já adotar um procedimento. Já que a partir de junho começa a correr o calendário eleitoral de modo mais forte, devemos nos esforçar para, até junho, liquidar essas matérias, liquidar no sentido de aprová-las nas comissões necessárias e no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Wellington. Só registrando – corroborando com as preocupações de V. Exª –, nós teremos uma semana importante nas discussões de temas econômicos fundamentais para nosso País. O Projeto de Resolução do Senado nº 72, que está pautado para a reunião de amanhã, na Comissão de Constituição e Justiça. Nós, à tarde, faremos uma reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos para abordar esse tema. Ao mesmo tempo, nós estamos discutindo a PEC do e-C*ommerce* – e esse assunto está pautado também na Comissão de Constituição e Justiça, na reunião ordinária de amanhã da CCJ, e a discussão dos juros da correção da dívida dos Estados – os índices de correção. É um tema fundamental, V. Exª abordou aqui com extrema precisão, como o Senador Dornelles e, junto com isso, essa discussão do FPE. Como todos nós sabemos, o FPE... O último ano é este ano de 2012 para modificarmos essas regras, por determinação do próprio STF. Nós não podemos deixar que, mais uma vez, por eventual omissão nossa, o Judiciário venha a legislar sobre assuntos que são pertinentes a esta Comissão e ao Congresso Nacional.

Eu, inclusive, já solicitei uma reunião com as demais Comissões envolvidas, exatamente para a gente montar um programa de trabalho rápido para discutir esse assunto que preocupa a todos os Senadores e Senadoras e preocupa também a todos os Estados brasileiros e à União, consequentemente.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, Senador Delcídio do Amaral, Srs. Senadores. Essa é a preocupação de todos. Estamos vendo o tempo passar e não estamos atuando, legislando sobre assuntos da maior gravidade e importância. Acho até que tratar essas questões de forma isolada não nos levarão àquilo que nós temos de ter com relação ao todo e que é a revisão do Pacto Federativo. Esse é o grande tema que o Congresso Nacional deveria se debruçar, capitaneado pela Presidenta Dilma. Só temos uma forma de fazer a revisão do Pacto Federativo: com a Presidenta da República assumindo a liderança para rever o Pacto Federativo. Tudo isso que estamos fazendo aqui, seja no comércio eletrônico, seja na revisão da dívida dos Estados e Municípios, seja na questão do Decreto Legislativo 72, a distribuição das contribuições (o compartilhamento das contribuições), passa pelo Pacto Federativo. E eu não vejo uma ação, Senador Wellington Dias, do Governo Federal, em abrir a discussão sobre a revisão do Pacto Federativo. Todos nós falamos sobre isso! Mas não vejo, em relação ao Governo Federal, uma abertura para se tratar desse assunto.

Senador Dornelles tem toda razão: nós vamos tratar da questão das dívidas que afligem Estados e Municípios. Todos os Estados, não só o Estado do Pará já pagaram, ao longo do tempo, várias vezes o valor devido à União (todos eles!) e devem hoje, várias vezes, o valor tomado lá atrás. O indexador hoje adotado é extremamente contrário aos interesses de Estados e Municípios. Agora, adotar a Selic que não tem uma regra para definir o valor da taxa, a não ser a regra adotada pelo Banco Central, creio que não seja o mais justo. Como disse o Senador Wellington, tomar o IPCA – não o IGMP como o é hoje – já foi trocado lá atrás, era favorável e tornou-se desfavorável para os Estados e Municípios.

Então, nós temos de agir, Senador Delcídio, e agir com rapidez. Nós falamos isso no início da sessão legislativa, nós já estamos em abril e não avançamos quanto a isso. Daqui a pouco estamos no processo eleitoral, vamos ter o recesso no período eleitoral e não vamos avançar. É preciso que avancemos não só na questão da distribuição, da nova partilha do FPM e do FPE, que também vamos fazer de afogadilho se deixarmos para fazer após o recesso eleitoral, quando retornarmos do processo eleitoral.

Então, eu pediria a V. Exª, Presidente da CAE cuja competência é reconhecida por todos, e também aos presidentes das demais comissões por onde tramitará

o projeto que pudéssemos acelerar em conjunto e levar a matéria ao Plenário para que tenhamos o resultado que todos nós esperamos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Flexa.

Quero reiterar também que aqui nós aprovamos um requerimento para a discussão do pacto federativo, e a ideia é realmente fazer debates amplos, que vão ao encontro das preocupações de V. Exª. Nós estamos preparando a agenda, porque, no requerimento, o que foi aprovado é que seria também encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos essa agenda, e nós ouviríamos vários segmentos econômicos, governadores, enfim, todos aqueles que podem contribuir com ideias no sentido de construir um projeto forte, um projeto à altura do que V. Exª aqui falou, e com muita clareza.

Passo a palavra agora ao Senador Aloysio Nunes, homem de formação jesuítica, um homem que se concentra muito na história da Espanha, Torquemada, com toda essa formação católica. O Senador Aloysio Nunes tem se dedicado à discussão desses temas, tem nos ensinado também muito e emitido opiniões importantes nesta fase extremamente obscura da nossa história.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Exato. Aliás, numa posição absolutamente ortodoxa e avessa a inovações aventureiras.

Presidente, ouvindo a observação do Senador Dornelles a respeito do absurdo que seria um contrato de refinanciamento de dívidas estaduais pela União mediante um índice fixado pela própria União, ou seja, um dos contratantes, eu me lembrei do longínquo ano de 1963, quanto entrei na Faculdade de Direito e comecei meu curso de Direito Civil. Uma das coisas que aprendi é que esse tipo de contrato é absolutamente injurídico, é absolutamente iníquo, é imoral. Você não pode ter um contrato em que as condições do adimplemento sejam fixadas por um dos contratantes ao seu talante, isso é uma violência imoral.

Imaginem se eu firmo um contrato de aluguel com o Senador Pimentel, ele me aluga um imóvel. Fixamos o valor do aluguel e, a partir dessa fixação, o Senador Pimentel poderia, a seu talante, rever o valor da minha prestação mensal. Seria uma coisa absolutamente inaceitável! Qualquer estagiário de Direito conseguiria promover a nulidade desse contrato.

De modo que esse alerta do Senador Dornelles é muito importante e, como muitos de nós desta Comissão fazemos parte também da Comissão de Justiça, nós deveremos partir para o debate desse tema com esta preocupação: não produzirmos uma aberração jurídica como seria essa.

Obrigado.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, a bem da verdade, eu...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Aloysio Nunes.

Pela ordem, Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Só para esclarecer. Pelo que pude constatar em pelo menos uma das reuniões de que participei com membros do fórum dos governadores, não há esse ponto fechado da parte do Governo.

A novidade é que o Governo admitiu priorizar esses três pontos, os mais avançados aqui, e agora se abre para o debate sobre... Isso é um ponto importante. Não há um fechamento, pelo que estou sabendo, em relação à Selic.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Wellington Dias, vamos partir para o Item 1 da pauta.

Mensagem do Senado Federal n° 27. Não terminativo.

Os baianos estão aqui ansiosos e o Senador Valadares, do PSB, também.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 27, DE 2012
– Não Terminativo –

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 60,000,000.00 (sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Estado da Bahia e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD (Banco Mundial), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa com Enfoque Setorial Amplo das Áreas de Saúde e Recursos Hídricos do Estado da Bahia".

Autoria: Presidente da República

Relatoria : Senador Lindbergh Farias (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc* : Senador Wellington Dias

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado (PRS) que apresenta.

Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprova,também, a apresentação de Requerimento de Urgência para a Matéria.

O Relator, Senador Lindbergh Farias, não se encontra presente. Eu indico o Senador Wellington Dias como Relator *ad hoc*.

O relatório é favorável, nos termos do Projeto de Resolução do Senado, que apresenta.

De acordo com a Resolução de nº 43/01, do Senado Federal, encontram-se presentes, para acompanhar a apresentação da matéria, o Sr. Eduardo Luiz Godard, gerente de responsabilidades financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda, representando o Tesouro Nacional, e a Srª Mara Clécia Dantas Souza, Assessora Especial da Secretaria de Saúde do Governo da Bahia.

Com a palavra o Relator, Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, com o maior prazer, faço aqui a leitura do relatório preparado por nosso Senador Lindbergh Farias.

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem nº 27, de 2012, da Presidenta da República (nº 114, de 3 de abril de 2012, na origem), que solicita autorização do Senado Federal para que seja contratada operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Estado da Bahia e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD (Banco Mundial), cujos recursos serão destinados ao financiamento parcial do "Programa com Enfoque Setorial Amplo das Áreas de Saúde e Recursos Hídricos do Estado da Bahia".

I – Relatório

Trata-se de pleito do Estado da Bahia, para que seja autorizada operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD (Banco Mundial). Os recursos da operação destinam-se ao "Programa com Enfoque Setorial Amplo das Áreas de Saúde e Recursos Hídricos do Estado da Bahia".

O programa em questão foi considerado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos, na forma da Recomendação nº 1.102, de 24 de abril de 2009, homologada pelo Ministro de Planejamento, Orçamento e Gestão em 11 de maio de 2010.

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN), do Ministério da Fazenda, prestou as devidas informações sobre as finanças externas da União, bem como analisou as informações referentes ao mutuário, manifestando-se favoravelmente ao oferecimento de garantia pela União, desde que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, seja formalizado o respectivo contrato de contragarantia e verificada a adimplência do mutuário para com a União, como atestado pelo Parecer nº 1.633/Copem/STN, de 8 de dezembro de 2011, complementado pelo Parecer nº 180/Copem/STN, de 12 de março de 2012.

O Banco Central do Brasil efetuou o credenciamento da operação, conforme o Ofício nº 113/2011/Depec/Dicin/Surec, de 19 de dezembro de 2011.

Já a Procuradoria da Fazenda Nacional (PGFN), por intermédio do Parecer PGFN/COF/nº 467, de 22 de março de 2012, pronunciou-se pela legalidade das minutas contratuais e regularidade na apresentação dos documentos requeridos pela legislação para o encaminhamento do processo ao Senado Federal para fins de autorização da presente operação de crédito e da correspondente concessão de garantia por parte da União.

Vem a análise, demonstrando aqui, de forma resumida, que o parecer da STN considerou atendidas todas as exigências, a saber:

a) cumprimento dos requisitos contidos no art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), e nas Resoluções do Senado Federal nos 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007, e alterações subsequentes;

b) inclusão do programa no plano plurianual do Estado para o período 2012-2015 (Lei Estadual nº 12.504, de 2011) e na lei orçamentária para o exercício de 2012 (Lei Estadual nº 12.503, de 2011);

c) obtenção de autorização do Poder Legislativo local e oferecimento de contragarantias à União (Lei Estadual nº 11.621, de 22 de dezembro de 2009);

d) apresentação de capacidade de pagamento pelo Estado, classificado na categoria "B" pela Nota nº 980/Corem/STN, de 11 de novembro de 2011;

e) cumprimento das metas estabelecidas no programa de ajuste e reestruturação fiscal e não-violação do acordo de refinanciamento da dívida pública baiana pela União;

f) existência de margem para a concessão, pela União, da garantia pleiteada e de margem suficiente para que o Estado reembolse a União caso esta tenha de honrar o compromisso assumido na condição de garantidora;

g) situação de adimplência com as instituições integrantes do sistema financeiro nacional;

h) não-atribuição ao Tesouro Nacional de riscos superiores àqueles normalmente assumidos em operações dessa natureza;

i) observância dos gastos mínimos com saúde e educação e dos limites máximos para as despesas com pessoal;

j) pleno exercício da competência tributária do Estado;

k) realização de despesas com parcerias público-privadas dentro dos limites estabelecidos pela legislação pertinente.

Voto.

Em conclusão, o pleito encaminhado pelo Estado da Bahia encontra-se de acordo com o que preceituam as Resoluções do Senado Federal nºs 43, de 2001, e 48, de 2007, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2012

Autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado da Bahia autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD (Banco Mundial), no valor de até US$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos da operação destinam-se ao "Programa com Enfoque Setorial Amplo das Áreas de Saúde e Recursos Hídricos do Estado da Bahia".

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Estado da Bahia;

II–credor: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD (Banco Mundial);

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor: até US$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

V – modalidade: margem variável;

VI – prazo de desembolso: até 31 de dezembro de 2015;

VII – amortização: cinquenta parcelas semestrais sucessivas, pagas nos dias 15 de abril e 15 de outubro de cada ano, vencendo a primeira em 15 de abril de 2015, com valores equivalentes a 1/50 (um cinquenta avos) do desembolso, exceto no caso da última parcela, que será igual ao saldo remanescente;

VIII – juros: taxa composta pela taxa de juros de referência do mercado interbancário londrino (Libor) semestral para dólar dos Estados Unidos da América acrescida de uma margem (*spread*) a ser determinada pelo BIRD, exigida semestralmente nas mesmas datas do pagamento da amortização e calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo;

IX – juros de mora: 0,5% (cinco décimos por cento) ao ano acrescidos aos juros devidos e ainda não pagos após trinta dias das datas previstas para o seu pagamento, quando estará constituída a situação de mora do mutuário;

X – comissão à vista: 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor do empréstimo, a ser debitada na data em que o contrato entre em efetividade;

XI – opção de alteração de modalidade de empréstimo: mediante solicitação formal ao credor e cobrança dos encargos incorridos pelo BIRD e de uma comissão de transação, poder-se-á mudar a modalidade de contratação de "margem variável" para "margem fixa", com esta última permitindo ao mutuário a utilização dos seguintes instrumentos financeiros:

a) converter de flutuante para fixa e vice-versa a taxa de juros aplicável ao montante parcial ou total do empréstimo;

b) alterar a moeda de referência da operação de crédito para os montantes já desembolsado e a desembolsar.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia ao Estado da Bahia na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no *caput* fica condicionada a:

I – que o Estado da Bahia celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das cotas ou parcelas da participação do Estado na arrecadação da União, na forma do disposto no art. 159, incisos I, alínea *a*, e II da Constituição Federal, ou resultantes dessas cotas ou parcelas transferíveis, bem como das receitas próprias a que se referem os arts. 155 e 157, igualmente da Constituição Federal;

II – que seja comprovada a situação de adimplência de todas as obrigações da administração direta do Estado da Bahia, junto à União e suas controladas.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sr. Presidente, é esse o parecer.

Chamo aqui a atenção para um fato que atormenta todos os governantes. Veja uma operação que, iniciada em abril de 2009, em abril de 2011 é que nós estamos dando aqui a autorização do Senado Federal. Em 2012, melhor dizendo: abril de 2009 a abril

de 2012. Isso mostra o tormento que é o do dia em que você celebra a primeira carta compromisso e que encaminha para a Assembleia. Lá na Assembleia os deputados aprovam a autorização, como aconteceu aqui em 2009, você leva três anos mais – e ainda não terminou essa *via crucis*. Daqui volta para o Tesouro Nacional; depois, ainda tem de fazer uma visita ao Banco Mundial para, em seguida, se ter a celebração e, a partir daí, iniciarem-se as liberações.

Eu creio que o Brasil pode fazer um caminho mais curto. A gente viu aqui a quantidade de exigências... Todas essas exigências... Eu sempre debatia isso com o Ministro da Fazenda de que todas essas exigências já estão controladas pelo Governo. Vê-se esta relação de item que eu citei aqui: saber se você está em dia com o concreto de parceria público-privada. Ou seja, há uma série de coisas que, em minha visão, ao serem colocadas como um trunfo para o Governo ter isso para ser cumprido, na verdade leva a um atraso muito grande.

O povo baiano, certamente, em 2009, já tinha um problema grave na área de saúde e de recursos hídricos. Três anos depois é que nós o estamos aprovando... Não poderia deixar de, ao finalizar este parecer favorável à aprovação, trazer a esta Comissão, a quem cabe discussões de temas como este, a necessidade de a gente fazer algumas mudanças nesse processo. Era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Wellington Dias.

Em discussão a matéria.

Não havendo Senadores e Senadoras que a queiram discutir, em votação o Relatório do Senador Wellington Dias.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, apenas para agradecer V. Exª que esperou, pacientemente, para que nós pudéssemos hoje fazer essa votação. Agradeço ao Senador Wellington, como Relator *ad hoc*, e a todos os Senadores que aprovaram esse empréstimo importante para a Bahia.

Nesse sentido também, Sr. Presidente, solicito urgência, como o Relator já destacou, para a votação mais imediata possível no plenário a fim de que tenhamos condições de apressar o processo para a Bahia, para investimentos tão importantes na área de saúde e de recursos hídricos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Lídice. Em nome de V. Exª cumprimento o Governador Jaques Wagner e o povo da Bahia, porque, sem dúvida alguma, apesar de toda essa travessia dura de mais de dois anos, como disse muito bem o Senador Wellington Dias, hoje nós finalmente estamos aprovando essa operação.

Senador Pimentel.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, o Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Já fomos atendidos com o requerimento de urgência feito pela nossa Senadora Lídice da Mata. Portanto, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Perfeito.

Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Na realidade, eu também quero cumprimentar a Bancada baiana por esse feito. Tenho certeza de que os recursos serão aplicados da forma mais correta e no sentido de auxiliar a população.

Parabéns, Senadora Lídice e todos os Senadores da Bancada, que têm feito um grande esforço. Não é Senador Wellington? V. Exª que brilhantemente apresentou o relatório aqui para que isso fosse aprovado rapidamente.

Mas, Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar de V. Exª, se possível, inversão de pauta, para que possamos votar agora o Item 15. O Item 15 da pauta é um requerimento de minha autoria, simples, não haverá polêmica, apenas para uma audiência pública em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Se todos os Senadores e Senadoras concordam, é muito rápida a votação, requerimento que já foi lido, então, vamos fazer a inversão para rapidamente votar o Item 15. Depois voltamos ao Item 2, do Senador Valadares.

Em votação a apresentação do requerimento de urgência proposto pela Senadora Lídice, da Bahia.

Os Senadores e Senadoras que concordam com a apresentação do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a apresentação do requerimento de urgência para a matéria.

A Assessoria da Comissão de Assuntos Econômicos encaminhará rapidamente para o plenário do Senado Federal, pela importância que esse empréstimo tem para a Bahia e para os baianos.

Registro que o Senador Walter Pinheiro está apagando incêndios, por isso não esteve aqui presente, mas sei do trabalho que desenvolveu pela aprovação desse...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Assina o projeto como Secretário de Planejamento do Estado da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – E assina porque esse projeto nasceu com o Senador Walter Pinheiro, quando era Secretário de Planejamento do Governo da Bahia.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Que incêndios são esses, Presidente? Uma mera curiosidade.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Como?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Que incêndios são esses?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Alguns poucos aí, que têm sido muito veiculados ultimamente pela imprensa.

ITEM 15

REQUERIMENTO Nº 12, DE 2012 – CAE

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais – CAS, para debater o Projeto de Lei da Câmara nº 113 de 2005, que "dispõe sobre a duração do trabalho dos farmacêuticos", com a presença dos seguintes convidados: representante do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE; representante do Conselho Federal dos Farmacêuticos – CFF; representante da Federação Nacional dos Farmacêuticos – Fenafar; representante da Federação Interestadual dos Farmacêuticos – Feifar; representante do Fórum das Entidades Nacionais dos Trabalhadores da Área da Saúde – Fentas; representante da Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias – Abrafarma; representante da Associação Brasileira do Comércio Farmacêutico – ABCFARMA; e, ainda, do Senhor Humberto Luiz Ribeiro da Silva, Secretário de Comércio e Serviços do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin e outros

Resultado: A Comissão aprova o Requerimento nº 12 de 2012-CAE.

Em votação o requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento nº 12, de 2012, da CAE, por solicitação da Senadora Vanessa Grazziotin.

Voltamos agora para o Item 2 da pauta.

ITEM 2

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, DE 2003 – Não Terminativo –

Altera a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, objetivando tornar mais eficiente a persecução penal dos crimes de lavagem de dinheiro.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados.

Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável

Com a palavra o Relator, Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, Senador Delcídio do Amaral, Srªs e Srs. Senadores, esse projeto de lei foi distribuído para a Comissão de Assuntos Econômicos e também para a CCJ, como muito bem registra V. Exª.

Ele iniciou nesta Casa em 2003, teve uma apreciação e, em seguida, foi à Câmara dos Deputados, onde foi feito um conjunto de adequações, de modificações aprimorando o projeto.

O nosso parecer, Sr. Presidente, deixa toda a parte penal, toda a parte que diz respeito à legislação para a Comissão de Constituição e Justiça se debruçar. O nosso parecer se detém mais às questões econômicas. O projeto traz grandes avanços principalmente quanto aos bens apreendidos. Hoje boa parte deles são apodrecidos, como dizemos em linguagem popular, nos pátios em que são recolhidos. Esse projeto permite que o juiz da causa possa aliená-los e, com isso, preservar o valor dos bens apreendidos. Ao mesmo tempo, cria uma série de mecanismos para que o juiz da causa, no que diz respeito às ações de lavagem de dinheiro, de combate ao narcotráfico, ao tráfico de armas, possa ser mais eficiente inclusive alcançando os terceiros que são depositários ou aqueles que têm os bens em seus nomes.

Portanto, o nosso parecer, Sr. Presidente, é no sentido do que veio da Câmara Federal. Mantemos os termos ali aprovados e deixamos a parte da Consti-

tuição e Justiça, a parte penal, para aquela Comissão apreciar.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 209/2003, antes, saudando o nosso Senador Antonio Carlos Valadares pelo brilhante trabalho que fez ao longo do período. Esperamos concluir este debate ainda neste semestre.

É o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Pimentel.

A matéria está em discussão.

Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, antes de entrar no assunto propriamente dito do projeto, sobre lavagem de dinheiro, gostaria de me referir ao parecer favorável elaborado pelo nosso Relator, Senador José Pimentel, um trabalho de fôlego que espero tenha continuidade na Comissão de Constituição e Justiça; que ele seja, quem sabe, designado – torço que isso aconteça – relator naquela Comissão, para que esse trabalho tenha solução de continuidade, ou seja, tenha prosseguimento nos mesmos termos em que foi iniciado aqui no Senado há cerca de nove anos. Esse projeto passou cinco anos no Senado, três, na Câmara dos Deputados e agora mais um ano para o seu término. Espero que ele seja sancionado ainda este ano pela Presidenta Dilma.

Na verdade, esse projeto, em sua essência, acaba com os chamados crimes antecedentes, que são oito. Agora outros crimes que possam dizer respeito, que possam traduzir-se em enriquecimento ilícito, obtenção de bens, de valores, de dinheiro, de propriedades de forma ilícita passam a configurar a chamada lavagem de dinheiro. Isso é muito importante, Sr. Presidente, porque, não só o tráfico de drogas, o terrorismo, o contrabando ou tráfico de armas e munições, extorsão mediante sequestro, crimes contra a Administração Pública, incluindo a corrupção, contra o sistema financeiro, os crimes praticados por organizações criminosas e crimes praticados por particular contra a administração pública estrangeira configuram os chamados crimes antecedentes, não só eles, mas outros tantos, inclusive o crime de lavagem de dinheiro praticado por enriquecimento obtido através, por exemplo, de jogos ilícitos.

Por exemplo, o Sr. Cachoeira, que praticou e pratica o crime de lavagem de dinheiro, na verdade, esse crime não é previsto na legislação atual. Agora o uso de loterias, de bingos, de máquinas caça-níqueis de forma ilegal, esse uso vai caracterizar também o crime de lavagem de dinheiro. Com a aprovação desse projeto, sem dúvida alguma, todos os contraventores que entrarem nessa prática de jogos para obtenção de riqueza e de bens ilícitos terão uma punição diferenciada. O que, antes, era considerado um crime mais simples é, agora, crime de lavagem de dinheiro.

Posso citar alguns dados impressionantes sobre a situação do Brasil com relação aos crimes de corrupção e de lavagem de dinheiro.

Em 2011, o Brasil ficou na 73ª posição no *ranking* internacional que classifica 183 países de acordo com os níveis de corrupção percebidos pela população no setor público. Quanto mais próximo da lista, menor é a sensação de que o país é corrupto. O nosso País está no 73º lugar numa lista de 183 países, o que é de uma gravidade muito grande. E o *ranking* elaborado pela Organização Não Governamental Transparência Internacional utiliza dados de 17 pesquisas que levam em conta fatores como corrupção de funcionários, propinas nos contratos públicos, desvio de fundos públicos, além do cumprimento de leis anticorrupção e da eficiência da ação de órgãos de combate ao crime de corrupção.

Apenas para ilustrar esse problema, quero dizer que, em 2010, os Tribunais brasileiros produziram apenas 416 decisões definitivas em crimes de corrupção e 547 em casos de lavagem de dinheiro. Ao final de 2011, existiam em andamento nos Tribunais Superiores Federais e Estaduais do País 5.354 processos criminais por corrupção. Devemos observar que existem no Brasil mais de 10 milhões de servidores públicos nos Estados, na União, nos Municípios. Os casos de corrupção que resultam em condenações judiciais, portanto, são raros e resumem-se em algumas centenas.

Então, o objetivo dessa lei é o de estancar o processo naquilo que é mais importante, que é o dinheiro. Se uma organização criminosa obtém de forma ilícita dinheiro para dar continuidade ao seu processo, ao seu trabalho criminoso, isso não poderá ter continuidade. Uma lei rigorosa como essa vai combater o crime no seu nascedouro e vai bloquear o que é o verdadeiro sangue de uma organização criminosa, que é o dinheiro.

O resultado é que o País consegue recuperar apenas 15% dos recursos desviados em operações fraudulentas, segundo o Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União (CGU), Dr. Jorge Hage. Esse resultado soma R$300 milhões, o que é um recorde. Há quatro anos, o índice era de apenas 1% e, agora, subiu para 15%, graças ao trabalho de fiscalização intensa que tem sido feito pelos órgãos do nosso País, inclusive o Ministério Público, o Tribunal de Contas da União (TCU) e a CGU.

O combate à corrupção exige que a Administração Pública esteja preparada, porque a organização criminosa dispõe de instrumentos que são uma verdadeira ciência para burlar as autoridades. Então, é preciso

haver instituições maduras, capacitadas e instrumentalizadas com os meios necessários; integração da ação dos diversos órgãos; e, fundamentalmente, um sistema de controle capaz de detectar os desvios, de sistematizar dados e informações e de desenvolver uma *expertise* para elucidar e reprimir o crime.

Para terminar, Sr. Presidente, quero dizer que é muito difícil sabermos qual o volume de recursos ilícitos que são reintroduzidos na atividade econômica como se fossem lícitos. Hoje, fala-se que a lavagem de dinheiro no País atinge de US$10 bilhões a US$15 bilhões, mas há estimativas que apontam para 35 bilhões de dólares por ano. O número de operações suspeitas comunicadas ao Coaf (Conselho de Controle das Atividades Financeiras), do Ministério da Fazenda, tem crescido ao ritmo de centenas de milhares: e, 2004, foi um pouco mais de 84 mil comunicações; já em 2011, só comunicações ao Coaf foram 1,3 milhão comunicações.

Segundo o jornal Folha de S. Paulo, o Brasil encerrou o ano de 2011 com 2,4 bilhões de reais em bens retidos pela justiça em processos. Esses bens foram apreendidos em ações criminais, sendo 68 aeronaves, 1300 embarcações, 36 mil carros, além de 2200 imóveis, jóias e computadores que foram retidos pelo Poder Judiciário. Então, ficam guardados pelo Poder Judiciário aguardando julgamento do processo, que geralmente dura anos e anos.

Daí é que esse projeto tem o cuidado de dizer ao juiz que pode alienar esses bens para que eles não se percam com o tempo.

Então, uma das principais inovações propostas é a alienação antecipada de bens, que permitirá o leilão dos bens caso eles apresentem risco de serem deteriorados ou houver dificuldades para a sua manutenção, a fim de lhes preservar o valor. O dinheiro obtido com a venda fica depositado em um conta bancária, vinculada ao processo para que, em caso de absolvição, o proprietário receba o dinheiro de volta. Ou, se houver condenação, os recursos ficam com o governo, que deverá aplicá-los no fortalecimento dos órgãos encarregados.

Sr. Presidente, alteração mais importante, porém, é a eliminação do rol dos crimes antecedentes, que são aqueles oito a que me referi.

Qualquer infração penal, inclusive as contravenções, como é o caso do jogo do bicho, dos caça-níqueis, desde que produzam ativos ilícitos, poderão estar na origem do crime de lavagem de dinheiro.

Pessoas como o Sr. Cachoeira e companhia limitada vão ter a devida punição prevista em lei, com a aprovação desse projeto.

O que é a lavagem de dinheiro? É a conduta de ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização ou disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores, provenientes direta ou indiretamente de crime.

Portanto, Sr. Presidente, além de punir exemplarmente quem comete o crime de lavagem de dinheiro, amplia o número de pessoas sujeitas ao mecanismo de controle administrativo, que é preventivo. O controle administrativo dá-se pela exigência de procedimentos de identificação de clientes, manutenção de registros e comunicação de operações financeiras por um número de pessoas físicas e jurídicas.

O projeto amplia o rol de pessoas sujeitas a esse mecanismo, juntas comerciais e registros públicos, pessoas físicas e jurídicas que prestem serviços de assessoria ou consultoria a operações de compra e venda de imóveis ou de participações societárias de qualquer natureza, de gestão de fundos, valores mobiliários e outros. Operações financeiras e societárias, de promoção, intermediação, comercialização, agenciamento ou negociação de direitos de transferência de atletas, artistas ou feiras, exposições ou eventos similares, dentre outros.

Por isso, Sr. Presidente, é da maior importância que este projeto seja aprovado e enviado de logo à Comissão de Justiça, onde, como disse o nobre relator José Pimentel, serão tomadas todas as providências no sentido de tornar efetiva a aprovação dessa lei, que será levada ao plenário do Senado.

E quero parabenizar V. Exª pela agilidade que deu à discussão da matéria, uma prova mais do que cabal de que V. Exª é uma pessoa preocupada com todos aqueles crimes que, sob a capa da legalidade, enriquecem pessoas, matam pessoas, fazem desaparecer mães, pais e filhos, sob o comando de organizações criminosas que devem ser coibidas a qualquer custo. Se a organização criminosa for subtraída do dinheiro, dos recursos obtidos de forma ilícita, ela vai deixar de existir. E esse é o objetivo principal do projeto de lei, Sr. Presidente.

Muito obrigado a V. Exª e ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Valadares.

Permanece em discussão a matéria.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente,…

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Para discutir, Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Só para parabenizar o Relator e também o autor. Hoje recebemos aqui uma aula de combate à lavagem de dinheiro. Creio que o momento da aprovação é o mo-

mento em que o Brasil acompanha todo o debate em relação ao processo do chamado Carlos Cachoeira. E quero aqui parabenizar a Comissão por estarmos pautando, depois de, com certeza, muito tempo de insistência para que tivéssemos a aprovação do projeto nas duas Casas.

E quero manifestar minha posição favorável.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não havendo mais nenhum Senador ou Senadora que queira discutir, em votação o relatório do Senador José Pimentel.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao substitutivo da Câmara dos Deputados.

Item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 247, DE 2010 – Complementar
– Não Terminativo –

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para estabelecer a possibilidade de parcelamento dos débitos relativos ao Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional).

Autoria: Senador Demóstenes Torres

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto.

Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, pela prejudicialidade do Projeto.

Com a palavra o Relator.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esse projeto de lei complementar tem como objetivo atualizar as tabelas do Simples Nacional. Ele foi apresentado em 2010, e o Congresso Nacional, em especial o Senado Federal, no final de 2011, aprovou a Lei Complementar nº 139, já promulgada pelo Governo Federal e em vigor. E aquela Lei Complementar nº 139, construída aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, construída no Congresso Nacional, atendeu os pedidos que aqui se apresentaram. Declaramos prejudicado esse projeto de lei, em face da aprovação da Lei Complementar nº 39, que trata do mesmo assunto.

Assim, Sr. Presidente, em decorrência da análise exposta, o voto é pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2010 – complementar.

É esse, Sr. Presidente, o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Pimentel.

A matéria está em discussão.

Não havendo mais nenhum Senador ou Senadora que queira discutir, em votação o relatório do Senador José Pimentel

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, pela prejudicialidade do projeto.

Item 4. O Relator, Senador Humberto Costa, pediu a retirada de pauta para reexame.

Item 5 também. Retirado de pauta pelo Senador Armando Monteiro.

Item 6. O Relator, Senador Casildo Maldaner, pede a retirada de pauta para reexame.

Passamos, agora, ao Item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 107, DE 2010 – Complementar
– Não Terminativo –

Modifica a redação do inciso II do art. 14 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, para assegurar a imunidade de impostos às instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, quando realizarem doações no exterior, nos limites e condições que especifica, e dá outras providências.

Autoria: Senador Demóstenes Torres

Relatoria : Senador Humberto Costa (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc* : Senador Wellington Dias

Relatório: Contrário ao Projeto.

Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, contrário ao Projeto.

A matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao projeto.

Eu indico Relator *ad hoc* o Senador Wellington Dias.

Com a palavra o Relator, Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, como já foi dito, esta Comissão de Assuntos Econômicos é chamada a deliberar sobre o Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2010 – Complementar, do Senador Demóstenes Torres, que objetiva alterar dispositivo do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, recepcionada como lei com-

plementar) para o fim de permitir que as instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos possam realizar doações ao exterior, sem perder a imunidade relativa a impostos que lhes é atribuída pelo art. 150, VI, *c*, da Constituição Federal, desde que atendidos os requisitos da lei.

Explica como se dá o processo e, em seguida, faz uma análise.

A imunidade de que se trata inclui-se entre as limitações ao poder de tributar (Título VI, Capítulo I, Seção II da Constituição Federal) e, por força do disposto no art. 146, II, deve ser tratada em lei complementar. Em consequência, reconhece-se o fenômeno da recepção, com *status* de norma complementar, do respectivo dispositivo regulamentador constante da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional). Assim, está correta a proposição de norma no mesmo nível para promover sua alteração.

Cita mais outros artigos da Constituição e, ao final, apresenta o voto.

Em face do exposto, voto pela rejeição do Projeto de Lei nº 107, de 2010 – Complementar.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, o autor da proposição, na sua justificação, apresenta uma argumentação, no meu entender, muito sólida. A argumentação de S. Exª, o Senador Demóstenes Torres, na sua justificação, é que existe já, reconhecida pelo Constituinte de 1988, a imunidade de impostos sobre patrimônio, renda e serviço das entidades educacionais e de assistência social sem fins lucrativos.

No entanto, o Código Tributário Nacional, que é uma lei ordinária, de 66, recepcionada pela Constituição como lei complementar, restringe o alcance da imunidade à aplicação integral dos recursos dessas entidades em território nacional. S. Exª considera, e esse argumento foi acatado pelas comissões de mérito que nos antecederam, que essa restrição é incompatível com a necessidade, digamos, muitas vezes, o impulso moral de ajuda humanitária no exterior por parte de entidades educacionais de assistências sociais sem fins lucrativos em situações de catástrofes, como aquelas vividas recentemente pelos povos do Haiti e do Chile.

Então S. Exª, ainda mais considerando que a lei visa a assegurar imunidade de impostos quando aplicarem até 5% de suas receitas anuais nesse tipo de projeto de ajuda humanitária no exterior, a imunidade tributária limita o montante da doação, de modo que ela estimularia esse movimento filantrópico quando ele ultrapassa as nossas fronteiras. Por isso, vou votar contra o parecer, pedindo licença ao nosso Relator *ad hoc* para aprovar o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais Senador ou Senadora que queira pedir a palavra, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Wellington Dias.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Senador Wellington Dias, com os dois votos contrários do Senador Aloysio Nunes Ferreira e do Senador Flexa Ribeiro.

O Item 8, a pedido do Senador Armando Monteiro, foi retirado de pauta.

Os Itens 9, 10, 11 e 12 nós não os votaremos hoje, porque tratam de projetos terminativos e porque, como outras Comissões que também abordam temas importantíssimos estão em funcionamento nesta manhã, estamos com dificuldade de obter quórum aqui.

Vou passar, imediatamente, ao Item 13 da pauta.

ITEM 13

REQUERIMENTO Nº 10, DE 2012 – CAE

Requer, nos termos do art. 93, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública destinada a discutir o Aviso nº 76 de 2011, encaminhado pelo Tribunal de Contas da União, referente à auditoria que analisou a governança das agências reguladoras federais de infraestrutura, com a presença dos seguintes convidados: Exmo. Sr. José Jorge – Ministro do Tribunal de Contas da União; representante da Casa Civil – Presidência da República; representante da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); representante da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP); representante da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); representante da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT); representante da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq); representante da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac); e representante da Agência Nacional de Águas (ANA).

Autoria: Senadora Ana Amélia e outros

Resultado: A Comissão aprova o Requerimento nº 10 de 2012-CAE.

Em votação o Requerimento.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 10, de 2012, constante do Item 13 da pauta.

ITEM 14

REQUERIMENTO Nº 11, DE 2012 – CAE

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidada a Senhora Maria das Graças Foster, Presidente da Petrobras, para apresentar, em audiência pública, os planos da Empresa para os próximos anos.

Autoria: Senador Inácio Arruda

Resultado: A Comissão aprova o Requerimento nº 11 de 2012-CAE.

Concedo a palavra ao autor do Requerimento.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, peço o apoio de todos para a aprovação do Requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Em votação o Requerimento.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 11, de 2012, da CAE.

A matéria constante do Item 15 já a votamos. Houve o pedido de inversão de pauta por parte da Senadora Vanessa Grazziotin.

Quero ler também outros dois requerimentos. Um deles é de autoria do Senador Inácio Arruda e diz:

REQUERIMENTO N° 14/2012, de iniciativa do Senador Inácio Arruda, que requer seja convidada a Senhora Magda Chambriard, diretora-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), para apresentar, em audiência pública, os planos de atuação da Agência para os próximos anos.

Esse requerimento será votado na próxima terça-feira.

Há mais um requerimento aqui, de comum acordo com a Comissão de Educação, em que se pede audiência pública conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, destinada a instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2012, que dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações Fifa 2013 e à Copa do Mundo Fifa 2014, que serão realizadas no Brasil, e que altera as Leis nºs 6.815, de 19 de agosto de 1980, e 10.671, de 15 de maio de 2003, Lei Geral da Copa. Em virtude da magnitude do tema e do envolvimento das três Comissões onde irá tramitar a matéria, sugiro o nome do Presidente da Federação Internacional de Futebol (Fifa), Joseph Blatter, como expositor da audiência pública.

Apresentei esse requerimento, porque as outras Comissões assim o fizeram, e nós o aprovaremos na reunião da próxima terça-feira.

Quero registrar também que amanhã teremos uma reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos às 14 horas para tratar especificamente de um item que é a Resolução nº 72, resolução esta que será votada amanhã na reunião da CCJ pela manhã e, à tarde, será aqui discutida na Comissão de Assuntos Econômicos. Amanhã às 14 horas, reunião extraordinária na Comissão de Assuntos Econômicos.

Não havendo mais nenhum assunto aqui a discutir, eu só quero cumprimentar os Senadores e Senadoras e todos aqueles que nos acompanharam. Cumprimentar o Senador Valadares pelo trabalho realizado, no item 2 da pauta. É um projeto importante e muito bem aqui apresentado pelo Senador Pimentel e defendido pelo Senador Valadares, autor.

Dou por encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 58 minutos.)

Ata da Décima Quarta Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, Realizada em 11 de Abril de 2012, às 15 Horas, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às quinze horas e trinta e cinco minutos do dia onze de abril do ano de dois mil e doze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Zezé Perrella, Wellington Dias, Inácio Arruda, Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Ivo Cassol, Clésio Andrade, Ricardo Ferraço, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Aécio Neves, Paulo Bauer, Armando Monteiro, Antonio Russo, Gim Argello, Blairo Maggi e Randolfe Rodrigues. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Lobão Filho, José Agripino, Demóstenes Torres, João Vicente Claudino, João Ribeiro e Kátia Abreu. O Presidente declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da Ata da 13ª Reunião, que é dada como aprovada. A Presidência dá início à apreciação da Matéria constante da pauta. Item 1– Projeto de Resolução do Senado nº 72 de 2010, não terminativo, de autoria do Senador

Romero Jucá e outros, que "estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior", tendo como Relator o Senador Eduardo Braga, que oferece relatório favorável ao Projeto, acatando parcialmente a Emenda nº 1, nos termos do Substitutivo que apresenta, e rejeitando as demais Emendas. Foram apresentadas as Emendas nº 01, de autoria do Senador Delcídio do Amaral, nºs 02 e 03, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, e nº 04, de autoria do Senador Cyro Miranda. Em 26/4/11 e 25/5/11, foram realizadas audiências públicas para instruir a Matéria. Em 20/3/12 e 21/3/12, foram realizadas audiências públicas, em conjunto com a CCJ, para instruir a Matéria. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer pela constitucionalidade do Projeto. Em 11/4/12, foram apresentadas as Emendas nºs 5, 6 e 7, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, e nº 08, de autoria do Senador Aécio Neves. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Braga, Relator da Matéria, Ricardo Ferraço, Wellington Dias, Armando Monteiro, Randolfe Rodrigues e Vanessa Grazziotin. É solicitada vista pelos Senadores José Pimentel e Randolfe Rodrigues. O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. É lido e será apreciado posteriormente o Requerimento nº 16 de 2012, de iniciativa do Senador Randolfe Rodrigues, que requer a realização de audiência pública, em conjunto com as Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo e de Constituição, Justiça e Cidadania, para discussão sobre critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE, propostos nos Projetos de Lei que tramitam nesta Casa Legislativa, com a participação dos seguintes convidados: Sr. José Roberto Rodrigues Afonso, Economista; Exmo. Sr. Gilmar Ferreira Mendes, Ministro do Supremo Tribunal Federal; Sr. Arno Hugo Augustin Filho, Secretário do Tesouro Nacional; Sr. Nelson Henrique Barbosa Filho, Presidente em exercício do Conselho Nacional de Política Fazendária; Exmo. Sr. Nelson Jobim, ex-presidente do Supremo Tribunal Federal e presidente da comissão especial de notáveis, criada no âmbito do Senado Federal, com o objetivo de apresentar propostas para um novo pacto federativo. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e dois minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Delcídio do Amaral,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) –Declaro aberta a 14ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 13ª reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

ITEM 1

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO
Nº 72, DE 2010
– Não Terminativo –

Estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior.

Autoria: Senador Romero Jucá e outros

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Favorável ao projeto, acatando parcialmente a Emenda nº 1, nos termos do substitutivo que apresenta, e rejeitando as demais emendas.

Observações:

1. Foram apresentadas as Emendas nº 01, de autoria do Senador Delcídio do Amaral, nºs 02 e 03, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, e nº 04, de autoria do Senador Cyro Miranda;

2. Em 26/4/11 e 25/5/11, foram realizadas audiências públicas para instruir a matéria;

3. Em 20/3/12 e 21/3/12, foram realizadas audiências públicas, em conjunto com a CCJ, para instruir a matéria;

4. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer pela constitucionalidade do projeto;

5. Em 11/4/12, foram apresentadas as Emendas nºs 5, 6 e 7, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, e nº 08, de autoria do Senador Aécio Neves.

Com a palavra o Senador e Líder Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Presidente Delcídio do Amaral, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, vamos ao relatório.

Vem a esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 72, de 2010, de autoria do eminente Senador Romero Jucá e de mais vinte e oito outros senhores Senadores, cujo objetivo é o descrito em epígrafe e já lido por V. Exª.

A matéria se apresenta em dois artigos.

O art. 1º estabelece, em seu *caput*, alíquota zero para o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior.

O § 1º do mesmo artigo estipula que a nova regra será aplicada aos bens e mercadorias importados do exterior que, após seu desembaraço aduaneiro: não tenham sido submetidos a processo de industrialização; ou tenham sido submetidos a processo que importe apenas em alterar a apresentação do produto, pela colocação de embalagem, ainda que em substituição da original.

O § 2º remete ao Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) a responsabilidade de baixar normas para fins de enquadramento de bens e mercadorias no disposto no § 1º, no que se refere à definição do que se considera industrialização.

O § 3º determina que, até que o Confaz providencie o disposto no § 2º, se aplique a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu queria só pedir silêncio. Desculpe-me, Senador Eduardo Braga.

O Senador Eduardo Braga está lendo seu relatório sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 72. Eu peço silêncio, por favor.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo pela compreensão o Presidente, os demais Senadores, bem como a Assessoria aqui presente, continuarei lendo o relatório. Aproveito para cumprimentar a Mesa, que tem a presença do Governador Raimundo Colombo e do Governador Marconi Perillo, que estão dando-nos a honra de sua visita ao Senado.

Continuando o relatório, Sr. Presidente.

O art. 2º é cláusula de vigência.

Ao justificar sua iniciativa, o autor defende a necessidade de uniformizar, em todos os Estados do Brasil, a cobrança do ICMS nas operações interestaduais com bens e mercadorias importadas do exterior, por intermédio de instrumento legislativo harmônico com as prerrogativas legiferantes do Senado Federal.

Apresentada em dezembro de 2010, a proposição foi distribuída unicamente à CAE.

Findo o prazo regimental, foram apresentadas três emendas.

A Emenda nº 01 – CAE, de autoria do Senador Delcídio do Amaral, Presidente desta Comissão, exclui da aplicação do art. 1º do PRS nº 72, de 2010, as operações com energia elétrica e com combustíveis líquidos ou gasosos, derivados ou não do petróleo.

A Emenda nº 02 – CAE, da lavra do Senador Ricardo Ferraço, nosso eminente Senador do Espírito Santo, estabelece restrição semelhante em relação às operações com bens e mercadorias importadas do exterior ao abrigo de lei estadual, promulgada em data anterior a 5 de outubro de 1988, destinada ao fomento de atividades vinculadas à estrutura portuária, e cuja receita seja prevista em lei orçamentária.

A Emenda nº 03 – CAE, também de autoria do Senador Ricardo Ferraço, propõe nova redação para o art. 1º do PRS nº 72, de 2010, com o seguinte teor:

"Art. 1º A alíquota do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações interestaduais e nas operações e prestações realizadas nas Regiões Sul e Sudeste, destinadas às Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e ao Estado do Espírito Santo, serão, respectivamente, a partir do oitavo ano subsequente ao da promulgação desta resolução:

a) dez por cento e sete por cento, no oitavo ano;

b) nove por cento e sete por cento, no nono ano;

c) oito por cento e sete por cento, no décimo ano;

d) sete por cento, no décimo primeiro ano."

Dada a complexidade e a repercussão da matéria na economia nacional, nos dias 26.04.2011 e 25.05.2011 foram promovidas duas audiências públicas no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos para discutir o projeto em si e a reforma tributária que se pode implementar a partir de sua aprovação.

Em 09.11.2011, o Plenário do Senado determinou a distribuição da proposição também à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ e, após, à CAE, na busca de mais esclarecimentos sobre a matéria, sobretudo em relação a sua constitucionalidade.

Foram realizadas outras duas audiências públicas em reuniões conjuntas entre a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos dias 20 e 21 de março de 2012.

Portanto, Sr. Presidente, vale a pena destacar que nós já fizemos, nada mais nada menos, aqui na nossa Comissão, quatro audiências públicas referentes a esse tema.

Análise.

Constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa.

A Constitucionalidade do PRS nº 72, de 2010, já foi avaliada em profundidade – e bote profundida-

de nisso – na CCJ. Com efeito, cabe à União legislar sobre direito tributário e sistema tributário conforme o disposto nos art. 24, inciso I, e art. 48, inciso I, da Constituição Federal.

A mesma Carta confere ao Senado Federal, em seu art. 155, § 2º, inciso IV, a prerrogativa de estabelecer as alíquotas do ICMS aplicáveis às operações e prestações interestaduais e de exportação, por intermédio de resolução de iniciativa do Presidente da República ou de um terço dos Senadores, aprovada pela maioria absoluta de seus membros.

A iniciativa parlamentar é amparada pelo art. 61, *caput*, da Constituição Federal.

A competência da Comissão de Assuntos Econômicos para deliberar sobre a propositura decorre do art. 99, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal.

Mérito.

Do Projeto

Os proponentes, na justificação do PRS nº 72, de 2010, chamam a atenção para as particularidades na repartição das receitas de ICMS em operações interestaduais. A partilha do imposto entre o Estado de origem e o Estado de destino das mercadorias e serviços é levada a cabo por meio da implantação de alíquotas interestaduais diferenciadas. Essa sistemática alcança também as mercadorias de procedência estrangeira, o que abre caminho para que os Estados, de acordo com sua conveniência, reduzam drasticamente a incidência do ICMS, atraindo para seu território empresas especializadas em adquirir produtos estrangeiros para revenda (*tradings*) ou mesmo produtores nacionais que, diante dos incentivos, optem por importar maquinários e outros bens de produção.

A reiteração dessa prática por parte das unidades federadas pode ter como consequência o sucateamento da indústria nacional. A perdurar o incentivo indiscriminado e incontrolado às importações, a tendência é que, cada vez mais, se dê preferência ao produto alienígena em detrimento do brasileiro.

O PRS nº 72, de 2010, tenta corrigir essa distorção deslocando a tributação de ICMS dos bens e mercadorias importados do exterior exclusivamente para o Estado em que se der o consumo, independentemente do local por onde o produto ingressar no País.

Das emendas

A Emenda nº 01 – CAE propõe excluir do alcance do projeto em análise as operações com energia elétrica e com combustíveis líquidos ou gasosos, derivados ou não do petróleo. Parte-se do princípio de que esses produtos não contribuem para a chamada guerra fiscal e que a continuidade de sua importação é fundamental para o progresso de determinadas regiões brasileiras, especialmente as menos favorecidas.

A Emenda nº 02 tenta preservar os direitos e as obrigações já regulados por lei estadual anterior à promulgação da Constituição Federal de 1988 e que se reportem ao fomento da atividade portuária, com receita prevista em lei orçamentária. A ideia é conferir segurança jurídica às situações oriundas de antigos programas de investimento focados no comércio exterior, evitando que os Estados percam abruptamente receitas fundamentais para o seu desenvolvimento.

A Emenda nº 03 procura reorientar a proposta original do projeto, delimitando seu alcance espacial e escalonando sua eficácia no tempo, de forma que os Estados disponham de prazo para se preparar para uma alteração tão radical no sistema de cobrança do ICMS.

Diante do exposto, Sr. Presidente, entendeu o Relator que seria necessária a apresentação de um substitutivo para que pudéssemos buscar representar todas as discussões ocorridas nas audiências públicas e, ao mesmo tempo, a preservação das receitas originárias em cada um dos Estados provenientes dos sistemas de importação e também estabelecer para aqueles Estados que possuem indústria de transformação mecanismos que reconhecessem o seu direito constitucional de poder legislar, no âmbito do seu Estado, a sua própria alíquota estadual.

Destaco, mais uma vez, que esse projeto apresentado pelo Senador Romero Jucá trata, única e exclusivamente, de alíquota interestadual e não de alíquota interna dos Estados, competência de cada uma das unidades federativas do País.

Do substitutivo, Sr. Presidente.

De forma a evitar a redução radical e abrupta da alíquota em questão para zero, o que, no nosso entendimento, traria grandes prejuízos à arrecadação dos Estados que praticam essa política, propomos a fixação em 4% como razoável, um meio termo entre a necessidade do País de controlar a entrada indiscriminada de produtos estrangeiros e a possibilidade de permanência, ainda que residual, dos incentivos concedidos pelos Estados à atividade de importação.

Digo isso, Sr. Presidente, porque todo o espírito do autor dessa propositura e dos outros 28 Senadores que a subscreveram em apoiamento ao autor deste PRS é no sentido de que nós possamos evitar a desindustrialização, evitar a exportação de empregos do Brasil e, ao mesmo tempo, buscar o equilíbrio federativo com os Estados envolvidos.

Para tanto, propusemos, no nosso substitutivo, duas medidas importantes: elevação de zero para 4% na alíquota interestadual dos bens que são importados por esses Estados, bens esses que são, inclusive, bens finais, assegurando o mecanismo do valor agre-

gado local, para que se possa estimular a indústria de transformação nos Estados de origem.

O substitutivo estipula que a alíquota de 4% incidirá sobre bens e mercadorias importados do exterior, que, após o seu desembaraço aduaneiro, mesmo submetidos a processo de industrialização, resultem em mercadorias ou bens com conteúdo de importação superior a 40%. Contudo, conteúdo de importação é definido como percentual que corresponde ao coeficiente entre o valor da parcela importada do exterior e o valor total da operação de saída interestadual da mercadoria ou bem, conhecida como indústria de transformação.

O substitutivo faculta ao Confaz baixar normas para que o processo de Certificação do Conteúdo de Importação – CCI – possa ser realizado.

Portanto, Sr. Presidente, pelas razões apresentadas, votamos pela aprovação do PLS nº 72, acatando parcialmente a Emenda nº 01 e rejeitando as demais emendas, na forma da seguinte emenda substitutiva:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 72, DE 2010

Estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. A alíquota do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior será de 4%.

§1º O disposto neste artigo aplica-se aos bens e mercadorias importados do exterior que, após seu desembaraço aduaneiro:

I. não tenham sido submetidos a processo de industrialização;

II. ainda que submetidos a qualquer processo de transformação, beneficiamento, montagem, acondicionamento, reacondicionamento, renovação ou recondicionamento, resultem em mercadorias ou bens com conteúdo de importação superior a 40%.

O conteúdo de importação a que se refere o inciso II do § 1º é o percentual correspondente ao coeficiente entre o valor da parcela importada do exterior e o valor total da operação de saída interestadual da mercadoria ou bem, ou seja, mantém-se o incentivo para a indústria de transformação.

§ 3º O Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz – poderá – veja a diferença, Sr. Presidente – baixar normas para fins de definição dos critérios e procedimentos a serem observados no processo de certificação de conteúdo e importação.

Por que "poderá"? Para que não fique engessada a operação nos Estados hoje detentores desse benefício enquanto não houver unanimidade no Confaz.

O disposto nesta regulação não se aplica às operações que se destinem a gás natural importado do exterior a outros Estados.

Art. 3º. Esta resolução entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Portanto, Sr. Presidente, era esse o relatório a ser apresentado.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Nós estamos, na realidade, tratando do Projeto de Lei de Resolução nº 72, de 2010.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Projeto de Resolução.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Projeto de Resolução.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Em discussão, o Senador Pimentel.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Peço vistas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Nos termos regimentais, peço vistas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Pimentel.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Vista coletiva, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, vistas coletivas são dadas.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vistas coletivas.

Nós pautaremos a matéria para a próxima terça-feira, às 10 horas da manhã, na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Presidente Delcídio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Blairo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Eu tenho uma pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Por favor, a sessão ainda não se encerrou.

Senador Blairo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Tenho uma pergunta ao Relator Eduardo Braga.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pergunta ao Relator, Senador Eduardo Braga. *(Pausa.)*

Pergunta ao Relator, Senador Eduardo Braga.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Líder Eduardo Braga.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O Senador Blairo quer fazer uma pergunta a V. Exª. *(Pausa.)*

Então, foram dadas vistas coletivas. Portanto, agora é só uma observação que o Senador Blairo quer fazer.

Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, Srs. governadores aqui presentes, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, eu levei um susto aqui, porque achei que o nosso Líder Braga havido lido e sumido.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Sumido.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Não. Ele estava cumprimentando os amigos lá no fundo.

Farei uma pergunta, Senador, para esclarecimento.

A condição do Estado do Mato Grosso é um pouco diferente daquela que o Espírito Santo e Santa Catarina têm reivindicado, e o Estado de Goiás também, porque eles estão importando mercadorias e transferindo para a industrialização em outros locais.

O Estado de Mato Grosso tem a operação baseada na falta da devolução dos recursos da Lei Kandir. Internamente, no Mato Grosso, instituímos que a alíquota de importação, de insumos e bens de capitais é zero, porque não se gera crédito. Nós temos um acordo com os setores produtivos de que, se não se gera crédito, também não há necessidade de compensar ninguém.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Internamente?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Internamente; não é para exportação.

A minha pergunta bem clara é a seguinte: na questão do Estado do Mato Grosso, com alíquota zero, qual é o procedimento? Ele continua a fazer da mesma forma? Eu não serei obrigado a dar o crédito de 4% aos produtores daquele Estado?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Bem, Sr. Presidente, em resposta...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Em resposta ao questionamento do nosso Senador Blairo Maggi, é importante repetir o que eu disse há pouco: os Estados têm competência exclusiva na Constituição Federal para legislar, no âmbito do próprio Estado, sobre a alíquota interna naquele Estado. Portanto, se a importação for para consumo interno no Estado do Mato Grosso, a alíquota pode ser zero, a alíquota pode ser cinco, a alíquota pode ser trinta, pode ser trinta e cinco. O que não pode é o Estado do Mato Grosso estabelecer uma alíquota interestadual para que o Estado do Mato Grosso do Sul, Estado de V. Exª, receba aquela mercadoria com crédito, como se fosse um crédito presumido, sem que tivesse havido o devido recolhimento do imposto no Estado originário.

Portanto, a operação interna, dentro do Estado, conhecida como alíquota interna, é competência exclusiva dos Estados e continuará assim pós-resolução do Senado, até porque essa é uma competência privativa, exclusiva de cada um dos Estados federados.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, posso perguntar também?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Ferraço, V. Exª pode perguntar o que entender.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Aproveitando a presença do Dr. Paulo Skaf, que nos honra muito por estar aqui...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Cumprimento o Dr. Paulo Skaf, Presidente da Fiesp, mais uma vez.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu gostaria de pedir a atenção do nosso queridíssimo Presidente e do nosso Relator Eduardo Braga, porque, na prática, o que nós estamos operando?

Nós estamos desonerando de ICMS os produtos importados. Por que não aproveitamos esta oportunidade e criamos uma alíquota única para nacionais

e importados? Por que discriminar os nacionais em relação aos importados? Por que vamos tirar a carga tributária dos importados e vamos manter a carga tributária alta na indústria nacional?

Então, acho que nós poderíamos, inclusive, pensar em debater aquilo que foi proposto aqui pelo Nelson Barbosa, de que desonerar os importados seria apenas um primeiro passo para uma reforma tributária no ICMS. Em lugar de termos 27 legislações que regulamentassem o ICMS, por que não aproveitarmos em definitivo e fazermos, Presidente Paulo Skaf, uma reforma de ponta a ponta que dê ao Brasil uma legislação moderna e um tratamento similar? Não faz sentido continuarmos onerando a produção nacional e desonerando os produtos importados.

Acho que esse é um debate que nós precisamos aprofundar aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, aproveitando esta oportunidade, Senador Eduardo Braga, para que possamos ir adiante nesse debate. Acho que esta é uma oportunidade para que possamos ir além dessa contribuição e dessa proteção que estamos dando à indústria nacional. Este é um clamor da indústria brasileira: que nós possamos desonerar a indústria brasileira, porque essa é uma das razões que está claramente subtraindo competitividade da indústria nacional. Portanto, se podemos ir a um ambiente ótimo, por que ficarmos num ambiente bom?

E vejam o sorriso do Senador Jucá, meio que concordando com essa tese, porque esta, sim, é uma medida que vai de fato proporcionar ao nosso País a condição de termos uma legislação que vai possibilitar ampliar, multiplicar a geração de empregos e oportunidades, porque nós podemos ir além. Nós podemos ousar na direção de aproveitarmos que, agora, a Comissão de Constituição e Justiça declarou que a proposta é constitucional, e nesta Comissão estamos debatendo apenas o mérito – portanto, o impacto econômico.

Pergunto ao nobre Líder Eduardo Braga por que não aproveitarmos e ousarmos. Por que – vou repetir – discriminarmos o importado em relação ao nacional? Por que tributar o nacional além do importado? Ora, esta é uma oportunidade, Presidente Paulo Skaf, de nós ousarmos, e esta oportunidade, quero crer, esta Comissão não pode perder. É a pergunta que faço, e o debate que quero aprofundar, Senador Armando Monteiro, na direção de fazermos isso. Isso, sim, vai dar à indústria nacional a proteção de que nós precisamos para continuar proporcionando uma geração de empregos cada vez maior em nosso País.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Bem, Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de dizer que é sempre muito difícil poder contraditar um eminente e ilustre Senador, da qualidade e da estirpe do nosso querido Senador Ricardo Ferraço. No entanto, no que tange a esta matéria, o que há de fato é uma guerra de portos que dá benefícios para a importação de produtos e bens finais, gerando emprego na Coreia, gerando emprego na China, gerando emprego no exterior e provocando desemprego nos bolsões de pobreza do Brasil.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Não há discordância em relação a isso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Afinal de contas, ao importarmos bens finais, produzidos no exterior, com incentivos fiscais, feito de acordo com decisão do Supremo Tribunal Federal, de forma ilegal, nós estamos desequilibrando o pacto federativo; nós estamos provocando a desindustrialização brasileira, em detrimento da política de industrialização e de crescimento da oferta de emprego e da geração de PIB do nosso País.

Portanto, o que nós não podemos aqui, no afã de discutir o que é meritório, as questões locais e pontuais do Estado do Espírito Santo, locais e pontuais do Estado de Santa Catarina, locais e pontuais de todos os outros Estados, abrirmos mão de uma política que possa agregar emprego, gerar oportunidade de emprego, renda, fazer com que o Produto Interno Bruto brasileiro volte a crescer. Sr. Presidente!

É do conhecimento de todos aqui no Senado, de toda a Nação brasileira, que acabaram de ser publicados os índices de industrialização do Produto Interno Bruto brasileiro do primeiro bimestre de 2012, e lamentavelmente, meu caro Presidente, após quatro trimestres de decréscimo do PIB industrial, novamente temos decréscimo no PIB industrial nos meses de janeiro e fevereiro.

E se não fosse verdade o que estão dizendo, o próprio Estado do Espírito Santo, com todo o Fundap, teve um decréscimo na sua economia, na área econômica, de nada mais nada menos do que 3,4%. O que mostra que essa é uma política que pode ter dado certo para um determinado momento da economia nacional e para um determinado momento da política internacional, monetária e fiscal, que não é o momento.

Agora, eu não me recuso e não me nego a debater com o nosso ilustre, competente e amigo Senador Ricardo Ferraço em qualquer momento e em qualquer instante sobre reforma tributária.

O que nós estamos tratando aqui é de acabar com uma porta que estava fazendo com que produtos... E eu quero saber quem é o Senador que vai defender

importação de carros prontos, que vão entrar no Brasil com o benefício do incentivo fiscal desempregando o povo brasileiro, Sr. Presidente. Quem é que vai defender aqui a importação de produto final pronto, entrando no Brasil com benefício fiscal, desempregando o povo brasileiro.

Enquanto o projeto de indústria lá do Amazonas, do Pólo Industrial da Zona Franca de Manaus, que foi citado várias vezes no dia de hoje, é obrigado a cumprir um processo produtivo básico para que possamos comprovar o índice de nacionalização da nossa indústria. E entram por esses portos e por essa guerra produto final com incentivo fiscal dos outros Estados. Isso é um equívoco e é uma atitude pouco patriótica. Para com quem? Para com os brasileiros. Indistintamente. Com os brasileiros de Santa Catarina, com os brasileiros do Espírito Santo, com os brasileiros de Goiás.

Portanto, se é esse o debate, nós, sejamos Senadores ou sejamos do Governo, estamos dispostos a travar, porque esse é o debate que gerará oportunidade de emprego e renda para os brasileiros, não para aqueles que estão no exterior olhando para o mercado consumidor – o nosso País, o nosso esforço fiscal, o nosso esforço monetário criou uma nova classe média dentro da sociedade brasileira, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Eduardo Braga.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – É só para aprofundar o debate.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Agora, com a palavra o Senador Wellington, que já havia pedido a palavra. E depois, concluindo, o Senador Ferraço, com chave de ouro, hoje, depois de passar... E o Senador Armando Monteiro também.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado, Presidente, obrigado pela chave de ouro, depois de ter sido enterrado vivo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Aí, Senador Ferraço, encerrando com chave de ouro.

Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, primeiro eu quero dizer do orgulho que tenho de estar aqui nesta Casa tratando de temas do mais alto interesse do nosso País.

Eu acho que não há mecanismos melhores do que esse que estamos construindo. Não só o Projeto de Resolução 72, mas há outros aqui que também estão pactuados, como esse da redução da dívida, e os encargos da dívida dos Estados, como esse relacionado ao comércio eletrônico, ao *e-commerce*.

Eu quero aqui dizer, Sr. Presidente, ao meu querido Ferraço que, primeiro, não nos furtamos a debater. Aliás, o Governo apresentou uma proposta, eu ainda era do fórum dos governadores, quando, por duas vezes, estivemos muito próximos de uma pactuação para tratar inclusive do ICMS interestadual. Infelizmente, ali, por conta da posição de um ou de dois Estados, não chegamos ao entendimento.

A proposta tramita, a proposta está à disposição. Aliás, eu acho que o passo que estamos dando aqui vai dar uma abertura para outros passos. Por quê? Porque, além de tudo, significa, nem sei se o autor do projeto compreende isso, que, no momento em que os Estados estão perdendo capacidade de investimento, a aprovação de um projeto como esse não só ajuda o crescimento econômico que precisamos para gerar emprego... E aí não tem jeito, estamos falando aqui, vamos ser claros, da enxurrada de produtos vindos da China, vindos de outros países, que entram aqui derrotando nossas empresas, derrotando nossos empregos. Claramente é isso. Estados ainda pouco industrializados são os mais prejudicados. Aqueles que estão começando um processo de industrialização, como o meu, o Estado do Piauí, de repente vêem suas indústrias sendo arrebentadas por conta desse processo.

Então, eu creio que é uma votação que tem todo um sentido nacional. E, por isso, eu acho que vale a pena, sim, ter esse olhar em relação ao Espírito Santo, em relação a Santa Catarina, em relação a Goiás, porque a partir de entendimentos como esse e inclusive essa abertura... Eu quero parabenizar aqui o Senador Eduardo Braga por ter esse olhar.

Se temos efeito colateral, por exemplo, em relação ao gás que vem da Bolívia para alguns Estados, não há nenhum interesse aqui na discussão em causar um prejuízo em relação a um tema como esse. Eu compreendo perfeitamente. Agora, nós não podemos abrir mão disso, Presidente.

Eu quero aqui parabenizar V. Exª, o Senador Romero Jucá pela iniciativa, e os que assinaram juntos. E vamos estar juntos aqui aprovando. E temos que terça-feira dar essa sinalização para o País. Mas, mais do que isso, discutir outros temas que estão aqui, outros temas que são próprios da Federação. Inclusive, eu digo aqui, o da reforma mais profunda, que tramita, que está aqui, que é uma posição de governo.

Eu acho que nós temos que aqui tratar, aproveitar esse embalo, como se diz, e dar conta de uma reforma mais profunda. Porque é o crescimento econômico que faz crescer.

E eu quero finalizar, Sr. Presidente, dizendo aqui aos presentes: lembro-me, quando discutíamos o Simples nacional, o receio que tinham os Estados de ter

uma redução na carga em favor das micro e pequenas empresas. Todos os Estados, após a redução, tiveram crescimento de receita. Todos os Estados tiveram crescimento de receita.

Então, eu creio que a sinalização que estamos tendo, com queda na taxa de juros, a sinalização que estamos tendo em todas as outras áreas assegura as condições de um crescimento sólido e geração de emprego.

Por isso, Sr. Presidente, eu quero sustentar que nós temos, sim, que dar um passo. Primeiro, esse. E esse é um passo importante para o desenvolvimento do nosso País.

Era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Wellington Dias.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Presidente, é apenas para me somar a alguns companheiros e dizer que houve um debate amplo dessa matéria, inclusive nas audiências conjuntas que foram promovidas, também sob a sua presidência. E restou desse debate, largamente, a compreensão de que não é possível manter, nessa dimensão da guerra fiscal, esse tipo de incentivo, essa espécie de incentivo. Essa é a mais perversa espécie de incentivo. Ou seja, é discriminar o produto nacional, vis-à-vis a competição com o produto importado, como se já não tivéssemos algo que representa um poderoso incentivo à importação, que é o câmbio. Se não bastasse o câmbio, ainda temos uma realidade em que se concedem incentivos fiscais adicionalmente à importação.

Isso fere a lógica econômica, isso desmonta setores e cadeias produtivas no Brasil, mata empregos na indústria. Portanto, de todas as espécies de incentivos... E aqui eu tenho que fazer uma homenagem ao Senador Eduardo Braga, porque eu conheço o Pólo de Manaus, e lá é impressionante verificar que o processo de industrialização que ocorreu produziu um modelo verticalizado de produção.

Quem conhece a Honda, que é a maior planta de duas rodas do mundo, sabe que lá se processa uma industrialização integrada. Os blocos dos motores, a fundição, gerando, no pólo de Manaus, cem mil empregos diretos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Meu número está desatualizado então. Cento e trinta mil empregos diretos, e empregos de qualidade, empregos que constituem uma remuneração digna ao trabalhador.

Então, há incentivos e incentivos. Nessa espécie, o pior deles, sem dúvida nenhuma, é o incentivo que é dado à importação dessa forma.

Quero concordar com o meu prezado companheiro e colega Senador Ferraço. Nós precisamos avançar muito no Brasil, nós precisamos discutir todas essas distorções que estão presentes hoje na legislação.

Eu gostaria que a isonomia se desse pela desoneração. A melhor e mais saudável isonomia é a que seria feita pela desoneração. Na impossibilidade de fazê-la por uma ampla desoneração, vamos fazê-la, ainda que ao preço de onerar as importações, porque isso significa conceder ao produto nacional um tratamento isonômico, que é o que nós devemos buscar.

Mas não nos iludamos. A agenda pró-competitividade nos remete a uma agenda muito mais ampla, muito mais complexa, e é preciso que esta Casa tenha compreensão de que nós temos que perseverar nessa agenda. E essa agenda nos leva à compreensão de que o Brasil precisa investir em inovação; o sistema educacional precisa melhorar; precisamos produzir uma reforma tributária ampla; precisamos fazer que este País possa investir em infraestrutura, em suma, reduzir os custos logísticos.

Portanto, é uma agenda desafiadora que se coloca para o futuro. Mas eu não tenho nenhuma dúvida. Se algo é possível fazer agora, é interromper essa prática que é tão deletéria e tão nociva ao interesse da produção nacional.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Armando Monteiro, que participou de todos os debates sobre esse tema e tem uma atuação muito importante na Comissão de Assuntos Econômicos.

E agora, encerrando, o Senador Ferraço.

Aliás, aproveitando a presença de todos, é um requerimento, para atender os nossos atos.

É um requerimento que solicita a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Constituição e Justiça para discutir os critérios de cálculo, entrega, controle das liberações e distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal.

Esse requerimento é assinado pelo Senador Randolfe Rodrigues. Ele convida os Srs. José Roberto Rodrigues Afonso, economista, o Ministro Gilmar Mendes, Ministro do Supremo Tribunal Federal, o Sr. Arno Augustin, que é o Secretário do Tesouro Nacional, o Sr. Nelson Barbosa, Presidente do Confaz em exercício, e o Sr. Nelson Jobim, ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal.

As justificativas aqui se encontram. É importante destacar que tramitam conjuntamente por esta Casa

o PLS 289, de 2011, Complementar, de autoria do Senador Randolfe e do Senador Romero Jucá, que é o mesmo autor do Projeto de Resolução 72, e o PLS 192, de 2011, Complementar, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que trata do tema objeto dessa audiência pública.

E, por último, essa audiência pública tem a finalidade de discutir os critérios de distribuição do FPE. Nós vamos aprovar uma agenda muito mais ampla, Senador Eduardo Braga, que já está pronta e que nós vamos trazer.

A Senadora Vanessa Grazziotin foi citada aqui. O PLS 192.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Há um de minha autoria também.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Então nós vamos acrescentar, se o Senador Randolfe concordar, o projeto de autoria do Senador Ferraço.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito. Inclusive tenho a honra de relatá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Então vamos ajustar aqui o texto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Então eu só estou fazendo a leitura porque na terça-feira nós votaremos esse requerimento, conforme os atos determinam.

O Senador Randolfe quer fazer algum comentário?

Aí, Senador Ferraço, V. Exª fecha.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não, Excelência.

Presidente!

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – O meu comentário é muito rápido, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, Senador Randolfe, se V. Exª permite.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – É claro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – O Senador Ferraço conclui esse debate e V. Exª fecha.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Se há uma coisa que nós todos precisamos saber é olhar pelo para-brisa e não fixarmos o olho apenas no retrovisor, em que pese o retrovisor ter sua importância ao longo da nossa estrada.

O que estou tentando dizer ao Senador Eduardo Braga, meu querido amigo, e ao Senador Armando Monteiro, é o seguinte: nós precisamos ir adiante. O problema dos incentivos não pode se transformar no bode expiatório. O problema dos incentivos não é nem de longe o principal problema que nós precisamos enfrentar.

Nós continuamos com a terceira energia mais cara do mundo; nós continuamos com um sistema tributário regressivo, injusto, complicado; nós continuamos com baixa taxa de poupança, por isso estamos importando gasolina, porque no tempo não construímos as refinarias que teríamos que construir para suprir a demanda do País. Então, esses fatores todos precisam continuar sendo considerados para que nós não caiamos aqui na ilusão ou na armadilha de que fazendo isso que estamos fazendo – não com o meu voto – com os incentivos, nós estaremos resolvendo o problema da competitividade da indústria nacional. Não estamos resolvendo.

Fiz aqui uma provocação que me parece meritória: por que vamos desonerar o produto importado e vamos continuar onerando a produção nacional? Por que não criarmos uma igualdade de competição, para que, desta forma, nós possamos ampliar a geração e a oportunidade para os brasileiros?

Este é um debate que não se encerra aqui. Ele precisa ir adiante. Nós não vamos, com atitudes conjunturais, resolver o nosso problema, que é estrutural, que, governo após governo, anda de lado e não faz um enfrentamento. A minha tese é de que o atual Governo, com a base política oceânica que tem, poderia se valer dessa base para que pudéssemos aprofundar o debate em relação a essas questões que são estruturantes.

Essa é a provocação que fiz e que faço ao meu nobre e querido amigo Eduardo Braga, para que possamos ter a capacidade de ousar ainda mais. Já que se ousou até aqui, por que não ousar ainda mais? Por que não observarmos mundo afora aquilo que deu certo e, com as nossas características e naturezas, implementarmos no nosso País? Essa é a provocação que fiz aqui ao Líder Eduardo Braga e, evidentemente, ao Senador Armando Monteiro que, como líder não apenas do Estado de Pernambuco, mas um líder nacional, possa de fato nos ajudar, porque esta tem sido a tônica do seu mandato nesta comissão: trabalhar para que a indústria nacional possa ser mais eficaz, mais competitiva, e isso possa traduzir-se em melhoria da condição e oportunidade para os brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Ferraço.

Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, sem querer invocar o art. 14, veja como é sempre muito interessante e, diria eu, até estimulante o debate com o ilustre Senador Ricardo

Ferraço. O Senador Ricardo Ferraço traz efetivamente uma discussão dos próximos passos. Os próximos passos não poderiam existir se, sempre, não houvesse o primeiro passo a ser dado. E olhe como é difícil dar o primeiro passo. Esta matéria está tramitando nesta Casa desde o final de 2010. Nós realizamos sobre esta matéria quatro audiências públicas. Enfrentamos mais de um ano e três meses de debates e ainda vamos enfrentar alguns debates antes que ela possa ser votada no Senado.

Portanto, quero apenas dizer ao meu ilustre amigo, a quem eu tenho uma admiração e um respeito enorme, não só pela sua qualidade de homem público, mas pela pessoa humana e pela figura humana que representa Ricardo Ferraço, que estamos todos aqui imbuídos de fazer com que o Brasil seja cada vez mais um país preparado para o futuro e que tenha nas futuras gerações melhores oportunidades, não apenas para aqueles que vivem em algumas poucas regiões, mas para um país de dimensão continental, onde muitos grotões ainda precisam ser vencidos.

Era isso, Sr. Presidente, colocando-me ao lado do Senador Ricardo Ferraço nessa luta por um Brasil melhor e um Brasil mais competitivo para o futuro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga. E também pela competência, pelo relatório apresentado ao projeto de resolução do Senador Romero Jucá e pela rapidez e determinação de V. Exª em toda essa articulação que – sei – não foi fácil.

Com a palavra o Senador Randolfe e, depois, fechando, a Senadora Vanessa Grazziotin, que também quer falar alguma coisa.

Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, serei breve. Primeiramente, concordar com o que afirmou aqui o Senador Ferraço: não vamos entender a Resolução nº 72 como a panaceia da indústria nacional, mas é verdade e é por isso, inclusive, o objeto deste requerimento do debate do Fundo de Participação dos Estados. É um debate que me parece, Senador Ferraço, imbricado nos debates que já travamos aqui, sobre *royalties*, no próprio debate da Resolução nº 72, no debate das propostas de emenda constitucional que apreciamos hoje, do relatório do Senador Renan Calheiros.

Esse debate do FPE é fundamental, e estamos perdendo o trem da história e correndo o risco de, mais uma vez, delegar para o Supremo Tribunal Federal a responsabilidade por aquilo de que nós omitimos. Desde 2010, o Supremo disse que temos de estabelecer novas regras para o FPE e ainda não fizemos isso. Estamos agora com o prazo reduzidíssimo, em que pese a instituição da comissão formada aqui e em que pese o interesse de todos os líderes em fazer o debate. E ao Congresso. Até dezembro, a decisão do STF fala de o Congresso Nacional resolver. Ainda temos a Câmara, sem contar que, a partir de julho, é período eleitoral: temos um funcionamento abaixo da média de funcionamento convencional. Portanto, é urgente essa audiência pública.

Eu queria, Presidente, só trazer uma informação: a CCJ está sugerindo, em diálogo hoje de manhã com o Presidente Eunício, a data da próxima quinta-feira. Se, por acaso, for de conveniência também para V. Exª e para a Comissão de Assuntos Econômicos, acredito seria um bom momento para travarmos o debate aqui no Senado sobre o conjunto dos projetos que tramitam sobre esse tema importante, cuja definição nós ainda estamos retardando, que é o tema do Fundo de Participação dos Estados.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Randolfe. Com certeza, quinta-feira é um bom dia para fazermos este primeiro debate de uma série de debates que faremos, parabenizando V. Exª pela apresentação do requerimento.

Senadora, por último mas não menos importante, Vanessa Grazziotin, do Amazonas.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Mas serei mais rápida, mais breve, Sr. Presidente.

Eu não podia deixar de registrar, primeiro, minha concordância com as intervenções que pude ouvir do Senador Eduardo Braga e do Senador Armando Monteiro. Concordar com o que eles disseram integralmente. Nós não estamos, e ninguém tem a pretensão de, com a votação da Resolução nº 72, resolver os problemas do Brasil, que são muito maiores do que isso. Entretanto, como disse o Senador Eduardo, é um primeiro passo, mas um passo muito importante. Está aí: estamos discutindo e vamos iniciar uma bela discussão a respeito das novas regras da repartição dos tributos com os Estados brasileiros, que, aliás, não é, Senador Randolfe, por uma determinação do Supremo. Engana-se quem diz isso. Foi a Constituição de 1988, assinada pela Senadora, à época Deputada Federal Constituinte Lídice da Mata, que disse que aqueles critérios valeriam até nova lei complementar ser elaborada pelo Congresso Nacional. E, até hoje, não tivemos essa capacidade. Pois vamos ter agora. Vamos trabalhar o novo pacto federativo e uma nova política industrial brasileira, porque nós estamos enfrentando uma face da guerra fiscal no Brasil. Temos outra muito maior, que abrange um número de unidades da Federação muito maior e que, no fundo, vem empobrecendo muito nossa Nação. Se serve, por um

lado, para desenvolver regionalmente o País, por outro lado, retira recursos fundamentais para o Estado brasileiro e para o povo brasileiro.

Então, quero cumprimentar a capacidade do líder do Governo, de permitir que tivéssemos esta etapa aqui hoje na Comissão e, não tenho dúvida alguma, nós teremos belos e importantes não só debates, mas decisões neste ano ainda de 2012, aqui no Congresso Nacional, no sentido de dotar o Brasil de melhores condições para que se desenvolva, mas, como diz a Presidenta Dilma, se desenvolva melhorando a qualidade de vida do nosso povo e da nossa gente.

Muito obrigada e parabéns também, Senador Delcídio.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 15 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 32 minutos.)

Ata da Décima Quinta Reunião, Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, Realizada em 17 de Abril de 2012, às 10 Horas, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às onze horas e três minutos do dia dezessete de abril do ano de dois mil e doze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Vanessa Grazziotin, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Ivo Cassol, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Clésio Andrade, Ricardo Ferraço, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, José Agripino, Aécio Neves, Paulo Bauer, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Antonio Russo, Blairo Maggi, Kátia Abreu e Randolfe Rodrigues, e, ainda, dos Senadores Renan Calheiros, Ana Rita, Magno Malta e Lúcia Vânia, e dos Governadores dos Estados do Espírito Santo e de Santa Catarina, Exmo. Srs. Renato Casagrande e Raimundo Colombo, e do Vice-Governador do Estado de Goiás, Exmo. Sr. José Eliton de Figueiredo Júnior. Deixam de comparecer a Senadora Lídice da Mata e os Senadores Eunício Oliveira, Lobão Filho, Demóstenes Torres e João Ribeiro. O Presidente declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da Ata da 14ª Reunião, que é dada como aprovada. Em seguida, comunica aos Membros que a Comissão recebeu o seguinte documento para seu conhecimento: Aviso nº 21 de 2012, de 29 de março de 2012, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do Real referentes ao mês de fevereiro de 2012, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas. O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da pauta. Item 1– Projeto de Resolução do Senado nº 72 de 2010, não terminativo, de autoria do Senador Romero Jucá e outros, que "estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior", tendo como Relator o Senador Eduardo Braga, que oferece relatório favorável ao Projeto, acatando parcialmente a Emenda nº 1, nos termos do Substitutivo que apresenta, e rejeitando as demais Emendas. Foram apresentadas as Emendas nº 1, de autoria do Senador Delcídio do Amaral, nºs 2 e 3, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, e nº 4, de autoria do Senador Cyro Miranda. Em 26/4/11 e 25/5/11, foram realizadas audiências públicas para instruir a Matéria. Em 20/3/12 e 21/3/12, foram realizadas audiências públicas, em conjunto com a CCJ, para instruir a Matéria. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer pela constitucionalidade do Projeto. Em 11/4/12, foram apresentadas as Emendas nºs 5, 6 e 7, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, e nº 8, de autoria do Senador Aécio Neves. Em 11/4/12, foi concedida Vista Coletiva. Em 12/4/12, foram apresentadas as Emendas nºs 9 e 10, de autoria do Senador Cyro Miranda. Em 13/4/12, foi retirada a Emenda nº 9 e foram apresentadas as Emendas nºs 11 e 12, de autoria do Senador Cyro Miranda. Em 17/4/12, foram apresentadas as Emendas nºs 13 e 14, de autoria do Senador Luiz Henrique, a Emenda nº 15, de autoria do Senador Blairo Maggi, a Emenda nº 16, de autoria do Senador Paulo Bauer, as Emendas nºs 17, 18, 19 e 20, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, e a Emenda nº 21, de autoria do Senador Clesio Andrade. Em 17/4/12, foi retirada a Emenda nº 15, de autoria do Senador Blairo Maggi. Anunciada a Matéria, é apresentado pelo Senador Ricardo Ferraço Requerimento de Adiamento de Discussão para que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania analise a constitucionalidade do Substitutivo apresentado pelo Relator. Colocado em votação, a Comissão rejeita o Requeri-

mento de Adiamento da Discussão por dezoito votos contrários, sete votos favoráveis e nenhuma abstenção. Votam vencidos os Senadores Antonio Carlos Valadares, Casildo Maldaner, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Cyro Miranda, José Agripino e Paulo Bauer. Em seguida, o Relator, Senador Eduardo Braga, procede à leitura da Complementação de seu Relatório, acatando parcialmente a Emenda nº 1, nos termos do Substitutivo que apresenta, e rejeitando as Emendas nºs 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20 e 21. O Presidente concede a palavra ao Vice-Governador do Estado de Goiás, José Eliton de Figueiredo Júnior, ao Governador do Estado de Santa Catarina, Raimundo Colombo, e ao Governador do Estado do Espírito Santo, Renato Casagrande. Usam da palavra os Senadores Paulo Bauer, Cyro Miranda, Casildo Maldaner, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Aloysio Nunes Ferreira, Luiz Henrique, José Pimentel, Ricardo Ferraço, Armando Monteiro, Romero Jucá, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Eduardo Suplicy, Ana Amélia, Ana Rita, Aécio Neves, Inácio Arruda, Lúcia Vânia, Flexa Ribeiro, José Agripino, Lindbergh Farias e Eduardo Braga, Relator da Matéria. Posteriormente, é apresentado pelos Senadores Casildo Maldaner, Luiz Henrique, Paulo Bauer, Ricardo Ferraço e Cyro Miranda Requerimento de Adiamento da Votação da Matéria. Colocado em votação, a Comissão rejeita o Requerimento de Adiamento da Votação por treze votos contrários, doze votos favoráveis e nenhuma abstenção. Votam vencidos os Senadores Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Casildo Maldaner, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Ana Amélia, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, José Agripino, Aécio Neves, Blairo Maggi e Kátia Abreu. Antecedendo à votação do Relatório, são colocados em votação em globo os Requerimentos de Destaque para Votação em Separado das Emendas nºs 3, 8, 13, 14, 16, 17, 18, 19 e 21. A Comissão rejeita os Requerimentos de Destaque para Votação em Separado por quinze votos contrários, dez votos favoráveis e nenhuma abstenção. Votam vencidos os Senadores Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Casildo Maldaner, Luiz Henrique, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, José Agripino, Aécio Neves e Kátia Abreu. Colocado em votação o Relatório, a Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, acatando parcialmente a Emenda nº 1, nos termos da Emenda nº 22, renumerada como Emenda nº 1-CAE (Substitutivo), e rejeitando as Emendas nºs 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20 e 21, por vinte votos favoráveis, seis votos contrários e nenhuma abstenção. Votam vencidos os Senadores Lindbergh Farias, Casildo Maldaner, Luiz Henrique, Cyro Miranda, José Agripino e Paulo Bauer. Aprova, também, a apresentação de Requerimento de Urgência para a Matéria. Item 2– Projeto de Lei do Senado nº 530 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "altera o art. 5º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para condicionar a amortização de débito junto ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), pelo estudante financiado, à obtenção de rendimentos pessoais sujeitos à tributação pelo imposto de renda das pessoas físicas", tendo como Relator o Senador Armando Monteiro, que oferece relatório contrário ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada. Item 3– Projeto de Lei do Senado nº 135 de 2010, não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "altera a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, para fixar o piso nacional de salário dos vigilantes", tendo como Relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada. Item 4– Projeto de Lei do Senado nº 264 de 2010, não terminativo, de autoria do Senador Flavio Arns, que "dispõe sobre a Equoterapia", tendo como Relator o Senador Wellington Dias, que oferece relatório favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 3-CE-CRA. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 3-CE. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 3-CE-CRA. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada. Item 5– Aviso nº 99 de 2011, não terminativo, de autoria do Ministério da Fazenda, que "comunica, em atendimento ao disposto no art. 24 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, a constatação de irregularidade em operação de crédito realizada pelo Município de Brusque, Estado de Santa Catarina", tendo como Relator o Senador Sérgio Souza, que oferece relatório pelo conhecimento e posterior arquivamento da Matéria. A apreciação da Matéria é adiada. Item 6– Projeto de Lei do Senado nº 160 de 2011 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Geovani Borges, que "acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para permitir a criação de fundo estadual para viabilizar transferências voluntárias da União aos Municípios", tendo como Relator o Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório contrário ao Projeto. A apreciação da Matéria é adiada. Item 7– Projeto de Lei do Senado nº

239 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que "altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, e dá outras providências, para o fim de regulamentar o risco de crédito decorrente das operações financeiras com recursos dos Fundos Constitucionais", tendo como Relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 a 04-CDR. Em 20/10/2009, foi realizada audiência pública para instruir a Matéria. Em 01/12/2009, a Comissão aprovou Parecer concluindo, preliminarmente, pela reautuação do Projeto, para que fosse alterado de complementar para ordinário. A apreciação da Matéria é adiada. Item 8– Projeto de Lei da Câmara nº 62 de 2011, terminativo, de autoria do Deputado Fábio Souto, que "dispõe sobre a isenção de pagamento de taxas para inscrição em processos seletivos de ingresso nos cursos das instituições federais de educação superior", tendo como Relator o Senador João Ribeiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto, das Emendas nºs 1 e 2, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, nos termos da Emenda nº 1-CE, apresentando a Emenda nº 4. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer favorável, acatando as Emendas nº 01 e nº 02, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, nos termos da Emenda nº 01-CE. A apreciação da Matéria é adiada. Item 9– Projeto de Lei do Senado nº 361 de 2011, terminativo, de autoria do Senador Ciro Nogueira, que "dispõe sobre a isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes sobre impressoras de caracteres Braille", tendo como Relator o Senador Cyro Miranda, que oferece relatório pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da Matéria é adiada. Item 10– Projeto de Lei do Senado nº 300 de 2005, terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "acrescenta parágrafos ao art. 6º da Lei nº 10.820, de 2003, determinando que a taxa de juros cobrada sobre empréstimos consignados em folha não excedam em 05 pontos percentuais ao ano a taxa básica da economia (taxa Selic)", tendo como Relator o Senador Luiz Henrique, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada. Item 11– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 13 de 2012, de iniciativa do Senador Francisco Dornelles, que requer, nos termos do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Excelentíssimo Senhor Fernando Damata Pimentel, Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC, para que compareça a esta Comissão, a fim de debater as duas medidas provisórias publicadas no último dia 4 de abril, MP 563/12 e MP 564/12, relativas ao plano Brasil Maior. Em 10/4/2012, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. A apreciação da Matéria é adiada. Item 12– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 14 de 2012, de iniciativa do Senador Inácio Arruda, que requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidada a Senhora Magda Chambriard, diretora-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), para apresentar, em audiência pública, os planos de atuação da Agência para os próximos anos. Em 10/4/2012, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. A Comissão aprova o Requerimento nº 14 de 2012-CAE. Item 13– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 15 de 2012, de iniciativa do Senador Delcídio do Amaral, que requer, nos termos do artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, conjunta com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, destinada a instruir o Projeto de Lei Câmara nº 10 de 2012 que "dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações Fifa 2013 e à Copa do Mundo Fifa 2014, que serão realizadas no Brasil; e altera as Leis nºs 6.815, de 19 de agosto de 1980, e 10.671, de 15 de maio de 2003" (Lei Geral da Copa), com a presença, como expositor, do Presidente da Federação Internacional de Futebol Associado – FIFA, Senhor Joseph S. Blatter. Em 10/4/2012, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. A apreciação da Matéria é adiada. Item 14– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 16 de 2012, de iniciativa do Senador Randolfe Rodrigues, que requer, nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com as Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo e de Constituição, Justiça e Cidadania, para discussão sobre critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE, propostos nos Projetos de Lei que tramitam nesta Casa Legislativa, com a participação dos seguintes convidados: Sr. José Roberto Rodrigues Afonso, Economista; Exmo. Sr. Gilmar Fer-

reira Mendes, Ministro do Supremo Tribunal Federal; Sr. Arno Hugo Augustin Filho, Secretário do Tesouro Nacional; Sr. Nelson Henrique Barbosa Filho, Presidente em exercício do Conselho Nacional de Política Fazendária; Exmo. Sr. Nelson Jobim, ex-presidente do Supremo Tribunal Federal e presidente da comissão especial de notáveis, criada no âmbito do Senado Federal, com o objetivo de apresentar propostas para um novo pacto federativo. Em 11/4/2012, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. A Comissão aprova o Requerimento nº 16 de 2012-CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Delcídio do Amaral,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponha a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 14ª Reunião.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento:

Aviso do Banco Central do Brasil.

Aviso nº 21, de 2012, de 29 de março de 2012, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real referentes ao mês de fevereiro de 2012, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a ela vinculadas.

O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Eu gostaria de, por uma questão de praticidade e até de formalidade, colocar em votação o item 14, porque a CCJ já o aprovou. Trata-se de uma discussão sobre o Fundo de Participação dos Estados, com vários convidados, cujo autor é o Senador Randolfe Rodrigues. Como na CCJ já foi aprovado, somente para aprová-la também aqui, porque vamos realizar essa audiência pública esta semana. Portanto, se todos os Senadores concordarem, começo pelo Item 14 e, rapidamente, coloco em votação para iniciarmos os nossos trabalhos.

Se todos estiverem de acordo, permaneçam como se encontram.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, Sr. Presidente, peço a palavra. É sobre esse assunto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Na última reunião em que nós discutimos esse tema, foi relacionado que projeto de minha autoria sobre essa matéria estaria incluído nessa audiência pública. Consulto S. Exª se a Secretaria da Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Sem dúvida nenhuma.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – ...tomou tal providência, porque esse projeto tramita na CCJ e está, inclusive, distribuído ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Foram tomadas as devidas providências, Senador Ferraço, como foi acordado – e com razão, porque é legítimo isso – na última reunião que tivemos na Comissão de Assuntos Econômicos.

Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Creio que é importante tratarmos já, uma vez que há a ideia de encontrarmos uma saída, os diversos projetos que tramitam na Casa. Acho que a assessoria deve examinar quais projetos tramitam na Casa para serem juntados, para discutirmos num pacote só.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, requeiro a V. Exª, se for possível, a votação já do Requerimento nº 14, que trata do convite para a Presidente da Agência Nacional do Petróleo expor os planos da Agência aqui, na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Bom, o requerimento do Senador Inácio Arruda também está pedindo a votação do Requerimento nº 14, que é o convite a Srª Magna Chambriard, Diretora-Geral da ANP, para uma audiência pública.

Se todos estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Portanto, vou começar votando o Item 14.

Em votação o requerimento.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A Comissão aprova o Requerimento nº 16, de 2012, da CAE.

É o seguinte o item aprovado:

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 16, DE 2012

Requer, nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com as Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo e de Constituição, Justiça e Cidadania, para discussão sobre critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE, propostos nos Projetos de Lei que tramitam nesta Casa Legislativa, com a participação dos seguintes convidados: Sr. José Roberto Rodrigues Afonso, Economista; Exmo. Sr. Gilmar Ferreira Mendes, Ministro do Supremo Tribunal Federal; Sr. Arno Hugo Augustin Filho, Secretário do Tesouro Nacional; Sr. Nelson Henrique Barbosa Filho, Presidente em exercício do Conselho Nacional de Política Fazendária; Exmo. Sr. Nelson Jobim, ex-presidente do Supremo Tribunal Federal e presidente da comissão especial de notáveis, criada no âmbito do Senado Federal, com o objetivo de apresentar propostas para um novo pacto federativo.

Autoria: *Senador Randolfe Rodrigues*

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Item 12, que é o convite à Srª Magda Chambriard, Diretora-Geral da Agência Nacional do Petróleo.

Em votação o requerimento.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A Comissão aprova o Requerimento nº 14, de 2012.

É o seguinte o item aprovado:

ITEM 12

REQUERIMENTO Nº 14, DE 2012 – CAE

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidada a Senhora Magda Chambriard, diretora-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), para apresentar, em audiência pública, os planos de atuação da Agência para os próximos anos.

Autoria: *Senador Inácio Arruda*

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Voltando, agora, ao Item 1 da pauta, Projeto de Resolução do Senado nº 72, de 2010...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – ...não terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Malta, só vou...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – É só para fazer uma sugestão. Já que o debate envolve os Estados do Espírito Santo e de Santa Catarina, eu gostaria que V. Exª pedisse à assessoria para providenciar lugar para os Governadores Colombo e Casagrande se sentarem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Convido os Governadores Colombo e Casagrande e o Vice-Governador Eliton para sentarem à mesa. Darei cinco minutos para cada um dos Governadores também.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Isso. Inácio...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – O Ceará já vai ceder lugar na Mesa para Santa Catarina e Espírito Santo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O Senador Inácio Arruda, generosamente...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente!

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Aécio está perguntando o que você está fazendo aí, Inácio. Vem para cá!

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR. *Fora do microfone*.) – Ao mesmo tempo, Presidente, mande abrir espaço para os Senadores no plenário, porque não tem mais!

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Em comum acordo com o Senador Dornelles, há o item da pauta que trata do convite ao Ministro Pimentel, e nós estamos concordando também ao Ministro Fernando Bezerra, para tratarmos das Medidas Provisórias nºs 562 e 564, da mesma forma, como é uma matéria sem maiores polêmicas, seria bom que pudesse ser colocada também em apreciação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Perfeito.

Item 1 da pauta:

ITEM 1

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 72, DE 2010
Não Terminativo

Estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Co-

municação, nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior.

Autoria: Senador Romero Jucá e outros

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório favorável ao Projeto, acatando parcialmente a Emenda nº 1, nos termos do Substitutivo que apresenta, e rejeitando as demais Emendas.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vou, agora pela ordem, Senador Ferraço. Vou dar a palavra também aos três Governadores antes de iniciarmos efetivamente o processo de votação do requerimento que está na mesa, apresentado pelo Senador Ferraço. Se o requerimento for rejeitado, há votação do Projeto de Resolução do Senado nº 72.

Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Srs. Governadores – Governador Renato Casagrande, Governador Rodolfo Colombo, Vice-Governador de Goiás Eliton, – Sr. Relator, a questão de ordem que submeto a esta Comissão, de forma preliminar, tem o sentido de encaminhar o substitutivo apresentado pelo senador Eduardo Braga à Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania como etapa indispensável à legalidade de uma tramitação nos termos da decisão da Presidência do Senado Federal, que em 4 de outubro de 2011 deferiu o Requerimento nº 1.176, de minha autoria, impondo a essa Comissão a análise por parte da omissão de Constituição e Justiça do Projeto de Resolução 72.

Cumpre referir que tem como objetivo a regulação da cobrança de ICMS na importação, tratando, portanto, da repartição da carga tributária entre os Estados, tema de altíssima relevância federativa, fato reconhecido e acolhido pela Presidência do Senado, que impôs a essa Comissão que a Comissão de Constituição e Justiça fosse ouvida.

É preciso, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, de plano, afirmar que a necessidade de tramitação da matéria na CCJ, reconhecida pela asa, não pode ser lida em termos de mera formalidade procedimental, mas consubstancia o entendimento no sentido de ser o objeto, ou seja, o PRS nº 72 de relevância inconteste. Em outros termos, não apenas a aprovação do texto inicial foi submetida à apreciação daquela Comissão; ao contrário, a matéria em si, em qualquer das configurações textuais que receba ao longo de sua tramitação tem como condição a legalidade, portanto o parecer prévio emitido pela Comissão de Constituição e Justiça. Tal afirmação e o acolhimento da presente questão de ordem se mostram particularmente pertinente quando se tem em conta que o substitutivo apresentado pelo Senador Eduardo Braga importa em atenção substancial da matéria.

Em termos simples: o texto sobre o qual a Comissão de Constituição e Justiça emitiu parecer era substancialmente, radicalmente, diferente desse que estamos avaliando, debatendo ou, eventualmente, deliberado aqui na Comissão de Assuntos Econômicos. A substância, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é nova e sobre ela a Comissão de Constituição e Justiça não teve a oportunidade de opinar.

O texto original de proposta de resolução, de autoria do Senador Romero Jucá, propunha reduzir a zero a alíquota do ICMS nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior. De acordo com a proposta, a nova alíquota seria aplicada aos bens e mercadorias que não tenham sido submetidos a processo de industrialização ou que tenham sido submetidos a processo que importe apenas em alterar a apresentação do produto pela colocação de embalagem, ainda que em substituição à original. Além disso, Sr. Presidente, deveria o Confaz baixar normas com a definição do que se considera industrialização, valendo, enquanto isso, a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados. É como preconiza a proposta inicial do Senador Romero Jucá.

A legalidade da proposta foi examinada pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu ser ela válida a despeito dos diversos e oceânicos vícios de violação da Constituição Federal apontados em meu parecer. Mas o meu voto foi vencido.

Superada a questão na CCJ, o PRS nº 72, de 2010, está sendo submetido à análise da CAE, onde o Senador Eduardo Braga apresentou emenda substitutiva fixando a alíquota interestadual em 4% para bens e mercadorias importados do exterior que, após o seu desembaraço aduaneiro, não tenham sido submetidos a processo de industrialização e (b) ainda que submetidos a qualquer processo de transformação, beneficiamento, montagem, acondicionamento, reacondicionamento, renovação ou recondicionamento resultem em mercadorias ou bens com conteúdo de importação superior a 40%.

O aludido conteúdo de importação foi definido como o percentual correspondente ao coeficiente entre o valor da parcela importada do exterior e o valor total da operação de saída interestadual da mercadoria ou bem. Foi dada ao Confaz a função apenas de definir critérios e procedimentos a serem observados no processo de certificação de conteúdo de importação.

A comparação do substitutivo com o projeto original demonstra ter havido – e chamo a atenção, Sr. Presidente – alteração substancial dessa matéria que

estamos apreciando nesta Comissão, ou seja, o número é o mesmo, mas o conteúdo é absolutamente diferente.

Enquanto o primeiro visava alcançar apenas mercadorias que não sofressem processo industrial efetivo, o segundo pretende alcançar mercadorias efetivamente industrializadas no País, ou seja, nacionais, quando não atingida a margem de valor agregado de pelo menos 40%. Em outras palavras, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o substitutivo ampliou o escopo do projeto original. Em vez de aplicar a alíquota reduzida apenas às mercadorias importadas e revendidas, ou seja, atividade comercial, atividade mercantil, o substitutivo pretende alcançar também mercadorias produzidas no Brasil, ou seja, atividade industrial, como se, além de fixar alíquota para alterar todo sistema de incentivos fiscais, quisesse o substitutivo do Senador Eduardo Braga preconizar, por projeto de resolução, política industrial aos nossos Estados, também subtraindo prerrogativa e autonomia dos nossos governos, dos nossos governadores e dos nossos Estados.

Dessa maneira, Sr. Presidente, além dos ditos incentivos portuários que justificaram a proposta contida na preliminar do Senador Romero Jucá, o substitutivo pretende alcançar também os chamados incentivos industriais, tendo em vista que passam a estar sujeitos às suas disposições industriais que dele se beneficiem e agreguem no País menos de 60% do produto final comercializado.

É preciso, em meu juízo, Sr. Presidente, que esta Comissão de Assuntos Econômicos reconheça que, no substitutivo, foi introduzida importante modificação consistente em compreender, entre os produtos importados, os industrializados no País que tenham utilizado mais de 40% de insumos estrangeiros.

Assim, produtos idênticos – chamo a atenção das Srªs e dos Srs. Senadores – poderão sujeitar-se à alíquota de 4% ou às vigentes de 7% ou de 12%, conforme o caso.

Exemplificando, figura-se a saída de fios, cuja matéria-prima é o cobre. Se esse for nacional, a alíquota será normal; se for importado, será de 4%.

Acentua-se que, se fosse aprovado o substitutivo, mercadorias de natureza idêntica e, portanto, com mesmo grau de essencialidade, ficariam sujeitas a regime de tributação distinto, dependendo dos insumos utilizados em sua composição.

A propósito, o eminente Senador Eduardo Braga, por alterar substancialmente o projeto original, impõe nova análise: a emissão de parecer pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, fazendo, portanto, necessário, inclusive com vistas a manter a rigidez legal e regimental da tramitação do Projeto de Resolução nº 76, retornar o projeto à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para examinar a questão não apreciada em reunião anterior sobre este PRS nº 72, de 2010, mesmo porque traz consequências econômicas de extrema relevância para muitas empresas em vários Estados da nossa Federação.

Entendimento em sentido contrário, *data venia*, importaria em: a) cabal desprestígio da análise e da elaboração de pareceres e emendas e votos em separado levados a cabo no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; b) Desobediência material ao despacho da Presidência da Casa no sentido de a matéria referente à cobrança de ICMS nas importações ser analisada previamente pela aludida Comissão, ou seja, o despacho do Presidente Sarney confirmando uma decisão do Plenário do Senado da República. O Plenário do Senado decidiu que esta Comissão deveria de plano, de preliminar, ouvir a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. E, como nós estamos tratando de outro projeto – ele tem o mesmo número, ele tem a mesma capa, mas não tem o mesmo conteúdo –, logo, a necessidade de ouvirmos novamente a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A decisão da Presidência do Senado sobre a necessidade de a nova regulação do ICMS ser submetida em seus aspectos constitucionais à CCJ já foi tomada.

O novo texto sobre a regulação do ICMS, presente no substitutivo, já está, portanto, submetido à vontade da Casa no sentido de ser obrigatória, julgo eu, a manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Assim, Sr. Presidente, o que se pode afirmar é que o exame do substitutivo apresentado pelo eminente Senador Eduardo Braga, Líder do Governo nesta Casa, também se encontra submetido à análise e aprovação prévia da CCJ, pois, se contrário, poderíamos estar burlando a prerrogativa, a autonomia, a responsabilidade da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e até mesmo a decisão do Plenário do Senado da República.

Apoiado em tais argumentos, Sr. Presidente, encaminho esta questão de ordem para que a discussão do substitutivo seja suspensa e seja o processado encaminhado incontinente à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para que nós possamos obedecer à determinação preliminar do Presidente da Casa, Senador José Sarney, que determinou a esta Comissão que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania fosse ouvida.

É a questão de ordem que submeto a V. Exª, Presidente.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Para discutir, Senador Luiz Henrique e, depois, Senador Eduardo Braga.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srs. Governadores Raimundo Colombo e Renato Casagrande; Sr. Vice-Governador de Goiás; Srªs e Srs. Senadores, o texto original do Projeto de Resolução do Senado nº 72, de 2010, de autoria do Senador Romero Jucá, propunha reduzir a zero a alíquota do ICMS nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior.

De acordo com a proposta, a nova alíquota seria aplicável aos bens e mercadorias que não tenham sido submetidos a processo de industrialização, ou que tenham sido submetidos a processo que importe apenas em alterar a apresentação do produto pela colocação da embalagem, ainda que em substituição ao original.

Além disso, deveria o Confaz baixar normas com a definição do que se considera industrialização, valendo, enquanto isso, a legislação do imposto sobre o IPI.

A justificativa da medida era alcançar mercadorias importadas e destinadas diretamente a outro Estado, quando o trânsito do Estado onde ocorre a importação não agrega ou agrega um valor pouco expressivo ao processo de importação do bem ou mercadoria.

A constitucionalidade da proposição foi examinada pela CCJ, que concluiu ser ela válida, por maioria, a despeito dos diversos vícios jurídicos apontados no parecer do Relator, o ilustre Senador Ricardo Ferraço, a saber:

a) a incompetência do Senado para editar resolução com o objetivo de interferir com a concessão de incentivos estaduais, matéria reservada à lei complementar, nos termos do art. 155, § 2º, inciso XII, letra g;

b) inadmissível discriminação tributária de mercadorias em razão do país de origem (Constituição Federal, arts. 5º, 150, inciso II, e 152);

c) aplicação seletiva de alíquotas do ICMS, sem levar em consideração à essencialidade das mercadorias;

d) outorga de competência ao Confaz, órgão formado por representantes do Poder Executivo, para selecionar mercadorias sujeitas às novas alíquotas em função do seu nível de industrialização em violação aos princípios de legalidade e da separação dos Poderes.

Superada a questão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o Projeto foi submetido à análise desta Comissão, em que o ilustre Senador Eduardo Braga, Líder do Governo, liderança emergente desta Casa, apresentou emenda substitutiva, fixando alíquota interestadual em 4% para bens e mercadorias importados do exterior que, após o seu desembaraço aduaneiro, não tenham sido submetidos a processo de industrialização. E, ainda que submetidos a qualquer processo de transformação, beneficiamento, montagem, acondicionamento, reacondicionamento, renovação ou recondicionamento resultem em mercadorias ou bens com conteúdo de importação superior a 40%.

O aludido conteúdo de importação foi definido como percentual correspondente ao quociente entre o valor da parcela importada do exterior e o valor total da operação de saída interestadual da mercadoria ou bem. Foi dada ao Confaz a função apenas de definir critérios e procedimentos a serem observados no processo de certificação de conteúdo de importação.

A comparação do substitutivo com o projeto original demonstra ter havido alteração substancial. Enquanto o primeiro visava alcançar apenas mercadorias que não sofressem processo industrial efetivo, a chamada maquiagem, o segundo pretende alcançar mercadorias efetivamente industrializadas no País, ou seja, nacionais, quando não atingida a margem de valor agregado de 40%.

Em outras palavras, o substitutivo ampliou o escopo do projeto original. Em vez de aplicar alíquota reduzida apenas a mercadorias importadas e revendidas, atividade comercial, o substitutivo pretende alcançar também – eu quero chamar atenção das Srªs e Srs. Senadores – mercadorias produzidas no País em atividade industrial quando nelas usados insumos importados.

Dessa maneira, além dos ditos incentivos portuários, que justificaram a proposta contida no PRS nº 72, de 2010, o substitutivo pretende alcançar também os chamados incentivos industriais, tendo em vista que passam a estar sujeitas às suas disposições as indústrias que deles se beneficiem e agreguem no País menos de 60% do valor do produto final comercializado.

Ao assim dispor o substitutivo, ocorre em nova inconstitucionalidade, a par daquelas já examinadas anteriormente pela CCJ.

Com efeito, à competência do Senado para fixar alíquotas interestaduais para bens, mercadorias e serviços sujeitos ao ICMS destina-se assegurar uma adequada distribuição de receitas entre os Estados produtores e importadores.

Dessa maneira, tem o legislador competência para definir alíquotas do ICMS, conforme a natureza do produto ou serviço, levando em conta a sua maior ou menor necessidade para o consumidor.

Como já decidiu a CCJ, essa diretriz deve ser observada pelo Senado Federal em fixação de alíquotas interestaduais do ICMS, pois a seletividade do imposto é uma das metas da justiça fiscal, preconizadas pelo próprio constituinte e que, por isso mesmo, devem ser

buscadas a todo tempo pelo legislador infraconstitucional dentro da sua esfera de competência.

Na medida em que a Constituição deferiu ao legislador competência para avaliar alíquotas do ICMS em função do critério de essencialidade, tal prerrogativa deve ser exercida nos exatos termos em que concedida. Isso significa que o legislador, aqui na figura do Senado, não pode valer-se de outro critério não previsto na Constituição para fixar as alíquotas do ICMS.

No caso, o substitutivo pretende impor alíquotas diferentes não só às mercadorias importadas como também às industrializadas no País em função do seu grau de industrialização. Ora, se a Constituição permite sejam as alíquotas do ICMS seletivas em função da essencialidade, não podem aplicar alíquotas diferenciadas em função de outro critério: grau de industrialização.

Acentua-se que, se fosse aprovado o substitutivo, mercadorias de natureza idêntica e, portanto, com o mesmo grau de essencialidade ficariam sujeitas a regime de tributação distinto, dependendo dos insumos utilizados em sua composição. Isso não só desatende o critério de essencialidade, como o contraria frontalmente, afinal, a seletividade das alíquotas supõe a existência de mercadorias com graus diversos de essencialidade. Segue-se a conclusão lógica de que mercadorias idênticas devem ter alíquotas uniformes.

A característica dos insumos que compõem tais mercadorias é irrelevante. Por isso, conclui-se que o substitutivo apresentado pelo Senador Eduardo Braga, data vênia da sua notória competência, lucidez e patriotismo, incide em nova inconstitucionalidade por extrapolar a competência outorgada ao Senado para fixação de alíquotas do ICMS, tendo em vista que a Constituição só permite sejam aplicadas alíquotas seletivas em função da essencialidade dos diferentes produtos e nunca em função do grau de industrialização de mercadorias idênticas produzidas no País.

Tendo em vista que a inconstitucionalidade apontada é nova e os argumentos que a sustentam são relevantes, é de todo recomendável que a norma introduzida após o exame da CCJ seja a ela também submetida, até porque não seria razoável que o Senado Federal editasse resolução com forte suspeita do vício apontado sem manifestação expressa da Comissão competente.

Louvo-me em extensa argumentação do ilustre Advogado Hamilton Dias de Souza para aduzir a essa inconstitucionalidade flagrante.

Por último, Sr. Presidente, se, sobrestada essa votação, a matéria voltar à Comissão de Constituição e Justiça, teremos um prazo precioso para estabelecer uma negociação imprescindível nessa matéria; uma negociação com os governadores, que envolva o novo indexador da dívida, que envolva uma nova disciplina sobre comércio eletrônico, que envolva a distribuição dos *royalties*, que envolva, em si, um novo pacto federativo do nosso País, tratando matérias relevantes em conjunto e não apenas essa matéria isoladamente e na base do atropelo.

Este, o apelo que faço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Eduardo Braga, último orador inscrito antes da votação do requerimento.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, Srs. Governadores aqui presentes, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, é sempre bastante complexo fazer a contradição a dois eminentes e competentes Senadores como o Senador Ricardo Ferraço e o Senador Luiz Henrique. No entanto, Sr. Presidente, creio que essa questão de ordem diz respeito à questão da competência do Senado, e a questão da competência do Senado já foi sobejamente discutida e debatida na CCJ. Não se trata, portanto, de um substitutivo com novo mérito; trata-se da competência.

Quando da aprovação do requerimento de autoria do eminente Senador Ricardo Ferraço para que a matéria que estava tramitando na CAE fosse designada para a CCJ, tratou-se da constitucionalidade quanto à competência originária do Senado, competência esta, Sr. Presidente, que ficou sobejamente esclarecida pelo voto divergente, majoritariamente aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça, do eminente Senador Armando Monteiro.

Portanto, não resta dúvida de que a competência para tratar da matéria de ICMS, de alíquota interestadual é do Senado, através de resolução ou projeto de resolução do Senado. A constitucionalidade, portanto, do PRS nº 72, de 2010, foi avaliada, sim, com profundidade na CCJ. Com efeito, cabe à União legislar sobre direito tributário e sistema tributário.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Ouvi V. Exª.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Só estou pedindo um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Ouvi V. Exª, Senador Ricardo Ferraço, com toda atenção e com todo esforço para poder contra-argumentar com V. Exª. Peço que V. Exª me dê oportunidade de fazê-lo. Quero, portanto, insistir em que o requerimento que levou esta matéria à CCJ, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, tratava da constitucionalidade da competência do Senado para tratar de matéria como essa. Essa questão foi sobejamente debatida na CCJ,

onde tivemos o prazer de ouvir um profundo e longo relatório de S. Exª o Senador Ricardo Ferraço por praticamente três horas. E ficou devidamente decidido pela CCJ que a competência para legislar sobre direito tributário e sistema tributário, conforme dispõe o art. 24, inciso I, e o art. 48, inciso I, da Constituição Federal, é da União, e, na mesma Carta, fica claro que confere ao Senado, Art. 155, § 2º, a prerrogativa de estabelecer as alíquotas – as alíquotas, e não a alíquota – do ICMS aplicáveis às operações e prestações interestaduais e de exportação, por intermédio de resolução de iniciativa do Presidente da República ou de um terço dos Senadores, aprovada pela maioria absoluta dos seus membros.

A iniciativa parlamentar é amparada, portanto, pelo art. 61, *caput*, da Constituição Federal. A competência da Comissão de Assuntos Econômicos para deliberar sobre a propositura decorre do art. 99, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, aqui, sim, sobre o mérito.

Apenas para concluir, a Resolução nª 72, como apresentada pelo Senador Romero Jucá, tinha, no seu Art 1º:

> *"**Art. 1º** A alíquota do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações interestaduais bens e mercadorias importados do exterior será de 0% (zero por cento)."*

Portanto, está tratando de alíquota.

O nosso substitutivo estabelece que será de 4%, portanto, também de alíquota. Não se trata, portanto, de matéria diferente, ou de competência diferente, ou de iniciativa diferente daquela estabelecida e dirimida pela Comissão de Constituição e Justiça.

O seu inciso II do mesmo artigo diz:

> *II – tenham sido submetidos a processo que importe apenas em alterar a apresentação do produto, pela colocação da embalagem, ainda que em substituição da original*.

Portanto, trata da transformação, e a Comissão de Constituição e Justiça também já julgou e já trato da matéria.

E, no seu § 2ª, exatamente porque previa a questão da indústria de transformação, está dito:

> *"**§ 2º** O Conselho Nacional de Política Fazendária baixará normas para fins de enquadramento de bens e mercadorias no disposto no § 1º, no que se refere à definição do que se considera industrialização."*

Portanto, novamente a Resolução nº 72 tratava de bonés e mercadorias que sofressem transformação industrial.

E, por fim, no §3º:

> ***3º** Até que o Confaz baixe as normas a que se refere o § 2º, aplica-se a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).*

Ora, Sr. Presidente, o que o substitutivo trata é exatamente das mesmas matérias, da mesma competência, da mesma origem. Portanto, não há o que se discutir quanto à competência da CAE para deliberar quanto ao mérito da referida matéria, e não há dúvida sobre a decisão da CCJ pela constitucionalidade, pela boa técnica legislativa e pela legalidade da Resolução nº 72, substitutivo, no entender deste humilde relator.

Data vênia dos Senadores Ricardo Ferraço e Luiz Henrique, que merecem todo carinho e toda atenção de nossa parte, e data vênia do competente advogado que elaborou a matéria quanto ao mérito, encaminho pela legalidade, portanto, e pela competência da CAE para poder deliberar sobre o mérito da matéria, votando contra o requerimento de questão de ordem encaminhado pelo Senador Ricardo Ferraço à Comissão de Assuntos Econômicos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, vamos colocar em votação o requerimento apresentado pelo Senador Ferraço, aqui já explanado não só pelo Senador Ferraço como também Senador Luiz Henrique.

Para deixar bem claro aqui: quem concorda com o requerimento permanece como está, e quem não concorda, obviamente, precisa se manifestar. É importante quem concordar com o requerimento permanecer como está; quem não concordar, consequentemente, se manifesta.

Portanto, em votação o requerimento do Senador Ferraço. Quem for favorável permaneça como se encontra. *(Pausa.)*

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, requeiro votação nominal. É possível, para que tudo fique muito claro? Acho que vai facilitar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, votação nominal, até para mais clareza.

Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Contrário.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Contra. Não.

Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não.

Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não.

Senadora Vanessa Grazziotin. *(Pausa.)*

Não se encontra.

Senadora Ângela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Casildo Maldaner.

(Manifestação nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Peço que não se manifestem, por favor.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sim, pelo diálogo, pela transição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Sim.

Senador Eduardo Braga é voto conhecido.

Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não.

Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Sim.

Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não.

Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não.

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Sim.

Senador Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Sim.

Senador Aécio Neves,

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não.

Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Sim.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não.

Senador João Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco/PTB – PI) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não.

Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não.

Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não.

Se houve alguns Senadores que não chamei aqui é porque os titulares estavam completos. Essa é a razão.

Portanto, 18 votos NÃO, 7 votos SIM.

Rejeitado o requerimento.

Agora, vamos passar para a matéria especificamente.

O relatório já foi lido pelo relator na 14ª Reunião, realizada em 11 de abril, ocasião em que foi concedida vista coletiva.

Foram apresentadas as Emendas de nºs 4 a 20, sendo que as Emendas nºs 9 e 15 foram retiradas por seus autores.

Com a palavra o relator para se manifestar sobre as referidas emendas.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, tendo em vista que, pelo Regimento, é possível apresentar emendas até o encerramento da discussão, recebemos emendas, inclusive, há poucos minutos aqui já no plenário da referida Comissão.

Portanto, vamos apresentar o relatório por escrito de várias destas emendas. E algumas das emendas que recebemos já aqui em plenário, inclusive, com conteúdo similar às demais emendas, às vezes, até já apresentadas, eu farei o parecer oral dessas emendas, Sr. Presidente.

Portanto, passo a ler o relatório com relação às referidas emendas, como complementação apresentado na reunião próxima passada.

Na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realizada em 11 de abril passado, apresentamos nosso relatório do Projeto de Resolução do Senado, PRS nº 72, de 2010, de autoria do Senador Romero Jucá, cujo objetivo é o descrito em epígrafe, do conhecimento de todos.

Foram apresentadas, além das Emendas de nºs 1 a 3 descritas no texto original do parecer, as Emendas de nºs 4 a 17, Sr. Presidente.

Passarei a ler o relatório.

De 4 a 21.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – É de 4 a 21. Inclusive eu quero registrar a Emenda nº 21, que não citei antes de passar a palavra ao Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Portanto, das Emendas de nºs 4 a 21, Sr. Presidente.

A Emenda n º 4, de autoria do Senador Cyro Miranda, que exclui da aplicação do art. 1º do PRS nº 72, de 2010, as peças e demais bens de produção importados do exterior e destinados à indústria automobilística;

A Emenda nº 5, de lavra do Senador Antonio Carlos Valadares, que estabelece diminuição gradual de 11% em 2013 até 4% em 2020 da alíquota objeto do PRS nº 72, de 2010;

Emenda nº 6, também do Senador Antonio Carlos Valadares, que determina que um comitê formado por representantes da União e dos Estados, cujas receitas sejam negativamente afetadas pela aprovação do PRS, elaborará uma lista de produtos à quais a alíquota aplicável nas operações descritas no projeto será de 4% em vez de zero;

Emenda nº 7, do mesmo Parlamentar que exclui do alcance do PRS nº 72, de 2010, as operações abrigadas em programas de incentivos amparados por legislações estaduais anteriores a 1º de janeiro de 2007;

Emenda nº 8, elaborada pelo Senador Aécio Neves, que propõe uma política de compensação financeira aos Estados afetados pela nova sistemática do PRS nº 72, de 2010, apenas até o sexto ano de eficácia da futura resolução.

Emenda nº 10, igualmente da lavra do Senador Cyro Miranda, que prevê que a futura resolução não será aplicada para os itens com conteúdo de importação que sejam... – essa foi retirada – ...inferior a 50%. Foi retirada.

A Emenda nº 10 foi retirada, Sr. Presidente.

Sobre o Mercosul, em função do acordo do Mercosul.

Emenda nº 11, do mesmo Parlamentar, que propõe a aplicação gradual da nova resolução com base em alíquotas interestaduais de 6%, 5% e 4%, respectivamente, nos anos de 2013, 2014 e 2016, em operações realizadas por contribuintes do ICMS localizados nas regiões Sul e Sudeste, exceto Espírito Santo, destinadas às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e ao Espírito Santo as alíquotas de 10%, 8%, 6% e 4%, respectivamente, nos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016, nas demais hipóteses.

Emenda nº 12, também do Senador Cyro Miranda, excetuando da aplicação do PRS nº 72, de 2010, os seguintes itens: gás natural, veículos, suas peças e demais bens de produção importados do exterior e destinados à indústria automobilística, medicamentos e bens de capital sem similar, produzidos no País.

Emenda nº 13, de autoria do Senador Luiz Henrique, no sentido de eliminar o conceito de conteúdo de importação proposto no substitutivo apresentado na CAE.

Emenda nº 14, do mesmo Parlamentar, sugerindo redução gradual da alíquota proposta no PRS, de 10% em 2013, até chegar a 4%, em 2016.

Emenda nº 15, que também foi retirada, de autoria do Senador Blairo Maggi, que estabelecia alíquota para bens de capital. Foi retirada também a Emenda nº 15, a pedido do próprio autor da emenda.

Deixamos de comentar as Emendas nºs 9 e 15 exatamente por terem sido retiradas pelos Senadores, em pauta.

Trata também, Sr. Presidente, da Emenda nº 16, que, na sua propositura, traz a criação do § 4º. O disposto nesse artigo não se aplica a operações como soro, vacinas, medicamentos acabados, seus princípios ativos intermediários, equipamentos médicos, hospitalares, odontológicos, que, por força de patentes ou por não possuírem similares nacionais tenham sido importados do exterior. Essa é a 16, de autoria do Senador Paulo Bauer.

A de nº 17, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que pede a supressão do § 3º do art. 1º do PRS nº 72, de 2010.

Assim como as demais emendas apresentadas, Sr. Presidente, vamos à análise.

São respeitáveis os argumentos desenvolvidos nas Emendas nºs 4 a 21, o que não impede, entretanto, que expressemos nossa discordância na forma que se segue.

As emendas nºs 4 a 21 de todos os Senadores já citados objetivam excluir determinadas espécies de mercadorias no alcance do PRS nº 72, de 2010, tanto na área de medicamentos, veículos, autopeças para a indústria automobilística, entre outros.

Julgamos legítimo o pleito, mas consideramos que a abertura de qualquer tipo de exceção aos rigores da futura norma ensejaria reivindicações semelhantes de outros setores da economia que poderiam também legitimamente solicitar a exclusão de uma infinidade de outros produtos, o que inviabilizaria, em última análise, o próprio sentido da resolução.

A Emenda nº 6, do Senador Antonio Carlos Valadares, tem a mesma intenção – também de excluir do âmbito do novo diploma –, com o agravante de propor a formação de um comitê de representantes dos entes federativos para elaborar a lista de produtos excluídos, solução da qual discordamos dado o risco de se esvaziar a competência, que é constitucional, do Conselho Nacional de Política Fazendária, o Confaz.

A Emenda nº 10, do eminente Senador Cyro Miranda, segue a mesma tendência de excepcionalidade, distanciando-se das supracitadas por considerar o conteúdo de importação do produto, que não poderia ser superior a 50%.

Reputamos criativa a solução do ponto de vista da produção industrial, que realmente não poderia prescindir de componentes importados mesmo na fabricação de bens nacionais, mas repelimos a sua aplicação em função do citado risco de provocar insurreição de outros setores pertencentes do tratamento diferenciado e tendo em vista o acordo do Mercosul, que é um acordo multilateral entre o Brasil e outros países, bem como o acordo entre o Brasil e o México na mesma direção.

A Emenda nº 5, do Senador Antonio Carlos Valadares, a Emenda nº 11, do Senador Cyro Miranda, e a Emenda nº 14, do Senador Luiz Henrique, propõem, de modos distintos, a aplicação gradual da norma resultante do PRS nº 72, de 2010, com diferentes alíquotas ao longo dos anos como forma de dar tempo aos Estados de se adaptarem à nova realidade e recomporem sua matriz econômica.

Achamos a ideia justa, levando-se em conta as poucas regiões afetadas negativamente pelo conteúdo do programa, mas o prejuízo causado à indústria nacional e aos diversos Estados que não se beneficiem e os números apresentados, ainda no dia de ontem, com relação à queda de empregos gerados na indústria no País...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – ...que não se beneficiam do presente *status quo* – entre aspas – da "guerra dos portos", exigem providências imediatas em nome da própria preservação da Federação, em nome da própria preservação da indústria brasileira e em nome da própria preservação das oportunidades de trabalho e de emprego geradas pela nossa indústria no combate à grave crise econômica internacional.

A Emenda nº 7, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, procura preservar os programas de incentivo baseados em legislações estaduais anteriores ao ano de 2007. Acatar essa emenda tornaria a futura resolução em grande parte inócua, pois a imensa maioria dos incentivos à importação e dos problemas deles advindos, os quais a presente iniciativa procura combater, remonta justamente ao período anterior a 2007.

A emenda do eminente Senador Aécio Neves propõe uma compensação financeira aos Estados afetados pela nova sistemática durante seis anos, remetendo o custo da medida para a União. Embora consideremos razoável a ideia de dar mais tempo aos Estados para se adaptarem à nova realidade, pedimos vênia para rejeitá-la por julgarmos, primeiro, inadequado que uma resolução do Senado Federal – e aí, sim, estaríamos invadindo a competência de lei complementar e de projeto de lei ordinária do Senado da República para decidir e deliberar sobre matéria de Lei de Responsabilidade Fiscal através de resolução do Senado, fundada, exclusivamente, no inciso IV do §2º do art. 155 da Constituição Federal, que atribui a esta Casa, exclusivamente, a atribuição de fixar alíquotas interestaduais de ICMS – regule matéria ali não prevista e que, ademais, deve ser objeto de ampla negociação entre a União e os Estados da República Federativa brasileira.

A Emenda nº 13, do Senador Luiz Henrique, nosso querido e eminente Senador Luiz Henrique, que nos orgulha com a sua participação no nosso Partido, o PMDB, sustenta a necessidade de se eliminar o conceito do conteúdo de importação do texto da norma, devido a possíveis questionamentos relativos à constitucionalidade.

Reputamos, entretanto, vantajosa a regra proposta no substitutivo, por estimular a fabricação de produtos nacionais com componentes importados, desde que de forma limitada.

Do voto, Sr. Presidente.

Pelas razões apresentadas, votamos pela aprovação do PRS nº 72, de 2010, acatando parcialmente a Emenda nº 1 e rejeitando as demais emendas, na forma da emenda substitutiva já apresentada.

É esse o voto, Sr. Presidente. É esse também o parecer sobre as emendas apresentadas, Sr. Presidente.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) **–** Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Gostaria de anotar os inscritos.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Paulo Bauer, Senador Cyro Miranda, Senador Casildo Maldaner. Tem alguém anotando, Adriana? Vou repetir: Senador Paulo Bauer, Senador Cyro Miranda, Senador Casildo Maldaner, Senador Magno Malta, Senador Valadares, Senador Aloysio Nunes Ferreira, Senador Humberto Costa, Senador Luiz Henrique, Senador Pimentel, Senador Ferraço, Senador Armando Monteiro, Senadora Kátia Abreu, Senador Romero Jucá, Senadora Vanessa Grazziotin, Senador Blairo, Senador Randolfe, Senador Vital do Rêgo.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – E Senador Suplicy.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Wellington Dias.

Encerradas as inscrições.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Perdão. Senadora Ana Amélia e Senadora Ana Rita. Ou seja, todo mundo.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Sr. Presidente, gostaria de lembrar a V. Exª – sei que isso não é necessário – e ao tempo em que o faço quero solicitar que aquela sua informação no início desta reunião, de que os governadores teriam oportunidade de se manifestar por cinco minutos cada um, fosse concretizada neste momento, antes do início da discussão do mérito da matéria, mesmo porque a mídia tem mencionado que o Governo, o Poder Executivo, tem mantido conversações com os governadores. E, de vez em quando, temos visto e ouvido algumas informações de que houve o entendimento e de que os governos dos Estados teriam uma compensação. Por outro lado, sabemos que essa negociação não avançou a ponto de termos um resultado favorável aos Estados.

Então, antes de discutirmos a matéria e o relatório do Senador Eduardo Braga, penso que seria necessário ouvirmos os governadores.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) **–** Sr. Presidente, como representante de um Estado interessado, quero reforçar a proposta do Senador Paulo Bauer de que os governadores sejam ouvidos primeiro, antes de continuarmos a discussão e de o senhor seguir a lista.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vamos ouvir os governadores, até por uma deferência. Considero absolutamente importante ouvir os governadores. Portanto, vou começar pelos governadores, cinco minutos, e, se todos permitirem, como são muitos inscritos, dois minutos por Parlamentar, senão vamos atravessar a tarde aqui. Então, cinco minutos para os governadores e dois minutos para cada inscrito, Senador Valadares.

Se todos estiverem de acordo, vou passar a palavra para o Vice-Governador de Goiás, José Eliton de Figuerêdo Júnior.

O SR. JOSÉ ELITON DE FIGUERÊDO JÚNIOR – Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Delcídio do Amaral, Sr. Relator do Projeto de Resolução do Senado, Senador Eduardo Braga, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, abstraindo as questões de natureza constitucional e regimental que já foram destacadas pelo Senador Ferraço e pelo Senador Luiz Henrique, venho aqui, em nome do governo de Goiás, em nome dos goianos, fazer um apelo aos Srs. Senadores, às Srªs Senadoras, para que tenham sensibilidade com os Estados membros da Federação que serão sobejamente afetados, em caso de aprovação

do projeto que está em debate, neste instante, no Senado Federal, na Comissão.

O Senado, por sua própria atribuição, representa os Estados da Federação, de modo que ele deve zelar, acima de tudo, pelo equilíbrio desses Estados. Não é possível que, por um ato interno do Senado Federal, as contas dos Estados sejam imediatamente afetadas, gerando um desequilíbrio a ponto de comprometer a gestão pública desses Estados e dos Municípios que serão sobejamente afetados.

No caso de Goiás, nós temos o impacto, já no primeiro ano, de mais de R$200 milhões nas contas do Estado. O Município de Anápolis, que sedia o Porto Seco do Estado de Goiás, ficará em uma situação absolutamente delicada.

Há pouco, Sr. Presidente, eu falava com o Prefeito de Anápolis, Antônio Gomide, que é do seu partido, que destacava a preocupação dele, o inconformismo dele em caso de aprovação deste projeto de Resolução do Senado, na medida em que o Município de Anápolis, segundo o Sr. Prefeito, ficaria numa situação de ingovernabilidade, tanto do ponto de vista fiscal quanto do ponto de vista econômico-financeiro. É uma situação que deve ser levada em consideração pelo Senado Federal, por esta Comissão.

No caso de Goiás, viveu momento de transição na última década, entre uma economia baseada em produtos do agronegócio, da agricultura, passando para a economia com base na indústria e nos serviços, irá comprometer a indústria metal metalúrgica e a indústria de fármacos, instaladas no Estado. E nós poderemos colocar em xeque o processo de desenvolvimento por que passa o Estado de Goiás, que um dos Estados que mais cresce no País hoje em dia, Sr. Presidente e Sr. Relator.

Naturalmente que, caso este Senado entenda por aprovar este projeto de resolução, é preciso discutir, de forma clara, compensações aos Estados e Municípios que serão afetados. Não é possível que tenhamos apenas a possibilidade de ver imediatamente afetados os interesses, gerando desequilíbrio nesses Municípios, sem a compensação devida.

Aqui não se ignora a necessidade de proteção da indústria nacional, Sr. Presidente, Sr. Relator. O que se pede é que haja um processo de negociação onde buscamos um ponto de convergência entre os interesses do desenvolvimento dos Estados e o interesse da indústria brasileira. Nós sabemos da importância do fortalecimento da indústria, mas sabemos também da importância do processo de desenvolvimento por que passam os Estados, principalmente os Estados do espírito Santo, Santa Catarina e Goiás, que serão afetados em caso de aprovação desse projeto de resolução do Senado.

Portanto, Sr. Presidente, vimos aqui reiterar o apelo aos Srs. Senadores para que tenham sensibilidade, discutindo, no mínimo, uma regra de transição para que se possa preparar os Estados afetados e os Municípios que serão impactados por esse projeto, para que tenhamos condições de mitigar essas questões.

E aqui faço destaque às emendas que foram apresentadas pelo Senador Cyro Miranda, que, se não representam uma solução, ao menos mitigam os impactos que esse projeto pode causar nos Estados e Municípios.

De modo que, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, reitero, mais uma vez, em nome do Estado de Goiás, de todos os goianos, o nosso apelo para que o Senado Federal, através da Comissão de Assuntos Econômicos, tenha a sensibilidade com a realidade de cada Estado, de cada Município. Não é possível, repito, impingirmos aos Estados e aos Municípios uma situação de desequilíbrio e desregramento em suas contas na questão fiscal também.

De modo que, Sr. Presidente, eu agradeço, em nome do Estado de Goiás, a deferência desta Comissão em nos ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Vice-Governador de Goiás.

Passo a palavra, agora, ao Governador Raimundo Colombo, de Santa Catarina, por cinco minutos também.

O SR. RAIMUNDO COLOMBO – Sr. Presidente Delcídio do Amaral, Srªs Senadoras, queria agradecer muito a deferência que prestam ao Governo de Santa Catarina, para que possamos nos posicionar em relação a essa questão que para nós é fundamental.

Esse é um momento difícil para nós do Governo do Estado de Santa Catarina e para a sociedade. Nosso Estado se construiu ao longo do tempo com muito trabalho. Somos um Estado eminentemente exportador. Evidentemente, com cinco portos e com essa vocação natural, nós também desenvolvemos o potencial da importação. E ficamos competitivos. Só para os senhores terem uma ideia, há dez anos, quando exportávamos um contêiner de carne de frango, por exemplo, o transporte custava quase US$5 mil, hoje é menos de US$2 mil, porque o contêiner vai carregado e volta carregado. A nossa eficiência permitiu que o nosso Estado crescesse de forma significativa.

Temos razões profundas para questionar o mérito dessa medida, mas em respeito a tudo que já foi debatido, queremos buscar o caminho da forte vocação do Senado, que é a do diálogo, a do entendimento. Esse é um instrumento de força que está sendo usado contra os governos estaduais. Não é esse o princípio que en-

tendo da Federação brasileira. É absolutamente violenta essa imposição, sem a gradualidade, sem a transição.

O que pensamos é que não se trata de compensação, embora seja bem-vindo o empréstimo do BNDES para que possamos melhorar a infraestrutura e ainda mais a nossa capacidade de logística, aumentando a nossa eficiência. O que nós preiteamos, e dependemos do Senado, absolutamente, neste momento, da Comissão de Assuntos Econômicos, é que haja um processo de diálogo, de construção de um entendimento.

A proposta atual não é de entendimento, porque ela impõe a vontade do Governo sem gradualidade, sem uma fase de transição.

Para o caixa do Estado de Santa Catarina, para os senhores terem uma ideia, a nossa previsão é de que vamos perder, no ano que vem, R$950 milhões.

Muitos dos senhores e das senhoras aqui já foram governadores de Estado. Como é que se enfrenta esse problema? Se ainda é possível ao Estado diminuir investimentos, promover demissões, ajustar, e é isso que vamos ter que fazer, o que dizer dos cinco portos? O que dizer das pessoas que lá trabalham? O que dizer dos catarinenses e certamente de brasileiros de outros Estados que estão lá construindo a grandeza deste País? Vamos virar um pesque-pague nos nossos portos? Será que essa medida, que não vai diminuir a importação, absolutamente... Ela vai migrar para outros Estados com maior capacidade de transformação e de consumo, como é o caso de São Paulo, que já importa 36% do volume importado no Brasil.

Portanto nós precisamos de tempo. Se é verdade que o Governo está sensível – nós temos tido diálogos sobre isso –, como é que vamos começar uma BR de acesso aos portos, uma BR pela qual, por não ser duplicada, se leva cinco ou seis horas para acessar o porto? Até fazer a licitação, concluir o projeto, contratar e executar a obra, essa é a transição de que precisamos, essa é a verdade que se impõe. É absolutamente necessário que essa transição permita uma ampla negociação e um modelo da nossa economia, para que não haja desemprego, para que não haja injustiça, para que se possa fazer a transição que claramente, neste momento, é o bom senso. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu pediria por favor que ninguém se manifestasse aqui. Estamos realizando a audiência com tranquilidade, sem manifestação.

O SR. RAIMUNDO COLOMBO – O Governo propõe medidas como, por exemplo, o comércio eletrônico. Quando será votado? Quando entrará em vigor?

O Governo não permite a negociação da redução do desembolso da dívida, como, por exemplo, a medida do Senador Aécio Neves.

Esse momento é complexo. É evidente que há divisão de opiniões e dúvidas aqui, o que é a razão de tantas emendas que foram apresentadas, de tantos oradores inscritos para discursar. Será que tem que prevalecer a vontade do Executivo sem um espaço do diálogo?

Nós somos a favor da força da indústria nacional, nós somos a favor da atividade interna do mercado. O que nós queremos é construir, através do diálogo, um modelo que proteja a nossa realidade já existente, que permita aos trabalhadores, com o seu suor, manter a dignidade e que não imponha a um Estado que é um modelo a injustiça flagrante que aqui está estabelecida.

O que nós pedimos, clamamos a todos os senhores é que abram um espaço para o diálogo, para o entendimento, que seja possível uma transição, transição que permita, através do bom senso... *(falha na gravação)* ou mesmo destruir a realidade dos Estados. É isso que está se decidindo aqui. E este é o apelo que faço aos senhores.

É o momento do diálogo. Sempre foi bom o diálogo, e o melhor ponto de referência do diálogo na sociedade brasileira sempre foi o Senado brasileiro. O Senado é o ponto de convergência. Se há aqui dificuldades, é necessário que se estabeleça o diálogo e que se construa uma saída para nós.

Nas condições presentes, nós não estamos sendo atendidos, nós não estamos sendo compreendidos e, desta forma, está sendo imposto sobre a sociedade catarinense, o Estado de Goiás, do Espírito Santo e muitos outros Estados que ainda não perceberam o prejuízo que vão ter. Uma vontade que, sinceramente, é desproporcional. O problema da desindustrialização brasileira não é razão apenas neste caso aí.

Por isso, peço a todos os senhores um espaço para o diálogo, para o bom senso, para encontrarmos um caminho que proteja os Estados e que se caminhe em relação ao que o Governo quer.

Não estamos contra a medida do Governo. Nós estamos compreendendo. Embora tenhamos argumentos fortes no mérito contrário, nós estamos pedindo um especo para o diálogo e para construir uma saída honrosa para todos nós.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu pediria silêncio, por favor.

Com a palavra o Senador Renato Casagrande, do Espírito Santo.

Perdão! Governador, por mais tempo ainda.

O SR. RENATO CASAGRANDE – Presidente Delcídio; Senadores presentes; Senadores do meu Estado, Ricardo Ferraço, Ana Rita e Magno Malta;

Eduardo Braga, nosso Relator; Raimundo Colombo e o nosso vice– Governador de Goiás.

Estamos aqui com 40 prefeitos do meu Estado e quero agradecer muito a presença de todos.

Vereadores, lideranças do meu Estado, muito obrigado, porque vocês sabem a importância desse tema para o nosso Estado do Espírito Santo.

Meus amigos e minhas amigas, nós já tivemos aqui, neste Senado, nesta Casa, debatendo esse tema, apresentando com clareza as questões técnicas relacionadas à importação, ao incentivo à importação. Expliquei a situação do Espírito Santo, a situação que nós temos um mecanismo que tem 41 anos e que nós transformamos esse Estado do Espírito Santo num polo de comércio internacional por esse mecanismo de 41 anos.

Já disse que nós temos, historicamente, um passivo do Governo Federal para com o Estado do Espírito Santo. Nós não tivemos do Governo Federal, de todos os governantes, investimentos em infraestrutura que pudessem colocar o Estado na mesma condição de competir com outros Estados da região Sudeste e outros Estados do Brasil.

Só para ter uma ideia, um produto vindo por avião de Miami para Vitória tem um custo, aproximadamente, de R$3,00 o quilo. O produto vindo de Miami para São Paulo tem um custo de R$0,70 o quilo.

Então, nós temos uma defasagem em termos de competitividade na logística, porque nós não tivemos a infraestrutura, que é de responsabilidade do Governo Federal.

As duas principais rodovias que nós temos no Estado são do Governo Federal, o porto é Federal e o aeroporto é Federal.

Então, já colocamos isso para vocês. Já tivemos oportunidade de apresentarmos esses dados. Nós já colocamos que o maior problema da indústria nacional não é o incentivo à importação – e aqui os industriais sabem, quem está aqui presente sabe –, o maior problema é custo Brasil. São os juros. O maior problema é câmbio.

Importação pode ser um problema, mas é o menor deles. Só que as outras coisas são mais difíceis de serem resolvidas, e o Governo e o setor industrial quer entregar essa bandeira, porque é essa bandeira que pode ser entregue, é essa bandeira que pode ser votada aqui no Senado.

Já debatemos isso com o Senado. Colocamos as questões técnicas relacionadas ao Senado.

Só para vocês terem uma idéia, no ano de 2011 o Brasil importou US$32 bilhões da China. Desses US$32 bilhões, 48%, pouco mais de R$15 bilhões, esses produtos entraram, Senadores e Senadoras, esses produtos da China entraram pelo porto de São Paulo e pelo porto de Manaus. São 48% dos produtos vindo da China que entraram por Manaus e por São Paulo.

Então, nós estamos com dados objetivos que mostram a necessidade de trazer para o Senado uma reflexão. É lógico que São Paulo, que está aqui presente, quer que seja votado, porque nós vamos deixar de importar pelo Espírito Santo e vamos importar mais por São Paulo. Mas São Paulo é 33% do PIB, Espírito Santo é 1,5% do PIB. Então, não vai fazer diferença para São Paulo, mas vai fazer muita diferença para o Estado do Espírito Santo, para Santa Catarina, para Goiás.

Então, tecnicamente, vocês já sabem: o Governo está insensível, numa posição que não permitiu diálogo. O Governo conversou conosco, mas a sua proposta não nos atende, porque não tem uma compensação objetiva. O que nós pedimos – e estamos, teoricamente, em desvantagem nesta Comissão – é que, se não dá para manter a realidade atual, então vamos tratar de uma transição. O que nós queremos do Senado é que não derrote três entes da Federação. Será a primeira vez...

(Manifestação nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu pediria que não se manifestassem, por favor.

O SR. RENATO CASAGRANDE – Será a primeira vez que o Senado vai derrotar três Estados da Federação. Eu fiquei quatro anos aqui, neste Senado. Será a primeira vez que nós teremos, por parte do Senado, se votar esta matéria, a derrota de três Unidades da Federação.

Para nos adaptar e dar tempo de o Governo fazer um investimento, nós pedimos uma transição de oito anos. Mas, do jeito que nós estamos, encurralados, vamos discutir o prazo dessa transição, para dar um argumento para nos adaptarmos a essa realidade nova. Temos um monte de prefeitos que vão sair prejudicados. No Espírito Santo, o ICMS é arrecadado. Nós não fazemos renúncia de ICMS. Nós arrecadamos todo o ICM. Os 25% dos Municípios são arrecadados para os Municípios, nós não renunciamos. Então, os Municípios sofrerão uma perda gigantesca.

Então, o apelo é para que não haja a derrota de três Estados. Vamos achar um caminho, o caminho da transição. Não é possível a transição? Então, tem-se que apontar algum mecanismo.

O Senador Eduardo Braga já foi governador do Estado. Não pode, de um ano parra o outro, reduzir receita. É injustiça com Estados e Municípios reduzir receita. Se não pode haver a transição, se não há jeito de haver a transição, que a gente tenha compensação financeira. Então, vão colocar os prefeitos descumprin-

do a Lei de Responsabilidade Fiscal? Vão colocar os Estados em dificuldades? Então, nós estamos com problemas.

É o nosso apelo ao Senado para que resolva um assunto que o Governo Federal não tomou a decisão de resolver no diálogo. É o apelo que a gente faz. Muito obrigado.

(Manifestação nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Por favor.

Com a palavra, agora, o primeiro orador inscrito, por dois minutos, Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – E o primeiro tem que cumprir o prazo, Presidente, de dois minutos. Então, vamos fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Por isso, a responsabilidade é maior ainda.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Exatamente. Daqui a um ano, quem sabe, daqui a meio ano, nós estaremos nesta Comissão com os números do Brasil inteiro, de importação, de crescimento da indústria, e vamos constatar que essa decisão do Governo e a aprovação dessa resolução não mudaram absolutamente nada. Porque a indústria cresce no Brasil se o Governo tiver coragem de fazer uma política industrial adequada, criar uma política cambial adequada, desonerar a folha de pagamento, reduzir juro e incentivar o investimento. E isso o Governo não vem fazendo adequadamente. Faz pontualmente, mas não faz generalizadamente, em favor de todo o setor.

Nós estamos tratando aqui de três Estados que, coincidentemente, são governados por três ex-senadores. E disse bem o Governador Renato Casagrande: "O Senado não pode derrotar os Estados deste País." Por isso, cada Estado tem três Senadores. Aqui se defende Estado brasileiro; aqui não se condena Estado brasileiro, mesmo que ele tenha alguma culpa e alguma dificuldade.

Por último, quero dizer, Sr. Presidente, muito já foi falado. Esteve aqui, numa reunião da CAE, convocada por V. Exª, o Ministro Mantega, e isso já faz mais de um mês. O Governo não cedeu nada, o Governo não mexeu em nada, o Governo não fez nada, Senador Eduardo Braga, que pudesse atender a esses Estados, que compensasse, que lhes desse condição de diálogo. E eu próprio fiz aqui o desafio ao Ministro Mantega, para que ele encontrasse a solução, dizendo que nós não podíamos aceitar outra compensação, a exemplo da Lei Kandir, que deixou o Espírito Santo e Santa Catarina com o pincel na mão por anos a fio, sem pagar o que lhes era devido. *(Palmas)* Não pagou. E nós temos que fazer...

(Manifestação nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Por favor, eu peço que não se manifestem, senão vou ter que tomar outra providência.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) **–** E nós temos que fazer aqui outra observação: o Governo Federal é, sim, responsável. Ele pode fazer. Nós não queremos governo unitário. Nós queremos indústria progredindo e Santa Catarina é um grande exemplo de indústria progressiva e de progresso. E posso dizer a V. Exª: se os Senadores que aqui estão quiserem contribuir com Santa Catarina, mesmo os do Governo, desde que não sejam acusados de terem sofrido com o rolo compressor, eu peço que não votemos a matéria hoje, que não haja quórum para a votação, para que nós tenhamos o tempo necessário de mais um dia, de mais uma semana ou mais duas, se necessário, porque o Brasil não vai quebrar, mas os Estados vão quebrar se votarmos essa matéria hoje e o Governo for vencedor.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o próximo orador inscrito, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Obrigado, Senador Delcídio do Amaral.

Srªs e Srs. Senadores, Srs. Governadores, o Senador Eduardo Braga foi hoje implacável conosco, dizendo: é meritório, é razoável, mas o facão passou. Não acatou absolutamente nada.

Senador Eduardo Braga, se amanhã uma medida dessa fosse tomada contra o seu Estado, no processo de desindustrialização...

(Manifestação nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu pediria que não se manifestassem por favor.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – ...do dia para a noite. Como é que seria a postura de V. Exª?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu vou pedir para se retirarem as pessoas que estão aqui que não são Senadores nem Deputados.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Nós não somos mais contra que esse processo seja revisto, mas não é só um processo de indenização para esses Estados. Não se indeniza desemprego, não se indenizam os programas de apoio social que essas empresas prestam ao Estado. Existem muito mais coisas por trás disso. Não se trata apenas de uma compensação financeira que vai vigorar por um período.

Acredito que precisamos – e é justo, Senador Eduardo Braga – de um processo de transição apenas. O que pedimos é só isso, uma transição. Nós propusemos quatro anos, e na verdade não são quatro anos.

Na verdade, no primeiro ano já começa um período de ajustamento.

E depois, Senadores, não é justo que esses três Estados que são irmãos paguem uma conta desse tamanho, porque o que está acontecendo na indústria não é objeto da 72. Nós somos responsáveis por pouco menos de 10% das importações, Senador Eduardo. Trinta e seis por cento são do Estado que não é incentivado, o Estado de São Paulo.

Então, peço apenas isso, que nos dê um tempo para que nós possamos nos ajustar. É questão de humanidade, é questão de justiça para com esses Estados. Por isso peço mais uma vez que o senhor reveja e que este plenário seja sensível a esse pleito que não é só meu, mas de todos os Senadores que estão envolvidos.

Obrigado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, invocando o art. 14, porque tenho sido repetidamente citado nominalmente...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, não tem ofensa nisso! Ele já fez o seu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Ele pediu pela ordem.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Pelo amor de Deus, Senador Eduardo Braga! O senhor não foi ofendido. O senhor já fez o seu relatório. Deixe a gente debater o assunto!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Invocando o art. 14, com a palavra o Senador Eduardo Braga.

O Relator, Senador Malta, pode falar sempre.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Tenho sido citado repetidas vezes, inclusive pelos Srs. Governadores.

Eu gostaria de invocar o testemunho de todos os governadores do esforço que fiz ao longo de toda essa trajetória para que houvesse um amplo diálogo entre o Governo Federal e os governos estaduais. Inclusive na última reunião da CAE, quando poderíamos ter colocado o pedido de vista em votação para que votássemos ainda na quarta-feira da semana passada, aceitamos um acordo de pedido de vista geral, para que pudéssemos discutir esta matéria mais uma vez, em mais uma rodada de negociação com o Governo Federal.

No dia de ontem, o Governador Colombo, o Governador Renato Casagrande e o Governador Marconi Perillo estiveram com o Ministro da Fazenda, com o Ministro Guido Mantega, e nessas conversas houve uma série de entendimentos. Agora, se esses entendimentos não são o suficiente no entendimento dos Estados, Srs. Senadores, o que é um direito absolutamente leal e correto por parte dos Estados, não se pode dizer que não houve esse diálogo. O diálogo houve. Agora, o que V. Exªs estão pedindo é um prazo de transição.

Para que V. Exª tenha uma idéia, o projeto de resolução, como proposto pelo Senador Romero Jucá, entraria em vigor imediatamente. Tanto é assim que uma das emendas apresentadas foi a emenda do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que pedia um prazo de 90 dias para implementação da resolução.

Ora, esse humilde relator estabeleceu o 1º de janeiro de 2013 como início da implementação das novas alíquotas. Portanto, demos um prazo Srs. Senadores, do exercício fiscal de 2012. Exatamente reconhecendo que os Estados teriam todo o exercício de 2012 para, ao receberem uma série de compensações financeiras, Sr. Presidente, uma série de condições especiais – o Governo Federal vem debatendo com cada um dos Estados –, que vão desde a antecipação de *royalties* até financiamento de obras com condições especiais específicas, que vão desde compra de papéis de previdência até participação em agência de desenvolvimento de Estados, para que se possa fomentar parcerias públicas privadas, para que se possa, portanto, aumentar a atividade macroeconômicas nestes Estados. Tudo isso foi estabelecido em um diálogo em que eu tive a oportunidade de participar e de interagir, Sr. Presidente.

Mas, lamentavelmente, os dados não são apenas de um equilíbrio de receita entre Estados e Municípios, o que é muito importante, para que essa Casa debata. Mas é também uma questão de emprego para os brasileiros.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – A indústria brasileira e os dados revelados, no dia de ontem, mostram claramente que a indústria brasileira vem perdendo cada vez mais emprego e competitividade.

Enquanto isso, em alguns desses portos entram produtos acabados, entram automóveis que são importados com incentivo fiscal, exportando emprego de brasileiro e gerando emprego na China, na Coreia, no Japão e nos Estados Unidos.

Este Senado também tem responsabilidade para com o povo que nos elege. Não é apenas para...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Por favor, Senador Malta, o Senador Eduardo Braga está com a palavra.

Senador Malta, com a palavra o Senador Eduardo Braga.

V. Exª vai ter o tempo necessário.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Isso é força, não é argumento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Eduardo Braga com a palavra.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Não é força.

Pediria a V. Exª, primeiro, que respeitasse o regimento, porque, ao longo desse um ano e quatro meses que aqui estou, sempre tratei V. Exª com todo respeito e respeitando o regimento. Não cito aqui palavrões, não fico usando de desrespeito para com os colegas.

Quero dizer, portanto, que o que estou colocando é que nós não podemos...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Nós não podemos aqui estabelecer única e exclusivamente a visão tributária, de receita tributária de alguns Estados com que nós estamos buscando toda a interlocução possível e estabelecemos um prazo de todo o ano de 2012 para que essa negociação possa estar não só concluída como encerrada.

(Manifestação nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Se continuar esse tipo de manifestação, só vão ficar os Senadores e os Deputados aqui.

Estou pedindo. Estamos conduzindo isso aqui com paciência e tolerância, mas o abuso já está passando do limite.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Portanto, gostaria de encerrar, Sr. Presidente, dizendo que toda a participação e toda a busca do diálogo e do entendimento, da negociação possível, de forma republicana, entre a União e os Estados foi buscada por este Senado, por esta liderança e por esta Comissão.

V. Exª sabe e és testemunha que essa matéria tramita nesta Casa e nesta Comissão já há alguns meses, inclusive com quatro audiências públicas realizadas. Portanto, há mais de um ano, esta matéria está em debate nesta Casa. E esse projeto de resolução é de 2010, de autoria do Senador Romero Jucá. Portanto, transição, diálogo, paciência, respeito, tem sido a pauta na busca desse entendimento permanente, Sr. Presidente.

Apenas para colocar de forma transparente e não quero aqui adentrar em cada um dos casos específicos, mas os Srs. Governadores têm obviamente conhecimento de cada um dos casos específicos tratados com o Governo Federal e com o Ministério da Fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Casildo Maldaner, por dois minutos.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, eu quero até dividir e fiquei de fazer a permuta com o Senador Luiz Henrique. Ele tem até uma proposta para expor. Mas eu digo num instante que quero aqui, endossando o que disse o Governador Casagrande: eu nunca vi uma coisa que não fosse consenso neste Senado. Voltei agora no lugar do Governador Colombo, antes disso participei por oito anos aqui no Senado, de 1995 a 2003, e em nenhum momento eu participei de uma de decisão dessas, Governador Casagrande, em que não houvesse um consenso porque é a Casa da convergência, é a Casa do consenso, é a Casa que procura o que é melhor para os Estados, para o Brasil. É a Casa da descentralização, que prega a harmonia entre os Estados e o princípio federativo. Sempre tem sido assim, não apenas quando fui Governador, mas sempre houve essa tese.

Eu vejo que não é fácil, meu ilustre Líder, meu Líder do Governo, Eduardo Braga, com quem tenho uma convivência extraordinária e quem eu admiro demais. Mas é que, decidido isso, continuar o diálogo depois de decidida essa matéria, nós vamos ficar não no equilíbrio para discutir. Se no momento em que se compensa – se um Estado que perde um milhão de reais é compensado com um empréstimo do BNDES, essa desvantagem é muito desproporcional. Então, o que se quer, dentro do diálogo, dentro da discussão, dentro dessa transição, é chegar no entendimento de que, além do ICMS dos importados, da Resolução 72, entre em pauta também para fechar o comércio eletrônica, para fechar a questão dos *royalties*, para acertar o indexador, para nós temos alguma coisa que atenda ao Brasil.

Nós aqui, queiramos ou não, temos o compromisso e o juramento de representar os Estados. E acho que esse pacote, esse entendimento do pacto, de colocarmos à mesa todos esses índices, ele é indispensável. Isso interessa, é importante para manter a descentralização do País.

Então, eu quero aqui, nobre Presidente, caros Colegas, é pregar o princípio da descentralização e harmonia e o diálogo é a melhor coisa que tem do que cinco minutos de tiroteio.

Eu passei por essa circunstância e defendo – finalizando a minha participação para ser breve – e prometi ao Senador Luiz Henrique que eu ia até permutar porque eu estava com a proposta apresentada e o que nós queremos é isso. Não custa nós dialogarmos mais um pouco. Nós temos um tempo necessário, acho que isso é importante para a harmonia da nossa convivência aqui e a convivência dos Estados brasileiros, dos Municípios e assim por diante.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, este momento é ímpar e digo por quê. Porque a Casa do equilíbrio vai produzir daqui a pouco o desequilíbrio. Esta Casa da federação se levanta, se insurge contra o art. 60 da Constituição. O pacto federativo vai ser violado daqui a pouco.

Os nossos Estados, o Estado de Goiás, o Estado de Santa Catarina, com o argumento de salvar a indústria – e nós queremos uma indústria forte, porque uma indústria forte gera emprego e emprego é honra; comida na mesa é honra, ninguém discute isso – mas todos nós sabemos que essa medida não mudará a história da indústria no Brasil. É sabido. Sobre o pacote editado pela Presidente para salvar a indústria, todos os economistas e entendidos dizem que ele não está falando nada. E incluem essa medida aqui. O que nós estamos vendo é o empresariado brasileiro, numa ganância imensa, querendo ganhar em pouco tempo o que não conseguiu ganhar em 20 anos. A Lei Kandir faz com que o Espírito Santo abra mão de 2,4 bilhões. Nenhum argumento procede. E, se ainda procedesse, nada justifica a Casa da federação violar o pacto federativo.

Alguns Estados estavam incluídos nessa matança – e aqui está o pai do mostro: Romero Jucá, que é o pai desta lei e está do meu lado. Eu estou falando com ele do lado. (*risos.)*

(*O Sr. Presidente faz soar a campainha*.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Nada de art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Ele vai invocar o art. 14. Pelo amor de Deus, Senador Romero, nós temos 23 inscritos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Aumenta o tempo dele em mais um minuto quando ele for falar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Concluindo, Senador Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Concluindo, não. Eu comecei agora. Um minuto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Mas todos estão obedecendo aos dois minutos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Um minuto porque eu quero falar sobre seu Estado. Eu quero falar sobre o seu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O meu Estado não tem nada a ver...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Só um minutinho, pelo amor de Deus.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Nós somos amigos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Não justificaria esse desequilíbrio na Casa da federação.

No mês que vem, a PEC da Música vem para esta Casa e o Senador Eduardo Braga vai pedir solidariedade a nós. E não terá.

Quando ele era Governador, o Arthur Virgílio, do PSDB, guerreiro – que falta faz o Arthur! –, ele era Governador e eles entraram em desespero porque Sarney pediu a Lula uma nova zona franca para o Amapá. E Lula deu. Botou numa medida provisória. A Bancada federal chiava lá e aqui os Senadores, sob o comando do valente Arthur – virou satanás o Arthur Virgílio... E sabe quem fez coro com ele? Eu, porque achava que era indigno e injusto criar outra zona franca que minimamente ia atrapalhar a Zona Franca de Manaus. Senador Eduardo Braga, este Senado vai tirar a nossa zona franca agora!

Com a vênia de V. Exª, mas V. Exª vai pedir de novo solidariedade para a PEC da Música e V. Exª não terá.

Sabe que era tributado o gás, a canalização que passa por Mato Grosso do Sul – terra de Moka e de Delcídio do Amaral –, o gás que vem da Bolívia?! Mas sabe por que o Estado dele não está em discussão aqui? Porque ele, esse grisalho simpático que está aí olhando para mim, meteu o pé na porta, esmurrou a parede, gritou e disse: "Eu sou desse Partido e não é o Partido de que sou filiado que vai me desmoralizar." Logo, logo, arrumaram uma compensação para ele. É por isso que ele está quietinho.

(*Manifestação nas galerias*.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu peço aos senhores que não se manifestem.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Mas não tem compensação.

Renato Casagrande, ontem, Governador do meu Estado, juntamente com Colombo e Marconi Perillo, 15 dias sem o Sr. Guido Mantega... Aliás eu quero deixar um recado de Salomão ao Sr. Guido Mantega: Salomão falou que a arrogância precede a ruína. Ministro arrogante!

Casagrande é Governador de um povo. Colombo é Governador de um povo, arrogante. Marconi é Governador de um povo, não foi nomeado pelo Governo Dilma! Governo não é CC5 do Governo Federal, é voto.

E o senhor não quis recebê-los. E quando recebeu teve uma conversa fria, de bêbado para delegado. E a conversa com Casagrande foi do tipo: "Amanhã nós vamos passar o rodo. Está determinado que vamos passar o cerol. Não queremos conversa com esses três Estados."

Sr. Presidente, eu lamento que a força...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Malta, concluindo. Há muitos Senadores e todos obedeceram ao tempo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Mas a metade que está aqui não está sofrendo o que nós estamos sofrendo.

(*Manifestação nas galerias.)*

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Inclusive, já outros Senadores de Estados envolvidos aqui se colocaram e respeitaram o tempo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Eu peço a V. Exª, que é um guerreiro...a sua mãe está assistindo esse pronunciamento e V. Exª é meu irmão e eu evoco a senhora para ligar no celular dele, mandar um torpedo para ele me dar um tempo, porque ele já ganhou a compensação dele. Você está calmo, eu não estou.

Então, veja: os Governadores Renato Casagrande, Colombo e Perillo... Nós temos nove Senadores desses três Estados. Os três Estados juntos têm 43 Deputados Federais. Nós vamos ser derrotados aqui, a Federação vai ser derrotada, a Constituição vai ser violada, cuspida, escarrada. O pacto federativo não existe, é balela, é o interesse do mais forte.

Na hora em que isso aqui se encerrar, certamente muita gente vai almoçar no Piantella e, sorrindo, um vai perguntar para o outro: "Como é que fica Santa Catarina agora? E Goiás e Espírito Santo?" E alguém vai dizer: "Escafedeu-se!" Se ferraram! É a força do poder do mais forte.

Amanhã nós vamos tomar medidas mais duras contra os outros Estados, que agora não estão sofrendo, porque hoje é o meu, amanhã é o de vocês. Essa determinação da Presidente Dilma me incomoda, me entristece. Eu fui para as ruas ajudar a eleger essa mulher! E não sei o que ela tem contra o meu Estado. Daqui a pouco tiram o Fundap... Estão tirando o Fundap ou vão tirar os *royalties* do petróleo. Ela precisa também comprar um grande terreno para criar uma cidade ou um Estado novo, fechar aquilo lá e levar-nos para dentro, construir Minha Casa, Minha Vida, para poder abrigar os desabrigados. Porque esses prefeitos do Espírito Santo que estão aqui todos serão pegos na Lei de Responsabilidade Fiscal e vão para cadeia por causa da ganância do empresariado e pela falta de sensibilidade da Presidente da República.

(*Manifestação nas galerias*.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu pediria que não se manifestassem.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Não pode manifestar demônio, Sr. Presidente, mas a insatisfação, pelo amor de Deus! Se os caras não puderem se manifestar...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – V. Exª conhece o Regimento.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – É a insatisfação dos justos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – V. Exª conhece o Regimento Interno da Casa, Senador.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Mas há momentos na vida em que a graça é maior do que a lei. E este é o momento da graça, não é o momento da lei, Sr. Presidente.

Eles estão sofrendo. Nós estamos sofrendo. V. Exª sabe, é meu amigo pessoal, não vou relatar o que nós conversamos, mas V. Exª sabe, está sofrendo comigo. Isso é uma injustiça. Isso é uma indignidade. Não vai resolver o problema da indústria brasileira. Muito pelo contrário.

Agora, eu quero dizer uma coisa: nós somos nove Senadores, dos três Estados. Se a partir de hoje um de nós votar com o Governo, é porque nós não temos vergonha na cara.

(*Manifestação nas galerias*.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – É porque nós não temos vergonha na cara! Se a partir de hoje algum Deputado Federal desses três Estados votar com o Governo, estará traindo seu Estado e não tem vergonha na cara. Não tem vergonha na cara!

E a partir de hoje, eu me declaro – eu não sou independente – fora da Base desse Governo, que não respeitou um povo que se recusou a ficar agachado para o crime organizado, que humilhou o meu Estado por 15 anos. O Estado que fez o dever de casa e, durante três anos, cresceu mais proporcionalmente do que o País, do que o PIB nacional. Fez o dever de casa, se corrigiu. Um Estado promissor! E quem sabe se por ser um Estado promissor é que agora está sendo sufocado, humilhado, pela ganância de empresários, pelo grupo empresarial deste País, que sabe que não vai resolver e querem ganhar em um ano aquilo que não conseguiram ganhar em 20 anos.

É triste saber e ver Senadores fazendo um discurso completamente contrário a esses Estados que são entes federados, quando, na verdade, eles são de Estados que são entes federados. Pau que dá em Chico dá em Francisco! Hoje é conosco, amanhã será com vocês, com a dureza do coração da Presidente. A insensibilidade do Sr. Mantega, que acha que o País e o cofre pertencem a ele. Esqueça isso, arrogante! O País não é seu, o País é de nós todos que trabalhamos, de nós todos que recolhemos impostos neste País. O País é de nós todos.

Quando vejo o Senador Armando Monteiro falar, eu fico impressionado porque...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Magno Malta, para concluir...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Estou encerrando. Pelo amor de Deus, eu peço por favor ao senhor. Eu estou sofrendo, pelo amor de Deus.

Quando vejo ele falar, eu fico encantado, porque eu queria saber falar desse jeito. Tem números, sabe falar das coisas e tal. Mas ninguém deu mais incentivo neste País do que Pernambuco. Mas quando ganhou a compensação, ganhou refinaria, ganhou montadora de carro, então "pode tirar de todo mundo que o nosso está certo."

(*Manifestação nas galerias*.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Magno Malta, concluindo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Eu concluo.

Eu disse que esta é uma reunião para inglês ver, todo mundo sabe. Está tudo definido, tudo certo. Tem gente caladinho aqui, pronto para dar o voto e ir embora. Nem falar com a imprensa, é virar as costas e correr, de vergonha. Mas nós conhecemos a cara de todo mundo e, na hora em que for o Estado de vocês, vocês não terão solidariedade. Esta hoje deixou de ser a Casa da federação. O desequilíbrio está posto. Vocês não terão solidariedade, porque esta deixou de ser a Casa da federação. O desequilíbrio está posto. E nós, então, trabalharemos na base do desequilíbrio, viu Senador Eduardo Braga? Na hora em que vier a PEC da Música, o senhor não contará conosco.

Obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra, o Senador Antonio Carlos Valadares. Dois minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, diante desse debate a que estamos assistindo, está mais do que claro que,quando se trata de um interesse federativo, o que deve predominar é o diálogo, o que deve predominar é o consenso, e não a força, e não a imposição da maioria, porque se nós estamos numa Federação, não há hierarquia de um Estado sobre o outro.

Eu, por exemplo, sou representante do menor Estado da Federação do Brasil, que é o Estado de Sergipe. É do tamanho de Israel, mas é o menor Estado da Federação.

São Paulo tem três Senadores. Sergipe tem três Senadores.

Não é a vontade de um Estado poderoso, economicamente mais forte, que vai resolver um problema de tal magnitude, fortalecendo uns, enfraquecendo outros.

Eu acho, Sr. Presidente, que se a indústria está decrescendo, se há um PIB industrial menor do que em outras épocas – hoje, se não me engano, é de 14% –, voltando ao ano de 1956, a razão não é por causa desse debate, o que está acontecendo há mais de 40 anos, nos Estados do Espírito Santo, Santa Catarina, etc.

Aqui, ninguém fala que o que se cobra de juros, no Brasil, é o dobro do que se cobra em países similares ao Brasil. Há uma disparidade entre o produto aqui construído e o construído em outros países na mesma situação do Brasil. Agora, culpar alguns Estados, como Espírito Santo, Santa Catarina e outros, acho que é uma temeridade e é contribuir para o divisionismo entre os Estados.

Politicamente falando, eu acho, Sr. Presidente, que nessa matéria, se eu tivesse esse poder, eu iria para uma transição. Existem emendas as mais diversas propondo esse período de transição, inclusive uma de minha autoria, de oito anos, mas se não puder ser em oito anos, façamos em quatro, façamos em seis, em cinco anos, mas não se admite conversar, nem conversar sobre esse assunto.

Jogar o que está acontecendo na indústria nas costas de três Estados, que representam, em comparação com o Estado de São Paulo, por exemplo, uma ínfima participação na economia do nosso País...

Por isso, Sr. Presidente, para terminar, para concluir, acho que nós representamos, aqui, a Federação; ninguém, aqui, é superior a ninguém. Se alguns Estados têm privilégios, como o Estado do Amazonas, isso foi conseguido em anos e anos.

Nós não estamos pedindo privilégios, estamos pedindo tratamento igualitário, porque fazemos parte de uma Federação. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra, o Senador Aloysio Nunes Ferreira. Dois minutos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, nós chegamos a essa situação em grande parte devido à ausência de políticas de desenvolvimento regional que tornassem o desenvolvimento do nosso País mais equilibrado, mais descentralizado.

Compreendo que muitos governos estaduais, diante até de uma situação de fato e de um estado de necessidade, tenham recorrido a mecanismos tributários que tenham permitido, de alguma forma, o desenvolvimento de atividade econômica no seu Estado. Acontece, Sr. Presidente, que o que é benefício para uns é ônus para outros. Pela forma como é cobrado o tributo do ICMS no País, quando um Estado concede um benefício fiscal para uma determinada operação esse benefício se transforma em ônus para outro Es-

tado. Essa é a realidade, porque são benefícios concedidos à margem do mecanismo previsto pela Constituição e pela Lei Complementar do ICMS, que exige a concordância de todos. Estados concedem aquilo que, na verdade, não lhes pertence, pertence a outros Estados. Isso, sim, no meu entender, é um fato grave contra a Federação, é uma prática antifederativa grave.

Mais ainda, aqui nós temos presentes, nesta sala, o Presidente da CGTB, o Bira. Nós temos aqui o grande líder sindical de São Paulo, hoje nacional, que é o Paulinho, da Força, Deputado Federal. Nós temos dirigentes sindicais de outros Estados aqui presentes. Recentemente, há dez dias, uma empresa de alumínio do Maranhão fechou as portas, não sei quantos trabalhadores foram colocados na rua. Tem razão o Governador Casagrande, os problemas da indústria brasileira não decorrem apenas da chamada guerra dos portos, mas, muitas vezes, uma importação concedida nessas condições, concorrendo com o produto que paga o ICMS cheio no seu Estado, pode significar o tiro de misericórdia de uma empresa. E quando digo tiro de misericórdia de uma empresa estou me referindo a trabalhadores que são jogados na rua e atirados ao desemprego.

Estou sendo aparteado e não sei por quem...

(Manifestação nas galerias.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Então o senhor escute o meu discurso, assim como escutei os outros.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu não aceito...

(*Tumulto no plenário*.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS. *Fazendo soar a campainha.*) – Eu vou ter que usar a Segurança para retirar as pessoas que não são da Comissão.

(*Tumulto no plenário*.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pode retirar. Retira.

Com a palavra o Senador Aloysio Nunes.

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pediria à Segurança que retire os mais exaltados.

(*Tumulto no plenário*.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

(*Tumulto no plenário*.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS. *Fazendo soar a campainha.*) – Se continuar dessa forma, infelizmente vamos ter que tomar uma atitude mais radical. Estamos aqui ouvindo todas as pessoas a favor e contra, com civilidade, educação e sem gritaria. É a última vez que vou... Sou um homem tolerante, mas nós estamos passando do limite. Eu já encarei situações muito mais difíceis neste Senado e não vi essa deseducação e esse mau tratamento com pessoas que estão aqui trabalhando, defendendo seus Estados e defendendo o Brasil.

Com a palavra o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, retomo aqui o meu argumento.

Essa situação está gerando uma concorrência absolutamente desequilibrada entre os Estados e as empresas e esse desequilíbrio é agravado pelo fenômeno da judicialização de tudo que diz respeito a operações interestaduais com mercadorias que provêm de Estados que concedem esse tipo de incentivo. Chegam nos Estados, digamos, importadores, esses créditos tributários são glosados e tudo vai parar na Justiça. Acontece que algumas empresas ganham, outras perdem. Ou seja, a judicialização é um elemento a mais na incerteza para a atividade econômica, que é um elemento de custo Brasil gravíssimo.

Eu tenho receio de que a proposta do Senador Eduardo Braga não venha a acabar com esse problema da judicialização – em primeiro lugar, porque creio que o Confaz não tem a menor condição de cumprir com as obrigações que essa resolução, se for aprovada dessa forma, pretende impor. O Confaz não tem condição de resolver sequer a questão dos incentivos fiscais. Os incentivos são dados à revelia do Confaz. E seriam essas normas decididas pelos Estados, pela regra da maioria, e não da unanimidade – Estados que, em grande parte, participam dessas operações.

De modo que não teremos uma instância para dirimir o que é o conteúdo nacional. Ainda mais, dada a redação adotada pelo nobre Senador Eduardo Braga, que estende de tal forma o permissivo para inclusão nessa alíquota de 4% de tudo aquilo que for de alguma forma condicionado e recondicionado, não apenas se tendo restringido à transformação, que é uma operação industrial sobre mercadoria, sobre um insumo ou sobre uma matéria-prima que gera uma nova mercadoria, nós vamos permitir a maquiagem de produtos. E não haverá quem dirima isso.

De modo que esses 40%, no meu entender, vão gerar mais judicialização. Por isso, estou propondo alternativamente ou se dizer que compreende o alcance da medida apenas os produtos que tenham recebido

no Estado importador uma transformação no sentido do regulamento do IPI, que é uma transformação efetiva – transforma-se uma coisa em outra –, ou então nos resumirmos ao *caput* da resolução, que diria o seguinte: por bem importado, industrializado ou não, paga-se a alíquota de 4%.

Com isso, acaba-se esta história de saber o conteúdo nacional, fiscal, a tentação a subfaturamento da importação, ao superfaturamento da venda para outro Estado, enfim, ajuda-se a perpetuação da judicialização.

Eu apresentei emendas nesse sentido. De alguma forma, melhora-se um pouco, mas estamos muito longe, nos termos que foram adotados pelo substitutivo Eduardo Braga, de uma solução boa e definitiva para o problema.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Aloysio Nunes.

Com a palavra, o Senador Humberto Costa.

Passa.

Senador Luiz Henrique. Dois minutos.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, peço a maior atenção de todos os Srs. Senadores e Srªs Senadoras sobre um fato relevante que envolve essa matéria tão crucial para o País.

No dia 14 de dezembro do ano passado, reuniram-se, em São Paulo, sob a liderança do Secretário paulista, ex-Ministro Andrea Calabi, os Secretários da Fazenda dos Estados do Sul e Sudeste brasileiro. Lá estavam os Srs. Secretários do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Que deliberação tomaram aqueles ilustres Secretários? Que proposta fizeram? Tenho-a aqui, Sr. Presidente e Srs. Senadores. Propuseram, unanimemente, levar ao Confaz uma proposta de transição gradual decrescente para ao estabelecimento de alíquota interestadual única, como quer o Governo Federal no Projeto de Resolução nº 72, originalmente apresentado pelo seu então Líder, Senador Romero Jucá.

Assim, até mesmo o Estado de São Paulo, de onde emana a motivação do PRS nº 72 e a grande mobilização popular para aprová-lo, manifestou-se pela necessidade dessa transição. O documento síntese dessa deliberação, que tenho em mãos e que me foi passado pelo Secretário da Fazenda do meu Estado, tem a seguinte redação:

"Os Secretários se comprometem em defender a edição de resolução do Senado Federal para fixar alíquota interestadual da seguinte forma: da alíquota estadual vigorante em 2011, de 12%, uma redução para 10% em 2013, 8% em 2014, 6% em 2015, até chegar a 4% em 2016."

Essa proposta é dos Secretários da Fazenda do Rio de Janeiro, do Espírito Santo, de São Paulo, do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Se o Presidente quiser pode disponibilizar o documento aos Srs. Senadores, ele está aqui.

Na justificativa da proposta, os ilustres titulares da Fazenda dos Estados do Sul e do Sudeste assim se manifestaram:

"Com essa medida se cria um caminho seguro para aquilo que todos queremos, para que a guerra fiscal tenha os seus efeitos mitigados ou eliminados, mas [salientam os Secretários da Fazenda do Sul e do Sudeste] há necessidade de metodologia segura, transparente e confiável para mensurar os ganhos e as perdas decorrentes da mudança. Devem ser inseridos [dizem os Secretários da Fazenda] dispositivos que garantam a manutenção da receita atual dos Estados perdedores com indicação clara do método de aferição da receita a ser garantida."

Outrossim, reconhecendo, como disse há pouco o ilustre e extraordinário Senador Aloysio Nunes Ferreira, a falta dessa macropolítica, os Secretários se propõem a pleitear que a União implemente uma política de desenvolvimento regional eficaz.

Por outro lado, vão bem mais além os ilustres Secretários da Fazenda do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo:

"Entendemos que é importante defender que, paralelamente à mudança das alíquotas interestaduais e mediante declaração do Confaz, sejam mantidos os atuais benefícios fiscais concedidos nas operações interestaduais em desacordo com a Lei Complementar nº 2.475, na seguinte conformidade: os atuais benefícios que incidem sobre operações interestaduais deverão ser reduzidos por redução de base de cálculo ou isenção, se a carga tributária for zero. De modo que a carga tributária seja o equivalente ao que hoje beneficia a operação.

Os Estados e o Distrito Federal [dizem os Secretários da Fazenda] encaminharão a listagem de seus benefícios interestaduais atuais ao Confaz com a respectiva carga tributária efetiva em cada um.

A vigência seria estipulada até 31 de dezembro de 2016, permitindo a reavaliação do Confaz até que tal data para eventual prorrogação ou aplicação.

A aplicação seria garantida a todo e qualquer tipo de benefício fiscal ou financeiro vinculado ao ICMS nas operações interestaduais e para qualquer ramo de atividade beneficiada: indústria, agroindústria, portuária ou de infraestrutura comercial."

É muito importante assinalar – e peço sempre a máxima atenção dos meus pares nesta Comissão –

outro cuidado manifestado pelos Srs. Secretários da Fazenda do Sul e do Sudeste, para os contribuintes incentivados também representará a manutenção dos mesmos efeitos tributários dos atuais benefícios ainda que com características econômicas diferentes, permitindo que não haja acusação de quebra de contrato. Cuidado dos Srs. Secretários da Fazenda. Por fim, assinalam, com essas medidas se elimina quase que imediatamente a guerra fiscal nas operações interestaduais, permite-se que Estados que deram benefícios relativos nas operações internas possam revê-los em face da nossa realidade.

Fazendo uma síntese da posição dos Secretários da Fazenda do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, podemos afirmar com toda a clareza que eles entendem que a Resolução nº 72 não deve ser aprovada para vigorar com a alíquota única de 4% imediatamente no ano fiscal de 2013. Compreendendo a complexidade desta matéria, compreendo mais do que ninguém os Secretários a complexidade desta matéria e as repercussões negativas para a economia nacional com perdas irremediáveis para muitos Estados e insegurança jurídica e financeira, quebra de contratos, desemprego em áreas portuárias e industriais estratégicas, aumento do desequilíbrio regional e da concentração econômica, os Srs. Secretários propõem essa transição curta, mas segurança, que seja sensata e equilibrada para ser eficaz.

Volto a dizer aqui o que disse na Comissão de Justiça: a origem desse projeto, Srªs e Srs. Senadores, é nossa, não é do Governo. A origem é do Senado da República, a responsabilidade é nossa com o que vai acontecer em nosso País. Não descuremos, pois, da análise serena, sensata e convergente. Não será uma deliberação sensata, serena e convergente se não propiciarem, como querem os Secretários da Fazenda do Sul e do Sudeste aos Estados, um breve período de transição, como eles propuseram naquela reunião de dezembro. Transição, aliás, que constava do parecer original de V. Exª, meu caro Senador Delcídio do Amaral. E V. Exª tinha essa intenção porque havia consultado o Ministério da Fazenda, que estava de acordo com essa negociação como assegurou aos governadores aqui presentes.

Não é verdade que os governadores tenham negociado compensações, concordando com a aprovação do projeto na forma do meu Substitutivo apresentado pelo meu companheiro de partido, o ex-Governador do Amazonas e ilustre Senador Eduardo Braga. Os governadores estão aqui e já falaram para constatar exatamente que não houve negociação nem conclusiva nem concluída nem determinante neste caso.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, faço um apelo, como fiz na Comissão de Justiça: não derrotemos os Estados, não derrotemos a manifestação dos Secretários do Sul e do Sudeste. Eu falei com alguns Senadores que disseram: "Não, mas o meu Estado não está envolvido nisso". Está sim. Há uma proposta clara que foi levada ao Confaz e só não foi tornada resolução na última reunião do Confaz porque não obteve consenso de apenas três Secretários de Estado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Luiz Henrique, por favor, conclua.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Então façamos esse consenso aqui. Percamos mais algum tempo, suspendamos a reunião, dialoguemos, estabeleçamos aqui, Sr. Presidente, uma comissão para dialogar com a Senhora Presidente, a fim de que nós possamos fazer o papel do Senado, que é o de defesa da harmonia e do equilíbrio do pacto federativo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu queria pedir, porque tem muita gente inscrita – até o Senador Luiz Henrique, que vem acompanhando esse trabalho há muito tempo...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Peço desculpas, mas o assunto que eu trouxe é relevante.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Claro, e a gente compreende.

Mas pedir que respeitássemos os dois minutos, porque, senão, esta reunião fica interminável.

Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu quero começar registrando que, ao longo desses dois anos de debate que estamos fazendo aqui no Congresso Nacional sobre a Resolução nº 72, desde a sua apresentação, lá em 2010, já realizamos um conjunto de audiências públicas envolvendo, inicialmente, a CAE e, depois, a nossa Comissão de Constituição e Justiça, em audiências conjuntas. Tivemos também, durante esse período, a manifestação da ampla maioria das centrais sindicais brasileiras com a grande preocupação com a manutenção do emprego, porque é isso que efetivamente interessa ao povo brasileiro. Tivemos, também, a manifestação das entidades industriais do Brasil, mostrando um conjunto de itens que passam pela redução da taxa de juros, e é isso o que o Governo Federal vem fazendo numa determinação para que os bancos públicos reduzam suas taxas de juros e, ao mesmo tempo, chamando os bancos privados para esse debate e impondo toda uma discussão para que essa taxa de juros seja compatível com o resto do Brasil.

Na taxa de câmbio, estamos fazendo um conjunto de ações para desvalorizar o real e tornar nossa economia mais competitiva. É só voltar a 2010, em que o real estava cotado na faixa de R$1,50 para US$1,00, e estamos hoje com o real superior a R$1,80, e esperamos que os mecanismos que estão sendo tomados possam levar à competitividade da nossa moeda para mais próximo do seu valor real.

Tivemos toda uma política voltada para a desoneração da folha de pagamento, inicialmente com a micro e a pequena empresa, e que saímos de 1,367 milhão para 6,200 milhões micro e pequenas empresas formais no Brasil, e que isso traz uma arrecadação crescente no ICMS de cada Estado-Membro da Federação. Se quiserem abrir esses números, de 2007 a 2011, é fantástico o aumento da arrecadação com o Simples Nacional, fruto dessa política de formalização em que o Governo Federal, os Governos Estaduais e os Governos Municipais estão empenhados.

E, agora, estamos dando mais um passo. Nós somos aqueles que entendemos que é preciso fortalecer a indústria brasileira, é preciso preservar os nossos empregos e é preciso assegurar o equilíbrio do pacto federativo. E é por isso que nós, na resolução, estamos propondo que o ICMS importação venha para 4%. Porque, com esse mecanismo, estamos mantendo os 3% que hoje se repassa para os Municípios, estamos mantendo o 1% que se mantém na mão do Estado e estamos tirando os 8% que vão para a mão dos importadores, e estamos tendo o cuidado de termos toda uma política de investimentos para que as empresas que hoje estão nesses Estados não saiam dali, e se, porventura, venham a sair, estamos também criando uma política de compensação.

Temos mantido um diálogo com os nossos Governadores. Eu mesmo já fui a algumas audiências no Ministério da Fazenda e tenho presenciado ali uma série de Governadores, particularmente dos três Estados, nesse debate. E a última reunião foi ontem.

É verdade que não chegamos a um consenso numa matéria polêmica como essa, e, quando não há consenso, em nome do Brasil, o Senado Federal precisa deliberar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Pimentel.

Com a palavra o Senador Ferraço, por dois minutos. Dois minutos. *(Risos.)*

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – O que V. Exª tem contra mim que deu para o Senador Magno Malta trinta minutos e quer me dar dois minutos, Presidente? *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não, não, de forma nenhuma. Não foi.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, é apenas uma brincadeira. Evidentemente, é um momento extremamente delicado, e delicado, Sr. Presidente, porque eu estou na vida pública há muitos anos. Senador Inácio, comecei minha vida pública aos 18 anos de idade, como vereador. Os capixabas me honraram sempre, e procurei, de certa forma, corresponder a isso com muito trabalho, com muito esforço e com muita lealdade ao interesse público. Portanto, estou na vida pública há 30 anos e já participei de muitos conflitos, de muitas lides, o que faz parte do dia a dia, da rotina de qualquer um de nós que chega ao Senado da República.

Sempre tive a expectativa de chegar ao Senado, a esta Casa, em que se reúnem ex-Presidentes da República e ex-Governadores e em que se pode fazer um debate em torno de um Poder que precisa ser autônomo, ainda que tenha a necessidade de fazer alianças, e que precisa marcar sua identidade. Longe de mim deixar de reconhecer a importância do Senado! Fui Vice-Governador e sei o que representa a governabilidade.

Sem bravata, sem bater na mesa – e quem bate na mesa machuca a mão e pode quebrar a mesa –, precisamos, neste debate, nesta argumentação, encontrar, a esta altura, um caminho que possa nos tirar deste que é o pior dos mundos, Senador Eduardo Braga, meu querido e dileto amigo.

Essa matéria vai produzir vitoriosos e derrotados, mas não há qualquer necessidade de construirmos esse tipo de conflito. É preciso negociação e diálogo. Como já foi dito aqui, de maneira exaustiva, por muitos Senadores que me antecederam, esta sempre foi a Casa do diálogo e do entendimento.

O Senado conhece minha manifestação, conhece o debate feito na Comissão de Constituição e Justiça, minhas convicções relacionadas às violações à Constituição Federal, mas, aqui, não discutimos mais a legalidade dessa matéria.

O que me chama a atenção, ouvindo nossos Governadores, é a intransigência do Governo Federal. Mas, se o Governo Federal, se a equipe econômica do Governo Federal não quer negociar, o que impede, Senador Eduardo Braga, o Senado da República, na Comissão de Assuntos Econômicos, de produzir uma emenda que contemple nossos Estados que serão fortemente atingidos?

Não pode faltar autonomia, não pode faltar legitimidade para os nossos mandatos, Senador Delcídio. V. Exª dirige, com muito equilíbrio, a Comissão de Assuntos Econômicos, uma das mais importantes Comissões.

Não será doravante apenas responsabilidade da equipe econômica do Governo Federal o que faremos

aqui. Isso será responsabilidade também do Senado Federal. É injusto e desleal transferir essa responsabilidade para a equipe econômica do Governo Federal ou para quem quer que seja, porque somos nós, Senadores, que estamos fazendo uso dos nossos mandatos para exercermos o nosso juízo de valor.

Lembra-me o eminente Senador Luiz Henrique que a proposta nasce no Senado, nasce pelas mãos do eminente Senador Romero Jucá. Ainda que haja o apoio e o estímulo do Governo Federal, do Poder Executivo, da equipe econômica do Governo Federal, somos nós, Senadores, que, de certa forma, ao meu juízo, estamos dando uma contribuição negativa para a forma com que esse tema é debatido.

Ontem, Sr. Presidente e Senador Eduardo Braga, recebi no meu *e-mail* uma manifestação de uma cidadã capixaba, que faz um arrazoado e uma reflexão acerca deste momento em que vive a Federação brasileira e que nos traz um poema do poeta russo Maiakovski, que afirma:

> "Na primeira noite eles se aproximam e colhem uma flor do nosso jardim,
> e não dizemos nada.
> Na segunda noite, já não se escondem;
> pisam as flores, matam o nosso cão,
> e não dizemos nada.
> Até que um dia o mais frágil deles entra sozinho em nossa casa, rouba-nos a lua e, conhecendo o nosso medo, arranca-nos a voz da garganta.
> E porque não dissemos nada,
> já não podemos dizer nada."

Essa é a situação em que vivem nossos Estados. Nós sabemos que não temos maioria para aprovar uma matéria como esta. Mas, nesta hora derradeira, estamos apelando ao Líder do Governo, Eduardo Braga, e aos nossos colegas da Comissão de Assuntos Econômicos: ainda há tempo de interrompermos, permitam-me, o que eu chamo de marcha da insensatez, porque a estratégia é de força, a estratégia é de cerco e aniquilamento. Vão negociar com os nossos governos, com os nossos governadores, depois da matéria aprovada por esta Comissão ou aprovada pelo Plenário desta Casa. Esta é uma Casa que nunca se impôs pela força; sempre se impôs pelo debate. A civilidade, a cordialidade, ainda que o debate seja duro e divergente, é a marca do Senado Federal. Nós estamos impondo outra regra a esta Casa. Esta Casa que viveu tantos momentos conflituosos ao longo da sua história, que tanta contribuição deu à união nacional, uma Casa que nunca se furtou à fraternidade federativa.

O nosso Estado, Srs. Senadores, tem uma dependência fundamental desse sistema...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Ferraço, para concluir.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu já encerro, Sr. Presidente.

Vinte e nove por cento do ICM que arrecadamos vem das importações.

Eu não quero aqui discutir apenas o meu Estado, ainda que o legítimo seja isso, porque todos nós estamos aqui, em primeiro lugar, para defender os nossos Estados. Vamos fazer um debate em relação não apenas a parte, mas ao todo. Não há país tão fechado como o Brasil. Os Senadores que defenderam aqui seus Estados foram tachados de Senadores que estão olhando para os seus umbigos. Não. Nós estamos olhando por nossos Estados, mas estamos olhando também para o conjunto da Federação.

Quando fazemos uma comparação, Sr. Presidente, da importação de bens e serviços em relação ao PIB, o Brasil importa 12% em relação ao seu PIB; a Argentina importa 18%. O Brasil importa 12%; o Chile importa 32%. O Brasil importa 12%; a Alemanha importa 41% em relação ao seu PIB; a Índia importa 25% em relação ao seu PIB. O Brasil importa 12% em relação ao seu PIB. Não está acontecendo o que se apregoa. Nós continuamos um país fechado, nós continuamos com nosso mercado protegido. Se nós pegarmos a participação dos manufaturados...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Ferraço, para concluir.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – ...de 2002 para 2011, houve um aumento de 23 bilhões para 92 bilhões do PIB brasileiro.

Então, os dados são muito consistentes, Sr. Presidente. Nós estamos aqui meio que pregando no deserto, mas vamos continuar pregando porque espero continuar confiando na possibilidade e na capacidade do diálogo, na capacidade, no discernimento, na competência e na experiência do Senador Eduardo Braga, meu líder, Líder do Governo, governo que ajudei a construir, governo que ajudei a eleger, governo que se nega a debater com o meu governador, com o nosso governador. E quando se nega a debater com o nosso governador, nega-se a debater com os capixabas; quando se nega a debater com o ex-Senador Colombo, nega-se a debater com os catarinenses. A situação é de humilhação, a situação é de constrangimento dos nossos governadores. Não estariam aqui os nossos governadores...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Concluindo, Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – ...se não fosse a necessidade, Senador Eduardo Braga, de buscarmos um caminho. V. Exª pode ainda, em seu relatório, acolher as manifestações dos seus colegas e dos seus companheiros.

O Senado tem autoridade e tem autonomia para que nós possamos ainda construir uma regra de transição, que não seria o melhor dos mundos, mas, entre o ótimo e o bom, às vezes, é necessário que a gente faça a opção pelo bom, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu sou cristão novo no Senado Federal, temos aqui Senadores muito mais experientes, mas eu acho que ainda há tempo, ainda há tempo de nós impedirmos essa violência e essa covardia contra os nossos Estados.

Hoje, talvez sejam os Estados do Espírito Santo, Santa Catarina e Goiás, mas amanhã pode ser qualquer outro Estado, e eu não me furtarei em ser solidário a qualquer tipo de contradição ou violência contra os Estados federados. Não. Isto aqui não pode ser uma Comissão de acerto de contas. Não. Esta Casa não pode ser uma Comissão de acerto de contas. Não. Esta Casa precisa continuar sendo a Casa do entendimento, da unidade e da solidariedade federativa.

Este é o apelo que faço, Sr. Presidente, ao encerrar o meu debate: que os nossos colegas Senadores possam pensar nas argumentações dos nossos Senadores, e que o meu Líder, Eduardo Braga, possa se sensibilizar, abrir o coração e, na condição de Líder do Governo, incorporar em seu parecer emendas que foram aqui reclamadas, porque, na relação pessoal ...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Para concluir, Sr. Senador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – ...– eu já encerro, Sr. Presidente –, na conversa com os nossos colegas Senadores, não há nenhum Senador que se coloque contra a transição, todos a querem, mas o Governo não quer. Pois bem, se o Governo não quer, então, que o Senado tenha autonomia, tenha soberania para exercer a sua função, a sua prerrogativa e a sua responsabilidade, porque depois será absolutamente desleal nós dizermos que foi o Executivo, ou que foi a Presidente, ou que foi a equipe econômica. Não. Fomos todos nós no exercício soberano e livre dos nossos mandatos.

É o apelo que faço, tentando calar fundo no coração do meu amigo, do Senador Eduardo Braga, Líder do Governo e meu Líder no Senado Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Presidente, companheiros, Srs. Governadores presentes a esta reunião, eu acho que nós chegamos, Presidente, ao final deste debate nesta Comissão.

Eu considero que, em que pese alguns raros momentos de certo destempero, a tônica deste debate foi, me parece, toda ela pautada no interesse das discussões das questões do País, do desenvolvimento regional e do legítimo interesse de alguns Estados.

Produzimos aqui várias audiências públicas em que se assegurou uma ampla audiência de vários setores interessados nessa discussão. Mas há um momento, Presidente, em que esta Casa tem que deliberar.

E é evidente que o ideal era que se pudesse construir aqui uma ampla convergência.

Esta Casa é a Casa do equilíbrio federativo porque a representação dos Estados, independentemente do tamanho de suas economias ou até mesmo da sua população, esta representação é paritária nesta Casa. E nós temos de fazer justiça à representação política deste três Estados que, a meu ver, se desempenharam de maneira exemplar ao longo de todo desse processo.

Mas, Presidente, é chegada a hora de decidir. E quando temos de decidir, temos de decidir levando em conta os interesses nacionais, porque a Federação ela há de ter um traço comum, que é o liame, que é o interesse nacional. Este é permanente.

Eu não tenho dúvida nenhuma, Sr. Presidente, de que o interesse nacional reclama a interrupção desta prática, dessa deletéria prática, que tem sido tão nociva aos interesses do País.

E quero dizer que o nobre Senador Magno Malta me permitiu fazer uso de algo que eu nunca, ao longo desse debate, pude me referir: é que o meu Estado concede incentivo de importação. Portanto, isso me coloca e me confere autoridade para poder dizer aqui que, em que pese esta prática, que o meu Estado também se utiliza, de dizer que eu acho que isso tem de ser interrompido em nome dos interesses do País.

Quero dizer que em alguns momentos deste debate ficou até parecendo que nós estamos aqui produzindo um discurso contra importação.

Como é que se pode, *a priori*, discutir a importação?

O Brasil precisa, evidentemente, importar mais, ampliar as suas correntes de comércio. E nós sabemos que o comércio é uma mão dupla.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Bom, eu prefiro ficar com a poesia que foi trazida pelo Senador Ferraço. Acho que ela reflete melhor, ou deve refletir o clima deste debate.

Mas, de qualquer forma, o Brasil precisa ampliar a sua corrente de comércio, e nós não podemos nos colocar contra a importação. O que se discute aqui é se é lícito conceder a empresas comerciais importadoras vantagens do ponto de vista tributário que, muitas vezes, são concedidas pelos Estados que se constituem corredores de importação, com o chapéu alheio, muitas vezes, em prejuízo dos Estados aos quais as mercadorias verdadeiramente se destinam.

Então, eu acho que restou deste debate todo a compreensão de que nós precisamos promover, dar esse passo, porque o Brasil espera, há muito tempo, as macrorreformas. Há quanto tempo o Brasil reclama uma reforma tributária? E temos de reconhecer que essa reforma tributária teria de ter um ponto fundamental: que é o de termos uma legislação federal uniforme na área do ICMS. Porque o ICMS é a fonte de todas as distorções do ambiente tributário nacional: 27 legislações, bases de cálculos distintas. O ICMS é, na essência, hoje, o modelo da forma que se pratica no Brasil, modelo de valor adicionado, é um elemento desintegrador da Federação brasileira.

Então, é hora de iniciarmos a correção dessas graves distorções. E não podemos esperar pelas macrorreformas, porque elas esbarram, ao final, nas próprias contradições da Federação brasileira: Estados mais ricos; Estados menos desenvolvidos; Estados consumidores, eminentemente consumidores; Estados produtores.

E aí vamos ficar inertes diante disso, reclamando sempre as macrorreformas, que não chegam, ou temos obrigação de atuar no ambiente da economia objetivamente, através de minirreformas incrementais que propiciam uma melhoria desse ambiente caótico e muitas vezes hostil à competição empresarial, já que produzem desequilíbrios intersetoriais, desequilíbrios interempresariais, desequilíbrios inter-regionais.

Portanto, é hora de darmos esse passo.

Eu quero dizer que desejo que, deste diálogo entre o Governo Federal e os Estados, que seriam prejudicados pela interrupção desta prática, eu desejo que possa se chegar a um denominador razoável.

Mas lembro algo que disse no debate da CCJ: as perdas efetivas destes Estados não podem ser, de forma muito clara, predeterminadas, porque elas dependerão, em grande medida, da própria reorientação dos fluxos de importação e não do impacto da medida inicial da alíquota interestadual que está sendo aplicada.

Portanto, Presidente, eu que quero, ao final, dizer que esta Casa tem de decidir. E eu me sinto muito tranquilo para poder dizer a mim mesmo: "Vamos votar pelo Brasil, vamos votar pela interrupção desta prática".

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Art. 14, Sr. Presidente, fui citado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

Espera aí, Romero, oxente!

Art. 14. Fui citado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Mas V. Exª foi citado com delicadeza, com carinho, com especial atenção...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Então, eu gosto dele e vou responder com delicadeza também.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Daqui para frente está proibido algum Senador citar outro Senador aqui.

Esse é o último aqui pelo art. 14.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Quando me referi a Pernambuco, eu me referi com respeito. Senador Armando sabe. Ele foi presidente da CNI, ele foi presidente; na época o senhor era Deputado Federal. Naquela época que ele era Deputado Federal, eu não o vi correndo atrás de uma lei dessas, e sabe por quê? A refinaria não tinha ainda nem Porto de Suape e nem montadora, mas depois que chegou isso tudo, é uma compensação boa, não é Delcídio? Se tivesse chegado isso para o meu Estado eu estaria caladinho.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado pela brevidade, Senador Malta.

Senador Romero Jucá, o autor do projeto.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, também serei breve.

Primeiro, quero dizer que é fundamental que este projeto seja debatido e o momento é esse.

Já tivemos decisão do Supremo Tribunal Federal definindo que as concessões que estão sendo dadas pelos Estados são inconstitucionais. Esta é uma verdade. Portanto, não há como se furtar a esse debate.

Segundo, não estamos aqui contra importações. O que estamos aqui discutindo é igualdade de tratamento a produtos importados e a produtos brasileiros. Essa é a questão que estamos tratando. Nada mais do que isso.

Além disso, temos discutido e avançado no debate. A proposta inicial era 0% de alíquota; avançamos para 4%. Quatro por cento é mais do que os Estados e Municípios arrecadam hoje, porque da forma como é feito hoje o Estado abre mão, faz o leilão e termina repassando esse valor para os Estados aos quais os produtos vão por deslocamento. Portanto, o incentivo é dado com o recurso do outro Estado, não é do seu

Estado. A arrecadação do Estado ficará preservada. Portanto, é importante votar esta matéria.

Queremos discutir a preservação dos empregos no País. Queremos discutir a preservação da atividade econômica nos Estados que estão sendo impactados. Desde o início, mantivemos contato com a área econômica do governo, discutindo compensações.

Acho que o projeto tem avançado e, nesse debate, é importante que cada um coloque a sua posição, porque nós poderemos avançar ainda mais. É importante que os Estados coloquem as dificuldades, e vamos trabalhar no sentido de procurar minorar esses impactos, da forma como já foi feito quando se levou a alíquota de zero para 4%.

A minha posição, Sr. Presidente, é a de que o debate é importante. Entendemos a posição de Senadores e Senadoras dos Estados que estão sendo impactados. Entendemos a posição política de cada um que se manifesta aqui, mas temos que discutir uma medida para o Brasil, e essa medida para o Brasil precisa levar em conta todos os Estados, a economia brasileira e os empregos no País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Próxima oradora inscrita, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, antes um esclarecimento: o Senador Magno Malta tem direito ainda ao art. 14?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não, mas V. Exª, por favor...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não, eu só lhe fiz uma pergunta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não, acabou. São dois artigos 14. Ninguém mais tem direito a nada.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, fiz questão de manter minha inscrição, apesar de entender que a matéria já está debatida, foi extremamente debatida. Estive com os governadores, no mínimo, cinco ou seis vezes, só nesta Comissão, debatendo a matéria.

Sr. Presidente, acho que não podemos confundir. Infelizmente, todos, quando tratamos de questões tributárias, muitos parlamentares insistem em fazer um paralelo do que está sendo debatido com a Zona Franca de Manaus, exatamente porque é a Zona Franca de Manaus a única exceção no sistema tributário brasileiro. Foi um modelo concebido há 45 anos, numa região quase nada desenvolvida e ocupada do País, que tem se mostrado como absolutamente importante, não para a geração de emprego no Amazonas, mas absolutamente importante para o Brasil. Não é à toa que o Amazonas é o Estado, Senador Malta, que tem o maior nível de preservação ambiental. Então, acho que não é delicado nem correto e nem justo para com a Nação ficar aqui ameaçando: se isso passar, vamos votar contra a Zona Franca na PEC da Música, ou vamos apresentar um projeto acabando com os incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus.

Ora, Sr. Presidente, o que nós estamos debatendo aqui é algo que diz respeito a todo o Brasil.

Todos os jornais de hoje mostram a retração da produção nacional. Absolutamente todos retratam a retração da produção nacional. Nós sabemos que o fato único que ocasiona essa questão não são os incentivos concedidos por alguns Estados a produtos importados; existem outros fatos. Por exemplo, os juros altos no Brasil, o Real extremamente valorizado. Mas como este, os outros fatos também vêm sendo atacados pelo Governo Federal, Sr. Presidente.

Eu quero dizer ao Senador Casagrande, Governador do Estado do Espírito Santo, ao Vice-Governador de Goiás, ao querido ex-Senador também Raimundo Colombo, Governador de Santa Catarina, que nós tentamos muito, Governadores, buscar aqui o melhor acordo, para que os Estados também não sofressem o impacto. Eu mesma fui uma das que apoiei o requerimento do Senador Ferraço para que a matéria tramitasse também na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. E fiz isto contra a orientação do Governo, porque entendo que toda, absolutamente toda a matéria tem de ser muito debatida.

Agora nós estamos informados também que o Governo Federal vem acenando com compensações importantes para estes Estados, compensações importantes que podem não só cobrir as perdas, mas superar talvez no médio prazo. E nós não estamos falando de uma medida que vigorará amanhã. Nós estamos no início praticamente de 2012; isso é para o ano que vem.

Então, eu quero dizer ao Srs. Governadores que é de coração partido que a gente vota isso, porque nós gostaríamos muito de termos tido um acordo aqui, de não termos votação nominal, de termos uma votação simbólica, com a concordância de todos. Mas o Brasil precisa dessa medida; os empregos precisam dessa medida. Infelizmente, nós temos de nos posicionar assim.

Acho que a matéria foi debatida. E Santa Catariana, Espírito Santos, Goiás estão recebendo medidas compensatórias. Se não forem suficientes, vamos continuar o debate.

É por isso que eu me manifesto, mais uma vez, depois de ter feito tudo, de haver contribuído da forma

como contribuímos, mas que não temos como deixar de votar pela aprovação deste Projeto de Resolução nº 72.

O Senador Jucá já falou como o modificou. No início era zero o ICMS; chegamos a um bom número. Debatemos muito tempo 2% e chegou-se a 4%, o que eu já acho importante.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Blairo Maggi, por dois minutos.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, para mim, dois minutos, né?

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Governadores aqui presentes, eu acompanhei este debate desde o início e acompanhei as audiências públicas que aqui tiveram e confesso que, em determinados momentos, eu fui entendendo esse problema e compreendendo inclusive através de almas mudanças feitas que alguns Estados, como por exemplo, o Estado de Mato Grosso, que havia uma previsão de perda de mais de R$250 milhões por ano e, dependendo de como as coisas iriam acontecer nos créditos dos ICMS, poderíamos ter um déficit de até R$1 bilhão por ano.

E por que isso? Porque a Lei Kandir, que tanto favoreceu a agricultura e tanto prejudicou os Estados produtores, não consegue dar vazão aos créditos que o setor produtivo tem na sua base de produção.

Então, no Estado de Mato Grosso, ainda quando eu era Governador, buscamos um artifício dentro da legislação para facilitar a importação dos produtos que são consumidos na formação dos preços da agricultura, como insumos agrícolas, fertilizantes, defensivos, máquinas, equipamentos, aviões agrícolas, etc. Isto gerou um acordo entre o setor produtivo do não pagamento dos créditos, aproveitando, então, com a importação de alíquota zero para dentro do Estado de Mato Grosso.

E eu tinha esse entendimento de que isso iria acabar também com a Resolução nº 72. E, de fato, iria, mas o nosso Relator, o Senador Eduardo Braga fez, no seu substitutivo, e permitiu, então, que os Estados que são credores desta Lei Kandir possam continuar trabalhando da forma como estavam. Então, ao longo desse entendimento, o problema que Mato Grosso tinha de estar sentado também no banco dos réus, aqui, junto com Santa Catarina, com Goiás e com o Espírito Santo, ele desapareceu. Buscou-se um entendimento e chegou-se a esse entendimento. Quero agradecer ao Senador Eduardo por ter feito essa modificação.

Mas, nem por isso, Sr. Presidente, eu retirei ou retiro a minha preocupação com os representantes dos Estados que estão aqui, sentados. De fato, não há como chegarmos e retiramos desses Estados, de um dia para o outro, a arrecadação que eles têm. Conversei, aqui, com alguns prefeitos, pela manhã, e a preocupação dos prefeitos é no sentido de que é direto no seu orçamento, é direto na sua veia.

Concordo que o assunto está debatido, está indo para votação, mas não deveria ir para votação sem que tivéssemos feito um acordo de transição nesse processo. Não deveríamos ir. Nós vamos ferir, talvez, de morte três Estados e outros que ainda não se aperceberam do que deveria ser feito nessa proposta. Mas também dizer que os Governadores estão saindo daqui de pires na mão ou com as mãos no bolso não é bem verdade. Pelo menos o que nos foi dito hoje de manhã, na reunião das lideranças, foi que o Governo, sim, conversou com os governadores; sim, conseguiu avançar, a ponto de fazer repasses financeiros para investimentos, ainda que na forma de financiamento, mas, de fato, há um descasamento entre o que vai terminar no dia 31 de dezembro de 2012 e os orçamentos que os Estados terão a partir de 2013 para administrar.

Quero deixar, aqui, a minha preocupação. Vamos votar a Resolução nº 72. Muito provavelmente ela será vencedora, mas que fique o alerta a esta Casa de que esses três Estados muito provavelmente voltarão a esta Comissão no ano que vem para reivindicar mudanças substanciais na legislação. Caso contrário, não cumprirão com as obrigações fiscais que têm tido até este momento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy por dois minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Delcício do Amaral; Governadores Raimundo Colombo e Renato Casagrande; Vice-Governador José Eliton de Figuerêdo Júnior, acho que a palavra dos Governadores e dos Senadores dos três Estados que aqui mais protestaram, e com veemência, certamente será sentida pelo Governo Federal, no sentido de que acho que terão a guarida necessária para que medidas sejam tomadas, visando a se estabelecer meios de os Estados do Espírito Santo, de Santa Catarina e de Goiás dinamizarem suas economias.

Mas é importante, aqui, ressaltar: o Senador Eduardo Braga, ao assinalar a constitucionalidade do PLS nº 72, agiu com correção, com razão, e é importante ressaltar que a forma como foram estabelecidos esses incentivos para as importações acabaram, de fato, prejudicando, significativamente – os números são evidentes –, o desenvolvimento industrial da Nação como um todo. Então, é importante, acredito, a aprovação do PLS nº 72, mas com muita atenção para o alerta aqui colocado pelos Senadores dos Estados, porque se sentem prejudicados. Então, é preciso que todos

nós, Senadores da Federação, estejamos atentos ao equilíbrio de nossa Nação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

Com a palavra o Senador Wellington Dias.

Eu só quero dizer que aqueles Senadores que não estiverem presentes e que forem chamados, eu não vou... Até porque há vários Senadores que estão aqui desde o início desta reunião. Portanto, não é justo.

Senadora Ana Amélia, por dois minutos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente, prometo que vou cumprir os dois minutos.

Presidente Delcídio, caro Relator Eduardo Braga, Srs. Governadores, Sr. Vice– Governador, Srªs. e Srs. Senadores, penso que esse debate apaixonado e com razão aqui, sobre esse tema, colocou em evidência a necessidade urgente de trazer esse projeto de resolução dessa forma, as questões do pacto federativo. É inadiável essa questão.

É razoável tudo que foi apresentado aqui pelo direito desses Estados que adotaram uma ousada solução para aumentar a sua receita e, como disse a Senadora Vanessa e o Senador Blairo Maggi, nós temos de encontrar um caminho que seja rápido, porque não se aceita que se dê como recompensa créditos ou financiamentos do BNDES. Isso não é saída para Estados e Municípios que já estão endividados. Não é possível que se crie por esse caminho uma solução.

Penso que a nossa responsabilidade aqui, caro relator e Sr. Presidente Delcídio do Amaral, é persistir e fundamentar essa discussão sobre pacto federativo – e agora já tem uma comissão especial para debater.

Também queria louvar a rapidez – e aí prova que quando há vontade política as coisas acontecem nesta Casa –, porque, há pouco tempo, as centrais sindicais, junto com o setor produtivo brasileiro, estiveram com o Presidente e as lideranças se comprometeram a votar essa matéria.

Sou de um Estado exportador, que é o Rio Grande do Sul, que perdeu muito com a Lei Kandir. É um pedido do meu Estado, em nome dos empregos, em nome do setor exportador gaúcho e do setor produtivo do meu Estado, que está perdendo empresas para outros Estados, porque não tem capacidade de gerar incentivos, está perdendo empregos e também indústrias para outros Estados e perderá para a Argentina, que agora começa a romper acordos internacionais criando uma instabilidade muito grave no âmbito do Mercosul.

As empresas brasileiras estão na Argentina e o que aconteceu com uma empresa espanhola pode acontecer com empresas brasileiras. Todo cuidado é pouco e por isso mais urgente fica o debate nesta Casa em relação ao pacto federativo.

Temos de ter solidariedade federativa e não uma disputa, como vimos nesta Casa, em que têm razão esses Estados, como Santa Catarina, Espírito Santo e Goiás, e também os Estados que, como o meu, sofrem com legislação que não foi cumprida, que é a questão da Lei Kandir, por exemplo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Com a palavra a Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, em que pese eu não ser integrante desta Comissão, mas estou lançando mão do meu direito de fala para externar a minha opinião sobre essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Quer acender a luz, aí. Parece uma boate esse trem aqui.

Senadora Ana Rita, com a palavra.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Conforme disse, Sr. Presidente, quero lançar mão do meu direito de fala nesta Comissão, da qual não sou integrante, para expressar a minha opinião, mais uma vez, sobre a matéria.

Tive a oportunidade de falar sobre ela na reunião da Comissão de Constituição e Justiça e quero aqui falar sobre a importância que ela possui, com certeza, para o Brasil. Chamando a atenção, eu dizia naquela reunião da Comissão de Constituição e Justiça, para os impactos que ela vai produzir ao Espírito Santo, especialmente aos municípios capixabas.

Desde o ano passado, Sr. Presidente, nós temos nos dedicado, eu particularmente tenho me dedicado, juntamente com os demais parlamentares da nossa bancada, a este tema. Tenho afirmado que compreendo e não desconsidero a necessidade que o Governo Federal possui de enfrentar as consequências que as várias políticas de incentivos às importações através de renuncias fiscais têm provocado.

Tenho consciência da importância de tomar medidas em defesa da indústria nacional, do fortalecimento do mercado interno e dos empregos.

Por outro lado, Sr. Presidente, quero deixar bastante claro, pois tenho alertado que não é prudente, em nome dessas necessidades, aprovar medidas que coloquem alguns Estados em dificuldades e principalmente os nossos Municípios.

Não é prudente construirmos um cenário de vitoriosos e derrotados. É possível evitar isso. Tenho absoluta convicção de que temos toda a capacidade para avançarmos às mudanças neste País, promovendo um quadro de vitórias em todos os Estados brasileiros.

Portanto, Sr. Presidente, quero aqui enfatizar que já realizamos inúmeras reuniões, tanto na CCJ como aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos. Várias propostas foram apresentadas. Vários projetos...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – O barulho está intenso, Sr. Presidente. Está difícil conversar aqui.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Várias possibilidades foram apresentadas pelo Governo para que tenhamos uma transição econômica. No entanto, o que quero dizer aqui, Sr. Presidente, é que é preciso algo mais concreto.

Diante disso, eu gostaria – e faço aqui um apelo ao nosso relator e ao Sr. Presidente – que tenhamos um pouco mais de prazo para que possamos votar essa matéria. Sei que não há clima para isso, mas eu faço esse pedido, porque, votando hoje, na situação do jeito que está, com certeza, o nosso Estado assim como os Estados de Santa Catarina e Goiás terão prejuízos, prejuízos esses que estarão diretamente afetando os nossos Municípios e gerando desemprego em nossos Estados. Eu acho que é possível avançarmos mais no diálogo para que as propostas apresentadas pelo Governo Federal possam se traduzir ou em projetos de lei ou em medidas provisórias que realmente garantam a transição financeira de que tanto precisamos e, se não for possível, um tempo maior para que possamos nos adequar às novas medidas.

Era isso, Sr. Presidente, que eu gostaria de colocar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Ana Rita.

Com a palavra o Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu tomo a liberdade, Presidente Delcídio, de pedir atenção pelos poucos minutos que V. Exª me oferta aos meus nobres colegas, para, mais que defender uma determinada posição, sugerir um caminho.

Começo por aquilo que me parece ser convergente. Nem os mais entusiastas defensores da aprovação desse projeto de resolução deixam de compreender que ele não é o âmago, não é o cerne, não é o fator preponderante para a perda de competitividade da indústria nacional. Fatores como a absoluta carência de infraestrutura, os juros estratosféricos ainda praticados no Brasil, o câmbio sobrevalorizado, a nossa enorme e recordista mundial carga tributária são fatores que certamente impactam muito mais que aquilo que aqui está efetivamente sendo discutido.

Eu, nos oito anos que governei o meu Estado, Minas Gerais, Sr. Presidente, Srs. Senadores, defendi uma revisão desse processo. Eu considerava, como continuo considerando, inadequado que empresas comerciais importadoras tivessem benefícios que permitissem a perda de competitividade de outras regiões do País. Mas sempre achei, Sr. Presidente, que essa matéria deveria estar sendo discutida e proposta pelo Governo num conjunto de outras questões que dizem respeito à Federação, como a questão dos *royalties* não apenas do petróleo, mas da mineração; a questão relativa ao Fundo de Participação dos Estados, que teremos necessariamente, por decisão do Supremo Tribunal Federal, de definir até o final deste ano; a questão, já na pauta, que diz respeito à renegociação da dívida dos Estados. São oportunidades que, poucas vezes, este Senado teve de realmente possibilitar, Governador Eduardo Braga, meu colega Governador de Estado, que repactuemos aqui a Federação. Entretanto, tem faltado – esta é a minha opinião muito clara – ao Governo Federal a sensibilidade necessária para conduzir essa negociação de forma mais ampla.

Não obstante, aqui, Sr. Presidente, fazer esse registro, a firmeza e a contundência com que o Governador Renato Casagrande, o Governador Raimundo Colombo, o Governador José Eliton, aqui representando o Governador Marconi Perillo, que tem sido também um bravo debatedor nessa questão. A posição dos Srs. Governadores tem sido absolutamente razoável e equilibrada. Já não defendem, pelo que posso aqui compreender, não obstante também suas convicções pessoais, apenas a manutenção do *status quo*, defendem uma transição. É legítima e é necessária, Sr. Presidente.

E é absolutamente insuficiente, ao que me parece, a proposta até agora ofertada pelo Governo Federal de financiamentos através do BNDES, de incremento dos fundos de desenvolvimento ou de obras de infraestrutura que sempre foram prometidas e jamais realizadas pela incapacidade, em grande parte, de gerenciamento do próprio Governo Federal.

Sr. Presidente, na busca de um caminho, apresentei uma emenda que estou destacando e será votada separadamente, que busca, a meu ver, um caminho razoável, o caminho do entendimento. O que eu proponho é que aqueles Estados que perderem a arrecadação de ICMS, por força da aprovação dessa resolução, até o sexto exercício, portanto até o sexto ano subsequente àquele que for promulgada, portanto eventualmente se aprovada neste ano, serão compensados financeiramente pela União. Traduzindo, Sr. Presidente, os Estados terão abatimento dessas perdas mensalmente no serviço da dívida, no pagamento das parcelas das dívidas, e 25% desse valor seriam transferidos aos Municípios que também têm perdas.

Se não é o caminho ideal, é o caminho, Sr. Presidente, absolutamente possível.

E apresso-me a responder àqueles que encontrarão algum vício nessa proposta, usando os mesmos argumentos do Senador e Governador Eduardo Braga ao defender seu relatório. Não estou tratando aqui de proposta tributária, é uma questão eminentemente financeira. E esta Casa, que aprovou os contratos de rolagem das dívidas, tem a responsabilidade e tem a autoridade para aplicar compensações a Estados decorrentes de perdas em razão de projeto de resolução aprovado por esta mesma Casa. Então, não estamos aqui, de forma alguma, cometendo qualquer inconstitucionalidade.

Portanto, Sr. Presidente, quero me ater ao tempo disponibilizado por V. Exª, mas não me contenho ao final. Observava, com muita atenção, cada um dos Srs. Senadores, aprendendo com cada um deles, e talvez inspirado pela presença, ao meu lado, do Senador Dornelles, eu me lembrava de uma lição tancrediana. Senador Tancredo, aqui, nesta mesma tribuna, por tantas vezes esteve neste Senado e nesta Comissão – e é uma lição que, me parece, a Senhora Presidente da República pratica às avessas – dizia, e dizia sempre, que lhe dava muito mais prazer e que ele considerava muito mais produtivo um bom acordo, um bom entendimento do que derrotar um adversário. Esse Governo, parece-me, em cada momento, em cada uma das discussões mais profundas aqui travadas, apresenta certo prazer mórbido em derrotar, no começo, os adversários, agora, seus companheiros e parcela expressiva do Brasil.

Faço aqui, portanto, um chamamento ao bom senso, à base do Governo, para que possamos buscar, através dessa proposta, se não houver outra melhor, uma compensação imediata aos Estados que eventualmente sofram perdas com a aprovação da medida.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Inácio Arruda. Temos, ainda, Senadora Lúcia Vânia, Senador Flexa e o Senador Lindbergh. Estão encerradas as inscrições definitivamente.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, colegas Senadores que agora atuam como Governadores em seus Estados, quero dizer que estou de acordo com o poema de Maiakovski, só que ele vale para o Brasil como conjunto e não para uma causa em particular. Com relação a qualquer medida – e vejo, Senador Aécio, que essa tem sido a preocupação da Presidente Dilma –, a qualquer medida para defender a indústria brasileira, acho que essa é uma questão central, desse ponto de vista, estamos de acordo. Acho que, no mérito, tenho discutido isso com o Senador Armando Monteiro, que é da nossa região e sabe que nós utilizamos esse instrumento e que, sem ele, não teríamos feito quase nada nos últimos dez ou quinze anos no Nordeste brasileiro. Foram os chamados incentivos que nós praticamos que nos permitiu realizar uma espécie de movimento de descentralização industrial no Brasil. A partir do uso do ICMS, foi possível levar indústrias de algumas regiões do País, trazer indústrias do exterior e também importar aquilo de que precisávamos. No caso, nós não importamos para exportar no nosso território: nós importamos para usar no nosso território especialmente – é o caso de Pernambuco, é o nosso caso lá no Ceará. Eu vejo que aqui nós estamos de acordo. Nem Espírito Santo, nem Santa Catarina, nem Goiás vão se juntar a uma posição que possa criar algum embaraço para a indústria brasileira. Acho que isso é pacifico.

Ponto 2: a compensação.

É que o que está sendo ofertado tem uma espécie de longo curso, demora um pouco. O caixa do Espírito Santo vai ser impactado no dia 1º de janeiro, Santa Catarina... Vejam o problema do Espírito Santo, que eu considero mais grave, porque aqui nós temos de examinar, nós temos de ter esse zelo, esse cuidado, sendo base do governo ou oposição. O caixa do Espírito Santo vai ser impactado no dia 1º de janeiro. Ele tem a arrecadação de 2,4 bilhões. Não há nenhuma compensação capaz de cobrir isso, nenhuma dessas compensações consegue cobrir tamanha defasagem no orçamento de um Estado, que impacta também nos Municípios. Acho que é esse zelo, é esse cuidado que o Senado tem de ter, é um problema de responsabilidade dos Senadores. A matéria começou aqui, não começou com a Presidente; não foi a Presidente Dilma que mandou essa matéria para cá, fomos nós que a começamos aqui. Então, exatamente porque fomos nós, Senador Romero, Senador Eduardo, temos de ter também a capacidade de ir diretamente à Presidente da República, acompanhados dos governadores, diretamente. Não é mais matéria para o Ministro Guido Mantega, nós já esgotamos o processo ali, nem mesmo para o Planejamento, onde o Orçamento é tratado. Acho que nós chegamos ao ponto máximo da nossa atuação. É uma causa nossa, do Senado da República, e há sim a questão do equilíbrio da Federação, porque hoje é com um, amanhã vai atingir outro, porque são medidas de caráter nacional, mexem com os Estados. Por quê? Porque há um desequilíbrio nacional também.

Com todo respeito e apreço que nós temos pela locomotiva do Brasil, que é o Estado de São Paulo, Senador Aloysio, em última instância, na prática, objetivamente, termina que nós beneficiamos o Estado

de São Paulo. E eu gosto que beneficie, que ajude, porque ajuda também... Quantos de nós do Ceará e do Nordeste inteiro tivemos de escapar para São Paulo? Mas há um desequilíbrio, há uma anomalia também na concentração do processo industrial no Brasil que a gente precisa ajudar a resolver. Mas não é São Paulo que vai resolver, nós não podemos dizer para São Paulo: "São Paulo, me mande isso, São Paulo me dê aquilo". Não! É uma ação conjugada também do Senado e da própria Presidência da República, é uma política industrial nacional que crie mecanismos que beneficiem o conjunto dos Estados. Nenhuma nação de porte como o Brasil, continental como o Brasil, fez uma política a partir de um Estado, nunca, nenhum. Nem Estados Unidos, nem China, nem Rússia, nem Europa, nenhum país estabeleceu uma política desse porte.

Por último, Senador, eu vejo esse problema da desindustrialização do Brasil. É como se essa questão da importação desses Estados... Eu estou a favor de qualquer medida, Senador Armando Monteiro, que proteja os nossos empregos, qualquer medida. Então, eu já estou de acordo. Agora, dizer que isto aqui vai resolver o nosso problema da desindustrialização, sinceramente, é tapar o sol com a peneira. Para resolver o problema da desindustrialização, nós temos de ter mais energia reunida. Eu não quero nem citar o que acontece na área de petróleo e gás, porque nós estamos importando quase tudo, mesmo havendo uma lei que protege a indústria nacional. Eu não quero nem citar a imposição que foi feita pelo setor automotivo estrangeiro, uma vez que nós não temos nenhum carro brasileiro. As duas ou três marcas que nós tentamos foram atropeladas brutalmente lá, começando pelo Ceará.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Se V. Exª me permite um aparte, quero lembrar que temos agora um automóvel brasileiro, com tecnologia catarinense, que acabou sendo levado para o seu Estado, o Ceará, por incentivos da Sudene.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Claro; exatamente porque nós criamos dois: a Gurgel, a Troler...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Para concluir, Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – (...) e fomos "atrolados". Mas se rompeu um acordo de produção de peças no Brasil. E tem pouco tempo isso. É um processo de desindustrialização.

Por isso que eu estou, Sr. Presidente, de acordo com que a gente abra um processo de discussão direto com a Presidente da República. V. Exª é o Presidente da Comissão mais importante ou a quase mais importante, se considerarmos a Comissão de Constituição e Justiça um pouco adiante, que é a que trata de tudo. Mas V. Exª tem autoridade, como o nosso Presidente José Sarney e o nosso Líder do Governo de criar um espaço. Até o último minuto do segundo tempo, na prorrogação da prorrogação, nós temos de ter um espaço para proteger um Estado brasileiro. É disso que nós temos que tratar.

Acho que V. Exª tem todas as condições de conduzir esse processo junto com o Senador Eduardo Braga e a Presidência da Casa. Este, o caminho que considero mais adequado, porque nenhum de nós, nem Espírito Santo, nem Goiás, muito menos Santa Catarina podemos deixar de votar favoravelmente a um processo de proteção da indústria brasileira na hora que nós temos de garantir nossos empregos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia, por dois minutos.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu gostaria de dividir a minha fala em três itens. O primeiro deles é dirigido ao Líder do Governo, nosso Senador Eduardo Braga.

Sr. Líder, é intolerável que os Governadores do Espírito Santo, de Goiás e de Santa Catarina tenham ficado dias para conseguir uma audiência com o Ministro da Fazenda. É intolerável, principalmente porque esses Governadores foram Senadores aqui nesta Casa e muito contribuíram para o desenvolvimento do nosso País. Portanto, espero que V. Exª leve ao Governo que isso soa arrogância. Nenhum dos Governadores estava pedindo audiência para defender interesses pessoais, mas estavam ali querendo defender os interesses dos seus Estados.

O segundo item é em relação ao meu Estado, Goiás. Retomando aqui a fala do Senador Aloysio Nunes, quando diz que não existe uma política de desenvolvimento regional, lembro que o Governo recriou a Sudeco, mas o único fomento de que nós dispomos, o FCO, encontra-se hoje administrado pelo Banco do Brasil, que, por sua vez, trata esse fomento como mais um produto do Banco. E, hoje, nós temos um estoque do FCO da ordem de R$14 bilhões, parados no Banco do Brasil, que poderiam estar em uma agência de fomento da região Centro-Oeste, alavancando recursos para a nossa região. No entanto, recriou-se a Sudeco "apenas" para responder politicamente a nossa região.

Então, se hoje nós usamos instrumentos que podem estar prejudicando a indústria nacional, é verdade, mas é preciso que o Governo entenda que esses Estados não podem continuar na situação que estão. É preciso que haja uma compensação.

E, agora, eu falo da compensação que foi oferecida. A gente sabe que esses recursos virão, se é

que virão, após a vigência da lei. E como é que ficarão esses Estados até lá?

Então, é preciso que se dê uma atenção especial a isso. Eu acho que o Senador Aécio foi muito feliz aqui em dizer que um acordo é fundamental, não apenas para os três Estados; é fundamental para o País. E esse acordo significa transição, Sr. Líder. E, para a transição que nós queremos, o Senador Aécio oferece uma alternativa para discussão. E essa alternativa tem que ser considerada; esta Casa tem que ser respeitada pelo que nós representamos aqui.

Portanto, eu quero, mais uma vez, fazer coro com os Estados do Espírito Santo, Santa Catarina e Goiás para exigir que V. Exª busque intermediar com o Governo uma transição para esses Estados.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu quero, primeiro, dizer ao Senador Inácio Arruda: V. Exª, há pouco, disse que concordava com o Senador Ferraço sobre a poesia do poeta russo Maiakovski. Só quero dizer que V. Exª, quando disse que o projeto nasceu aqui, V. Exª está sendo mais Governo do que a Presidenta Dilma. Porque V. Exª sabe...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Eu queria ser.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não, V. Exª está sendo mais Governo do que a Presidenta Dilma. V. Exª sabe que o Senador Romero Jucá, por dever de ofício, encaminhou o projeto de resolução.

E eu quero dizer ao nobre Líder, Senador Eduardo Braga, que poderia ter sido dele o projeto de resolução, se tivesse iniciado a tramitar agora. Ele, como Líder do Governo, seria o autor do projeto de resolução. E eu espero que V. Exª não tenha que votar contra o Estado do Ceará, a favor do Governo, se vier a encaminhar aqui um projeto que venha contra o Estado. Eu não votarei contra o Pará, nunca, nunca. Porque lá atrás, Senador Delcídio do Amaral, em 96, por interesse nacional, e foi por interesse nacional, nós votamos... Nós não, o Congresso Nacional votou, eu não estava aqui, a Lei Kandir. Era preciso apoiar a exportação brasileira porque a balança comercial era deficitária. Naquela altura, desoneramos os semielaborados. E o Pará tinha uma receita que tributava os minérios e tributava os produtos de madeira, da floresta, como semielaborados. Com a promessa do Governo Federal de, por meio da Lei Kandir, compensar os Estados com essa perda de receita.

Inicialmente, no governo do então Presidente Fernando Henrique, houve a compensação, da ordem de 60% a 70%, dessa perda de receita. Hoje, passados quase 20 anos, 16 anos, essa compensação não chega a 20%. E o Pará perde, Senador Eduardo Braga, R$1,5 bilhão por ano por não ter compensado.

Então, eu quero dizer, Senador Eduardo Braga, a V. Exª que existe sim... E o Senador Aécio Neves... Quero dizer, Senador Aécio Neves, que vou votar pelo destaque de emenda de V. Exª e vou pedir que os nossos pares votem pela aprovação da emenda sim. É necessário que se acabe a guerra fiscal? É necessário. Porque, daqui a pouco, todos os Estados vão ter esse incentivo, e não vai resolver para ninguém. Não vai resolver para ninguém. O próprio Supremo Tribunal Federal já disse que é inconstitucional. É preciso que se resolva de uma vez por todas, mas é importante que se vote. Agora, é preciso que haja transição para que os Estados não sejam penalizados. Nós temos três ex-Senadores governadores e temos um ex-governador Senador e relator do projeto. Então, é preciso que haja, Senador Eduardo Braga, essa transição.

Eu conversava aqui com o Senador Ferraço e fiz uma pergunta a ele: "Senador Ferraço, de quanto é a perda do Estado do Espírito Santo pela Lei Kandir?". E ele me disse: "Oitocentos bilhões". Quanto será a perda do Estado do Espírito Santo com a guerra dos portos? Um bilhão. Está resolvido o problema. Basta que a Presidenta Dilma não venha a fazer a ditadura da democracia, que é o que vivemos hoje no Congresso Nacional. A ditadura da democracia. O Senador Aécio Neves foi brilhante quando disse que hoje o Governo tem o prazer de derrotar a oposição, e agora está tendo o prazer de derrotar os aliados. Não adianta, hoje, como foi dito aqui, Senador Armando, dizer: "A partir de hoje, sou oposição". Daqui a uma semana, vira situação de novo! Isso não resolve! É preciso ter coerência, é preciso assumir uma posição: "Sou oposição". Pronto! Mas, daqui a uma semana, serei situação? Não! Tenho de ser oposição.

Estou definido com relação à minha posição: não voto contra os interesses do Pará, e não interessa quem está no governo! Vamos voltar ao governo em 2014, o PSDB será Governo Federal em 2014, mas, se houver uma medida contra o Estado do Pará, vou votar contra o Governo do PSDB. Essa é minha posição. Tenho de, aqui, representar o Estado do Pará.

Senador Eduardo Braga, V. Exª, como Relator...

Quero concluir, Sr. Presidente.

Senador Eduardo Braga...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Estou prestando atenção, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, se V. Exª me conceder mais um minuto, concluo.

Senador Eduardo Braga, V. Exª, como Relator...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – V. Exª pode concluir tranquilamente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Mas eu queria a atenção do Relator.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Minha atenção está voltada para V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Mas V. Exª está com a Constituição aí...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Estou olhando exatamente o artigo que trata da matéria que V. Exª está abordando.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – V. Exª, como Relator, pensa que o Governo Federal, por meio da renegociação das dívidas dos Estados e da regulamentação da Lei Kandir, tem as condições de, neste momento, fazer a transição, fazer a compensação e, como disse a Senadora Ana Amélia – e o momento é este –, fazer a revisão do pacto federativo?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Peço-lhe que conclua, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Concluindo, quero fazer um apelo, Senador Eduardo Braga: não passe o rolo compressor; não tripudie em cima desta Casa, que é a Casa do equilíbrio federativo; não derrote os governadores, que, como V. Exª sabe, não podem desestruturar um orçamento que está organizado. Não se pode desorganizar o orçamento de 2012, porque V. Exª estipulou a data a partir de 1º de janeiro de 2013. Mas o orçamento poderá ser desorganizado a partir do ano que vem. É o apelo que faço a V. Exª, como Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Flexa.

Não há mais orador inscrito.

Há um requerimento sobre a mesa:

"Requeiro, com fundamento no art. 315, combinado com o art. 279, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, o adiamento da votação do PRS nº 72, de 2010, para que seja realizada no dia 08 de maio de 2012".

Esta é a justificativa:

"O presente requerimento tem por objetivo oportunizar que o Senado Federal esgote todas as possibilidades de encontrar uma solução para as perdas financeiras que os Estados de Santa Catarina, do Espírito Santo e de Goiás terão, razão pela qual solicito o apoio dos meus Pares para sua aprovação."

Esse requerimento é assinado pelo Senador Casildo Maldaner, pelo Senador Luiz Henrique, pelo Senador Paulo Bauer e por outros.

Portanto, antes de começar o processo de votação...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Peço a palavra para justificar a matéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Em nome dos colegas catarinenses e dos que subscreveram o requerimento, devo dizer que deu para sentir, Sr. Presidente e nobres colegas, que, no nosso ambiente, queiram ou não, vários colegas têm algumas dúvidas e ainda não se dão por satisfeitos. É preciso chegar a um denominador comum, é preciso que não haja derrotados nem vencedores e que continuemos neste diálogo, que é a melhor coisa que podemos encaminhar.

Como o dia 21 será feriado, nada melhor do que estipularmos essa data no dia 08 de maio. Assim, Sr. Presidente e nobres colegas, nesta Comissão de Assuntos Econômicos, são dadas as chances para que o diálogo prossiga, para que a conversa exista. E é isso o que queremos. Esse é o sentimento entre todos nós, para que esgotemos essa matéria. Nesse ínterim, as conversas podem avançar. Eu até diria: por que não eleger uma comissão de quatro ou cinco Senadores e, dentre eles, eu até diria que liderado pelo nosso Líder Eduardo Braga; pelo Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Delcídio do Amaral; por que não por Santa Catarina, pelo nosso ex-Governador e Senador Luiz Henrique da Silveira? Por que não pelo Espírito Santo? Quem foi Relator na CCJ? O Senador Ricardo Ferraço; poderia ser outro, mas, por que não ele? Um representante de Goiás, eu diria – eu não me incluo nessa comissão –, para conversar com a Presidente. Isso para não incluir os governadores, que já foram várias vezes.

Sei que esses Senadores representariam seus Estados e os governadores, para tentar ainda alguma coisa a mais. É algo que sinto no ar, Sr. Presidente. É um sentimento latente, caros colegas, para que possamos, harmonicamente, sob o princípio federativo, continuar esse diálogo.

Essa é a proposta que deixo diante desse requerimento que vários colegas subscreveram.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, só como requerente também, acho que as palavras do Senador Casildo Maldaner são apropriadas para o momento, em função de que o sentimento de todos foi o de que o projeto está feito, mas que se arrumasse uma forma de transição. Eu não acredito

que depois de tanto tempo, duas semanas, vai haver alguma modificação. Mas seria uma grande chance levarmos esse problema junto à Presidente da República e, depois, desse o que desse. Esse é o sentimento que foi traduzido por todos, base do Governo, Oposição e pelos próprios membros do Governo.

Então, eu pediria encarecidamente ao Senador Eduardo Braga para fazer esse esforço, que acho que vai ser meritório. Com isso, acho que não vai haver racha daqui para frente. Haverá sempre consenso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Para encaminhar, Senador Luiz Henrique e, depois, Senador Agripino. Vamos votar esse requerimento.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, eu gostaria que esse requerimento fosse aclamado por todos, para se estabelecer aqui o clima da convergência; o mesmo clima com que votamos o Código Florestal, Sr. Presidente.

Não se trata de adiar, procrastinar, mas eu sinto aqui, pelas manifestações do Plenário, que há um grande constrangimento. Há Senadores, que sei, vão votar pela aprovação da matéria, mas gostariam que ainda fosse construído um entendimento a respeito de uma transição curta, breve para essa matéria, como propuseram os secretários da Fazenda do Sul e Sudeste.

Então, peço a palavra para fazer um apelo, para que nós aclamássemos esse requerimento, marcássemos para o dia 9 a votação e, até lá, construíssemos um consenso, para que não houvesse aqui vencedores e vencidos, para que não houvesse aqui um racha na base do Governo, que, como já disse na Comissão de Justiça, poderá ser irreversível e inconciliável.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O último Senador inscrito para encaminhar.

Senador Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, mais do que constrangimento, a que se referiu o Senador Luiz Henrique, que tem interesse direto na matéria, porque ele está defendendo o interesse do seu Estado, Santa Catarina, que, ao lado de Goiás e ao lado do Espírito Santo, são três Estados duramente atingidos, quero confessar a V. Exª uma preocupação que quero dividir aqui com os companheiros da Comissão de Assuntos Econômicos.

Aqui foi dito que 48% das importações brasileiras entram pelos portos de São Paulo, que não têm incentivo nenhum; e apenas 10% entram pelos dez Estados que têm portos incentivados. Eu fiz uma avaliação para saber, entre os dez Estados, qual o peso de Santa Catarina, do Espírito Santo e de Goiás. Desses 10%, seguramente 80% estão nesses três Estados; e, nesses três Estados, o que mais se importa é automóvel e fármaco.

Aí vem a minha preocupação. Os Estados de Santa Catarina, do Espírito Santo e de Goiás vão perder, e aqui estão fazendo um apelo candente pela Federação brasileira. Vão perder, e estão declarando claramente, muito de sua arrecadação.

E a minha preocupação, Presidente Delcídio, é a seguinte: por esses Estados, pelos portos desses Estados, entram principalmente fármacos e automóveis. Ou seja, quem vai ganhar, se esta matéria for aprovada como está posta, é a indústria de automóveis "brasileira" – brasileira entre aspas, porque ela toda estrangeira.

Quanto é que as empresas que fabricam automóveis no Brasil remetem de lucro por ano? Será que não é mais do que esses Estados estão perdendo de arrecadação?

Essa é uma reflexão que eu peço aos companheiros da CAE para que tenhamos mais tempo para votar este assunto com consciência, para que o Senado não signifique um instrumento de penalização dos Estados que aproveitaram oportunidades e que, neste momento, podem estar tendo suas oportunidades jogadas no lixo.

É a consideração que faço. E a preocupação que exponho aos companheiros. *(Palmas.)*

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Estamos agora em processo de discussão.

Encerrado o processo de discussão.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, vou ser breve. V. Exª sabe...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não. Está encerrado o processo de discussão, Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Não. Vou ser breve.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Infelizmente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Nós vamos votar agora.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu vou ser breve, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu vou ser breve, Sr. Presidente. Eu vou ser breve, Sr. Presidente.

Eu acho que é uma contribuição importante.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Nós estamos em processo de votação.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu vou ser breve, Sr. Presidente.

Eu queria fazer um apelo à Casa. Está aqui um Senador do Partido dos Trabalhadores, da base governista. Eu defendo a lógica da Resolução nº 72, quando fala em proteção da nossa indústria. Nós todos entendemos a gravidade deste momento. Mas, junto a este debate, há outro debate que está misturado, que é o debate do pacto federativo. Aqui existem vários ex-governadores. Como aprovar um projeto sem o acordo necessário para que os Estados não tenham perda no próximo ano?

Fui prefeito de Município. Há aqui outros governadores. *(Palmas.)*

Falo isso e digo a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Concluindo, Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Concluindo, dizendo a V. Exª o seguinte: como Senador do Rio de Janeiro, eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Encerrada a discussão.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – ...eu quero me solidarizar, porque a discussão aqui tem que ser global, do pacto federativo, dívida dos Estados. Hoje o debate é este, da Resolução nº 72. Ontem foi o debate dos *royalties*. Amanhã vai ser o debate da Zona Franca. E a gente está fugindo de um tema essencial, que é o aumento da concentração de arrecadação nas mãos da União. Então, faço um apelo aqui a esta Casa...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Concluindo, Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ)– ... a este Senado Federal, que é a Casa da Federação, para que a gente faça um debate global, que paralise, que ganhemos um tempo até o dia 8, que conversemos com o ministro, que a Presidenta Dilma chame os governadores, para que a gente saia com um acordo global envolvendo esses diversos itens da questão federativa. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, em votação nominal, o requerimento do Senadores Casildo Maldaner, Luiz Henrique e outros.

Vou começar a votação.

Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Casildo Maldaner.

Voto conhecido.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sim, claro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Que relator? *(Risos.)*

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Não, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Aécio.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Russo.

O SR. ANTONIO RUSSO (Bloco/PR – MS) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sim.

(Procede-se à contagem de votos.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Doze votos SIM; 15 votos NÃO.

(Manifestação do Plenário.)

(Recontagem dos votos.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Treze votos NÃO; 12 votos SIM.

Portanto,...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – A prudência, Sr. Presidente, exige a suspensão desta reunião para continuar em outro momento.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Para comandar um grande acordo nesta matéria, Presidente. eu lhe faço o apelo como brasileiro, Presidente. Aproveite esta divisão e negocie com a Presidente a transição que V. Exª queria. Eu lhe peço veementemente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Luiz Henrique, nós temos que dar sequência aos trabalhos aqui. Portanto, uma vez rejeitado este requerimento...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Desculpe-me, Presidente. Mas a...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Entendo perfeitamente. Eu compreendo, Senador Luiz Henrique.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Até porque o Estado do Presidente já levou a compensação dele, está tudo certo.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Mas não houve maioria absoluta. Não houve maioria absoluta.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente. Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Nós entramos agora com...

(Tumulto no plenário.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente. Eu quero saber por que não fui chamado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Já está encerrada a votação. Os blocos já estavam completos. Portanto, não há... Infelizmente, os Senadores e as Senadoras que não estavam aqui na hora, que chegaram depois, e vale o voto.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Mas pelo menos deixa dúvida.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Mas não pode. Não deu nem maioria absoluta.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vamos agora apresentar...

Foram apresentados requerimentos de destaque das Emendas nºs 3, 8, 13, 14, 16, 17, 18, 19 e 21, para votação em separado.

Votação em bloco dos requerimentos de destaque para votação em separado das Emendas nºs 3, 8, 13, 14, 16, 17, 18, 19 e 21.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente. Um esclarecimento, Sr. Presidente.

Em aprovando a votação em bloco, nós vamos votar, então, separadamente cada uma das emendas destacadas; é isso, Sr. Presidente?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Não. Ao contrário.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Não. Peço a V. Exª que esclareça, porque a orientação é da Mesa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Se aprovarem em bloco a votação em separado, votaremos uma a uma.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Se for rejeitado, aí simplesmente, vota-se o relatório.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Então, para orientar. É importante, Sr. Presidente, que esta votação...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Aguarde, Senador Ferraço.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Um minuto, Senador, é apenas para ficar claro ao Plenário.

Se nós aprovarmos, portanto, votarmos "sim", nós vamos possibilitar a votação individual de cada uma das emendas apresentadas, não apenas a minha, mas também as outras emendas. Então, aqueles que quiserem buscar um caminho através, eventualmente, da aprovação de alguma emenda – a minha é a de nº 8, aquela sobre a qual aqui explanei –, teremos que votar favoravelmente. Porque, se derrubarmos, aí sim, serão votadas em globo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu quero deixar bem claro aqui para todos que nós vamos votar – repito novamente – em bloco os requerimentos de destaque. Vamos votar em bloco os requerimentos de destaque, para votação em separado das Emendas nºs 3, 8, 13, 14, 16, 17, 18, 19 e 21. Quem aprovar, quem votar "sim" possibilita a votação em separado dos destaques. Quem votar "não" encerra o assunto e nós vamos votar o projeto, vamos votar a matéria.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) **–** Pela ordem, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O relatório do Senador Eduardo Braga.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, há uma grande maioria nesta Casa a favor da Resolução nº 72, mas há uma solidariedade federativa com os Estados, a ideia de que haja compensação.

Quero fazer um apelo ao Líder do Governo, Senador Eduardo Braga, porque colocar a matéria em votação dessa forma é um risco. Então o primeiro apelo que faço é para que a gente ganhe uma semana para serenar os ânimos, para discutir novamente. Colocar agora é um risco. E nós sabemos da importância da Resolução nº 72. São dois assuntos conexos aqui.

E eu queria dizer também ao Senador Delcídio do Amaral em relação a esse encaminhamento.

Este que vos fala, por exemplo, é favorável à Resolução nº 72, mas quer votar um destaque, quer votar um destaque a respeito de transição. Ao rejeitarmos em bloco, estaremos conduzindo um conjunto de Senadores a votar contra a Resolução nº 72. Então o clima é de confusão no plenário. O clima é de confusão.

O ideal seria que as emendas a serem destacadas fossem acordadas. Vamos votar uma, duas.

Então há o meu apelo aqui: nesta sessão, às 14h49, nesse clima, nós vamos gerar insatisfações várias nesse debate de um tema fundamental para o País. Tenho certeza de que se ganharmos um tempo, Senador Renan Calheiros, para organizar a forma de atuar aqui será muito melhor para esta Casa e para o Brasil, porque sabemos o quão importante é a votação desse tema.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador José Pimentel com a palavra.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, encaminhamos contrariamente à posição do Senador Lindbergh Farias, até porque ele chegou há quinze minutos aqui no plenário, não acompanhou o debate, não fez...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Ah, mas é Senador da República!

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – ...nas atividades. E é por isso que na primeira votação nominal aqui...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Ele conhece a matéria! Ele é um Senador preparado, conhece a matéria!

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) **–** Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Nós vamos colocar em votação.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Presidente, o PT está dividido!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Até por essa colocação do Senador Pimentel, eu reforço os meus argumentos, para que não ajam errado e não nos responsabilizem.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Aécio Neves, pela ordem. E vou encerrar para encaminhar a votação.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Peço a atenção do plenário e vou, na verdade, na linha do que propôs o Senador Lindbergh, fazer um apelo que me parece absolutamente razoável, Senador Eduardo Braga, V. Exª que é um democrata por formação.

Seria permitir que haja algo muito simples: o encaminhamento. Seria um gesto de V. Exª para que cada um dos Senadores, como propõe o Senador Lindbergh, possa aqui expressar com clareza a sua posição, favorável que seja ao Projeto de Resolução nº 72, e será a minha posição, mas que nos permita aprovar uma emenda que garanta uma transição.

O que sugiro a V. Exª, na verdade apelo a V. Exª que encaminhe favoravelmente a esta votação.

V. Exª não está assumindo compromisso de mérito com nenhuma das emendas destacadas. A simples votação favorável permitirá que o plenário se manifeste individualmente, como deve ser, sobre cada uma das emendas destacadas. É uma forma de V. Exª respeitar a manifestação de cada um dos Srs. Senadores.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Presidente. Eu pedi a V. Exª pela ordem, e não fui atendido.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Ferraço, concluindo depois com o Senador Eduardo Braga. E nós vamos votar.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, eu quero chamar a atenção dos colegas Senadores.

A aprovação desse requerimento representa o aprofundamento desse debate. Nós temos emendas. Eu sou autor de uma delas, o Senador Luiz Henrique, também, assim como o Senador Aécio Neves e assim por diante.

Por que não fazermos um debate específico dessas emendas? Por que atropelarmos esse processo que até aqui veio muito bem? O nosso compromisso aqui em Brasília é estarmos aqui debatendo. Nós temos até as 16 horas, quando vai começar a Ordem do Dia. Então não temos que ter preocupação aqui, muito menos patrulhamento: se o Senador chegou agora, se chegou antes, se chegou depois ou se não chegou. Não tem cabimento ficarmos aqui patrulhando Senador: se não chegou, por que não chegou? Ora, se não chegou é porque não pôde chegar. Mas a manifestação do Senador Lindbergh é muito bem-vinda, porque ele, Senador Pimentel, trabalha, sinaliza na direção do debate. Se não foi possível encontrar o entendimento até aqui... E acabamos de ter uma votação, Senadora Vanessa, muito dividida, por 13 a 12. Vamos debater cada uma das emendas. Qual é o problema em debatermos?

Então, o apelo que faço é na direção de sensibilizar os colegas para que nós possamos fazer o debate específico de cada uma das emendas. Que nós possamos aprofundar o debate, Sr. Presidente. Não vamos fazer esse tipo de atropelamento dos nossos trabalhos aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, até porque estamos aqui para exercer o nosso mandato na Comissão e não ficaria bem que, a esta altura, nós interrompêssemos o debate.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Desde abril de 2011, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, venho acompanhando todas as buscas de entendimento, de diálogo e de prazos para essa matéria. Em abril de 2011, essa matéria foi votada no plenário do Senado para que pudesse tramitar na Comissão de Constituição e Justiça. Desde abril de 2011, nós tivemos nada mais nada menos do que quatro audiências públicas.

Fizemos todo o debate aprofundado na CCJ. Depois de todo o debate aprofundado na CCJ e depois de dois meses em que todos os Líderes desta Casa se envolveram em grandes debates, com absoluta responsabilidade, buscando encontrar saídas para o equilíbrio federativo e, ao mesmo tempo, para a geração de emprego, chegamos finalmente, na semana passada, à leitura do relatório aqui na CAE, quando, mais uma vez, a Liderança do Governo e o bloco compreenderam que precisávamos de mais uma rodada de negociação. E fizemos com que houvesse uma dilação do prazo em mais uma semana.

Portanto, Sr. Presidente, creio que essa matéria está amplamente debatida, é do domínio de todas as Srªs e dos Srs. Senadores, portanto, o nosso parecer é para que a gente possa continuar a votação. Creio que esse é um tema maduro e que, portanto, nós podemos continuar a votação, indicando que possamos votar em bloco contra o destaque em separado, para que nós possamos votar o texto e mérito, o que garantirá emprego, competitividade à indústria nacional e também a milhares de brasileiros uma nova posição se assim for da vontade da maioria dos Srs. Senadores aqui na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – V. Exª já encaminhou, não?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu quero fazer uma sugestão de procedimento, Sr. Presidente. Que nós votemos hoje o substitutivo do nobre Senador Eduardo Braga e, no dia 8, então, votaremos os destaques, para dar tempo, a fim de que possamos construir uma grande convergência a respeito da matéria. É a proposta que faço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vamos voltando ao entendimento. Nós vamos votar em bloco os requerimentos de destaque para votação em separado das Emendas nºs 3, 8, 13, 14, 16, 17, 18, 19 e 21.

Portanto, quem entende que tem que se votar em separado as emendas vota "sim"; quem é contra vota "não".

Vou começar a votação.

Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Voto "não". Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – "Sim". Direito ao destaque.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Senador Eunício.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Antonio Russo.

O SR. ANTONIO RUSSO (PR – MS) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Onde está a Ana Amélia aqui? *(Pausa.)*

O Eunício votou. É porque o Senador Eunício chegou aqui.

Foram 15 votos "NÃO" e 10 votos "SIM".

Portanto, nós vamos agora votar a matéria, o relatório do Senador Eduardo Braga.

Em votação o relatório do Senador Eduardo Braga.

Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator, "sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Estamos votando o relatório do Senador Eduardo Braga.

Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – "Sim", com o Relator Eduardo Braga.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – "Sim", com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim".

Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, eu queria votar "sim" nesta matéria, desde que me fosse dada a oportunidade de votar no destaque, criando uma regra de transição para o Espírito Santo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O voto de V. Exª.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Espere-me acabar.

Com uma regra de transição para o Espírito Santo.

Como não me foi dado esse direito, eu voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Senador Acir.

O SR. ACIR GURCAGZ (Bloco/PDT – RO) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim".

Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Nessa modalidade não tem jeito. É uma tratoria. Não dá.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, vota "não".

O voto do Senador Eduardo Braga é conhecido: "sim".

Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Perdão! "Sim".

Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim".

Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA. Bloco/PMDB – CE) – "Sim", com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim".

Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim".

Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim".

Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – "Sim", com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim".

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Contra o tratoraço. "Não".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim".

Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Senador José Agripino, como vota? Sim ou não?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não"? Contra o PRS.

"Não", Senador Agripino.

Senador Aécio Neves. *(Pausa.)*

Saiu.

Então, Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Por mim e pelo Senador Aécio, "não".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – "Sim", com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim".

Senador João Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco/PTB – PI) – "Sim", com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim".

Senador Russo.

O SR. ANTONIO RUSSO (PR – MS) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – "Sim", com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim".

Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, eu gostaria muito de que houvesse a transição e que nós pudéssemos dar oportunidade a esses Estados. Sou radicalmente contrária à não oportunidade a esses Estados e a favor da Emenda 72, da Resolução 72.

Portanto, "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim".

Foram 26 votos... Vinte e cinco...

Perdão!

Está difícil aqui o negócio. É tanta gente assessorando que me atrapalha.

Foram 20 votos "SIM" e 06 votos "NÃO".

Portanto, aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE,...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – ...favorável ao projeto, acatando parcialmente a Emenda nº 01, nos termos da Emenda nº 22...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – ... enumerada como Emenda nº 01, da CAE – substitutivo –, e rejeitando as Emendas nºs 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20 e 21.

Pela ordem, Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, eu pedi pela urgência – emergência de plenário.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral) – Em votação a apresentação do requerimento de urgência proposto pelo Senador José Pimentel.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com a apresentação do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a apresentação do requerimento de urgência para a matéria.

A reunião está encerrada.

(Iniciada às 11 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Ata da 16ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura, realizada em 25 de abril de 2012, quarta-feira, às 10:00 horas, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa.

Às dez horas e trinta e seis minutos, do dia vinte e cinco de abril de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob

a Presidência do Senhor Senador Eunício Oliveira, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Jorge Viana, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Eduardo Lopes, Pedro Simon, Romero Jucá, Renan Calheiros, Luiz Henrique, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, José Agripino, Armando Monteiro, Gim Argello, Magno Malta, Sérgio Petecão, Eduardo Suplicy, Humberto Costa, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena e Paulo Bauer, e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Vital do Rêgo e Randolfe Rodrigues. Justifica ausência o Senador Francisco Dornelles. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Última Reunião Ordinária, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM 1) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2011 Terminativo** Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para disciplinar a realização de eleições primárias para a escolha do candidato a Presidente da República. **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatoria:** Senador Pedro Taques. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto, e, no mérito, pela sua aprovação, com uma emenda que apresenta e pela aprovação da Emenda nº 2. Em 18/04/2012, foi recebida a Emenda nº 2, de iniciativa do Senador Aécio Neves, que recebeu parecer favorável; Em 25/04/2012 foram recebidas as Emendas nºs 3 e 4, de iniciativa do Senador Eduardo Suplicy que receberam parecer contrário; **Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ. Vota vencida a Senadora Marta Suplicy. Rejeitadas as Emendas nºs 3 e 4. Vota vencido o Senador Jorge Viana. ITEM 2) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 56, DE 2011 Não Terminativo** Altera os incisos VII e VIII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal para dispor sobre a alíquota interestadual do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, quando a operação ou a prestação ocorrer no âmbito do comércio eletrônico. **Autoria:** Senador Luiz Henrique e outros. **TRAMITA EM CONJUNTO COM PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 103, DE 2011 Não Terminativo** Acrescenta o inciso VIII-A ao § 2º do art. 155 da Constituição Federal, para modificar a sistemática de cobrança do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação incidente sobre as operações e prestações realizadas de forma não presencial e que destinem bens e serviços a consumidor final localizado em outro Estado. **Autoria:** Senador Delcídio do Amaral e outros. **TRAMITA EM CONJUNTO COM PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 113, DE 2011 Não Terminativo** Altera o inciso VII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal para dispor sobre a alíquota interestadual do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação nas operações e prestações de serviços interestaduais que destinem bens e serviços a consumidor final não contribuinte. **Autoria:** Senador Lobão Filho e outros. **Relatoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Pelo acolhimento parcial das Propostas de Emenda à Constituição nºs 56, 103 e 113, todas de 2011, e, com base na Proposta de Emenda à Constituição nº 103, de 2011, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado: Concedida vista aos Senadores Aécio Neves, Eduardo Braga e Eduardo Suplicy, nos termos regimentais. ITEM 3) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2012 Não Terminativo** Dispõe sobre a criação de estrutura permanente para as Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais; cria os respectivos cargos de Juízes Federais; e revoga dispositivos da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001. **Autoria:** Superior Tribunal de Justiça. **Relatoria:** Senador Eunício Oliveira. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. Em 25/04/2012, foi recebida a Emenda nº 2, de iniciativa do Senador Pedro Taques; **Resultado: Retirado de Pauta. ITEM 4) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 120, DE 2010 Não Terminativo** Dispõe sobre o fomento à capacitação tecnológica da população e seu financiamento. **Autoria:** Deputado Ariosto Holanda e outros. **Relatoria:** Senador Inácio Arruda. **Relatório:** Favorável ao Projeto. A matéria será apreciada pelas Comissões de Educação, Cultura e Esporte, de Assuntos Econômicos e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, cabendo à última a decisão terminativa. **Resultado: Concedida vista aos Senadores Lobão Filho e Humberto Costa, nos termos regimentais. EXTRAPAUTA: ITEM 1) PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 14, DE 2012 Não Terminativo** Dispõe sobre a criação de Vara do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região (AL) e dá outras providências. **Autoria:** Tribunal Superior do Trabalho. **Relatoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. Aprovado o Requerimento nº 25, de 2012-CCJ, de URGÊNCIA para a matéria. ITEM 2) PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 137, DE 2011**

Não Terminativo Cria cargos de Advogado da União. **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com a Emenda de redação que apresenta. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº1-CCJ, de redação. Aprovado o Requerimento nº 26, de 2012-CCJ, de URGÊNCIA para a matéria. ITEM 3) PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 8, DE 2012 Não Terminativo** Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região e dá outras providências. **Autoria:** Tribunal Superior do Trabalho. **Relatoria:** Senador Luiz Henrique. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. Aprovado o Requerimento nº 27, de 2012-CCJ, de URGÊNCIA para a matéria. REQUERIMENTOS APRECIADOS: 1) REQUERIMENTO Nº 25, DE 2012-CCJ "**Requeiro, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2012." **Autoria:** Senadores Renan Calheiros e Inácio Arruda. **Resultado: Aprovado. 2) REQUERIMENTO Nº 26, DE 2012-CCJ** "Requeiro, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2011." **Autoria:** Senadores Humberto Costa e Inácio Arruda. **Resultado: Aprovado. 3) REQUERIMENTO Nº 27, DE 2012-CCJ** "Requeiro, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2012." **Autoria:** Senadores Luiz Henrique e Inácio Arruda. **Resultado: Aprovado. 4) REQUERIMENTO Nº 28, DE 2012-CCJ** "Requeiro nos termos do artigo 93 do Regimento Interno, em aditamento ao Requerimento de número 24 de 2012, que propõe "a realização de Audiência Pública para debater os efeitos da aplicação da Proposta de Emenda à Constituição nº 123, de 2011", para incluir entre os convidados os seguintes nomes: Carlos Mills – Produtor Independente; Cristina Saraiva – Grupo de Articulação Parlamentar e Compositora; Luciana Pegore – Diretora Executiva da Associação Brasileira de Música Independente; Ivan Lins – Cantor e Compositor; Débora Cheyne – Presidente do Sindicato dos Músicos do Rio de Janeiro; Filipe Radittili – Compositor vice-presidente da Musimagem; Raimundo Fagner – Cantor e Compositor." **Autoria:** Senador Inácio Arruda. **Resultado: Aprovado. 5) REQUERIMENTO Nº 29, DE 2012-CCJ** "Em aditamento ao Requerimento nº 24, de 2012 – CCJ, que solicitou a realização de audiência pública com a finalidade de debater e instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 123, de 2011, que "acrescenta a alínea e ao inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, instituindo imunidade tributária sobre os fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham", requeiro que seja acrescentado, como convidado, o Exm.º Sr. Otávio Leite, deputado federal e primeiro signatário da referida proposição legislativa." **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Resultado: Aprovado.** Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião, às treze horas e seis minutos; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eunício Oliveira**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordem com a Ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a Ata, será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens de nº 1 a nº 4.

Do item nº 1 o Relator é o Senador Pedro Taques, que deve estar a caminho. Peço ao Gabinete do Senador Pedro Taques para avisá-lo que já começamos a reunião da CCJ.

O primeiro item da pauta é terminativo, portanto, preciso da presença dos Senadores aqui.

O Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2011 diz respeito a um compromisso assumido pela Mesa com o Senador Alvaro Dias. Eu peço à assessoria que convide o Senador Alvaro Dias para que compareça à Comissão de Constituição e Justiça, pois vamos votar um projeto de sua autoria. *(Pausa.)*

Como nem o autor nem o relator estão presentes, vou fazer inversão de pauta de ofício, com anuência de V. Exªs, e colocar o item 2, a PEC 56, para a...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, e ele retorna em seguida como segundo item da pauta?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Retorna em seguida porque havia um compromisso da nossa parte de ser o primeiro item da pauta.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – E V. Exª, como cumpridor de todos os compromissos, mais uma vez, faz...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Espero que Deus me proteja para que eu tenha força para fazer sempre assim, Senador Aécio Neves.

Respondendo a V. Exª, Senador Aécio Neves, em seguida, vamos voltar ao item 1 e, portanto, solicito a presença dos Senadores Alvaro Dias e Pedro Taques, autor e relator.

Com relação ao Item 2, a PEC nº 56 foi apensada a duas outras PECs, uma de autoria do Senador Luiz Henrique e outra do Senador Lobão Filho, que tinha como relator o Líder, nosso grande Senador por Pernambuco Armando Monteiro, a quem justifico a iniciativa que não foi da Mesa, mas do plenário do Senado para que apensássemos as três PECs existentes aqui na Comissão de Constituição e Justiça. O Senador Renan Calheiros era o relator de uma das PECs. Ela estava na pauta, na preferência. Peço vênia a V. Exª para justificar o porquê de um único relatório das três PECs – elas foram apensadas – pelo Senador Renan Calheiros, obviamente registrando aqui que uma das PECs era do Senador Lobão Filho, que se encontra aqui presente.

O Senador Armando Monteiro quer dar alguma palavra?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Presidente, agradeço essa deferência da sua justificativa, mas quero dizer que minha posição é muito convergente com a do Senador Renan. Já trocamos ideias sobre isso, já conversamos longamente sobre essas questões. Portanto, o relatório dele, de alguma forma, haverá de expressar também a nossa posição.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Armando Monteiro.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Aécio Neves tem a palavra pela ordem.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Na verdade, Sr. Presidente, estamos tendo conhecimento da iniciativa de V. Exª em fazer esse apensamento. Para que possamos analisar adequadamente esse projeto e as consequências desse apensamento, eu gostaria de pedir vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Desculpe, Senador Aécio Neves. Eu estava ouvindo aqui o Líder Walter Pinheiro sobre a matéria e não dei atenção a V. Exª, que tanto a merece.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Estou dizendo que estamos tomando conhecimento agora desse apensamento, de que vamos discutir conjuntamente as três matérias. Por essa razão, peço vista a V. Exª, para que possamos analisar adequadamente as consequências desse apensamento.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu só posso conceder vista a V. Exª, regimentalmente, após a leitura do relatório pelo Senador Renan Calheiros.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Mas já fica solicitada, quem sabe, uma vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Primeiro, vou terminar de ler o que significa a matéria que vamos colocar em pauta. Estava apenas dando uma satisfação à liderança do Senador Armando Monteiro, porque eu o havia designado para ser relator de duas outras PECs, e havia designado o meu líder, Senador Renan Calheiros, para ser relator de uma das PECs. Como tínhamos de tomar uma decisão pela deliberação do Plenário, eu me senti na obrigação de prestar contas ao Senador Armando Monteiro.

Deixe-me ler aqui e passarei a palavra a V. Exª, Senador Humberto Costa.

ITEM 2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 56, DE 2011
– Não Terminativo –

Altera os incisos VII e VIII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal para dispor sobre a alíquota interestadual do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, quando a operação ou a prestação ocorrer no âmbito do comércio eletrônico.

Autoria: Senador Luiz Henrique e outros

TRAMITA EM CONJUNTO COM PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 103, DE 2011
– Não Terminativo –

Acrescenta o inciso VIII-A ao § 2º do art. 155 da Constituição Federal, para modificar a sistemática de cobrança do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação incidente sobre as operações e prestações realizadas de forma não presencial e que des-

tinem bens e serviços a consumidor final localizado em outro Estado.

Autoria: Senador Delcídio do Amaral e outros

TRAMITA EM CONJUNTO COM PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 113, DE 2011 – Não Terminativo -

Altera o inciso VII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal para dispor sobre a alíquota interestadual do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação nas operações e prestações de serviços interestaduais que destinem bens e serviços a consumidor final não contribuinte.

Autoria: Senador Lobão Filho e outros

Relatoria: Senador Renan Calheiros

Relatório: Dependendo de relatório.

Eu quero avisar aos Srs. Senadores aqui da Comissão que esta talvez seja uma das matérias de discussão de pacto federativo e de reforma tributária mais importantes que estamos votando depois do PRS nº 72, de autoria do nobre Senador Romero Jucá e que foi aprovado na tarde de ontem.

Consulto o Senador Humberto Costa, que pediu a palavra pela ordem.

Tem a palavra V. Exª pela ordem.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Não sei, inclusive, se solicito a palavra no momento adequado, mas eu gostaria de pedir a V. Exª, Sr. Presidente, se possível, a inclusão nesta reunião, na condição de assunto extrapauta, do Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2011, do qual sou Relator e que cria cargos de advogado da União. Se isso é possível, agradeço a V. Exª. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Até que enfim, Senador Humberto Costa, V. Exª recebe palmas nesta Comissão, mas, todos os dias, V. Exª as recebe em Pernambuco, onde mais lhe interessa.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu queria referendar o pedido do Senador Humberto. Dou meu apoio ao pedido de inclusão extrapauta da matéria referente à carreira da Advocacia-Geral da União (AGU). Esse é um assunto pertinente, que já está na Comissão e que já tem parecer favorável. *(Palmas.)*

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – E, se a quantidade de apoiamentos vale, também quero subscrever o requerimento do Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu ia propor, no final da reunião, a inclusão da matéria extrapauta, mas a Presidência é vencida pela vontade dos Srs. Senadores. Vou colocar a matéria na votação extrapauta, pela vontade e manifestação dos Srs. Senadores que compõem esta Comissão e que não se manifestaram contrariamente.

Estamos na apreciação do Item 2 da pauta.

O SR. GIM ARGELLO (Bloco/PTB – DF) – Senador Eunício...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Gim Argello pede a palavra pela ordem.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. GIM ARGELLO (Bloco/PTB – DF) – É que o Senador Walter Pinheiro pede que eu fale em nome dele. Em meu nome, em nome dele e em nome do Senador Renan Calheiros, peço também que sejam apoiados os advogados da AGU o mais rapidamente possível. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Nada como palmas, não é?

Concedo a palavra ao Senador Renan Calheiros, para proferir a leitura do seu relatório referente à matéria constante do Item 2 da pauta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tramitam conjuntamente nesta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, conforme os Requerimentos nºs 273 e 374, de 2011, três Propostas de Emenda à Constituição (PECs): a Proposta de Emenda à Constituição nº 56, de 2011, de autoria do Senador Luiz Henrique; a Proposta de Emenda à Constituição nº 103, de 2011, de autoria do Senador Delcídio do Amaral; e a Proposta de Emenda à Constituição nº 113, de 2011, de autoria do nobre Senador Lobão Filho. Os objetivos dessas Propostas, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, são descritos em epígrafe.

A PEC nº 56, de 2011, do Senador Luiz Henrique, apresenta dois artigos:

a) O art. 1º estabelece que, nas operações interestaduais que envolvam comércio eletrônico, seja aplicada a alíquota interestadual, ou seja, a Proposta do Senador Luiz Henrique manda que seja aplicada, nas operações que envolvem comércio eletrônico, e apenas comércio eletrônico, a alíquota interestadual. Além disso, o art. 1º acrescenta no inciso VIII que a partilha do ICMS, no caso do comércio eletrônico, será da seguinte forma: "caberá ao Estado de localização

do destinatário o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a alíquota interestadual".

b) o art. 2º estabelece que a emenda entrará em vigor no ano subsequente ao de sua publicação oficial e após decorridos 90 dias desta.

A PEC nº 103, de 2011, do Senador Delcídio do Amaral, apresenta três artigos:

a) O art. 1º acrescenta o inciso VIII-A ao § 2º do art. 155 da Constituição Federal, para estabelecer que, uma vez ocorrida operação interestadual na modalidade não presencial, parte da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) caberá ao Estado de origem, e outra parte, ao Estado de destino da mercadoria, em percentuais a serem definidos por resolução do Senado Federal.

A PEC do Senador Delcídio, portanto, inova ao tratar do comércio não presencial e ao defender que uma resolução, após a aprovação da PEC, definirá os percentuais de alíquotas.

b) O art. 2º determinará a repartição provisória até que o Senado Federal edite a referida resolução, cabendo ao Estado de localização do destinatário 70% do imposto correspondente à diferença da alíquota interna e da alíquota interestadual, na forma a ser estabelecida por deliberação dos Estados e do Distrito Federal, nos termos do inciso VII, letra "g", do mesmo parágrafo 2º do art. 155 da Constituição Federal.

O art. 3º, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é cláusula de vigência e eficácia.

A PEC nº 113, do nobre Senador Lobão Filho, apresenta três artigos. É bem mais ampla e apresenta três artigos.

O primeiro artigo altera o art. 7º do §2º do art. 155 da Constituição Federal – o inciso, melhor dizendo –, estabelecendo que, em relação às operações que destinem bens e serviços ao consumidor final, contribuinte ou não contribuinte do imposto localizado em outro Estado, adotar-se-á a alíquota interestadual e caberá ao Estado da localização do destinatário o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a alíquota interestadual.

O art. 2º revoga o incisão VIII do art. 155 da Constituição Federal.

O art. 3º estabelece que a emenda entra em vigor no ano subsequente a sua publicação e após decorridos 90 dias.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quanto ao aspecto constitucional, cabe à União legislar sobre direitos e sistemas tributários. É o que manda a Constituição Federal. A iniciativa parlamentar é amplamente amparada pelo art. 60 da Constituição Federal e conta com mais de 1/3 dos membros do Senado Federal.

As PECs respeitam o disposto no §4º do art. 60, supracitado, na medida em que não tende a abolir a forma federativa do Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes e os direitos e as garantias individuais.

As proposições estão de pleno acordo com os ditames da técnica legislativa, conforme a lei complementar.

O comércio não presencial, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, remonta a longa data no Brasil. Encomenda por catálogos, vendas por telefone, entrega de mercadorias pelo correio sempre fizeram parte do cotidiano do brasileiro comum. Recentemente, o advento da Internet institui o chamado e-commerce ou comércio eletrônico, em que o comprador é exposto a uma variedade de produtos e preços sem precedentes em nossa história econômica.

A recente melhoria dos indicadores de emprego e renda da população brasileira impulsionou mais ainda o setor, facilitando o acesso a recursos eletrônicos por camadas sociais antes excluídas até mesmo do comércio de produtos básicos para a subsistência.

Hoje, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, de acordo com os dados coletados, e é importante destacar isso, o faturamento do comércio eletrônico passou de R$540 milhões, em 2001, Senador Edson Lobão Filho, para R$18,7 bilhões, em 2011, e passará, provavelmente, para R$23 bilhões, em 2012, obtendo crescimento anual de 76%, em 2006, e 26%, em 2011, nos últimos 10 anos, conforme tabela que temos a satisfação de publicar no nosso relatório.

Entre os produtos mais vendidos, Sr. Presidente, temos os eletrodomésticos e os de informática, conforme os percentuais abaixo: produtos vendidos: eletrodomésticos, 15% – 15% dos produtos vendidos no comércio eletrônico são eletrodomésticos; produtos de informática, 12%; produtos eletrônicos, 8%; saúde e beleza, 7%; moda e acessórios, 7%.

Essa nova realidade, Sr. Presidente, Srs. Senadores, trouxe muito benefício para o cidadão comum, mas também muitas distorções no equilíbrio econômico entre as unidades federadas. A maioria das lojas virtuais é sediada em poucos Estados – geralmente os Estados mais ricos, os Estados mais desenvolvidos –, que, mantida a sistemática atual de distribuição da arrecadação do ICMS, retém toda a arrecadação do tributo.

A fórmula constitucional atual permite tal anomalia, ao determinar a incidência da alíquota interna, geralmente elevada em operações envolvendo mercadorias destinadas a compradores não contribuintes do imposto e localizadas em outro Estado. Trata-se,

Sr. Presidente, em última análise, da radicalização do próprio princípio da origem.

Embora não tenhamos os dados do comércio eletrônico por Estados, algumas fontes divulgam que o Estado de São Paulo detém 60% das vendas nesse tipo de comércio. Além disso, podemos ter uma noção dos perdedores e dos ganhadores do ponto de vista estritamente fiscal.

Estamos tratando do ponto de vista estritamente fiscal, observando os Estados que assinaram e os Estados que não assinaram o Protocolo 21 do Confaz, que estabelece a partilha favorável aos Estados de destino nas vendas do comércio eletrônico. Os perdedores, Sr. Presidente, estariam, obviamente, entre os não signatários, provavelmente Estados como São Paulo, Rio de Janeiro e por aí vai.

Outra maneira de obtermos alguma referência sobre a balança comercial desses produtos entre os Estados é com base nas vendas interestaduais e não contribuintes do ICMS, coletadas pela equipe técnica do Confaz. Estão incluídas todas as vendas interestaduais, inclusive eletrônicos, realizadas a não contribuintes como vendas para pessoas físicas, Administração Pública, hospitais, bancos, construtoras, o que não é o caso da PEC que estamos votando, que restringe as mudanças no ICMS na partilha, na distribuição do ICMS, apenas ao comércio não presencial e ao comércio eletrônico.

De acordo com esses dados, de janeiro a maio de 2011, entre os Estados que têm superávit no comércio interestadual, encontra-se São Paulo com 242 milhões de superávit; Santa Catarina, 53 milhões; Rio de Janeiro, 45 milhões; Goiás, 40 milhões; Tocantins, 5,6 milhões e Espírito Santo, 2,9 milhões. Todos os demais Estados têm déficit, ou seja, são importadores de mercadorias, inclusive, como eu falei aqui, das mercadorias por meio da Internet. Os maiores deficitários são Bahia, com 68 milhões; Distrito Federal, 67 milhões; Minas Gerais, com 63 milhões; Pará, 33 milhões; Pernambuco, 29 milhões; Mato Grosso, Rio Grande do Norte e Maranhão com aproximadamente 20 milhões cada um; Alagoas e Ceará com 15 milhões cada um.

Além disso, Sr. Presidente, não podemos afirmar que todos os Estados superavitários da balança comercial de vendas, realizadas a não contribuintes, são superavitárias no comércio por meio eletrônico. Santa Catarina, por exemplo, de acordo do o relatório do Senador Luiz Henrique – gostaria de ressaltar este fato –, perde 29 milhões com a atual forma de tributação de ICMS nesse tipo de comércio, embora tenha superávit comercial total de 55,3 milhões no período de janeiro a maio de 2012.

As PECs em comento procuram reequilibrar essa relação, ordenando que parte dos recursos auferidos pelo recolhimento do ICMS seja canalizada para o Estado de destino, numa justa adequação da realidade dos fatos, que mostra tendência crescente de utilização do comércio eletrônico nas mais diversas transações.

As PEC's nºs 56 e 113 têm o objetivo de alterar o regime de tributação do ICMS nas operações interestaduais decorrentes de faturamento direto para o consumidor. Porém, diferem quanto à abrangência das operações a serem consideradas.

A PEC nº 56, de 2011, abrange somente o comércio eletrônico, enquanto a PEC nº 113, de 2011, abrange – repito – todo o comércio interestadual, presencial ou não presencial. Ou seja, ela amplia, nos coloca mais próximo do que seria a PEC do Senador Lobão Filho uma reforma tributária fundamental para o nosso País. Ambas se referem a operações e prestações que destinem bens e serviços ao consumidor final localizado em outro Estado.

No caso da PEC nº 103, de 2011, o texto original remete à resolução do Senado Federal a definição das futuras alíquotas, propondo percentuais provisórios até que a referida norma seja editada.

Entretanto, Sr. Presidente, julgamos urgente e oportuno que tais percentuais sejam estabelecidos desde já, na própria PEC que se pretende aprovar, sem necessidade de aguardar nova iniciativa legislativa da Casa.

Além disso, julgamos que o diferencial de alíquota interna e interestadual deva se manter como no inciso VIII, do § 2º, do Art. 155, da Constituição Federal atual, ou seja, seja destinado ao Estado da localização do destinatário.

Com a alternativa que proponho, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na hipótese de uma alíquota média de 17%, a partilha da alíquota ficará de 7% para Estado de origem e 10% para o Estado de destino, no caso de operações entre os Estados do Nordeste, Norte e Centro-Oeste e os demais Estados da Federação. Se a partilha fosse, por exemplo, de 50% da alíquota interna de 17%, todos os Estados receberiam a alíquota de 8,5%.

A alternativa que estou propondo é, portanto, Senador Aécio, intermediária, pois, embora também se refira às operações a consumidor final (pessoa física), abrange o comércio não presencial e o comércio eletrônico, mas deixa de incluir os outros tipos de comércio (comércio interestadual a consumidor final feita por meio de loja ou empresas, que são contribuintes do imposto, que não é feito por meio de Internet, telefone, carta, etc.).

Além disso, na presente alternativa a partilha da alíquota é a mesma, tanto da PEC nº 56, quanto da PEC nº 113, de 2011, não havendo, portanto, no que tange ao quesito da partilha, diferença entre o que proponho e as outras PECs em tramitação nesta Comissão do Senado Federal.

Nesse sentido, são dignas de elogio as três propostas, tanto do Senador Luiz Henrique, quanto do Senador Delcídio do Amaral e do Senador Lobão Filho, nas quais obtive inspiração para formular o meu relatório. Tais propostas seguem a lógica de distribuição do ICMS adotada na Constituição Federal e que não pode ser ignorada, simplesmente porque tivemos uma evolução tecnológica. É preciso frisar que a nossa Constituição carrega como um dos objetivos da República Federativa do Brasil o de reduzir as desigualdades sociais e regionais.

De fato, essas propostas dão às operações e prestações interestaduais realizadas por meio eletrônico em que o consumidor final é não contribuinte o mesmo tratamento dado às operações e prestações interestaduais (realizadas ou não por meio eletrônico) em que o consumidor final é contribuinte.

Lembremo-nos de que, modelo da Constituição Federal, nas operações interestaduais, a regra, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é a partilha de receita do ICMS entre o Estado de origem e o de destino. Levando-se em conta que a alíquota interna modal é de 17% e que a alíquota interestadual modal é de 12%, pode-se afirmar que, como regra, o Estado de origem se apropria de uma parcela maior (12%) e o de destino, de uma parcela menor (5%) do ICMS.

Entretanto, a regra se inverte nas operações interestaduais, em que o estado de origem é mais desenvolvido e o estado de destino é menos desenvolvido. Nesse caso, os estados mais desenvolvidos, que são os das regiões Sul e Sudeste, com exceção do Espírito Santo, ficam com 7%. E os estados menos desenvolvidos, que são todos os estados das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e o Espírito Santo, ficam, Senador Ricardo Ferraço, com 10%.

Assim, a partilha, entre os estados, do ICMS interestadual, determinada pelo contribuinte e calibrada pelo Senado Federal, objetiva claramente promover uma distribuição de receita pública em favor dos estados menos desenvolvidos, coerente com o objetivo da República Federativa do Brasil, que reduz desigualdades sociais e regionais, esculpida no art. 3º da Carta Magna.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, por conseguinte, propomos a aprovação parcial da PEC 103, de 2011, na forma a seguir considerada, integrada ao novo texto naquilo que há de melhor em seu conteúdo, tanto a PEC 56, do Senador Luiz Henrique, quanto a PEC 113, do Senador Lobão Filho.

O Voto.

Pelas razões expostas, acolho parcialmente as três Propostas de Emenda à Constituição: PEC nº 56, do Senador Luiz Henrique; PEC nº 103, do Senador Delcídio do Amaral; e PEC nº 113, do Senador Lobão Filho, todas de 2011. E com base na PEC 103, do Senador Delcídio do Amaral, apresento a seguinte Emenda Substitutiva: Proposta de Emenda Substitutiva à Comissão de Constituição e Justiça. Emenda nº 103. Ela altera, Sr. Presidente, o art. 1º. Os incisos VII e VIII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação – Letra C – "A alíquota interestadual, quando o destinatário for pessoa física, contribuinte ou não contribuinte de imposto, e a operação ou prestação ocorrer de forma não presencial ou por meio eletrônico".

Foi fundamental essa redação, porque o comércio não presencial difere do comércio eletrônico. Portanto, o comércio eletrônico é um e o comércio não presencial é outro.

E o inciso VIII: "Nas hipóteses das alíneas "a" e "c" do inciso VII, caberá ao estado de localização do destinatário o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a alíquota interestadual, sendo, Sr. Presidente, atribuída ao remetente a responsabilidade pelo recolhimento do imposto, no caso da alínea "c".

Então, vai para o estado consumidor a diferença da alíquota interna estadual e da alíquota interestadual, ficando, Sr. Presidente, o recolhimento do imposto por conta do estado produtor. Era essa a alteração fundamental.

E o art. 2º diz que essa emenda constitucional entra em vigor no ano subsequente à sua publicação, após decorridos 90 dias desta data.

Sr. Presidente, eu quero agradecer a V. Exª pelo tempo que destinou para que pudéssemos fazer a leitura e a defesa do nosso parecer e quero, no momento em que encerro, pedir a V. Exª o que já tive a oportunidade de fazer informalmente, que era priorizar o PLC 14, de 2012, que dispõe sobre a criação de uma Vara do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região e dá outras providências, no momento em que registro aqui a presença da nossa Presidenta, da nossa Desembargadora Vanda Lustosa, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Estado de Alagoas.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em homenagem a V. Exª e ao Estado de Alagoas, convido a Desembargadora a sentar-se na bancada ali atrás, com os Senadores.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, é importante...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Só um minuto, Senador Suplicy. Eu vou pedir à técnica que aumente um pouco o som. Ou o som está muito baixo, ou eu estou com a audição cada vez pior. *(Pausa.)*

Senador Suplicy, V. Exª está com a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, o relatório do Senador Renan Calheiros procura colocar uma solução que leva em conta sugestões das três propostas (nº 56, de 2011; nº 103, de 2011; e nº 113, de 2011) que modificariam bastante a arrecadação de recursos do ICMS para o comércio eletrônico não presencial.

Do ponto de vista do Estado de São Paulo, a de nº 56, de 2011, poderia representar uma perda da ordem de US$409 milhões mais US$330 milhões; a de nº 103, de 2011, US$308 milhões mais US$249 milhões; e a de nº 113, de 2011, uma perda de US$1,44 bilhão.

A proposta do Senador Renan Calheiros, possivelmente, daria uma solução de maior equilíbrio entre as diversas entidades da Federação.

Entretanto, considerando os efeitos dessas proposições, juntamente com a Senadora Marta Suplicy e o Senador Aloysio Nunes Ferreira, apresentei um requerimento, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno, para a realização de audiência pública nesta Comissão de Constituição e Justiça, que poderá, inclusive por iniciativa de V. Exª e de todos nós, ser feita em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, uma vez que há, no mérito, repercussões importantes para as economias de nossos Estados.

A referida audiência pública teria a finalidade de debater as Propostas de Emenda à Constituição nºs 56, 103 e 113, que tramitam em conjunto por versarem todas sobre a sistemática de cobrança do ICMS interestadual a consumidor final não contribuinte, inclusive de transações no âmbito do comércio eletrônico. Para o debate, convidaríamos o Sr. Nelson Barbosa, Secretário Executivo do Ministério da Fazenda; o Sr. Amir Khair. ex-secretário de finanças do Município de São Paulo e consultor reconhecido em finanças públicas; o Sr. Andrea Calabi. Secretário de Fazenda do Estado de São Paulo; e o Sr. Carlos Mauro Benevides Filho, Secretário da Fazenda do Estado do Ceará.

Nós havíamos pensado, inclusive, em convidar outros secretários estaduais de fazenda, notadamente aqueles dos Estados mencionados no relatório do Senador Renan Calheiros; mas avaliamos que, como normalmente as audiências públicas têm quatro convidados, até para que se tenha uma contribuição a mais produtiva possível, quem sabe se estes quatro nomes seriam suficientes, sem prejuízo, é claro, de outras sugestões, Sr. Presidente, a fim de que possamos estar muito conscientes dos efeitos dessa proposição antes da votação final.

Esta, a sugestão que faço, Sr. Presidente. E, como há um novo relatório, gostaria de solicitar vista, possivelmente vista coletiva, já que o Senador Aécio Neves já anunciou que também solicitará vista da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Suplicy...

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já concedo a palavra a V. Exª. Antes, porém, quero me dirigir ao Senador Suplicy.

Senador Suplicy, V. Exª tem esse requerimento, que é em conjunto com a Senadora Marta Suplicy e o Senador Aloysio, e V. Exª tem outro requerimento, também de autoria de V. Exª, sobre o mesmo tema.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não; o que está sendo considerado... V. Exª pode considerar esse em conjunto, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não; Senador Suplicy, porque...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Retire o outro, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Esse requerimento que V. Exª solicita, de fazer audiência pública, em conjunto, para ouvir a CAS...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Esse, portanto, pode ser substituído pelo outro.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou responder a V. Exª, vou atender V. Exª.

Não, ele não pode ser substituído. V. Exª tem dois requerimentos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Posso retirar um, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª pode retirar o requerimento que é de autoria de V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu retiro. Retiro o primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª retira o requerimento que é de autoria exclusiva de V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Até porque, para esclarecer à Comissão, PEC não pode ter audiência conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos. Lamentavelmente, é o que determina o nosso Regimento.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Foi apenas uma sugestão de convite.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então, foi retirado o requerimento de V. Exª em relação à audiência conjunta com a CAE. Retirado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Retirado. Mantido o conjunto com o Senador Aloysio e a Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senadora Marta, um minuto. Vou explicar para a senhora: o Senador Suplicy tinha aqui um requerimento individual sobre essa matéria e um requerimento com V. Exª e com o Senador Aloysio Nunes. Então, ele retirou aquele que ele tinha poderes para retirar, ou seja, o de autoria própria e exclusiva. Há um outro requerimento. Mas, antes de V. Exª pedir a palavra, o Senador Ricardo Ferraço a tinha pedido, pela ordem. Em seguida, é a senhora, a não ser que ele aquiesça no sentido de que V. Exª fale antes.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pode falar, Senador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, primeiro, cumprimento o líder do meu Partido, Senador Renan Calheiros, que fez um trabalho minucioso, detalhado, buscando reconhecer os esforços que foram desenvolvidos pelos Senadores que apresentaram propostas visando regulamentar o comércio eletrônico: o Senador Lobão Filho, o Senador Luiz Henrique.

O Senador Renan Calheiros, parece-me, conseguiu equilibrar de forma muito importante o partilhamento desse ICMS entre os Estados de origem e os de destino, oferecendo inclusive uma solução operacional que me parece muito adequada. O que sentimos aqui – e este é o esclarecimento que peço a V. Exª – é que deve haver um pedido de vista coletivo. Se isso se confirmar, essa matéria tem que entrar em votação na próxima reunião. Logo, esse requerimento para audiência pública ficará vencido. Então é esse o esclarecimento que peço a V. Exª. Em se confirmando o pedido de vista, teremos que votar na próxima semana. Não sei se há tempo e conveniência para essa audiência pública até porque o Senador Renan Calheiros fez um estudo detalhado, e está nos parecendo que o parecer de S. Exª é o consenso desta Comissão. Então, esse é o esclarecimento que peço a V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – O requerimento foi feio exatamente para instruir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Suplicy, vou dar a palavra a V. Exª depois, se V. Exª solicitar.

Par ordenar os trabalhos, dou a palavra, pela ordem à Senadora Marta Suplicy. Em seguida, vou responder ao questionamento feito. Em seguida, V. Exª. Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Acredito que seria...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Lobão.

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou dar a palavra à Senadora Marta Suplicy e, em seguida, a V. Exª, Senador Lobão. Com a vencia da Mesa, V. Exª.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Acredito que seria bastante importante termos essa audiência pública porque vivemos, nos últimos meses, um grande debate. Tivemos debate de *royalties,* de ICMS, e agora estamos tendo esse novo debate. Todos eles são sobre ganhos e perdas financeiras para esses Estados. Acredito e reconheço que São Paulo saiu-se muito bem até agora, e isso não há por que negar. Mas acredito também que os três Senadores por São Paulo também têm o direito de poder colocar claramente as perdas que nós, como Estado, vamos sofrer com essa nova proposta.

Está compensada pela Resolução nº 72? Está, mas podemos debater, pensar em soluções, podemos inclusive esclarecer. O que eu tenho sentido na Casa é que há sempre uma sensação de que São Paulo tem tudo, de que São Paulo é muito rico, de que São Paulo não precisa. E isso me faz sentir, digamos, muito mal, porque eu acho que São Paulo, há bastante tempo, também deixou de ser a locomotiva do Brasil. São Paulo tem tido um crescimento muito menor, seja pela responsabilidade dos seus dirigentes ou pela própria situação de melhoria de outros Estados. Seria muito interessante se a gente pudesse se aprofundar nessa questão.

Então, eu considero que o Presidente encaminhou muito bem essa audiência e que nós vamos todos poder lucrar com o aprofundamento da questão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Lobão Filho, V. Exª tem a palavra, com as desculpas da Mesa. Eu não tinha me atentado para isso. Desculpe-me.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente, eu corroboro inteiramente a tese do Senador Ferraço de que, se nós vamos votar isso agora ou na próxima reunião, fica meio inócuo o pedido de audiência pública.

Eu queria complementar dizendo que já houve pedido de vista dos três projetos. Eles, teoricamente, já foram estudados por todos os Senadores. Eu não acredito que o Senador Renan Calheiros tenha alterado o seu projeto e até tenho dúvidas sobre se é possível ou não um novo pedido de vista. É preciso analisar isso com cuidado.

Mas quero até parabenizar o Senador Renan. A minha proposta visava a mais equilíbrio e a mais justiça, do ponto de vista tributário, com os Estados mais pobres do Brasil. Eu não consigo aceitar que o consumidor maranhense possa não ter recolhida para o seu Estado, já que é fruto do seu trabalho a aquisição do bem ou do serviço, toda a integralidade do seu imposto.

No meu projeto, eu colocava como recolhimento integral para o Estado de destino e não para o de origem; e o Senador Renan Calheiros, numa visão mais salomônica, fez uma partição melhor do que como está hoje, mas longe de ser, como imagino, a ideal. Ainda assim, parabenizo-o e espero que ainda seja discutida a questão do pedido de vista, para saber se ele é pertinente ou não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pediram palavra, pela ordem, o Senador Flexa Ribeiro, o Senador Eduardo e o Senador Aécio.

Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Presidente...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Só para deixar registrado que, desde o início, eu havia solicitado pela ordem. Mas não há nenhum problema; a ordem do fator não altera o produto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Acho que a Mesa está desorientada hoje.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Quero cumprimentar o Senador Renan pelo seu parecer. Ele busca a atender aquilo que já é hoje usado no comércio normal: a participação do ICMS entre o Estado produtor e o Estado consumidor. Ele busca fazer valer no comércio eletrônico. O que não é possível hoje é a forma como o comércio eletrônico está ganhando espaço, a cada momento aumentando, e que o Estado que vende por essa forma se aproprie de todo ICMS.

Acredito – e conversava com o Senador Aloysio Nunes – que esse pedido de vista que foi aprovado dará um tempo maior para se chegar a um entendimento, que para essa participação possa novamente haver um entendimento. Mas o Senador Renan está no caminho certo.

Se for atendido o requerimento do Senador Suplicy para esta audiência pública – para a qual acho que não haverá espaço, já que, com o pedido de vista, o projeto voltará à pauta da reunião para votação –, mas se for atendida a audiência pública, eu gostaria de aditar o nome do Secretário da Fazenda do Estado do Pará, Dr. José Tostes, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, o Senador Eduardo Suplicy. Em seguida, V. Exª, Senador Aécio.

Desculpe-me, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Eu agradeço a V. Exª, Sr. Presidente.

Primeiro, quero cumprimentar o nosso Líder do PMDB, Senador Renan Calheiros, não só pela forma eficiente como construiu o relatório, mas também pela forma com que buscou encontrar uma partilha que buscasse estabelecer o fortalecimento do pacto federativo, objeto exatamente de toda esta ampla discussão que estamos fazendo nesta Casa.

Da mesma forma que nós, da base do Governo, defendemos a Resolução nº 72 para que pudéssemos encontrar mecanismos para fortalecer a indústria nacional, mecanismos para fortalecer a oferta de emprego e de renda para o trabalhador brasileiro, nós precisamos aqui destacar a importância, para o equilíbrio do pacto federativo, da questão do comércio eletrônico.

Sr. Presidente, o relatório apresentado pelo Líder Renan Calheiros não deixa dúvida quanto à importância crescente da questão do comércio eletrônico para cada um dos Estados brasileiros. Esta é uma matéria que já foi amplamente debatida nesta Casa, que já foi amplamente discutida inclusive nos projetos apresentados pelo Senador Luiz Henrique, pelo Senador Lobão Filho e pelo Senador Delcídio Amaral, todos eles possibilitaram o amadurecimento desta discussão, amadurecimento que chegou a seu ápice pela forma sintética de conclusão do relatório do nosso Senador Renan Calheiros, Líder do PMDB.

E eu gostaria de ponderar no mesmo caminho, Sr. Presidente.

Quanto ao pedido de vista: eu gostaria até de, numa questão de ordem, verificar se, mesmo tendo havido pedido de vista para os processos agora, como apensado, se esse pedido de vista permanece sendo direito regimental para uma nova e, havendo pedido de vista, portanto, ele obrigatoriamente retornará para a reunião no dia 2, o que deixaria prejudicado o requerimento de audiência pública para o debate da PEC aqui na CCJ.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Não significa dizer que não se possa fazer o debate do comércio eletrônico na Comissão de Assuntos Econômicos ou em outra comissão; o que não se pode é fazê-lo aqui, porque aqui nós estaríamos tratando de um projeto de emenda constitucional que seria obrigatoriamente colocado em pauta na próxima reunião – caso seja regimental o pedido de vista coletiva apresentado pelo Senador Aécio Neves e por outros Senadores que já se manifestaram.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tem a palavra pela ordem o Senador Aécio Neves e, em seguida, o Senador Aloysio. Lembro que não estamos discutindo a matéria.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, em primeiro lugar quero externar aqui o meu respeito pelo trabalho do ilustre Senador Renan Calheiros. A meu ver, ele se antecipa, vai na direção adequada, mas eu quero fazer duas ponderações aqui, Sr. Presidente.

A primeira, na verdade, é uma reiterada ponderação. Nós temos tido oportunidade na Casa de discutir matérias de origens distintas, mas que, de alguma forma, têm uma correlação extremamente profunda, matérias que dizem respeito ao pacto federativo. Falo dos *royalties,* não apenas do petróleo, mas também dos *royalties* do minério, de questões que foram tratadas nesta Comissão, como a Resolução nº 72, ontem aprovada no Senado, do Fundo de Participação dos Estados, que teremos de rever até o final deste ano, da própria renegociação das dívidas estaduais, de um conjunto de iniciativas, Sr. Presidente, que precisariam de uma coordenação mínima, necessitariam de uma avaliação geral, porque têm impactos distintos. Assim, de alguma forma, deveria estar sendo buscada a construção de um grande entendimento não entre oposição e governo, entre partidos, mas pelos representantes da Federação nesta Casa. Essas não são questões de governo, Sr. Presidente, são questões de Estado, e deveriam estar sendo tratadas como tal pelo próprio Governo, dispondo-se a negociar amplamente cada uma dessas questões.

Eu faço aqui um alerta ao ilustre Líder do Governo nesta Casa, meu colega Governador e hoje Senador Eduardo Braga: é preciso, independentemente desta questão específica, em todas as outras, que certo rito seja aqui preservado, Senador Eduardo Braga. O açodamento, a imposição permanente da maioria sobre a minoria não é o caminho adequado para que discussões extremamente profundas e de impacto tão grave na vida do Brasil sejam aqui tratadas.

Nós recebemos apenas no final da tarde de ontem, Senador Eduardo Braga, o substitutivo do relator, Senador Renan Calheiros. Nada mais natural – e olhe que tendo a ser favorável à proposta do Senador Renan – que Estados que sofram esse impacto tenham um tempo para essa avaliação e para um posicionamento adequado nesta Casa. Nós não podemos criar aqui essa norma de que um grupo, por ter determinada maioria, ache que não se devam cumprir os prazos regimentais. A vista é, sim, absolutamente regimental. Trata-se de um novo substitutivo e não há necessidade desse açodamento. Acho que as decisões seriam tomadas de forma muito mais serena e talvez muito mais acertadas se nós buscássemos, nessa e em outras matérias, seguir esse rito sem qualquer tipo de outra pressão.

Por isso, reitero, Sr. Presidente, o pedido de vistas que fiz aqui inicialmente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Nós não estamos discutindo a matéria, estou dando a palavra pela ordem, embora estejamos entrando na matéria, ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. Tem a palavra V. Exª.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu vou na mesma linha do meu ilustre colega e amigo Senador Aécio Neves. Nós precisamos ter tempo para analisar a proposta apresentada pelo ilustre Relator e, inclusive, avaliá-la do ponto de vista dos impactos que tem sobre os orçamentos dos Estados que porventura sejam afetados por essa disciplina.

A palavra pacto se choca com a ideia do ritmo acelerado que o Líder do Governo pretende impor à tramitação dessa matéria. Pacto é entendimento, pacto é pelo menos conhecimento aprofundado daquilo sobre o qual se vai deliberar.

Hoje essa modalidade de comércio é feita segundo regras tributárias que são definidas pela Cons-

tituição, pelo constituinte originário. Não se trata de ganhos ilegítimos, de ganhos indevidos, de ganhos inconstitucionais. Isso foi definido pelo constituinte de 88. Muda a realidade, aumenta o volume de comércio eletrônico, como foi apontado pelo Relator, e é natural que se examine esse regramento.

Essa regra está definida na Constituição, Sr. Senador, a regra do comércio não presencial. E o nosso Relator sabiamente a denomina comércio não presencial, para abranger o eletrônico e o que não se faz por via eletrônica. Mas o fato é que essa regra está definida pelo constituinte original. E não se trata de casuísmo, de acordo feito por baixo do pano, não. É a Constituição. Agora, se querem mudar a Constituição, eu quero simplesmente ter o direito de examinar.

A ideia de que não se pode ter audiência pública quando há pedido de vista pendente se choca com a nossa prática. Vou dar um exemplo. Eu sou Relator da PEC 15, de autoria do nosso querido colega Ricardo Ferraço. Apresentei meu parecer, houve um pedido de vista e já fizemos uma audiência pública, e agora está programada uma segunda sobre a matéria.

Então, vamos com calma, porque, nesses casos, a pressa, às vezes, é inimiga da perfeição.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Bom, eu vou tomar a seguinte decisão em relação a essa questão. Nenhum dos Estados talvez, dos aqui representados, seja mais pobre e mais necessitado desses impostos para melhorar a qualidade de vida do nosso povo do que o meu, o Ceará. Mas desde o dia em que eu me sentei nesta cadeira, pela generosidade do meu Partido, do meu líder Renan Calheiros e de V. Exªs que me elegeram para isso, tenho procurado honrar todas as palavras e preservar, acima de tudo, o Regimento desta Casa e a Constituição, muitas vezes até sendo incompreendido por alguns companheiros – mas eu serei sempre, na condição de Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, o guardião do Regimento e da Constituição.

Senado Aloysio, estou querendo responder ao Senador Lobão Filho, ao Senador Ferraço, obviamente a V. Exª e ao Líder do Governo, meu amigo Senador Eduardo Braga, dizendo o seguinte: está ficando difícil para a Mesa o fato de, todas as vezes em que a gente está pautando matérias, estar aparecendo requerimento de audiência pública. Há esse pedido de audiência pública, mas há também um precedente e uma definição da Mesa de que não colocará nenhum requerimento apresentado no mesmo dia ou na mesma reunião. Sempre ficará para a próxima reunião. O requerimento dos Senadores Aloysio Nunes, Eduardo Suplicy e Marta Suplicy foi apresentado antes dessa tomada de decisão. A partir de hoje – aviso todos os senhores –, eu aceitarei todos os requerimentos e colocarei em discussão todos os requerimentos relativos a matérias que se encontram aqui na Comissão de Constituição e Justiça. Vou pedir à Secretaria da Mesa que faça um relatório de todos os projetos que estão aqui na Comissão para que, se houver interesse dos Srs. Senadores de apresentar pedido de audiência pública, possamos deferi-lo antes da matéria pautada.

Agora, com a matéria pautada... Olhem a dificuldade que nos impõe o Regimento. A matéria está pautada, Senador Eduardo Braga, há uma solicitação, há um requerimento dos Senadores Aloysio, Marta e Suplicy. Como é que vou indeferir um requerimento de três Senadores, um justo requerimento, porque há um precedente nessa linha? Também não vou colocar esse requerimento em votação hoje, porque esse é o entendimento da Mesa para todos os requerimentos. Vou fazer o seguinte.

Houve um novo relatório do Senador Renan Calheiros porque as PECs foram apensadas em plenário; o Senador Renan Calheiros teve de se manifestar sobre a inclusão ou não do conteúdo das outras duas PECs, aí, automaticamente, houve a alteração do relatório. Como não havia pedido de vista do relatório anterior... O Senador Armando Monteiro não chegou sequer a ler o relatório porque nós interrompemos a reunião. O Senador Renan Calheiros havia feito a leitura de um relatório sobre uma das PECs, e nós anexamos mais duas PECs.

Eu vou fazer o seguinte, mas pedindo aos Srs. Senadores que tenham esta compreensão: não mais, a partir deste – este será o último nesse sentido –, faremos audiência pública entre a matéria pautada e o pedido de vista da outra semana, porque não há condição de fazer essa audiência pública e vai haver o constrangimento de termos de tomar decisão que poderá parecer autoritária – eu não quero, longe de mim, passar essa imagem, que não é do meu feitio, aos Srs. Senadores e ao Brasil inteiro, que está nos assistindo e nos ouvindo neste momento.

Então, vou tomar a seguinte decisão, Senador Lobão, quanto ao questionamento que fez V. Exª e que fez também o Senador Ricardo Ferraço. Não vou colocar em pauta hoje esse requerimento. Vou abrir, para o último requerimento apresentado, a seguinte proposição, que quero apresentar aos Srs. Senadores. Faremos esse requerimento antes... A matéria vai continuar pautada para o dia 2, porque já há pedido de vista e eu tenho certeza de que vai haver pedido de vista coletiva dessa matéria – até porque, se não houver, vou fazê-lo de ofício. Esse requerimento do Senador Suplicy, se os três Senadores mantêm o requerimento, vou colocar em votação na próxima reunião, antes

de colocar a matéria em votação. A matéria vai estar em pauta. Se houver aprovação do requerimento antes da matéria, obviamente vou suspender a matéria e vou fazer audiência pública. Em sendo derrotado o requerimento de V. Exªs pelos Srs. Senadores, a matéria vai ser votada na próxima quarta-feira. Se o requerimento for aprovado antes, eu vou, de ofício, tirar a matéria de pauta e, em seguida, fazer a audiência pública, pedindo já a anuência dos Srs. Senadores em função da importância e da urgência que essa matéria tem para os Estados, inclusive para o meu – sei que o povo do Estado do Ceará, a esta altura, deve estar se questionando sobre esta minha decisão, mas ela é regimental e eu vou fazê-la valer dessa forma.

Então, quanto a essa matéria, fica definido o seguinte. Na próxima quarta-feira eu vou colocar o requerimento em votação. Se o requerimento for aprovado, nós teremos de suspender, Senador Lobão Filho, a votação dessa importante matéria para os nossos Estados, mas voltaremos com ela, e, em seguida, farei a audiência pública, nem que eu tenha que fazer as três seguidas.

Fora isso, não sendo aprovado esse requerimento, vou comunicar aos Srs. Senadores que, entre matéria pautada e matéria com pedido de vista, a Mesa vai indeferir qualquer requerimento no sentido de audiência pública, a partir da próxima quarta-feira. Nessa quarta-feira, vamos atender a esse último requerimento porque não havia decisão da Mesa em relação a esse posicionamento.

Portanto, pedido de vista do Senador Aécio, pelo Senador Eduardo Braga.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Pedir vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para não acontecer como na semana passada, em que o Senador Suplicy tinha dúvidas em relação a isso, levantou-as no plenário do Senado, no sentido de que o Senador Alvaro Dias tinha votado naquela matéria, na semana passada, na reforma do Senado, tinha votado a favor do relatório, do segundo relatório.

O Senador Alvardo Dias, quando se pronunciou disse: "nenhum dos dois relatórios atende ao que desejo. Portanto, eu quero colocar a minha posição: vou votar contra um e contra o outro.

Mas o Senador Suplicy levantou esta questão no plenário do Senado Federal. E, a partir de hoje, vou ter o cuidado de ouvir a manifestação dos Srs. Senadores sobre voto, quando for votação simbólica. Aqueles que desejam registrar o seu voto contrário, vou ter a paciência aqui de ver quem levantou o braço e quem pediu.

E quem não pediu para registrar voto contrário ou voto favorável, vou desconsiderar porque vai ficar o registro por meio da fonia da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, pediu a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Só pedi a V. Exª, Presidente, a concordância dos autores do requerimento para aditar o Secretário de Fazenda do Pará, José Tostes.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª terá que fazer um novo requerimento e vou submeter à Comissão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não, não, estou pedindo a concordância.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O requerimento já está aqui assinado e recebido pela Mesa. V. Exª terá que fazer um novo requerimento que colocarei para inclusão no final da reunião.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Mas se os autores concordarem com o aditamento...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O requerimento já foi deliberado pela Mesa. Esse requerimento já tem uma deliberação da Mesa, já não comporta mais nenhuma outra deliberação ou aditamento. V. Exª pode fazer um requerimento, e eu submeto ao Plenário.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, pediu a palavra o Senador Suplicy, Senador Eduardo Braga, Senador Ricardo Ferraço.

Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Senador Eunicio Oliveira, V. Exª tem razão no que diz respeito ao voto do Senador Alvaro Dias, mas acontece que havia sido registrado a não votação do Senador Jorge Viana, e ele próprio disse, no plenário: "Mas eu votei pelo substitutivo do Senador Ricardo Ferraço". O assunto está esclarecido.

E eu agradeço a atenção de V. Exª, porque o próprio Jorge Viana ter dito que votou e não estava assinalado o nome dele, se não em sentido contrário, é que solicitei o esclarecimento. E agora foi esclarecido, Sr. Presidente.

Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu agradeço V. Exª, mas quero deixar bem claro...

Senador Flexa...

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Eu tenho uma dúvida aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Só um minuto, já vou dar a palavra.

Quero deixar claro em relação ao Senador Suplicy, porque aprendi em casa com meu pai o seguinte: não adiante me beijar num quarto escuro e me bater na rua. Por isso estou deixando claro aqui, estou deixando bem claro aqui o que aconteceu na semana passada.

O Senador Alvaro Dias está ali para confirmar, e as notas taquigráficas e a voz de V. Exª está aqui dizendo que V. Exª votou duas vezes contrário. E a Mesa contou o voto de V. Exª contrário.

A ata, Senador Suplicy, da reunião passada só foi submetida aos Srs. Senadores no início desta reunião de hoje. Então, se V. Exª tomou alguma informação, foi exatamente como a informação que foi tomada em relação à reforma administrativa.

Não era uma informação oficial. A informação oficial que chegou da reforma administrativa passei aos senhores. A ata pode ser corrigida até o momento da aprovação de V. Exª.

Então, a ata foi aprovada apenas no início da reunião de hoje. Estou deixando isso claro apenas para não gerar dúvidas, porque eu fui questionado sobre como se fazia as votações aqui na Comissão, se eram nominais ou não.

A votação nominal, quando não solicitada e não aprovada regimentalmente pelos Srs. Senadores, a Mesa tem poderes – a Senadora Marta Suplicy, que está presidindo tão bem o Congresso Nacional, sabe disso – para chamar a si a decisão. Então, foi o que fiz naquele dia, e não quero deixar nenhuma dúvida para os Srs. Senadores.

A votação da Reforma Administrativa, na primeira votação, foi derrotada nominalmente. A segunda, eu não coloquei nominalmente porque não houve necessidade, porque o número de senadores que ficaram quietos era muito maior dos que levaram o braço. Então, quero deixar bem claro isso. V. Exª compreendeu, já deixou claro que houve um equívoco ao fazer o questionamento no plenário do Senado, porque havia dúvida em relação a informação que V. Exª recebeu, que ainda não era a ata oficial do dia de hoje.

Portanto, eu também agradeço a V. Exª por publicamente fazer aqui a correção do que foi questionado no plenário do Senado Federal.

Pediu a palavra pela ordem o Senador Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente, por favor me esclareça...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – O requerimento do pedido de audiência vai ser votado na próxima reunião, mas caso ele seja aprovado – o que não acredito –, eu terei o direito de aditá-lo, pedindo um novo convidado naquele momento?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Naquele momento eu farei o seguinte: como já há um pedido que está sendo votado, e é um pedido de audiência pública, ao pedido de aditamento de nomes nós vamos continuar acatando na reunião, se V. Exª levantar a questão sobre o requerimento do dia, sobre a inclusão de nomes, não sobre um novo requerimento, mas sobre a inclusão de nomes.

Se V. Exª quiser...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – ...inclusive fazer hoje o requerimento, ficará aprovado. Se não houver audiência, não tem necessidade de se fazer na quarta-feira.

Pela ordem tem a palavra o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, primeiro para deixar claro que em momento algum a nossa intenção foi no sentido de evitar o debate e de cercear o direito dos Srs. Senadores de promovê-lo, mas, apenas para demonstrar a complexidade da decisão que V. Exª teve que adotar, em função da apresentação do requerimento. V. Exª, inclusive, estabeleceu uma nova postura doravante nas novas votação: quando uma matéria estiver na pauta e o requerimento for apresentado no momento da votação. V. Exª acabou de adotar um novo procedimento na Comissão de Constituição e Justiça. Isso é apenas para deixar claro tanto ao nobre e eminente Senador Aloysio Nunes Ferreira quanto ao nosso eminente Senador Aécio Neves de que da nossa parte não há nenhuma intenção de cercear esse debate, apenas de deixar claro que é preciso ter o mesmo peso e a medida para todas as matérias. E quero aqui concordar com a decisão de V. Exª, respeitando as posições e os esclarecimentos, elogiando a condução que V. Exª vem fazendo na Comissão de Constituição e Justiça, mostrando que há uma coerência, independentemente do teor da matéria, com o regimento e com os precedentes da Casa com relação à Mesa da CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado Senador Eduardo Braga.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem o Senador Ricardo Ferraço. Vou dar a última palavra pela ordem, e darei sequência aos nossos trabalhos.

V. Exª tem a palavra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, apenas para chamar a atenção

Há uma proposta de emenda constitucional de minha autoria, conhecida como "PEC dos Recursos", que foi muito bem relatada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Se aprovado esse requerimento, chamar a atenção para a necessidade de nós cumprirmos uma cronologia que foi acertada anteriormente; apelar a V. Exª para que marquemos essa audiência pública da PEC 15, a PEC dos recursos; esse projeto estava pautado para entrar em votação. O Senador Dornelles, o nosso querido sempre mestre, professor e ministro, solicitou essa audiência pública, e quero apelar a V. Exª para que possamos marcar essa audiência pública para definirmos e apontarmos essa matéria para votação. É o apelo que faço a V. Exª, cumprimentando a solução salomônica que V. Exª adotou e que passa a se transformar em regra democrática, respeitando os interesses da Comissão.

Parabéns a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Ferraço. Tenho a atenção de V. Exª em relação a essa questão das audiências públicas e vou marcar todas as audiências públicas que estão pendentes na Comissão de Constituição e Justiça, sabendo os senhores que audiência pública temos de fazer sempre aqui ou às terças-feiras ou às quintas-feiras, pela manhã, porque às quartas temos pauta ordinária aqui e, na sequência, matérias importantes no plenário do Senado Federal.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, temos aí várias audiências públicas, essa aqui referida pelo Senador Ferraço, de suma importância, e outras. Eu queria sugerir a V. Exª que fosse colocado em votação aqui se essas audiências públicas não poderiam ser, por exemplo, sexta à tarde e segunda de manhã.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Se depender de mim, não há problema algum.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Vamos colocar em votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Se depender de mim, não há nenhum problema em relação a essa questão de audiência pública.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Eu quero já manifestar apoio à proposta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu vou voltar...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, eu já estou pronto para fazer o relatório do item 4.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Tenho esse requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou submeter o requerimento de V. Exª...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – O requerimento do Senador Pedro Taques vamos adiar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Na próxima reunião colocarei o requerimento de V. Exª.

Item 1. Projeto de Lei do Senador nº 156, de 2011. É terminativo, portanto, necessitamos de 13 votos dos Srs. Senadores para aprová-lo ou rejeitá-lo.

Senador Aécio, V. Exª ia ser Relator *ad hoc*, mas o Senador Pedro Taques, que estava em uma audiência, chegou e, estando presente, tem a preferência, portanto.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Estará em muito melhores mãos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) –

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 156, DE 2011
– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para disciplinar a realização de eleições primárias para a escolha do candidato a Presidente da República.

Autoria: Senador Alvaro Dias.

Relatoria: Senador Pedro Taques.

Relatório: pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do projeto, e, no mérito, pela sua aprovação, com uma emenda que apresenta e pela aprovação da Emenda nº 2.

Observações:

– Em 04/04/2012, a Presidência desta Comissão concedeu vista aos Srs. Senadores José Pimentel, Randolfe Rodrigues e Eduardo Suplicy, nos termos regimentais.

– Em 18/04/2012, foi recebida a Emenda nº 2, de iniciativa do Senador Aécio Neves, que recebeu parecer favorável no dia 25/04/2012;

– Foram também recebidas as Emendas nºs 3 e 4, de iniciativa do Senador Eduardo Suplicy, pendentes de relatório;

– Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Taques para dar parecer nas Emendas nºs 3 e 4, do Senador Suplicy, que estão pendentes de relatório.

Tem a palavra V. Exª, Senador Pedro Taques, para dar parecer a essas duas emendas.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Senador Suplicy busca alteração do art. 7º-A para acrescer o seguinte:

Art. 7º-A A escolha de candidato a cargo eletivo, tanto para as funções legislativas quanto para as executivas, poderá ser feita mediante a realização de eleições diretas primárias, no âmbito da circunscrição eleitoral correspondente ao cargo em disputa, conforme normas estabelecidas no estatuto do partido e atendendo aos seguintes pressupostos:

Ele elenca aqui, além do cargo do Poder Executivo, a eleição primária também para os cargos legislativos.

Expressando respeito ao Senador Eduardo Suplicy, penso que, quanto à função legislativa, essas primárias poderiam ocorrer se tivéssemos eleição em lista, e nós não temos ainda eleição em lista no Brasil. Nós todos conhecemos a proposta de emenda à Constituição que se encontra em debate sobre eleição em lista, mas, com todo respeito, debater a herança de pessoas vivas é contarmos com algo que ainda não existe.

Então, Senador Suplicy, no mérito, eu não teria nenhuma objeção à função legislativa, os candidatos também serem escolhidos, em sendo o caso, a depender do partido político, porque aqui é uma faculdade dos partidos políticos. Mas isso calharia melhor se tivéssemos eleição em lista, e nós não temos eleição em lista no Brasil ainda. Existe uma proposta de emenda que está debatendo isso.

Sr. Presidente, pedindo licença e expressando meu respeito ao Senador Suplicy, dou o parecer contrário a essa Emenda nº 3.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Parecer contrário à Emenda nº 3.

São duas emendas, não é, Senador?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, existe outra emenda aqui que o Senador Suplicy diz: "A eleição direta... "

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É a nº 4?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – É a nº 4. "A eleição direta primária poderá ser aberta para, além dos feriados, os eleitores simpatizantes que firmarem declaração de concordância com os objetivos e valores defendidos pelo partido político".

Sou absolutamente favorável a esta democracia dialógica, participativa com simpatizantes debatendo, por óbvio, as questões partidárias. Isso ocorre na França, ocorreu recentemente, e, nos Estados Unidos, alguns estados estabelecem o chamado processo de *caucus*, em que simpatizantes também participam das primárias.

No entanto, no Brasil, nós não temos um conceito para eleitor simpatizante. Nós precisaríamos, Senador Suplicy, definir o que vem a ser simpatizante, quais sãos os critérios para que possamos permitir, em sendo o caso, a participação desses participantes.

Mais uma vez, sou favorável a que possamos criar esse instituto, essa figura do eleitor simpatizante, e ele assina a concordância com o programa do partido político. Na França, ou em França, como dizem os mais castiços, é possível que o simpatizante pague um euro e possa participar. Muito bem, só que no Brasil não temos esse instituto ainda. Poderíamos criá-lo, e aí eu seria favorável.

Assim, expressando a V. Exª meus respeitos, o meu parecer é contrário à emenda.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Permita-me só um breve aparte?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou dar a palavra a V. Exª, pela ordem, mas, antes, quero avisar para o Plenário da Comissão e para os Senadores desta Comissão que esta votação é nominal, é matéria terminativa, com votação nominal.

Senador Suplicy, pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Estou de acordo com o Senador Pedro Taques de que nós ainda não temos a lista fechada, mas há considerações, porque tenho defendido que, se for para termos a lista fechada, será muito importante que possa haver um processo democrático por parte dos filiados e dos simpatizantes poderem participar da escolha da ordem na lista fechada. Acho que isso seria um instrumento muito adequado. E se porventura acontecer de haver mudança para a lista fechada eu voltarei com esta proposta.

Com respeito à proposta de se abrir para outros, para aqueles que sejam simpatizantes, na medida

em que está escrito aqui que, para além dos filiados, poderão participar os eleitores simpatizantes que firmarem declaração de concordância com os objetivos e valores defendidos pelo partido político, ora, essa proposta leva em conta justamente a proposição que o Senador Pedro Taques está dizendo. No dia em que se instituir um sistema – e aqui está dito que será instituído –, pelo qual os simpatizantes poderão dizer "eu estou de acordo, digamos, com os propósitos do PMDB, com os propósitos do DEM, do PSDB, do Partido dos Trabalhadores", e assim por diante, do PC do B, de acordo com o seu programa e seus propósitos, assino nesse sentido; e eventualmente – isso não precisa estar aqui escrito – contribuo até um real para a despesa dessa primária, um real, dois reais, três reais – isso é o partido que irá definir – aquilo que V. Exª está propondo, na verdade, está dito se for aprovado isto. Então, coloco para a sua consideração, porque o que V. Exª deseja criar seria criado pela votação da emenda aqui proposta.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques, apenas para sua manifestação, porque vou colocar a matéria em discussão.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, mais uma vez, expressando meu respeito pelo tema trazido pelo Senador Suplicy, nós temos que fazer com que o cidadão que não tenha o gosto, que não queira filiar-se a partido político, ele possa participar do processo democrático. Isso é muito importante. Agora, a figura do simpatizante precisa, merece um melhor detalhamento. Por exemplo, Senador Suplicy: hoje, nós temos no Brasil, parece-me até ontem à noite, trinta partidos políticos – não sei se, nesta madrugada, outros partidos políticos foram criados. Há mais três, nesta madrugada. Temos mais partidos políticos e tipos de passarinhos, Sr. Presidente.

Os partidos políticos, no arco ideológico, são muito parecidos. Aí uma pergunta que se faz: o simpatizante, ele pode se simpatizar por dois partidos políticos?

Ele pode ser simpatizante, por exemplo, do PSOL e do PST? Ele pode ser simpatizante do PMDB e do PSDB? É possível isso? Aí não está dito.

Outra indagação: aquele que tem o direito de votar, mas não pode ser votado – de 16 a 18 anos, conforme o art. 14 da Constituição –, ele pode ser simpatizante? Ele poderia votar?

Eu sou favorável a que nós possamos trabalhar esta figura do simpatizante. Mas existem alguns detalhes, Senador Suplicy, que poderiam trazer prejuízos para a eleição primária, que, ao que consta, a grande maioria aqui concorda.

Então, eu tenho dúvidas a respeito de algumas participações deste chamado simpatizante. E quero firmar aqui mais uma vez o tema: sou favorável à figura do simpatizante, mas nós precisamos detalhar, e penso que a emenda, com todo respeito, não chegue a esse detalhe, a esse minudenciamento.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – para discutir a matéria, concedo a palavra à Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Para discutir o que o Suplicy apresentou ou o projeto do Aécio?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – O do Suplicy, eu não vou discutir.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não, não. O Suplicy apresentou uma emenda e foi rejeitada pelo Senador Taques. O que está em discussão...

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É o projeto do Aécio Neves.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não, é o relatório do Senador Pedro Taques.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não, o que está em discussão é o relatório do Senador Pedro Taques de um projeto de autoria do Senador Alvaro Dias.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sim. É sobre isso que eu quero discutir, que é para o Aécio.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Bom, o proposto, pelo projeto do Senador Alvaro Dias, ele coloca alguns aspectos que hoje já são contemplados. Eu diria: escolha de candidatos a Presidente, hoje, no nosso País, já pode ser feita através de prévias, isso já é uma prática permitida; depois, os meios de comunicação, que o projeto também sugere, já podem fazer debate entre os pré-candidatos – então, isso também não é uma novidade do projeto.

Vamos ver, então, o que é novidade no projeto.

Ele autoriza que se faça campanha entre o dia 1º de abril e o primeiro domingo de junho, data das eleições primárias, assim a propaganda eleitoral é antecipada, já que hoje só é permitida a partir de 5 de julho.

Quer dizer, o que há de mais inovador nesse projeto eu não considero uma ideia que vá ter frutos tão bons, porque ele vai permitir que um ano antes se faça campanha eleitoral. Agora, não há autorização atualmente para campanha eleitoral voltada às prévias.

Isso é algo que o projeto inova e que não me parece algo interessante, porque a emenda do Senador Aécio vai autorizar a campanha desde um ano antes da data das eleições. Então, o que acaba acontecendo? Acaba acontecendo que vai prejudicar todos os candidatos que estejam ocupando cargos no Executivo. Vamos dar um exemplo concreto: se o Governador – vamos pegar minha cidade – Alckmin quiser ser candidato a Presidente, ele teria que se desincompatibilizar para ficar um ano fazendo prévia? Isso não vai acontecer, mas, se acontecesse de o Serra ir para a Prefeitura de São Paulo, ele também estaria fora da campanha presidencial. Então, isso me parece um pouco...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Já, se houvesse prévias, V. Exª seria, provavelmente, escolhida pelo seu partido, infelizmente. (*Risos.*)

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pois é; com toda a certeza, Senador Aloysio.

Mas, então, isso me parece um projeto de ocasião. Eu não acho que se trata de um projeto no qual tenhamos de votar favoravelmente. E, depois, vem uma parte que realmente não permite aprovação.

A constitucionalidade de tais inovações pode ser questionada, sob alegação... E eu, aqui, defendendo o Serra e o Alckmin! Não é o meu papel, mas tem que ser lembrado isso.

A constitucionalidade de tais inovações pode ser questionada sob a alegação de que ferem a autonomia que a Constituição garante aos partidos para que definam a sua estrutura interna, organização e funcionamento (art. 17).

O artigo diz assim: "As normas para escolha e substituição dos candidatos e para a formação de coligações serão estabelecidas no estatuto do partido, observadas as disposições desta lei".

Então, parece-me que temos uma lei que vem funcionando bem. Partido que quer fazer prévia faz prévia. E nós não temos que iniciar a campanha eleitoral um ano antes, porque, aí, os candidatos poderiam já entrar em campanha, inclusive prejudicando quem está no Executivo e fazendo uma campanha que, como nós sabemos, muitas vezes, não vai esclarecer, vai, isto sim, ocupar o horário de televisão e, talvez, indispor ainda mais do que ajudar os eleitores.

Então, acredito que a atual legislação já admite a possibilidade de procedimento que envolva a totalidade dos filiados para a escolha de candidatos, inclusive para eleição de circunscrição nacional.

De toda forma, há vários reparos, por exemplo... Não sei se foi observado pelos colegas Senadores, mas a eleição para Presidente da República é em chapa com o Vice-Presidente, e a proposição não cuida desse aspecto. Há também a fixação de data para a realização das eleições primárias, o que fere a autonomia partidária. E a Lei nº 9.096, de 1995, não determina que os partidos se organizem por convenções, o que o projeto de lei diz. Portanto, o projeto faz referência a um órgão partidário que, de acordo com a agremiação, pode nem existir, deixando de fazer sentido a vinculação preconizada pela proposição.

Por todos os aspectos aqui mencionados, votarei contra.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, tem a palavra o Senador Alvaro Dias; em seguida, o Senador Aécio Neves.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, esse não é um projeto da oposição ou do governo; esse é um projeto que pretende contribuir para a construção de partidos verdadeiros no País. Hoje, nós somos muitas siglas – e algumas nascem de madrugada, como disse o Senador Pedro Taques –, mas somos siglas, não somos partidos com identidade programática, com participação ativa da sua militância, com estímulo à participação democrática de todos.

O que ocorre hoje é um desestímulo total à participação partidária. A militância vai acabando no País. Os militantes são convocados às convenções para homologar candidaturas impostas, quase sempre, pelas cúpulas partidárias.

Esse projeto respeita a autonomia dos partidos; não afronta a autonomia. Ele não impõe a realização das primárias; ele as estimula. Estabelece normas para facilitar a atividade partidária, especialmente o partido que optar por esse modelo que significa um avanço. É a revitalização dos partidos políticos; respeito às lideranças; oportunidade às lideranças e, sobretudo, a valorização daqueles que militam e que são os verdadeiros artífices de um projeto de nação proposto por qualquer partido político.

Enfim, o que quer o projeto? Estimular esse debate. É evidente – e nós já o dissemos – que não há imposição; há estímulo. Quando se trata de estabelecer um cronograma, também não há imposição. A emenda do Senador Aécio Neves, inclusive, amplia a possibilidade ao partido de definir o seu próprio cronograma, o calendário para a realização do processo. Nesse caso, há participação da Justiça eleitoral, exatamente pensando na lisura dos procedimentos, pensando na correção dos propósitos, para que esse processo eleitoral partidário se dê de forma ética e republicana. Há

a fixação de que a imprensa pode promover debates e há um espaço para a notícia dos eventos realizados pelos partidos políticos na busca da escolha do seu candidato.

Estamos com uma atividade extremamente desgastada na opinião pública brasileira. Há um descrédito generalizado em relação às instituições públicas e aos partidos políticos especialmente e, obviamente, a todos os políticos. Temos que buscar caminhos para reconquistar credibilidade. Imagino que essa abertura para uma participação ampliada das pessoas que se vinculam a um partido político é, sem sombra de dúvidas, um ganho de qualidade. Eu sei que partidos já realizaram prévias; ainda agora em São Paulo o próprio PSDB realizou prévias, mas o projeto estimula. Não vejo razão para se opor a um projeto dessa natureza. Concordo com o parecer do Senador Pedro Taques em relação às emendas apresentadas, com a aceitação da emenda do Senador Aécio Neves e a rejeição das emendas do Senador Suplicy, embora elas tenham um propósito saudável. As emendas do Senador Suplicy vieram um pouco antes do momento adequado.

Acho que, com o processo de eleições primárias, avançaremos bastante até para chegarmos ao estágio que deseja o Senador Suplicy. Por exemplo, hoje, não temos, a meu ver, condições de definir lista fechada para escolha de candidatos para o Legislativo. Por quê? Porque não temos partidos verdadeiramente constituídos. São siglas. O processo não é um processo de lisura incontestável. Temos alguns casos, sem generalizar, de partidos com mandatos cartorial em algumas unidades da Federação. Não estamos neste estágio ainda, de pureza partidária. Estamos caminhando para buscar o aprimoramento. E o nosso objetivo é exatamente este: estimular esse debate nas organizações partidárias. Vamos, com isso, certamente estimular lideranças políticas a participarem do processo de organização, de mobilização popular, de atração para filiados novos, enfim, vamos dizer que vale a pena participar da vida partidária no País. Por quê? Porque serão os partícipes da vida partidária os artífices de um processo eleitoral que pode significar um projeto de nação para o País. Esse é o objetivo, não há inconstitucionalidade alguma no projeto, porque ele autoriza e não impõe, porque ele não afronta nenhuma legislação vigente, não afronta especialmente a autonomia dos partidos políticos. O nosso apelo é para que o parecer do Senador Pedro Taques seja acolhido plenamente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, dou a palavra ao Senador Aécio Neves e, em seguida, vou colocar em votação nominal a matéria.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Serei econômico nas minhas palavras, Sr. Presidente. Apenas, na linha do que disse aqui o Senador Alvaro Dias, reitero que essa matéria não tem absolutamente nada de casuística. Pelo contrário, ela é estruturante naquilo que é essencial à vida partidária. Portanto, ela vem na direção correta, ao encontro de um anseio que todos os partidos políticos, acho, têm ou deveriam ter, do estímulo à participação cada vez maior da militância não apenas em campanhas eleitorais, mas na própria definição das candidaturas ou dos programas que os candidatos irão defender em suas respectivas campanhas.

Tenho, sabe V. Exª, enorme respeito pela Senadora Marta Suplicy, mas me permita a ilustra Colega estranhar que exatamente o Partido dos Trabalhadores se coloque contrariamente àquilo que foi a essência do seu discurso histórico, pelo menos em tempos idos, na busca de uma participação efetiva da militância, estímulo a essa mobilização.

Do que estamos falando, na verdade, é disciplinar algo, como aqui já foi dito, que alguns partidos já fazem, mas com algumas restrições. Num momento em que estamos regulamentando essa questão, estamos dando uma sinalização, ilustre Senadora Marta Suplicy, Srs. Senadores, muito clara à militância partidária, de que eles terão papel importante, diria até decisivo, no momento de os candidatos indicarem aqueles que irão disputar os cargos majoritários.

Não há nenhum vício de constitucionalidade nessa matéria.

O Relator, Senador Pedro Taques, faz, a meu ver, dois aprimoramentos: um de sua própria palavra, no momento em que torna não mais facultativa, como era a proposta original, mas impositiva a participação da Justiça Eleitoral, no acompanhamento dessas prévias, dando a ela ainda um peso político mais expressivo. Atende o Senador Pedro Taques a uma proposta de emenda que apresentei em que amplia o prazo da possibilidade da realização das prévias para até um ano antes do início do processo eleitoral, facultado ao partido político essa definição.

Obviamente aqui já dito, mas reitero. Não há aqui uma imposição para que os partidos políticos socializem. Se alguns partidos políticos preferem o caminho da indicação solitária de um nome, seja pela sua liderança maior, seja por qualquer outra inspiração, os partidos não estarão obrigados a realizar as prévias, mas sim outros partidos. É o caso que tem sido recentemente do PSDB em São Paulo: optar por ouvir a militância partidária. Estamos disciplinando a sua realização, garantindo não apenas a participação

da Justiça Eleitoral, não apenas a participação dos meios de comunicação.

Portanto, não tenho dúvida de que é uma matéria apropriada. Ela vem na direção correta de fortalecimento dos partidos políticos. Quero tranquilizar a ilustre Senadora Marta Suplicy, preocupada aqui com algum prejuízo que poderiam ter seus ilustres conterrâneos e meus ilustríssimos correligionários José Serra – e acredito futuro prefeito de São Paulo – e Governador Geraldo Alckmin, porque eles não serão prejudicados. Eles apoiam essa proposta de realização das prévias. O próprio Serra foi inspirador nesse projeto em outros tempos.

Então, nós, do PSDB, queremos ouvir a militância partidária. Votaremos, portanto, favoravelmente ao relatório do Senador Pedro Taques.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Luiz Henrique chegou agora e pediu a palavra. Não posso deixar de dar a palavra a ele. Vou encerrar a discussão.

Concedo a palavra ao Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero pedir desculpas por ter chegado há pouco a esta Comissão. Eu estava na Comissão de Ciência e Tecnologia, discutindo um assunto muito importante para o futuro deste País, que é o marco regulatório para as terras raras, que serão insumo fundamental para os novos produtos industriais que estão surgindo nesta nova era industrial, baseada no conhecimento e no valor agregado dos produtos.

Pedi a palavra para enaltecer a iniciativa do Senador Alvaro Dias. Tive o orgulho de participar com ele do grupo autêntico do MDB, lá nos idos de 74. Verifico que o Senador mantém a mesma linha de dedicação à constituição de uma democracia efetivamente eficaz no nosso País.

Quero dizer, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que, quando Relator do Estatuto do PMDB, incluí a regulamentação das prévias, exatamente para enaltecer a disputa interna dos partidos e o combate ao caciquismo partidário.

De modo que quero cumprimentar o Senador Pedro Taques pelo seu magnífico parecer e manifestar a minha total aprovação a esse Projeto.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Rapidamente, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu só acho que nossa liderança nos liberou, a todos. Eu sou um dos que de alguma maneira tenta colaborar para que façamos a reforma política. Como ela vem sendo postergada, e não temos explicação, quando somos perguntados nas ruas, quando em conversas sou questionado por que, então, não se faz a reforma que é fundamental seja feita; é de difícil explicação.

Mas o certo é que independente de fazermos a reforma dos sonhos, podemos aperfeiçoar financiamento de campanha, é uma questão central; fortalecimento dos partidos é outra questão central. E eu identifico um mérito nessa proposta, porque de alguma maneira ela busca fortalecer a vida partidária, a deliberação partidária. E ao contrário até do que foi colocado pelo meu colega Aécio, o PT tem sido protagonista nessa busca desde a sua fundação. O PT trabalhou com as prévias, o PT em muitas situações inovou, fugindo das exigências do próprio TSE, estabelecendo regras impositivas aos partidos, o PT fazia, dentro da lei, as suas pré-convenções, estabelecia as suas próprias regras. E aí, a única questão que eu tinha era a de ser impositiva ou não, porque também acho que deva ser preservada a autonomia partidária. Parece-me que o projeto mantém isso, ele é autorizativo. Sendo autorizativo, acho que é muito rico, é importante que possamos fazer a escolha. E a colega Marta levantou uma questão que é importante, sobre as pessoas que ocupam cargas e tal. Mas nós já lidamos com isso com o próprio instrumento da reeleição.

Hoje, a pessoa pode ser candidata à reeleição à presidência da República no cargo, a governador no cargo, a prefeito no cargo. Então, acho que a disputa de prévia vai enriquecer e pode nos levar a um objetivo que tem que estar na base da reforma política, que é o fortalecimento partidário. Então, por esse mérito eu apoio o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É sobre a matéria, Senador?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – É sobre a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então, tem V. Exª a palavra e, em seguida, dou a palavra ao relator e vou encerrar a discussão. É votação nominal.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, parece-me que essa é uma das ações para a reforma política que já deveria ter acontecido neste País há muito tempo. Quando do ano eleitoral, os pretensos candidatos a qualquer posto eletivo ou executivos ficam tolhidos de falar em eleição, porque a legislação que nós aprovamos neste Congresso proíbe que o candidato fale em eleição. Eu queria cumprimentar o Senador Taques pelo seu parecer, declarar o meu apoio, o meu voto a esta ini-

ciativa, porque os pretensos candidatos à presidência da República começarão a andar pelo País, fazendo as suas pregações e, no momento da homologação da candidatura, a população já saberá definir os candidatos que irão para a disputa eleitoral.

Eu gostaria de fazer apenas um reparo que, mesmo assim, não invalida a minha posição e está relacionado a debates. Diz aqui o art. 2º, no item III, que os meios de comunicação poderão realizar debates entre os postulantes. Parece-me que os debates ficariam para o momento da oficialização das candidaturas, pós-candidatos, no momento em que ele vai em busca, fazendo como se fossem prévias, em busca do apoio dos seus eleitores, do partido que ele representa, logicamente que ele vai conversar com o eleitor, como é feito hoje nas primárias americanas, que talvez seja um modelo idêntico a esse aqui, apenas com a diferença que é a presunção desses debates que deverão acontecer entre os postulantes à candidaturas.

Por isso, Sr. Presidente, eu queria cumprimentar o Senador Pedro Taques pelo seu parecer e, consequentemente, confirmar meu voto. Estarei de pleno acordo com a proposta que está sendo objeto de discussão e votação nesta reunião.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Darei a palavra ao Senador Pedro Taques como Relator e estará encerrada a discussão após a palavra do Relator.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, penso, ou melhor, tenho certeza, ao menos ao meu juízo, de que esse projeto não ofende a autonomia partidária prevista no art. 17 da Constituição, porque a realização das prévias é facultativa, não é obrigatória. O partido pode, tendo em conta sua realidade, fazer ou não as prévias.

Agora, se ele entender de fazê-las, o Tribunal Superior Eleitoral deve estabelecer regras para que elas existam da melhor maneira possível, porque aquele que vencer as prévias será o candidato homologado nas convenções. Esse é o primeiro ponto.

Sr. Presidente, já defendi academicamente a realização de prévias, Senadora Marta, em aulas. Então, ao menos da minha parte, esse parecer não foi de ocasião. Então, peço desculpas a V. Exª; ao menos de minha parte, o parecer não foi de ocasião, porque já tenho defendido isso antes, inclusive, de ser Senador da República.

Eu gostaria também de dizer, Sr. Presidente, que nós podemos mudar a lei, mas a lei não vai mudar o homem. Existe uma hipocrisia total de que todos fazem campanha na chamada pré-campanha, fazem reuniões, participam de entrevistas. O que nós precisamos regrar é isso, acabar com a chamada pré-campanha, porque todos... E aqui estou generalizando mesmo. Ou aqui nós somos apolíticos e fomos eleitos, só passamos a discutir eleições depois das convenções? Então, no Brasil nós temos essa falsa verdade: nós não podemos discutir política antes das convenções. Isso é algo legítimo no processo democrático. Nós precisamos de regras que estabeleçam, como o projeto está a fazer, para que nós possamos, quem sabe até o momento, falar em contribuição de campanha para pré-campanha, contribuição para pré-campanha, porque senão vamos tornar a missão política uma missão de milionários. Só milionários poderão ser Senadores, Deputados; aquele que é servidor público, aquele que é trabalhador não poderá, porque existe uma hipocrisia total porque nós fazemos campanha antes das convenções, e recebe a metáfora de pré-campanha. O que é uma pré-campanha? O que pode ser feito na pré-campanha? Pode dar entrevista? Essas entrevistas são reguladas? Posso participar de seminários? Posso participar de palestras? Posso visitar fábricas? Nós fazemos isso na campanha. Ou aqui ninguém, com todo o respeito, antes das convenções, já havia manifestado a intenção de ser candidato? Que é algo legítimo, algo legítimo na democracia.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Está encerrada a discussão.

Vou começar a votação nominal dessa matéria, do projeto, ressalvadas as emendas.

Vou colocar em votação o projeto, ressalvando as quatro emendas, Emendas 1, 2, 3 e 4.

Votação do projeto original, ressalvadas as emendas. Votação nominal independe do pedido de destaque, é automática a votação de emendas em separado. Podemos fazer o mesmo trabalho nas emendas que têm parecer favorável. Nas emendas que têm parecer contrário, teremos de ir a voto nominal também.

Quem vota a favor do Relator vota "sim". Quem vota contra o Relator Pedro Taques e, obviamente, o projeto do Senador Alvaro Dias, vota "não".

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Contra o meu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Nós estamos votando o projeto, Senador. Então, trata-se do projeto de autoria do Senador Alvaro Dias com o parecer de V. Exª.

Quem vota com o parecer de V. Exª vota "sim", quem votar contrário ao parecer de V. Exª e, consequentemente, ao projeto ao qual deu parecer favorável – o parecer de V. Exª agora se confunde com o projeto porque foi favorável – vota "não". Quem é a favor da matéria e do relatório do Senador Pedro Taques vota "sim".

Como vota o Senador José Pimentel? (*Pausa.*)

Como vota a Senadora Marta Suplicy?

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não ao relatório do Senador Pedro Taques.

Como vota o Senador Pedro Taques? Voto conhecido, favorável.

Como vota o Senador Jorge Viana?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o relator, vota "sim".

Como vota o Senador Antonio Carlos Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o relator.

Como vota o Senador Inácio Arruda?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, favorável em termos. Espero que a matéria seja examinada no Plenário, porque ela é terminativa aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim", não tem voto pela metade, é "sim" ou "não".

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – É pela metade, porque vamos examinar esta matéria no Plenário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Mas agora V. Exª vota "sim" hoje?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Agora voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota "sim".

Como vota o Senador Eduardo Lopes?

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim", com o relator.

Como vota o Senador Pedro Simon? *(Pausa.)*

Ausente.

Como vota o Senador Renan Calheiros?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sim, com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim", com o relator.

Senador Luiz Henrique?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sim, com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim", com o relator.

Como vota o Senador Aécio Neves?

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sim, com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim", com o relator.

Como vota o Senador Aloysio Nunes Ferreira?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sim, com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim", com o relator. Cem por cento "sim".

O Senador Alvaro Dias é o autor.

Como vota o Senador Agripino, que estava aí nesse instante?

Como vota o Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim", com o relator.

Como vota o Senador Sérgio Petecão?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Eu voto "sim", com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim", com o relator.

Como vota o Senador Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sim, com o relator, levando em conta também o propósito do Senador Pedro Taques de comigo escrever uma proposta de lei para viabilizar o voto dos simpatizantes, além dos filiados.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª vota "sim", então.

Como vota o Senador Lobão Filho?

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o relator.

Como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim", com o relator.

Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sim, com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim", com o relator. *(Pausa.)*

Votaram 16 Senadores: 15 votos "sim"; um voto "não".

Consulto os Srs. Senadores se eu posso repetir a mesma votação nominal para as Emendas nºs 1 e 2 que receberam parecer favorável do Senador Pedro Taques. *(Pausa.)*

Não havendo objeção de nenhum Senador, neste caso é à unanimidade dos votos – a Senadora Marta

Suplicy altera o voto de "não" para "sim" – de todos os votantes, as emendas foram aprovadas por unanimidade. A Senadora Marta Suplicy votou contra o projeto e votou, obviamente, contra as emendas.

Há ainda duas emendas de parecer contrário dado pelo Senador Pedro Taques, emendas que foram rejeitadas pelo Senador e eu sou obrigado a colocar em votação.

Em votação as Emendas 3 e 4, com parecer contrário do relator.

Quem quiser fazer as emendas vota com o relator, vota "sim" ao relator, e "não" às emendas.

Entendido, Senadora Marta?

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Voto "não" às emendas. Do Senador Suplicy também.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Quem vota contra as emendas vota "não". Quem vota a favor das emendas com relatório contrário do Senador Pedro Taques vota "sim".

"Não", quem é contra as emendas vota "não". Quem vota com o relator vota "não", contra as emendas, porque o relator deu parecer contrário. "Não" às emendas é com o relator Pedro Taques. "Sim" às emendas aprova as emendas e as incorpora ao projeto, se "sim" vencer. Então, tem que votar "não", com o Senador Pedro Taques, ou "sim", quem quiser votar "sim".

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – SE) – Então, vota com o relator.

Como vota o Senador Pimentel? *(Pausa.)*

Como vota a Senadora Marta Suplicy? *(Pausa.)*

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – SE) – "Não".

Como vota o Senador Jorge Viana? *(Pausa.)*

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, permita-me, tenho uma pequena dúvida aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – SE) – Pois não.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Se nós votarmos Sim, nós estamos com o relator?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – SE) – Se votar "sim", você vota contra o relator. Estamos nas emendas.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Então, com parecer contrário. Quero votar favoravelmente ao parecer do relator, com as emendas contrárias.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – SE) – Com o relator, é "não". O relator já disse que vota não às emendas.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Está bom, está bom.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – SE) – Com o relator, deve votar "não".

Senador Aécio Neves, é "não" então?

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – SE) – Então, é "não".

Senador Jorge Viana.

O Senador Aécio já votou.

Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu apoio as emendas do Senador Suplicy...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – SE) – Então, V. Exª vota "sim".

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – SE) – Vota "sim", pelas emendas, para aprovar as emendas.

Como vota o Senador Antonio Carlos Valadares? *(Pausa.)*

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – SE) – Vota "não", com o relator.

Como vota o Senador Inácio Arruda? *(Pausa.)*

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – SE) – "Não", com o relator.

Senador Eduardo Lopes.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – SE) – "Não", com o relator.

O Senador Pedro Simon não está aqui. Senador Vital...

Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – SE) – "Não", com o relator.

Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – "Não", com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – SE) – "Não", com o relator.

Senador Aécio Neves: "não", com o relator.

Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – SE) – "Não", com o relator.

Senador Alvaro Dias, voto conhecido.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – "Não", com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – SE) – Senador Alvaro Dias, as emendas.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – SE) – "Não", com o relator.

Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Voto "não", com o Senador Pedro Taques, não é?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – SE) – "Não", como o relator, Senador Pedro Taques.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Ah, ok.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – SE) – O Senador Suplicy não vota, porque é autor.

Como vota o Senador Lobão Filho?

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB –MA) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – SE) – "Não", com o relator.

Como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – SE) – "Não", com o relator.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – SE) – "Não", com o relator.

Está faltando mais algum? Esse aqui já foi. *(Pausa.)*

Foram 15 votos NÃO; 1 voto SIM...

Senadora Marta Suplicy, V. Exª votou com o Senador Pedro Taques ou com o Senador Suplicy?

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu já esclareci. Eu votei não à proposta de emenda do Senador Suplicy. Votei com o relator

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – SE) – Votou com o relator, então votou "não".

O único voto "sim" foi o voto do Senador Jorge Viana.

Portanto, as emendas do Senador Suplicy foram rejeitadas.

Aprovado o projeto e as Emendas nº 1 e nº 2 da CCJ; e rejeitadas as Emendas nº 3 e nº 4.

A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa, para as providências cabíveis.

Parabéns, Senador Alvaro Dias, pela aprovação do projeto.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Obrigado ao Presidente e a todos os Senadores.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, já estou aqui para relatar o próximo item.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – SE) – Pela ordem, pede a palavra o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, solicito que seja examinado e deliberado extrapauta o Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2012, do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – SE) – Nós vamos para a próxima matéria. Há mais uma ou outra matéria e, em seguida, colocarei, na sequência, a matéria extrapauta.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – SE) – Pela ordem, pede a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Só para pedir a V. Exª, o requerimento aditando o Secretário de Fazenda do Estado do Pará. Pedir a V. Exª para, se puder, colocá-lo em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – SE) – Assim que eu terminar a pauta, eu coloco em votação o requerimento de V. Exª. Sinto muito, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu entendo. Vou aguardar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – SE) –Senador Flexa, eu não tenho como aditar o pedido de V. Exª. O requerimento novo vai ser votado na próxima semana. Junto com os outros, na próxima semana. Está recebido o requerimento de V. Exª, para ser votado na próxima semana.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – *(Inaudível. Fala fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não há necessidade. Na próxima semana eu coloco em votação o aditamento solicitado por V. Exª. Tem o compromisso da Presidência.

Item 3 da pauta, Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2012.

Eu ia pedir a um dos Srs. Senadores aqui, ao Senador Renan, para presidir, para que eu fizesse a leitura do Projeto, mas vários Senadores me pediram... Essa matéria vem do STJ. Vários Senadores me pediram para que, em relação a uma emenda que apresentei, houvesse uma discussão sobre essa matéria.

Essa matéria, inclusive, tem uma emenda solicitada pelo Presidente do STJ em relação a esse Projeto de Lei da Câmara nº 25.

Compreendo a necessidade da criação das turmas recursais, mas, como sou Relator, vou retirar essa matéria de pauta hoje para que a gente possa fazer uma discussão e um entendimento em relação a ela, não aqui no plenário, mas extrapauta, para voltar, na próxima semana, ao Item 3 da pauta.

Então, está retirado de pauta de ofício.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 25, DE 2012
– Não Terminativo –

Dispõe sobre a criação de estrutura permanente para as Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais; cria os respectivos cargos de Juízes Federais; e revoga dispositivos da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001.

Autoria: *Superior Tribunal de Justiça*

Relatoria: *Senador Eunício Oliveira*

Relatório: *Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.)*

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) –

ITEM 4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 120, DE 2010
– Não Terminativo –

Dispõe sobre o fomento à capacitação tecnológica da população e seu financiamento.

Autoria: Deputado Ariosto Holanda e outros

Relatoria: Senador Inácio Arruda

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

A matéria será apreciada pelas Comissões de Educação, Cultura e Esporte, de Assuntos Econômicos e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, cabendo à última a decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda para a leitura do seu, como sempre, breve relatório.

Senador Inácio Arruda, tem a palavra V. Exª.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trata-se de um Projeto de Lei do nosso eminente Deputado Federal Ariosto Holanda, homem sempre preocupado, permanentemente, em permitir que o conjunto da população tenha direito à formação tecnológica, conhecimento, chegar ao conjunto da população, mesmo àqueles que não alcancem a universidade ou um curso numa escola técnica, como muitos aqui tiveram a oportunidade, hoje institutos federais de educação, ciência e tecnologia. É a sua preocupação com as pessoas mais simples para que elas possam acessar também a mais sofisticada tecnologia.

Nosso Deputado Ariosto Holanda fez um trabalho de discussão na Câmara dos Deputados, teve aprovação em todas as Comissões, da Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Ciência e Tecnologia, Comissão de Educação, Comissão de Finanças da Câmara. Foi aprovada em quatro Comissões na Câmara Federal.

Agora a matéria será examinada também em quatro Comissões no Senado Federal, sendo a nossa a primeira Comissão.

Eu conheço bem o esforço do nosso Deputado Ariosto Holanda, sua dedicação a essa causa, o Projeto é absolutamente meritório, merece o nosso apoio, aliás por unanimidade desta Casa, é o que peço, embora estejamos, evidentemente, como sempre, abertos ao debate em torno dessa possibilidade de que o conhecimento alcance todos os brasileiros.

É esse o desejo do Projeto, é esse o cerne do Projeto: oferecer formação tecnológica para o conjunto da população. E acho que, nesse sentido, a maioria esmagadora dos nossos colegas, salvo o desejo de discutir um pouco mais aprofundadamente a matéria, vai acolher a proposição do Deputado Ariosto Holanda.

E o meu voto, portanto, Sr. Presidente, não poderia ser outro senão – V. Exª conhece tão bem o Deputado Ariosto Holanda, as suas proposições, o seu zelo, o seu cuidado legislativo – pela aprovação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, pedem a palavra o Senador Lobão e o Senador Humberto Costa.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente, parabenizando desde já o entusiasmo do meu querido colega Senador Inácio Arruda, gostaria de dar a minha contribuição ao projeto.

Portanto, peço vistas do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É regimental. Vista concedida ao Senador Lobão Filho.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Também.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Humberto Costa pede vista.

Então, vista coletiva ao item 4 da pauta, Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 2010, relatado pelo Senador Inácio Arruda, com voto favorável.

Este projeto é de autoria de um Deputado que tem a vida inteira como professor dedicado a essa área e, obviamente, como Deputado que se dedica a essa formação das pessoas na questão do campo tecnológico. Tive o privilégio, quando ministro, de fazer ali muitas matérias solicitadas por ele, principalmente na questão da inclusão digital. Ele é pioneiro no meu Estado nessa questão de ciência e tecnologia. Portanto, merece todo o aplauso aqui da Mesa.

Encerrada a pauta, eu vou colocar os projetos solicitados pelos Srs. Senadores em extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
N° 14, DE 2012
– Não Terminativo –

Dispõe sobre a criação de Vara do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região (AL) e dá outras providências.

Autoria: Tribunal Superior do Trabalho

Relatoria: Senador Renan Calheiros

Eu quero apenas registrar que o Senador Renan Calheiros havia me pedido essa relatoria e, na sequência, o meu querido Senador também por Alagoas fez a solicitação de relatoria, mas eu já havia, meu caro Benedito de Lira, o compromisso feito com o Senador Renan Calheiros. Portanto, V. Exªs estão irmanados nos interesses dos trabalhadores, porque a criação dessas varas, Senador Renan Calheiros – está ali a Presidente do Tribunal –, vai beneficiar os trabalhadores do Estado de Alagoas com a possibilidade de acesso mais fácil à justiça do trabalho.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – V. Exª me permite?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não, Senador.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Só para lembrar o ensinamento do grande treinador de futebol brasileiro Elba de Pádua Lima, o popular, o grande jogador Tim. Ele dizia o seguinte: "Quem se desloca recebe e quem pede tem preferência."

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como é? Repete para mim.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – "Quem se desloca recebe e quem pede tem preferência."

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Quem pede tem preferência. Os dois me pediram, só que um pediu antes do outro. Então, estou fazendo apenas justiça para registrar o pedido. Então, os dois. O meu Líder Senador Renan Calheiros acordou mais cedo.

Portanto, tem a palavra o Senador Renan Calheiros para um breve relatório, porque temos mais duas matérias extrapauta, e quero atender ao pedido dos Srs. Senadores.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu faço este relatório, com muita satisfação, em meu nome e em nome do Senador Benedito de Lira, com o apoio do Senador Inácio e de todos os nossos queridos Senadores.

Este projeto de lei, Sr. Presidente, sob exame é originado do Tribunal Superior do Trabalho e tem por objetivo criar, de acordo com o art. 1º, no Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, com sede na cidade de Maceió, uma vara do trabalho na cidade de Penedo.

A criação dos mencionados cargos dessa vara, Sr. Presidente, fica condicionada à sua expressa autorização em próprio anexo da Lei Orçamentária Anual.

O art. 4º do projeto determina que as despesas decorrentes da execução da lei que se quer aprovar neste momento correrão por conta das dotações orçamentárias.

O projeto, Sr. Presidente, não apresenta nenhum vício de inconstitucionalidade e injuridicidade, mas, antes, tem por fundamento o preceito da Constituição, que, nos seus incisos I e II, atribui a competência aos tribunais para propor a criação de vara. No intento de dotar o tribunal de maior estrutura nos seus quadros de juízes e servidores e aumentar a quantidade de varas, contribui para fazer valer o princípio fundamental consagrado na Constituição da República, que garante a todos, no âmbito judicial e administrativo, a razoável duração do processo e os meios que asseguram a celeridade de sua tramitação.

Por tudo isso, a iniciativa de criar a Vara de Penedo é altamente louvável e digna de ser acolhida por esta Comissão, no intento de ampliar o acesso à Justiça e viabilizar a razoável duração do processo.

Em meu nome e em nome do Senador Benedito de Lira e da Bancada de Alagoas, quero dizer da satisfação de poder relatar a matéria da criação da Vara do Trabalho de Penedo e quero agradecer, com satisfação, a presença entre nós da nossa Presidenta do Tribunal, Desembargadora Vanda, que faz em Alagoas um grande trabalho que se materializa, mais uma vez, pela criação da Vara de Penedo, uma cidade histórica, belíssima. Se V. Exª não a conhece, não perca tempo e vá conhecê-la.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Renan Calheiros, V. Exª já brilha muito no Congresso Nacional, mas hoje é o seu dia de brilho aqui na Comissão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª é Relator da matéria que vai dar oportunidade aos Estados mais pobres do Brasil de ter a participação no chamado comércio eletrônico – sei que o Senador Aloysio Nunes tem receio em relação a isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Comércio eletrônico e não presencial.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – E agora vem V. Exª, com o item extrapauta, dar oportunidade aos trabalhadores do Estado de Alagoas de contar com a agilidade da Justiça do Trabalho.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Permita-me, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Coloco em discussão a matéria.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Apenas fora da matéria. Eu não tenho receio. Eu quero apenas conhecer melhor o alcance da proposição formulada pelo Líder Renan Calheiros no parecer apresentado hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) –Senador Aloysio, quero fazer justiça ao comportamento de V. Exª na Casa e nesta Comissão.

V. Exª tem pautado a sua vida pública e o seu comportamento aqui não apenas de forma ética, que é uma obrigação de todos nós – V. Exª é ético na Casa –, mas também discutindo as matérias com profundidade, com equilíbrio, nunca com a preocupação do voto e sempre com a preocupação do Brasil e do seu Estado de São Paulo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Portanto, quero fazer esse registro aqui por um dever de justiça.

Em votação a matéria.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a matéria.

O relatório aprovado do Senador Renan Calheiros passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria vai a plenário.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com a urgência, Sr. Presidente, requerida aqui pelo Ceará em apoio aos nossos colegas de Alagoas e à nossa Desembargadora.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em votação o requerimento de urgência.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento de urgência.

A matéria vai ainda hoje ao plenário do Senado Federal.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
N° 137, DE 2011
– Não Terminativo –

Cria cargos de Advogado da União.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Humberto Costa

A Mesa já ia colocá-lo de ofício, mas há uma solicitação do Senador Humberto Costa que foi secundada por todos os Senadores que silenciaram aqui na hora em que eu fiz o questionamento.

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa para proferir o seu breve e incisivo relatório.

Senador Humberto Costa tem a palavra.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2011, de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a criação de 560 cargos no quadro da Advocacia-Geral da União, divididos, igualmente, para os anos de 2011 e 2012, conforme estabelece o art. 1º.

O art. 2º condiciona a criação dos cargos decorrentes da aprovação do projeto à expressa autorização em anexo próprio da Lei Orçamentária Anual com respectiva dotação suficiente para seu primeiro provimento, nos termos do § 1º do art. 169 da Constituição.

O parágrafo único do art. 2º determina que se a autorização e os respectivos recursos orçamentários forem suficientes para provimento parcial dos cargos o saldo da autorização e das respectivas dotações para seu provimento deverá constar de anexo da lei orçamentária correspondente ao exercício em que forem considerados criados e providos.

Na nossa análise temos que avaliar a constitucionalidade, a juridicidade e a regimentalidade da matéria e também quanto ao mérito.

O PLC, no que concerne à constitucionalidade da matéria, não enseja a oposição de qualquer óbice.

Quanto à adequação financeira e orçamentária do projeto, deve-se observar que o projeto prevê, no inciso I do seu art. 1º, a criação, no ano passado, de 2011, de 280 cargos, metade do que era previsto. Fato que não ocorreu.

Todavia a Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012, Lei Orçamentária Anual, em que são relacionadas as autorizações específicas de que trata o art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, prevê para o exercício de 2012, no seu item 5.116, do Anexo V, a criação dos referidos 560 cargos, tornando assim insubsistente a criação desses cargos em duas etapas anuais.

O resultado dessa atualização da LOA para 2012 vai ao encontro do disposto no art. 2º do projeto, que condiciona a criação dos cargos e funções decorrentes da sua aprovação à expressa autorização em anexo próprio da Lei Orçamentária Anual.

Assim, torna-se necessário apresentar emenda supressiva para adequar a redação do art. 1º do PLC em face do anacronismo decorrente da superação do ano de 2011.

Portanto, quanto ao mérito, não há o que dissentir nesse aspecto, haja vista a necessidade de ampliação do quantitativo dos cargos dos advogados do quadro funcional da Advocacia-Geral da União.

Concluímos, dessa forma, que o projeto está consonante com as normas constitucionais, legais, regimentais e de técnica legislativa e ainda motivado em conspícuo mérito, nada havendo, por conseguinte, que se oponha à sua aprovação.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2011, no mérito, e, quanto aos aspectos de constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade e técnica legislativa, com a seguinte emenda de redação:

Emenda de Redação nº 1-CCJ: Suprimam-se os incisos I e II do art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2011.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CCJ, emenda de redação. *(Palmas.)*

A matéria vai direto ao Plenário.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Requeiro a urgência, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Inácio Arruda hoje está urgente.

Requerida a urgência pelo Senador Inácio Arruda e, obviamente, pelo Senador Humberto Costa, que é o Relator.

Submeto aos Srs. Senadores.

Aqueles que aprovam a urgência permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada a urgência.

A matéria vai no dia de hoje ainda ao Plenário.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
N° 8, DE 2012
– Não Terminativo –

Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região e dá outras providências.

Autoria: Tribunal Superior do Trabalho

Relatoria: Senador Luiz Henrique

O Senador Luiz Henrique da Silveira luta pelos trabalhadores do seu querido Estado de Santa Catarina, que ele tão bem governou e honrou o nome do grupo autêntico que é a história do PMDB. Concedo a palavra a S. Exª para o seu breve relatório.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Senador Eunício Oliveira, Srªs e Srs. Senadores, trata-se de projeto de propugna pela descentralização da Justiça do Trabalho, posto que no art. 1º, o Tribunal Regional da 12ª Região, a ser criado, tem sede em Florianópolis e dispõe de quatro Varas do Trabalho, sendo uma na cidade de Palhoça, duas na de Chapecó e uma na de Brusque. O art. 2º define as áreas de jurisdição e os respectivos Municípios da Vara de Palhoça. O art. 3º faz o mesmo em relação à Vara de São José. O art. 4º estabelece que os cargos a serem criados têm expressa autorização na lei orçamentária. O art. 5º cria cargos de Juiz do trabalho, quatro cargos de Juiz do Trabalho e 48 cargos efetivos, sendo 32 de analista judiciário, na área judiciária, e 16 de técnico judiciário. O art. 6º faz a previsão orçamentária das despesas.

O projeto é constitucional, legal e jurídico.

Por isso, opinamos pela sua aprovação.

Salvo melhor juízo, Sr. Presidente, é o parecer que estou estabelecendo. E faço questão de mencionar que, tanto a cidade de Brusque, como a cidade de Chapecó, como a cidade de Palhoça, são grandes polos industriais do Estado de Santa Catarina que têm tido um crescimento vertiginoso, muito acima da média catarinense e, portanto, muito acima da média nacional.

Assim, salvo melhor juízo, opino pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão o Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2012. A relatoria é do Senador Luiz Henrique. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado o Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2012, Senador Luiz Henrique.

O Senador Inácio Arruda vai pedir urgência para a matéria.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Pelas mesmas razões, peço urgência para a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Inácio Arruda está extremamente atento e pedindo urgência para as matérias, em defesa dos trabalhadores brasileiros.

Coloco em votação o pedido de urgência do Senador Luiz Henrique, do Senador Inácio Arruda, do Senador Renan Calheiros, do Senador Benedito de Lira, do Senador Humberto Costa, do Senador Jorge Viana e de outros Senadores.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado o pedido de urgência, a matéria vai ainda hoje ao plenário da Câmara.

Antes de encerrar, há aqui dois pedidos de aditamento, um do Senador Álvaro Dias e outro do Senador Inácio Arruda.

Como esse requerimento de aditamento já foi aprovado, está de acordo com a regra estabelecida.

Eu submeto o requerimento do Senador Inácio Arruda de aditamento à audiência pública da chamada PEC da Música, que é a audiência pública para debater os efeitos da Proposta de Emenda à Constituição nº 123, de 2011.

REQUERIMENTO Nº 28, DE 2012-CCJ

Requeiro nos termos do artigo 93 do Regimento Interno, em aditamento ao Requerimento de número 24 de 2012, que propõe "a realização de Audiência Pública para debater os efeitos da aplicação da Proposta de Emenda à Constituição nº 123, de 2011", para incluir entre os convidados os seguintes nomes: Carlos Mills – Produtor Independente; Cristina Saraiva – Grupo de Articulação Parlamentar e Compositora; Luciana Pegore – Diretora Executiva da Associação Brasileira de Música Independente; Ivan Lins – Cantor e Compositor; Débora Cheyne – Presidente do Sindicato dos Músicos do Rio de Janeiro; Filipe Radittili – Compositor vice-presidente da Musimagem; Raimundo Fagner – Cantor e Compositor.

Autoria: Senador Inácio Arruda.

Raimundo Fagner é o cantor das multidões do Estado do Ceará e do Brasil – nosso querido amigo e companheiro Raimundo Fagner.

Eu submeto também um pedido do Senador Alvaro Dias, de acordo com o Regimento Interno, art. 24, que é o aditamento do nome do Exmº Sr. Deputado Federal Otavio Leite, primeiro signatário da referida proposição legislativa.

Portanto, eu submeto aos Srs. Senadores o aditamento dos nomes aqui apresentados em requerimento pelo Senador Inácio Arruda e pelo Senador Alvaro Dias para a chamada PEC da Música, que tem o patrocínio e o apoio sempre do meu querido ex-governador e Senador Jorge Viana.

Em votação os requerimentos.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que os aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovados os requerimentos.

Nada mais havendo a tratar...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, só para que seja incluída na pauta da próxima reunião requerimento assinado pelo Senador José Pimentel e por mim que propõe seja conjunta a audiência sobre a Lei Geral da Copa, por gentileza; que possa estar na pauta da próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O requerimento entrou somente hoje e, pela nossa regra, Senador Jorge Viana, eu lamento não colocar em pauta hoje, mas, na próxima semana, ele estará em pauta e será submetido aos Srs. Senadores.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e a audiência do Brasil inteiro.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 06 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Ata da 8ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, Realizada em 21 de Março de 2012.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e dezesseis minutos do dia vinte e um de março de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Cyro Miranda**, e com a presença dos Senhores

Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Lauro Antonio, Benedito de Lira, Cássio Cunha Lima, João Ribeiro, Kátia Abreu, Anibal Diniz, João Capiberibe, Vital do Rêgo, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Mozarildo Cavalcanti, Vicentinho Alves e Randolfe Rodrigues, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Walter Pinheiro, Ângela Portela, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Roberto Requião, Ivonete Dantas, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Ana Amélia, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Magno Malta e Cristovam Buarque, que justifica a ausência. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 12/2012-CE, de autoria do Senhor Senador Cássio Cunha Lima, destinado a debater **"A publicização das avaliações realizadas pelo Ministério da Educação no Ensino Básico"**. Logo após, a Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública do Senhor Deputado Federal Romero Rodrigues (PSDB/PB); da Senhora Heloisa Helena Silva de Oliveira e do Senhor Renato Alves dos Santos, Administradora Executiva e Colaborador da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente, respectivamente. Como expositores, comparecem à Audiência Pública a **Senhora Maria Eveline Pinheiro Villar de Queiroz, Coordenadora da Diretoria de Currículo de Educação Integral da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação – MEC; Senhor José Marcelino de Rezende Pinto, Conselheiro Consultivo da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente; Senhor Gustavo Ioschpe, Especialista em Educação e Senhor Neroaldo Pontes, Ex-Secretário de Educação e Cultura do Estado da Paraíba – PB**. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra o Senhor Senador Cássio Cunha Lima, autor do Requerimento e os Senhores Senadores Kátia Abreu e Cyro Miranda. Em seu pronunciamento, o Senhor Senador Cássio Cunha Lima, solicita a inclusão nos Anais da Comissão do artigo denominado "O Ideb e o streaptease escolar", de autoria da Senhora Verônica Bezerra, assessora do Senado Federal e ex Subsecretária de Educação e Cultura do Estado da Paraíba. A solicitação é acatada pelo Senhor Presidente Eventual, Senador Cyro Miranda, que o fará constar nas Notas Taquigráficas desta reunião. Após as considerações finais dos expositores, a Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e trinta minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal. **–** Senador **Cyro Miranda,** Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa de leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 12/2012-CE, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, para realização de audiência pública destinada a debater a publicização das avaliações realizadas pelo Ministério da Educação no Ensino Básico.

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão, Júlio Linhares, que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa.

Convido a Srª Maria Eveline Pinheiro Villar de Queiroz, Coordenadora da Diretoria de Currículo de Educação Integral; o Sr. Gustavo Ioschpe, especialista em Educação; o Sr. José Marcelino de Rezende Pinto, Conselheiro Consultivo da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente; e o Sr. Neroaldo Pontes, ex-Secretário de Educação e Cultura do Estado da Paraíba – PB.

Dando início a esta audiência pública, eu passo a palavra, por 15 minutos, à Srª Maria Eveline Pinheiro Villar de Queiroz, e, se houver necessidades, faremos uma prorrogação.

A SRª MARIA EVELINE PINHEIRO VILLAR DE QUEIROZ – Bom dia a todos os presentes. Eu sou Eveline, do Ministério da Educação, sou professora de formação e atualmente estou atuando como técnica no Ministério da Educação, especificamente na Coordenação de Ensino Médio, que é coordenação da Secretaria de Educação Básica.

Acho que talvez eu não use os 15 minutos agora, e vou me colocar à disposição. Como técnica, eu vim no sentido de dar alguns esclarecimentos, colocar a

Secretaria de Educação Básica à disposição dos senhores e das senhoras, no sentido de algum esclarecimento que seja necessário.

Então, vou fazer apenas uma breve colocação técnica, no sentido de situar qual é o grande avanço do Ideb e como o Ministério da Educação vem utilizando essa pontuação.

Claro que já é do conhecimento de todos vocês – mas vale sempre a pena lembrar – qual é o diferencial do Ideb no espaço das avaliações institucionais na avaliação do Ministério da Educação. É o fato de, a partir de 2007, essa avaliação institucional e essa pontuação, que é apresentada para a comunidade e para o Governo para poder orientar as políticas públicas, vai além da questão de fazer a avaliação do resultado do aluno após uma etapa de escolarização. Ele trabalha com os dados da escola, com os dados da avaliação do rendimento do aluno em momentos, em etapas, ao final de cada etapa – ensino fundamental, 1ª etapa; ensino fundamental, 2ª etapa; e ensino médio. Trabalha também com o elemento do fluxo escolar, ou seja, esses alunos estão com esse resultado em quanto tempo e qual é o processo dele, a etapa dele de escolarização? Com isso, a gente pode avaliar também, com algum apuro, com maior apuro, o trabalho que a escola está executando. Tem sido assim o trabalho.

Mais importante, diante da temática que os senhores aqui se propõem a discutir, é a questão da publicização. É claro que o elemento de transparência é fundamental na escola, e a própria Lei de Diretrizes e Bases já apresenta, já traz a orientação de que o projeto político-pedagógico da escola, os resultados da escola devam ser apresentados para a comunidade escolar, particularmente para os responsáveis, para a família e para os próprios alunos.

Então, o elemento da publicização é importante. O MEC vem discutindo a questão do projeto de lei com bastante cuidado, no sentido de refletir sobre como fazer essa publicização. Por meio do Inep e do próprio Ministério, junto com as Secretarias de Estado, a gente vem tratando com muito cuidado a ideia de orientar as escolas no sentido de utilizar essas avaliações, as mais diversas formas de avaliação que o MEC vem trabalhando, para trazê-las para si para compor seu quadro, seu diagnóstico. Ou seja, diante de uma seleção de competências, de orientações e de conteúdos, como a escola se coloca no cenário do próprio Estado e no cenário nacional? E que elementos da escola podem ser observados para alterar ou manter uma situação posta? Nesse ponto, o MEC tem trabalhado, o Inep tem cuidado – e há artigos sobre isto – no sentido de orientar o sistema de ensino e a escola nesse caminho.

Ressalto o cuidado em relação ao projeto de lei e à discussão que merece ser feita. É preciso ver se a colocação de um quadro de avisos na porta da escola remete à necessária reflexão que deve ser feita pela escola, pela comunidade escolar, pelos professores e técnicos sobre o que esses 6, 5,2, 4,3, 3,1 ou 2 representam em relação ao trabalho que a escola executa. Agora mesmo, uma pessoa me questionava: até onde isso vai representar, inclusive, um jogo de tentativa de buscar a melhor escola e usar qualquer tipo de condição para ficar ou não na escola? Para quem fica a escola com baixo Ideb?

O Ministério tem tratado disso com cuidado. A cada vez que sai um resultado, as orientações também têm sido no sentido de cuidar para que a sociedade saiba, sim, tenha conhecimento, sim, do resultado e, principalmente, para que a escola e o sistema tenham condições de utilizar isso como forma de diagnóstico e como forma de orientação.

Eu me disponho a responder às questões que forem apresentadas depois, à medida que a discussão for sendo feita.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Srª Maria Eveline, por sua participação.

Eu gostaria de parabenizar o Senador Cássio Cunha Lima, do PSDB da Paraíba, pela iniciativa desta audiência pública, que, com certeza, vai contribuir muito para o processo educativo no País.

Também quero salientar que temos cobertura integral pela TV Senado, pela Rádio Senado, pela Agência, pelo Jornal e pelo ILB. Depois, esta audiência será transmitida, na íntegra, pela TV Senado.

Concedo a palavra ao Sr. José Marcelino de Rezende, Conselheiro Consultivo da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente, pelo prazo de 15 minutos. Se necessário, prorrogaremos esse prazo.

O SR. JOSÉ MARCELINO DE REZENDE PINTO – Bom dia a todos!

Bom dia, Senador Cyro Miranda! Expresso a honra de estar aqui.

Cumprimento o Senador Cássio Cunha Lima.

Tenho a honrar de representar aqui a Abrinq. Sou também professor da Universidade de São Paulo.

Estive aqui para discutir o Plano Nacional de Educação em uma audiência que foi muito interessante. É muito positiva a iniciativa do Senado de já debater questões que a Câmara discute. O Plano Nacional de Educação, com certeza, é uma questão-chave. O Ideb também aparece na discussão em torno do Plano Nacional de Educação. Então, vamos debater esse tema, que, com certeza, é acalorado.

Tenho o prazer de estar aqui com os colegas da Mesa.

Encaminhei para a assessoria um artigo que escrevi em que desenvolvo as ideias com um pouco mais de profundidade.

Aqui, faço uma apresentação, para trazermos algumas ideias para o debate.

Por favor, vamos lá!

Qual o objetivo do projeto? Informar aos pais – essa é a ideia –, que eles tenham uma informação sobre seus filhos e também a comunidade sobre o desempenho dos alunos e da escola no Ideb. A ideia que eu acho que é extremamente meritória é reforçar a gestão democrática, é ampliar a transparência do processo educacional.

Qual é a tarefa em que me coloquei nesse debate? Analisar se o meio proposto, ou seja, divulgar o Ideb, é instrumento que atinge o objetivo proposto, que é meritório. Acho que todos temos clareza de que nós precisamos aumentar a democracia na escola; se os pais não puderem participar de forma mais ativa – e participar é ter poder –, dificilmente nós vamos poder resolver os problemas da educação. É claro que não se restringe a isso. Depois nós vamos aprofundar um pouco.

Vamos pelo começo.

Qual é o grande problema, a meu ver, do projeto? Seu calcanhar de Aquiles que, a meu ver, contamina a ideia. O Ideb, que é uma mistura de indicadores, trabalha com o fluxo e com a nota na Prova Brasil, assim como o Enem, assim como o Pisa, é fortemente influenciado pelo nível socioeconômico das famílias. Essa é uma das poucas coisas em que há consenso universal.

Eu brinco com meus alunos da USP de que, se eu aplicar uma prova, ela vai me dar um bom indicador da distribuição de renda dos meus alunos.

Então, na verdade, quando eu pego uma nota, se eu não filtrar pelo socioeconômico, se eu não comparar iguais, isso vai gerar distorções terríveis.

Eu trouxe dois exemplos. Este é interessante porque é clássico: o Relatório Coleman, nos Estados Unidos, é um clássico nas políticas de avaliação, ele inaugura dois movimentos, digamos assim. O primeiro movimento, que hoje já é hegemônico e que eu acho que nós temos que começar a problematizar de se avaliar o produto, ou seja, o aluno. E avaliar o aluno através de uma prova.

Hoje no Brasil não se discute que avaliar qualidade do ensino é avaliar a nota dos alunos. Eu acho que isso é um elemento. Avaliar o aluno pela nota que ele tira em Português e Matemática, é um elemento. Não pode ser entendido como sinônimo da qualidade de ensino. Uma escola é muito mais do que isso. Eu digo isso trabalhando com alunos que passam em vestibulares extremamente seletivos, que é o da Universidade de São Paulo. Eu trabalho em cursos como Pedagogia, que tem um perfil em que a maioria dos alunos vem de escolas públicas e em cursos como Biologia – Biologia virou moda –, em que 80% dos alunos vêm de escolas privadas. E o que a gente vai observar? Esses alunos que passaram em vestibulares extremamente seletivos têm problemas profundos de formação, embora tirem notas maravilhosas na Fuvest. E o que esse resultado vai trazer? Um pouco isso que eu comentei: o aluno da sexta série na época, se fosse negro de um nível socioeconômico baixo, tinha o conhecimento correspondente à quarta série e não à sexta, na qual estava matriculado. E um aluno branco também de nível socioeconômico baixo tinha um conhecimento equivalente à quinta série.

E, no extremo oposto, o negro, mesmo em um nível socioeconômico baixo, ainda não atingia o esperado para a série na qual ele estava. E o branco superava.

Então, eu trabalhar simplesmente com resultado de uma avaliação, aquilo me diz muito mais sobre o nível socioeconômico das famílias, o conceito que a gente pode ampliar como capital cultural. Eu brinco com meus alunos dizendo que quem tem pai e mãe com nível superior já está com o pé dentro da universidade – um pé e meio.

E aí trouxe um dado mais recente, num estágio de pós-doutorado que eu fiz em Stanford, que eu acho que é interessante – está meio ruim para ler. A última coluna, como se mede o nível socioeconômico lá? O percentual de alunos com subsídio na alimentação. Escola onde é 100% significa que é de alunos pobres. Todos recebem alimentação gratuita. Então, vamos pegar o primeiro distrito escolar. Praticamente todos com nível 100% de subsídio, ou seja, uma clientela pobre. Então, o que nós vamos ver nas notas? Vocês observem que, numa distribuição de notas ali, com exceção de uma escola – e essa é uma escola boa para entender –, as notas estão na faixa abaixo de 500, de 600. Aí vamos a Palo Alto, onde eu morei – caríssimo! Um dos lugares mais caros; eu pagava por um quarto sem banheiro, há uns dez anos, US$800. Quer dizer, caríssimo! E aí o que vou observar? Olhe o desempenho dos alunos. Não é isso? O mais baixo beira a 900. E aí eu marquei escondido, do *elementary*. Por quê? Porque a gente observa que até para os padrões de Palo Alto é um percentual de subsídio alto: 14% dos alunos com subsídio alimentar. Era a nossa antiga fila da merenda. Como é que se chamava? Caixa escolar. No fundo, eles ainda têm o velho caixa escolar, de triste memória no Brasil, quando as crianças pobres iam para a fila do caixa escolar.

O que a gente vai observar? Escondido, apesar de ter um percentual alto para o distrito, tem um desempenho que não é ruim. Mas qual é a explicação? É que é uma escola dentro de Stanford. Então, quem estuda nessa escola são alunos que, muitas vezes, vêm do México, do Brasil, o que quer dizer que o nível socioeconômico é baixo, mas que, obviamente, são crianças filhos de pessoas que estão fazendo doutorado, mestrado, então, têm o que chamamos de capital cultural.

Essa introdução que estou fazendo é só exatamente para que a gente tenha muito claro que nota do Ideb tem muito pouco a ver com qualidade de ensino, a não ser que eu introduza outros elementos de análise, e aí a questão começa a ficar mais complexa.

Próximo.

Quais as principais conclusões? Primeiro, o valor do Ideb não é um bom indicador sobre a qualidade de ensino oferecida por uma dada escola. Uma escola pode oferecer um bom ensino e, mesmo assim, apresentar um Ideb inferior ao de uma outra escola que, em decorrência do nível socioeconômico de suas famílias, tem o Ideb maior. É muito comum esse tipo de coisa. Você tem ali, às vezes, numa pequena comunidade, um esforço grande de uma escola, só que, se o pai é semialfabetizado, só tem o primário, e a mãe também, aquilo marca muito. Então, o Ideb vai ser baixo, embora aquela escola esteja fazendo um grande esforço. Tanto que o Francisco Soares, que eu acho que é uma pessoa que valeria a pena ser convidado para vir ao Senado, porque é um pesquisador da UFMG, ele vai trabalhar com valor agregado, que é o conceito que hoje se tem usado. Que é tentar ver o seguinte: quanto aquele menino cresceu. Ele entrou na escola com nota 5, mas quanto ele foi crescendo? Só que esses estudos são complexos. Por quê? Porque eu tenho que ir avaliando a mesma criança ao longo de sua formação. E a gente sabe que, principalmente nas regiões mais pobres do Brasil e nas famílias mais pobres, há uma migração muito grande. Então, a tentativa de melhorar foi incluir o conceito de valor agregado.

O Ideb, por si só, vou dizer com toda a franqueza, diz muito pouco sobre a qualidade de ensino na escola. Utilizar o Ideb para dizer para o pai que tal escola é boa, mas a outra não é, eu acho um equívoco muito grande.

A outra questão – o projeto, na justificativa, traz essa ideia também –: mostrar para o pai como está o seu filho. Só que a nota da escola também diz muito pouco sobre a nota das crianças que estudam naquela escola. Por quê? Porque a variação é enorme. Quer dizer, é igual média no Brasil. Média salarial no Brasil é uma ficção, porque ninguém ganha a média. O que todos os estudos dessa área mostram é que exatamente a variação dentro da escola é gigantesca, até pelas próprias estratégias que a escola adota.

Quando encaminhamos os alunos para fazerem estágio nas escolas, eu sempre brinco com o seguinte: não existe uma escola e vocês sabem muito bem disso. A mesma escola é uma coisa de manhã, uma coisa à tarde e outra à noite. Então, a nota média de uma escola e nada, quer dizer, poucos alunos estarão na média.

É muito comum, por exemplo, na realidade do Estado de São Paulo, que conheço um pouco mais, o período da tarde hoje ser um período morto. Aqueles alunos que apresentam problema em algumas disciplinas, os alunos mais pobres, os alunos que vêm de outros bairros vão para a tarde. Bom, que professores vão dar aula para esses alunos? Os melhores? Com certeza não, porque, na escolha das classes, os professores mais antigos têm prioridade. Então, o turno da tarde hoje, no caso de São Paulo, cuja realidade conheço muito bem, é o turno... Por isso é que brigamos para fazer tempo integral, para tentar acabar com o turno da tarde e, de fato, fazer uma escola inteira e que ganhe pela diversidade.

Então, qual é o risco da proposta? Ela gerar o resultado oposto ao esperado, que é melhorar a qualidade do ensino.

Primeiro: afastar da escola onde estudam as crianças das famílias mais pobres aquelas famílias com um pouco mais de recursos e maior capacidade. Você tem vários estudos também nessa área mostrando o efeito dos pares. Ganha-se muito numa escola quando, numa turma, você tem alunos mais envolvidos e que ajudam a puxar. Eu brinco dizendo que é o oposto da teoria da fruta podre, que, no Brasil, é hegemônica. Qual é a teoria da fruta podre? É aquele aluno que atrapalha a turma. Quer dizer, os estudos mostram o oposto: você trabalhar com a diversidade dentro da sala de aula não atrapalha os alunos mais envolvidos e ganha o todo. O risco dessa proposta é o oposto: ela vai tirar exatamente aqueles alunos mais envolvidos, aquelas famílias que, até por condição econômica, podem participar mais da vida escolar. Então, você vai aumentar a segregação no processo educacional.

Segundo: você vai também afastar os melhores professores. Quer dizer, isso já ocorre infelizmente. Qual é a realidade do Brasil? Quais são as escolas com menores Ideb? São as escolas onde estudam as crianças de famílias mais pobres, que geralmente estão nas periferias. Que professores querem dar aula nessas escolas? Nenhum. Então, o que acontece? O professor começa a carreira nessas escolas e, tão logo tenha condições, abandona essas escolas. Então, essas escolas têm uma rotatividade gigantesca

de professores. Um processo como esse vai piorar, porque eu não quero dar aula nessa escola, até porque, mesmo que o projeto não fale isso – há projetos na Câmara que já falam –, associa-se logo a ideia do prêmio, do bônus. Então, aí é que o professor vai fugir mesmo, porque ele sabe que ali a tarefa dele vai ser muito mais árdua. Ou seja, a gente faz o oposto do que a Constituição determina, que é dar igualdade de condições de acesso e permanência. O que é igualdade de condições de acesso e permanência? É tratar desigualmente os desiguais, dar mais para quem tem menos. Quer dizer, essas escolas precisariam ter os melhores professores, o melhor gestor, a melhor estrutura, mas a gente sabe que a realidade, infelizmente...

A SRª MARIA EVELINE PINHEIRO VILLAR DE QUEIROZ – E um bônus!

O SR. JOSÉ MARCELINO DE REZENDE PINTO – Isso, mas um bônus não por nota.

Só mais uma questãozinha. Há outra ideia que está por trás dessas propostas, que é a ideia da liberdade de escolha, que veio dos Estados Unidos: *school choice.*

Por que é importante eu sinalizar as notas das escolas? Porque aí as famílias vão vê-las e vão poder escolher, não é isso? "Ah, não. Para essa escola eu não vou porque a nota é baixa. Eu vou escolher outra". Isso vai gerar uma competição. A lógica que está por trás disso é a lógica do mercado privado, como se a competição no mercado privado de fato existisse – é muito alto o grau de concentração que temos na economia hoje para permitir a competição.

Então, o que está por trás? A família vai poder escolher e, ao poder escolher, as escolas vão competir entre si. Só que, qual é o grau de liberdade de escolha de uma criança que mora na periferia de Porto Alegre? Não existe. Quer dizer, o argumento é falacioso. O que nós temos de ter é um sistema público bom para todo mundo. A lógica da competição que está por trás funciona no mercado privado, porque a lógica do mercado privado não é dar o bom para todo mundo, a lógica do mercado privado é a seguinte: sobrevivam os mais aptos – e mais aptos é mais lucro, não significa qualidade. Nós temos empresas aí que têm produtos de péssima qualidade, mas estão lucrando, estão vendendo, estão aí. Então, também é falso esse argumento de mais qualidade.

Bom, vamos caminhando para o fim, não é Senador? Já abusei do tempo.

Outro risco dessa proposta – aliás, não é risco, porque isso já está acontecendo em São Paulo –: estimula a escola a excluir os alunos com pior desempenho. São Paulo, que adotou uma política de bônus... O que é comum – e a própria imprensa tem divulgado – no dia da prova: "Fulano, você não vem, não! Zezinho, Pedrinho, Joãozinho, não precisam vir amanhã fazer prova". Quer dizer, aí a Secretaria tem de criar mecanismos para evitar fraudes no sistema. Mas uma coisa é não vir no dia da prova. Na verdade, o risco é que essas crianças começam a ser desestimuladas e discriminadas. Aí, mais uma vez, bate-se na Constituição e no ECA.

A educação fica centrada na resolução de testes. É a obsessão dos testes... Na hora em que se pede aos alunos da USP: "Faça análise crítica dos textos". Ele fala: "Professor, eu nunca aprendi a fazer uma análise crítica de texto. Eu sou bom para responder vestibular nas cruzinhas".

Acho que a função da educação... Tem de ter provas? Tem, é óbvio! Não estamos dizendo isso; mas educação é mais do que isso. O foco em Português e Matemática... Por quê? Porque as provas são nesses conteúdos. Aí você fala: se o aluno não sabe português, ele não vai saber mais nada! É verdade... Mas a pergunta é a seguinte: só se aprende português na aula de Português? Não é?... Na hora em que foco na lógica do exame, eu inverto a lógica do processo educacional. Eu posso aprender matemática em geografia... Agora, o que as reformas estão fazendo? Estão fazendo isto: concentrar a carga em português e matemática. Mesmo que não haja uma reforma, o professor primário não tem carga definida. Mas se o que importa é a nota e se a nota vai implicar bônus, é isso o que eu vou ensinar para os meninos. E se descobrir a fraude, melhor ainda; o caminho da fraude. Vamos concluindo.

O ranqueamento. Eu vi que no substitutivo do Senador; o Senador propôs, inicialmente, um substitutivo... Quer dizer, a ideia de tirar o ranqueamento... Quer dizer, põe só a nota da escola, mas não põe a média, porque o projeto original é a média. Mas não adianta! Quer dizer, se colocou a nota ali, a imprensa, no dia seguinte, já divulga sem pôr na porta da escola. Então, essa ideia de que vamos evitar o ranqueamento, porque, no fundo, é realmente bater de frente com a Constituição. Mas, na verdade, não tem jeito... Na hora em que ponho uma placa de um metro quadrado ou de meio metro quadrado a nota, o ranqueamento é consequência natural. E aí a consequência natural é a segregação. O Chile, acho que é o grande exemplo disso. O Chile pegou essas propostas que estão por trás dessa ideia – era a ditadura Pinochet, era fácil implementar políticas – e as levou ao extremo. Bom, o que é o Chile, basta ver... O Chile ainda tem média maior do que a do Brasil? Tem. Mas o que tinha antes e o que tem hoje... Quer dizer, a segregação no Chile foi... Agora, vamos ao final porque eu já abusei...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Não, professor, por favor, o senhor tem o tempo que achar conveniente. Está muito boa esta audiência.

O SR. JOSÉ MARCELINO DE REZENDE PINTO – Bom... Aí a pergunta que fica é a seguinte... Eu não comentei, mas uma das grandes conclusões do estudo lá do Coleman é a seguinte: as escolas não fazem diferença para explicar o resultado dos alunos. Eles atribuíam às escolas o efeito de 1% na variação das notas. Aí é o desespero, não é? Ou seja... Então, tanto faz uma escola boa ou uma escola ruim... Bom, isso vai contra o próprio senso comum de qualquer cidadão. Qualquer cidadão que já visitou uma escola, que já estudou em uma escola, sabe que a escola faz diferença. Então, começaram estudos que tentam exatamente ver esse efeito da escola. Mas, para ter uma ideia de como a questão é complexa, mesmo os estudos que realçam o efeito escola apontam isso na faixa de 10% a 15%, para entender o resultado. É claro que o resultado é medido na prova. Avaliar se o menino saiu mais solidário da experiência escolar ou menos, isso a prova não vai avaliar. Eu preciso de outros instrumentos, porque isso é fundamental. Se o aluno lida melhor com a diversidade... Hoje é o Dia da Síndrome de Down... Quer dizer, se o aluno vai lidar melhor com o colega com Síndrome de Down, e os estudos mostram que lida... A maior dificuldade da inclusão, às vezes, é o próprio professor que não dá conta com 50 alunos em uma sala. Isso essa prova não vai medir! E o pior: vai dificultar para lidar com isso também, porque aí eu vivo na lógica de treinar para a prova. É o cursinho, que é uma tradição que vem de longe.

Bom, os estudos feitos no Brasil e que buscam usar metodologias um pouquinho mais sofisticadas do que uma mera nota – e o Francisco Soares é a grande referência – mostram o quê? Que fatores ajudam as escolas que parecem que trabalhando com crianças de nível socioeconômico baixo conseguem agregar valor nessa formação.

A ideia dos recursos, ou seja, recursos fazem diferença, um bom professor faz diferença, um laboratório de ciências faz diferença. É claro que esse laboratório tem de ser usado! Não adianta eu ter uma biblioteca e a biblioteca não ter um bibliotecário, assim como o professor não usar aquela biblioteca.

A organização e gestão da escola é senso comum, mas é muito importante, porque o diretor faz muita diferença na escola. Vejo isso com dois elementos, porque também acho que há algum problema no modelo de gestão que dependa tanto da figura do diretor. A gente valoriza muito o diretor. Quase temos de achar o super-homem para ser o diretor, e nós não vamos ter duzentos mil super-homens no Brasil! Acho que nós temos de pensar o modelo de gestão em que, em última análise, não dependa tanto da figura do salvador da pátria, porque ele não existe. Duzentos mil então...

A questão do clima acadêmico, que, quando a gente visita uma escola, a gente percebe. Quero dizer, como está? Está sujo, está pichado, está cheio de grades? Como você é recebido em uma escola?

A formação e o salário dos docentes. O Senador Cássio estava comentando que precisaram ir ao Procurador-Geral da República para exigir o cumprimento do piso, porque vários Estados não cumprem o piso, e eu brinquei com ele: "E que piso!" É um piso de que a gente tem vergonha de falar. Quanto ao salário dos docentes, acabamos de fazer um grande estudo, com base na Pnad, que mostra o seguinte: o salário do professor no Brasil é inferior ao de um policial civil.

Eu dou aula de Biologia, na licenciatura, e 90% dos meus alunos dizem que não querem ser professores, embora façam licenciatura em um curso muito bom. E, quando eu mostro o salário para eles, eles dizem: "Está aí". E o problema já está na entrada. Na Pedagogia, tivemos vários candidatos por vaga; temos cinquenta vagas, tivemos sete candidatos por vaga, mas ainda não conseguimos preenchê-las, porque os alunos de primeira chamada não aderem.

Concluindo.

E a ênfase pedagógica, a ideia de que a escola é um ambiente de estudo, de conhecimento. A melhor rede de ensino no Brasil a gente pensa que é a privada, e, na verdade – acho que vocês já devem ter visto alguns outros estudos –, a melhor rede no Brasil, com o melhor desempenho, é a rede técnica federal.

Até acho interessante a ideia do Senador Cristovam, que não está aqui, de federalizar a educação, de acabar um pouco com as disparidades, obrigando o Governo Federal a colocar mais dinheiro na educação, porque coloca muito pouco. De tudo que se gasta em educação no Brasil, o Governo Federal entra com 20%. É muito pouco! É muito pouco, para quem fica com 50% da receita!

Se o objetivo é fortalecer o usuário da escola, qual seria o caminho? Eu concordo com isso. Nós precisamos fortalecer o usuário da escola, os pais, os alunos. Primeiro, nós temos de garantir um padrão básico de funcionamento. É a ideia do Custo Aluno Qualidade Inicial. Já discutimos essa ideia um pouco aqui no Senado, e ela está na proposta de Plano Nacional de Educação. Qual é essa ideia? É a de garantir um gasto mínimo por aluno, porque não adianta ter mais dinheiro para educação, e o dinheiro não chegar à escola. A ideia do CAQi é de que esse dinheiro chegue à escola. Hoje, no Brasil, o mínimo dado pelo Fundeb é R$144,00 por mês. A pergunta que eu sempre faço

é a seguinte: "Quem coloca seu filho numa escola de R$144,00 por mês?" Quem pode escolher, não coloca. Agora, a maioria da população mais pobre coloca, porque não tem opção de escolha. Esse é o dado objetivo.

Participação de pais e alunos nos processos de avaliação. A Ação Educativa, junto com a Unesco e a Inep, na época em que eu estava no Inep, desenvolveu um instrumento chamado Indique – Indicadores de Qualidade na Educação. É um instrumento de avaliação maravilhoso! Por quê? Porque ele reúne a escola para se autoavaliar. Então, é algo que acho muito rico e que a gente precisava disseminar mais. A Ação Educativa dá assessoria gratuita para aquela rede que quer implantar essa proposta. Na condição de Presidente do Conselho Municipal de Educação em Ribeirão Preto, implementamos a experiência, e as escolas gostaram muito. Ao invés de vir alguém de fora e falar a nota da escola, é a escola que se reúne e usa também a nota. E não é só a nota; usa também as avaliações que os professores fazem. Esse tema de prova esqueceu o professor. O professor também aplica prova. O que o professor diz sobre seus alunos?

Criar um sistema de supervisão de escolas e redes independentes da Secretaria de Educação. Isso é muito comum lá fora, na Europa. No Brasil, nós temos supervisão, mas a supervisão é feita pela própria Secretária. Então, a Secretaria da Educação municipal vai avaliar as escolas da rede municipal. Que autonomia que elas têm? Percebem? Chega, não é?!

Fortalecer a participação dos usuários na escolha da equipe da gestão escolar. Eu acho que a eleição para diretor não resolve os problemas, até porque o diretor somente não basta, mas eu acho que é importante, é um instrumento poderoso para os pais dizerem se querem continuar com esse diretor ou não.

E a última, que é o meu lado, o do financiamento, que é a minha praia. Acho que temos que transformar o conselho do Fundeb num conselho gestor, que, na prática, é um pouco da experiência americana. No modelo de financiamento americano eles trabalham com o conselho gestor; o dinheiro vai para lá, aquele conselho é eleito pela comunidade e aquele conselho vai discutir diretor, professor. O nosso conselho do Fundeb só fiscaliza, só vai ver o problema depois que o problema ocorreu.

E aí, eu termino com duas frases, são as duas últimas. Uma é do Juan Casassus, que é uma referência importante quando se fala em educação. Abro o meu texto com ela.

> "A avaliação baseada em provas psicométricas referidas à norma [esse modelo Prova Brasil] está desenhada para seleccionar e não para incluir, por isso, em contexto segmentado como aquele dos sistemas educativos da América Latina [...], fomenta a desigualdade. Ela não serve para melhorar a qualidade da educação, não serve para que os professores possam ministrar melhores aulas, e, devo acrescentar, não são úteis para a gestão."

É muito forte, não é?! Talvez seja o caso de chamar o Casassus aqui. É uma frase forte, ele coordenou um estudo da Unesco, que foi referência na América Latina, em que Cuba arrebentou a boca do balão, foi o melhor desempenho, por isso todo mundo quis entender o que acontecia em Cuba.

E a última frase vem da pátria dos exames, a Diane, que foi secretária-adjunta de educação na administração do George Bush, o pai.

> "Eu apoiei as avaliações, o sistema de accountability (responsabilização de professores e gestores pelo desempenho dos estudantes) e o programa de escolha por muitos anos, mas as evidências acumuladas nesse período sobre os efeitos de todas essas políticas me fizeram repensar. (...). O ensino não melhorou e identificamos apenas muitas fraudes no processo."

Então, na verdade, são questões que eu trago para o debate.

Muito obrigado e desculpem-me pelo abuso.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Prof. José Marcelino. O senhor, realmente, nos enriqueceu com a sua prática desses anos todos no ensino, e como professor evidencia coisas que, muitas vezes, o papel não abriga.

Quero agradecer a presença do ilustre Senador Paulo Paim, esse Senador que está sempre presente, combativo nesta Casa, aliado às causas da educação e dos direitos humanos. Muito obrigado, Senador.

Eu queria também, mais uma vez, frisar que o Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2011, de autoria da Senadora Lúcia Vânia foi retirado. Então, esse projeto não tramita na Casa. Por isso, o assunto foi mais para dar mais visibilidade às avaliações realizadas na escola.

Eu concedo a palavra ao Sr. Gustavo Ioschpe, especialista em educação.

O SR. GUSTAVO IOSCHPE – Bom dia a todos e a todas. Obrigado pelo convite. Vou tentar ser breve, para me manter dentro do tempo.

Eu queria, na verdade, começar esta exposição sobre esse projeto que é de minha, enfim, autoria intelectual, que eu chamo de Ideb na Escola, que é justamente a divulgação do Ideb de cada escola pública na porta, na entrada de cada escola, para que seja do conhecimento de toda a comunidade escolar.

Antes de começar a argumentação, eu queria mostrar um vídeo rápido, uma reportagem da qual eu participei, no Jornal Nacional, no ano passado, que foi um pouco a gênese, a origem desse projeto e ajuda a entender um pouco mais a realidade daquilo que está acontecendo no chão da escola.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. GUSTAVO IOSCHPE – (*Inaudível. Fora do microfone*.) ...para ilustrar alguns pontos.

Por que essa ideia de colocar o Ideb na porta da escola? É, fundamentalmente, porque os pais brasileiros realmente desconhecem a real qualidade da escola dos seus filhos. Não é uma hipótese, há um estudo do Inep, por exemplo, que perguntou aos pais e pediu aos pais de alunos de escolas públicas que dessem uma nota ao aprendizado da escola do filho. A nota média dessas escolas foi 8,6 numa escala que vai de zero a 10. Esse foi um estudo publicado em 2005. Esse estudo foi feito em escolas de ensino fundamental e vejam a discrepância. Obviamente, as escalas não são perfeitamente comparáveis, mas, enfim, são duas escalas de zero a 10, que ordenam a qualidade da escola; a percepção dos pais é de que essa escola tenha uma nota 8,6 e a média do Ideb, no fim do ensino fundamental, no ano do estudo, era de 3,2, ou seja, quase três vezes menor do que a percepção dos pais e, mesmo pegando o último resultado, de 2009, era 3,7. Então, quer dizer, há um *gap*, um buraco enorme entre aquilo que o pai acha que é a qualidade da escola do filho e a qualidade real da escola.

Então, a gente não pode querer imaginar que o pai brasileiro vai se engajar na melhoria da qualidade da educação se ele já acha que essa educação é excelente. A gente precisa, primeiro, comunicar para ele, pai, qual é o verdadeiro estado da educação do filho. É isso que a diretora da escola mencionava, que é difícil contar com a ajuda dos pais, porque eles trabalham, têm uma vida sofrida, tem pouco salário. É óbvio que é verdadeiro. Como você vai atrair esse pai para a escola se o pai acha que simplesmente por colocar o filho na escola ele já está cumprindo o seu dever e o filho está recebendo uma educação de ótima qualidade. Você precisa primeiro dizer para ele: pai, colocar o filho na escola não é o fim do seu processo com a escola, com a educação; é simplesmente o começo. Depois de colocar o filho na escola, você precisa entender que há escolas em que ele vai aprender muito e há escolas em que ele vai aprender pouco; e se ele aprender pouco você precisa cobrar.

Nesse caso de Vitória, a gente visitou duas escolas do sistema público, nenhuma delas em área rica, não há grande diferença de entorno entre as escolas. Numa escola há uma cobrança, uma exigência, uma expectativa muito forte dos pais. Isso energiza e faz com que a escola tenha uma *performance* muito melhor. E na outra há um quadro, como vocês viram, em que os pais entregam os filhos, todos os dias, na porta da escola e não têm a menor noção de qual é a qualidade daquela escola. O pai está entregando o filho na escola e não sabe que aquela é a pior escola da sua cidade em termos de aprendizagem.

Então, enquanto houver essa diferença de percepção, nada do que a gente está falando aqui vai ter qualquer resultado, porque você não consegue engajar alguém que acha que o estado da educação é ótimo.

Em segundo lugar, tem um problema grande, acho, na educação brasileira. Apesar de a qualidade total ser muito baixa, e todos que estão aqui sabem disso, dentro dessa qualidade geral muito baixa, há ótimos professores e ótimas escolas, que ninguém sabe quem são, em primeiro lugar, e que não são reconhecidos nem valorizados. Então, a gente precisa ter também um instrumento para criar ícones, admiração dentro do sistema escolar, que digam que, mesmo dentro de um sistema que, como um todo, não vai bem, há, sim, escolas que, com as mesmas carências de recursos, com as mesmas dificuldades, atendendo a populações vulneráveis, fazem um excelente trabalho, e esses profissionais precisam ser reconhecidos e valorizados e servir como exemplo.

Uma terceira razão, ligada a essa segunda, é que o sistema público de ensino brasileiro é muito heterogêneo. É uma das marcas, inclusive, do sistema de educação brasileiro não só o fato de que a média geral é baixa, mas que, dentro dessa média geral baixa, há uma heterogeneidade muito grande. Então, vejam: a gente visitava escolas e, nesse caso até, uma era municipal, outra, estadual. A gente foi visitar, por exemplo, na cidade de Goiânia, e na mesma rede, a rede municipal, uma escola tinha Ideb 1,2, outra escola tinha Ideb 7,5. Elas estão a 10 minutos de distância, as duas estão em bairros de média, baixa renda, mas elas simplesmente não se comunicam. Uma não sabe da existência da outra. Uma tarefa que os sistemas educacionais de ponta fazem muito bem é fazer com que as melhores práticas dentro de seu sistema sejam filtradas para as escolas que estão com mais dificuldades. Acabei de voltar da China e a China institucionaliza isso, faz com que todo melhor professor, a melhor escola compartilhe suas práticas com as escolas que estão em dificuldades, isso simplesmente não existe no Brasil. Você tem uma escola excepcional às vezes a cinco minutos de distância de uma escola péssima, e não há nenhuma maneira para que uma escola excepcional saiba que é excepcional e que a escola péssima saiba que é péssima, e não há nenhum incentivo para

que o professor, o diretor da escola péssima procure o diretor da escola boa para se informar, para trocar experiências, para saber o que acontece.

Tenho certeza, por exemplo, de que, na cidade de Goiânia, em que havia, na mesma rede, uma escola de nota 7,5 e outra de 1,2, se as diretoras se comunicassem e se conhecessem, a escola pior aprenderia ferramentas úteis de imediato e melhoraria seu desempenho.

E, fundamentalmente, finalmente, não existe, na sociedade brasileira, em geral, demanda por educação de qualidade. Existe por quantidade de educação, existe por colocar o filho na escola, existe por merenda, existe por livro, existe por uniforme, existe por todas aquelas ferramentas visíveis, palpáveis, que os pais veem e acompanham, mas não há uma exigência de que a educação efetivamente entregue um ensino de qualidade. E eu estou convencido, sendo um pesquisador e militante nessa área há mais de dez anos, de que, se não houver essa demanda popular por educação de qualidade, ela simplesmente não vai existir, porque o sistema entra numa inércia, que é o modo em que ele está hoje, em que não há nenhum grande incentivo para que se façam mudanças significativas para fazer com que essa qualidade melhore.

Então, o que é a ideia de colocar essa placa do Ideb na escola? Colocando essa placa, no dia seguinte a educação brasileira vai virar a educação finlandesa, a educação chinesa? Não, claro que não. Não é um instrumento para milagrosamente melhorar diretamente a qualidade da educação. É um instrumento para fazer com que a comunidade saiba o que está acontecendo na sua escola, na escola do seu filho e, naquelas escolas em que há uma dificuldade grande, que os pais possam se engajar, que os pais possam cobrar, que os pais possam participar um pouco mais, e, naquelas escolas que estão indo muito bem, que existem e que precisam ser recompensadas, que aqueles profissionais sejam recompensados, sejam valorizados e tenham o merecimento a que fazem jus.

Por que é importante haver iniciativas como essa, que visam a melhorar a qualidade da educação? Aqui vou passar rapidamente. Há décadas de pesquisa sobre o impacto de escolas de qualidade, elas impactam quase que todas as áreas da vida de um cidadão. Provavelmente a variável controlada pelo Estado que tem mais impacto na vida de qualquer pessoa é a qualidade da educação ofertada, não a quantidade, não simplesmente colocar a criança na escola, mas aquilo que ela aprende na escola. E, enfim, os impactos medidos por uma literatura econométrica, empírica – não são as ideias de alguém, não é hipótese, é aquilo que se observa na realidade – são que uma educação de qualidade diminui abandono, evasão, aumenta a renda, aumenta crescimento econômico do país. A qualidade é mais importante do que quantidade, quer dizer, é melhor ter um aluno que estudou seis anos numa ótima escola do que outro que estudou sete anos numa escola ruim. Diminui criminalidade, diminui desigualdade de renda. Enfim, os impactos são múltiplos em todas as áreas, não só na econômica, inclusive na área agrícola, mas em todos os lugares onde é praticada, também nas áreas não econômicas. Há estudos medindo até produtividade de dona de casa: dona de casa com mais instrução tem melhores resultados.

Há muito "diz que disse", as pessoas ouvem falar sobre isso e já se posicionam negativamente, então eu queria explicar detalhadamente o que é a ideia do Ideb na Escola: é divulgar, numa escala gráfica de fácil compreensão para todo mundo, para os pais de qualquer nível educacional e de qualquer nível de renda, qual é o Ideb daquela escola pública. O Nizan Guanaes e o seu Grupo ABC generosamente doaram seu tempo e esforço para desenvolver essa escala de maneira que seja graficamente atraente e que seja compreensível, com todo o conhecimento que eles têm por lidar com todos os segmentos da população, que seja compreensível por absolutamente qualquer pai que bata o olho naquilo.

Não é *ranking*, e rejeito a ideia de que, ao se colocar uma placa, automaticamente crie-se um *ranking*. As notas de Ideb das escolas são de conhecimento público, estão em *sites*. Nos lugares em que essa lei já foi implementada – e essa lei já foi implementada em vários Municípios, em vários Estados –, isso simplesmente não acontece. Não se criou um movimento de ranquear as escolas, não se criou um movimento em que as crianças não querem estar na escola ruim, na escola com o Ideb baixo, não se criou a catástrofe de as pessoas quererem fugir das escolas com o Ideb baixo e quererem ordenar. Isso simplesmente é uma ideia que não encontra respaldo na prática, justamente porque a ideia da placa não é fazer *ranking*, não é dizer "essa escola é melhor que a outra", é simplesmente dizer: "Este aqui é o retrato da escola em que seu filho estuda, esse aqui é o aprendizado que ela está entregando para seu filho".

Como funciona, então? Eu criei, junto com o Grupo ABC, um material completo, que você pode entregar na mão de qualquer gestor público, e ele tem aí, enfim, todas as etapas do processo. Aí está o *layout* da placa, nos formatos gráficos que podem ser implementados, com um manual de instalação, também feito pela agência ABC, e sugestão também de quais os materiais que devem ser usados por aquela rede para que isso seja feito de uma maneira barata. No Estado

de Goiás, por exemplo, que implantou as placas em todo o Estado, esta semana eu estava falando com a secretaria, e o custo da placa é de R$130,00, seguindo todas as orientações. Quer dizer, não é uma iniciativa nem remotamente cara.

Para quem tiver mais interesse, tanto em termos de projeto de lei, onde isso está sendo implementado, sobre qual é o *rationnel*, manual de instalação, está tudo disponível nesse *site*, que é www.idebnaescola.org.br. Aqui, para quem tem curiosidade, está esse *layout* da placa. Aqui, presumindo uma escola que tenha tanto 5º ano quanto 9º ano.

De novo, uma escala gráfica, de simples visualização. Qualquer pessoa, por menor que seja seu nível social, intelectual ou educacional, quando vê uma escala de zero a dez, sabe que uma nota ou uma posição de um, de dois, de três é algo que não está bem. A gente coloca cores, baseado na distribuição de notas e de excelência do Brasil, para dar uma pequena orientação, mas, de novo, não acho que seja algo muito complexo uma pessoa olhar para uma escala de zero a dez e entender se a escola do filho está relativamente bem ou se está relativamente mal.

Obviamente, aqui, como falou o Marcelino, às vezes, a nota média da escola não representa aquilo que seu filho está aprendendo ou não. Isso é óbvio. Então, se a nota da escola é muito baixa e o filho daquela pessoa está tirando notas muito altas e está aprendendo, obviamente aquele pai não é o que vai ficar preocupadíssimo e se engajar, mas, quando a nota média de uma escola é muito baixa, significa que a maioria dos alunos está tendo um aprendizado muito baixo, e aqueles pais vão saber que o aprendizado do seu filho é baixo e vão ser aqueles pais que vão reclamar, que vão se mobilizar, que vão colocar um pouco de expectativa de desempenho naquela escola.

Para não deixar essa nota totalmente flanando, a nossa sugestão é que apareça, junto da nota daquela escola, o Ideb médio do Município, o Ideb médio do Estado, até para ele ter alguma referência, e aí tem ali, quase que, enfim, como nota de rodapé, mais informações sobre o que é o Ideb, o ano e lugares onde o pai pode acessar um *site* para consultar. Mas, obviamente, a gente imagina que o que o pai e a comunidade vão fazer é bater o olho nessa placa e entender imediatamente se a escola está bem ou mal.

E aí queria já endereçar algumas dessas críticas – algumas foram repetidas aqui, outras não – das pessoas que são contrárias à iniciativa.

A primeira, defendida inclusive pela Abrinq – fiquei surpreso que essa argumentação não tenha sido trazida aqui – é que a exposição dessa nota causa constrangimento. A Abrinq inclusive teve um posicionamento, logo que o projeto de lei foi implementado em algumas cidades e Estados, de entrar com processos, medidas, dizendo que isso feria o Estatuto da Criança e do Adolescente porque causa constrangimento ao aluno.

Em primeiro lugar, não é verdade. Hoje já há experiência em Estados inteiros, cidades, cidade grande, como Rio de Janeiro, e não há registros de crianças, de escolas que digam que estão melindradas ou que se sintam humilhadas. As pessoas chegaram a dizer que as crianças seriam vítimas de *bullying* porque as crianças das outras escolas iriam caçoar delas, como se houvesse uma patrulha das pessoas que fosse nas escolas boas, depois nas escolas ruins e dissesse: "Na minha escola o Ideb é 7". Enfim, isso é uma ficção, não acontece. Mas, se acontecesse, e obviamente a gente não deseja que aconteça, acho uma inversão total de prioridades, porque, na verdade, o que constrange a pessoa, não só no seu período escolar, mas por toda a sua vida, não é o fato de a má qualidade do ensino ser divulgada, mas é o fato da má qualidade do ensino. Isso é que vai gerar repercussões, dificuldades e carências para toda a vida da pessoa. Então, se há algo que a gente pode fazer que faça com que toda aquela carência seja identificada e possa ser endereçada enquanto a criança está na escola, acho muito melhor do que deixar como está para não correr o risco de melindrar ninguém e deixar que milhões de alunos – o sistema de educação básica tem 55 milhões de alunos – permaneçam, durante toda sua vida acadêmica, com escolas de má qualidade e ninguém se importe, ninguém faça nada para resolver.

Em segundo lugar, algo que já foi amplamente explicitado aqui, está essa ideia de que o Ideb é relacionado ao nível de renda da região da escola e que, portanto, ele não mede a qualidade da escola, ele mede, sim, o nível de renda dos alunos que a frequentam. Antes de entrar na discussão do mérito, essa lógica, levada ao seu corolário último, admite, e não só admite como presume e incentiva, que o aluno pobre tenha um aprendizado e um desempenho abaixo do aluno de áreas de renda mais alta. Quer dizer, você está dizendo: "Nós precisamos de sistemas de avaliação diferentes para pessoas com *status* socioeconômicos diferentes". Ou seja, nós teremos uma tolerância maior para aquelas pessoas pobres para que elas tenham uma educação de baixa qualidade porque é esperado, já que elas têm baixa renda, que elas tenham uma educação de baixa qualidade, isso é normal. Isso não é normal e isso não é aceitável. Para mim, o trabalho de um Estado republicano é de criar expectativas de resultados iguais para todos os seus cidadãos. Se isso não puder ser atingido, se isso não puder ser alcançado, é outra questão, mas a gente não

pode, desde o primeiro momento, aceitar que isso não seja alcançado.

E, sinceramente, acho que as pessoas que pensam a educação no Brasil, como os senhores, não devem estar tão preocupadas com aquilo que acontece na escola, e, sim, com o resultado daquela escolaridade para a vida efetiva da pessoa, do cidadão brasileiro. Então, essa ideia de que a gente precisa de métricas ou de tratamentos diferentes para pessoas de nível socioeconômico mais baixo esbarra no simples fato da realidade de que aquele aluno pobre, quando ele sair daquela escola ruim, não vai, numa entrevista de emprego, dizer: "Olha, não tenho educação de qualidade, não sou qualificado, mas o senhor deveria, na verdade, contratar-me porque, veja bem, sou de uma família pobre, morei num bairro pobre". Não, a sociedade demanda daquelas crianças, daqueles jovens um nível de conhecimento que é igual para todos. Se a gente admite que a criança de nível de renda mais baixo tenha uma educação pior, a gente está condenando essa criança, na verdade, ao subemprego e à pobreza pelo resto da sua vida.

Então, a minha proposta e a minha visão são de que toda criança brasileira e todo jovem brasileiro tenham uma educação excepcional. Isso significa que as escolas que estão em regiões mais vulneráveis vão ter de ter um trabalho diferenciado? Sim, significa. Eu não ignoro toda a literatura que mostra haver realmente uma relação entre o nível socioeconômico da família e o desempenho acadêmico do aluno. Isso é óbvio, mas não significa que a gente tenha que se acomodar e criar sistemas separados e diferentes para essas pessoas. Significa que, pelo contrário, temos que encarar essa realidade e fazer com que naquelas escolas em que há ainda mais dificuldade haja ainda mais esforço e ainda mais trabalho, e que não aceitemos que essa escola tenha um desempenho final mais baixo do que as escolas que atendem a um público de renda mais alta.

Aí, de novo, se o ponto da escola é corrigir a desigualdade e não reproduzi-la, temos que ficar focados no resultado, não no processo. E pode haver, enfim, uma série de críticas, de o Ideb ser reducionista, de só medir português e matemática, mas várias pesquisas mostram que conhecimento de português e matemático é um bom indicador do conhecimento acadêmico em geral e são as habilidades mais valorizadas no mercado de trabalho, na vida em sociedade, como aquilo de que a pessoa precisa para o restante da sua vida.

Então, claro, o Ideb é uma simplificação? É uma simplificação, mas nós não conseguimos fazer uma campanha de comunicação em massa, atingir milhões de pais, se pensarmos um índice que vai ter quinze dimensões, dentre elas a educação solidária, o respeito às desigualdades, quer dizer, coisas de complexidade tremenda. O fato é que, hoje, no Brasil, o Ministério da Educação, que é o órgão responsável pela educação brasileira, tem um índice de medição da qualidade de educação que é o Ideb, e é um índice fácil e simples de entender, uma escala de zero a dez, qualquer pessoa entende. E é óbvio que, para usar uma lei que seja aplicável a todo País, tem que ser um índice oficial, e índice oficial é esse, que tem muita sofisticação. Ele não mede só português e matemática, ele mede também fluxo escolar. Essa questão levantada também pelo Marcelino de um incentivo à fraude, de as escolas tirarem seus piores alunos no dia de realização da prova. Isso é muito simples de resolver, e recomendo inclusive aos senhores que sugiram isso ao Ministério da Educação. Basta dar nota zero ao aluno que não comparece. As escolas têm o número de alunos matriculados; se a escola tem cem alunos e cinquenta fazem a prova, o MEC deveria considerar, para efeito de nota, que o aluno que não compareceu recebe nota zero. Aí, imediatamente, a escola tem o incentivo para fazer com que todos os alunos participem porque mesmo o pior aluno vai ter uma nota melhor do que zero.

Finalmente, tem uma ideia de: "Ah, realmente é bom divulgar o Ideb", mas não dessa maneira. O que na verdade esse argumento faz é dizer "concordamos com a ideia", mas temos que pensar aqui mais dez anos, num mecanismo mais sofisticado. E o resultado disso é que, na verdade, não se divulga nada. Nós já temos o Ideb há muito tempo no Brasil. É, em minha opinião, acintoso, vergonhoso que haja um índice que é tão importante para o bem-estar futuro de uma pessoa, de uma criança, e que as famílias, que a comunidade e às vezes até o próprio professor, diretor da escola simplesmente não conheçam isso, porque esse Ideb está escondido num *site* que é difícil de achar, ele não é divulgado; ele foi feito e é só usado pela comunidade acadêmica e por meia dúzia de pesquisadores, e isso precisa estar na mão da população. O governo brasileiro criou um índice bom, sofisticado, que mede aquilo que a criança está efetivamente aprendendo e eu acho quase criminoso omitirmos isso da família. É uma variável importante. Se a escola não está bem, o pai tem o direito de saber e de cobrar; se a escola está bem, ele tem o direito também de saber e de recompensar e de agraciar aquele professor, aquele diretor. E as próprias escolas têm o direito de saber onde estão, para que elas mesmas tenham incentivo, aquelas que não estão bem, para que conheçam aquelas que estão bem, e aquelas que estão bem, para que compartilhem as suas qualidades, enfim, as suas razões.

Eu acho sinceramente, eu fiquei quebrando a cabeça quando saí dessa semana do JN no Ar, visitando

essas escolas, conversando com os pais; houve uma escola que visitamos, em Belém do Pará, cujo Ideb era de 1,3; a escola era tão desleixada em relação a seus alunos, em relação à comunidade que fez uma paralisação e nem se importou em comunicar aos pais, às famílias. No dia que chegamos lá, à 7h30min, numa zona muito pobre de Belém do Pará – as pessoas têm dificuldades de levar seus filhos à escola; tinha centenas de crianças na escola, sem aula, porque os professores decidiram fazer uma paralisação e não se deram ao trabalho de comunicar. Quer dizer, parte, certamente é difícil de fazer isso num estudo empírico, econométrico, mas parte do efeito, das condições socioeconômicas dos pais no aprendizado dos alunos se dá não só pelo fato de que há um problema genético dos pais pobres e pouco instruídos que se transmite aos filhos, mas se dá também pelo fato de que os pais que estão em escolas de baixa renda normalmente têm gestores, professores e diretores que muitas vezes não se preocupam, não se importam porque sabem que ninguém sabe o que está acontecendo e aqueles que sabem não vão protestar. Então, a ideia também de colocar e de divulgar o Ideb é de fazer com que nesses casos em que há um abandono total, há centenas, milhares de escolas em que simplesmente ninguém se importa, a única coisa que querem é que não haja greve. Se a criança está entrando na escola, ficando na aula quatro ou cinco horas por dia e não aprendendo nada, ninguém se importa; o importante é que não haja greve, que não haja tumulto e que o sistema continue funcionando. Isso para mim é inadmissível.

Então, quando eu saí dessa rodada deprimente de conhecer várias das piores escolas de cada cidade do Brasil, fiquei pensando como podemos fazer para que esse pai se engaje na educação, como podemos transmitir para esses pais quando a sua escola está muito boa, quando sua escola está mediana e quando a sua escola está muito ruim.

A primeira alternativa talvez seja através de jornais, de revistas, ou inclusive mandando cartas. Mas, aí tem um problema muito grande. De novo, segundo pesquisa do Inep, 58% dos pais de alunos da escola pública brasileira têm ensino fundamental incompleto, têm sérias dificuldades de leitura, de alfabetização. Acho que vocês conhecem a pesquisa do INAF (Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional), mostrando que três quartos da população brasileira não é plenamente alfabetizada. E aqui, obviamente, o grosso desses pais que têm dificuldades sérias de alfabetização está nos bairros e nas regiões em que há maior necessidade de divulgação da qualidade da educação. E três quartos – isso de novo; pesquisa, não é hipótese; é pesquisa que foi até os pais e perguntou – três quartos dos pais dos alunos de escola pública leem jornais nunca ou raramente.

Então, a opção de mandar uma carta ou de ficar divulgando isso através de jornal, de revista, simplesmente não existe, porque esses pais não entenderiam.

Uma segunda opção talvez seja mobilizar televisões, enfim, pegar um mecanismo que seja de alcance desses pais, como é a televisão, por exemplo, e fazer uma campanha maciça e continuada sobre o que é o Ideb. Mas, aí tem dois problemas: em primeiro lugar, ela é muito cara para se fazer numa escala constante em todo País e, em segundo lugar, ela é genérica. A única coisa que você pode fazer, que é um pouco o que essa série do Jornal Nacional fez e outras intervenções fazem é dizer: Pai, procure o Ideb, pense no Ideb. Mas essa constatação genérica, de novo, esbarra no fato de que a grande maioria dos pais, como vimos no primeiro *slide*, está muito satisfeita erroneamente, enganadamente com a qualidade da escola do filho, dão uma nota média de 8,6 para a escola pública do seu filho. Então esse pai é como você falar: "Você precisa checar isso porque é importante para a qualidade da educação do seu filho". Mas, se aquele pai acha que a educação do filho está ótima, para que eu vou me dar ao trabalho, numa rotina atribulada, difícil, de checar aquela nota?

Essa possibilidade também me parece muito difícil, porque você vai dar uma mensagem para pessoas que não estão preocupadas com aquilo e vai ter que dar uma mensagem tão genérica, para que seja compreensível e visível por todos, que não vai ter nenhuma especificidade da escola do seu bairro.

Outra questão é que a comunicação precisa ser constante. De novo, estamos falando com pessoas que não têm a menor ideia de que há problemas, de que pode haver problemas na qualidade da educação que o filho recebe, que eles mesmos, pais, vêm de uma vida educacional em que faltava vaga, em que faltava transporte, em que faltava merenda, em que faltava uniforme, em que faltava livro, e que então uma escola que providencia todos esses itens, que são, enfim, materiais e palpáveis, é imediatamente identificada como uma escola de qualidade, precisamos fazer um trabalho constante de mostrar para aqueles pais que aquela escola específica está nessa ou naquela posição em termos do aprendizado que está ofertando aos seus filhos.

E aí a minha expectativa, esperança, obviamente, é de que no momento em que esses pais tomem conhecimento, aí, efetivamente, tenham um incentivo para se engajar na educação dos seus filhos. E obviamente não é uma medida salvadora, mas é uma medida que vai permitir que gestores públicos, professores, dire-

tores possam finalmente fazer aquilo que precisa ser feito para melhorar a qualidade da educação, porque finalmente tem alguém apoiando, tem alguém cobrando, tem alguém pressionando.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Gustavo Ioschpe, pela sua brilhante participação.

Quero também agradecer as presenças do Senador Cícero Lucena, do PSDB da Paraíba, como também da ilustre Senadora Kátia Abreu, do PSD de Tocantins. Muito obrigado pelas presenças.

E mais uma vez ao autor do requerimento, enaltecer essa sua iniciativa.

Registro também a presença da Srª Heloisa Helena Silva de Oliveira e a do Sr. Renato Alves dos Santos, ambos da Fundação Abrinq.

Obrigado pelas presenças.

Quero comunicar também a todos que foi aprovado um requerimento para realização de ciclos de audiências públicas, com a finalidade de discutir o tema "Federalismo e a Educação", de autoria do Senador Cristovam Buarque, Senador Cássio Cunha Lima e do Senador Mozarildo Cavalcanti. O início disso também deverá acontecer ainda no próximo mês, abril, o que também será bastante ilustrativo.

Passo com muito prazer a palavra ao ex-Secretário de Educação e Cultura do Estado da Paraíba, Dr. Neroaldo Pontes.

O SR. NEROALDO PONTES – Sr. Presidente Cyro Miranda, Senadora Kátia Abreu, Senador Cícero, de quem também fui secretário – fui secretário do Senador Cássio –, Senador Paim, que já saiu, quero cumprimentar e parabenizar o Senador Cássio por esta audiência pública; na sua tenacidade, insistiu em fazê-la, mesmo depois que o projeto de lei foi retirado, o que nos permite inclusive sair da questão, pura e simplesmente, importante – e eu trouxe aqui por escrito – de se divulgar os resultados da avaliação, e se discute inclusive a questão da placa – por que não? –, mas que nos permite discutir de uma maneira mais ampla – essa é a função desta audiência – a ideia de publicizar as avaliações realizadas pelo Ministério da Educação na educação básica.

Como estou falando por último, vou tirar algumas coisas que eventualmente sejam repetitivas, mas ficarei com algumas coisas que são eventualmente até divergentes ou convergentes, mas que possam contribuir para o debate.

Em compensação, começo também acrescentando alguma coisa, além de agradecer o convite de estar mais uma vez aqui no Senado discutindo. A última vez foi para discutir a Conferência Internacional de Educação de Jovens e Adultos, realizada em Belém.

Eu começaria dizendo da minha alegria de ver que, na educação, não há unanimidade. Por outro lado, na educação há debate. Isso compensa e faz com que a gente possa progredir.

Por outro lado, também gostaria de dizer, como numa espécie de prévia, que não há nenhum índice, nenhuma avaliação que por si só possa de fato dar conta justa da qualidade da educação. Nisso concordo sem dúvida nenhuma com o Marcelino. Por isso é preciso não superestimar nem subestimar os diversos tipos de avaliação ou de iniciativas para a publicização delas.

Na verdade, a questão – concordo mais uma vez – é muito mais complexa. A questão é socioeconômica na média também, não na obrigatoriedade, tanto da questão socioeconômica dos alunos, dos pais e dos professores, e também recebem pouco, da regionalização, o que leva também a outra questão fundamental como a socioeconômica, que é o pacto federativo. E não é por acaso que nós, do Nordeste – não estou aqui para fazer lamentações –, temos as dificuldades que temos. Não é pura e simplesmente porque nós temos menos inteligência do que aqueles que estão em outros lugares. Então, de fato, a questão é realmente complexa e nos permite verificar a importância da avaliação.

Eu queria situar esta minha intervenção no conjunto das avaliações feitas pelo Ministério da Educação, dizer que todos reconhecem a importância da avaliação, mas é muito comum, em todos os tipos de atividade – isso vem acontecendo, eu digo comum acontecer, estou concordando com isso – que as pessoas tenham receio da avaliação e a evitem. Na universidade, Marcelino, há quanto tempo a gente luta por avaliação e não temos uma avaliação na universidade!

É interessante que só na década de 90 é que a América Latina coloca a avaliação na discussão, e o Brasil, através dos diversos sistemas de avaliação, tem colocado a avaliação na mesa dos debates.

Então, acho isso um tema bastante importante.

Nesse sentido, só para dar uma ideia do conjunto, o Inep, hoje, é responsável por um conjunto de avaliações, seja o Pisa, que é uma avaliação internacional, de pouca especificidade para o Brasil, pequena, enfim, mas, de qualquer maneira, é uma avaliação; o Enem, inicialmente criticado, acabou tendo uma validade extraordinária por parte dos alunos, porque substitui o vestibular, contribui com o vestibular, ou, através do ProUni, está levando muita gente à universidade. Ou seja, quando é do interesse realmente específico da população, a população adere, procura saber, e o Enem, hoje, é uma das avaliações que mais são discutidas e, inclusive, problematizadas, como sabemos.

Há o Encceja, dentro da certificação de competência de jovens e adultos, que não foi praticamente aceita pela comunidade; não tem funcionado de maneira adequada. Muito pouco. Há a Provinha Brasil, que não tem caráter público, e, sim, de verificação das escolas, mas tem tido uma importância. O Saeb, que todo mundo conhece; a Prova Brasil, e os dois são elementos do Ideb, que é mais uma avaliação. E acabo de ler – todo mundo sabe – que o Ministro da Educação está sugerindo uma nova avaliação nacional de alfabetização infantil a partir de 2013.

Então, esse conjunto de avaliações tem uma importância extraordinária. A avaliação sempre dá a fotografia do momento, mas tem a importância de colocar a avaliação na mesa do debate, e isso é fundamental.

Se houver tempo, eu gostaria de mencionar três pontos sobre a avaliação em geral, sem fugir também da questão que estava em pauta; continua em pauta no debate, mas não está no projeto, porque o projeto foi retirado, que é a questão da prática especificamente no Senado.

Eu gostaria de falar aqui em três questões: é preciso publicizar, como publicizar e para que publicizar. É em torno disso que eu gostaria de falar.

Vou tentar ler para ganhar tempo.

É preciso publicizar os resultados da avaliação.

Acho que não é preciso trazer muitos argumentos para essa afirmação, na medida em que o direito à informação é fundamental, garantido pela Constituição a todo cidadão brasileiro. Portanto, todos têm o direito de saber, sobretudo quando essas avaliações dizem respeito às pessoas, porque, até durante um tempo, as escolas não sabiam, e os alunos não sabiam. Então, isso pode servir, por exemplo, a aspectos punitivos; e a escola, o Estado e a rede nem sabem por que isso está acontecendo. No Estado democrático de direito, a publicização é algo absolutamente normal e, digamos, obrigatória.

É evidente que outro argumento que se pode levantar é que a avaliação que não é divulgada e que não chega ao avaliado não funciona com o objetivo que ela deve ter, que é melhorar a qualidade da educação. Se eu não conheço as minhas deficiências, eu não vou poder trabalhar para melhorá-las.

De tal maneira que é preciso também a avaliação, e, nesse sentido, eu entendo a avaliação desde aquela da sala de aula, do professor com o aluno. Qualquer tipo de avaliação tem que ser considerada como processo, e não pura e simplesmente como um retrato, uma fotografia de um momento. Ela precisa ser contextualizada, e a divulgação dela ajuda para isso.

Por outro lado, eu agrego a informação de uma pesquisa realizada pela Fundação Victor Civita, encomendada ao Ibope Inteligência, divulgada no final de 2010, que revelou que quase a metade, 47%, dos coordenadores pedagógicos das escolas não conheciam o Ideb de suas escolas. Quer dizer, isso é, realmente, muito grave, embora o Ideb tenha suas dificuldades e não seja essa parafernália toda que é feita em torno dele, esquecendo-se, inclusive, das outras avaliações. É natural que se estabeleçam comparações: alguns são contra, como, por exemplo, a exposição do resultado do Ideb, e chegam a verificar que as escolas melhores seriam procuradas, e as outras seriam esvaziadas; que os pais procurariam as escolas melhores. Isso não me preocupa. Acho isso ótimo, porque pergunto se algum de nós aqui procuraria a pior escola para colocar seu filho. É evidente que ele vai procurar a melhor; e, procurando a melhor, é preciso que aquela que não está bem se torne também a melhor, para que o pai possa colocar seu filho. Muitas vezes, coloca perto de casa, porque, talvez, não pode colocar na melhor, ou porque não tem condições até de se movimentar.

Cabe, é claro, apoio às escolas que têm menor desempenho por uma questão de equidade da oferta. Sabemos que isso vem sendo feito com colocação de consultores, com apoio através do PAR, oferecimento de tecnologias relativas à defasagem idade/série/ano, que é um problema extraordinário nas nossas escolas, motivo de desistências, motivo de abandono, de chacotas do menino fora da sua idade e junto com outros. Então, tudo isso precisa ser cuidado.

Eu temo porque a questão vem sendo tratada, perdoem-me a franqueza, mas com certos espasmos. Então, vamos criar mais uma avaliação; vamos dar uma bolsa para os professores, eventualmente no exterior. Eu tenho notícia de que muitas bolsas oferecidas aos professores da universidade não estão sendo recebidas, porque esses professores não têm conhecimento, por exemplo, de uma língua estrangeira. Então, o que dizer de uma bolsa para a grande maioria dos professores da educação básica do Brasil? Portanto, acho que tudo isso tem que ser pensado dentro de um conjunto.

Como secretário que fui do Município, durante seis anos; do Estado, seis anos, na universidade, como reitor, lutei pela avaliação e não consegui fazer. Mas experimentei uma coisa impressionante: logo depois de conhecer o Ideb, visitei algumas escolas; e mesmo antes. Quando dispomos para as escolas o resultado que elas têm e as deficiências que elas têm, a escola se surpreende, porque, de modo geral, o diretor, hoje em dia, com as questões da violência, com as questões de atendimento, substituindo até questões da família, o diretor se torna, muitas vezes, um síndico. E, aí, sim, ele reclama da infraestrutura, ele cuida das crianças

para que não haja *bullying*, enfim, e o aspecto pedagógico fica relegado ao segundo plano.

Então, é impressionante! Conhecer o estágio em que se está para que, de fato, se possa, a partir daí, mudar.

A avaliação precisa ter, portanto, esse componente formativo, para permitir ajustamentos durante o seu desenvolvimento e a experimentação do currículo, como nos disse Perrenoud. Naturalmente, Perrenoud está falando sobre avaliação formativa na escola, mas isso pode ser transposto para a avaliação em qualquer nível.

O segundo aspecto para o qual eu queria chamar a atenção: como publicizar?

No caso específico do Ideb, é de fundamental importância acrescentar as metas de cada escola do Município do Estado. Aí já há também uma discordância. O processo é importante. O resultado é fundamental, mas o processo é importante. E uma escola que fez esforço para caminhar 50% merece, realmente, incentivo de uma que tem uma nota mais alta, mas que fez um esforço que não chegou a 20%.

A emenda que foi apresentada para o projeto aqui, no Senado, era de que as metas também fossem colocadas. O projeto não existe, mas essa emenda foi colocada.

E, em função da extrema desigualdade entre as escolas, proveniente dos fatores que conhecemos, é preciso que o resultado seja conhecido. E também o esforço. Mas também para que a responsabilidade não caia pura e simplesmente na mão dos professores e dos diretores, porque é muito fácil chegar e dizer: "a culpa é do professor" ou "a culpa é da escola". É evidente que não é o caso de se dizer que a culpa é do aluno. A culpa é de um sistema que precisa ser modificado, precisa ser melhorado, para que nossas escolas sejam melhores. Isso não se faz em uma década. Isso é uma questão de tempo.

Têm razão aqueles que dizem que só a exposição dos resultados não basta. E ninguém é ingênuo para imaginar que, explicitando os resultados, vai mudar, de uma hora para outra, a questão. Também têm razão os que pensam que o Ideb mais alto não é a única meta da escola e que o Ideb acaba por não dar uma ideia da qualidade e nem, por exemplo, da satisfação do aluno na escola, da formação cidadã do aluno, o que nem sempre é medido. Tem-se que pensar na formação cidadã; portanto, passar além disso.

Também é preciso divulgar para a população, porque o cálculo do Ideb é complexo. Só entendem os especialistas. Eu trago um exemplo muito simples: uma escola que tem 7,0 nas notas e tem 7% na reprovação, o Ideb dela não é 7, não. É 4,9. Eu já vi jornalistas muito experientes dizerem o seguinte: "Essa escola tirou 4; então, ela foi reprovada, porque, para mim, de 5 para baixo, ela é reprovada". Ou seja, é preciso também informar a população e informar a imprensa sobre o que é o Ideb. E isso não se faz com toda clareza. Há experiências de formação para jornalistas específicas nessa área, porque também os jornalistas não são obrigados a saber de tudo, mas ao menos aqueles que cobrem a educação precisam saber desses detalhes.

Então, é preciso publicizar. E para que publicizar? Ainda não se conseguiu repassar essa informação para os pais, não se conseguiu repassar para a imprensa. Eu trago uma sugestão: além da publicização, não vejo nada contra se colocar uma placa com o Ideb, desde que se coloquem as metas e, na hora da divulgação, explique-se que não é para se fazer *ranking*, embora já se faça. A escola privada usa isso como *marketing*, como *ranking.*

Os jornais colocam as dez piores escolas e as dez melhores escolas do Estado, do Município. Servem como elemento de propaganda política. Tudo isso acontece. Infelizmente, já há fraudes no sentido de não deixar as pessoas fazerem as provas. O que é preciso é tomar cuidado para que isso não aconteça, apesar de que tudo já vem acontecendo. Mas o Inep, que tem uma tecnologia avançada e já dominada sobre a questão, era interessante, por exemplo, verificar as questões que não são respondidas pela maioria dos alunos e fazer um trabalho mais amplo sobre essas questões, incluindo, inclusive, o livro, o PNLD. Era bom verificar como essas questões estão sendo colocadas nos livros e como estão sendo ensinadas, porque é o sistema como um todo que precisa ser responsável pela melhoria.

Então, o sentido da avaliação e da publicização dos resultados é também uma maneira de se levar apoio às escolas que têm maiores problemas. Fechá-las não é solução. É punição. É preciso pensar no contexto em que elas vivem e, a partir daí, oferecer maiores elementos. Claro que já são oferecidos. Tecnologias alternativas, como, por exemplo, para correção de fluxo, porque vários institutos fazem isso, mas é preciso mais ainda: fazer com que as escolas também tenham um atendimento equânime.

As avaliações têm que ser aproveitadas para se redirecionar as políticas públicas de educação, tanto nos Estados, nos Municípios quanto na União.

Eu diria outras coisas, mas vou tentar respeitar o tempo.

Terminando – é quase de praxe; também vou fazer –, vou concluir com uma frase, com uma citação que vem de um amigo de tantos nós que estamos aqui – vejo muitos amigos –, do Jamil Cury, no famo-

so Parecer CNE/CEB nº 11, de 2000, a propósito da educação de jovens e adultos.

Jamil escrevia, naquela época, para mim esta preciosidade:

"Do Brasil e das suas presumidas identidades, muito já se disse. São bastante conhecidas as imagens de modelo do país, cujos conceitos operatórios de análise se baseiam em pares opostos e atuais. Dois brasis, oficial e real, casa grande e senzala, o tradicional e o moderno, capital e interior, urbano e rural, cosmopolita e provinciano, litoral e sertão, assim como os respectivos tipos que os habitariam para eles contribuiriam. A essa tipificação em pares opostos, por vezes incompleta e equivocada, não seria fora de propósito acrescentar outros ligados à esfera do domínio da leitura e da escrita, que ainda descrevem uma linha divisória entre nossos brasileiros do Brasil, alfabetizados analfabetos, letrados e iletrados."

Termino a citação de Jamil para continuar com meia frase a minha intervenção, dizendo assim: eu gostaria que a avaliação corretamente feita, corretamente divulgada e com providências tomadas em todos os âmbitos pudesse não mais permitir a continuidade de pares opostos em relação à educação, dividindo as escolas em escolas do Sul, do Sudeste e do Nordeste ou, então, em escolas ruins e escolas boas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Dr. Pontes, pela sua participação.

Agradeço a presença do Deputado Romero, que muito nos honra, também do PSDB da Paraíba.

Passo, agora, às inscrições, e o primeiro inscrito é o Senador Cássio Cunha Lima, como autor do requerimento.

Muito obrigado.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, Senadoras, Senadores, Deputado Romero, Profª Maria Eveline, Prof. José Marcelino, Gustavo, Neroaldo, o Plenário está nos convocando, e esta reunião pode, por força regimental, cair a qualquer momento. O Regimento assim determina. Quando se inicia o processo de votação no plenário, temos que interromper.

Serei bastante breve, em que pese desejar aproveitar este instante para fazer uma análise um tanto mais ampla do que nos proporcionou a bela iniciativa da Senadora Lúcia Vânia, autora do projeto que previa, até aqui, a instalação da placa defronte as escolas para a divulgação dos dados do Ideb.

Eu pedi vista ao projeto porque estava tomado de dúvidas sobre a oportunidade e a completude da iniciativa não por rejeitá-la por si só, mas como uma grande oportunidade de fazer o que estamos fazendo aqui: ampliar essa visão e não ter as iniciativas isoladas, estanques que caracterizam a educação brasileira nas últimas décadas. E não apenas no que diz respeito a esta audiência pública como também a uma outra iniciativa, ao lado do Senador Cristovam e, salvo engano, da própria Lúcia Vânia, a memória me trai, do Senador Mozarildo, para que, aí, sim, possamos alargar definitivamente essa discussão na inserção do tema educacional naquilo que vem sendo repetido há tanto tempo no Brasil da rediscussão do pacto federativo.

É inegável que o País caminha para uma estrutura unitária, com o desenho e o *layout* de uma federação, com o custo de federação, e é um custo extremamente oneroso para a sociedade, para o contribuinte, mas com modelo de país unitário. E é dado o momento de rediscutir aquilo que poderia ter sido feito na Assembleia Nacional Constituinte, onde estive, representando também o Estado da Paraíba, como Deputado constituinte, coincidindo, nesse túnel do tempo, com a recém-instalada comissão de notáveis para a discussão do pacto federativo. E, nesse intervalo de tempo – já tive oportunidade de frisar nesta Comissão –, já fui três vezes Prefeito de Campina Grande; duas vezes, com muita honra, Governador do meu Estado, a Paraíba, e, lamentavelmente, os avanços que podem ser apontados de forma mais significativa na educação brasileira nesse intervalo já largo de tempo são avanços quantitativos. Os avanços qualitativos são muito, muito discretos. E, onde está a falha? Somos um conjunto de incompetentes, somos todos incapazes, o Ministério da Educação, Secretarias Estaduais, Secretarias Municipais, professores, alunos, pais, a sociedade como um todo? Porque, de fato, os avanços são muito tímidos.

Estou convencido definitivamente: temos um modelo errado. E, enquanto esse modelo não for corrigido, dificilmente nós vamos conseguir promover a reforma estrutural e tão necessária para oportunizar o futuro dos nossos jovens através do caminho único, que é a educação.

Acredito que todos os senhores e senhoras poderão contribuir muito nesse segundo momento do debate do pacto federativo. Estejam desde já convidados.

Eu apenas, para concluir, gostaria de solicitar que pudéssemos, no termo específico da publicidade do Ideb, encontrar os mecanismos para que, primeiro, antes de divulgar o resultado, divulgue-se do que se trata o Ideb. Acho que a fala do Neroaldo – permito-me um tratamento mais informal, Excelência –, a observação final do Neroaldo é perfeita. Coloquemos uma placa, digamos, na frente de qualquer escola com uma régua que sai do vermelho para o verde e com uma nota de uma escala de 0 a 10, hipoteticamente.

De que aquela nota fala? É preciso que se encontrem mecanismos para que dentro da escola, para que os pais, os alunos, a imprensa, a sociedade de forma geral saibam do que se trata o Ideb, porque, do contrário, vira a primeira distorção, observada muito propriamente e oportunamente por Neroaldo. É simplesmente uma escala de avaliação de nota? Aí vai a discussão que Marcelino levanta: será que a prova é por si só o critério de avaliação do desempenho de um aluno, no que diz respeito – vou me expressar de forma muito mais dura, muito mais chula, perdoem-me – à decoreba, em que, muitas vezes, transforma-se nesse dividir de tempos?

Vou pedir aqui a inscrição, nos Anais desta Comissão e do próprio Senado, de um artigo, um texto de Verônica Bezerra, que comigo trabalha – está aqui ao meu lado. Foi Subsecretária na época do Neroaldo. O tempo não me permite ler na íntegra. Vou apenas fazer a leitura da parte final do artigo que ela escreveu.

Enfim, que possamos fazer esta discussão de forma mais ampla, acredito que levando as contribuições para que a Senadora Lúcia Vânia retome o assunto. Ela, de forma muito firme, apresentou a proposta e, com a mesma firmeza, retirou a proposta. O gesto dela não é comum nesta Casa, de propor e, permeado de dúvida, retirou a proposta, para que possamos, talvez, construir algo mais largo, mais amplo, dentro do que pensou a Senadora Lúcia Vânia.

Então, ao agradecer a presença de todos os convidados, a contribuição que cada um trouxe para esta audiência pública; ao agradecer de forma renovada a presença do Deputado Romero Rodrigues, do Senador Cícero, da nossa querida Senadora Kátia Abreu, sempre muito diligente e competente, faço, então, a leitura desse artigo, tão bem escrito por Verônica Bezerra, para concluir minha participação.

Lerei apenas os parágrafos finais:

"Vivemos numa cultura em que a excelência tem um parâmetro: 10. Mas reunir uma dezena não é tarefa simples. No caso do Ideb, cabe ao aluno, em última instância, provar que é excelente. É preciso traduzir em resposta aquilo que recebeu na escola, na família, na sociedade. Ocorre que o binômio aluno/prova, além de expressar a condição individual, envolve o concurso de um sistema que impacta diretamente o resultado que aparece, ou seja, o número que é mostrado pertence ao aluno, mas, com ele, também a escola, os pais, as secretarias de educação e o MEC são aprovados ou desaprovados.

O olhar concentrado na nota cumpre uma etapa desse processo. Em geral, os jornais e todos quantos estão fora da sala de aula fazem disso um alarde. A democracia promove um streaptease escolar.

Se quisermos considerar a importância compartilhada, essa superexposição tem seus benefícios, mas não é justo colocar o aluno sozinho na berlinda. Com ele devem ser examinadas as políticas públicas que orientam o cotidiano escolar. E mais: a responsabilidade de quem atua na escola.

Colocar placas anunciando o Ideb na frente da escola serve para mostrar parte da questão. Serve também para oferecer dicas à população sobre quem parece estar fazendo um trabalho mais interessante.

No mundo hipercompetitivo, essa é a primeira leitura. Felizmente, não é a única. Há uma responsabilidade do Poder Público com essas placas, há um Brasil empancado na escola. Os gestores desse sistema, a rigor, não precisam das placas para saber os seus deveres. Se não têm tempo em suas agendas, se esses conteúdos não estão cogitados, então, é preciso reformar, primeiramente, seus pensamentos. 'Não é possível educar sem se educar', já dizia Paulo Freire.

Há um currículo de gestão que passa pela discussão das raízes, planos, investimentos, pacto federativo, formação profissional, mas, se a questão ficar mesmo concentrada em torno de divulgação das notas do Ideb, pode-se fazer outra proposta: colocar uma placa bem grande em frente ao MEC, ao Congresso, ao Palácio da Alvorada, mostrando a nota do Brasil ao mundo. Quem sabe, assim, de placa em placa, a gente enxerga o óbvio?"

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Cássio. V. Exª terá sua solicitação atendida, na forma regimental. Parabéns pela colocação.

Parabéns também à autora, que aqui está presente!

É o seguinte o artigo de Verônica Bezerra:

O Ideb e o streaptease escolar

A educação é uma maneira de criar oportunidades para que as pessoas tomem posse da condição humana. Por isso mesmo não acontece exclusivamente no interior das escolas, indo posicionar-se bera além dos seus limites.

As escolas, é verdade, realizam um trabalho essencial. Acolhem crianças e jovens com o propósito de torná-los melhores do que são. Para tanto, elegem conteúdos organizando-os numa grade. Os cartesianos acham essa grade rígida e clara; para muitos outros é a torturante missão de encaixar saberes em tempos obrigatórios. Em ambos os casos vale a observação de Guimarães Rosa: "O mais importante e bonito do mundo é isto; que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas, mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam". Não é à toa que

a palavra currículo significa caminho da vida, sentido, rota de uma pessoa.

Houve um tempo em que a quantidade de conteúdos era depositada na cabeça das crianças com a expectativa de que reproduzissem, emflash back, lotes de palavras, mesmo aquelas não compreendidas, "Dizer" e "ouvir o sentido de" eram coisas que podiam estar em pessoas diferentes. Dizer para o professor constatar... Repetir era então uma competência digna dos melhores alunos! (Deter conhecimentos enciclopédicos ainda hoje é um sinal que impressiona muito).

Para alcançar essa proeza a memória é um recurso valioso, Gasta-se um imenso, estoque de fósforo para ativar a 'central de devolução' em episódios conhecidos como provas, Diferentemente da prova do cozinheiro essa manobra não inclui testar qualquer sabor, muito menos a possibilidade de fazer ajustes caso o ponto esteja aquém ou além do desejado. É preciso acertar a receita de primeira. Com o tempo, a meninada também aprende a comer prato frio, sem sal, sem açúcar. O paladar vira uma categoria caduca, fora de moda, não há tempo para ela, Diante das provas, em geral, é preciso desativar alguns sentidos para super privilegiar outros. Não há como ser bom sendo normal.

No mundo da hiper competitividade a vida inteligente faz seus ajustes. As escolas já não sabem, por exemplo, o que fazer com os hiperativos, Para eles, os médicos receitam Ritalina. Onde estão os professores hiperativos? E os médicos? 0 que está sendo receitado para a sociedade?

O professor Rubem Alves declarou ter aprendido com uma criança que relógios e campainhas são artifícios para obrigar o pensamento a fazer ordem unida. Toca a campainha: é hora de pensar matemática, 45 minutos pensando matemática. Toca a campainha, é hora de parar de pensar matemática, hora de pensar geografia, 45 minutos pensando geografia, toca a campainha, hora de parar de pensar geografia, hora de pensar literatura.

A lógica escolar determina que a marcação das horas ligue e desligue os "programas" do pensamento que perseguem o currículo. Assim também construímos nossas agendas, nas quais os temas mandam no tempo, com hora certa para começar e acabar.

A agenda do MEC trouxe para ensino fundamenta! um teste chamado Ideb, por meio do qual as crianças são investigadas no que aprenderam e em quanto tempo conseguiram fazer isso, Há uma matriz de conteúdos significativos embasando essa avaliação; saberes que têm sido alvo permanente da preocupação de educadores do mundo inteiro, Estejam eles em sala de aula ou em conselhos e entidades, o desafio é melhorar os espaços de ensino-aprendizagem, ou de "aprendensinância" como diria Alicia Fernandez, vez que uma coisa não existe sem a outra. O Ideb é uma alternativa para pescar os indícios de uma responsabilidade compartilhada.

Vivemos numa cultura em que a excelência tem um parâmetro; dez! Mas reunir uma dezena não é tarefa simples. No caso do Ideb, cabe ao aluno, em última instância, provar que é excelente. É preciso traduzir em resposta aquilo que recebeu na escola, na família, na sociedade. Ocorre que o binómio aluno-prova além de expressar a condição individual, envolve o concurso de um sistema que impacta diretamente o resultado que aparece. Ou seja, o número que é mostrado pertence ao aluno, mas, com ele, também a escola, os pais, as secretarias de educação e o MEC são aprovados ou desaprovados.

O olhar concentrado na nota cumpre uma etapa desse processo. Em geral, os jornais e todos quanto estão fora das salas de aula fazem disso um alarde. A democracia promove um streaptease escolar! Se quisermos considerar a importância compartilhada, essa superexposicão tem seus benefícios. Mas não é justo colocar o aluno sozinho na berlinda. Com ele devem ser examinadas as políticas públicas que orientam o cotidiano escolar. E mais. A responsabilidade de quem atua na escola.

Colocar placas anunciando o Ideb na frente da escola serve para mostrar parte da questão. Serve também para oferecer dicas à população sobre quem parece estar fazendo um trabalho mais interessante. No mundo hiper competitivo essa é a primeira leitura. Felizmente não é a única.

Há uma responsabilidade do poder público com essas placas. Há um Brasil empacado na escola. Os gestores desse sistema, a rigor, não precisam das placas para saber dos seus deveres, Se não têm tempo em suas agendas, se esses conteúdos não estão cogitados, então é preciso reformar, primeiramente, seus pensamentos.

Não é possível educar sem se educar, já dizia Paulo Freire. Há um currículo de gestão que passa pela discussão das raízes... planos, investimentos, pacto federativo, formação profissional.

Mas se a questão ficar mesmo concentrada em torno da divulgação das notas do Ideb, pode-se fazer outra proposta: colocar uma placa bem grande em frente ao MEC, ao Congresso e à Alvorada mostrando a nota do Brasil ao mundo. Quem sabe assim, de placa em placa, a gente enxerga o óbvio.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Passo a palavra, agora, a S. Exª a Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu gostaria de cumprimentar o Senador Cássio Cunha Lima pela iniciativa deste debate, que é da maior importância.

Agradeço a todos que foram convidados por estarem aqui para debater o assunto.

Confesso que, na área da educação, sou nova. Comecei, no ano passado, como titular na Comissão de Educação, mas, por questão partidária, tive de ficar pouco tempo na Comissão, infelizmente. Agora, consegui retornar, como titular, a esta Comissão, que, para mim, talvez, seja a mais importante da Casa.

Estou tentando aprender, estou estudando, ouvindo as pessoas, lendo muito. Estou lendo o bê-á-bá de toda a educação, principalmente da educação no campo. A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) fez uma bela e grande pesquisa com a Fundação Montenegro e com o Ibope sobre as escolas rurais brasileiras, e foi da maior importância essa pesquisa para a formatação do Programa Nacional de Educação no Campo (Pronacampo) de ontem, com informações muito detalhadas da situação das escolas rurais no Brasil, que é um caos total e absoluto.

Eu não conhecia o projeto da Senadora Lúcia Vânia. Infelizmente, não pude ouvir aqui todos, porque, na minha agenda, a reunião estava marcada no horário de 11 horas. Houve um equívoco. Eu gostaria de ter ouvido todos vocês. Mas tive a oportunidade de ouvir o Gustavo falar sobre a placa.

Primeiro, quanto à transparência na aplicação do dinheiro público, penso que é uma obrigatoriedade de haver indicadores. O artigo lido aqui pelo Senador menciona a questão de placas para tudo. Para tudo, deveria haver placas, porque há indicadores para tudo. Alguns Ministérios não cumprem suas avaliações, e o próprio Governo e a própria União, ao longo de todos os governos, nunca gostaram de mostrar suas avaliações. Aliás, isto é da natureza humana: ninguém gosta de ser avaliado. Basta ver que, nos governos, quando queremos implantar a meritocracia do servidor público, instala-se a terceira guerra mundial, porque ninguém quer ser avaliado. Tudo bem! Mas, quando se recebe dinheiro da população, quando se recebe dinheiro de impostos, aquele que está pagando o seu salário, que está sustentando uma estrutura, tem o direito de contar com a transparência desses serviços. Não se trata de ofender ninguém, não se trata de acusar ninguém. É apenas um direito, e direito não se discute. Para isso, há o Tribunal de Contas, que mantém transparentes todas as nossas questões, inclusive as questões de todos os Senadores e Deputados. Inclusive, aqui, os gastos, todos os recursos que utilizamos são milimetricamente medidos.

É muito interessante quando você faz uma pesquisa no seu Estado – e já vi pesquisas nacionais –, perguntando sobre a escola do seu filho. Normalmente, a resposta é muito boa. É claro que a resposta tem de ser boa, porque foi criada na cultura nacional a ideia de que o professor é uma pessoa especial. Normalmente, o professor e o médico da família são encarados como pessoas acima de qualquer suspeita. Quando digo "suspeita", não estou falando do caráter, estou falando da competência, no caso. Só de o filho estar na escola, todo mundo responde positivamente, a grande maioria responde positivamente. Quem sou eu para discutir a atuação do meu professor, do meu aluno, do meu filho ou da diretora que lá me atende tão bem?

Então, normalmente, a resposta é muito positiva. Mas, quando se pergunta sobre a preocupação com a educação, a resposta denota que ela é alta. Se esses pais conhecessem a realidade das escolas de seus filhos, imaginem como isso apareceria na pesquisa nacional! Hoje, a preocupação se dá em torno de segurança pública, de saúde, e a educação aparece em terceiro lugar. Imaginem se os pais conhecessem, de verdade, esses indicadores que estamos vendo todos os dias, apesar de a educação ter avançado muito! A universalização foi muito importante, inclusive do livro didático. Em tudo isso, houve avanços. Ninguém está aqui para destruir nada nem ninguém, mas não podemos ser conformistas. Os números estão aqui. Se o Pisa é ou não é bom, se ele é ou não integral, não interessa! São indicadores que aí estão, para que as pessoas os observem. Então, dou atenção a todos os indicadores, principalmente aos do setor que represento nacionalmente.

Às vezes, nós, brasileiros, temos a mania de, por excesso de cuidado, complicar demais as coisas. Uma placa que diz a situação de uma escola não deve ser motivo de grandes preocupações. A escola é que cuide, com sua diretora e com seus professores, de dar satisfação aos pais em reunião, porque aquela avaliação precisa de uma explicação! E já parto do princípio de que tudo que deve ser explicado demais não serve, pois alguma coisa errada existe. O político que tem de subir ao palanque para explicar uma coligação, uma aliança ou um comportamento já sai atrás do seu adversário.

O Ideb é o Ideb, um número é um número. Estatística não se discute, gente! Mas cada um deve fazer suas mobilizações, tomar suas atitudes, para explicar aos pais o porquê daquele número. É preciso dizer que se avaliou isso ou aquilo.

Não conheço em profundidade os itens dessa avaliação. Estou estudando isso agora. Mas é mais ou menos como o livro didático. Conheço um pouco mais a história do livro didático e fico horrorizada com a escolha do livro didático no País. Quero até protocolar, na próxima reunião, um pedido de audiência pública. É uma caixa-preta, é um segredo total e absoluto. Publicam-se as obras que foram aprovadas, mas não se publicam as que não foram aprovadas. Nunca ouvi falar isso! E, por acaso, as não aprovadas são as mais vendidas para a escola privada. Quer dizer, o MEC entende que precisa avaliar o livro didático para a escola pública, mas não para a escola privada. Como é mesmo isso? Não consigo entender esse tipo de avaliação.

O mais grave é a falta de transparência, seguindo nosso raciocínio. Existem grupos de avaliação do livro didático que não podem ser identificados, com a pecha de querer protegê-los e de eles não sofrerem influência do dono dos livros didáticos. Nem juiz nem promotor contam com o benefício do anonimato! Estamos falando de bilhões de reais gastos com o livro didático, e o nome daqueles que vão avaliar o livro didático é escondido, não pode aparecer, como se não soubessem de quem são os livros que estão sendo avaliados. É dito que eles recebem o livro sem o nome do dono, sem o nome da editora, mas, gente, é tão simples saber de quem é o livro, de que editora ele é, mesmo porque alguns livros mudam muito poucas coisas. Então, essa desculpa, para mim, é tão pífia que não vale.

Acredito que deve haver transparência na educação. Sinceramente, conheço pouco esse assunto, mas digo isto como cidadã, como mãe, como avó, porque dou a maior importância a essa questão na minha própria família e me preocupo com isso como Senadora da República. Alguma coisa precisa ser feita. A educação, no País, não tem avançado como deveria, como a área econômica do País tem avançado, como o agronegócio e as exportações têm crescido. Enfim, os números de que o Brasil é merecedor não estão fazendo jus à maioria da população. Todos nós e vocês, que são especialistas, sabemos que a educação é o grande motor para que todos possam contar com os benefícios da riqueza do País; isso se dá por meio da educação.

Senador Cássio, discordo um pouco do artigo, embora este seja muito bem escrito, com todo o conteúdo. Ressalto o merecimento da autora, mas penso que a placa propicia que os pais cobrem, sim. É um direito dos pais saberem o que está acontecendo na escola, se aquela escola é boa ou não. E isso vai ter, inclusive, um efeito dominó, porque, no País, na maioria dos Municípios do interior do País, no meu Estado, quem escolhe diretor de escola é político, é o deputado da região, é o deputado mais votado da cidade. Não tem importância a indicação política. Até não sou contra a indicação política, desde que haja critérios e responsabilidade na escolha. Mas, normalmente, é uma líder ou um líder político que o ajudou. A placa constrange em cadeia, gera um efeito dominó. Isso vai constranger o deputado. Normalmente, na região e na escola, todo mundo sabe quem indicou o diretor, o coordenador e, por consequência, o resto. Isso vai constranger o secretário de educação.

O Prof. Dr. Gustavo disse que a Abrinq queria processar essa questão da placa. Tem de se processar é o secretário de educação, tem de se processar é diretor de escola irresponsável, que não sabe que o seu pessoal está ruim, que não sabe as notas dos seus alunos, que não toma providência! A placa é uma proteção, é um direto da criança e do adolescente. A placa não vai expô-los, não! Até eles serão grandes instrumentos de cobrança, porque aprenderão, desde cedo, com pouca idade, a protestar e a cobrar de si próprios. Com isso, estudarão mais, porque não vão querer ficar numa situação inferior aos da escola vizinha.

Acredito muito na competição, acredito que todos nós – uns mais, outros menos – somos movidos pela vaidade. O importante é que a vaidade move o mundo, os anseios das pessoas de crescer movem o mundo. Fui criança, todos nós fomos crianças. Quanto gostamos da competição nos esportes, nas gincanas e em tudo o mais! Isso tem de se transformar numa gincana do bem, em benefício deles. Essa placa é um ponto de partida importantíssimo! Mais à frente, a gente vê o que faz, corrige as distorções. Mas a placa é obrigatória.

As metas, como disse o Secretário, são importantes. Às vezes, você era muito ruim, mas cresceu 100%; não está na média ainda, mas merece aplausos. É da maior importância a transparência na questão dos indicadores e no cumprimento dessas metas.

As explicações sobre o cálculo, como foi, como não foi, quem está com vergonha é que as faça! Reúna os pais e a sociedade e lhes dê uma explicação! Dê explicação à classe política, ao prefeito da cidade e ao secretário de educação. Vamos constranger essas pessoas. As pessoas que assumem e ocupam esses cargos precisam ter responsabilidade sobre eles. Se é o político que escolheu o diretor, não eu, acuse o golpe!

Sou a favor dessa transparência total e absoluta. É claro que a discussão é da maior importância. É preciso melhorar essa publicização. É preciso impor melhores condições, para que a criança fique confortável, para que seja algo decente para a sociedade. Enfim, não sei como, mas essa placa precisa existir, porque vai ser uma mola propulsora de grandes mudanças no

País. Isso vai mexer com a vaidade de muita gente e com a falta de compromisso de outras mais.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senadora Kátia Abreu.

Senador Cássio, viu como o senhor trouxe para esta Comissão e para esta audiência pública muitas dúvidas, muitas questões importantes sobre o Ideb?

Aqui, falou-se que não podemos avaliar os desiguais com a mesma igualdade. É preciso que a família e a escola interajam. A família está muito distante, na maioria das vezes, da escola.

Como publicizar? Como avaliar? Leva-se em conta somente a nota? Já se mostrou que isso não é possível. Mas há um consenso aqui: é muito importante esse assunto, que tem de ser exaurido, para vermos como fazer isso. O Ideb deveria servir, como foi dito aqui com muita propriedade, para todos, para os Ministérios, para o Senado, para a Câmara, para os Municípios. Lembro que "pau que bate em Chico bate em Francisco". É muito cômodo haver dois pesos e duas medidas.

Tenho a certeza de que, como disse o Senador Cássio, os avanços são muito tímidos na educação. Temos de sair da retórica, temos de sair do *marketing* usado na educação. Este País precisa investir com seriedade em educação. Não se dá atenção à educação. Muito poucos governos investiram com vontade em educação. Educação não se faz por meio de leis ou de decretos, mas por meio de investimentos em longo prazo. As gerações futuras vão pagar caro pela omissão desta geração, que ainda não investe em educação.

Como estamos na iminência de irmos para o plenário, concedo a palavra, por dois minutos, para fazer as considerações finais, a cada um dos nossos convidados, começando pela Drª Maria Eveline.

A SRª MARIA EVELINE PINHEIRO VILLAR DE QUEIROZ – Como para os senhores presentes, é fundamental para o Ministério da Educação participar dessa discussão.

A orientação de que estamos refletindo sobre a tomada de posição fica reforçada ao ouvirmos as ponderações que estão sendo feitas aqui. Tornar pública a informação, fazer com que os elementos da escola – projeto pedagógico, propostas, metas, resultados – sejam públicos e transparentes e cheguem à família é importante.

Eu falava que, infelizmente, algumas questões na educação e em outras áreas – penso que isso ocorre na política também – não são tão lineares. A forma de esclarecer os pais pode não passar necessariamente pela única informação do Ideb. Explicar pode significar esclarecer o que é que a escola tem.

Enquanto as pessoas estavam falando, eu me lembrava de um fato: meu filho mais velho, que é professor de Português e diretor de uma escola no subúrbio do Distrito Federal, disse que ele tem de escolher entre pensar no resultado da avaliação e saber como encaminhar a recepção dos alunos na escola. Se um diretor, em determinado momento, não pensa sequer que não vai receber determinado aluno porque isso pode comprometer a nota dele no Ideb, precisamos pensar nisso com muito cuidado.

Reforço a importância dessa avaliação. Precisamos criar condições para que as escolas saibam utilizar e analisar o resultado da avaliação a seu favor, no sentido da melhoria da qualidade de ensino.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado.

Passo a palavra, para fazer suas considerações, ao Prof. Marcelino.

O SR. JOSÉ MARCELINO DE REZENDE PINTO – Inicialmente, eu queria agradecer-lhes o convite.

Este debate mostra que o tema é polêmico.

Em primeiro lugar, junto com a companheira Heloisa, é fundamental esclarecer que a Fundação Abrinq não entrou nem entrará com qualquer processo, mas divulgou seu posicionamento público contrário ao uso do Ideb na porta da escola, pois entendeu que esse não é um instrumento competente para avaliar a qualidade do ensino. A legitimidade da Abrinq não se discute. É um dado a mais – isto não torna a sua posição correta – para os Srs. Senadores refletirem sobre o tema.

A ilustre Senadora não estava presente quando da minha fala. Quero dizer que uma questão-chave – não quero gerar outra polêmica no debate – é a seguinte: todos os estudos – e dos Estados Unidos veio a matriz deste modelo – mostram que a nota numa prova é muito marcada pelo nível socioeconômico das famílias. Esse é um consenso na pesquisa. Insisto no convite aos pesquisadores. O Brasil já tem uma massa crítica de pesquisadores em avaliação. Isso significa que a nota de uma escola e dos alunos não reflete a qualidade do ensino daquela escola. Não posso comparar alhos com bugalhos. Se divulgo a nota de escolas diferentes e digo que a nota é um indicador de qualidade, isso é falso. Posso afirmar, com toda a tranquilidade, que a pesquisa diz que isso é falso. Aquela nota não é um indicador da qualidade daquela escola. Para isso, seria preciso que eu comparasse escolas com perfis equivalentes de alunos. Aí sim, se escolas com perfis equivalentes de alunos têm notas diferentes, começa-se a pesquisa.

Somente esclareço a minha posição.

A segunda questão-chave é que um sistema como esse segrega, e aí vale a pena estudar a experiência

chilena, que levou ao paroxismo essa segregação. E segregação diminui a qualidade. Segregação, a meu ver, choca com o que diz a Constituição, sim. Então, é coerente a posição da Abrinq, na qual insisto.

Um modelo em que trabalho com a ideia de competição vai inviabilizar algo que o Gustavo Ioschpe disse, que é compartilhar informação. Se, no sistema, quem tem a maior nota ganha mais e é premiado, é óbvio que não se estimula a solidariedade. É exatamente isso que ocorre muito no sistema privado de ensino, em que um aluno compete com outro para entrar na USP, na UnB ou em outra universidade.

Então, era isso que eu queria dizer.

Do ponto de vista propositivo – vou ser rápido –, penso que seria fundamental o que é feito em outros países. Ao se divulgar o Ideb – eu trouxe uma tabela aqui –, poderia ser divulgado também o perfil socioeconômico dos alunos daquela escola, para que a comparação fosse feita em termos minimamente aceitáveis do ponto de vista científico. Uma comparação sem esse dado, do ponto de vista científico, é nula.

O Brasil precisa de uma política de avaliação. Essa política não existe aqui. Cada Estado tem o seu sistema de provas, o MEC tem o seu sistema de provas, e um não confia no outro. Por exemplo, São Paulo não confia no MEC e, então, criou o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp). Então, do que precisamos? De um sistema. Hoje, há a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), ou seja, há uma massa crítica significativa que se poderia juntar e criar instrumentos integrados de avaliação, não as dezenas de provas que existem hoje e que dão muito dinheiro para quem as faz – é importante dizer isso. Quando fui Diretor do Inep, surpreendeu-me o fato de que 70% do orçamento do Inep iam para a Cesgranrio, o que é algo assustador.

Por último, quanto ao que a Senadora disse sobre a vaidade e a competição, penso que há um elemento fundamental, que temos de estimular nos tempos de hoje, que é a solidariedade. A educação é um projeto coletivo. Não é uma educação só para os bons, como era a escola do passado. A escola brasileira, que, muitas vezes, é vista como boa, era uma escola para poucos, para os que sobreviviam. E, curiosamente, sobreviviam aqueles de nível socioeconômico mais elevado no sistema escolar. O grande desafio no Brasil – e, por isso, é tão difícil – é o de formar uma escola que, de fato, seja boa para todo mundo. Esse é o nosso grande desafio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Obrigado, Prof. Marcelino.

Passo a palavra, para fazer suas considerações finais, ao Sr. Gustavo Ioschpe.

O SR. GUSTAVO IOSCHPE – Muito rapidamente, quero deixar claro, em primeiro lugar, que não há nenhuma proposta da minha parte de vincular o Ideb à remuneração, à transferência de recursos. A proposta é de divulgação dos dados, pura e simplesmente. Então, não há qualquer relação com aquilo que o Marcelino está falando.

Em segundo lugar, não vejo por onde se daria a segregação nesse sistema. Pelo contrário, essa é uma maneira de aumentar justamente a qualidade da educação para todos, diminuindo, portanto, a segregação, a desigualdade. Um sistema que premia de forma diferente aquelas pessoas que têm dificuldades socioeconômicas, aí sim, está estimulando a continuidade da segregação social. Já falei sobre isso e não me quero estender.

Em terceiro lugar, penso que há certo consenso aqui de que há necessidade de se dar publicidade a essas notas. E há uma discussão sobre a maneira mais apropriada de se fazer essa publicização.

Eu queria me remeter a um bom exemplo: a campanha antitabagismo do próprio Governo brasileiro. Obviamente, a comunicação que é feita numa embalagem, num maço de cigarro para a população como um todo não tem a mesma sofisticação e a mesma complexidade de um *paper* apresentado sobre aquele assunto numa conferência de expertos sobre tabagismo. Então, não faria sentido algum, como campanha de comunicação pública, colocar, no maço de cigarro, uma nota dizendo: "Há uma probabilidade estatisticamente significativa de que você pode desenvolver câncer de pulmão, mas há vários fatores, como a sua saúde, a sua história, os seus hábitos alimentares, que mitigam ou aumentam o risco". Quer dizer, a comunicação é diferente para diferentes públicos.

A minha proposta, obviamente, não tem a intenção de ser a única e exaustiva proposta de divulgação desses dados. É preciso haver uma divulgação mais sofisticada para a comunidade acadêmica; é preciso haver uma divulgação um pouco menos sofisticada, mas, ainda assim, com mais dados para os diretores de escola e para os professores; é preciso haver uma divulgação mais simples e compreensível para os pais e alunos da escola. Não estou aqui para criar um formato que seja o mesmo para todos.

Eu só queria deixar um pedido para os Senadores que, eventualmente, fiquem interessados em recolocar esse projeto como proposta de lei: que não acabem com o efeito dessa divulgação da placa, criando uma divulgação tão complexa, que a população não a entenda. Se isso for feito, vai se gastar muita energia, e

não se vai obter resultado algum. Precisamos de um mecanismo – talvez, não sejam a régua e as cores; isso, obviamente, pode e deve ser discutido – que faça com que uma pessoa na periferia, uma pessoa com baixo nível educacional, qualquer pessoa possa ler e entender e, pelo menos, ter uma ideia do que está acontecendo.

Aí concordo plenamente com a Senadora. Acho que não precisa haver um trabalho muito grande de explicação, explanação prévia. Acho que esse trabalho justamente vai acontecer no momento em que houver divulgação desses dados. No momento em que você diz: temos um problema, temos dificuldades, aí, sim, as pessoas vão querer se inteirar e entender. Se a gente parte do pressuposto de que precisamos fazer primeiro uma grande campanha de mobilização e explanação, aquelas pessoas que não estão preocupadas com o assunto, que acham que a qualidade da educação de seu filho é ótima, vão continuar não interessadas. Então, primeiro precisamos dar o dado da realidade e, simultaneamente, explicar e esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Obrigado, Sr. Gustavo Ioschpe.

Por fim, passo a palavra ao Sr. Neroaldo Pontes.

O SR. NEROALDO PONTES – De maneira telegráfica: acho que a questão levantada pela Senadora, embora não estivesse diretamente ligada, mas tudo é ligado em educação, sobre o PNLD é pertinente. Acho que a gente deve discutir essa questão.

De fato, de maneira rápida, muitos livros academicamente perfeitos e aprovados não são adaptados à educação básica. Há questões a se pensar, mas essa é outra discussão.

Ao mesmo tempo, Senadora, com todo respeito, eu entendo que, é claro, a explicação como desculpa não vale, mas a explicação como transparência é importante, porque a maneira de calcular o Ideb a população não a conhece; quem a conhece são os acadêmicos. Daí, a dificuldade e as comparações. Isso é preciso fazer.

É preciso situar a avaliação no contexto, com suas potencialidades e seus limites, como foi feito, inclusive, mostrando seus limites. Não é só a placa que vai resolver, não é só a avaliação. O que pleiteamos – foi isso que entendi no artigo da Profª Verônica – é muito mais a melhoria da qualidade da educação do que propriamente a questão de se discutir essa ou aquela maneira de divulgar. É a qualidade da educação que nos interessa. É nisso em que nós temos avançado pouco, apesar de ter avançado na quantidade.

Por outro lado, para terminar, é importante a questão do perfil socioeconômico. Os exames analisam, os exames têm perguntas que podem detectar o nível socioeconômico dos alunos, o que significa que podemos fazer belíssimos estudos, belíssimos no sentido de importantes estudos, para melhorar a política da educação em benefício daqueles que, de fato, têm resultados menores.

Eu, particularmente, acho muito mais importante apoiar as escolas que têm maiores dificuldades do que premiar aquelas que têm resultado maior, porque ter um resultado maior é uma obrigação e, muitas vezes, o fato de não se ter um resultado bom – e temos isso – ocorre por falta de condições. Não é a mesma coisa uma escola no interior da Paraíba, ou do Pará, ou do Acre, e uma escola no centro de São Paulo. É evidente que é preciso pensar também nesse aspecto regional, o que nos remete à questão socioeconômica e nos remete também – o Senador Cássio disse isso com absoluta propriedade e vai se discutir essa questão – à nossa concepção federativa do Brasil e o nosso pacto federativo que precisa, realmente, fazer com que ilumine todas as questões e, de modo muito específico, a questão da educação.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Neroaldo Pontes.

Das diferenças de pensamentos e de opiniões resultam os bons debates.

Agradeço, mais uma vez, ao Senador Cássio Cunha Lima...

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Pois não, Senadora.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Gostaria de fazer apenas um comentário de menos de um minuto.

Secretário, a gente só precisa ter o cuidado...

Eu tenho minhas dúvidas em não premiar, em não aplicar a meritocracia para não ocorrer o que ocorre com os prefeitos hoje. Há muitos prefeitos no Brasil que têm pavor de subir o seu IDH porque isso diminui os seus recursos.

Então, não premiar a meritocracia é algo muito complicado. Claro que apoiar aqueles que estão em piores condições é necessário. É preciso fazer isso, mas é muito importante premiar. As pessoas precisam disso. Todos precisam de alento, todos precisam de estímulo, todos precisam ser elogiados, a escola precisa avançar e aqueles que ganharam e que conseguiram cumprir suas obrigações... Além de ser uma obrigação, não custa nada incentivar, estimular.

Conheço prefeitos que reclamam, dizendo: "Quando eu consegui cumprir minha obrigação, Kátia, quando eu fiz bonito em meu Município, os meus recursos diminuíram".

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senadora Kátia.

Muito bem colocadas suas observações. Então, como dizia, agradeço, mais uma vez, ao Senador Cássio Cunha Lima pelo seu requerimento, pela sua boa intenção em colocar em debate um tema da maior importância.

Agradeço aos nossos convidados a deferência que tiveram ao vir aqui e expor seus pensamentos, que, certamente, vão contribuir para esta Casa avançar nesse tema, que é da maior relevância dentro da educação.

Assim, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a presença de todos.

(Iniciada às 10 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 30 minutos.)

Ata da 9ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, Realizada em 27 de Março de 2012.

Às onze horas e trinta e dois minutos do dia vinte e sete de março de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Roberto Requião** e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Lauro Antonio, Ivonete Dantas, Benedito de Lira, Ana Amélia, Cyro Miranda, Cássio Cunha Lima, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, João Ribeiro, Kátia Abreu, Delcídio do Amaral, Marta Suplicy, Vanessa Grazziotin, Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Ciro Nogueira, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Mozarildo Cavalcanti, Vicentinho Alves e Randolfe Rodrigues, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, José Agripino, Magno Malta e Cristovam Buarque, que justifica a ausência. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta pelos itens não terminativos, aguardando quórum para deliberação dos projetos terminativos. **Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 651, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Gim Argello, que "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir na modalidade de educação de jovens e adultos a política de atenção educacional e social aos idosos". O relator designado é o Senador Armando Monteiro e o parecer favorável é aprovado. **Item 4: Projeto de Lei do Senado nº 658, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Inácio Arruda, que "Altera a Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, para atualizar a regulamentação do exercício da profissão de Economista e dá outras providências". O relator designado é o Senador Armando Monteiro e o parecer é favorável, com as emendas oferecidas. A matéria é retirada de pauta, atendendo à solicitação do relator. **Item 6: Projeto de Lei do Senado nº 18, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Pedro Simon, que "Acrescenta dispositivos à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que 'Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências'. (Estabelece classificação por faixa etária para presença de crianças em atividades culturais audiovisuais)". O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o parecer é favorável, na forma do substitutivo oferecido. A matéria é retirada de pauta, atendendo à solicitação do relator. **Item 14: Proposta de Ato**, de autoria do Senador Paulo Bauer, que "Disciplina os procedimentos para o funcionamento das audiências públicas da Comissão de Educação, Cultura e Esporte". Manifestaram pela não deliberação da proposta os Senhores Senadores Cássio Cunha Lima, Ana Amélia, Mozarildo Cavalcanti, Cyro Miranda, Lídice da Mata e Ana Rita. A presidência concede vista coletiva. **Item 10: Requerimento nº 14/2012-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Paulo Paim e Paulo Davim (não membro), que requer "Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II e V, do Regimento Interno desta Casa, requeiro a realização de Audiência Pública pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com o objetivo de debater as cotas de patrocínio da CBF aos clubes que participam do Campeonato Brasileiro. Sugiro que sejam convidadas autoridades ligadas aos seguintes órgãos e entidades: Eduardo Serrano da Rocha – Presidente da Liga de Futebol do Nordeste; Confederação Brasileira de Futebol – CBF; TV Globo; Jornalista Milton Neves; Senador Zeze Perrella – Ex presidente do Cruzeiro Esporte Clube". O Requerimento é aprovado. **Item 11: Requerimento nº 15/2012-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Eduardo Suplicy (não membro), Lídice da Mata, Paulo Paim e Ana Rita, que requerem "... nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, em substituição ao requerido pelo documento no 55441.17129 – após ouvir as palavras do Presidente da Comissão, emanadas na reunião de 13 de março de 2012 – a realização de audiência pública para

instruir o Projeto de Lei do Senado no 159, de 2011, em cumprimento ao prescrito no art. 2o da Lei no 12.345, de 2010. Para tanto, indico, como debatedores, os representantes de organizações e associações vinculadas aos segmentos interessados: Cláudio Santili, da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo; Hugo Nascimento, do Instituto Baresi; Katia Ogawa, da Associação Brasileira de Osteogenesis Imperfecta; e Rogério Lima, da Associação Maria Vitória de Doenças Raras". O Requerimento é aprovado. **Item 12: Requerimento nº 16/2012-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que requer "... nos termos do Art. 93 e do §1º do Art. 94 do Regimento Interno do Senado Federal, seja aditado o nome do Dr. Salomão Rodrigues Filho, representante do Conselho Federal de Medicina – CFM, ao Requerimento n.º 04, de 2012 – CE, de autoria do nobre Senador Roberto Requião". O Requerimento é aprovado. Neste momento, o Senador Cássio Cunha Lima informa ao Plenário que, na próxima Reunião, apresentará Requerimento para incluir representantes de vários setores interessados no tema. Logo após, o Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, comunica ao Plenário que o Dr. Aloysio Campos da Paz, convidado por meio do Requerimento nº 04, de 2012 – CE, declinou do convite. **Item 13: Requerimento nº 17/2012-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que "Nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, para discutir sobre o PLC nº 31 de 2010 que dispõe sobre a regulamentação do exercício da atividade de psicopedagogia seja realizada Audiência Pública desta Comissão, com a presença dos seguintes convidados: Representante do Conselho Nacional de Saúde; Representante do Conselho Nacional de Educação; Senhora Quézia Bombonatto – Presidenta da Associação Brasileira de Psicopedagogia; Senhor Humberto Verona – Presidente do Conselho Federal de Psicologia". O Requerimento é aprovado. Prosseguindo, a Senhora Senadora Ana Rita requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado **(ver Extra-Pauta: Item 1)**. Logo após, o Senhor Senador Randolfe Rodrigues, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado **(ver Extra-Pauta: Item 2)**. **Item 7: Projeto de Resolução do Senado nº 45, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Lídice da Mata e Paulo Paim, que "Institui no Senado Federal a Comenda Senador Abdias Nascimento e dá outras providências". O relator designado é o Senador Inácio Arruda e o parecer é aprovado com a Emenda nº 1-CE. **Item 15: Comunicados da Presidência:** Não houve comunicados. Prosseguindo, a Presidência passa à deliberação do itens incluídos extra-pauta. **Extra-Pauta, Item 1: Requerimento nº 18/2012-CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Ana Rita, que requer "Com fulcro no artigo 256, Inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a retirada definitiva do Requerimento nº 60/2011". O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 2: Requerimento nº 19/2012-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que requer "Em aditamento ao Requerimento Nº 11, de 2012 – CE, reitero o convite para que a Ministra de Estado da Cultura, Excelentíssima Senhora Ana de Hollanda, compareça à Audiência Pública nesta Comissão para prestar informações sobre denúncias veiculadas em matéria do jornalista Jotabê Medeiros e debater as políticas do Ministério para a setor". O Requerimento é aprovado. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2009; Item 3: Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2011; Item 5: Projeto de Lei do Senado nº 327, de 2004; Item 8: Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2010 e Item 9: Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2010**. Prosseguindo, a Presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente, Senador Roberto Requião**, encerra a reunião às doze horas e quarenta e oito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares**, **Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Roberto Requião,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, e submeto à apreciação do Plenário a dispensa de leitura da Ata anterior e a aprovação da mesma.

Os Senadores que discordam se manifestem. *(Pausa.)*

Aprovada.

Nós estamos com alguma dificuldade hoje de quórum para projetos terminativos, porque a Comissão de Assuntos Econômicos, que se sobrepõe à nossa, com a participação dos mesmos Senadores, tem matérias extremamente importantes em discussão.

Então, vamos tentar colocar em votação matérias não terminativas. *(Pausa.)*

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Pela ordem, Presidente Requião. Por favor...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, a Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Eu estou com um problema, Presidente. Além da participação na discussão e no debate da CAE, eu sou líder do meu partido e há um destaque de um Senador do meu partido que eu terei que defender na Comissão. Sem a minha presença, o destaque não pode ser votado. Portanto, como ainda temos dois inscritos, eu gostaria de ver a possibilidade de a matéria que vou relatar...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Qual é o item?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Mas é terminativa. Tudo bem, senão eu iria pedir a inversão de pauta.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O primeiro item não terminativo... *(Pausa.)*

O Senador Inácio Arruda não está no plenário.

Qual é o outro item? *(Pausa.)*

Do item 2 o Relator é o Senador Armando Monteiro. O item 4 também é do Senador Armando Monteiro. *(Pausa.)*

Temos a votação dos requerimentos. *(Pausa.)*

Paulo Paim e Paulo Davim não estão presentes.

Senador Armando Monteiro é o Relator do item 2 da pauta.

Senador, com a palavra.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o projeto em tela, cujo autor é o nobre Senador Gim Argello, pretende alterar a Lei nº 9.394, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir na modalidade da educação de jovens e adultos a política de atenção educacional e social aos idosos.

O projeto nos parece muito oportuno e apropriado para equacionar a questão das políticas públicas direcionadas aos idosos, primeiro, por centralizar a questão na Lei de Diretrizes e Bases da Educação exatamente no capítulo que trata da modalidade de ensino, que, ao mesmo tempo, revela e esconde a realidade da demanda dessa crescente massa da população brasileira, e, segundo, por acolher tema tão atual.

Os dados impressionam. Na virada do século, o censo demográfico indicava a presença de cerca de 14 milhões de brasileiros com mais de 60 anos. Já os resultados do último recenseamento registraram 18 milhões de pessoas nessa faixa etária, ou seja, 12% da população. Em 2030, a projeção do IBGE estima em 40 milhões o número de idosos, o que alcançaria quase 20% da população brasileira. Essa é uma realidade para a qual devemos estar preparados. Ela já chegou e precisamos enfrentá-la com a mesma competência que o Japão e o Canadá e outros países desenvolvidos o fazem. Ora, em nosso País é fundamental tratar de políticas sociais dos idosos sob o enfoque educacional.

É importante destacar que tramita na Câmara dos Deputados, desde dezembro de 2010, o Projeto de Lei nº 8.035, que fixa o novo Plano Nacional de Educação, e nele os idosos não são mencionados uma única vez, malgrado a sua importância crescente em nossa sociedade. Nenhuma das 20 metas ou das 170 estratégias se refere a esse contingente. A aprovação célere desse projeto por certo contribuirá para preencher essa lacuna.

Pelo exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 651.

É esse o nosso relatório.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o relatório do Senador Armando Monteiro. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os favoráveis permaneçam como estão. Os contrários se manifestem.

Aprovado.

(É o seguinte o item aprovado:

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 651, DE 2011
– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir na modalidade de educação de jovens e adultos a política de atenção educacional e social aos idosos.

Autoria: Senador Gim Argello

Relatoria : Senador Armando Monteiro

Relatório: Favorável

Observação:

1– Matéria terminativa na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa)

O Senador Armando Monteiro tem compromisso na Comissão de Assuntos Econômicos. Então, vamos pular aqui dois itens e o Senador Armando Monteiro passa a relatar o Item 4 da pauta.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Presidente, eu agradeço pela sua deferência e solicito aqui, esperando que conte com a anuência desta Presidência, a retirada de pauta do projeto, tendo em vista a necessidade de esclarecer um aspecto que nos foi trazido agora, nessas últimas horas.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Então, fora de pauta o Item 4.

(*É o seguinte o item retirado de pauta:*

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 658, DE 2007
– Não Terminativo -

Altera a Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, para atualizar a regulamentação do exercício da profissão de Economista e dá outras providências.

Autoria: Senador Inácio Arruda

Relatoria : Senador Armando Monteiro

Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas

Observação:

1– Matéria terminativa na Comissão de Assuntos Sociais)

Com a palavra, pela ordem, o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Eu estava pronto para relatar o Item 6, mas me chega uma nota técnica da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República pedindo que seja estudada melhor essa matéria e eu peço a retirada de pauta para discutir. E nas próximas semanas volto a apresentar o Item 6.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Fora de pauta o Item 6, transferido para a próxima reunião, na próxima terça-feira.

(*É o seguinte o item adiado:*

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 18, DE 2006
– Terminativo –

Acrescenta dispositivos à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências". (Estabelece classificação por faixa etária para presença de crianças em atividades culturais audiovisuais).

Autoria: Senador Pedro Simon

Relatoria : Senador Valdir Raupp

Relatório: Favorável, na forma do substitutivo oferecido

Observações:

1– Sendo aprovado o substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal

2– A matéria constou na pauta da reunião do dia 06/03/12)

O Senador Bauer, na última reunião, tinha cobrado da Mesa a discussão de uma proposta sua a respeito de um ato regulamentando audiências públicas.

Eu passo, então, a palavra ao Senador Paulo Bauer, para expor a sua proposta.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Sr. Presidente, nobres colegas Senadores e Senadoras, de fato, no ano passado, por solicitação do Presidente Roberto Requião, elaboramos um estudo para organizar a apresentação de requerimentos de realização de audiências públicas nesta comissão.

Eu lembro que foi mencionado, mais de uma vez, que por se tratar da Comissão de Educação, cabe a todos nós criar normas e cultura, dentro da Casa, tendo em vista que quase todas as audiências públicas, com algumas exceções, nós realizamos nesta comissão, com a presença do Presidente e do Senador que a requereu e mais os convidados, criando, inclusive, situação de desconforto e constrangimento, em muitas ocasiões, pela falta de quórum evidente durante a reunião de audiência pública.

Se temos um Regimento Interno do Senado Federal a ser cumprido, obviamente não é possível que a comissão modifique este regimento, que precisa ser respeitado. É sabido que já existem ações e conversações entre vários Senadores e presidentes de comissão no sentido de alterar o próprio Regimento Interno da Casa para que não tenhamos tantas audiências públicas se sobrepondo umas às outras e, por isso mesmo, tenhamos falta de quórum.

Por outro lado, é sabido que, em muitos momentos, uma audiência pública poderia ser transformada numa simples audiência entre o Senador interessado no assunto e, eventualmente, um ou dois convidados que conhecem o tema e que poderiam subsidiar esse Senador com as informações necessárias.

O uso do artifício, do mecanismo da audiência pública nem sempre interessa a todos os Senadores ou a todos os integrantes da Comissão. Interessa muito mais a um relator, a um Senador que tem um problema específico no Estado que representa ou em relação ao assunto que está abordando, analisando.

Por isso, Sr. Presidente, pedimos a ajuda da consultoria da Casa e, com a ajuda dela, elaboramos uma proposta de ato da Comissão. Portanto, ele é infrarregimental, mas de valia de gestão, digamos, de valia de ordenamento desta Comissão, disciplinando os procedimentos para o funcionamento das audiên-

cias públicas nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Eu me permito ler. Sei que já foi distribuída a todos os Senadores esta proposta, mas o ato tem os seguintes artigos.

"Art. 1º Os requerimentos para a realização de audiência pública serão lidos na reunião ordinária subsequente à sua apresentação e incluídos na pauta da Comissão para deliberação como último item." Ou seja, qualquer requerimento que chegue à Mesa na reunião de hoje, por exemplo, será lido na reunião seguinte e deliberado como último item da pauta. Seria uma regra que esta Comissão adotaria.

"§ 1º Os requerimentos de realização de audiência pública assinados por, no mínimo, seis membros da Comissão serão incluídos para deliberação extrapauta por solicitação de um dos seus signatários." Ou seja, se o requerimento tem seis assinaturas e é apresentado na reunião de hoje, poderá ser analisado na reunião de hoje, se houver requerimento de um dos signatários. O que não poderia mais acontecer e não aconteceria é o que se pratica hoje: um signatário requer a análise, como esta pauta, no mesmo dia. Então nós não podemos impedir que isso seja feito, mas podemos criar a regra das seis assinaturas.

Portanto, para inclusão extrapauta e para votação da matéria de qualquer requerimento no dia em que ele for apresentado, obrigatoriamente devem ser apresentadas seis assinaturas no requerimento.

"§ 2º O disposto no § 1º não se aplica na hipótese de haver quatro ou mais audiências públicas agendadas na Comissão." Se tivermos já aprovadas quatro audiências públicas, não há possibilidade de pedido de votação extrapauta, senão imediatamente se teriam a quinta, a sexta, a sétima audiência pública já aprovada, e começaria a haver problema de agenda para a sua realização.

Seria uma forma de organizarmos e disciplinarmos o número de audiências que estão à frente.

Art. 2º As audiências públicas destinadas à oitiva de Ministros de Estado e demais autoridades referidas no art. 50 da Constituição serão realizadas na segunda e na quarta semana de cada mês, e as demais, exclusivamente na primeira e na terceira semana.

Senão fica aquela coisa: vem um ministro, e marcamos para esta semana. Aí todas as outras que estavam previstas passam para trás. Enfim, nós organizaríamos, de forma que sempre ficaria preservada – preservada, falo – a terceira... perdão, a segunda e a quarta de cada mês para a audiência de autoridade – de autoridade e, eventualmente, de quem mais pudesse estar presente à mesma reunião.

"Art. 3º As reuniões destinadas à realização de audiências públicas somente serão iniciadas com a presença, na sala de reuniões, da maioria absoluta dos membros da Comissão." Isso é autoexplicativo. A maioria dos membros teria de estar aqui, para a audiência ser instalada, ter sua realização iniciada.

§ 1º Permite-se a verificação da existência de quorum por registro de presença dos membros da Comissão, na hipótese das audiências públicas convocadas

(...) presença dos membros da Comissão, na hipótese das audiências públicas convocadas mediante os requerimentos de que trata o § 1º do art. 1º, desde que estejam presentes na sala de reuniões, no mínimo, um terço dos seus signatários.

Ou seja, dos seis que subscreveram o requerimento, dois devem estar presentes na sala; caso contrário, vai se verificar o quórum mínimo de realização de audiência pública, conforme o Regimento da Casa prevê.

Continuo a leitura:

§ 2º Em qualquer hipótese, a audiência pública será suspensa se, durante a sua realização, ocorrer falta de quórum, na forma do disposto no caput e no § 1º.

Art. 4º. É vedada a realização de audiência pública com mais de quatro depoentes [essa seria outra providência; sempre seriam, no máximo, quatro depoentes, não mais do que quatro depoentes].

Parágrafo único. Na hipótese de o requerimento prever que sejam convidados a depor mais de quatro pessoas, o Plenário da Comissão escolherá quatro entre os indicados.

Às vezes, Sr. Presidente, o requerimento indica seis nomes. Teríamos de votar o requerimento e teríamos de votar, dos seis nomes, quais seriam os quatro convidados, sob pena de haver audiências públicas em que se é obrigado a conceder a palavra para a pessoa por apenas cinco minutos, para que ela explique um tema que não é explicável em menos de dez ou quinze minutos.

O art. 5º determina: "Art. 5º. Os convites para depoimento nas audiências públicas são nominais e intransferíveis, vedada a substituição dos depoentes".

Já vivemos, nesta Comissão, circunstâncias em que o Presidente teve de administrar uma situação em que um convidado, uma autoridade federal não compareceu à reunião e mandou representante. Aí fica aquele impasse: abre-se ou não a audiência pública? Nesse caso, se houver apenas um convidado, ficará estabelecido que, se não vier aqui a autoridade convidada, não haverá audiência. Se houver mais de um convidado, obviamente, a maioria deles deverá estar presente.

Continuo:

Art. 6º. É vedada a realização de audiência pública sobre matéria em tramitação no Senado Federal:

I – sujeita a prazo de tramitação, se faltarem menos de dez dias para o final desse prazo; (...)

Nesta Comissão, já houve casos em que solicitamos audiência pública na quinta-feira para esta ser realizada na segunda-feira, porque a matéria seria votada na terça-feira no plenário. Isso, evidentemente, cria uma dificuldade muito grande em relação à presença aqui dos Senadores, aos convites que devem ser feitos e à análise adequada da matéria, pela exiguidade do tempo.

Diz o inciso II do art. 6º: "II – que não tenha sido despachada para exame pela Comissão".

Concluo: "Art. 7º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação".

É evidente, Sr. Presidente, que essa é uma tentativa de regular a matéria. Atendendo à sua solicitação e à sua delegação, pude elaborar esse texto, para submetê-lo à apreciação dos colegas membros da Comissão, no sentido de haver produtividade, eletividade e um resultado maior nas audiências públicas.

Deve-se dizer que, no ano passado, fizemos audiências aqui que foram espetacularmente valiosas para todos os Senadores, para a Comissão de Educação, para o Senado e para a sociedade, mas também houve audiências que não tiveram o efeito, o resultado desejado, devido aos problemas que já citei.

Isso, então, de certa forma, tornaria as audiências um pouco mais bem pensadas e um pouco mais consistentes em termos de tema e de realização. Principalmente, haveria uma atratividade maior para os Senadores quanto à presença e quanto à participação, até pelo agendamento prévio que já seria feito: por duas semanas no mês, realizaríamos audiências públicas com a presença de autoridades e, por duas semanas, nós as realizaríamos com a presença de convidados da sociedade que pudessem prestar informações. Embora todos sejam autoridades, quando se fala em autoridade, remete-se a Ministros, a Presidentes de órgãos estatais federais. Os demais, embora sejam autoridades, seriam convidados a participar das outras audiências destinadas a ouvir vários representantes da sociedade civil e da área a ser atendida e abrangida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Para discutir, há dois inscritos: primeiro, o Senador Cássio Cunha Lima e, posteriormente, a Senadora Ana Amélia.

Mas, antes de conceder a palavra a S. Exªs, eu queria fazer uma observação.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, com a devida vênia ao meu colega, vou pedir vista desse projeto, porque eu gostaria de fazer também algumas considerações e de apresentar uma emenda. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Mas, antes disso, eu gostaria de fazer uma observação e uma comunicação.

A observação é a seguinte: outro dia, eu assisti, para o meu desgosto e escarmento do Senado, a uma audiência pública em que estavam nove luminares vindos de pontos distantes do Brasil à mesa, convocados para falar sobre determinado assunto. Nove! E no plenário tínhamos um Senador, escoteiro, assistindo. Essas coisas, de certa forma, deslustram, desmerecem o Senado da República, mas a proposta inicial do Senador Paulo Bauer vai ser posta em discussão e provavelmente melhorada, algumas coisas serão eliminadas, outras acrescentadas. A intenção do Senador é colocar o problema em discussão, e foi uma decisão do Plenário que fez com que ele se dedicasse a esse tema, não uma decisão solitária da Mesa.

A informação que quero dar aos Srs. Senadores é que, amanhã, às 10h, teremos uma audiência pública aqui no plenário, com a Conselheira da Educação da Embaixada da Finlândia.

A Finlândia tem, consensualmente, o melhor sistema de educação no mundo, hoje. E, nós, desde o ano passado, tínhamos feito essa solicitação de uma apresentação no plenário do Senado, porque vamos debater, logo mais, o Plano Nacional de Educação, que se encontra na Câmara. Então, acho que são subsídios muito interessantes. Seria maravilhoso que essa audiência pública, essa reunião, não fosse feita sem a presença dos Srs. Senadores, porque o projeto mais importante dessa Comissão, que é o Plano Nacional de Educação, será debatido aqui logo que a Câmara libere.

Com a palavra para discutir a proposta do Senador Paulo Bauer, o Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, Senador Roberto Requião, Sr. Vice-Presidente, Senador Paulo Bauer, Senadoras, Senadores, o Senador Cyro já fez o pedido de vista. Por isso, não sei se se torna oportuna a discussão da proposta, que é louvável.

Eu compreendo bem a preocupação do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão, no que diz respeito a criar alguns critérios para a realização das audiências públicas. Porém, da leitura que faço do texto e também do que ouvi com atenção há poucos instantes do Senador Paulo Bauer, acredito que a proposta apresentada como sugestão da Consultoria termina por engessar muito a realização destas comissões. Vejo, por exemplo, como enorme contradição a neces-

sidade de se ter seis assinaturas, no mínimo, para a realização de uma audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Permita-me só uma informação, que acho pertinente para o seu raciocínio?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A audiência pública tem o dom regimental de sobrestar a discussão da matéria. Nós enchemos a pauta. Por exemplo, até julho, temos audiências públicas. Qualquer matéria relacionada ao tema de uma dessas audiências fica sobrestada. A discussão fica paralisada. Então, esse é um problema que nós estamos encarando e que causa dificuldades e paralisa a discussão de matérias. Só não acontece na Comissão de Infraestrutura, porque, quando pedi uma audiência pública para ouvir uma série de personalidades que iam falar sobre a ANTT, a direção da Mesa e o Plenário passaram por cima disso, e não foi feita a audiência. Mas, aqui, nós obedecemos ao Regimento. Então, esse é um dos problemas que temos que encarar.

Por favor, continue o seu raciocínio.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Eu compreendo bem a preocupação de V. Exª. Ocorre que há uma contradição visível no que diz respeito à exigência de seis assinaturas para a realização de uma audiência pública contraposta com o poder de iniciativa legislativa que temos. À exceção das PECs, que, todos sabemos, exigem um quórum qualificado de assinaturas, para um projeto de lei, a iniciativa individual do Senador é legítima. Nós somos da oposição, mas, por incrível que pareça, o Governo é quem mais se utiliza do instrumento procrastinatório de se requerer audiência pública para trâmites de matérias.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Existe oposição e sou um deles, com muita honra, dignidade e altivez. Há oposição, sim! E é por isso que nos manifestamos contra qualquer tipo de redução de ação da possibilidade de a própria oposição discutir matérias.

Quanto à presença dos Senadores, acredito que essa ausência está muito mais vinculada a uma pauta intensa de realização de reuniões nas comissões que se sobrepõem nos horários do que propriamente na origem da iniciativa da audiência pública.

Senador Paulo Bauer, para concluir, eu não vou me alongar, mas o art. 2º, por exemplo, que fixa datas para recebimento de audiências com Ministros, também vejo como um engessamento exagerado. Nós sabemos que os Ministros têm sua agenda própria, têm suas dificuldades. Se estabelecer, no ato proposto, uma data para a realização das audiências públicas com a presença de Ministros de Estado, nós teremos um engessamento ainda maior para a realização dessas audiências. Como também vejo com preocupação a exigência de um quórum mínimo de 14 Senadores para que ocorra a audiência de forma presencial, mesmo com a assinatura no livro. Dada a sobrecarga de encontros que temos nas outras comissões, talvez tenhamos dificuldade de encontrar os 14 Senadores para assinar o livro.

Também acho uma vedação extremamente rigorosa o art. 4º, que fixa em quatro depoentes. Em alguns casos, nós precisaremos talvez dos cinco ou dos seis depoentes. Não vejo por quê. Acho que a Presidência terá tirocínio suficiente, sempre, para estabelecer o número de convidados. Em determinados temas, talvez nós precisemos de um número maior do que quatro, e caberá à Presidência da Comissão estabelecer se serão dois, três, quatro, cinco, seis ou talvez oito convidados. Não vejo por que limitar também esse número de convidados para as audiências públicas.

São essas as minhas preocupações, renovando a compreensão da necessidade de se criar algumas regras para a realização das comissões. Mas, da forma proposta, permita-me, *data maxima venia*, com todo respeito, com todo carinho e admiração que lhe tenho, Senador Paulo Bauer, acredito que a proposta esteja extremamente engessada no que diz respeito ao funcionamento das audiências públicas. Sou a favor de criarmos algumas regras, mas talvez flexibilizando algumas propostas que aqui foram apresentadas.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Informalmente, porque foi pedido de vista, mas para um início de discussão, tem a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Talvez até ajude o próprio Senador Cyro, que pediu vistas, na elaboração do seu novo relatório ou da suas emendas que vá apresentar.

Da mesma forma que o Senador Cássio, eu acho que a preocupação do nosso Presidente Roberto Requião e do próprio Senador Paulo Bauer, autor dessa proposição, é de todo elogiável. Desde que cheguei aqui – eu sou, digamos, novata na lide parlamentar –, sofri muito, no ano passado, e estou sofrendo agora.

Tive a oportunidade, Senador Paulo Bauer, de liderar, junto com o Senador Wellington Dias, uma subcomissão da Comissão de Assuntos Sociais que tratava do *Crack*. Nós tivemos "n" audiências públicas com os maiores especialistas na área de combate ao *crack* e outras drogas. De médicos e psiquiatras até dependentes que se recuperaram e hoje prestam serviços relevantes na questão da recuperação das

pessoas. A utilidade daquele trabalho para mim foi extremamente relevante.

Posteriormente, no mesmo trabalho, em um projeto do Senador Demóstenes Torres sobre a questão da internação compulsória ou involuntária, também preferi fazer, porque eu não sou médica e preciso como Parlamentar ter um conhecimento mais profundo dessas questões mais complexas como é a questão da internação compulsória. Então foi esclarecedor o trabalho dos psiquiatras que vieram dar sustentação técnica a um tema que não é do interesse de uma relatora. A questão da droga e do *crack* é um interesse nacional. Então penso que ela tem uma valia independente de ser um ou dois Senadores.

Claro, eu também me constranjo quando a gente vem aqui e vem um ou dois Senadores, mas isso não impede que o trabalho do relator ou do requerente perca a eficácia ou que perca a eficácia todas as iniciativas que tivemos. O problema original aqui não é audiência pública, me parece, mas, sim, a distribuição do trabalho nas comissões. Nós temos 11 comissões, temos 36 subcomissões e mais duas comissões permanentes: a Comissão de Orçamento e a Comissão do Parlamento do Mercosul. Este é o grande problema.

Evidentemente que limitar que uma audiência seja requerida por seis, nós até ferimos o art. 243 do Regimento Interno do Senado, que diz que um projeto de lei pode ser firmado por um Senador apenas.

O Senador Roberto Requião levantou a questão de atrapalhar uma audiência publica a tramitação de matéria. Só acontece em caso de projeto de lei, fora isso, não há problema.

E penso também que, no momento em que o Senado está sendo atacado por todos os lados, nós ainda nos fragilizarmos, e nem uso esse argumento do Senador Cássio, da questão da oposição, mas penso que é um direito digamos, legítimo, de trazer as questões independentes. Porque ou a TV transmite, como as audiências públicas das sextas-feiras, que a gente debate na Comissão de Agricultura, da qual eu sou membro titular, uma audiência pública realizada na sexta-feira das 14 às 17 horas, transmitida pela TV Senado – e o senhor não imagina a participação, porque aí a audiência pública passa a ser não apenas deste ambiente, mas de todo o Brasil debatendo o assunto. E o resultado é extremamente compensador. Foi o caso que eu fiz em Não me Toque, na Expodireto, na sexta-feira, no dia 09 de março, e claro, havia apenas uma Senadora participando, porque o presidente gostaria de estar lá, mas estava com um compromisso em Rondônia. Então, o efeito, porque a participação da Bahia, de Tocantins, de Mato Grosso, da Paraíba, do Senador Cássio, de Santa Catariana, do Paraná do Senador Requião, todos participaram. Então, há outro caminho, que é o da interatividade, quando é uma audiência transmitida pela TV Senado.

Então eu concordo, e estou preocupada que continue.

Agora mesmo o Senador Requião e eu – e vários Senadores – estamos na Comissão de Assuntos Econômicos tratando de questões cruciais: a questão do salário dos Senadores e a questão relacionada à previdência complementar dos servidores públicos. E nós estamos, então, nesse vai pra lá, vem pra cá, vem pra cá, vai pra lá. Aí é uma questão de, digamos, de termos boa vontade de quando requeremos audiência virmos aqui trabalhar, que é o requerente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Mozarildo Cavalcanti com a palavra.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Presidente, eu concordo com quase tudo o que foi dito aqui. Concordo também que há que se disciplinar um pouco essa questão das audiências. Mas fico muito temeroso que a gente maniete um dos pontos fundamentais do Parlamente, que é justamente ouvir, discutir para poder deliberar.

Então, eu quero também me somar e pedir vista coletiva desta matéria, que é importante, realmente a acho importante, mas que não pode ser decidida assim numa primeira oitiva.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Na mesma linha do Senador Mozarildo, a quem eu tenho o maior apreço, também peço vista, porque acho que poderia, hoje, ser prejudicado o seu projeto, cuja intenção é muito boa. Mas ele, hoje, se fosse votado dessa maneira, com certeza ele seria negado. Então, eu acho que a gente pode dar uma reformulada, inclusive junto com V. Exª.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, eu também não tenho dúvida sobre a boa intenção do Senador Paulo Bauer e do senhor que, há algum tempo, vem reclamando da falta de presenças dos Senadores nas audiências públicas. Acho extremamente importante que nós possamos combinar entre nós esse comportamento. Mas eu creio que é necessário... Inclusive V. Exª próprio reconheceu que nós temos hoje uma reunião prejudicada pela pauta da CAE. Creio que uma audiência que vai tratar do nosso

procedimento deveria ter um quórum alto, para que nós pudéssemos debater e decidir sobre ele.

Eu não vejo isso aqui como um projeto de resolução que pudesse se transformar em lei porque ele é infrarregimental. Vejo como um acerto, um acordo entre nós de como pode e deve funcionar melhor a nossa Comissão, mas sem deixar que ele signifique um impedimento ou a criação de uma grande dificuldade para realização das comissões, das audiências públicas, que são a alma das comissões. Eu creio que a gente pode estabelecer até qual o quórum mínimo que a gente admite para realização de uma audiência pública.

O Senador Requião, por exemplo, exige, todas as vezes, que os autores estejam presentes, no mínimo isso – acho que essa é uma condicionante. Mas acho que determinar que, se o quórum estiver baixo, suspende-se a audiência, seria deselegante com aqueles que cumpriram o chamado do Senado para aqui estarem presentes. E, chegando aqui, havendo um quórum de três Senadores, se suspende a reunião, que fica impedida de se realizar.

Creio que nós devemos acordar entre nós algo que possa ser um misto, porque a questão essencial não é o funcionamento das audiências públicas, a questão essencial é o funcionamento do Senado, das comissões do Senado, que resulta numa sobrecarga de funcionamento para os Senadores em comissões que funcionam ao mesmo tempo, levando a concluírem que, quando não é necessária a presença para votação, eles se dirijam à outra comissão onde há projetos terminativos.

Nós vamos mexer naquilo que não resolve de fato a questão. O próprio Senador Mozarildo tem proposta de mudança de funcionamento do Senado para permitir o funcionamento melhor das comissões, enfim. Mas eu creio que a motivação é extremamente justa, nós precisamos que seja chamado mesmo a nossa Comissão para dar um freio de arrumação nos nossos trabalhos para que ele possa funcionar elevando a imagem do Senado lá fora e cumprindo as necessidades de ouvirmos o povo, ouvirmos as instituições, ouvirmos a sociedade organizada, que é também uma função essencial do nosso trabalho.

Eu peço que, portanto, adiemos esta votação e possa discutir regras acordadas entre nós que viabilizem o nosso trabalho.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra o Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Sr. Presidente, eu creio que o propósito que V. Exª anunciou no ano passado de discutirmos a matéria foi alcançado plenamente pela manifestação que nós ouvimos de vários Srs. Senadores e Srªs Senadoras.

É preciso que o Senado Federal, o Congresso Nacional altere determinações regimentais vigentes para que nós tenhamos maior eficácia e maior eficiência no encaminhamento e na discussão de matérias.

O problema não está nesta Comissão, todos sabemos. O problema está nessa excessiva quantidade de comissões e subcomissões e audiências públicas simultâneas. Eu possa dizer, e acho que não é diferente para nenhum Senador, nós conseguimos ler, conseguimos despachar papéis, conseguimos estudar matérias legais depois de 9h da noite e antes das 9 da manhã, porque durante o dia é impraticável, no nosso regime de agenda dentro do Senado Federal.

Eu considero que os pedidos de vista são muito adequados e apropriados para este momento para permitir que se analise mais profundamente, mas é preciso dizer a V. Exªs: é extremamente constrangedor termos uma audiência com quatro, cinco, seis convidados presentes à mesa, e, num determinado momento, o Senador – inclusive o requerente da audiência pública –, por motivos plenamente justificáveis, porque não tem como pautar os seus interesses, os seus projetos de lei numa outra Comissão, ter que se retirar daqui para defender um projeto de lei de sua autoria na outra Comissão. Eu já vivi aqui, Senador Mozarildo, a situação de estar presidindo uma audiência pública sem nenhum Senador presente. Isso não é constrangedor para quem preside a reunião, porque quem preside a reunião não está tendo atividade, mas é constrangedor sem duvida nenhuma para os convidados e para a própria sociedade, que vê o Senado reunido sem presença do mínimo de quorum ou mesmo de Senadores.

A intenção nossa era exatamente valorizar e não depreciar, mas eu acho que vai ser possível discutir isso daqui para frente. Com certeza, todos os senhores que participam de outras Comissões, que participam de outras atividades, e aqui foi dito que o Senador Mozarildo inclusive tem proposta de alteração do próprio Regimento, podem contemplar essas questões na medida em que nós buscarmos uma melhoria do funcionamento do Senado Federal.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Só um apartezinho para dizer o seguinte: muitas vezes o Senador não está aqui presente, mas tem interesse na audiência e, depois, acesso ao que disse a pessoa que veio aqui depor, falar sobre o tema "a" ou "b". Eu mesmo quantas vezes não pude ficar presente em um tema de meu interesse, mas, depois, peguei a parte toda da explanação e me debrucei sobre ela. Assim, eu acho que é importante, sim, mesmo com

um pequeno ou quase nenhum quorum, que tenhamos as audiências.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, eu gostaria rapidamente de colocar também a minha opinião.

Os colegas Senadores e Senadoras, inclusive a Senadora Ana Amélia, já se manifestaram, e tenho plena concordância com a manifestação de todos. Compreendo perfeitamente a preocupação do Senador Paulo Bauer, no entanto, Senador, eu acho que a questão é mais de fundo ainda, porque aqui o projeto que o senhor apresenta disciplina apenas as audiências públicas da Comissão de Educação. Nós vivermos um problema que vai além da Comissão de Educação. São todas as Comissões, e não são apenas as audiências públicas. Na verdade, é um acúmulo de reuniões simultâneas, o que dificulta a nossa participação, muitas vezes, em discussões extremamente importantes. Por exemplo, na semana passada, nós tínhamos aqui um debate interessante do ICMS e, no mesmo horário, outras comissões funcionando discutindo temas de interesse de todos os Senadores.

Então, eu acho que nós precisamos realmente fazer o debate. A provocação que V. Exª faz eu vejo como importante, porque é necessário realmente repensarmos inclusive o cronograma de reuniões, para que não tenhamos reuniões relevantes simultaneamente. Muitas vezes, somos membros de três, quatro Comissões que funcionam ao mesmo tempo. Humanamente, é impossível, e a nossa participação muitas vezes fica a desejar. Por isso, acontece de termos audiências públicas esvaziadas, com palestrantes convidados que nos trazem importantes informações, que não são apenas de interesse dos Senadores, mas de toda a sociedade. As audiências publicas são importantes, necessárias, mas é preciso repensar a forma de funcionamento das audiências públicas e das Comissões.

Eu acho que o debate é muito mais amplo. Eu até sugiro, Sr. Presidente, como encaminhamento, talvez uma reunião com os Presidentes de cada Comissão para que possamos construir uma alternativa de funcionamento dessas Comissões, o que automaticamente vai rebater na realização das audiências públicas. É preciso ter um acordo dos Presidentes de Comissões para que possamos definir, sem sobreposição, dia e hora de funcionamento das Comissões. Muitas vezes uma única Comissão faz diversas audiências públicas na mesma semana ou mais de uma reunião ordinária na mesma semana, e isso, com certeza, traz um transtorno para todo mundo, e ficamos nessa dificuldade de poder participar. Sugiro que haja uma reunião dos Presidentes de cada Comissão, para que se possa construir uma alternativa que vá além do que V. Exª propôs, que é apenas o funcionamento da Comissão de Educação.

Acho que valeu provocação. Ela é necessária. Por diversas vezes, o Senador Requião aqui fez esse questionamento, e realmente precisamos resolver essa questão. Na minha opinião, é importante reunir os Presidentes de Comissão para construir uma saída que atenda a todos nós.

Era isso, Sr. Presidente, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Não temos quórum para votar projetos terminativos. Então, coloco em discussão e votação os requerimentos, a partir do Requerimento nº 10, assinado pelos Senadores Paulo Davim e Paulo Paim.

Paulo Paim com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, na verdade, o requerimento é de autoria do Senador Paulo Davim. Como ele é membro desta Comissão, eu o assinei, e ele quer debater questões ligadas à CBF. É este o teor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra, para discutir, a Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – O senhor está colocando todos os requerimentos de uma única vez para serem votados. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Um a um, Senadora.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Um a um. Mas estão sendo discutidos todos? Eu gostaria de fazer uma observação em relação ao item 13.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Está em discussão o item 10.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – O item 10. Eu imaginei que fossem todos. O item 10. Tudo bem. No item 13, eu me inscrevo para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o requerimento do Senador Paulo Paim. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os contrários se manifestem; os que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

(*É o seguinte o item aprovado:*

ITEM 10

REQUERIMENTO Nº , DE 2012
– Não Terminativo –

Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II e V, do Regimento Interno desta Casa, requeiro a realização de Audiência Pública pela Comissão de

Educação, Cultura e Esporte, com o objetivo de debater as cotas de patrocínio da CBF aos clubes que participam do Campeonato Brasileiro. Sugiro que sejam convidadas autoridades ligadas aos seguintes órgãos e entidades: Eduardo Serrano da Rocha – Presidente da Liga de Futebol do Nordeste; Confederação Brasileira de Futebol – CBF; TV Globo – Jornalista Milton Neves; Senador Zeze Perrella – ex-Presidente do Cruzeiro Esporte Clube.

Autoria: Senadores Paulo Paim e Paulo Davim (não membro))

Item 11, assinado também pelo Senador Paulo Paim.

Com a palavra o Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, na verdade, este requerimento é de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que pediu-me que o assinasse em sua falta.

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, em substituição ao requerido pelo documento nº 55441.17129 – após ouvir as palavras do Presidente da Comissão, emanadas na reunião de 13 de março de 2012 – a realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 159, de 2011, em cumprimento ao prescrito no art. 2º da Lei nº 12.345, de 2010. Para tanto, indico, como debatedores, os representantes de organizações e associações vinculadas aos segmentos interessados.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o requerimento do Senador Paulo Paim. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os contrários se manifestem; os que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

(*É o seguinte o item aprovado:*

ITEM 11

REQUERIMENTO Nº , DE 2012
– Não Terminativo –

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, em substituição ao requerido pelo documento no 55441.17129 – após ouvir as palavras do Presidente da Comissão, emanadas na reunião de 13 de março de 2012 – a realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei do Senado no 159, de 2011, em cumprimento ao prescrito no art. 2o da Lei no 12.345, de 2010. Para tanto, indico, como debatedores, os representantes de organizações e associações vinculadas aos segmentos interessados: Cláudio Santili, da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo; Hugo Nascimento, do Instituto Baresi; Katia Ogawa, da Associação Brasileira de Osteogenesis Imperfecta; e Rogério Lima, da Associação Maria Vitória de Doenças Raras.

Autoria: Senadores Eduardo Suplicy (não membro), Lídice da Mata e Paulo Paim)

O item 12 é do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Senador, só uma informação: o senhor pede que se acrescente à audiência do Prof. Campos da Paz mais um membro. O Prof. Campos da Paz declinou do convite. Ele não quer se pronunciar a respeito do ato médico.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Então, eu peço que ouçamos o presidente do Conselho Federal de Medicina.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O Senador Mozarildo requer a oitiva do presidente do Conselho Federal de Medicina.

Em discussão. *(Pausa.)*

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Quero esclarecer: sobre a questão do ato médico.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Está entendido.

Porque talvez, não sei se há proposta nesse sentido, uma audiência pública, onde não apenas possamos ouvir o presidente do Conselho Federal de Medicina, mas também os demais conselhos: fisioterapia, enfermagem, biomedicina, enfim, poderíamos, talvez, conceber algo mais amplo, já que se encontra nesta Comissão o Projeto do Ato Médico.

Conhecemos, já estive inclusive no próprio Conselho Federal de Medicina, com o presidente da entidade e os demais conselheiros, discutindo, entre outros temas, os aspectos do ato médico, mas poderíamos queimar uma etapa da tramitação da matéria, porque, forçosamente, às demais categorias que se manifestam a favor do ato médico com apenas restrições que dizem respeito às iniciativas profissionais de cada uma das categorias.

Por coincidência, ontem, em João Pessoa, eu recebia um grupo de fisioterapeutas, que manifestava preocupação com alguns poucos dispositivos que estão ainda compondo o bojo da proposta do ato médico, sobretudo naquilo que diz respeito à prescrição de atividades específicas da fisioterapia, alegando eles que estudam por quatro, cinco anos, se formam e devem discutir a matéria. Portanto, não havendo restrição de V. Exª...

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Neste caso, Sr. Presidente, eu retiro o meu requerimento que diz respeito ao ato médico – sou médico, mas não exerço a medicina. Ressalto ainda que há mais de uma

década essa questão vem sendo ouvida, debatida em todas as Comissões do Senado e da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador, eu fico profundamente decepcionado, porque ele pediu uma consulta.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Agora, quero dizer que há um equívoco daqueles que pensam que o que se quer é monopolizar. A única profissão não regulamentada na área de saúde é a Medicina, a única. Todas as outras são regulamentadas. Então, se é para dar tranquilidade... Ainda vai para a Comissão de Assuntos Sociais. Então, eu retiro, já que o Campos da Paz não vem, e nós vamos para o relatório e a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Eu indago do Senador Cássio se ele mantém a sua proposta.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Eu vou manter. Eu vou apresentar, brevemente, uma proposta para que possamos fazer audiência pública trazendo todas as categorias para que elas possam se manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Eu solicito que V. Exª formalize...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Farei a formalização.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – ... e coloco em discussão essa proposta de consultar as associações envolvidas no problema.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Então, neste caso, mantenho também o Conselho Federal...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, eu apelo aos dois, simultaneamente, para que façamos essa discussão na Comissão de Assuntos Sociais. Acho que há possibilidade de fazermos uma única reunião, grande, com todos, na Comissão de Assuntos Sociais, se o Senador Cássio...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Mas não temos uma decisão unificada de duas comissões. Teremos um relator aqui e um relator lá.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Tudo bem, mesmo assim. Com a sensibilidade dos nossos colegas, poderemos fazer lá.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Eu acredito, Senador Inácio, que... Creio que a intenção de V. Exª é queimar uma etapa da comissão...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Vamos inverter esse processo? Nós convidamos a Comissão de Assuntos Sociais para participar da nossa reunião.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Eu acredito que é exatamente isso. Acho que não há por que queimar...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – V. Exª está estabelecendo uma *capitis diminutio* média para a Comissão de Educação.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Vamos fazer uma audiência pública conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Fica o convite.

Dessa forma, acredito que, por consenso, está aprovada a proposta do Senador Mozarildo, acrescida da proposta do Senador Cássio de convidar as entidades. E nós convidaremos a Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Perfeito?

O Requerimento nº 13 é do Senador Randolfe Rodrigues.

Com a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, neste requerimento, solicitamos seja realizada audiência pública para discutir o PLC nº 31, de 2010, que dispõe sobre a regulamentação do exercício em atividade de psicopedagogia.

Eu quero fazer uma pequena retificação no requerimento. Nós estamos convidando no requerimento o Sr. Alexandre Rocha Santos Padilha, Presidente do Conselho Nacional de Saúde; a Srª Quézia Bombonatto, Presidente da Associação Brasileira de Psicopedagogia; o Sr. Humberto Verona, Presidente do Conselho Federal de Psicologia. Eu queria solicitar uma alteração: em vez do Presidente do Conselho Nacional de Saúde, solicitamos seja convidado para essa audiência pública um representante do Conselho Nacional de Saúde, assim como um representante do Conselho Nacional de Educação. Alterar o que está disposto no requerimento, pois no requerimento está disposto "Presidente".

Justifico esse requerimento, Sr. Presidente, pela necessidade de fazermos um debate aqui do Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 31, de autoria da nobre Deputada Federal Raquel Teixeira, que tem por objeto a regulamentação do exercício da profissão de psicopedagogo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o requerimento do Senador Randolfe Rodrigues. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

(*É o seguinte o item apreciado:*

ITEM 13

REQUERIMENTO Nº , DE 2012
– Não Terminativo –

Nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, para discutir sobre o PLC nº 31 de 2010 que dispõe sobre a regulamentação do exercício da atividade de psicopedagogia seja realizada Audiência Pública desta Comissão, com a presença dos seguintes convidados: Senhor Alexandre Rocha Santos Padilha – Presidente do Conselho Nacional de Saúde; Senhor Antônio Carlos Caruso Ronca – Presidente do Conselho Nacional de Educação; Senhora Quézia Bombonatto – Presidenta da Associação Brasileira de Psicopedagogia; Senhor Humberto Verona – Presidente do Conselho Federal de Psicologia.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues)

Há sobre a mesa um pedido de retirada de um requerimento de audiência publica, assinado pela Senadora Ana Rita, com fulcro no art. 256, inciso I, do Regimento Interno.

Com a palavra a Senadora.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, Senadora Ana Rita, eu tenho também um pedido de requerimento extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O seu requerimento será o último da pauta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado, Excelência.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, na verdade, estamos solicitando que seja... Porque havia, nesta Comissão, um requerimento para realização de uma audiência pública a respeito dos feriados nacionais, um projeto de lei que está em tramitação, do qual sou relatora. Eu estou solicitando a suspensão dessa audiência pública. Não vejo necessidade de realizar essa audiência pública. Então, o requerimento tem isso como objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão a proposta da Senadora Ana Rita. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão; os contrários se manifestem. *(Pausa.)*

Sobre a Mesa, um requerimento final extrapauta do Senador Randolfe Rodrigues.

Com a palavra o Senador.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, eu não quero atropelar o Senador Randolfe, porque ele já foi atropelado na Comissão de Assuntos Econômicos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Eu já fui atropelado duas vezes, Senador Inácio. Uma vez a mais, uma vez a menos não tem problema nenhum.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – V. Exª ajudou bastante. Senão, eu teria...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Aliás, não foi atropelado só o Senador Randolfe. O funcionalismo público do Brasil foi atropelado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O Senador Requião também sentiu o peso do trator lá.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, nós temos um projeto de lei, de autoria do Senador Paim e da Senadora Lídice da Mata, que faz referência a uma figura extraordinária, muito amiga de V. Exª: Abdias Nascimento. Aliás, amigo de V. Exª e de muitos nossos colegas pela sua trajetória, sua luta. O Senador Paim e a Senadora Lídice da Mata buscam promover um evento criando...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador, colocaremos em discussão, em votação, e o senhor apresentará o relatório em seguida ao Senador Randolfe.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Pronto, resolvido.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Assim, evitamos esse atropelamento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, anteriormente, aprovamos aqui na Comissão um convite à Ministra da Cultura, Srª Ana de Hollanda, para que aqui viesse para nos esclarecer as notícias veiculadas pelo jornalista Jotabê Medeiros, que denunciava favorecimento ao Escritório Central de Arrecadação e Distribuição, a partir de uma nota técnica do Ministério da Cultura, em processo que tramita no Ministério Público Federal, perante o Conselho Administrativo de Defesa Econômica. Este requerimento de convite foi aprovado.

Quero dizer que fui procurado pelo Líder do Governo, que me consultou se nós aceitaríamos ir ao Ministério conversar com a Ministra para termos os esclarecimentos daquele requerimento. Demonstrando a boa vontade que temos, que o que queremos são esclarecimentos dessa denúncia e não queremos aqui, de forma alguma, qualquer achincalho à Ministra ou coisa que o valha, disse, anteriormente, ao Líder do Governo que aceitava ir até o Ministério. Ocorre, Sr. Presidente, que, no dia em que disse isso, na semana

passada, no mesmo dia, ou melhor, no dia seguinte, a Ministra compareceu à Câmara dos Deputados. Ora, a Ministra comparece à Câmara dos Deputados, aceitando os convites de lá, e não comparece ao Senado Federal, aceitando os convites daqui. Parece-me, Sr. Presidente – não queria utilizar o termo –, que o Senado está sendo desrespeitado.

Para completar isso, ontem, a imprensa noticiou que a Comissão de Ética da presidência da República chama a Ministra para prestar esclarecimentos em um processo que envolve a Escola de Samba Império Serrano. Ou seja, além dos fatos anteriores, da denúncia de favorecimento ao Escritório Central de Arrecadação e Distribuição, nós temos os fatos de ontem. Mas o mais grave de tudo isso, Srªs e Srs. Senadores, é a Ministra não aceitar vir ao Senado e ter aceitado ir à Câmara.

Este requerimento passa a ser não mais um requerimento de oposição ou de Governo. É um requerimento para que esta Comissão de Educação e Cultura, Senador Mozarildo, do Senado Federal, seja respeitada.

Por conta disso, estou solicitando a conversão do requerimento que outrora fiz de convite para convocação da Srª Ministra de Estado da Cultura a esta Comissão, e o faço pelas razões que estou expondo agora. Existem razões que precisam de esclarecimentos por parte da Ministra, mas, mais do que qualquer esclarecimento, a Ministra, ao não aceitar um convite para vir aqui, ao não marcar a data para vir aqui e ir à Câmara dos Deputados, no meu entender, diminui o Senado Federal. Esse requerimento é um requerimento também em defesa do Senado, Sr. Presidente, e acho – é uma convocação –.que não nos resta alternativa a não ser a aprovação, salvo se tiver alguma informação imediata de que a Ministra, em data determinada, virá aqui ao Senado. É em defesa do Senado que faço essa conversão, e não de bom grado, Sr. Presidente, não de bom grado que assim o faço.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião Bloco/PMDB – PR) – Antes de colocar em discussão, faço uma observação.

Confesso aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras que achei absolutamente ridícula a discussão da distribuição de meia dúzia de camisetas de um bloco carnavalesco do Rio de Janeiro pela Ministra aos seus funcionários, discussão levada ao Conselho de Ética. Eu soube também, Senador Randolfe, que parece que ela recebeu doze canetas BIC e, achando que era um exagero para a sua mesa, distribuiu-as entre os funcionários. Talvez o Conselho de Ética resolva investigar a Ministra por isso também. De qualquer forma, lembrei-me de uma frase famosa do Millôr Fernandes, em que dizia do seguinte: "não é por eu ser paranóico que não significa que eu esteja sendo perseguido". Meio sem cabimento a imputação de distribuição de camisetas, mas, de qualquer forma, essa falta de resposta da Ministra com a nossa Comissão não é uma coisa aceitável do ponto de vista das relações do Parlamento com o Governo...

Em discussão a proposta do Senador Randolfe Rodrigues. *(Pausa.)*

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, se V. Exª me permite, eu gostaria de dialogar um pouquinho com o Senador Randolfe. Acho, Senador Randolfe, que é importante avaliar as motivações. Pelo que sei, a Ministra esteve na Câmara dos Deputados para discutir a política nacional de cultura, o que acho extremamente relevante. A motivação do convite ou convocação – pelo que estou entendendo, trata-se de uma convocação – para ela vir aqui ao Senado é bem diferente. Então, não há como comparar por que ela esteve lá e não esteve aqui.

Acho que seria interessante que a Ministra viesse, se for o caso, para discutir a política de cultura do Ministério para o País. Acho que esse é um bom tema. É um tema que nos traz informações, é um tema que a sociedade brasileira, que acompanha a TV Senado, vai gostar de ouvir, vai ficar extremamente gratificada em saber o que o Ministério está fazendo. Acho que seria essa uma boa motivação para convidarmos a Ministra a vir aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Senadora, acato. Acato a modificação.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Seria um convite, assim como já fizemos com outros Ministros. Seria um convite para que possamos conhecer a política. Agora, fazer uma convocação cuja motivação não esteja suficientemente clara, nenhum Ministro vem, com certeza não vem mesmo. Acho que é preciso ter clareza, ter objetividade, a pauta tem que estar muito clara, definida Se a pauta é discutir a política de cultura, se a pauta é essa, acho que é importante assim como já tivemos oportunidade de ouvir o Ministro da Saúde falando da política de saúde, o Ministro da Educação falando da política nacional de educação. Então, vamos discutir a política de cultura para o País. Faço parte da Frente Parlamentar de Cultura, então acho que seria interessante desde que seja um convite à Ministra para que ela venha com a sua equipe e apresente a política de cultura. Isso seria interessante. Agora, fazer uma convocação para uma pauta que não esteja suficientemente clara, eu sou contrária.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora, a Mesa quer lhe informar que a Ministra Ana de Hollanda foi convidada a prestar informações, no plenário desta Comissão de Edu-

cação, sobre matéria do jornalista J. B. Medeiros que denuncia favorecimento do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD) em nota técnica do Ministério da Cultura ao Ministério Público Federal com atuação perante o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE)

Então, houve uma pauta absolutamente clara e definida. Isso foi no dia 13 de março.

A Comissão fez contato com o Chefe da Assessoria Parlamentar, Sr. José Ivo Vanucci, no dia 14 de março. Este se comprometeu a despachar e não respondeu. Na quinta-feira, dia 15/03, foi feito contato com a Chefe de Gabinete da Ministra da Cultura, Srª Maristela Rangel, que se comprometeu a retornar depois de despachar com o Sr. Ivo e a Srª Ministra. Não tivemos resposta. No dia 19/03, segunda-feira, o Secretário telefonou para o Chefe da Assessoria Parlamentar, Sr. José Ivo Vanucci, que não estava. Deixou recado encaminhando a S. Sª *e-mail* solicitando resposta. Não tivemos resposta. No dia 20/03, o Sr. José Ivo respondeu o *e-mail* informando que a data para vinda da Srª Ministra está em negociação, mas que acha difícil uma data antes da Semana Santa. S. Sª viria, naquele mesmo dia 20, conversar pessoalmente com a Comissão. Não tivemos a presença do assessor. Na terça-feira, o Sr. José Ivo retornou a ligação do Secretário, à noite, informando que ainda não tinha uma posição da Ministra. No dia 22/03, o Secretário da Comissão telefonou para o Sr. Ivo Vanucci, porém ninguém atendeu no Ministério nem no celular pessoal. Deixou recado pedindo retorno. No dia 27/03, terça-feira, o Secretário tentou contato com o Sr. Ivo Vanucci, que não se encontrava nem retornou.

Senadora, veja: eu, pessoalmente, tenho uma simpatia enorme pela Ministra e acho que a intenção do Senador Randolfe Rodrigues não foi colocá-la em uma situação difícil. Foi um convite que não foi respondido, e isso não é uma atitude aceitável por parte do Ministério.

Se o Senador concordar em ampliar o escopo do seu requerimento e renovar o convite...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – De pleno acordo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – (...) eu acho que estamos plenamente de acordo, porque não tem muito sentido... Eu, pessoalmente, acho que a Ministra deve ter erros e defeitos na condução do Ministério, como todos nós temos nas nossas atividades, mas não vejo motivo para transformarmos isso num delírio persecutório em relação a S. Exª.

Então, renovamos o convite de uma forma mais ampla. O Senador Randolfe formalizará o seu requerimento, que, desde já, coloco em discussão.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, eu gostaria de continuar discutindo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como não, Senadora? V. Exª tem a palavra.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Realmente, o senhor apresenta, em sua exposição, uma lista de contatos não correspondidos. Realmente, é preciso ver o que está acontecendo no Ministério. Todavia, o que quero colocar vai além disso. Primeiro, eu acho que nós não podemos sempre nos pautar pelo que sai na imprensa. Assim que sai uma notícia na imprensa já se vai fazer uma audiência pública para tentar saber o que está acontecendo. Acho que nós temos outras formas, inclusive, de verificar a veracidade de tudo que sai. Então...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora, se V. Exª me permite, gostaria de reafirmar que a Presidência da Comissão não está se pautando por nada. O Senador Randolfe apresentou um requerimento que foi aprovado pela unanimidade da Comissão.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Então, não se trata de uma coisa arbitrária de parte da Comissão. Não me recordo se V. Exª estava presente ou não – nós podemos verificar isso depois.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Mas eu não estou me referindo à condução de V. Exª, não; estou me referindo a quem fez o requerimento, o Senador Randolfe Rodrigues. É isso.

Sr. Presidente, Senador Randolfe, eu apenas acho que há outras formas. Eu acho que é direito do parlamentar, com certeza, solicitar, mas é possível ir ao Ministério, marcar uma audiência com a Ministra, solicitar informações, fazer por escrito um pedido de informações...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Ela não recebeu, Senadora.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Essa é a minha opinião apenas. Estou emitindo a minha opinião em respeito à colocação de V. Exªs.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, apenas para esclarecer a Senadora Ana Rita.

Isso nós já tentamos e não conseguimos avançar. Esse que foi o problema. Já tentamos isso.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Foi a mediação da Mesa e da Presidência da Comissão. Conversei com o Senador Walter Pinheiro e com o Senador Randolfe, para retirar o convite e conseguir uma audiência com a Ministra. Essa audiência não ocorreu.

Dessa forma, eu acho que o Senador Randolfe não está numa obstinação indevida neste caso. Mas eu vejo que o Ministério está fechado. Não sei por que razões, e não vejo motivo nenhum para isso. Agora, o desrespeito a uma convocação da Comissão traduzido pela falta insistente de resposta é rigorosa e absolutamente inaceitável.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, já há na mesa, aprovado, um convite. Aprovado. O que o Senador Randolfe está propondo é uma convocação. E já acolheu a proposição da Senadora Ana Rita o Senador...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – De transformar em convite.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – V. Exª me permite, Senador? Transformar em convite. Não há mais convocação. Há um convite aprovado...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Claro. E para discutir a política ampla do Ministério. Pronto. Sinceramente...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Mudar o escopo...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Não mudar, ampliar o escopo.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Então, essa mudança já altera significativamente e permite você discutir a política do Ministério. E cada Senador vai perguntar a ela as coisas que precisam ser perguntadas. Sinceramente,...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador, só uma observação: não foi a Mesa que retomou o assunto. Eu pus em votação, declarei aprovado e a Senadora Ana Rita pediu a palavra.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra o Senador...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Ela fez uma proposta e o Senador Randolfe acolheu.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra o poderoso Senador Inácio, para relator o seu projeto, o derradeiro desta reunião...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Porque a matéria já ficou aprovada então, o convite.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – ...que é o número 7 da pauta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, nós aprovamos o quê?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Aprovamos a ampliação da sua proposta de convocação, novamente, para um convite ampliado. E mostramos, dessa forma, nossa simpatia com a Ministra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Nós reiteramos o convite? Então é isso? Nós estamos aprovando aqui o reiteramento do convite?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com o escopo ampliado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pronto.

Ninguém chame depois esta Comissão e o Senado Federal de intolerantes.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – E desde já a Mesa se compromete a servir chá com bolacha para a Ministra, quando ela vier aqui, numa demonstração de simpatia e boa vontade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – De fato.

Sr. Presidente, só para reiterar o histórico: nós convidamos, nós aquiescemos ir lá, ela foi à Câmara, não veio ao Senado, e nós estamos reiterando o convite. Bom, vamos avançar para uma gradação, para a próxima vez.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador, esse convite não implica na obrigatoriedade de a Ministra vir com uma daquelas camisetas que ela ganhou do...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Espera aí, Presidente! Não vamos fazer isso. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Então vamos transformar essa reunião com a Ministra em uma coisa séria, não é?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Porque eu acredito, pessoalmente, que estão brincando um pouco com o Ministério da Cultura. E esse não é o escopo nem a finalidade da Comissão de Educação.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Walter Pinheiro, com a palavra.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Eu quero inclusive, nessa linha da seriedade que V. Exª tocou, reafirmar o que V. Exª acabou de dizer: nós dois procuramos o Senador Randolfe no plenário e propusemos ao Senador Randolfe, em conjunto com

os membros da CPI do Ecad, que, se não me falha a memória, o relator é o Senador Lindbergh Farias, e não sei o outro membro da Mesa da CPI...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Senador Ciro Nogueira.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Senador Ciro Nogueira.

Então, nós propusemos isso. V. Exª tem toda razão quando fala isso. E chamamos V. Exª até pelo poder, diferentemente do de Inácio, que V. Exª tem...

O SR. INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – É muito maior o de V. Exª.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – ...como Presidente desta Comissão. Na realidade, o que V. Exª está propondo agora é manter o convite que já havia sido aprovado e fazer um aditivo ao conteúdo desse convite, com uma, não vou dizer qualificação, para não dizer que o que Randolfe propôs é desqualificado, não é. Nós estamos propondo uma ampliação de conteúdo, que eu acho que é mais correto nessa linha, que é para não desqualificar o meu companheiro de Senado. A ideia é essa.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Não só a ideia, mas a proposta, que, aliás, já foi aprovada.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Já havia sido votada a matéria?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Já havia sido votada a matéria.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Então, na realidade, nós votamos só o aditivo. Porque o convite já havia sido aprovado...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O aditivo. Foi um repristinamento do convite, para utilizar a linguagem jurídica, que é hábito do Senador Cássio Cunha Lima, com seu profundo saber jurídico.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Está bom. Nós ficamos com o convite anterior aditado a esse convite a essa pauta de debates...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Ficamos, Senador, com mais que isso. Ficamos com o Senador Inácio Arruda, que vai relatar o Item 7 da pauta.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, o projeto, de autoria do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata, cria a Comenda Senador Abdias Nascimento e dá outras providências.

A nossa posição, como Relator, não poderia ser outra, a não ser aprovar essa proposição, que irá permitir que aquelas pessoas que contribuam de forma relevante na proteção e na promoção da cultura afro-brasileira sejam agraciadas com essa comenda. Serão cinco brasileiros por ano.

Portanto, o nosso voto, Sr. Presidente, tendo em vista o mérito especialíssimo da proposta apresentada pela Senadora Lídice da Mata e pelo Senador Paulo Paim, é pela aprovação. E peço a unanimidade dos votos desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o relatório do Senador Inácio Arruda. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os contrários se manifestem, os que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

(*É o seguinte o item aprovado:*

ITEM 7

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO
Nº 45, DE 2011
– Não Terminativo –

Institui no Senado Federal a Comenda Senador Abdias Nascimento e dá outras providências.

Autoria: Senadores Lídice da Mata e Paulo Paim
Relatoria : Senador Inácio Arruda
Relatório: Favorável, com a emenda oferecida
Observação:
1– A matéria será encaminhada à Comissão Diretora para decisão final.)

Reitero a audiência de amanhã, às 10h, com a representante da Finlândia, a Conselheira em Educação Titta Maja, que falará sobre o projeto finlandês de educação. É extremamente importante que nós tenhamos um quórum razoável nessa matéria.

Até a próxima reunião de terça-feira e a audiência pública de amanhã.2

(Iniciada às 11 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 48 minutos.)

Ata da 10ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, Realizada em 28 de Março de 2012.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e vinte e nove minutos do dia vinte e oito de março de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Roberto Requião**, e com a presença dos Senhores Senadores Walter Pinheiro, Ângela Portela, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Lauro Antonio, Ivonete Dantas, Benedito de Lira, Ana Amélia, Cássio

Cunha Lima, João Vicente Claudino, Vanessa Grazziotin, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro, Mozarildo Cavalcanti, Antonio Russo e Vicentinho Alves, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Cyro Miranda, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro, Magno Malta, João Ribeiro e Kátia Abreu. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 70/2011-CE, de autoria do Senhor Senador Roberto Requião, destinado a debater **"O Sistema Educacional da Finlândia"**. Logo após, a Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública da Senhora Raisa Ojala, Gerente de Projetos da Embaixada da Finlândia, a quem convida para compor a mesa. Como expositora, comparece à Audiência Pública a **Senhora Titta Maja, Conselheira em Comércio e Educação do Ministério das Relações Exteriores da Finlândia**. Finda a apresentação da expositora, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Ana Amélia, Cristovam Buarque e Roberto Requião, autor do Requerimento. Neste momento, a Presidência solicita à Secretaria que providencie cópia integral da presente reunião para distribuição a todos os senadores membros da Comissão. Após as considerações finais da expositora, o Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às onze horas e quarenta e dois minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Roberto Requião,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa de leitura da Ata da reunião anterior e aprovação da mesma.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 70 de minha autoria, para realização de audiência pública destinada a debater o sistema educacional da Finlândia.

Informo às Srªs e aos Srs. Senadores que a palestra será realizada com tradução simultânea português/espanhol/português.

Dando início à audiência pública, passo a palavra, sem mais delongas, à Srª Conselheira em Comércio e Educação do Ministério de Relações Exteriores da Finlândia, Titta Maja.

Com a palavra a Srª Conselheira.

A SRª TITTA MAJA (*Tradução simultânea por profissional habilitado.*) – Sobretudo queria agradecer ao Exmº Senador da República Senador Sr. Roberto Requião, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal e também ao Exmº Secretário da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Quero pedir à mesa de som que levante o volume, porque está inaudível a palestra da Conselheira.

A SRª TITTA MAJA (*Tradução simultânea por profissional habilitado.*) – Obrigada.

Queria agradecer também às Exmªs e aos Exmºs Senadores e demais autoridades aqui presentes, minhas senhoras e meus senhores. Sobretudo gostaria de agradecer esse convite, existem muitas coisas que podemos compartilhar entre a Finlândia e o Brasil, em termos de educação.

Gostaria realmente de começar com esta apresentação, falando um pouco da história do nosso país, pois, sem entender um pouco dessa história, não se tem como entender um pouco do sistema educacional.

Essa é um pouco da paisagem de verão da Finlândia, como vocês podem ver, ou dar uma olhada, na linguagem de vocês. Não é sempre frio na Finlândia. Temos um verão maravilhoso, em torno de 30, 40 graus. Não é só neve na Finlândia.

Temos uma distância muito grande em relação a Helsinki – Brasília, cerca de 11 mil quilômetros. Gostaria de dizer que, apesar de ser muito longe do Brasil, ainda temos muito em comum.

A República da Finlândia é muito pequena. Temos somente cerca 5.000 habitantes, mas, em termos europeus, temos uma população relativamente grande, sendo a quinta do continente. A capital é Helsinki. Os idiomas oficiais são dois. Eu, como funcionária, sei o sami e o romani. Temos idiomas de minoria, que são dois: sami e romani. Eles, como minoria, têm o direito de usarem os seus idiomas.

É algo também que fortalece, no sentido de que todos os povos têm o direito de usar a própria língua.

Podemos ver o próximo *slide*, por favor.

Não somos um país religioso. Cerca de 80% de nossa população é evangélica luterana. Temos uma história bastante em comum com a Alemanha. É um público bastante sério, e trabalhamos duramente. Gostaria de ressaltar esse aspecto luterano.

Temos cerca de 100 anos de independência. Somos o único país nórdico, cuja moeda é o euro. Economicamente, a Finlândia ainda está crescendo. Fazemos parte da União Europeia desde 1995.

Agora, já estamos mais no tema da educação. Gostaria de dizer e ressaltar que seria totalmente impossível o consenso político, se não houvesse três partidos grandes na Finlândia: o partido da direita, da esquerda e o do centro. Após a 2ª Guerra Mundial, eles decidiram que agora precisamos ter um consenso, no sentido de que somos um país conjunto de 4 milhões de habitantes. Temos que investir no futuro total da Finlândia. Isso seria totalmente impossível, se não houvesse esse tipo de consciência entre os partidos. Como vocês sabem, no Senado, se não houver o apoio da maioria, é muito difícil alcançar uma meta.

A sociedade está baseada no conhecimento, um fator muito importante no crescimento rápido da Finlândia. Tudo está baseado na sua educação gratuita, começando desde a educação pré-escolar até o término da universidade, da escola universitária.

Vocês podem ver que, agora, temos quase 100 anos de educação básica, gratuita e obrigatória. Agora, conseguimos esses resultados dessa pesquisa internacional. Quero sublinhar que não é uma conquista que se pode obter em cinco anos.

É preciso que se invista em educação por muito tempo, para que se possa conseguir o que conseguimos agora. Temos o princípio de educação contínua. Cada um tem a possibilidade de continuar os seus estudos em qualquer momento, podemos dizer, em qualquer etapa de sua vida.

A carreira escolar está construída nesse tipo de que nunca é muito tarde para poder continuar.

Também queria sublinhar, destacar, como uma mulher, que temos, realmente, igualdade de gênero entre regiões e entre idiomas. Temos um País bastante comprido. Ele é um planalto. E todas as crianças têm direito a participar dessa educação gratuita. E, às vezes, isso significa que precisamos apoiar as escolas que estão um pouco mais distantes, mas sinto, pessoalmente – e o Governo também sente –, que é bastante importante, porque, se não se investe em cada criança, em cada menino, é uma perda para toda a Nação. Por isso, redes discentes que cobrem todo o País...

Por favor, a próxima.

Esse é o nosso sistema de educação. Temos nove anos de escola básica – vocês podem dar uma olhada –; depois, temos duas ou três opções, mas as duas principais são prova de segundo grau para poder continuar a escola ou obter esse outro título de profissional básico. Como vocês podem ver, não é que todo mundo pode escolher o segundo grau. Também está supervalorizada a escola técnica. Depois, também podemos continuar com o título de profissionais básicos para essas escolas de profissionais superiores ou, dessa carreira, podemos nos direcionar para as universidades. Então, primeiro, você participa dessa educação técnica. Você não precisa, necessariamente, participar da educação superior profissionalizante. Você pode ir para a universidade também. Então, realmente, nunca é tarde demais para... Isto seria português: tarde demais. Logo depois, podemos continuar a universidade em um modelo mais clássico. A universidade, na Finlândia, sempre significa investigação. Sem investigação, não é uma universidade. Você não pode conseguir o título de universidade se não investir em investigação.

Esse *slide* de educação pré-escolar começa quando uma criança faz seis anos. Não é obrigatório para essa criança com essa idade, mas 90% do grupo de seis anos participam. E não existe, realmente, uma instituição especial para pré-escola. É dada essa educação no jardim de infância, por professores que têm orientação para esse tipo de educação.

Quando elas passam para a escola básica, o nosso ensino fundamental, as crianças já sabem ler e sabem também escrever um pouco. Aí vocês podem observar os bons resultados que se consegue na pré-escola.

O Município tem obrigação, por lei, de organizar a educação a partir dos três anos no jardim de infância. E é de boa qualidade.

A escola básica começa com sete anos e dura aproximadamente nove anos ou até que o aluno cumpra os 17 anos. A partir daqui é obrigatório para todos os residentes e estrangeiros. Todos têm que participar de um jeito ou de outro. A educação, os livros, a atenção médica e a comida também são fornecidos de forma gratuita. Isso, obviamente, é importante, não somente a escolarização, mas para poder posicionar a mulher, porque, para poder buscar a criança, a mulher não teria como trabalhar, porque não teria como ficar com a criança. Então, seria difícil.

Em terminologia de igualdade e de gênero, os primeiros seis anos, somente um professor por grupo; e, nos últimos três anos, são dois por matéria. Seria um para Geografia, um para Biologia. E, os primeiros dois anos, são no máximo 24 alunos por sala. É um

tamanho bastante limitado, porque queremos, realmente, garantir que cada um aprenda a matéria de forma básica. E seria impossível se fosse um grupo maior.

Damos também atenção especial para crianças que têm problemas de aprendizagem. E o Município é responsável por organizar e pagar o transporte dos alunos que vivem a mais de cinco quilômetros da escola. Temos uma média de 24 horas semanais. Obviamente, os dois primeiros anos teriam cerca de 20 horas, e vai-se aumentando gradualmente.

O próximo *slide*, por favor.

O resultado do Pisa. Eu gostaria de dizer que seria, realmente, impossível alcançar todos esses resultados do Pisa. Vocês podem levantar a mão, por favor, se vocês têm ideia do que seja Pisa? Bom, então, vou explicar um pouco a respeito do Pisa. A cada três anos, realiza-se esse tipo de teste mundial, uma avaliação que temos logrado bons resultados na Finlândia, sobretudo com relação a temas sociais, escritura e resolução de problemas. Então, nossa escolarização não é somente o ensino para as crianças, mas também o ensino de como pensar, de como resolver problemas. Então, a repetição do ano escolar é muito pouco frequente.

Eu penso que a rede de bibliotecas tem a ver com o que existe na Finlândia entre a diferença dos grupos sociais, mas o que ajuda muito é que, após a escola, pode-se ir à biblioteca, ter acesso ao computador, à Internet, utilizar toda a infraestrutura de boa qualidade que elas oferecem.

As fortalezas do sistema educativo finlandês, segundo os estudos: bom complemento de uniformidade em todas as áreas; igualdade em resultados regional, social e gênero. Penso que esse resultado de aprendizagem, de ler, existe cerca de 4% de variação em todo o país, uma porcentagem extremamente pequena.

Com relação ao ensino especial, temos cerca de 7% dos alunos na educação básica em tempo completo; 42% deles estão integrados em uma turma normal – não sei se pode dizer assim. Bom, então, eles têm o seu professor próprio. Então, no lugar de um professor, temos dois professores. E esse profissional se dedica a essa pessoa com dificuldades. Trinta e três por cento estão em classes especiais e 25%, em colégios especiais. Eles têm algum tipo de trauma ou "descapacitação" que seria impossível se integrarem às escolas que se dizem normais.

Bom, com relação ao autismo, temos logrado que eles estão integrados ao mesmo tipo de escola das pessoas sem nenhuma "descapacidade". Os que não têm nenhum problema de escutar, há essas escolas especiais, que também existem para os cegos, pois é uma média bem grande e deve-se aproveitar.

...praticamente integrados na educação normal, mas eles sempre levando um assistente. E a matrícula está ajustada a todas as necessidades daquela criança com Síndrome de Down.

E 21% dos alunos na educação básica de tempo parcial, esses são aqueles que têm dificuldades para conversar, algum problema de pronúncia, de diferenciar letras e também em matemática. Eu, pelo menos, recebi educação totalmente especial em matemática quando tinha, aproximadamente, oito ou nove anos e aqui estou. Então, não é tão grave. Eu posso prometer que sei calcular.

Próxima.

Eu gostaria de dar uma explicação com relação a isso, ao que acontece na Finlândia. Eu queria falar que, depois de me formar na educação básica, no ensino fundamental, a partir de 2009, a metade das pessoas queria continuar o segundo grau, mas uma parte, aproximadamente 41 pessoas, queria a educação do técnico profissional.

Eu quero, realmente, destacar que esse tipo de escolarização está muito bem valorizado e também está bem remunerado.

Para ser um técnico profissional... Você pode sobreviver bem na Finlândia sendo um técnico profissional. Eles dão uma preparação bastante elevada. Também há aquelas pessoas de aproximadamente 14, 15 anos que ainda não querem decidir, exatamente, o que querem fazer: se querem seguir o segundo grau ou a educação técnica. Então, elas podem continuar no ano extra. Algumas pessoas realmente gostam de escolher a última opção, que é uma questão preocupante. Temos 6% que não querem continuar estudando de forma imediata. E, infelizmente, muitos filhos de imigrantes estão nesse grupo. Então, o governo está se voltando para esse grupo de imigrantes que não querem continuar a escolaridade, porque é uma questão muito importante ajudá-los a entender que eles têm que continuar os estudos.

Isso aqui explica um pouco como funciona a nossa educação básica, que é o ensino fundamental. Temos 75 títulos de profissionais básicos que são conseguidos em três anos. O aluno é selecionado conforme o vestibular ou pelas notas. E também temos educação de teoria em laboratórios e em lugares de trabalho. Esse tipo de trabalhos práticos na educação profissional básica é importante para esse tipo de profissão.

Esse *slide* mostra que está sob o controle dos municípios e do setor privado a educação. É totalmente gratuita para o aluno. É exigido um trabalho final e o título também pode ser obtido por mostra do conhecimento da profissão, mas isso só para aqueles alunos que são maiores, que querem continuar algum tipo de

trabalho em dez anos, já têm certo conhecimento da profissão e não podem participar o tempo completo dos estudos. Eles podem fazer esse tipo de amostra do próprio conhecimento prático.

No segundo grau, de 16 a 19 anos é a faixa etária, se é escolhido pelas notas. Eles podem completar o currículo em dois ou quatro anos. Não existem aulas. Só existem cursos para finalizar, para poder obter o título no segundo grau.

Então, há uma demanda assim. Pede-se muito esforço do estudante para poder construir um currículo próprio.

O próximo *slide*, por favor.

Como já vimos, a metade das turmas continua no segundo grau, que inclui almoço e material de estudo organizado pelo município e termina com uma prova nacional. Atualmente eu não sei como é, mas na minha época isso era horrível, porque você tem que estudar, ao mesmo tempo, dez assuntos e depois tem que fazer essas provas. É muito rápido; é muita matéria.

A carreira podemos continuar na universidade. Isso é muito importante. Eu gostaria de outra vez ressaltar que o segundo grau prepara para esse exame muito bem. É comum. Não é impossível. Então, não importa se você está na Lapônia ou em Helsinki. Com relação aos diferentes Estados, não há muita diferença.

A administração.

Essa parte é bastante importante para vocês. A ordem suprema vem sempre do Parlamento, Governo, segue para o Ministério da Educação, que atualmente tem uma Ministra, que cumpre o seu papel também no Ministério da Educação. Eles dão as linhas básicas para a direção nacional de educação e têm um papel mais específico com relação ao alinhamento de cada turma e cada ciclo de ensino.

Temos os governos provinciais que cumprem um papel bastante amplo e, depois, os Municípios, que são as chaves na educação, pois são eles que cumprem realmente todos os requisitos para a escolaridade. Depois, temos as instituições educacionais. Gostaria de dizer que temos pouquíssimas escolas privadas na Finlândia. O Estado e o Município têm o maior papel.

Com relação ao financiamento, a educação básica é gratuita: o ensino, os utensílios e os textos escolares, o transporte, a atenção sanitária e o almoço. O financiamento provém dos Estados e dos Municípios. E os Municípios, como vocês podem ver, abrangem 54% do ensino básico e superior.

A contribuição estatal para os provedores de educação depende do número de alunos e do valor unitário fixado para cada aluno. Eu acho que, a cada cinco anos, tem aumentado um pouco o custo. Diretamente é o provedor de educação que decide de forma independente como destinar essa verba.

Investimento em educação.

Seis por cento do produto nacional bruto é gasto com educação na Finlândia. No Brasil, 5,3%. Com relação aos custos do estudante, 5,5 mil para estudantes, 6 mil para o segundo grau e, para o segundo grau técnico, 9 mil. Vocês podem entender que essa parte do segundo grau e do segundo grau técnico precisam de um pouco mais de laboratórios e oficinas.

Qualificação do professorado.

Gostaria de ressaltar que, como vocês já viram, não é o dinheiro que é o segredo da Finlândia em educação. Vocês podem ver, podemos ver que, em termos de PIB, estamos investindo quase a mesma coisa. Nos Estados Unidos, pode ser um pouco mais, mas eles não têm o mesmo sistema que a gente. Então, o nosso segredo, a chave é o professor.

Gostaria de dizer que o título acadêmico em pedagogia é essencial para o ensino básico. Então, para os primeiros nove anos, se exige que o professor tenha essa qualificação.

Com relação ao professor de ensino secundário, se exige um título superior, mas com uma especialidade em física, matemática ou qualquer outra área do conhecimento. E também sempre é necessário o estudo de pedagogia.

A formação dos professores continua de um a cinco dias por ano. E os professores aproveitam essa oportunidade, pois cada um quer utilizar cerca de dez dias do ano para essa escolarização contínua.

A qualificação do professorado realmente é o título universitário superior. Vocês podem imaginar: é muito mais difícil entrar nessa carreira de professor do que na carreira de médico. Há muitas pessoas interessadas em trabalhar como professores e não somente por esse pensamento de que há três meses de férias por ano, mas porque é muito motivador e muito independente. E temos que dizer que a remuneração é bem agradável. Não é bem uma vida de luxo, mas se pode dizer que dá para viver bem.

Temos que reconhecer que o papel-chave é dos maestros que sempre estão querendo melhorar a sua competência profissional.

Eu trabalhei no Chile ultimamente com esse tema de educação. No Chile, esse papel de professor não é tão independente como na Finlândia. Na Finlândia, o professor tem bastante autonomia para decidir como vai ministrar a aula, fazer seu trabalho e tem o direito de planejar o ensino, o conteúdo das turmas e pode utilizar o modelo de ensino. O professor é mais autônomo. Decide como pode alcançar certo tipo de resultado para cada turma.

A pedagogia focada nas crianças não está vista como um problema. Essa escolaridade especializada não é vista como um problema. Não se trata de um estudante que não tem inteligência. O professor que deve se adaptar e fortalecer os pontos fortes desse aluno com profissionalismo, pensando qual seria a melhor maneira de ensiná-lo.

A cultura é da confiança em vez do controle, ou seja, não há esse princípio de que há sempre um supervisor dizendo: tem que fazer isso ou isso. É sempre uma forma a mais de mostrar seu profissionalismo. Eles sabem que têm que cumprir as metas e têm as ferramentas para fazer melhor essa parte e obter resultados.

Bom, essa é a Finlândia durante o verão. Bastante bonita. Essa é uma paisagem de verão. A próxima é a nossa paisagem de inverno. Vocês podem ver que, durante o inverno, não temos tantas coisas para fazer, então aproveitamos esse tempo para estudar.

Muito obrigada a todos e todas.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Abrimos espaço agora para uma conversa com a nossa representante e Conselheira de Educação da Embaixada da Finlândia, Titta Maja.

A primeira inscrita é a Senadora Ana Amélia, que tem a palavra. Depois o Senador Cristovam Buarque.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Queria primeiro, Presidente Roberto Requião, cumprimentá-lo pela iniciativa de ter feito esse convite à Conselheira da Embaixada da Finlândia para trazer essas ricas informações de uma experiência exitosa que tem aquele país.

Quando se fala em 6% do PIB aplicado em educação num país de 4 milhões de habitantes, é muito diferente de falar de 5,3% do PIB para um país de 190 milhões de habitantes. Então, nós temos fora da escola crianças em número equivalente a toda população da Finlândia, no Brasil, que estão fora da escola, de oito a dezessete anos. Então, as diferenças começam pelos números, comparativamente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – E o tipo de economia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Claro.

O que parece muito relevante é um acerto entre oposição e Governo para uma meta educacional, que é prioridade. Então, não há briga entre oposição e Governo em matéria educacional, aparentemente. Há uma valorização muito grande aos professores.

Então, a minha primeira pergunta à Drª Titta é: os professores dos diversos níveis – ensino básico, liceu e técnico – têm salários iguais ou são diferentes? Há um piso nacional de salários para esses professores cuja formação a senhora bem informou?

A senhora mencionou que os professores são hoje uma atividade ou uma profissão na Finlândia que tem um reconhecimento e um valor maior que os próprios médicos, talvez porque a educação elimine o uso de médicos, porque educar é incluir as pessoas, formar as pessoas, inclusive para prevenção da doenças. Eu queria saber se os professores são avaliados na Finlândia, em todos os níveis. Gostaria de saber se há avaliação desses professores, se há um método meritocrático, por merecimento; se há algum tipo de valorização especial desses professores.

O órgão Direção Nacional de Educação, que é posterior ao Ministério da Educação, tem uma função executiva? Ele é uma agência reguladora? Qual é a sua função, se o Ministério tem a interlocução com as municipalidades para executar políticas? Qual é a função desse órgão?

Quantos Municípios tem a Finlândia? Qual é a média habitacional dos Municípios da Finlândia?

E também, em um momento, a senhora falou do setor privado, embora toda a educação na Finlândia, ao longo de sua exposição, seja marcadamente pública e gratuita, mas a senhora também falou de ensino privado. Então, eu queria saber em que nível está a participação do setor privado, se é apenas nos institutos técnicos ou se está em outro lugar. E como é que esse ensino profissionalizante, que hoje tem muito valor na Finlândia, está focado? Ele está mais para a área das telecomunicações, para as áreas de mecânicas? Para que áreas elas estão envolvidas, já que a Finlândia tem hoje a maior empresa de telefonia do mundo, que é a Nokia? Em que áreas ela está investindo nesse aspecto?

Então, são essas as questões que eu tenho para a Drª Titta.

A SRª TITTA MAJA (*Tradução simultânea por profissional habilitado.*) – Bem, muitas perguntas. Posso entender de onde vem tudo isso. Gostaria de comentar obviamente que a Finlândia é completamente diferente. Somos tão pequeninos em comparação a vocês, que são obviamente um país muito grande.

Mas, em alguns temas, somos muito parecidos. Não temos que ver muito o tamanho do país, mas, sim, em termos de matrícula, o ensino do professor, há alinhamentos comuns que se podem aplicar aqui também. Então, acho que vamos ter muita cooperação no futuro.

Então, a valorização e a remuneração do professor no nível universitário são diferentes com relação ao professor de secundário e segundo grau. Mas não é muito diferente.

Como a Finlândia é um país de imposto, não sei se vocês sabem isso, mas podemos dizer que o nível de imposto é tanto que depende... Então, dizemos que o seu salário, se você recebe exclusivamente do

setor privado, parte vai direto. Não há muita diferença de salário entre os níveis dos professores.

Com relação à avaliação do professor, existe, mas não nesse tipo de sistema a que vocês estão acostumados. Vem um pouco da lógica que estão concretizando quando eles estão entrando e na formação como professor. Então, é nesse estágio que os professores são avaliados.

Então, para ser educado como professor ou professora, eles devem cumprir certos requisitos antes de adquirir o título, mas, por parte do Ministério de Educação, que se deve fazer uma prova a cada ano, isso não existe. Mas, pelos resultados, vê-se que as escolas que não cumprem o seu papel dessa taxa nacional...

Com relação aos Municípios, sempre existe esse diretor de ensino básico e secundário. Em cada caso se vê uma escola que se pode fazer ou que não esteja cumprindo o seu papel. Mas, nesse sentido, eu sei que não existe na Finlândia.

Com relação à pergunta sobre que tipo de papel tem o Ministério, eles têm o papel, em linhas bem gerais... Que se tem que aprender na educação básica, que se tem que aprender durante o segundo grau ou durante a educação técnica básica... São nada mais que alinhamentos ou linhas a serem seguidas. Esse é o principal da escola...

É o professor que escolhe as ferramentas e o método de ensino.

Então, realmente, gostaria de ressaltar que o professor é muito independente. Mas existe esse livro para ele seguir com relação ao tema, às tarefas. Pode-se utilizar isso. Por exemplo, no caso do meu filho, havia um professor que era um pouco mais jovem, e ele usava muito mais o livro. Já com um tipo de professor que tem um pouco mais de experiência, percebe-se outra linha de abordagem com relação ao ensino. Ele percebe como é cada tipo de aluno e usa a ferramentas diferentes para cada aluno.

Bom, agora está havendo uma mudança do pensamento de ensino.

Nosso Primeiro-Ministro afirmou que vão diminuir o número de Municípios para 70. Vocês devem entender que ainda temos um caminho bastante largo, pois atualmente temos mais de 300 Municípios, o que é realmente uma loucura, porque somos um país muito pequeno.

Bom, isso, sim, é muito diferente.

No Município de Helsinki, a capital, temos um milhão de habitantes. E também há Municípios com três mil habitantes. Então, há uma variação bem ampla.

Com relação ao setor privado, existem algumas com relação à escola básica. Algumas querem investir mais em idiomas, mas o financiamento, que deve cobrir todo o enriquecimento do papel da escola... Bom, não é que ninguém pode decidir, vou abrir uma escola e pronto. Há uma série de requisitos que devem ser cumpridos para abrir uma escola privada. Para isso, há um financiamento por parte do Município, pois é visto como uma escola normal, mas com uma ênfase em idiomas ou outras áreas. Há financiamento, mas não por parte dos pais do aluno, mas, sim, com cerca de 1% ou 2%. Mas não por parte dos pais.

Mas, como estamos nesse nível universitário, se você tem disposição em fazer um MBA, esse, sim, é privado, como em todos os países, pois não faz parte do currículo universitário normal. É um conteúdo extra, são os preços elevados para isso.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Significa que greve nunca houve para os professores finlandeses?

A SRª TITTA MAJA (*Tradução simultânea por profissional habilitado.*) – Não. Eu realmente não lembro.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Cristovam Buarque, com a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Primeiro, eu quero cumprimentá-la por seu idioma. A maneira como fala o espanhol nos permite entender perfeitamente bem. Segundo, quero cumprimentar pelo fato de ser Conselheira de Comércio e Educação.

Por quê? Porque o Ministro da Fazenda esteve aqui recentemente, perguntei a posição do Ministério sobre o nosso Plano Nacional de Educação, e ele não tinha a menor ideia. A única coisa que ele falou é que autorizava colocar 7% do orçamento na educação.

No Brasil, não se conseguiu ver ainda a relação entre educação e economia.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador, e ele não sabia para quê.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Provavelmente não sabia nem que existia o Plano. Além do que colocar 7% hoje na educação como ela está, vamos jogar dinheiro fora. Será um desperdício, porque é preciso saber onde colocar, como gastar o dinheiro.

A Finlândia é hoje um país importante no comércio internacional graças à educação. Se eu não me engano, a Nokia, há alguns anos, algumas décadas, exportava papel e, segundo dizem, papel higiênico, sobretudo. E se transformou na que exporta nossos produtos graças à educação.

Nós ainda temos no Brasil a ideia de que a competitividade vem de reduzir o custo dos velhos e antigos produtos e não de inventar novos produtos. Essa é a competitividade.

Nossos Ministros da Fazenda trabalham de um lado e o da Educação de outro. A única coisa que os une é quanto gastam de dinheiro, e chega aqui a senhora como Conselheira de Comércio e Educação.

Eu vou fazer alguns comentários, sem perguntas específicas, embora possam surgir. Eu quero ouvir seus comentários. Quando eu estive na Finlândia, para ver o sistema, eu estive com o sindicato. E lá não se chama sindicato de professores; é sindicato da educação. Isso é uma concepção completamente diferente. Eles se sentem parte do processo. Eles me disseram, naquela época, que fazia 20 anos que tinha havido uma última greve. Não sei se é verdade. É tanto tempo que se esquecem. Eles comemoravam o fato de não haver necessidade.

Agora, nas minhas considerações, eu quero dizer que uma das coisas que mais me impressiona é que nem todos que terminam o ensino médio querem ir para a universidade; muitos querem ir para um curso técnico de nível superior.

A universidade tem que ser um lugar restrito pela vocação e pelo alto desempenho intelectual. Agora, todos têm de ter a chance de continuar os seus estudos num processo de formação continuada.

E qual é a diferença, Senador Cássio? É que um jovem termina o segundo grau e vai estudar para ser pescador. Ali, estuda biologia, mecânica dos barcos, meio ambiente. Então, sai preparado, Um jovem que vai estudar para ser garçom fala três idiomas, sabe falar do vinho, dos ingredientes do prato, sabe dizer se a comida faz mal a um diabético ou não, e, por isso, tem um bom salário.

No Brasil, temos a ideia de que todos têm que ir para a universidade. É um equivoco! E, assim, terminamos com excesso de algumas profissões e sem qualificação. Isso me impressionou muito.

A outra coisa é a seleção, a formação e os salários dos professores, a que a senhora se referiu. E a senhora confirma, embora de outra maneira, o que ouvi. Disseram-me que os alunos que não estão entre os melhores da universidade não conseguem ser professores. E, de fato, quando apenas 10% dos interessados são selecionados, é porque só os 10% melhores da universidade conseguem ser professores. Não é preciso dizer que quem não ficou entre os 10% não tem direito de fazer o concurso, não; é que não conseguem ser selecionados.

Agora, aqui vai uma pergunta. A senhora colocou que o custo está entre R$9 mil e R$22 mil, convertendo já do euro, e que o curso técnico está entre R$15 mil a R$31 mil. Eu queria saber, depois que eu terminar, o porquê dessa diferença. Por que há cursos de R$9 mil e outros de R$22 mil? Mas não precisa dizer agora.

A outra coisa que eu acho que vale a pena a gente deixar claro é como o professor é considerado uma categoria profissional de nível superior. E não é só na Finlândia, mas na Coreia do Sul, no Japão. Um dia desses, recebi uma nota, que não sei se é verdadeira, Senador Requião, que dizia que, no Japão, todos têm que fazer um gesto de muito respeito ao rei, menos os professores. Eu não sei se é verdade ou não, mas, se é uma lenda, é uma lenda bonita. E, de fato, se não é verdade que eles estão excluídos, mas é verdade que eles são muito respeitados. Isso parte também dos salários, como a senhora deixou claro.

Agora, outra pergunta. Desde quando começou essa maneira da Finlândia cuidar da educação? Deve ter havido um momento.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em 1921.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Em 1921 começou, mas acho que, mais recentemente, nos anos 70, talvez, é que tenha havido a grande mudança.

E, aí, eu queria dizer à Senadora que, como a Finlândia é um país menor que o Brasil em termos de população, eu defendo que a gente faça no Brasil uma Finlândia em cada cidade. Eu não disse em todas! E fazendo aos poucos. Há cidades no Brasil com população menor que a Finlândia. Então, por que a gente não chega lá e transforma todas as suas escolas? Com professores em uma nova carreira, com escolas com novas características? Se a gente for fazendo por cidades, num ritmo razoável, em vinte anos nós poderíamos fazer em todo o País. De repente, não! Nós nem temos pessoas capacitadas para serem os professores que nós desejamos. Mesmo que, amanhã, se pague o maior salário do Brasil, eu acho que nós não iríamos conseguir.

E, aí, vem a minha pergunta: como é a seleção do professor? Como ele é escolhido? Como um jovem é escolhido para ser professor?

E eu fiquei muito impactado com a ideia da autonomia. E a minha pergunta é se essa autonomia sempre houve ou se ela veio depois de mudanças mais fortes.

No Brasil, se nós dermos total autonomia, eu não acredito que nós tenhamos um bom resultado. Não há a cultura; essa cultura exige um processo. Então, eu pergunto: sempre foi assim?

A senhora disse que não há avaliações, mas os conselhos escolares – pais, professores, alunos – não estão sempre fazendo a avaliação? Porque essa é a impressão que eu tive.

Por exemplo, no Brasil, nós temos um conceito de estabilidade. O professor não pode ser demitido. Isso foi uma boa conquista, porque houve um tempo

em que o prefeito poderia demitir aquele de quem ele não gostasse. Mas nós saímos desse extremo para o outro, em que não se pode demitir mesmo o professor que não queira dar aulas, que não vá à escola, que não leva a sério o seu trabalho. E eu tinha a impressão de que, na Finlândia, há o direito de o conselho de uma escola demitir professores que não estivessem trabalhando corretamente.

Então, isso seria o que eu chamo de "estabilidade responsável". O prefeito, o governador, o presidente não podem demitir professores, mas a comunidade deveria ter o direito de avaliar qual entre aqueles não está cumprindo com as suas funções.

Finalmente, são duas coisas: 6% é o gasto com educação? Isso inclui os gastos com as universidades ou abarca só a educação de base?

Segundo, eu gostaria de saber se lá existe um ministério só para educação de base e ensino superior ou se são dois ministérios, além, obviamente, de saber onde é que fica a área de ciência e tecnologia.

Essas são as minhas falas, e lhe digo que fico muito satisfeito em ouvi-la.

Espero, Senador Requião, que essa fala possa ir para a televisão, em algum, momento, para que o Brasil veja como é possível fazer uma revolução na educação. Se um país é pequeno, pode fazer mais depressa. Se um país é grande, pode fazer mais devagar, mas pode, até porque o Brasil é grande em população e território, mas somos a sexta economia do mundo, que cobra quase 40% dessa renda nacional para o governo. Então, há recursos; falta saber, primeiro, como gastar. Eu sou contra isso de jogar dinheiro na educação sem definir como gastar. E segundo, a vontade de conseguir os recursos.

Essas eram as minhas considerações, agradecendo muito ao Senador Roberto Requião, que promoveu esse encontro e a sua presença.

A SRª TITTA MAJA (*Tradução simultânea por profissional habilitado.*) – Muito obrigada pelas suas perguntas. Bom; fui confundida um pouco pela tradução, mas eu conheço um pouco de português também.

Eu gostaria de começar com essas perguntas finais do Exmº Sr. Senador.

Sim; esses 6% do PIB incluem tudo, tanto a educação superior como a básica e a secundária. Não a pré-escola, que vem do orçamento do Ministério de Assuntos Sociais. Contudo, isso vai mudar durante esse governo, porque eles também querem incluir a pré-escolarização como parte do Ministério da Educação. Mas, sim, também se inclui tudo.

Existem outros ministérios que exercem algum papel na área de educação. Na Finlândia, o que acontece é que vem um pouco desse pensamento de consenso. Não estamos fazendo tudo só pela educação. Todas as pessoas que são escolarizadas têm de lograr postos depois. Então, não existem carreiras somente escolares; não existem somente por conta das escolas, mas existem porque há demanda.

Temos o Ministério de Trabalho, Ciência, Meio Ambiente, Bem-Estar que também estão envolvidos com o tema do ensino, especialmente quando está relacionado com a educação superior – não só a superior, mas também com a educação técnica.

Assim podemos alcançar a prática que é necessária para as empresas como Nokia ou de celulose, não somente por conta da escolarização – e esse é um ponto que eu esqueci totalmente de citar, mas é muito bom que esse aspecto tenha sido ressaltado.

Todos os Ministérios com algum tipo de papel têm essa relação com a educação; esse Conselho também está focado na educação. Todos os Ministérios que mencionei anteriormente estão envolvidos; é um papel de interesse de todo o país, inclusive o Primeiro-Ministro tem interesse na educação.

Quanto ao professor independente ou autônomo, honestamente, eu não posso responder, pois eu não sei. O que sei é que, na Finlândia, o papel de cada trabalhador e cada trabalhadora tem sido muito independente, pois somos uma população pequena e não temos como indicar o seu superior ou superiora, então, a pessoa se torna bem independente, o que não se encontra muito em outros países.

Poderíamos pensar que também é assim para um professor ou uma professora. Começamos a investir em educação gratuita desde 1920 – começamos a investir no início dos anos 60 e esse sistema de nove anos de escolarização básica começou em 1975, e, agora, estamos nesse sistema atual; então, vocês podem imaginar que para alcançar bons resultados leva em torno de 40 anos, ou seja, não é um caminho muito pequeno, é um caminho bem amplo.

Como se pode explicar essa diferença de preço entre a escolarização técnica e o segundo grau?

Bom, vem um pouco da lógica de que se necessita de um pouco mais de equipamento, laboratórios, também de oficinas e um pouco mais de ferramentas para fornecer a escolarização técnica do que ao invés do segundo grau, somente os laboratórios para Química e outros assuntos especiais. Mas a carreira técnica exige bastante. Vocês podem imaginar como é construir uma máquina de fazer papel. É como o edifício do Senado, é muito grande. Então, é preciso todo tipo de laboratório e, por isso, um pouco mais de custo.

Como elegemos os professores e as professoras? Bom, esse processo é bastante amplo. Primeiro, temos que cumprir como que um exame de ingresso,

que seriam alguns livros, acredito que três, um de Pedagogia. Depois, práticas como oratória, comunicação com as crianças, com os alunos. Em geral, eles têm que ter algum tipo de controle positivo de grupo. Alcança pontos extras se o professor já teve alguma experiência de verão, alguma experiência com crianças. Demora cerca de seis meses o processo de seleção para entrar na carreira de professor. Não sei se esqueci de alguma pergunta. Professor ganha ponto se toca piano.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião Bloco/PMDB – PR) – Senador, a reunião da Comissão irá aprovar, na sua integralidade, como acontece com todas as audiências da Comissão de Educação. Além disso, ela vai ficar no *site* da Comissão, na sua integralidade, e eu pretendo colocar no meu *site.*

Há uma iniciativa própria minha que sugiro a V. Exª: o Paraná tem 399 Municípios, portanto, 399 Secretarias Municipais de Educação. Estou mandando produzir 399 cópias desta audiência e mandarei para todas as Secretarias de Educação pelo meu gabinete. Sugiro que os outros Senadores façam isso também. Existe a possibilidade de a Gráfica do Senado fazer essas cópias na nossa cota de despesas. Cada um dos Senadores da Comissão – que são 54 – receberá uma cópia em CD, feita pela Comissão.

Agradeço a nossa Conselheira Titta Maja, pelas informações que nos aportou.

Não havendo mais nenhum questionamento, dou por encerrada nossa reunião.

(Iniciada às 10 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 42 minutos.)

Ata da 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, Realizada em 3 de Abril de 2012.

Às onze horas e nove minutos do dia três de abril de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Roberto Requião** e com a presença dos Senhores Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Walter Pinheiro, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Ana Amélia, Cyro Miranda, Cássio Cunha Lima, Paulo Bauer, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares, João Capiberibe, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Antonio Russo e Randolfe Rodrigues, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Lauro Antonio, Ivonete Dantas, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Magno Malta, João Ribeiro e Kátia Abreu. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta pelos itens não terminativos, aguardando quórum para deliberação dos projetos terminativos. Logo após, a Senhora Senadora Ana Amélia requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado **(ver Extra-Pauta: Item 1)**. **Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2006**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "Insere alíneas nos §§ 1º e 2º do art. 9º da Lei nº 4.024, de 1961, modificada pela Lei nº 9.131, de 1995, para atribuir às Câmaras do Conselho Nacional de Educação a função de análise e intermediação de conflitos entre trabalhadores da educação e seus empregadores". O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o parecer é pela rejeição do projeto. A matéria é retirada de pauta, atendendo à solicitação do relator, com a concordância do autor. **Item 9: Requerimento nº 21/2012-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que requer "... nos termos do artigo 93, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública Conjunta desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte –CE com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, destinada a debater e analisar o Projeto de Lei do Senado nº 399, de 2011 que 'Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), para dispor sobre a revalidação e o reconhecimento automático de diplomas oriundos de cursos de instituições de ensino superior estrangeiras de reconhecida excelência acadêmica', de autoria do Senador Roberto Requião. Pelo exposto, sugiro convidar as seguintes autoridades: 1. João Luiz Martins, Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES ; 2. Amaro Henrique Pessoa Lins, Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação – SESU/MEC; 3. Vicente Celestino De França, Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduados em Instituições Estrangeiras de Ensino Superior – ANPGGIEES; e 4. Representante da UNESCO". O Requerimento é aprovado. Neste momento, a Presidência retorna à ordem original da pauta uma vez que há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 6: Projeto de Lei do Senado nº 327, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que "Altera a Lei nº 10.671, de 2003, que 'dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor', a fim de regulamentar a participação

de Torcidas Organizadas em estádio de futebol no País". A relatora designada é a Senadora Lídice da Mata e a declaração de prejudicialidade do projeto é aprovada por 14 (quatorze) votos, nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 7: Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Rubens Otoni, que "Denomina UNED Professora Cleide Campos a Unidade de Ensino Descentralizada de Inhumas – UNED do CEFET-GO, no Município de Inhumas Estado de Goiás". A relatora designada é a Senadora Ângela Portela e o projeto é rejeitado por 14 (quatorze) votos. **Item 11: Requerimento nº 22/2012-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cyro Miranda, que requer ".. nos termos regimentais e em aditamento ao Requerimento nº 17, de 2012–CE, que trata da realização de audiência pública para instruir o PLC nº 31, de 2010, para incluir a Srª Luciana Barros de Almeida, Presidente da Associação Brasileira de Psicopedagogia, Seção Goiás". O Requerimento é aprovado. Neste momento, a Senhora Senadora Ana Amélia requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado **(ver Extra-Pauta: Item 2)**. Logo após, o Senhor Senador Cristovam Buarque requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado **(ver Extra-Pauta: Item 3)**. **Item 12: Comunicados da Presidência: Comunicado 1:** "Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) que serão entregues a cada membro desta Comissão cópias da Audiência Pública sobre o Sistema Educacional da Finlândia, realizada em 28 de março do corrente". **Comunicado 2:** "Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento do Aviso nº 212-Seses-TCU-Plenário do Presidente do Tribunal de Contas da União, Exmo. Senhor Benjamin Zymler, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 022.631/2009-0, pelo plenário daquela Corte, na Sessão Ordinária de 07/03/2012, acompanhado do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação, com a intenção de manter informada a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal acerca dos desdobramentos do Acórdão nº 1817/2010-TCU-Plenário, que tem como enfoque a gestão da arrecadação de multas administrativas aplicadas por órgãos e entidades federais". Os (as) Senadores (as) que desejarem uma cópia da correspondência poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão. A Matéria vai ao arquivo. Prosseguindo, a Presidência passa à deliberação do itens incluídos extra-pauta. **Extra-Pauta, Item 1: Requerimento nº 20/2012-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Ana Amélia e Roberto Requião, que requerem "... nos termos do artigo 93, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública Conjunta desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte –CE com a Comissão de Assuntos Econômicas – CAE e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, destinada a instruir o Projeto de Lei Câmara nº 010, de 2012 que 'Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações Fifa 2013 e à Copa do Mundo Fifa 2014, que serão realizadas no Brasil; e altera as Leis nºs 6.815, de 19 de agosto de 1980, e 10.671, de 15 de maio de 2003'. (Lei Geral da Copa). Em virtude da magnitude do tema e envolvimento das três Comissões onde irá tramitar a matéria, sugiro o nome do Presidente da Federação Internacional de Futebol Associado – FIFA, Senhor Joseph S. Blatter, como expositor da Audiência Pública". O Requerimento é aprovado, com o apoiamento dos Senhores Presidentes das Comissões de Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania, Senadores Delcídio do Amaral e Eunício Oliveira, respectivamente. **Extra-Pauta, Item 2: Requerimento nº 23/2012-CE**, de caráter não terminativo, de autoria das Senadoras Ana Amélia e Lídice da Mata, que requerem "... nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE PESAR pelo falecimento da cantora potiguar, radicada no Rio de Janeiro, Ademilde Fonseca, a Rainha do Choro, ocorrido no dia 27 de março de 2012, a ser encaminhado à família da falecida. Cantora de fundamental importância para a música brasileira, Ademilde Fonseca ficou famosa ao emprestar a força, precisão e lirismo de sua voz a clássicos do chorinho, tais como 'Tico-tico no Fubá', 'Brasileirinho' e 'Na Baixa do Sapateiro', gênero até então pouco cantado. Aos 91 anos, Ademilde ainda se encontrava em atividade e nunca é demais lembrar sua força e determinação ao comparecer a esta Comissão em dezembro de 2009 para discutir as principais dificuldades enfrentadas por sua categoria, quando nos brindou, na oportunidade, com um show emocionante no Clube do Choro de Brasília. Pelos serviços prestados à cultura e à música brasileira, Ademilde Fonseca faz jus à homenagem póstuma que ora". O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 3: Requerimento nº 24/2012-CE** (Aditamento ao Requerimento nº 3/2012-CE), de caráter não terminativo, de autoria dos Senadoras Cícero Lucena e Cristovam Buarque, que requerem "...em aditamento ao Requerimento nº 3, de 2012 – CE, aprovado no último dia 14 de fevereiro, com vistas a ampliar e aprimorar o debate (Autonomia das Universidades Públicas), a indicação dos seguintes nomes para comporem a mesa da Audiência Pública: Marlene Alves Sousa Luna, Reitora da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB; Adriano Aparecido Silva, Reitor da Universidade do Estado de

Mato Grosso – UNEMAT; João Carlos Gomes, Presidente da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais – ABRUEM; Presidente da União Nacional dos Estudantes, UNE, Sr. Daniel Iliescu e Secretário de Educação do Estado da Paraíba, Sr. Afonso Celso Caldeira Scocuglia". O Requerimento é aprovado. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2009; Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 510, de 2011; Item 4: Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2011; Item 5: Projeto de Resolução do Senado nº 46, de 2011; Item 8: Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2010 e Item 10: Requerimento, de autoria do Senador Clovis Fecury**. Prosseguindo, a Presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente, Senador Roberto Requião**, encerra a reunião às onze horas e cinquenta e dois minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares**, **Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Roberto Requião,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Declaro aberta a 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa de leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma.

Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram.*(Pausa)*

Aprovada.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, a palavra com a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente Roberto Requião, caros colegas Senadores e Senadora, não está na pauta de hoje um requerimento.

Ontem, foi lido no plenário do Senado o projeto que dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Federações, a Copa da Fifa 2014, que vai se realizar no Brasil. A matéria já foi submetida à apreciação na Câmara dos Deputados e, dada a sua relevância para esta Casa, que mereceu da Câmara um exame muito atento, estamos querendo, com esse requerimento, propor uma audiência pública conjunta, tal como aconteceu no debate do Código Florestal, em que pudemos, por esse sistema de trabalho, obter um resultado muito mais eficaz e rápido realizando comissões conjuntas.

Então, a minha proposta ao Presidente e aos Srs. Senadores é de que o debate das audiências públicas entre as Comissões de Educação, Cultura e Esporte, presidida por V. Exª, de Constituição e Justiça, presidida pelo Senador Eunício Oliveira, e de Assuntos Econômicos, pelo Senador Delcídio do Amaral, seja feito conjuntamente entre as três Comissões, onde a matéria não é terminativa, com as autoridades convidadas. O primeiro será o Ministro do Esporte, Aldo Rebelo. E, diante desse novo formato de audiência pública, eu solicitaria, mesmo que a Fifa tenha enviado um representante, que esta Comissão e as demais Comissões insistissem na presença do Presidente da Fifa, dada a relevância da matéria, mesmo sabendo que houve a indicação do seu executivo. Nós preferimos assim, exatamente pelo alcance do debate conjunto, em que o cenário é diferente, para examinar o projeto de lei da Copa.

Essa é a minha proposta nesse requerimento, caro Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A Mesa acata o pedido de inversão de pauta, de preferência do requerimento da Senadora Ana Amélia, e coloca o requerimento em discussão.

A Senadora está substituindo um requerimento anterior aprovado para uma audiência com o Presidente da Fifa por uma audiência também com o Presidente da Fifa e o Ministro do Esporte, em data a ser marcada em concordância. É uma substituição.

Ainda informo que, na próxima terça-feira, na nossa reunião ordinária, teremos a presença escoteira, isolada, do Ministro do Esporte.

Em discussão.

Senador Cássio Cunha Lima com a palavra para discutir.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Apenas para manifestar uma preocupação, concordando, naturalmente, com a junção das três Comissões para a discussão de um tema que é importante para o Brasil. Gostaria de chamar a atenção para que não haja um retardamento dentro de um calendário, de um cronograma já muito apertado, pela responsabilidade que todos nós temos com o sucesso da Copa. A Copa é do Brasil, não é deste ou daquele governo.

Apenas para consignar essa preocupação de que tenhamos agilidade. E, quando se propõe a vinda do próprio Presidente da FIFA, talvez estejamos incorporando uma dificuldade suplementar, considerando que ele esteve no Brasil muito recentemente.

Fica registrada a preocupação, apoiando a iniciativa da Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Alguém mais deseja discutir o requerimento? *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os contrários se manifestem.

Aprovado.

Eu peço autorização da Senadora para, como Presidente da Comissão, subscrever também seu requerimento e peço que a nossa Secretaria providencie o apoiamento do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Senador Eunício, e do Senador Delcídio do Amaral.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada pela providência, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A Mesa comunica aos Srs. Senadores que mandou gravar a última audiência sobre a educação na Finlândia, que foi realizada com a participação da Srª Titta Maja. Essa gravação está sendo distribuída para todos os membros da Comissão, suplentes e titulares, porque a superposição de comissões no Senado impediu que muitos estivessem presentes, e essa audiência sobre a educação na Finlândia foi muito interessante.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente, pela ordem. Eu queria renovar os cumprimentos a V. Exª pela iniciativa de ter promovido aquela audiência pública para ouvir a representante da Finlândia e lhe dizer que, graças à eficiência da TV Senado, que gravou naquele dia e, naquele mesmo dia, minha assessoria de comunicação postou em meu *site* a palestra sobre educação da especialista da Finlândia, que é um tema muito importante. Então, eu queria cumprimentá-lo, realmente, por ter considerado relevante e importante os dados que ela forneceu e foi uma boa indicação de como devemos fazer.

Cumprimento V. Exª, Sr. Presidente, novamente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A Mesa comunica aos Srs. Senadores e Senadoras que designou como Relatora da Lei da Copa, que chegou hoje à nossa comissão, a Senadora Ana Amélia.

Qual é o quórum que temos no Plenário? Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito e nove.

Nós não temos quórum, no momento, para discutir, aprovar ou rejeitar processos terminativos. Então, vamos para os processos não terminativos.

O Item 3 é um projeto do Senador Cristovam Buarque, relatado pelo Senador Flexa Ribeiro.

É o seguinte o item:

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 7, DE 2006
– Não Terminativo –

Insere alíneas nos §§ 1º e 2º do art. 9º da Lei nº 4.024, de 1961, modificada pela Lei nº 9.131, de 1995, para atribuir às Câmaras do Conselho Nacional de Educação a função de análise e intermediação de conflitos entre trabalhadores da educação e seus empregadores.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Senador Flexa Ribeiro, com a palavra. Item 3, a relatoria é sua.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, volta à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), por força do Requerimento nº 194, de 2011, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 7, de 2006, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera a Lei nº 4.024, de 1961, para possibilitar ao Conselho Nacional de Educação (CNE), por meio de suas Câmaras de Educação Básica e de Educação Superior, a análise e a intermediação de conflitos entre trabalhadores da educação e seus empregadores.

O CNE, para dar cumprimento a essa nova atribuição, deverá prever, no seu regimento, grupo de trabalho tripartite, com a participação paritária de conselheiros representantes dos Poderes Públicos, dos empregadores e dos trabalhadores.

O autor relembra que a ocorrência de greves prolongadas na educação castiga todos os segmentos educacionais do País, incluindo a educação básica e a superior, nos setores público e privado. Pela proposta, o CNE passaria a atuar como um "inibidor moral", a meio caminho entre o direito de greve dos trabalhadores e a tragédia da "greve na educação", sem, contudo, transformar-se em tribunal ou balcão de negociações.

Encaminhada a esta Comissão em 2006, a proposição não recebeu emendas. Recebeu relatório da Senadora Ideli Salvatti, com parecer pela rejeição e voto em separado do Senador Marconi Perillo, pela aprovação nos termos de substitutivo.

Submetido à vista coletiva, passou por outros relatores, sem progresso na tramitação.

Uma vez apreciado por esta Comissão, vai o PLS nº 7, de 2006, à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa.

Análise, Sr. Presidente.

Em princípio, pretende o PLS em questão confiar ao Conselho Nacional de Educação, por meio de grupos tripartites organizados em suas Câmaras de

Educação Básica e de Educação Superior, a análise e a intermediação de conflitos trabalhistas entre empregadores e trabalhadores, na educação pública e privada.

Louvamos a iniciativa do Senador Cristovam Buarque de procurar uma saída institucional para encaminhar a solução dos conflitos grevistas, onde os mais prejudicados são os estudantes das classes populares e suas famílias. Concordamos com o diagnóstico e reconhecemos a gravidade da situação, mas não podemos nos alinhar com o remédio proposto pelo PLS nº 7, de 2006. A medida, certamente, sobrecarregaria o Conselho Nacional de Educação, cujos membros são cidadãos e cidadãs da maior competência, mas já sujeitos e sujeitas a intensa rotina de trabalho em suas instituições de origem.

Mesmo contando com assessores para os grupos tripartites, a medida desvirtuaria a natureza e a prática de um colegiado que foi criado para missão essencialmente de política pedagógica. Mais ainda: conflitos insolúveis seriam levados para o âmbito do colegiado, já que as soluções passam muito mais por resoluções sobre finanças da educação e sobre prioridades políticas, que competem ao Poder Executivo e Legislativo, do que por ponderações éticas, doutrinárias e pedagógicas.

Na realidade, duas soluções devem ser urgentemente encaminhadas: em primeiro lugar, a valorização salarial dos professores, já pautada pela Lei nº 11.738, de 2008, que instituiu o Piso Salarial Profissional dos Professores da Educação Básica Pública; e, em segundo, a regulamentação por lei das greves nos serviços públicos. Sem o concurso dessas políticas preventivas, o Conselho Nacional de Educação prestaria um desserviço na tentativa de mediação, já que, desprovido dos caminhos de solução, logo se desmoralizaria perante a sociedade e perderia sua referência de órgão competente e isento.

A tramitação do Plano Nacional de Educação no Congresso dará oportunidade a que os Senadores incluam metas e estratégias de valorização real dos profissionais de educação e de mais recursos financeiros para as escolas e universidades públicas, de forma a atingirmos os objetivos que perseguem o PLS e seu ilustre proponente.

Sr. Presidente, pelo exposto, o nosso voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2006.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Para discutir, com a palavra o Senador Cristovam Buarque, autor do projeto.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, o Senador Flexa fez questão de elogiar a intenção do projeto. Eu quero elogiar a preocupação como ele fez o parecer. Mas quero insistir, porque não vi alternativa. Eu ficaria muito satisfeito se, além de recusarmos esse projeto, propuséssemos alguma alternativa O País não pode continuar sendo asfixiado porque os professores são obrigados, para defender seus direitos, a fazer greve. Mas é a realidade. Também não podemos fechar os olhos. Algumas greves são feitas sem que governadores e prefeitos possam pagar o que os professores pedem.

Então, estamos diante de duas alternativas: falta de valorização, exigindo greve e, às vezes, o corporativismo, provocando greves. E quem paga, como disse o próprio Senador Flexa, são os alunos, são as crianças. Hoje, isso está espalhado no Brasil inteiro. É uma geração sendo asfixiada. Logo, é o País sendo asfixiado.

Alguns dizem que as aulas são repostas. Aula não é reposta nunca integralmente e direito. A formação de uma criança não é uma parede em construção, em que o operário para durante um mês e, quando ele volta, o tijolo está lá e ele põe no lugar onde deveria ter posto um mês antes. A criança, quando volta, volta com desestímulo, volta com perda de motivação, e ela perdeu o momento de ser formada.

O Brasil precisa refletir sobre o problema da greve do serviço público, mas, sobretudo, Senador Flexa, sobre o problema da greve dos professores. Não podemos proibir greves, até porque é a maneira de defender interesses dos professores, necessários à própria educação. Não podemos, ao mesmo tempo, deixar que elas continuem dessa maneira.

Eu não fico integralmente satisfeito com a minha própria proposta. Estou atrás de outra ideia. Talvez seja o caso de buscarmos outra ideia. A que eu vi é criar uma instância, como um colchão, para o debate entre trabalhadores, professores, e patrões, governadores e prefeitos. Criar um colchão entre eles. Depois de pensar muito, por falta de outro colchão, eu coloquei o Conselho Nacional de Educação. Mas estou disposto a buscar uma alternativa. O que não podemos é fechar os olhos para greves de professores de quinze dias, um mês, dois meses, três meses, impedindo o funcionamento da educação, como instrumento de defesa do interesse deles, mas também das necessidades de uma educação com professores valorizados.

Eu gostaria que esta Comissão não apenas rejeitasse ou aprovasse, se for o caso – se puder aprovar, eu ficarei muito satisfeito –, mas é um recado, é uma mensagem, é uma tentativa de dar um freio ou de, pelo menos, reduzir as greves de aulas; porém, se não for, que, pelo menos, busquemos alternativas. É uma obrigação que nós temos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Pelo que entendi, V. Exª, no projeto, não dá um poder decisório para o Conselho, mas simplesmente uma possibilidade de mediação.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra, para discutir, o Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Novamente, a minha preocupação de quase todas as vezes: o pacto federativo. Fico a imaginar greves simultâneas em vários Estados, como já tivemos no Brasil, às vezes em vários Municípios, tendo que subir para o Conselho Nacional de Educação para uma tentativa de mediação.

A preocupação de V. Exª é extremamente louvável. Confesso que tenho dúvidas em relação a, novamente, transformar o País, que é federativo, em um país unitário, trazendo para o Conselho Nacional as discussões que são, na verdade, nascidas e oriundas dos Estados e Municípios.

Talvez, para não derrotar a proposta, se houvesse a concordância do Relator e do autor, pudéssemos retirá-la de pauta para, na Comissão, dentro de um objetivo que é louvável, que é o espírito da iniciativa do Senador Cristovam, bem como das preocupações pertinentes apresentadas pelo Relator, para podermos ampliar essa discussão e encontrar um mecanismo que preserve, sobretudo, o pacto federativo, nem que seja ouvindo, primeiro, os conselhos estaduais, levando para os Estados a iniciativa, para que, só então, depois, tenhamos uma discussão em nível federal.

Todavia, não consigo vislumbrar a demanda que pode existir no Conselho Nacional de Educação, com as ocorrências, como já visto no Brasil, de greves simultâneas em Estados e Municípios.

Fica a sugestão para que possamos amadurecer melhor a ideia.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Roberto Requião, V. Exª deve entender a dificuldade do Senador Relator em propor a rejeição de um projeto de autoria do Senador Cristovam Buarque na área da educação. É terrível, Senador Cássio!

No mérito, o Senador Cristovam Buarque tem toda razão na sua preocupação em buscar uma solução para a questão das greves que eclodem nos Municípios e nos Estados prejudicando a educação em todos os níveis. E V. Exª tem razão, Senador, quando diz que a reposição das aulas é uma falácia. Ao final das greves, com o entendimento entre o Executivo e os professores, quando chegam a um acordo, diz-se que "as aulas serão repostas". Nós sabemos que isso não acontece, e o grande prejudicado é o aluno, que acaba não recebendo o conteúdo devido.

V. Exª se preocupa com isso e propõe a intermediação do Conselho Nacional de Educação. Aí, preocupa-me que nós contaminemos o Conselho, na sua essência, para mediar conflitos que, como disse o Senador Cássio, podem ocorrer a todo momento, em um volume que nós não temos ideia do que possa vir a acontecer.

Como resolver isso? Vamos buscar... V. Exª tem razão: vamos buscar. Eu estou aberto, Senador Cássio, a retirarmos de pauta. Não vamos votar hoje pela rejeição, vamos buscar uma solução, Senador Cristovam. De que forma nós podemos mediar esses conflitos que possam vir a existir? Que se encontre uma solução na educação em nível municipal e do Estado ou em nível superior também.

Se V. Exª colocar, Presidente Requião, estou disposto, como propôs o Senador Cássio, a retirar de pauta o projeto e, com o Senador Cristovam, buscar uma solução em que se salve a ideia do Senador Cristovam, que é excelente, de encontrar um órgão que faça a mediação desses conflitos, de tal forma que o grande prejudicado, que é o aluno, não venha a sofrer esse prejuízo em função dos conflitos que haja entre o Executivo e os professores.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Na verdade, Senador, nós teríamos uma espécie de juízo arbitral, mas sem o poder decisório, um órgão de conciliação.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O impasse maior que vejo, Senador Cristovam, é a autonomia dos Estados em relação ao Conselho Federal, mas eu acredito que a retirada de pauta para uma discussão mais aprofundada seja o caminho mais aconselhável.

Submeto essa proposta do Senador Flexa ao Senador Cristovam e, depois, ao Plenário.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu quero apoiar. Creio que é positivo estudar isso. Lembro que esse projeto é de 2006. Hoje temos mais greve do que em 2006, a situação piorou, não melhorou. Temos que fazer alguma coisa, mas reconheço que colocar sobre os ombros do Conselho Federal de Educação pode não ser o melhor caminho. Foi o que achei menos ruim, mas a ideia do Senador Cássio de retirar de pauta e debater é perfeitamente válida. E vamos debater o problema do pacto federativo com a

educação em uma audiência aqui, esse assunto pode constar também. Isso poderia ser resolvido se fosse levado para o Conselho Estadual, mas não resolve, porque também seria questionado por que o Conselho Estadual, e não outra instância.

Mas eu quero concluir apoiando a retirada, a proposta do Senador Cássio, e dizer que é uma instância apenas de força moral, sem nenhum poder de constranger qualquer das duas partes, nem constranger o governador a pagar o salário que os professores querem, nem constranger os professores a saírem da greve, mas uma palavra que teria uma força moral para a sociedade sair da perplexidade de ver suas crianças sem aula, seus professores sem salário e seus governos sem dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão a proposta do Senador Flexa, apoiada pelo autor do projeto, Senador Cristovam. (*Pausa.*)

Os Senadores e Senadoras contrários se manifestem, os favoráveis permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Fora de pauta para uma discussão posterior.

Temos quórum para votação de processos terminativos? Não temos quórum. Temos 13 Senadores no plenário e o Senador Paulo Bauer, que está aqui ao lado.

Vamos, então, para o exame do item 9.

Senador Cristovam Buarque, o item 9 é um requerimento seu. Pediria a V. Exª que o expusesse.

É o seguinte o requerimento apreciado.

ITEM 9

REQUERIMENTO Nº , DE 2012

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, destinada a debater e analisar o Projeto de Lei do Senado nº 399, de 2011, que "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), para dispor sobre a revalidação e o reconhecimento automático de diplomas oriundos de cursos de instituições de ensino superior estrangeiras de reconhecida excelência acadêmica", de autoria do Senador Roberto Requião. Pelo exposto, sugiro convidar as seguintes autoridades: 1. João Luiz Martins, Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES; 2. Luiz Cláudio Costa, Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação – SESU/MEC; 3. Vicente Celestino de França, Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduados em Instituições Estrangeiras de Ensino Superior – ANPGIEES; e 4. Representante da UNESCO.

Autoria: Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, destinada a debater e analisar o Projeto de Lei do Senado nº 399, de 2011, que "altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre a revalidação e o reconhecimento automático de diplomas oriundos de cursos de instituições de ensino superior estrangeiras de reconhecida excelência acadêmica", que é de autoria do nobre Senador Roberto Requião.

A intenção, Sr. Presidente, é debater o assunto antes de votarmos.

Sugiro aqui quatro nomes: João Luiz Martins, Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES; o Professor Amaro Henrique Pessoa Lins, Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação – SESU/MEC, ex-reitor da Universidade Federal de Pernambuco; e o Professor Vicente Celestino de França, Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduados em Instituições Estrangeiras de Ensino Superior – ANPGGIEES. Além disso, um representante da UNESCO.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador, só um esclarecimento. Esse seu requerimento já foi aprovado na Comissão de Relações Exteriores?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Falta aqui, porque eu peço que seja conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – E os nomes indicados são os mesmos?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – São os mesmos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o requerimento do Senador Cristovam Buarque. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão; os contrários se manifestem. *(Pausa.)*

Aprovado.

Próximo item.

Há um requerimento aqui, do Senador Clovis Fecury, nos seguintes termos:

REQUERIMENTO

Nos termos do Regimento Interno, requeremos a realização de audiências públicas, tantas quantas forem necessárias, para instrução do Projeto de Lei do Senado nº 377, de 2011, do Senador Lindbergh Farias, que institui o Dia Nacional da Síndrome de Down.

É uma repetição de uma disposição estabelecida no Regimento do Senado.

De ofício, retiro de votação, porque seria simplesmente a reiteração de artigo do Regimento Interno, a não ser que exista alguma oposição do Plenário.

Temos quórum.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, tem um requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Votaremos em seguida. Vamos aproveitar o quórum.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 327, DE 2004 – Terminativo –

Altera a Lei nº 10.671, de 2003, que "dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor", a fim de regulamentar a participação de torcidas organizadas em estádio de futebol no País.

Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

Com a palavra para expor o seu relatório, Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 327, de 2004, pretende regulamentar a participação de torcidas organizadas em estádios de futebol mediante inserção dos arts. 19-A, 19-B e 19-C na Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003 – Estatuto de Defesa do Torcedor.

Vou direto à análise, Sr. Presidente.

A proposta em exame enquadra-se no rol das competências da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, nos termos do art. 102, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

A respeito do mérito do projeto, não há como deixar de concordar com a necessidade de equacionamento do problema da crescente violência nas praças esportivas. O torcedor tem direito a frequentar os estádios com tranquilidade, devendo ser garantida a sua segurança antes, durante e depois das partidas. Trata-se de cuidar da integridade física, psíquica e moral do torcedor que comparece aos estádios para apreciar tais eventos esportivos.

A primeira iniciativa legal a ocupar-se da questão foi o Estatuto de Defesa do Torcedor, aprovado pela Lei nº 10.671, de 2003.

Note-se que, nos termos desse diploma legal, é considerado torcedor "toda pessoa que aprecie, apoie ou se associe a qualquer entidade de prática desportiva do País e acompanhe a prática de determinada modalidade esportiva" (art. 2º), bem como aquele que adquire ou utiliza bens, produtos ou serviços relacionados à prática desportiva formal como destinatário final. O Estatuto também estabelece aplicar-se ao torcedor, no que couber, a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, assim como toda legislação concernente às relações de consumo.

Mais recentemente, com origem em projeto de lei de iniciativa parlamentar, foi editada a Lei nº 12.299, de 27 de julho de 2010, que dispõe sobre medidas de prevenção e repressão aos fenômenos de violência por ocasião de competições esportivas; altera a Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003; e dá outras providências.

Como se vê, a legislação em vigor já atende às preocupações do autor da iniciativa ora em exame nesta Comissão. Por esse motivo, consideramos desnecessária a aprovação da presente medida legislativa e recomendamos a declaração de prejudicialidade da matéria, nos termos do disposto no art. 334, inciso II, do Regimento Interno.

Quero registrar o mérito e a importância da iniciativa do Senador Mozarildo Cavalcanti, um Senador do maior valor nesta Casa. No entanto, creio que o voto que nós devemos acompanhar é a declaração de prejudicialidade do projeto, já que existem, pelo menos, duas legislações que dão cobertura essencialmente a essa questão: o Código de Defesa do Consumidor e o Estatuto do Torcedor.

Esse é o meu voto.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o relatório da Senadora Lídice da Mata pela prejudicialidade do projeto do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores que concordam... *(Pausa.)*

A votação é nominal, porque o projeto é terminativo.

Vamos lá.

Senadora Angela Portela, como vota?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Voto com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Walter Pinheiro, como vota?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Acompanho a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Cristovam Buarque, como vota?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Lídice da Mata. *(Pausa.)*

O voto é conhecido.

Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Paulo Bauer, como vota?

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Por unanimidade, aprovado o relatório da prejudicialidade.

Vamos para o item nº 7, de autoria do Deputado Rubens Otoni.

É o seguinte o item:

ITEM 7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 75, DE 2010
– Terminativo –

Denomina UNED Professora Cleide Campos a Unidade de Ensino Descentralizada de Inhumas – UNED do CEFET-GO, no Município de Inhumas Estado de Goiás.

Autoria: Deputado Rubens Otoni

Relatoria: Senadora Angela Portela

A Relatora é a Senadora Angela Portela, a quem concedo a palavra para expor seu relatório.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Retorna a esta Casa, Sr. Presidente, à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para sua apreciação terminativa, o Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2010 (Projeto de Lei nº 6.598, de 2006, na origem), do Deputado Rubens Otoni, que denomina UNED Professora Cleide Campos a Unidade de Ensino Descentralizada de Inhumas – UNED do CEFET-GO, no Município de Inhumas –, Estado de Goiás.

Vamos à análise do projeto.

No que se refere aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa, julgamos que nada há a objetar ao PLC nº 75, de 2010.

O teor da proposição revela-se, por sua vez, pertinente e meritório ao homenagear uma professora e administradora comprometida com o desenvolvimento do ensino em Inhumas, no Estado de Goiás. Seu empenho nesse sentido revelou-se, inclusive, nos esforços pela criação de uma unidade federal de ensino técnico nessa cidade, muito embora seu falecimento precoce a tenha impedido de vê-los coroados pelo êxito.

A proposição mostra-se compatível com a Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, que trata da denominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos.

Ocorre, porém, que, ao instituir a nova Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, a Lei 11.892 criou os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia e suas respectivas unidades. Essas Instituições de Ensino caracterizam-se pela sua estrutura multicampi e pela sua atuação regionalizada (arts. 2° e 6º, inciso I, da Lei 11.892).

Assim, sua implantação e sua atuação seguem o princípio da identidade regional, ou seja, existe o objetivo de que os *campi,* de cada um dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, criem uma identidade com o município ou a região para o qual foi destinado.

A utilização de nomes, *data venia à* personalidade mencionada no projeto, acabaria por descaracterizar esse objetivo de identidade regional esculpido na Lei 11.892 para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Dentro dessa perspectiva sistemática da referida Lei, e seguindo a concepção de identidade regional da rede federal de educação profissional e tecnológica, o parecer é desfavorável ao referido Projeto de Lei nº 6598, do Deputado Rubens Otoni.

O voto, então, Sr. Presidente, é pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2010; Projeto de Lei nº 6598, de 2006, na origem. Esse é o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o relatório da Senadora Ângela Portela. *(Pausa.)*

É terminativo.

Vamos à votação.

Ângela Portela, voto conhecido.

Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Lídice da Mata. (*Pausa.)*

Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Aprovado o relatório, fica rejeitado o projeto.

Temos uma série de projetos em pauta, mas o item 1 tem como Relator o Senador Pedro Simon. Havíamos acertado, aqui na Comissão, que não votaríamos sem a presença do Relator. Então, fica para a próxima pauta.

É o seguinte o item adiado para a próxima pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 250, DE 2009
– Terminativo –

Altera a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, para permitir o acesso de estudantes oriundos de cooperativas educacionais aos benefícios do Programa Universidade para Todos (PROUNI).

Autoria: Senadora Marisa Serrano

Relatoria : Senador Pedro Simon

O Item 2 tem relatoria do Senador José Agripino, que, por motivos óbvios, não está presente e pediu para passarmos para a próxima reunião.

É o seguinte o item adiado para a próxima pauta:

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 510, DE 2011
– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação – para dispor sobre o funcionamento

de estabelecimentos públicos de educação infantil durante as férias escolares.

Autoria: Senadora Angela Portela

Relatoria : Senador José Agripino.

O Item 4 tem como Relator o Senador Ciro Nogueira, que também não está presente.

É o seguinte o item adiado para a próxima pauta:

ITEM 4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 67, DE 2011
– Terminativo –

Altera a redação do § 1º do art. 47 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Autoria: Deputado Ivan Valente

Relatoria : Senador Ciro Nogueira

O Item 5 é não terminativo. Vamos votá-lo?

A Senadora Ana Rita não está presente.

O Item 11 é um requerimento do Senado Cyro Miranda.

É o seguinte o item:

ITEM 11

REQUERIMENTO
Nº 22, DE 2012 – CE
– Não Terminativo –

Nos termos regimentais e em aditamento ao Requerimento nº 17, de 2012–CE, que trata da realização de audiência pública para instruir o PLC nº 31, de 2010, para incluir a Srª Luciana Barros de Almeida, Presidente da Associação Brasileira de Psicopedagogia, Seção Goiás.

Autoria: Senador Cyro Miranda

Com a palavra o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Obrigado, Sr. Presidente. Nos termos regimentais e em aditamento ao Requerimento nº 17, de 2012–CE, que trata da realização de audiência pública para instruir o PLC nº 31, de 2010, para incluir a Srª Luciana Barros de Almeida, Presidente da Associação Brasileira de Psicopedagogia, Seção Goiás.

Explico: essa audiência foi requerida pelo Senador Randolfe. Eu apenas peço para incluir a Presidente dessa Seção porque ali foi a origem de todo o pedido da regulamentação da profissão de psicopedagogo. Conto com os meus pares para a aprovação desse requerimento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os contrários se manifestem. *(Pausa.)*

Aprovado.

Sobre a mesa, requerimento das Senadoras Ana Amélia e Lídice. Passo a palavra à Senadora Ana Amélia, que é a primeira subscritora, para expô-lo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, esse requerimento é para, tão singelamente, com apoio de outros Senadores, um voto de pesar a uma figura que tem uma grande presença na cultura popular brasileira. Trata-se de Ademilde Fonseca, a famosa e conhecida Rainha do Choro. Ela faleceu há alguns dias, dia 27 de março mais precisamente, teve uma importância muito grande na música brasileira e ficou muito conhecida por emprestar sua força e sua voz, precisão e lirismo, a clássicos do chorinho como Tico-Tico no Fubá, Brasileirinho e Na Baixa do Sapateiro, gênero até então pouco cantado.

Aos 91 anos, Ademilde Fonseca ainda se encontrava em atividade, e nunca é demais lembrar sua força e determinação ao comparecer a esta Comissão, em dezembro de 2009, para discutir as principais dificuldades enfrentadas por sua categoria, quando nos brindou, na oportunidade, com um espetáculo emocionante no Clube do Choro de Brasília.

Pelos serviços prestados à cultura e à música popular brasileira, Ademilde Fonseca faz jus à homenagem póstuma que ora estamos propondo, que conta com o apoio da Senadora Lídice da Mata e o meu próprio.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PT – PR) – Em discussão o requerimento das Senadoras Ana Amélia e Lídice da Mata. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco-o em votação. (*Pausa.*)

O voto sugerido no requerimento foi aprovado pela unanimidade dos Senadores.

Amanhã, às 10h, nós teremos uma audiência pública, nos termos do requerimento apresentado pela Senadora Ana Amélia e pelos Senadores Paulo Bauer e Cristovam Buarque. A audiência será presidida pelo Senador Paulo Bauer. Trata-se de uma audiência extremamente interessante e necessária. Nós vamos discutir o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, aprovado pelo Congresso brasileiro e até hoje não aprovado – e possivelmente não será aprovado de forma permanente – pelo Congresso Português.

Eu determinei à Secretaria que retirasse da Internet algumas matérias portuguesas sobre o Acordo,

a fim de serem enviadas hoje aos gabinetes das Srªs e dos Srs. Senadores.

Então, amanhã, às 10h da manhã, teremos essa importante audiência pública.

Está encerrada a...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, apenas um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PT – PR) – Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu só gostaria de apresentar, em nome do Senador Cícero Lucena e em meu nome, um aditamento a um requerimento já antigo, de fevereiro...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PT – PR) – Requerimento de retificação extrapauta.

Como não, Senador? Com a palavra V. Exª.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Muito obrigado, Senador.

Trata-se de um requerimento de 14 de fevereiro para discutir a situação das universidades públicas estaduais, que hoje abrigam um número considerável de estudantes do ensino superior e que vivem uma situação difícil, além do que não está clara a autonomia.

De autoria do Senador Cícero Lucena, o requerimento já foi aprovado. Eu apenas, junto com S. Exª, com quem conversei sobre alguns nomes, gostaria de apresentar convite à Profª Marlene Alves Sousa Luna, Reitora da Universidade Estadual da Paraíba; ao Prof. Adriano Aparecido Silva, Reitor da Universidade do Estado do Mato Grosso; ao Prof. João Carlos Gomes, Presidente da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais; ao Presidente da União Nacional dos Estudantes, Daniel Iliescu; e ao Secretário de Educação do Estado da Paraíba, Sr. Afonso Celso Caldeira Scocuglia.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PT – PR) – Em discussão esse requerimento de retificação dos representantes na audiência pública, de autoria do Senador Cristovam Buarque. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os contrários se manifestem. (*Pausa*.)

Aprovado.

O Tribunal de Contas da União encaminha cópia do Acórdão proferido nos autos do Processo nº 022631, de 2009, proferido pelo Plenário daquela Corte na sessão ordinária de 07/03/2012, acompanhado do relatório e do voto que fundamentaram aquela deliberação, com a intenção de manter informada a Comissão de Educação, Cultura e Esportes do Senado Federal acerca dos desdobramentos do Acórdão nº 1.817, de 2010, do Plenário do TCU, que tem como enfoque a gestão da arrecadação de multas administrativas aplicadas por órgãos e entidades federais.

Encontra-se o aludido acórdão na Secretaria à disposição dos Srs. Senadores.

Na próxima terça-feira, teremos a presença do Ministro de Estado dos Esportes, Sr. Aldo Rebelo, e, amanhã, como já destaquei, uma importante audiência pública sobre o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

A pedido da Senadora, informo que teremos, como convidados, Gustavo Guimarães, Conselheiro-Chefe da Divisão de Promoção da Língua Portuguesa do Itamaraty; Pasquale Cipro Neto, professor e consultor de Língua Portuguesa; e Ernani Pimentel, professor e idealizador do movimento "Acordar Melhor". Seguramente ele tem dormido muito bem. (*Risos.*)

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 11 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 52 minutos.)

Ata da 12ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, Realizada em 4 de Abril de 2012.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e trinta e seis minutos do dia quatro de abril de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Paulo Bauer, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, e com a presença dos Senhores Senadores Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Lauro Antonio, Ana Amélia, Cyro Miranda, Vanessa Grazziotin, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Antonio Russo, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, Roberto Requião, Ivonete Dantas, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira, Cássio Cunha Lima, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Magno Malta, João Ribeiro e Kátia Abreu. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 75/2011-CE, de autoria dos Senhores Senadores Ana Amélia, Paulo Bauer e Cristovam Buarque, destinado a debater **"O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa"**. Como expositores, comparecem à Audiência Pública o **Senhor Professor Pasquale Cipro Neto, Consultor de Língua Portuguesa; o Senhor Professor Ernani Pimentel, Idealizador do Movimento Acordar Melhor e o Senhor Conselheiro Gustavo**

Guimarães, Chefe da Divisão de Promoção da Língua Portuguesa do Itamaraty (DPLP/MRE). Neste momento, o Senhor Vice-Presidente, Senador Paulo Bauer, informa ao Plenário que devido a compromissos anteriormente assumidos no exterior, o Professor Evanildo Bechara, membro da Academia Brasileira de Letras, não pode comparecer a presente reunião para a qual foi convidado como expositor. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Paulo Bauer, Ana Amélia e Cristovam Buarque, autores do Requerimento e o Senhor Senador Cyro Miranda. Após as considerações finais dos expositores, a Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e quarenta e seis minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Paulo Bauer,** Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB - SC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa de leitura da ata da reunião anterior e de aprovação da mesma.

Os Senadores e as Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 75, de 2011 – CE, de autoria dos Srs. Senadores Ana Amélia, Paulo Bauer e Senador Cristovam Buarque, para realização de audiência pública destinada a debater o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão, Júlio Ricardo Linhares, que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa. *(Pausa.)* Os convidados são Gustavo Guimarães, Conselheiro-Chefe da Divisão de Promoção da Língua Portuguesa do Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores; o professor e consultor de Língua Portuguesa Pasquale Cipro Neto; e o professor e idealizador do Movimento Acordar Melhor Ernani Pimentel. São todos muito bem-vindos e peço que tomem seus lugares à mesa dirigente dos trabalhos, para que possamos iniciar as atividades.

Antes de ouvirmos a manifestação dos convidados, saudando os Senadores Cristovam Buarque e Cyro Miranda, que se encontram presentes, posso informar a todos que, em minutos, teremos outros Senadores e Senadoras que vão comparecer a esta reunião. Infelizmente, muitas reuniões de comissão acontecem no mesmo horário e, como todas são de igual importância, os Senadores têm de se desdobrar na frequência e no comparecimento a cada uma das reuniões. Isso dificulta naturalmente que todos estejam no mesmo momento numa reunião tão importante como esta nossa, que está sendo transmitida pela TV Senado, pela Rádio Senado e pela Agência Senado e que também será objeto de registro no *Jornal do Senado*. Trata-se também de uma reunião que pode ser assistida através da Internet, pelo *site* do Senado, e que é veiculada pelo Instituto Legislativo Brasileiro, que tem um convênio com o Senado e com esta Comissão para veicular, através de sinal visual, os trabalhos desta Comissão.

O Requerimento nº 75, de 2011, é o seguinte:

> *Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90 II e 93 II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, com a finalidade de debater o* ***"Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa"****. Os convidados serão posteriormente indicados.*
>
> ***JUSTIFICATIVA***
>
> *Em 2009, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte iniciou uma discussão referente à implementação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa entre os países membros da CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa). Já ratificaram o acordo Brasil, Portugal, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, encontrando-se aberta a adesão de Timor-Leste. Passados 20 anos de sua elaboração, o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa promete finalmente sair do papel. O Brasil é o primeiro país, entre os que integram a CPLP, a adotar a nova grafia já a partir de 2013, o que foi, nos últimos dois anos, muito discutido pela mídia e pelos setores interessados e tocados pelo tema. Segundo estudiosos, seriam necessárias mudanças e correções para atender o seu intuito original: o fortalecimento da nossa língua. O Ministério da Educação já iniciou o processo de adoção da nova ortografia. Entre 2010 e 2012 foi esti-*

pulado o período de transição para que a nova ortografia passe a ser obrigatória nos livros didáticos em todas as séries.

A audiência pública requerida tem como finalidade dar continuidade ao debate, tendo em vista que a reforma ortográfica da Língua Portuguesa traz mudanças significativas na grafia das palavras e, em vários casos, em sua pronúncia. Para uma melhor compreensão de todos os aspectos e por acreditarmos estar contribuindo para que a sociedade brasileira entenda melhor as modificações introduzidas pela reforma, peço o apoio dos meus pares para este Requerimento.

Sala das Sessões, em de dezembro de 2011

Ele foi apresentado nesta Comissão na reunião do dia 13 de dezembro de 2011 e foi subscrito pela Senadora Ana Amélia, pelo Senador Cristovam Buarque e por este Senador que lhes fala.

Foram convidados, como já mencionei, três participantes, que nos honram com suas presenças: o Professor e Consultor de Língua Portuguesa Pasquale Cipro Neto; o Professor e idealizador do Movimento Acordar Melhor, Ernani Pimentel e o Conselheiro Chefe de Promoção da Língua Portuguesa do Itamaraty, Gustavo Guimarães.

Dou a todos as boas-vindas e informo que nosso rito de trabalho está estabelecido, conforme dispõe o Regimento Interno, da seguinte forma: primeiro, os convidados terão oportunidade de se manifestar...

Vou definir, como tempo limite máximo, sem prorrogação, vinte minutos. Alerto que, quando a campaninha der o sinal, falta um minuto para terminar. OK?

O normal não é concedermos tanto tempo. Nas vezes em que temos convidados na Comissão, geralmente concedemos dez minutos e outros, quinze, no máximo, mas, como hoje temos apenas três convidados e o tema é complexo, é muito abrangente, estabelecemos vinte minutos para cada um. Depois ouviremos os Senadores, para suas perguntas, suas observações, e de novo, daremos mais três minutos para cada um se referir às questões colocadas, com tolerância de mais um minuto, se for necessário.

Portanto, vamos iniciar a manifestação e apresentação dos convidados, iniciando pelo Professor de Língua Portuguesa Pasquale Cipro Neto, a quem concedo a palavra por até vinte minutos.

O SR. PASQUALE CIPRO NETO – Bom dia a todos!

Vou colocar um pouco mais longe o microfone, porque senão o pescoço dói. Capta bem esse microfone? (*Pausa*.)

Então, vamos.

Muito obrigado, Senador Paulo Bauer, pelo convite. Não sei se a ideia partiu de V. Exª ou de toda a Comissão.

Eu tenho me batido, eu tenho lutado, eu tenho escrito, eu tenho me manifestado...

Eu sou colunista da *Folha de S.Paulo,* tenho vários livros publicados, um programa na TV Cultura de São Paulo, boletim na Rádio Globo de São Paulo, falo de Língua Portuguesa há muito tempo, sou Professor desde 1975, convivo com a língua viva, porque é na redação dos jornais que se nota efetivamente o pulsar da língua. No jornal, tudo é para daqui a pouco, na verdade, tudo é para ontem. Então, viver esse dinamismo da língua, como eu vivo – exerço as duas funções, pois trabalho com o jornalismo e com a sala de aula, com o exercício efetivo do ensino da língua – me põe numa situação, mais ou menos, privilegiada para sentir o drama dessa coisa chamada (des)acordo ortográfico. Sempre que escrevo sobre isso, coloco "des" entre parênteses porque acordo é uma coisa que todo mundo assina e cumpre. Um acordo que só um coloca em vigor não é acordo.

Faço aqui, rapidamente, um pequeno histórico para quem não é do ramo. Essa discussão sobre a unidade gráfica entre os países lusófonos se arrasta há muito tempo. Em 1945, por exemplo, Brasil e Portugal assinaram um acordo que o Brasil jamais cumpriu. Então, há sempre o cachorro correndo atrás do rabo: quem vai cumprir, quem vai fazer, quem não vai fazer? E, entre acordos e desacordos,l tivemos historicamente divergências gráficas – temos – entre Brasil e Portugal e os demais membros da comunidade lusófona. Temos divergências gráficas evidentes. A ideia desse acordo, do que está em discussão...

Vou ler aqui um livro escrito pelo Prof. Antônio Houaiss. Ele foi o negociador brasileiro, foi o professor que representou o Brasil, foi o negociador brasileiro nesse acordo. O Professor. Antônio Houaiss explica aqui os objetivos desse Acordo e quais são os objetivos: a grafia única, a unidade gráfica. Países que têm o Português como língua oficial não têm grafia única. O Brasil escreve "adotar", Portugal escreve "adoptar". Todo mundo conhece essas distinções. A ideia era criar um padrão gráfico único. Houve uma primeira reunião em 1986, como diz o Professor. Houaiss aqui, no Rio de Janeiro. Foi elaborada uma proposta considerada radical e logo abandonada. Em 1990, um novo encontro, dessa vez em Lisboa. Compareceram representantes dos então sete, hoje são oito, países que formam a comunidade lusófona, e lá se chegou a um texto oficial. Esse texto dizia, não sei se todos sabem, que o Acordo entraria em vigor até o dia 1º de janeiro

de 1993, ou 1994, desde que todos os países o ratificassem, ou seja, o confirmassem com o depósito de um documento de confirmação em Lisboa.

Nosso Congresso votou isso em 1995, quando o prazo final já estava esgotado. Esse acordo dormiu na gaveta até o final da primeira década deste século, quando o Brasil resolveu colocá-lo em prática, colocá-lo em vigor, sozinho. Uma lei que o Presidente Lula assinou colocou em vigor esse acordo a partir do dia 1º de janeiro de 2009 – acordo não, essa reforma ortográfica, com prazo de acomodação de quatro anos. Esse prazo termina neste ano, no final de 2012.

Muito bem, o texto oficial do acordo diz que haveria um vocabulário ortográfico comum, que todos os esforços seriam postos em prática para que fosse escrito, para que fosse preparado um vocabulário ortográfico comum, o que não aconteceu. Esse vocabulário ortográfico, por enquanto, é brasileiro, foi produzido pela ABL, e produzido de maneira esquisita, porque ele atropela o texto oficial do Acordo. As normas estabelecidas pelo acordo não são respeitadas pelo V*ocabulário Ortográfico*. Então é um vocabulário que atropela o que está determinado no texto oficial do Acordo.

Para que vocês tenham um ideia do dinheiro que foi jogado no ralo, as editoras correram no ano de 2007 para publicar seus livros, embora ainda não houvesse a adoção oficial do Acordo. Como já havia divergências de interpretação em relação ao texto oficial do Acordo, o que aconteceu foi que muita gente publicou... Chegaram a sair dicionários, minidicicionários divergentes. Então, se o cidadão procurasse determinada palavra no dicionário A, encontrava uma grafia; se a procurasse no dicionário B, encontrava outra grafia. Chegamos ao cúmulo de a Academia Brasileira de Letras, que é a aquela que abraça, a guardiã, lançar um *Dicionário Escolar da Língua*...

Atenção, Srs. Senadores! Atenção, presentes!

Eu denunciei isso na minha coluna na *Folha de S.Paulo* em 2009. A Academia Brasileira de Letras lançou um dicionário chamado *Dicionário Escolar da Língua Portuguesa* em cujas páginas introdutórias se liam recomendações, observações, normas relativas ao texto oficial do Acordo. Davam-se exemplos, nessas páginas introdutórias, de grafias de acordo com o Acordo. Esses mesmos exemplos apresentados nas páginas introdutórias desse dicionário publicado pela Academia Brasileira de Letras, esses mesmos exemplos, no próprio dicionário, no corpo do dicionário, daquele dicionário, apareciam com grafias diferentes, ou seja, eu leio as páginas introdutórias, leio o texto do Acordo, leio as observações, leio as normas, leio as explicações, vejo os exemplos. Aí pego esses exemplos e vou para o corpo do dicionário e vejo uma grafia divergente. Isso é o cúmulo. Isso é a prova cabal de que foi tudo feito às pressas, para dizer o mínimo, para ser elegante. Foi feito às pressas.

O vocabulário ortográfico oficial, que deveria ter saído, obviamente, antes que a reforma entrasse em vigor, só saiu depois e saiu cheio de imperfeições e – permitam-me o termo – cheio de estupros, porque o texto oficial do Acordo foi estuprado várias e várias vezes.

O próprio texto oficial do Acordo – vou ler aqui -, quando fala do prefixo "co", dá como exemplo co-herdeiro, porque o texto do Acordo diz que haverá hífen com os prefixos basicamente em duas situações: quando a palavra agregada ao prefixo começa com letra igual à letra final do prefixo ou quando começa com "h". O prefixo "co" é citado como exceção. Lá se diz que, mesmo que a palavra agregada comece com "o", não haverá hífen, mas só se cita o "o", e dá-se como exemplo no texto oficial do Acordo co-herdeiro, com hífen. O *Vocabulário Ortográfico* registra todas as palavras em que há o prefixo "co" sem hífen. Foi uma decisão arbitrária. Eliminou-se o hífen de todas as palavras em que há o prefixo "co". Eu disse todas. Então, escreve-se coerdeiro, sem "h", sem hífen. Escreve-se coerdar, sem h nem hífen, de acordo com o V*ocabulário Ortográfico*.

Então, nós vivemos esse descompasso. Chegamos ao absurdo de pegar a primeira edição do V*ocabulário Ortográfico* pós-reforma, pós-Acordo e encontrar, por exemplo, a palavra subumano grafada de duas maneiras: sub-humano e subumano, tudo junto, sem h. Se interpretarmos a regra, chegaremos á conclusão de que sub-humano se escreve com "h", pela regra decorrente do Acordo. Agora, o mais interessante é que na primeira versão do *Vocabulário* encontram-se as duas grafias e, na grafia antiga, antes da reforma, subumano se escrevia sem "h", tudo junto, com "u", sem "h".Mas, na grafia de subumano encontra-se – atenção! não é piada; é sério, é verdade, – s u b u m a n o, ao lado, adj, ou seja, adjetivo e, ao lado, um, dois, três pontos de interrogação, o que significa, claro, que isso foi uma anotação durante a preparação do trabalho, uma coisa que seria discutida depois pelo revisor, preparador, editor, mas aquilo acabou. Porque era uma discussão: como vai ficar subumano, com "h", sem "h". Passou daquele jeito, e o cidadão brasileiro que comprou um exemplar desse *Vocabulário* levou para casa três pontos de interrogação. Ele abre ali, consulta subumano e leva para casa três pontos de interrogação.

Na sucessão de barbaridades, na sucessão de problemas decorrentes da pressa, o texto ficou, o Acordo ficou, dormindo vinte anos. Eu não vou nem discutir aqui o que se discute. O Professor Gustavo vai falar certamente do papel da língua na questão

internacional, do uso da língua, do que esse Acordo pode ou não pode trazer para a Língua Portuguesa no cenário internacional. Esse é o fundamento principal em que se apoiaram os idealizadores do Acordo para criá-lo. Essa é uma discussão que não tem fim, mas eu me refiro aqui, eu vim aqui para isso, para falar especificamente da aplicação desse Acordo. Então me parece que houve um atropelo: "vamos colocar em vigor e acabou", sem reflexão, sem discussão, sem que houvesse uma leitura atenta do texto oficial.

Esse texto oficial, na verdade, não serviu de modelo para a efetivação, para a consecução, para a elaboração do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa.* Esse vocabulário não reflete o texto oficial do Acordo, e temos aí, tivemos nesse tempo todo, uma verdadeira salada, uma verdadeira confusão, com normas que foram, na verdade, impostas depois da entrada em vigor da reforma e que foram impostas por um vocabulário ortográfico, que não é espelho fiel do texto oficial desse acordo.

De modo que me parece que temos muita coisa para discutir, muita coisa para rever, muita providência para tomar. Ainda há no Brasil, hoje, circulando livros publicados pós-Acordo com orientações divergentes das que estão no *Vocabulário Ortográfico,* e ninguém podia fazer milagre, porque ninguém tinha bola de cristal, ninguém podia adivinhar o que ia acontecer, ninguém podia adivinhar qual teria sido ou qual seria a decisão da Academia Brasileira de Letras, que é a organização que publica o vocabulário, que tem, por força de lei, essa obrigação de publicar.

Então, temos aí, tanto na escola pública como na escola privada, muitos estudantes carregando na bolsa livros que dizem coisas distintas, que apontam verdades distintas em relação à grafia de uma palavra. O Mário de Andrade, modernista, revolucionário etc dizia que "gente com "j", não vejo nenhum problema, tudo bem, desde que todos escrevam com "j'.

Muita gente acha que a unidade gráfica é ditatorial; ela é democrática, ela vale para todos. O carioca diz tomate (tu), o paulista diz tomate (to) o gaúcho, sei lá o quê, e por aí vai, mas todos grafam t-o-m-a--t-e; é uma maneira absolutamente democrática de representar aquela palavra para qualquer cidadão de qualquer canto do País.

Uma vez me perguntaram na lata: como se pronuncia? Banana (a) ou banana (ã)? Que absurdo, não é? Quer dizer, as pessoas ainda têm essas coisas na cabeça, ainda confundem língua com grafia. Aliás, isso é uma coisa que peço encarecidamente, que não se fale, por favor – é um grande equívoco –, que não se fale em mudanças na língua portuguesa quando se fala desse assunto. Grafia é uma coisa, língua é outra. Não tem nada a ver uma coisa com a outra. Estamos discutindo aqui sistema gráfico, reforma ortográfica, maneira de grafar. Isso não tem nada a ver com a PALOP.

A língua é outra história completamente diferente, na estrutura, na sintaxe. Isso não se mede, não se modifica por lei, por decreto. São os usuários da língua que a fazem, que a modificam, em suma, que promovem as alterações pelas quais as línguas passam ao longo do tempo.

Então, não vamos fazer confusão. Estamos diante de uma questão clara, ou seja, grafia. Que destino nós vamos dar a isso? Como vamos costurar todo esse imbróglio decorrente da adoção, digamos – preciso ser delicado –, estapafúrdia dessa reforma ortográfica. Não dá para chamar de acordo porque é só caminhar – estive em Lisboa, em janeiro – e ver que os portugueses continuam dando de ombros para isso. E, se alguém quiser deixar um editor português nervoso, entre numa casa editora de Portugal, qualquer uma, pode ir à cidade do Porto, na Lelo, pode ir à própria Porto Editora, pode ir a qualquer casa editora de Portugal, entre lá e converse com qualquer editor português sobre essa coisa chamada Acordo Ortográfico, reforma ortográfica.

Eles enlouquecem, eles não querem saber disso porque, para eles, a coisa tem outro caráter, tem um caráter que talvez o Gustavo toque nesse ponto. Mas, em suma, o fato é que precisamos rever, como diz o Professor Pimentel, acordar melhor, porque, do jeito que a coisa foi feita, a colocação em vigor desse acordo foi um desastre, um desastre. Jogou-se dinheiro público pelo ralo. Comprou-se muito livro que não segue o objetivo básico. Se todo mundo sai atrás, correndo, desesperado porque vai haver uma reforma, é preciso publicar de acordo com a reforma, e a reforma cria todas essas confusões, essas imprecisões, e muitos livros publicados já pós-reforma não seguem o que está efetivamente publicado no VOLP, que, por sua vez, não segue o que está no texto oficial do Acordo.

Aproveito o meu minuto final para pedir, encarecidamente, que quando mexermos nisso – acho que vamos mexer – tenho fé, tenho esperança de que eliminemos as aberrações. Por exemplo, não faz sentido eliminar o acento da forma verbal "pára". Isso é um estupro, é um absurdo, é uma bobagem. Quem convive de verdade com a língua sabe que esse acento não pode ser eliminado. É um absurdo! É um absurdo! Quem convive com a língua sabe. Eu convido, se alguém nunca foi a uma redação de jornal, é meu convidado; vamos lá para a *Folha de S. Paulo*; a gente fica lá uma tarde e vê como é trabalhar num jornal sabendo que não se pode mais usar "pára". É uma loucura.

É isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradecemos a manifestação e a apresentação do Professor Pasquale Cipro Neto no tempo regimental.

Concedo a palavra ao Professor e idealizador do Movimento Acordar Melhor Ernani Pimentel, também por 20 minutos.

O SR. ERNANI PIMENTEL – Primeiro, quero cumprimentar a Mesa, cumprimentar os Srs. Senadores, a Senadora Ana Amélia, o Senador Cristovam Buarque, o Senador Paulo Bauer, por terem tido a iniciativa dessa segunda audiência pública sobre o Acordo Ortográfico. O Professor Pasquale falou muito bem e falou muito do que eu iria apresentar.

Vou fazer uma apresentação e vou pular muita coisa porque já está implícito e já foi falado. É ótimo porque, na realidade, a gente está pensando junto, está vendo a mesma coisa.

Já houve uma audiência pública há mais de dois anos, foi em 4 de setembro de 2009, aqui nesta mesma Casa, e agora que estamos retornando ao assunto.

A reflexão sobre o Acordo Ortográfico: só se pode mexer na escrita, não se pode mexer na pronúncia. Então, ali, fala-se com ele ('l") ou com dois eles ("ll"), não interessa, não alterou a pronúncia, é mudança ortográfica apenas.

O acordo ortográfico foi pensado em 1975, foi assinado em 1990 para ser colocado em vigor agora, a partir de 2013.

Houve retardamento, insegurança e revolta nos países Brasil e Portugal. Estou até com notícias aqui, agora, de 29 de fevereiro, da RTP, dizendo que o José Coelho, lá de Portugal, está informando que o governo admite rever o Acordo. Há o Graça Moura, que é Presidente do Centro Cultural de Belém, proibindo que se use o acordo ortográfico e mandando tirar inclusive os equipamentos de correção automática de texto baseado no Acordo.

Nós temos o Secretário de cultura de Portugal dizendo que o Acordo deverá ser modificado até 2015, que é o prazo deles.

Aqui, no Brasil, o que temos?

Primeira coisa: anacronismo. Estamos fora de época. O acordo pressupõe ortografia, que pressupõe o quê? Educação e pedagogia. Não posso ensinar a escrever, falar, sem movimentar os professores e os pedagogos. Primeiro: não foram consultados.

Os parâmetros de educação, de 1975, quando foi pensado esse acordo, eram os parâmetros da memorização, a chamada decoreba, vulgarmente. Ensinava-se por decoreba. História do Brasil era nome e data. Hoje, para os parâmetros de hoje, a educação tem que seguir o entendimento e provocar o raciocínio do aluno, para que ele possa criar e contribuir com o que está aprendendo, para que ele possa contribuir socialmente também.

Então, esse Acordo está pensado só no antigo, no passado. Os parâmetros do Acordo são somente memorização, um monte de regras e um bando de exceções. Por absurdo, as relações de exceções terminam sempre em reticências que, mais uma vez, o Vocabulário Ortográfico alterou, tirando as reticências, sem autorização desta Casas, sem autorização do Congresso. Os parâmetros do acordo são de memorização.

Nenhum professor – isso eu estou falando com absoluto conhecimento – sabe usar o Acordo Ortográfico, tal é a ilogicidade, tanto no hífen quanto em vários outros assuntos. Então, se nenhum professor aprende; como se vai ensinar? Nem Senador aprende.

O professor, pelo menos, tinha que ter obrigatoriedade de ensinar até ao Senador, concorda? O professor não sabe, não pode saber, porque é muito ilógico.

Fuga do objetivo. O acordo se diz ortográfico e ele mexe com o trema. Se eu tiver lendo em francês, vou ler lá Air Caraíbes (*dando tonicidade no "i"*), alguém vai me corrigir para ler Air Caraïbes (*transformando o "ai" em "é", aberto)* porque tem um trema lá. Quer dizer o francês usa o trema para ajudar a pronúncia, e nós eliminamos o trema para confundir a pronúncia. O trema não é ortográfico, é ortofônica. Não tinha quer ser mexido no acordo.

Contradição geral. O Professor Pasquale já disse que as consoantes não pronunciadas, segundo o acordo, devem ser eliminadas. Por isso acção – ação; acto – ato; óptimo – ótimo. Tudo bem. O "h" inicial é uma consoante não pronunciada e eles não tiraram. Percebeu? Então já tem uma contradição aí. Vejam que em erva, úmido e ervário eles tiraram, porque já tinha tradição de tirar, mas homem, húmus e humor não tiraram. Quer dizer, que parâmetro é esse que vamos usar para ensinar? Vamos nos desmoralizar com qualquer aluno. Eliminam-se ou mantêm-se?

Incoerência no particular. Você pega, nos compostos e derivados, deve-se manter ou eliminar o "h"? O acordo diz que extra-humano você escreve com o hífen e o "h"; e desumano assim. Então, na realidade, o que ele está ensinando? Baboseira. Nenhum aluno vai querer aprender porque não tem lógica nisso. Ou se ensina: olha, vamos fazer o seguinte, acabou o "h", como em extraumano, desumano, e acabou o papo. Ou então se mantém: extra-humano, des-humano, e acabou a exceção. Temos que parar com a exceção. Exceção é coisa de quem não raciocina e a nossa educação quer que todo mundo raciocine.

Pois bem.

Coerência é pressuposto da didática moderna, e o acordo é incoerente.

Imprecisão de conceitos. O acordo confunde até os professores. Eu respondo a dúvidas pela Internet, no Globo *on-line,* sobre o acordo também. São milhares de professores que me telefonam ou que me passam *e-mail* perguntando se mudou o conceito de justaposição e aglutinação. Quer dizer, o professor está sendo destruído nesse Acordo.

Veja só: girassol, madressilva e mandachuva são todos justapostos, mas o Acordo, toda vez que fala em aglutinação dá só exemplos de justapostos. Quer dizer, quem assinou o Acordo não sabe o conceito? É isso que estamos vendo.

Pontuação discutível. Na realidade, a pontuação do acordo mostra que quem escreveu não sabe ler. Inclusive eu pedi que distribuíssem, pelo Movimento Acordar Melhor, um texto do Professor Everardo Leitão "Acordo Ortográfico, vírgula etc.". Vocês vão perceber o absurdo. Tudo o que a gente ensina que é importante para o aluno aprender, por exemplo, a colocar uma vírgula o Acordo destrói. Não é porque ele tem outro parâmetro, não, porque, nas mesmas situações, ele usa pontuações e recursos diferentes, mostrando que ele não tem parâmetro. Então, ele destrói a educação, e é um documento oficial internacional; significa: virou regra agora, se a aceitarmos. Instala a dúvida nos professores.

Excepcionalidade inútil. É um monte de bagunça. Café cor de bonina a gente aprende que virou locução. Então, não tem mais hífen. Aí, você vai pensar: cor de rosa também. Não. Cor-de-rosa você tem que decorar, porque estamos lá em 1975, escrevemos com máquina de escrever, de datilografia, então temos que decorar. Cor-de-rosa, não, tem que escrever com hífen.

Aí você pega biorritmo e minissaia: você usa dois "r" e dois "s"; e vai pressupor que para-raio e guarda-sol também. Não. Para-raio e guarda-sol são sem hífen. Percebeu?

O que está em verde ali, que é lógico, está errado, pelo acordo. Ele fala uma coisa e faz outra.

Dupla grafia perturbadora. Você lê no vocabulário ortográfico: pré-embrião ou preembrião? Os dois são corretos. É um absurdo! Para que duas grafias?

Mas, vamos aceitar que tenha as duas grafias. Aí a gente, por conclusão, vai dizer: posso escrever pré-embrionário ou preembrionário. Concordam? Não, não pode. Pelo VOLP está errado preembrionário. Significa que toda vez que você quer usar a lógica você é derrubado. Quer dizer, quem vai ensinar isso? Incoerência do passado querendo ser eternizada no século 21.

Ilogicidade. É ilógico o acordo porque ele não eliminou ou não reduziu ao máximo as exceções. Segundo, ele é ilógico porque termina a lista de exceções com reticências. Terceiro, é ilógico porque ele justifica essas diferenças, essas exceções por serem consagradas pelo uso. Quer dizer, o acordo não foi feito para mudar o uso? Então, tudo é ilógico, até o argumento que eles usam para defender a ilogicidade. Nós não podemos pensar como eles. Madre-forma, madre-mestra é com hífen, mas madrepérola, não; está errado, tem que ser sem hífen.

Guarda-roupa e guarda-chuva são com hífen. Mandachuva, não. Estaria errado; tem que ser sem hífen.

É isso que eles querem? O grande erro desse acordo foi não consultar quem trabalha com o aluno, com a educação. Não é um acordo político somente, não é um acordo econômico só. É um acordo ortográfico. Então, pressupõe treinamento e adequação aos padrões didáticos da época. Perceberam? Não foi respeitado isso, porque foi pensado em uma época ditadora – 1975, ditadura no Brasil. Portugal saindo de ditadura, com problemas sérios no contexto internacional. Foi quando foi pensado. Por isso que adiado para em 90 ser assinado e para ser implantado agora.

Ad-renal ou adrenal, os dois estão certos, mas ad-renalina não pode, mostrando a ilógica.

Improvisação: tivemos nove acordos, nove alterações ortográficas só no século passado. Todas foram improvisadas, como ele falou. Eu diria que foi feito tudo "na coxa", tal com a telha de coxa, feita na coxa e, portanto, toda irregular. Então, nunca se fez uma pesquisa sobre a grafia dos nossos radicais. Como se podem fazer nove acordos sem conhecer os radicais? Em latim, *extensione*, que vai dar, em Português, "extensão", é escrita com "x", "extensão é com "x". *Extendere,* em latim, é também com "x". Alguém escreveu errado "estender" com "s" um dia, e entrou no dicionário "estender" com "s". Hoje, temos um acordo, vamos dizer, temos a confirmação desses absurdos. Nunca houve pesquisa. Então, como fazer Acordo sem pesquisa?

Ilegalidade no Brasil: No Brasil, o que se está imputando à população é ilegal. O Decreto nº 6583, de Presidência da República determina, no art. 1º, que ele será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém. Mas o Professor Pasquale abundantemente mostrou que isso não funciona, que isso não funcionou. Porém, o vocabulário ortográfico da ABL, que é a voz do Acordo Ortográfico no Brasil, desrespeita e altera o conteúdo original do Acordo, no uso dos prefixos "an", "co", "re", "pré", "pro", na eliminação de várias reticências, na criação de produtos afins etc.

O Decreto nº 6583, de Presidência da República, que implanta o Acordo, determina no art. 3º que

São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, assim como quaisquer ajustes com-

plementares que, nos termos do art. 49, Inciso I, da Constituição, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Será que a Língua não é um patrimônio nacional? A Língua é o maior patrimônio que temos, é altamente gravoso esse Acordo, assim como é altamente gravosa essa intersecção da Academia Brasileira de Letras, alterando o que foi acordado. E o Congresso não foi consultado. Porém, nenhuma das alterações citadas foi submetida à apreciação do Congresso Nacional.

Fórum decisório questionável: lá, naquela época, achava-se que a Academia Brasileira de Letras tinha competência para falar sobre o Acordo. Só há um filólogo na Academia. Então, de onde a ABL tirou a competência para falar do Acordo? Achava-se que a Academia de Ciências de Lisboa tinha competência para discutir o Acordo. Lá também só há um filólogo. Onde está a competência dessa Academia? Ficamos, então, nas mãos de duas pessoas? Bom, não foram consultadas a Academia Brasileira de Filologia, a ABI, os linguistas, os pedagogos, professores de Português, que deveriam estar na linha de frente disso aí. Os que têm a escrita como instrumento de trabalho não foram consultados. Os jornalistas não foram consultados, os promotores, os juízes não foram consultados. Então, na realidade, que Acordo é esse? Isso é uma imposição, uma imposição ditatorialesca do passado.

Onerosidade. Isso é muito caro, é muito caro esse acordo. Gastam-se 400 horas-aulas de ortografia, até o final do nível médio, para efetivamente saírem todos analfabetos, como nós, aqui, ou seja, na hora de um "g" ou um "j", temos que correr ao dicionário. Então, são 400 horas de ortografia para nada. Pois bem: seriam necessárias apenas 150 horas para se ensinar com uma eficácia muito maior, desde que pegássemos essas regras e as organizássemos. Quem foi que definiu isso? Foi em uma palestra que dei para 1500 professores da Fundação Educacional do Distrito Federal. Pedi a eles que fizessem um levantamento. Eles disseram que, do jeito que estávamos pensando, dava para reduzir para um terço o que se gasta em educação. Multiplique-se esse tempo todo por – quanto tempo gasta um cidadão que viva por 80 anos para consultar ortografia em dicionário? Quanto tempo gasta? – 250 milhões de cidadãos. Quanto se gasta nas redações e revisões de jornais, editores de livros, apostilas e revistas com a correção da ortografia?

Simplificação e barateamento – Com a ortografia didaticamente atualizada, lógica, sem exceções e duplas grafias, teremos mais tempo para lazer e produtividade, barateamento dos textos escritos da educação, facilitação do ensino e inclusão social, professores de todas as matérias serão mais ágeis porque não terão que parar para pensar como se escreve, não é? Duzentos e cinquenta milhões beneficiados, a Língua Portuguesa muito mais competitiva e forte no contexto internacional.

As pessoas preferem estudar espanhol porque há menos contradição na grafia do que Português. É um dos problemas. A solução. A primeira coisa é que temos que pensar que tem que haver uma prioridade governamental. Resumi isso de outra maneira aqui. Vocês devem receber um texto, que pedi para distribuir aqui, assim:

1º – O Congresso Nacional tem que se pronunciar sobre as alterações, exclusões e inclusões promovidas pelo vocabulário ortográfico no Acordo. O Congresso tem que dizer se concorda ou não concorda com aquilo, porque aquilo foi feito à revelia, portanto, ilegalmente colocado.

2º – Como um acordo dessa natureza deve perseguir, no mínimo, dois objetivos – padronização e simplificação –, e, como estamos em uma sociedade complexa e especializada do início do Terceiro Milênio, há que se obter contribuição para além das academias citadas, há que se criar um organismo competente, aberto democraticamente à participação de quem tem a língua escrita como ferramenta ou que com ela se preocupa: linguistas, filólogos, gramáticos, escritores, advogados, promotores, juízes, jornalistas, sociólogos, filósofos, professores, pedagogos, Senadores, e quem mais tenha a Língua como coisa importante.

Era isso o que eu tinha que falar. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC)) – Agradecemos a exposição feita pelo Professor Ernani Pimentel e concedo a palavra ao Conselheiro Gustavo Guimarães também por até vinte minutos.

O SR. GUSTAVO GUIMARÃES – Muito bom dia, Senador Paulo Bauer, muito obrigado pelo convite, muito obrigado ao Senador Cristovam Buarque, muito obrigado. Senador Ana Amélia, Senador Cyro Miranda, meus colegas da Mesa, Professor Pasquale Cipro, Professor Ernani, todos os demais presentes, agradeço as exposições, de certa forma, complementares, dos professores, profissionais da Língua, concordo com o Professor Ernani, que é elemento fundamental nessa discussão sobre a implementação do Acordo, ensino da Língua Portuguesa, tema que nos une.

Começo, ponderando que há dois aspectos muito interessantes. Vou falar mais de acordo do que de desacordo porque faz parte da natureza da minha atividade. Um dos pontos mais interessantes é que ninguém se opõe a um Acordo, a uma reforma. O Professor Ernani avança inclusive – sei disso em contatos anteriores com ele –, fez uma exposição magnífica, com elementos

dos quais não temos consciência sobre tempo gasto em consulta a dicionários etc.

Nós estamos de acordo em que é preciso avançar, em modificações que, ao longo das últimas décadas, vêm se sucedendo. Nós já tivemos a própria denominação do País grafada com "z", ao contrário de tantos outros países. Isso, depois de reação natural, uma reação que se verifica a qualquer acordo ortográfico, acabou sendo absorvido. Há, pois, vários elementos que precisam ser atualizados, que precisam ser aperfeiçoados.

Agora eu queria assinalar também, um pouco na esteira do que disse o Professor Ernani sobre vários elementos que não puderam ser considerados, que, de fato, não puderam ser considerados pelo próprio histórico do acordo – um acordo que começa a ser discutido imediatamente após o acordo anterior e que, enfim, desemboca numa assinatura em 1990 –, que é a questão dos novos meios. Nós precisamos também pensar no acordo tendo em vista as modificações impostas pela Internet. Não é tanto o esclarecimento sobre a pertinência do hífen nesse ou naquele caso, mas de ver de que forma os países de Língua Portuguesa podem convergir, por exemplo, no estabelecimento de um vocabulário técnico-científico comum, que é fundamental para o diálogo dentro dos novos meios. É preciso que se entendam. Nós estamos falando, enfim, de cirurgias a distância que exigem termos comuns. Esse é um ponto muito importante.

Outro ponto muito importante para justificar um acordo, essa convergência é a difusão do português em terceiros países. Uma coisa são as forças antagônicas dentro de cada país, umas mais ou menos vocais com relação ao acordo – os literatos mais, os lingüistas menos –, enfim, cada país com as suas características. Há países membros do PALOP com penetração relativamente reduzida do português, em que o português sofre ameaças.

Nessa expansão para terceiros países... Podemos falar, por exemplo, em Timor Leste, um país que se constitui após a assinatura do acordo. É claro que nós podemos contribuir com o português europeu, com o português do Brasil; claro que a difusão do português se beneficiaria das contribuições individuais de cada país, mas, se nós tivéssemos um esteio comum para essa colaboração, seria mais interessante. Isso num país de língua portuguesa. Porém, estamos falando da difusão também na Europa, na Ásia, nos grandes mercados que se abrem.

É preciso haver uma convergência nos organismos internacionais. Não que seja imprescindível, como já o próprio Professor Pasquale em ocasiões anteriores assinalou. Não é imprescindível que haja uma unidade ortográfica para a implantação do português nos organismos internacionais, mas isso facilita. No momento em que se discute a oficialização do português como língua de trabalho em várias organizações internacionais, se o português estiver baseado em uma ortografia mais convergente, mais fácil.

São muitos os elementos de convergência. Nós tivemos, em 2010, a Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, da qual adveio um fortalecimento do IILP. É uma grande novidade a constituição do vocabulário ortográfico comum com base na contribuição brasileira e portuguesa; também a constituição de vocabulários nacionais – Portugal e Brasil não esgotam a riqueza da Língua Portuguesa, desse patrimônio comum. Então, nós tivemos esse fortalecimento, esse relançamento do IILP, que praticamente só agora, depois de vinte anos, começa a avançar.

E nós temos previsto para 2012/2013 a segunda conferência, e essa dentro de uma substituição cada vez mais rápida do livro, do papel pelo meio eletrônico.

Eu trouxe aqui esse livro, um livro eletrônico, que tem um dicionário de inglês arquivado, mas eu não sei se o dicionário que eu posso acessar agora é o mesmo dicionário com que eu fui dormir ontem à noite. Quer dizer, realmente, pode ser que novas palavras tenham sido introduzidas, que várias modificações tenham sido feitas, e isso vai ser uma realidade cada vez mais frequente para a maioria de nós. É claro que em velocidades distintas, uma vez que estamos falando de países com situações muito diferentes.

Agora, realmente, volto a dizer, é muito importante ouvir professores, especialistas, profissionais, enfim, com uma abertura para mudança como os Professores Ernani Pimentel e Pasquale Cipro Neto. Talvez, em outros países, a resistência seja muito maior. Enfim, estamos todos de acordo que é preciso o Acordo. Claro que as imperfeições do Acordo foram extensamente apresentadas por ambos.

Agradeço muito a colaboração e a oportunidade de estar aqui. Acho muito importante que se fale sobre o Acordo, pois a história não terminou; é o que nos diz respeito a todos. Lamento a ausência do Professor Bechara, solitário lexicógrafo na Academia Brasileira de Letras, que é quem tem a primazia na elaboração do Vocabulário. Espero que as imperfeições apontadas pelo Professor Ernani possam ser corrigidas – e serão corrigidas certamente.

Também outro ponto de convergência, que, a meu ver, valeria a pena mencionar, é que teremos, na plataforma do IILP, a ideia posta em prática de uma relação horizontal entre as variantes do português, o que também reforça a ideia de que não se trata da

imposição de uma variante ou de algumas variantes sobre outras.

Nós teremos na plataforma do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), a possibilidade de que um aprendiz do português escolha as línguas, escolha as variantes segundo as suas conveniências. Por exemplo, se ele for um comerciante e tiver negócios em Moçambique, ele pode clicar módulos de ensino do português na variante moçambicana, enfim, se habituar aos falares, às pronúncias. Se preferir, Portugal, Guiné Bissau, a mesma coisa.

Então, há muita coisa numa outra vertente, não a vertente do desacordo, mas a vertente do acordo, que está sendo gestada neste momento.

Agradeço muito a oportunidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Muito obrigado, Conselheiro Gustavo Guimarães.

Eu quero dar notícia aos membros desta Comissão de que a Secretaria da Comissão formalizou um convite ao Sr. Professor Evanildo Bechara, que é professor e membro da Academia Brasileira de Letras, para participar desta audiência pública. O convite foi encaminhado no dia 14 de março do corrente ano, e ele respondeu no dia 2 de abril, por escrito – já havia feito isso antes, verbalmente –, dizendo que não estaria em condições de comparecer, uma vez que se encontra no exterior na data de hoje. Foi solicitado que ele designasse um representante ou outro membro da Academia que pudesse contribuir com o debate, mas ele informou que todos os que poderiam nos brindar com sua presença, devido ao conhecimento que têm do assunto, também estariam viajando ao exterior. Portanto, infelizmente, não pudemos contar com a presença de um representante da Academia.

Eu quero informar aos senhores que agora a palavra será concedida aos Senadores autores do requerimento, e também depois ao Senador Cyro Miranda, que já solicitou inscrição. E apenas faço um registro: as manifestações que nós ouvimos aqui dos nossos convidados certamente nos chamam para uma grande responsabilidade. Eu fui Secretário da Educação de Santa Catarina nos quatro anos anteriores ao início deste mandato, e, quando o Acordo Ortográfico foi anunciado, foi firmado, não houve nenhuma manifestação naquele momento de qualquer pessoa ligada à educação, fosse ela de âmbito nacional ou de âmbito estadual, criticando ou contestando aquilo que estava anunciado e estava firmado em documento. Pelo contrário, o que vivemos na área da gestão educacional foi uma pressão muito forte, quase insuportável, no sentido de tomarmos providências para transferir essas regras, essas orientações para toda a cadeia do ensino, a cadeia escolar. Posso dizer que inclusive, no caso de Santa Catarina, chegamos a fazer uma licitação e compramos um dicionário já elaborado com base nessa nova ortografia. E não era um minidicionário, não era um dicionário prático: era um dicionário daqueles que, para se carregar, era preciso levá-lo com as duas mãos. E foi decidido, lá na Secretaria, que o dicionário seria dado ao aluno para que ele levasse para casa, como de fato levaram.

Setecentos mil alunos levaram dicionários para sua casa, porque houve um problema muito sério. E eu sempre dizia que o Ministro da Educação, cargo já ocupado pelo Senador Cristovam, o Secretário de Educação do Estado, cargo que já ocupei, não é ministro ou secretário dos estudantes ou das criancinhas, mas de toda a sociedade: dos velhos, dos novos, dos formados, dos informados ou dos não informados. Quem é Ministro de Estado é ministro do todo: não é Ministro só daqueles que são seus clientes. Seria como dizer que o Ministro da Saúde só cuida dos doentes. Então, ele não poderia ser Ministro da Saúde: ele deveria ser Ministro da Doença.

Portanto, na ocasião, eu autorizei a compra de dicionários para que os alunos o levassem para casa, Senadora Ana Amélia, porque havia uma dificuldade muito grande: os professores transmitiam às crianças as novas informações do novo Acordo, e os pais não sabiam ajudar os filhos na escrita correta de novas regras que estavam firmadas. E aí vinha aquela questão: linguiça é com trema ou sem trema? E o menino dizia para a mãe que era sem, e a mãe dizia que era com, porque ela aprendeu com. E, obviamente, você tinha que dar um elemento para resolver um problema domiciliar, que tinha reflexo na escola. E o dicionário foi o elemento. E, naturalmente, isso foi feito em um Estado. Certamente, em muitos outros outras providências foram tomadas.

Mas eu aqui, ouvindo os senhores e a exposição feita, fiquei imaginando como não devem se sentir hoje os professores de língua portuguesa mundo afora – não os do Brasil – que estão ensinando cidadãos do mundo que querem aprender português para virem trabalhar no Brasil ou em Portugal. Deve ser bem curioso o que esses profissionais devem estar vivendo.

Naturalmente que, nós sabemos, poderíamos conviver com maneiras e com formas diferentes, uma em Portugal, outra no Brasil. Por que não? Existe o inglês na Inglaterra e o inglês nos Estados Unidos, com diferenças bastante expressivas, de interpretação, de forma de expressão e até de escrita, mas, no nosso caso, nós resolvemos, graças ao Governo brasileiro e aos governos dos outros países, por razões já expostas,

fazer com que todos falassem a mesma língua. E isso realmente parece que não é muito fácil de implementar.

Concedo a palavra pela ordem à primeira Senadora inscrita, Senadora Ana Amélia, para suas ponderações, e depois para o Senador Cristovam Buarque.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Paulo Bauer, Senadores, eu queria cumprimentar os expositores, porque nós estamos sempre aprendendo, especialmente quando vêm especialistas que conhecem profundamente, doutores na língua e na ortografia. Então, quero cumprimentá-los. Sou leitora dos artigos do Professor Pasquale, tive a honra de receber o Prof. Ernani, e, a partir do encontro, tomamos a iniciativa, junto com o Senador Cristovam e o Senador Paulo Bauer, de promover esta audiência pública. E estava também o Conselheiro Gustavo Guimarães.

O que o nosso ex-Secretário de Educação de Santa Catarina declara confirma tudo aquilo que disse o Professor Pasquale sobre o que esse Acordo já custou para os cofres públicos e para a sociedade. Isso é um custo que a sociedade paga. São 700 mil dicionários que foram confeccionados, o Poder Público pagou, para não deixar mais confuso ainda esse processo.

Eu concordo e começo fazendo perguntas ao Conselheiro Gustavo. Eu concordo que, diante dessa nova linguagem que a Internet determina, possa haver o liberalismo na questão da língua. Aliás, houve um debate aqui nesta Casa porque, em alguns livros da língua portuguesa, a concordância verbal não era adequada. "Nós pode pescar." Quer dizer, é a língua falada, que não é a língua escrita. Então, eu pergunto ao senhor: eu acho natural que, no caso da língua para o efeito técnico-científico, nessas questões específicas da Engenharia, da Medicina ou de nível técnico, que seja, sim, possível e até necessário fazer um trato igual da língua portuguesa. Porém, não há necessidade... Por exemplo, ler um livro do Mia Couto com o estrito policialesco desse Acordo perde a sua graça. Por que Angola e Moçambique não firmaram o Acordo ainda, que são dois países, do ponto de vista populacional, mais importantes do que a nossa própria Pátria Mãe, Portugal? Então, eu queria que o senhor me respondesse sobre essa dúvida a respeito dessa questão, porque, se há um esforço grande entre os países de língua portuguesa, não só na integração da língua, nesse Acordo Ortográfico, mas também de fazer a difusão de língua para outros países, por que esses países não assinaram o Acordo? E pergunto também se esse fato de não terem firmado o Acordo não pode comprometer, porque agora também Portugal, de uma maneira mais, digamos, acintosa, vem, por meio do Secretário de Cultura de Portugal e do presidente do Centro Cultural de Belém, que é uma autoridade em matéria da língua, se recusar a aceitar e inclusive determinar a extinção do corretivo da língua portuguesa nos procedimentos na área governamental.

Então, eu queria saber do senhor, do ponto de vista da diplomacia, como fica essa situação, já que a autoridade de um país importante, e dois de população em maior número, estão se negando a assinar esse acordo.

Essa pergunta é para o senhor. Não sei se faço para cada um, ou se faço para todos. Qual será o critério?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senadora, seria melhor fazer a pergunta, a senhora formaliza a todos, e depois todos respondem. E, em seguida, o Senador Cristovam. Acho que fica mais dinâmico.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu me lembro muito bem – e aí vale para os dois, para o Prof. Pimentel e para o Prof. Pasquale Cipro Neto – de um belíssimo artigo do Luís Fernando Veríssimo, sobre a questão do trema. Como ele diria "linguiça"? – foi a palavra que ele mais... Então, ele fez um artigo primoroso sobre essa questão.

Na brincadeira e na ironia fina, ele expôs exatamente uma questão com que nós estamos familiarizados. E eu depreendi até, pelos custos que o Prof. Ernani chegou à precisão, e foi anotado pelo nosso Conselheiro do Itamaraty, a precisão do tempo que se gastará para se acessar, mesmo havendo hoje a facilidade do Google, mas também se consome tempo. Então, somando todos esses minutos juntos e o tempo que a gente vai perder, isso é uma questão econômica. Não é só uma questão social. É também uma questão de inclusão social.

Então, como os senhores colocaram, eu fiquei apavorada. Literalmente apavorada. As palavras que são "confuso"... A questão também da confusão quanto à aglutinação e à justaposição. Quer dizer, se os especialistas, como os senhores, pensam assim, imaginem um pobre Senador que não estudou o suficiente para um doutorado na língua portuguesa.

O SR. PASQUALE CIPRO NETO – Senadora, se me permite...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sim.

O SR. PASQUALE CIPRO NETO – A impressão que eu tenho é que o texto do Acordo não foi escrito por especialistas.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É muito provável. ((*Risos.*) É muito provável, porque as confusões criadas são maiores do que as soluções.

Então, conforme o que concluiu, com muita sabedoria, o nosso Senador Presidente Paulo Bauer, os senhores nos deixaram, os dois, um desafio muito

grande aqui. É o desafio de que o Congresso e nós, Senadores, temos a responsabilidade – representamos os Estados – de impedir que isso fique do jeito que está. E temos de provocar a inclusão do Senado no debate sobre essa matéria.

Então, de alguma maneira, vamos ver isso – e temos aqui o nosso mestre, o Senador Cristovam Buarque –, vamos ver de que maneira nós podemos fazer uma rediscussão desse assunto, para evitar que a entrada em vigor provoque mais problemas ainda, inclusive econômicos. E a minha preocupação ficou agravada agora por essa atitude do governo português ou de autoridades de áreas importantes, Secretaria de Cultura e o Centro Cultural de Belém, de simplesmente anular isso.

Assim, eu acho que o desafio é este, e o próprio professor colocou, ao final, as soluções para isto no nível governamental: a inclusão de setores que não foram ouvidos, nem consultados, a começar pelos professores de Português.

Então, eu acho que o desafio nosso agora é esse.

Agradeço imensamente. As dúvidas que teria estão colocadas, e agora cabe a nós entrarmos nesse processo.

Quero cumprimentar novamente os convidados pela excelência do que expuseram. Também é uma valiosa contribuição para nós. E lamento a ausência da Academia Brasileira de Letras, mas penso que ela não é a guardiã solitária... Essa é uma questão em que as instituições democráticas envolvidas nela precisam se manifestar com igual peso nessa decisão, que diz respeito à nacionalidade.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Obrigado, Senadora Ana Amélia. A senhora foi muito concisa e muito precisa, e isso permitiu que o tempo fosse muito bem aproveitado. Eu lhe consulto se também poderíamos ouvir os questionamentos e as observações do Senador Cristovam, para depois a Mesa responder, de forma coletiva, a todas as indagações e comentários. (*Pausa*.)

Por favor, Senador Cristovam com a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, senhores convidados, pode parecer surpreendente que, embora estejamos aqui discutindo ortografia, nós estejamos fazendo uma grande confusão ente concerto e conserto. Concerto e conserto são conceitos diferentes.

O Acordo é um concerto com "c". A Reforma é um conserto com "s". Nós estamos misturando as duas coisas. E eu estou menos preocupado com o Acordo, ou seja, o concerto com "c", o concerto entre as nações, entre os povos, entre os 250 milhões que falam português, do que com o conserto com "s", de como facilitar a maneira de escrever entre nós, brasileiros e brasileiras, de uma maneira mais lógica, como disse o Prof. Ernani, e menos decoreba, como é hoje, em muitos dos assuntos.

Então, por mim, eu queria começar pela pergunta do menos importante, que é o concerto com "c", que é importante do ponto de vista, por exemplo, do público que lê. Eu tenho dois livros publicados em Portugal que tiveram de ser traduzidos. A gente perde muito com isso. Não só dinheiro: perde leitores.

Eu li, faz uma semana, a autobiografia do ex-Presidente Mário Soares, que é um livro belíssimo, mas, se eles tivessem publicado uma edição para distribuir no Brasil, não seria aceita, porque está escrito errado. A gente ri de como está escrito, como eles também devem rir de como nós escrevemos.

Então, a ideia de um concerto com "c" entre as nações é muito importante, mas tem de vir depois de termos o conserto com "s". E aí com base, vamos chamar assim, no "brasilianês", teríamos os outros países, e negociaríamos o Acordo, para ser português, e ser de todos os povos que falam a língua portuguesa. E provavelmente para melhorar o nosso conserto com "s", ao procurar fazer o concerto com "c".

O que foi apresentado aqui pelo Prof. Pasquale e pelo Prof. Ernani é de arrepiar, é de horrorizar, e de nos preocupar muito, porque nós, aparentemente, se melhoramos, foi muito pouco. Não aproveitamos a chance.

Quantas reformas foram no séc. XX, que o senhor mostrou? (*Pausa*.)

Nove.

Eu li muito, na minha casa, pharmácia com "ph". Muitos livros. Deve ter acontecido a mudança ali quando eu era menino, provavelmente antes de eu ter começado a ler. Quando aprendi a ler, já não havia. Mas foram muitas reformas feitas. Por um lado, para melhorar, para consertar com "s", tudo bem. Mas vamos fazer, de uma vez, uma reforma para valer. E, aparentemente, não vai ser essa que está aí, não é, Prof. Ernani? Não vai ser essa.

Então, como é que a gente faz para melhorar?

Eu tenho aqui uma proposta de projeto de lei, apresentada por um senhor que está aqui, o Geraldo, um cidadão preocupado com o assunto, e ele fez um modelo de um projeto de lei, que "estabelece normas para o emprego do hífen na ortografia da língua portuguesa". É esse o caminho? Fazer projetos de lei? Ou fazer um projeto abrangente? Se for isso, como é que a gente faria? Convocaríamos quem? Quem seriam as autoridades? Seriam os filólogos, provavelmente, mais que quaisquer outros, do ponto de vista profissional, mas os usuários também, como foi dito: jornalistas,

advogados. Quem é que a gente convocaria para fazer essa reforma?

Além disso, é possível a gente fazer essa reforma hoje sem romper o concerto com "c" que fizemos com os outros países? Ou isso significaria uma ruptura unilateral de um acordo, o que seria muito ruim? Então, como é que a gente procura fazer o conserto com "s" e o concerto com "c" ao mesmo tempo, para um novo Acordo? Nada impediria um novo Acordo! Ou um aperfeiçoamento do Acordo! Nada impediria.

A minha preocupação é como é que a gente faz isso, porque eu creio que é importante, eu creio que é necessário, não só pela Internet, mas pelo que a unificação trará do ponto de vista de ampliar o número de leitores brasileiros em Portugal, de portugueses no Brasil, de moçambicanos, etc.

O Mia Couto, citado pela Senadora, tem de ser traduzido para o português brasileiro, cada vez que vai ser editado aqui! Significa uma tiragem, em Portugal e em Moçambique, de 3 mil, e poderia ser de 6 mil. Mandar-se-ia pela Internet para cá, e aqui se imprimiria apenas, com uma redução muito grande de custo.

Então, a minha ideia é que, em vez de estarmos muito preocupados com o Acordo, deveríamos estar mais preocupados com a Reforma. E, feita a Reforma, conjuntamente trabalharmos no que se refere à legalidade do processo internacional.

Isto é o que eu queria saber – é bem claro: como fazer uma Reforma hoje, e como, Conselheiro, transformar essa Reforma em um Acordo? Ou como trabalhar conjuntamente? São duas coisas diferentes. E, pelo que eu vi, as duas estão em xeque. A Reforma está em xeque pela insuficiência que o Prof. Pasquale e o Prof. Ernani mostraram, e o Acordo está em xeque porque muitos países não o adotaram ainda, e o Brasil semiadotou, porque tem gente que usa, tem gente que não usa.

Prof. Ernani, o senhor pode ficar com uma impressão ruim de mim, mas, quando eu digo professor sem assento, eu achei que estava errado, porque eu tive que repensar um pouco e tive que me situar na nova realidade.

Agora, eu tenho algumas perguntas aqui, deixadas pelo Prof. Geraldo, sobre as quais, se tivessem tempo, eu queria que dissessem algo.

Por exemplo, há um artigo aqui: os compostos por justaposição, as locuções de qualquer tipo e os encadeamentos vocabulares grafar-se-ão com os elementos separados, ou seja, sem hífen, mantendo as formas aglutinadas consagradas. É um detalhezinho, mas que é importante do ponto de vista da grafia correta.

Eu quero dizer também que não pode haver duas grafias. É antidemocrático utilizar. A Senadora falou: "Nós pesca". É um erro gramatical, mas o pior é que o "nóis" vem com i, que é um erro ortográfico grave. E se a gente aceitar isso, estaremos aceitando duas línguas, a língua de pobre, sem educação, e a língua de rico, que se educou.

Então, deixo isso.

Finalmente, só uma curiosidade aqui. O Prof. Ernani colocou que o problema da Língua é trabalhado no Acordo Ortográfico. Eu imagino que Língua seja uma questão de estilo, não de ortografia. Eu queria que o senhor me corrigisse se eu estiver errado, mas imagino que Língua, pontuação, sejam questões de estilo. Eu ia dizer mais do que de ortografia, mas não, é uma questão de estilo, e não de ortografia. Eu queria saber se estou errado nisso.

Mas fica a pergunta central: como os senhores recomendariam que a gente começasse a fazer a reforma da reforma e o acordo do Acordo para o Brasil poder ter uma grafia inteligente, simples e, ao mesmo tempo, acordada com todos os outros países de Língua Portuguesa?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradecemos as manifestações e questionamentos do Senador Cristovam Buarque.

Agora, vamos ouvir os nossos convidados. Também temos a inscrição do Senador Cyro Miranda, que se ausentou. Não sei se alguém da equipe dele poderia informar se ele voltará, mas, enquanto ele não retorna, concedemos a palavra, da esquerda para a direita... Esse é o critério que tenho utilizado sempre: na exposição, vem por um lado, e, na resposta e nas observações seguintes, começamos pelo outro. Então, concedemos a palavra, inicialmente, ao Conselheiro Gustavo Guimarães.

O SR. GUSTAVO GUIMARÃES – Muito obrigado, Senador, muito obrigado, Senadora, pela possibilidade de esclarecer o seguinte: Angola e Moçambique assinaram o Acordo. Ainda não ratificaram, por razões distintas, que não me cabe esclarecer, mas é importante assumir que, em todos os países, no Brasil, em Angola, em Timor, há forças distintas a favor e contra a reforma.

Acho que o Senador Cristovam Buarque introduziu um aspecto muito importante a ser assinalado: trata-se de uma reforma, de um acordo, alguma coisa que pode ser revista no futuro, deve ser revista no futuro, nada indica que não seja. Mas, enfim, as razões pela ratificação ou não, eu acho que conviria fossem esclarecidas por representantes dos dois países.

Com relação à distinção do Senador Cristovam...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Desculpe interrompê-lo, Conselheiro. Isso não suscita uma dificuldade diplomática no sentido do entendimento?

Porque o senhor corrigiu quando eu falei que não teriam assinado, uma coisa é a assinatura por governos, mas ele precisa ser ratificado pelos congressos desses países. Essa atitude, essa demora, do ponto de vista da decisão final de prevalecer esse Acordo, não cria uma dificuldade adicional para finalizar, digamos, o entendimento?

O SR. GUSTAVO GUIMARÃES – Não, não cria; cria, enfim, uma dificuldade para institucionalização, para implementação do Acordo nesses países. Mas, do ponto de vista jurídico, não. O protocolo previa que o Acordo entraria em vigor depois de três ratificações. Isso aconteceu – Brasil, Portugal e Cabo Verde –, então, já está em vigor. Em Portugal também há vozes discordantes, foram citadas algumas delas, mas há também um movimento editorial e jornalístico que se adapta ao Acordo. Isso, talvez, por vários...

O SR. PASQUALE CIPRO NETO – O senhor me permite?

O SR. GUSTAVO GUIMARÃES – Pois não.

O SR. PASQUALE CIPRO NETO – Em Portugal há uma confusão medonha, eu até escrevi sobre isso na *Folha de S.Paulo* este ano, depois que voltei de Portugal. No mesmo jornal, há textos escritos de duas maneiras. No mesmo jornal, há texto que respeita o Acordo e texto que não respeita o Acordo. Em Portugal a coisa, realmente, é uma salada, mas...

O SR. GUSTAVO GUIMARÃES – É verdade. Enfim, acho que é um processo de revisão permanente, não digo do Acordo, mas das bases para o Acordo. Agora, um ponto muito importante é que nós estamos, talvez, muito mais avançados do que em 88 para fazer uma revisão. Esse é um ponto, a comunidade está muito mais consolidada, é uma comunidade que se abre para outros países, há vários candidatos a países-membros, como Guiné Equatorial, que oficializou o português, estabelecendo um desafio para que esses países possam colaborar para a disseminação do português, e, ao mesmo tempo, com o relançamento do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, que está sendo dirigido, há dois anos, por um brasileiro, o Prof. Gilvan Müller de Oliveira, um gaúcho, com atuação na Universidade Federal de Santa Catarina, que tem dado importante colaboração à direção do IILP. Nunca houve isso.

Então, estamos em melhores condições. Agora, vai ser uma discussão interna, uma discussão interna muito longa, muito demorada. São muitas vozes dentro do Brasil, muitas vozes dentro de Portugal. Até você encontrar novamente um denominador comum, não sei se vai ser o máximo ou o mínimo, para a feitura de um novo acordo... Mas é muito importante que essas vozes se engajem e discutam, como o Prof. Pimentel, como o Prof. Pasquale, o Senador Paulo Bauer.

Agradeço muito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Com a palavra o Prof. Ernani Pimentel.

O SR. ERNANI PIMENTEL – Primeiro, quero parabenizar os brilhantes até depoimentos do Senador Paulo Bauer, da Senadora Ana Amélia e do Prof. Cristovam Buarque – Professor Cristovam Buarque.

Com relação ao que perguntou, sobre se eu falei Língua e Acordo, misturando, quando falei de pontuação, na realidade, quando estou dizendo que o Acordo foi redigido com uma pontuação ineficaz, estou dizendo que quem redigiu o Acordo não conhece a Língua, e, se não conhece a Língua, não tem como falar de ortografia, porque ortografia faz parte da Língua, mas a pontuação também, tanto é que, se eu colocar uma vírgula entre um substantivo e um adjetivo ou não colocá-la, eu mudo substancialmente o sentido. Então, a pontuação faz parte do conhecimento da Língua, e se eles estão capengas na pontuação, isso também mostra que capengam no restante.

Eu queria, primeiro, que se registrasse nos Anais da Casa que é a segunda vez que Academia Brasileira de Letras é convidada para este debate e ela não comparece. Isso mostra um comportamento adequado à época de autoritarismo do Acordo e aristocrático. Então, como aristocrática, ela defende ainda... Ela ainda está nessa época. Ela não veio para o debate. Por que ela não veio para o debate? Não é porque tem compromissos, é porque, objetivamente, eles não têm argumentos para justificar esse Acordo que está aí.

Com relação ao que o nosso amigo Conselheiro Gustavo apontou, as correções por nós apontadas não poderão ser corrigidas. Não podem ser corrigidas porque, se forem corrigidas, tem que mudar todo o Acordo, tem que mudar 60% do que está acordado, então, não vai poder ser corrigido porque a Academia resolveu, porque o VOLP vai dizer ou não. Tem de ser rediscutido isso.

Segundo, quando ele fala que a Internet traz o desafio de a gente oficializar outras variantes da Língua, isso não significa na ortografia oficial, porque como existem várias variantes da Língua, a variante culta, a regional, as (*Falha na gravação*.) etc., podem existir variantes de grafia também. Eu posso dizer: "Moço, tô pra te falá sabendo que não adianta, mas se todos nós falasse sabendo que não adianta, mas se todos nós agisse sabendo que não adianta, inté ia adiantá". Eu posso até escrever "inté", eu posso escrever "falá", sem o erre e com acento, porque eu estou representando uma variante, mas o importante é que o acordo ortográ-

fico foi feito para unificar a norma culta, a grafia culta, então, não permite dupla grafia. Essa é uma situação.

Outra coisa: ficou bem claro que Angola e Moçambique não ratificaram. Se não ratificaram, o acordo perdeu a maior força para o Brasil, nesse acordo, porque Angola e Moçambique representam 43, 44 milhões de pessoas, quando Portugal representa 11 milhões e os outros países todos juntos representam 3 milhões. Então, o grande objetivo de unir não está sendo atingindo. Por quê? Porque está mal organizado. Então, nós precisamos simplificar para poder esses outros países também entrarem.

Agora, a Guiné Equatorial está tendente a entrar também, ou já entrou... Já entrou? Faço uma pergunta: Guiné Equatorial, vamos escrever com hífen ou sem hífen?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ERNANI PIMENTEL – Não entrou. Mas, se ela entrar, vamos escrever com hífen ou sem hífen? Porque o Acordo diz uma coisa e a Academia muda, diz outra. Segundo o Acordo, Guiné-Bissau era sem hífen. A Academia botou Guiné-Bissau com hífen, depois do Acordo Ortográfico.

Então, é isso que nós precisamos. Como é que se pode fazer? Primeiro, é importante que o Congresso traga para si uma decisão sobre se autoriza ou não as alterações da Academia. Se autorizar as alterações que a Academia Brasileira fez, o Acordo está implantado do jeito que está, e nós temos de mudar dicionários. Por quê? Porque se eu pego coerdeiro... O Conselheiro Gustavo falou do IILP, e, na realidade, há o IILP (Instituto Internacional de Língua Portuguesa), em Portugal há o LITEC também, que lançou um dicionário, que é o VOP (Vocabulário Ortográfico do Português). Se a gente pegar, no Vocabulário Ortográfico do Português, um dos exemplos só do que o Prof. Pasquale falou, ele coloca co-herdeiro com hífen, respeitando o Acordo. Se a gente olha o nosso Volp, que é diferente, aparece coerdeiro sem hífen e sem h. Então, a única coisa que nós não temos aqui é um acordo. É a única coisa que nós não temos.

O que nós precisamos fazer? Nós precisamos ter a hombridade de falar: "Gente, isso foi pensado em outra época. Vamos pensar para a nossa época". Então, sim, tem que se criar algo como, por exemplo, a Real Academia Española, da Espanha, que é um conjunto de pessoas que se preocupa com a língua e com a manutenção da forma de escrever etc. e dá sugestão.

Nós temos de criar aqui não uma real, porque não estamos num reino, mas temos de criar uma academia democrática da Língua Portuguesa, não necessariamente uma Academia Brasileira de Letras. Essa academia democrática da Língua Portuguesa envolveria representantes de todos esses segmentos para, aí sim, a gente partir para discutir. O Senado, simplesmente adiando o prazo de implantação da reforma, vai permitir que isso seja discutido. E, quando começar essa discussão, com certeza os demais países deverão ser chamados e eles também deverão participar. E aí a gente terá um instrumento realmente de coesão, que é o que está faltando.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradecemos a manifestação do Prof. Ernani.

Ouvimos agora o Prof. Pasquale.

O SR. PASQUALE CIPRO NETO – Faço questão de tocar em alguns pontos que foram citados, tanto pela Senadora Ana Amélia quanto pelo Senador Cristovam Buarque. Eu tinha dito já na minha exposição: não vamos confundir Língua com grafia. O que está em discussão é a questão da grafia, é uma questão ortográfica, é a tentativa de implantação de um acordo, a tentativa de elaboração de um acordo de unidade gráfica.

Na verdade, lembro que o próprio texto do Acordo não institui a unidade plena, porque contempla diversidades: em Portugal, econômico é económico, telefônico é telefónico e antônimo é antónimo. E por aí vai. E o texto do Acordo contempla essas diferenças, ou seja, as duas grafias valem, econômico com acento circunflexo e económico com acento agudo, de tal modo que o cidadão em Estocolmo que se matricula em uma escola de português, querendo aprender português porque pretende dominar essa Língua e pretende sabe Deus fazer o que com ela vai se ver à toa quando precisar escrever, porque não vai saber se usa a forma brasileira ou a forma portuguesa, pois as diferenças vão continuar existindo, contempladas pelo texto oficial.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Professor, uma pergunta: o Acordo permite que nós usemos as duas maneiras ou permite que cada país use de uma maneira?

O SR. PASQUALE CIPRO NETO – Sim, permite que se usem as duas maneiras. É claro que o Brasil não vai usar económico, nem Portugal vai usar econômico, ou seja, o Acordo permite que Brasil e Portugal, que são os dois mais importantes – digo mais importantes no que diz respeito ao Brasil, pela população, Portugal por ser a Pátria mãe...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Desculpe, Presidente, já que o senhor está fazendo uma distinção e o Senador Cristovam falou, o senhor deu a forma portuguesa de dizer a palavra. Outra palavra que a gente ouve quando embarca num avião da TAP...

O SR. PASQUALE CIPRO NETO – A descolagem.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Descolagem e aterragem.

O SR. PASQUALE CIPRO NETO – Mas isso não é questão gráfica, é outra história. Isso é vocabulário, é o próprio uso da Língua, já é uma questão completamente diferente. Existem palavras distintas para nomear o mesmo processo, umas usadas lá, outras usadas cá. Isso não entra na questão de jeito nenhum. Isso é o Léxico. O Léxico varia de país para país. Ou seja, o Acordo não prevê essa unificação plena, nem poderia, a menos que se criasse um sistema de acentuação que não significasse o que significa hoje, isto é, o circunflexo significa, além da tonicidade, o timbre fechado; o agudo significa o timbre aberto. Essa distinção não é eliminada pelo texto oficial do Acordo.

Lembro ao colega, digo isso com muita honra, Prof. Cristovam Buarque, que José Saramago, quando assinava seus contratos para que suas obras fossem publicadas no Brasil, não permitia nenhuma alteração. Os livros de Saramago são publicados no Brasil do jeito que são publicados em Portugal. Não há alteração alguma. E nunca ninguém no Brasil teve dificuldade para ler Saramago por causa de um "c" em "acto" ou de um "p" em "adoptar". Não é isso que "astravanca o pogresso". De jeito nenhum. Não é por aí, não é? Passamos longe disso.

O Senador Cristovam citou Mia Couto. Ele é autor de vasta obra...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não, fui eu.

O SR. PASQUALE CIPRO NETO – Foi a senhora. Perdão. Não, mas ele também citou.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu que citei.

O SR. PASQUALE CIPRO NETO – Sim, mas ele citou também a questão da diversidade gráfica e tal. Mia Couto, que por sinal tem formação...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Várias.

O SR. PASQUALE CIPRO NETO – Várias. Ele é engenheiro, é biólogo, é cientista e tal, e é um grande escritor. Num dos livros dele, no título de um dos livros deles, existe a palavra "miçanga". "Miçanga" no Brasil se escreve com "ç", porque nós adotamos o critério de usar "ç" nas palavras de origem exótica. Em Portugal, "miçanga" se escreve com "ss". E o livro de Mia Couto publicado no Brasil traz "missanga", com "ss", na grafia portuguesa, e não na grafia brasileira. De modo que essa divergência é mais do que estabelecida e conhecida, e não é fator que impeça a circulação da cultura, da literatura ou do...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco PP – RS) – Ou do entendimento da palavra.

O SR. PASQUALE CIPRO NETO – Do entendimento.

Lembro também que se falou aqui na questão do livro, o famoso livro *Por uma Vida Melhor*, que tanta discussão causou no ano passado, foi motivo de discussões e tal...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Ideológicas.

O SR. PASQUALE CIPRO NETO – Ideológicas, não é? O livro *Por uma Vida Melhor* foi muito mal interpretado pela imprensa. A imprensa se encarregou de fazer muita bobagem a respeito do livro *Por uma Vida Melhor*. E até no Senado da República houve Senadores que – talvez não tivessem lido o livro, não sei – também se pronunciaram a respeito do livro. Teria sido melhor que não tivessem dito nada. O livro *Por uma Vida Melhor* trata de outra coisa. Não trata de questão gráfica, trata das diversidades, trata das variantes, é um livro destinado ao EJA (Educação de Jovens e Adultos). É um livro que apresenta com muita clareza a questão da variação linguística. E introduz o aluno que não tem mais 10 ou 12 anos, um aluno já adulto, nessa questão da diversidade linguística, da variante linguística. Em nenhum momento prega o uso exclusivo das concordâncias orais ou populares. Muito pelo contrário, o livro faz uma comparação entre os processos e sempre pede ao aluno que perceba como funciona a coisa na variedade oral e como funciona na variedade culta. Coisa que por sinal eu fiz durante muito tempo na TV Cultura, no meu programa Nossa Língua Portuguesa. Cansei de mostrar esse tipo de problema que há, esse fenômeno que há nas línguas.

Bom, lembro mais uma coisa. Eu sempre digo, nas minhas palestras por aí, quando falo da reforma, que reforma ortográfica é como garrafa pet. Ouvimos por aí que o vasilhame pet – de Coca-Cola, Guaraná, etc. – leva cem anos para a natureza consumir. Reforma ortográfica é como garrafa pet, é preciso ter muito cuidado. Quando se coloca em vigor uma reforma, ela precisa ser muito bem feita para que não haja esse tipo de problema que estamos vivendo com esta.

Outro dia, escrevi um artigo na *Folha* sobre várias reformas e quis falar de uma reforma que houve na década de 40, quando a grafia se aproximou da efetiva pronúncia, quando trocamos o "e" por "i" em várias palavras. Se nós pegarmos uma publicação antiga, veremos que "jornais", por exemplo, se escrevia com "e": "jornaes". O Milton Nascimento gravou um disco na década de 70, um disco brilhante, chamado Geraes, que veio depois de um disco chamado Minas – primeiro, Minas; no ano seguinte; Geraes –, e na capa do disco Geraes a palavra "Geraes" está escrita com "e". "Geraes". E por que o Milton colocou Geraes na capa

do disco dele? Porque ele quis fazer referência, não porque ele fosse ignorante em língua não, em grafia. De jeito nenhum. Muito pelo contrário, ele quis fazer referência à grafia antiga da palavra Gerais, Minas Gerais. O plural de "al", "ais", era grafado com "e". Houve uma reforma que alterou esse "e" para "i". E alterou também a terminação de formas verbais como dos verbos terminados em "uir", como "possuir", "atribuir", "retribuir" e "concluir", Na terceira pessoa do singular do presente do indicativo, essas formas eram grafadas com "e": "possue", "atribue", "contribue". Esse "e" virou "i". E até hoje há quem escreva "conclue", "possue", "atribue". Outro dia, eu fui escrever um texto sobre isso e, de brincadeira, joguei no Google "conclue", com "e". Sabe o que apareceu? Um monte de coisa. Sabe qual era a primeira coisa que aparecia? Portal do Governo do Estado de São Paulo, Secretaria da Saúde. Texto vivo. Não era texto da vacinação lá do Oswaldo Cruz contra a febre amarela não. Era texto do período, da época. Escrevi esse artigo outro dia. E o título da matéria no portal da Secretaria da Saúde do Governo do Estado de São Paulo era: "Secretaria conclue hoje a vacinação...".

Reforma ortográfica é como garrafa pet. Leva muito tempo para ser deglutida. Quando fazemos uma reforma como esta, com todo respeito, que é uma porcaria – é o mínimo, para eu ser elegante, uma reforma que é uma porcaria –, e se formos mexer nessa reforma, imaginem o que vai acontecer, qual é o custo, quanto tempo essa garrafa pet vai ficar pelos oceanos aí da nossa vida.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria só aproveitar, já que encerrou, Professor, e fazer uma pergunta para os dois professores: se os dois conhecem o doutor mencionado, Gilvan Müller de Oliveira, do Instituto Internacional da Língua Portuguesa. Se conhecem, se a pessoa apenas, digamos, está vinculada à Academia Brasileira de Letras e tem o mesmo pensamento e o mesmo posicionamento em torno do Acordo que tem a Academia ou se tem uma outra visão ou vertente para entender essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Por favor, Professor Pasquale.

O SR. PASQUALE CIPRO NETO – Não, eu não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Não conhece?

O SR. PASQUALE CIPRO NETO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Professor Ernani.

O SR. ERNANI PIMENTEL – Eu não conheço, mas tenho uma opinião pessoal. O IILP é preenchido por interesses políticos, por indicações políticas, e isso já diz muito. Com relação à garrafa pet, eu concordo com ele que se demora muito para fazer um acordo ortográfico, mas hoje nós vivemos numa era, na era da informática, e nós temos uma tecnologia que, se eu quero fazer uma pesquisa sobre radicais, eu posso ser muito mais rápido do que antes. Então, para se fazer um estudo para melhorar esse acordo, não se vai perder tanto tempo. Podemos fazer muito mais rapidamente. E é lógico que a implantação é que demora, mas o estudo mesmo não demora.

O SR. PASQUALE CIPRO NETO – Professor, eu só disse isso porque quero chamar a atenção para este problema: a responsabilidade que nós temos, os efeitos disso. Nós não podemos mais brincar com isso. Quer dizer, não adianta ficar mexendo, mexendo, mexendo, e mexe, depois mexe na mexida, na reforma da reforma. Sou favorável a essa reforma da reforma, é claro, eu me bato por isso, mas nós temos de ter consciência do transtorno que isso causa. Então, se é para fazer, é para fazer para valer. É para fazer bem feito, não para fazer essa coisa horrorosa.

O SR. ERNANI PIMENTEL – Isso. Exatamente o que nós colocamos. Tem que ser feito. E nós temos que fazer. Agora, para se fazer, a posição que eu coloquei é mais ou menos unânime entre nós e os outros professores que eu consultei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pois não.

O Conselheiro Gustavo queria fazer mais uma observação e depois a Senadora Ana Amélia...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não, é porque ele se manifestou, eu achei que era para mencionar a respeito do IILP.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pois não.

Pois não, Conselheiro.

O SR. GUSTAVO GUIMARÃES – Eu só pediria licença para esclarecer que o Professor Gilvan Müller de Oliveira é o representante escolhido pelo Governo brasileiro, indicado pelo Governo brasileiro, numa gestão rotativa, por ordem alfabética dos países do Instituto Internacional da Língua Portuguesa. É uma pessoa que poderia, caso esta Casa, em algum momento, no futuro, se interessar, ser chamada para dar uma perspectiva multilateral do Instituto Internacional da Língua Portuguesa. Então, esse é um aspecto importante.

Outro aspecto a que eu gostaria de me reportar é a menção que o Professor Pimentel fez a respeito da minha defesa de variedades dentro do português do Brasil. Na verdade, eu não estava falando do português do Brasil. Eu estava falando de um trabalho do IILP de divulgação das variedades nacionais do português. Na verdade, essa discussão das variedades...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Conselheiro, agora, o IILP não se sobrepõe à CPLP, que teria, digamos, a... Ele está além, ele é...

O SR. GUSTAVO GUIMARÃES – Não. Ele é um órgão...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Ele é um órgão independente? É formado por todos os países? Como ele funciona?

O SR. GUSTAVO GUIMARÃES – Ele executa uma política, as diretrizes que são acordadas por todos os países.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pelo Brasil. Por todos os países?

O SR. GUSTAVO GUIMARÃES – Por todos os países.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É um colegiado?

O SR. GUSTAVO GUIMARÃES – É um colegiado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É um órgão com representação de todos os países?

O SR. GUSTAVO GUIMARÃES – Sim.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – E segue rodízio por ordem alfabética.

O SR. GUSTAVO GUIMARÃES – Por ordem alfabética. Então, foi Angola; agora é Brasil; o próximo, Cabo Verde; etc.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Buscando organizar o encerramento dos trabalhos, vendo agora a presença do Senador Cyro Miranda, concedo a palavra a ele, já que havia se inscrito para a sua manifestação.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Presidente Paulo Bauer.

Senhores convidados, Srªs e Srs. Senadores, primeiro, quero elogiar a iniciativa do requerimento aos três autores aqui presentes, e peço desculpas, pois tive que sair porque havia um pessoal... E prefeito não gosta de esperar. Estávamos lá há quarenta minutos, mas atendi e voltei.

Não sei se o que vou perguntar já foi dito aqui. Os senhores foram brilhantes nas suas explanações. Nunca vi uma coisa com tanta coerência, com tanta clareza, transparência. Desconhecíamos uma série de fatos. Então, eu pergunto: o que o Senado Federal pode fazer, uma vez que parece que existe uma inconstitucionalidade nessa história? Nós podemos zerar esse acordo e fazer com que se comece tudo de novo, com as oitivas? Eu acho que nós temos a prerrogativa da inconstitucionalidade. Os senhores que estão mais aquecidos, nós vamos fazer essa pesquisa aqui. Porque, se for, eu acho que, para o bem de todos, poderíamos começar da maneira certa. Essa era uma pergunta, praticamente a única, porque eu vi que o que foi feito aí foi uma salada. Como quando você pergunta para alguém: o que você quer colocar aqui na ortografia? Você tem direito a isso, eu ponho mais isso, mas se isso choca com isso, não interessa.

E depois só uma pergunta ao Professor Pasquale, mais à guisa de ilustração: a palavra "presidenta" existe?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Boa. Essa foi muito boa.

Concedo a palavra agora, pela ordem, ao Professor Pasquale.

O SR. PASQUALE CIPRO NETO – Bom, eu devo deixar a "presidenta" para o final da minha exposição.

Senador, muito obrigado ao senhor pela pergunta, pela participação. Eu diria o seguinte: pelo que nós discutimos aqui, pelo que está escrito no decreto-lei que o Presidente Lula assinou em 2008 e pelo que aconteceu, parece que o Congresso pode simplesmente dizer: "O texto legal foi ferido. O texto legal não foi cumprido". Eu usei a palavra estupro aqui. Houve realmente vários casos de estupro, não só na concepção do Acordo, porque o texto é lamentável, o conceito técnico é lamentável, mas houve alguns estupros na consecução, na execução, na colocação em prática disso. O Volp não é espelho do texto oficial. Portanto, ele já fere o que está escrito na lei. A lei diz, o Professor Pimentel até leu isso, leu e colocou na tela ali.

Em suma – e até tenho isso aqui, se o senhor quiser –, ele diz, de fato, que:

O Congresso Nacional decreta:

(...)

Parágrafo único. São sujeitos à apreciação do Congresso Nacional quaisquer atos que impliquem revisão do referido acordo, bem como quaisquer atos que, nos termos do art. 49 (...), acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Esse é um decreto do Senado Federal, datado de 18 de abril de 1995. O senhor estava na Casa? (*Pausa.*) Não. O Senador Cristovam Buarque também não estava na Casa em 1995, e também não estava aqui o Senador Paulo Bauer. Nenhum dos três é culpado disso. Certo?

Então, isso é possível, sim. Legalmente, existe a prerrogativa.

Quanto à palavra "presidenta", lembro que a terminação "nte", que vem do particípio do presente do latim, fixou-se em várias línguas, em português, em espanhol, em italiano. Fixou-se, no francês e no inglês, sem o "e". Essa terminação designa o agente: estudante é aquele que estuda, presidente é quem preside, caminhante é quem caminha, e por aí vai. Normalmente, essas palavras que terminam em "nte" são fixas, são uniformes, são iguais para o masculino e para o feminino: o caminhante, a caminhante; o via-

jante, a viajante; o pedinte, a pedinte. Mas a língua é uso, e há alguns casos que ferem esse padrão, como, por exemplo, o de "governanta". Dizemos que fulana de tal é governanta da casa, não dizemos que ela é governante da casa, até porque se fixou claramente uma diferença de sentido entre governante e governanta. Existe o caso de "infanta". E existe o caso de "presidenta", sim, cujo uso deve ter sido tão intenso, a ponto de justificar uma inserção nos dicionários, não nos dicionários recentes. Cândido Figueiredo, há cem anos, já registrava a palavra "presidenta". Desse modo, a palavra tem vida na língua, tem história, tem lastro. A palavra é real.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Tanto faz chamar de presidenta...

O SR. PASQUALE CIPRO NETO – Tanto faz dizer que Dilma Rousseff é a Presidente da República ou é a Presidenta da República.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Menos mal, então.

Eu só queria perguntar ao Prof. Pimentel: como é que vão ficar as correções de provas nas escolas e nas faculdades com esse emaranhado de coisas? Vão chover ações na Justiça por que um vai corrigir de uma maneira, e outro, de outra maneira? Como é que se breca esse sistema agora? Os senhores nos apresentaram algo com que ficamos aterrorizados?

O SR. ERNANI PIMENTEL – Respondendo ao Senador Cyro Miranda e respondendo à pergunta anterior referente à palavra "presidenta", quero dizer que concordo plenamente com o que o Prof. Pasquale falou: as palavras na língua têm vida, entram e saem de uso. Mas já estava estratificada a palavra "presidente" para os dois sexos, para os dois gêneros. Mas é tão normal eu falar "presidenta" como eu dizer que sou um "participanto" da mesa ou um "estudanto". Quer dizer, está tão correto agora eu falar "estudanto" ou "presidento" como eu falar "presidenta". Mas, a rigor, isso é desnecessário. Para mim, é apenas um gesto político para agradar as mulheres. É apenas um gesto político para se dizer que o feminismo... E o feminismo não precisa disso, porque este milênio já é feminista mesmo, sem a menor dúvida.

O que fazer? Concordo também com o Professor. Pasquale no sentido de que o Senado tem, sim, a prerrogativa de dizer: "Vamos suspender isso, porque foi desrespeitado. E vamos suspender isso *sine die* até que se organize um acordo que realmente seja um acordo". Ou, então, que o Senado defina... Se os outros países não quiserem, pelo menos o Senado é responsável pelo Brasil. E temos de baratear a nossa educação.

E temos de baratear a nossa educação. Temos de fazer com que nossa educação seja mais eficiente. Para isso, temos de fazer realmente uma reforma ortográfica. Mas não tenho a menor sombra de dúvida de que, quando começarmos a estudar isso, todos os países vão querer participar, porque existe um fator preponderante em todos os países: o fator econômico. Vai ficar muito mais barato para todo mundo e muito mais eficiente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Concedo a palavra ao Conselheiro Gustavo, para fazer suas manifestações, se quiser fazer uso da palavra.

O SR. GUSTAVO GUIMARÃES – Obrigado, Senador.

Evocando minhas primeiras palavras, acho que esta reunião foi uma grande oportunidade, que espero que se repita. É uma grande contribuição, numa Casa política, numa Comissão de Educação, que se possa discutir a língua, a cultura, a difusão internacional do português, e, para isso, há argumentos bastante consistentes.

Há um aspecto aí que, talvez, não tenha ficado muito claro. Quando se fala numa discrepância entre o Acordo e o vocabulário ortográfico, parece-me muito mais sensato fazer uma adaptação no vocabulário no que for pertinente. Mas, como eu me havia manifestado no início, há certa disposição para a reforma, para que se faça, no Brasil, um exercício de ampla discussão sobre as possibilidades de reforma do português, tendo em conta vários elementos, como a Senadora mencionou: as abreviações; a busca da síntese, movida pela Internet; e as novas realidades, como a difusão eletrônica, a diminuição de gastos com papel, o acréscimo de outros custos.

Enfim, esta foi uma grande oportunidade de o Congresso contribuir – esta foi mais uma grande contribuição do Congresso – na discussão sobre algo que diz respeito a todos, que é a língua portuguesa.

Muito obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Concedo a palavra ao Sr. Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Quero fazer uma pergunta, uma sugestão e um comentário, mas serei rápido.

Primeiro, quero fazer um comentário a respeito da palavra "presidenta". O Prof. Ernani e eu já trocamos mensagens sobre isso.

Professor, se for, como o senhor diz, apenas um gesto simpático com as mulheres, isso, para mim, já justifica o uso dessa palavra.

O SR. ERNANI PIMENTEL – Sim.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Não é preciso outra razão, desde que a palavra não esteja errada. E a ideia de a palavra estar certa ou errada vem da semelhança com outros conceitos, como ministro e ministra, senador e senadora, governador e governadora. Então, por que não presidente e presidenta, apesar do estranhamento? Esse estranhamento também deve ter surgido quando a primeira senadora e a primeira governadora tomaram posse.

Quanto às palavras "estudante" e "estudanta", isso ainda não existe, mas é capaz de existir, porque já há "governante" e "governanta".

O SR. ERNANI PIMENTEL – Mas são conceitos diferentes.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sim, sim, mas veja bem: há a governanta de uma mansão, como o governante de uma mansão. Mas, quando se é governador ou governadora, usa-se a palavra "governante".

Então, a meu ver, isso é possível sem cair no erro. E se pode fazer, como o senhor chamou, um simpático gesto nesse processo de afirmação das mulheres, o que me leva a uma pergunta que se refere às coisas novas que estão acontecendo. As mulheres ocupam espaços e, portanto, atraem palavras que, antes, eram usadas somente para os homens. É possível haver uma regra para aportuguesar as palavras estrangeiras que aqui chegam? Essa é uma pergunta.

Vi que, na Islândia, eles zelam muito pelo idioma. Lá o idioma de hoje é igual ao que havia mil anos atrás, quando lá chegaram os primeiros. Lá existe uma comissão para traduzir palavras, mas não se faz essa adaptação apenas pelo som.

Eles reescrevem quase todas as palavras. Eles as reescrevem, criam um novo vocábulo para representar aquilo que acaba de ser inventado no exterior.

Acho que esse é um exagero para o nosso caso. Imaginem se não houvesse a palavra "futebol" aqui! Imaginem se, em vez de adaptado, tivéssemos inventado uma nova palavra, quem nem imagino qual seria!

O SR. ERNANI PIMENTEL – Ludopé.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Ludopé. Chegou-se a chamá-lo assim, não é?

O SR. ERNANI PIMENTEL – Sim, alguns propuseram isso.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Mas existe alguma regra? Ou vai ser apenas foneticamente que vamos fazer isso?

E a sugestão, Senador Paulo Bauer, é a de que não deixemos morrer esse assunto. O Prof. Ernani lembrou que, cinco anos atrás... Isso está escrito no seu texto.

O SR. ERNANI PIMENTEL – Dois anos e meio atrás.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Dois anos e meio atrás, já fizemos uma audiência. Não vamos deixar morrer isso, nem fazer com que sejam muitas audiências. Não sei se seria o caso de criar um grupo nosso, que tente trabalhar o assunto.

Temos até de aproveitar uma coisa: o Presidente do Senado é membro da Academia Brasileira de Letras, é um homem culto, é um escritor. Poderíamos, inclusive, debater com ele o que ele pensa sobre isso, o que podemos fazer para que o Senado participe do processo de "acordar o Acordo", como disse o Prof. Ernani. E se diz "acordar" não apenas no sentido de "despertar", mas também no sentido de chegarmos a um acordo sobre o Acordo. É a sugestão que faço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Muito obrigado.

Srªs e Srs. Senadores, eu ouvia as manifestações de V. Exªs e dos nossos convidados nesta parte final da audiência pública. Aqui, aprendemos a exercer a condição de ouvir, de pensar e de ler ao mesmo tempo, porque, afinal, somos 81 Senadores para cuidar do Brasil inteiro e temos de ser múltiplos nas nossas funções.

Procurei na Constituição Federal e, para a minha decepção, verifiquei que, em todo o texto constitucional brasileiro, inclusive nas emendas já elaboradas e apresentadas, que são dezenas, a expressão "língua portuguesa" só aparece uma vez. No art. 13, é mencionado: "A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil". O § 1º fala dos símbolos, e o § 2º diz que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão ter símbolos próprios. No capítulo referente à Educação, fala-se de tudo na educação, menos da língua. No capítulo referente à Cultura, não se fala uma vez que a língua portuguesa é patrimônio do País, é patrimônio dos brasileiros, da nossa Nação.

Portanto, se me permitem fazer uma observação, quero dizer que esse Acordo firmado e aprovado pelo Congresso Nacional, obviamente, não está vinculado a qualquer questão que diga respeito à língua nacional. O Acordo pode estar vinculado a uma questão de relações exteriores, a entendimentos com outros países etc.

De qualquer forma, ouvindo aqui as manifestações, especialmente a do Senador Cristovam Buarque, posso emitir aos nossos convidados uma opinião pessoal: de todas as instituições existentes no mundo po-

lítico e no mundo governamental, a instituição que tem a maior responsabilidade com questões como essa é, sem dúvida, o Senado. Por essa razão, o mandato de Senador é de oito anos, transcende períodos governamentais, está acima de questões partidárias, deve sobrepor-se à expressão numérica desta ou daquela região, deste ou daquele Estado, tanto é que somos sempre três Senadores por Estado, independentemente do número de habitantes que cada Estado tem.

Tenho a certeza de que, conhecendo a importância de valorizarmos a língua portuguesa da pátria mãe, Portugal, e também de considerarmos a expressão em Portugal e também considerarmos a expressão do Brasil hoje no contexto mundial em termos de população, de expressão econômica. É preciso que esse assunto mereça mais atenção e talvez, Senador Cyro e Senadora Ana, precisemos tratar disso de uma forma mais cuidadosa, quem sabe criando uma subcomissão dentro da Comissão da Educação; quem sabe fazendo com que o Senado convoque oficialmente as forças e a inteligência brasileira para discutir essa matéria de uma forma mais técnica, mais específica; talvez buscando sim manter o acordo e até aprimorá-lo – o que eu acho que é possível fazer –, mesmo que leve o tempo que precise levar. O fato é que é preciso começar porque, de qualquer forma, nós não sabemos hoje qual é a opinião de Portugal, do Congresso daquele país.

Talvez devamos verificar isso. Temos opinião de algumas autoridades, de algumas lideranças portuguesas já informadas pela imprensa, mas não conhecemos se o assunto lá preocupa os representantes do povo português, assim como está preocupando os representantes do povo brasileiro ou dos Estados brasileiros.

Com certeza nós vamos discutir a matéria, ver que caminhos poderão ser adotados, porque, dentro do tempo de um mandato que nós temos, que é bastante grande, nós poderemos discutir várias vezes esse assunto, fazendo com que Língua portuguesa, Língua nacional deixe de ser apenas uma menção pobre e simplista dentro da nossa Constituição. Precisa ser algo mais do que isso e tenho certeza de que esta Casa deve também pensar dessa forma.

Portanto, agradeço a presença de todos e dou por encerrada a presente audiência pública, a presente reunião, convocando outra para o horário regimental já previsto, na próxima terça-feira, às 10horas, com a presença do Ministro dos Esportes, Aldo Rebelo.

Muito obrigado.

Um abraço.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 46 minutos.)

Ata da 13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, Realizada em 10 de Abril de 2012.

Às dez horas e dois minutos do dia dez de abril de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senhor Senador Paulo Bauer, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Roberto Requião, Benedito de Lira, Ana Amélia, Cyro Miranda, Cássio Cunha Lima, João Ribeiro, Vanessa Grazziotin, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares, Waldemir Moka, Sérgio Petecão, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Mozarildo Cavalcanti, Antonio Russo, Vicentinho Alves e Randolfe Rodrigues, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Magno Malta e Kátia Abreu. O Senhor Vice-Presidente, Senador Paulo Bauer, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, em atendimento aos Requerimentos nº 69/2011-CE, de autoria da Senhora Senadora Ana Amélia e nº 7/2012-CE, de autoria dos Senhores Senadores Ana Amélia e Cássio Cunha Lima, destinados a ouvir o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Esporte, Aldo Rebelo, sobre "A organização da Copa do Mundo de 2014 e a Lei Geral da Copa". Prosseguindo, a Presidência passa a palavra ao Excelentíssimo Ministro de Estado do Esporte, Aldo Rebelo. Logo após, o Senhor Vice-Presidente, Senador Paulo Bauer, passa a presidência dos trabalhos ao Senhor Presidente, Senador Roberto Requião. Finda a exposição do Ministro, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros desta Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Ana Amélia e Cássio Cunha Lima, autores do Requerimento, e os Senhores Senadores Inácio Arruda, Paulo Bauer, Cyro Miranda, Eduardo Suplicy (não-membro da Comissão), Lídice da Mata, Benedito de Lira, Pedro Taques, Cristovam Buarque, Vanessa Grazziotin, Sérgio Petecão, Mozarildo Cavalcanti, Randolfe Rodrigues e Wellington Dias. Neste momento, a Senhora Senadora Ana Amélia registra a presença para acompanhar a presente reunião do Senhor Prefeito do Município de Carazinho – RS, Aylton Magalhães. Após as considerações finais do Ministro, a Presidência agradece a to-

dos pela presença e declara encerrados os trabalhos da sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, encerra a reunião às treze horas e oito minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Roberto Requião**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Declaro aberta a 13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que tem por objetivo debater a organização da Copa do Mundo de 2014 e a Lei Geral da Copa.

Dando início a esta audiência pública, saúdo o Exmº Sr. Ministro, Deputado Federal Aldo Rebelo. É um prazer tê-lo conosco. Muito obrigado por ter atendido ao convite desta Comissão. Certamente a sua presença e as informações que V. Exª vai prestar serão de grande relevância para os trabalhos do Senado Federal e também, por meio da cobertura da TV Senado, da Rádio Senado, do *Jornal do Senado*, de todos os meios de comunicação aqui presentes, fará com que o Brasil saiba um pouco mais a respeito dos temas que estão elencados como motivo para o convite feito a V. Exª.

Conforme o Regimento Interno do Senado Federal, informo a todos os presentes que o Ministro só poderá ser aparteado na fase das interpelações, desde que o permita.

Também é necessário informar que o Ministro tem o prazo de meia hora para sua exposição. Naturalmente que o Senador Roberto Requião, que se está dirigindo para continuar os trabalhos de Presidência desta reunião, poderá deliberar por uma concessão de tempo maior, se for o caso. Também é importante informar que abrir-se-á a fase de interpelação pelos Senadores inscritos dentro do assunto tratado, dispondo cada interpelante de 5 minutos, assegurado igual prazo para resposta do interpelado, após o que poderá este ser contraditado pelo prazo máximo de 2 minutos, concedendo-se ao Ministro o mesmo tempo para a tréplica. A palavra às Srªs e aos Srs. Senadores será concedida pela ordem de inscrição para usarem da palavra.

A nossa assessoria da Mesa está habilitada a registrar aqueles que quiserem inscrever-se e esta Presidência também o fará se assim for necessário.

Saudando, portanto, o Ministro Aldo Rebelo, concedo a palavra a V. Exª para prestar as informações e para expor os assuntos que desejar inerentes ao tema objeto desta audiência pública.

V. Exª tem a palavra.

O SR. ALDO REBELO – Bom dia, Srªs e Srs. Senadoras e Senadores, prezado amigo, querido Senador Paulo Bauer, que representa aqui o nosso estimado Estado de Santa Catarina, senhoras e senhores.

O Brasil sediará em 2014 a 20ª Copa do Mundo. A Copa do Mundo se constitui hoje no evento de maior visibilidade, é aquele que atrai e desperta as maiores expectativas do planeta.

Os organizadores calculam que entre 3,5 bilhões e 4 bilhões de telespectadores acompanharão os jogos durante os seus 30 dias de realização no Brasil. A última Copa do Mundo reuniu mais de 3,2 bilhões de telespectadores, o que será ampliado com a Copa realizada no Brasil.

A Copa do mundo organiza o campeonato do esporte mais universal e mais popular do planeta. Aquele que é mais universalmente praticado pelo maior número de povos, que detém o maior número de ligas nacionais de clubes em atividade e que tem também no Brasil talvez o País onde seja praticado com a maior paixão e com a maior persistência.

O Brasil é o único País do mundo a participar de todas 19 edições desse campeonato, desde o primeiro realizado em 1930, no Uruguai, até o último, na África do Sul. O Brasil é, também, o único País a ganhar por cinco vezes o campeonato mundial de futebol.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Ministro, permita-me aparteá-lo? Apenas para que eu possa passar a Presidência dos trabalhos ao Senador Roberto Requião, que acaba de chegar. Como eu já havia anunciado, estaria aqui conosco.

O SR. ALDO REBELO – Para nossa alegria.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – O Ministro Aldo tinha me pedido para que, hoje, a Presidência fosse sua, e não vou recusar esse pedido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Estamos diante de uma situação, Ministro, que...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador Requião, por favor.

O SR. ALDO REBELO – Muito obrigado, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Prefiro que o Senador Requião o faça. Estarei aqui ao seu lado igualmente.

O SR. ALDO REBELO – Muito obrigado, Senador Paulo Bauer, pela sua companhia.

Portanto, o Brasil tem mais do que legitimidade para acolher pela segunda vez, nos últimos 60 anos, o campeonato mundial de futebol da Fifa.

Claro que, até hoje, é matéria de estudos da sociologia em todo o mundo as razões pelas quais o futebol tornou-se um esporte tão popular e não mais um daqueles esportes anglo-saxônicos de reduzida penetração em poucos países, como é o caso do futebol americano, do *rugby*, do *cricket*, entre outros esportes que tiveram origem no império britânico. Há quem atribua como razão principal o fato de o futebol ter surgido em pleno auge da indústria manufatureira. Os esportes praticados pela aristocracia tinham a primazia do uso dos pés, como os esportes equestres, as caçadas, e os operários, usando muito as mãos no trabalho diário da indústria, buscaram um esporte que repousasse as mãos e usasse os pés. Encontraram no futebol, com regras adaptadas de um dos esportes então existentes, exatamente esse esporte da época da manufatura, o esporte que repousava as mãos, tão usadas durante a semana, e que utilizava os pés para a sua prática nos fins de semana. Há até quem atribua que a própria semana inglesa foi uma conquista não do movimento sindical, mas sim dos próprios operários, que buscavam os sábados para a prática do futebol. A verdade é que o futebol espalhou-se pelo mundo, principalmente sob a influência da Inglaterra entre os trabalhadores das ferrovias, que, na época, eram concessões britânicas, principalmente, no início do século XX, finais do século XIX, daí a presença de tantos clubes com nome de ferroviário espalhados do sul até o norte do Brasil.

No Brasil, imediatamente, o futebol tornou-se um esporte de prática muito popular, das populações mais pobres, dos negros, e ofereceu ao Brasil exatamente as primeiras celebridades do povo. O Brasil é o país que, provavelmente, mais contribuiu para a popularização desse esporte em todo o planeta. Não houve uma Copa do Mundo em que o Brasil não brilhasse com astros, com artistas celebrados da bola, desde a Copa do Mundo do Uruguai, quando brilhou o maranhense de Codó, chamado Fausto, apelidado no Uruguai de "Maravilha Negra" pela habilidade com que jogava o futebol naquela Copa do Mundo. A Fausto, Maravilha Negra, seguiram-se outras celebridades do povo, jovens pobres, alguns negros, queridos, respeitados e amados no Brasil e no mundo pela habilidade com que praticavam futebol. Além de Fausto, poderíamos destacar Leônidas da Silva, que jogou no Flamengo, jogou no São Paulo; Domingos da Guia, que jogou em muitos clubes de São Paulo, do Rio de Janeiro, do Uruguai, da Argentina, apelidado também no Uruguai. Parece que o Uruguai está destinado a oferecer os apelidos dos nossos ídolos. Ele foi chamado de Divino Mestre, também pela habilidade com que jogava futebol o Domingos da Guia.

Depois, seguiram-se outros tantos conhecidos, Zizinho, nos anos 40 e 50, Didi, vieram Garrincha, Pelé, Vavá, Zagallo, Tostão, Zico, Falcão e, mais recentemente, o jovem jogador do Santos, o Neymar, que também encanta o Brasil e o mundo pelo futebol. Tanto assim que quando o Secretário-Geral da Fifa disse numa de suas entrevistas que o Brasil pedia muito em relação à Copa do Mundo, eu disse que o Brasil não pedia nada pelo que já oferecera ao futebol, ao mundo e aos campeonatos organizados pela Fifa. Que o Brasil talvez tenha contribuído com os seus atletas para tornar esse esporte tão universal, não só na sua prática, mas também pelo número de aficionados em todo o planeta.

O Brasil tem no futebol talvez aquela paixão mais permanente e mais duradoura. Quando disseram – acho que Nelson Rodrigues – que o futebol e o carnaval eram as coisas mais queridas do povo brasileiro, o Nelson Rodrigues fez o seguinte reparo: É porque não há desfile de carnaval toda semana, duas vezes por semana, quarta, sábado ou aos domingos, é o futebol mesmo que é o mais popular.

E o Brasil, ao organizar a Copa do Mundo, não apenas acolhe esse evento de dimensões planetárias. O Brasil, ao acolher a Copa do Mundo que disputou com outros países que também queriam sediar a próxima Copa do Mundo, assumiu compromissos, contratos, mas, ao mesmo tempo, o Brasil abriu com esse acontecimento duas grandes oportunidades. A primeira, a oportunidade de potencializar as suas virtudes, as suas capacidades de propiciar com a Copa do Mundo a ampliação do seu caminho para o desenvolvimento, para o crescimento da sua economia. E há cálculos de consultorias independentes que afirmam que o Brasil acrescentará 0,4% de crescimento ao seu Produto Interno Bruto apenas pelo fato de acolher a Copa do Mundo, pelo menos entre os anos de 2014 e 2019. O Brasil já criou mais de 300 mil empregos permanentes com a realização da Copa, criará mais tantos empregos temporários durante a realização da Copa. E a Copa do Mundo, que será disputada em 12 Estados do Brasil, oferece-nos, portanto, a possibilidade de potencializarmos essas nossas capacidades em engenharia, em telecomunicações, em turismo, em segurança pública e também oferece a possibilidade da superação das nossas deficiências.

Um grande evento como a Copa do Mundo submete o Brasil a essa prova. Nós precisamos, por exemplo, em telecomunicações assegurar até 2014, nas capitais que sediarão a Copa do Mundo a excelência em tecnologia de telecomunicações. O chamado 4G, que é a tecnologia mais avançada em banda larga, estará plenamente incorporada às 12 capitais e permanecerá

como uma herança para a população desses Estados e dessas cidades após 2014.

Engenharia. Os nossos estádios estão sendo construídos com o que há de mais avançado na engenharia de todo o mundo. Cito um depoimento oferecido publicamente pelo chefe de inspeção de engenharia da Fifa que esteve no Brasil vistoriando os nossos estádios:

Os estádios não usam apenas o que há de mais avançado em engenharia de construção civil; usam o que há de mais avançado em engenharia ambiental. São estádios construídos com o que existe de mais perfeito no estado da arte de sustentabilidade, de reciclagem, de uso de resíduos, de aproveitamento da energia solar e da água, tecnologia que naturalmente deverá e poderá ser utilizada em outras atividades que não apenas a dos estádios que estão sendo construídos.

Na área da saúde, por exemplo, estamos celebrando um convênio que será assinado em breve com a Sociedade Brasileira de Cardiologia, que desenvolve junto com o Ministério do Esporte uma campanha para a ampliação da atividade física e de esporte como prática de saúde entre a população brasileira. Desejamos que isso se transforme também num legado ou numa herança, que considero o vocábulo mais apropriado, numa herança para o próprio Sistema Único de Saúde.

Na área de segurança pública, a Copa do Mundo, bem como as Olimpíadas, obrigam a uma aproximação maior do sistema de segurança pública do País e de defesa: ação das Forças Armadas com a Abin, com as polícias militares dos Estados, com as policiais civis, com os sistemas de segurança e defesa dos nossos países vizinhos, instrumentos que podem servir de segurança para a Copa do Mundo, mas também para a própria população e de prevenção contra a ação do crime organizado no Brasil e na América do Sul.

É claro, Srªs e Srs. Senadores, que um evento da magnitude da Copa do Mundo só pode ser organizado num ambiente de cooperação entre os atores responsáveis pela sua realização. Não há como organizar uma Copa do Mundo num ambiente de colisão, de enfrentamento ou de disputa entre o país-sede e os seus organizadores. Nós temos buscado esse ambiente de cooperação, de harmonia, de trabalho, tendo como denominador o objetivo de realizar bem a Copa do Mundo, naturalmente dentro das expectativas do próprio mundo e do próprio Brasil.

É evidente que nessas situações também há diferenças de opinião, interpretações distintas daquilo que foi acertado, acordado, mas temos procurado administrar essas diferenças em função do interesse comum, que é uma boa realização da Copa, valorizando o nosso parceiro, no caso a Fifa, que é uma organização internacional que consegue ter mais filiados do que a própria Organização das Nações Unidas. Se não me engano, a Organização das Nações Unidas tem cento e noventa e poucos filiados, enquanto a Fifa chega a duzentos e oito filiados, prezado amigo. A Fifa consegue administrar conflitos que nem a ONU alcança, como é o caso do conflito Israel-Palestina. Enquanto a ONU ainda se debate sobre o destino, que tipo de acolhimento dar ao Estado Palestino, a Fifa já acolheu, já reconheceu, e a Palestina já participou das últimas eliminatórias da Copa do Mundo, como também Israel participou.

Então, é preciso levar em conta a capacidade de uma organização que consegue administrar um esporte tão bem distribuído que, muitas vezes, é alcançado pelos conflitos políticos e ideológicos existentes no mundo e a Fifa consegue fazer isso. Tem os seus interesses econômicos, comerciais. Circulam – e as Srªs e os Srs. Senadores conhecem – pela Internet histórias, versões, fatos, denúncias, mas nós não procuramos tratar disso, procuramos tratar da Copa do Mundo a partir do interesse comum, que é organizar a Copa do Mundo como uma grande festa da humanidade, como um grande espetáculo que a população do mundo aguarda com grande expectativa para ver os astros do futebol mundial em atuação por suas seleções. É isso que a humanidade espera. Todos aqueles que gostam – para fazer um paralelo – e que amam o cinema nunca confundiram os grandes filmes com os problemas da produção ou das grandes empresas de Hollywood. As pessoas gostavam do cinema, não confundiam isso com o macartismo que foi praticado nos anos 40 e 50 que atingiu atores, diretores e roteiristas. Ninguém chegava a fazer a confusão entre o que era o cinema e a forma como ele era produzido. Cuidamos aqui, portanto, de oferecer ao mundo e ao Brasil a possibilidade de um grande espetáculo estético, que é o futebol jogado pelas seleções que aqui se apresentarão em 2014.

Eu diria ainda que a Copa do Mundo já é uma realidade no Brasil. Nós não esperamos a Copa do Mundo para 2014, ela já é uma realidade. Os estádios que estão sendo construídos de Manaus Porto Alegre são concebidos não apenas como um lugar para se jogar futebol. Os estádios foram concebidos e estão sendo construídos como parte de um projeto de desenvolvimento para os Estados, para as cidades e para localidades absolutamente delimitadas onde se situam. Vou dar aqui uns dois ou três exemplos para não falar dos 12 estádios.

Vou tomar, em primeiro lugar, o estádio do Esporte Clube Corinthians Paulista. O Palmeiras também está fazendo o seu, mas o Corinthians está fazendo em Itaquera. Itaquera é um bairro de São Paulo, uma região

localizada perto dos rios Tietê e Tamanduateí com 4 milhões de habitantes, com o menor IDH da cidade de São Paulo, com os índices sociais mais precários de São Paulo. O Governo do Estado e a Prefeitura adotaram diversas medidas de incentivo ao desenvolvimento da zona leste de São Paulo, da região de Itaquera, principalmente, e o estádio do Corinthians surge como parte desse projeto de tentar nivelar por cima o desenvolvimento da maior metrópole da América Latina, da nossa principal metrópole, que é, ao mesmo tempo, uma referência de riqueza e de desigualdade. A grande contribuição da presença do estádio do Corinthians é oferecer e acompanhar um projeto de desenvolvimento para a zona leste de São Paulo integrada a metrô, a incentivos para a indústria, para o comércio, para atividades que geram renda e emprego para aquela população. Além do que São Paulo carece de fato de centros para a promoção de eventos, de congressos, de feiras. São Paulo não dispõe de um lugar adequado, além do Anhembi, para realização de grandes eventos. Estádios como o do Corinthians e também o do Palmeiras oferecerão à cidade áreas para serviços de que são Paulo necessita com urgência.

Eu pego o caso aqui de Pernambuco. Quem conhece Pernambuco sabe que Recife hoje é uma metrópole contida numa área geográfica delimitada ao sul por uma cidade que cresce muito, que é Jaboatão dos Guararapes, e ao norte por Olinda e mais uma outra, vizinha de Olinda, já completamente ocupadas. Mais ao sul, depois de Jaboatão, é o Cabo de Santo Agostinho, já também com o grande projeto do Porto de Suape.

Recife procurou uma alternativa a oeste e foi buscar em São Lourenço da Mata essa alternativa, numa área de 240 hectares, metade dos quais destinados para área verde, de preservação ambiental, e os outros 120 hectares destinados a um *campus* universitário, a um conjunto habitacional para 4,2 mil residências, a um centro integrado de compras, de feiras e de convenções, ou seja, é um projeto para Pernambuco, que alcança naturalmente o grande e tradicional Município de São Lourenço da Mata e que também traz benefício para Recife e Pernambuco – para Pernambuco e sua capital –, que poderão acolher eventos e acontecimentos compatíveis com o nível de desenvolvimento que o Estado está conhecendo.

Então, não é nenhum elefante branco, pelo contrário; não é um campo de futebol como o concebido nos anos 70, quando o Brasil ganhou a Copa. O que se espalhou pelo Brasil inteiro eram apenas campos de futebol. O Vivaldo Lima, o Castelão, o Rei Pelé e os outros, o Morenão, todos os estádios eram campos de futebol. Hoje são centros de múltiplas atividades para servir às sociedades locais e aos Estados.

Vou tomar só mais um exemplo, que é o de Fortaleza, o Castelão. Já inauguramos uma parte do edifício administrativo do Castelão, que já é sede da Secretaria Estadual de Esporte e do Departamento de Engenharia e Arquitetura do Estado do Ceará, concebido também como um estádio multiuso, que vai dar orgulho, naturalmente, ao brioso, bravo e realizador povo cearense, que vai dar dignidade à grande Fortaleza, à nossa capital e ao nosso glorioso Estado do Ceará.

É essa a concepção desses estádios. Da mesma forma, poderíamos falar de Porto Alegre, que hoje está construindo dois grandes estádios, reformando o Beira Rio e construindo um novo estádio olímpico, o do Grêmio de Porto Alegre.

Há projetos também na nossa querida Curitiba, que já sediou a Copa do Mundo de 1950 e que agora acolhe duas grandes e tradicionais equipes do futebol brasileiro, os gloriosos Curitiba e Atlético Paranaense, que estão também construindo ou que estão em perspectiva de reforma ou de construção de seus dois grandes estádios.

Aqui, em Brasília, esse estádio que está sendo construído tem 30 mil vagas de estacionamento. Brasília não tem um lugar onde se faça um espetáculo para oito mil pessoas, que não seja a céu aberto, no estacionamento. Ela vai ter agora, também, o seu estádio, que pode acolher, além de jogos de futebol, espetáculos, eventos. Ele tem cinema, restaurante, teatro, centros de compras ou *shopping centers*, como queiram alguns.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALDO REBELO – Exatamente. Pois é, se eu falar também em centro de compra, é capaz de muita gente não entender.

Mas o que digo é o seguinte: são os estádios modernos, contemporâneos e compatíveis com as nossas aspirações ao desenvolvimento.

O desafio de construir, reformar e ampliar aeroportos, também. A previsão é de duplicação da capacidade da demanda. Ou seja, nós teremos uma demanda x, ampliaremos até 2014 os aeroportos em 2x. Se há problemas, hoje, nos aeroportos, não é pela capacidade de decolar ou de pousar avião.

Ontem voltei de Maceió e fico sabendo que o Aeroporto de Maceió, dessa grande e promissora capital, só é usado à tarde e à noite. Das 6 horas da manhã às 12h30min, em Maceió, não decola nem pousa nenhum avião. Então está sendo subutilizado. O atraso, as filas, os cancelamentos de vôo nada têm a ver com a capacidade do aeroporto de receber maior ou menor número de passageiros, mas, sim, com a organização, com a logística daqueles que são responsáveis por organizar a recepção aos passageiros.

Há um amplo programa de investimento em hotelaria. Apenas uma rede francesa, creio que a Accor, prevê investir R$2 bilhões e 500 milhões em hotéis até 2015. O problema é que o hotel não é um carro alegórico que você constrói para um episódio e recolhe depois num galpão. As pessoas só constroem hotéis quando há sustentação para um projeto. E o setor que cuida disso disse que o Brasil está investindo não apenas por causa da Copa do Mundo, é porque todas as capitais brasileiras se tornam, cada vez mais, destinos importantes, não apenas turísticos como também de eventos.

Não faz sentido, pelo crescimento da economia brasileira, concentrar todos os eventos em São Paulo e no Rio de Janeiro. O mundo e o Brasil querem a realização de eventos em Manaus, em Fortaleza, em Curitiba, em Boa Vista. As pessoas querem conhecer a Serra do Tepequém, querem conhecer o Maciço das Guianas, querem conhecer o Pico da Neblina, as pessoas querem conhecer Roraima, Senador Suplicy, e nós achamos isso uma coisa muito boa.

Então, a Copa do Mundo não pode ser, Senadoras e Senadores, um evento apenas de doze capitais, como também não podem ser as Olimpíadas. Estamos cuidando para que Copa do Mundo e Olimpíada sejam acontecimentos de importância e de possibilidade de desenvolvimento para todos os Estados. São 31 seleções, além da brasileira. Vamos fazer todo o esforço para que elas não se concentrem apenas nas cidades-sedes. Que uma seleção que vá ficar em Recife se dirija a Maceió para fazer a sua pré-temporada, que chegam com um mês, quinze dias de antecedência; para Aracajú, a que for para Salvador; a Florianópolis, uma que for para Curitiba ou para Porto Alegre; a Palmas, uma que for para Cuiabá ou para Manaus; a Rio Branco, a Boa Vista, a Macapá, a São Luís, a Teresina, nós vamos fazer esse esforço.

Da mesma forma em relação às Olimpíadas. Não faz sentido a Olimpíada ser um acontecimento apenas referenciado no Rio de Janeiro. A Olimpíada é no Rio de Janeiro, mas nós devemos nacionalizar as Olimpíadas. Procurar construir equipamentos olímpicos em todas as capitais do Brasil. Não faz sentido nós realizarmos em 2016 um balanço das Olimpíadas e não termos contemplado com esse evento o Estado de Alagoas, do nosso Senador Benedito de Lira, ou o Estado de Roraima, da nossa Senadora Angela e do nosso Senador Mozarildo. Não faz sentido.

Tem que ser acontecimento do Brasil. E estamos fazendo esse esforço, para que os benefícios desses eventos alcancem todos os Estados e sirvam também de elemento para redução das desigualdades, das deformidades, entre elas a desigualdade na federação, que atinge o Brasil.

Concluo, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, dizendo que exatamente por ser um tema tão popular no Brasil e no mundo a Copa atrai o noticiário diário dos meios de comunicação, a preocupação da mídia, e nós devemos encarar isso com naturalidade. O futebol é sempre um tema controverso dentro e fora dos gramados. Ninguém entendeu o encanto, a fantasia e o mistério do futebol como o grande escritor brasileiro Nelson Rodrigues. Talvez, ele seja a paixão que mais mobiliza as pessoas no mundo. Certa vez perguntaram ao presidente chileno Salvador Allende como ele descreveria a maior alegria humana e a maior tristeza humana. E o Salvador Allende respondeu ao jornalista que a maior alegria humana é o gol, e a maior tristeza humana é o gol contra.

Então, é assim o futebol: controverso, difícil. Mas acho que o Brasil tem essa legitimidade, tem condições de realizar a Copa do Mundo, de administrar os conflitos subjacentes a um evento dessa natureza. Eu tenho a mais absoluta confiança no Senado brasileiro para ajudar o Brasil a pôr de pé esse desafio e essa tarefa.

Agradeço muito às senhoras e aos senhores pelo convite, e me ponho aqui à disposição para os esclarecimentos que me forem solicitados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Antes de passar a palavra aos Senadores e Senadores, comunico ao Plenário que a Comissão recebeu uma carta do Sr. Joseph Blatter, acedendo ao nosso convite para uma audiência pública comum à Comissão de Assuntos Econômicos, Educação e Justiça e Cidadania. Ele se propõe a agendar uma data possível na vinda dele ao Brasil.

Isso nos traz um problema regimental. Como o convite para uma audiência pública foi feito pelas três comissões por onde tramitará o projeto de lei da Copa, o Regimento determina que, enquanto a audiência não for realizada, a votação ficará sobrestada, a não ser que, em determinado momento, as três comissões reunidas resolvam desistir da audiência.

Então, peço à secretaria da Comissão que faça urgentemente contato com o Sr. Blatter, para agilizarmos essa vinda do presidente da Fifa às comissões do Senado.

A primeira Senadora inscrita, autora do requerimento ao lado dos Senadores Cunha Lima e Inácio Arruda, se não me engano, é a Senadora Ana Amélia, a quem passo a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Presidente Roberto Requião, Senador Paulo Bauer, que presidiu o início da reunião, e especialmente ao Ministro Aldo Rebelo, que vem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte para falar sobre a Copa.

Agradecer, mais uma vez, a delicadeza do Presidente de me ter designado relatora dessa matéria tão importante quanto polêmica.

Até para aliviar o clima, Ministro Aldo Rebelo – o senhor é um apreciador do futebol –, queria agradecer a presença do prefeito de Carazinho, cidade do meu Estado, conhecida por ser a cidade natal de Leonel Brizola, um político que o senhor conhece, o Sr. Ailton Magalhães. Registro sua presença.

Mas o senhor falou aí da estética do certame, do futebol. Eu queria saber se esse time da Seleção Brasileira, com Mano Menezes, está mais para estética ou está mais para ganhar a Copa. Eu queria fazer uma provocação ao senhor.

Mas, brincadeira à parte, Ministro, a Câmara aprovou o projeto numa questão extremamente polêmica ainda e que suscita muito debate aqui no Senado, que diz respeito à liberação da bebida alcoólica e também à venda dos ingressos. Eu queria saber do senhor se esse Projeto da Câmara nº 10 está satisfazendo os compromissos assumidos pelo Governo brasileiro com a Fifa e se vai ser aceitável, do ponto de vista da Federação, transferir aos Estados a responsabilidade na questão das bebidas alcoólicas, considerando que grande parte dos Estados onde serão realizados os jogos, as legislações estaduais proíbem o consumo de bebida alcoólica.

Então, eu queria saber como é possível compatibilzar, sabendo das resistências aqui no Senado, casa da Federação, essa questão da liberação da bebida alcoólica.

Queria também saber, já que estamos falando desses compromissos, se, quando o Governo brasileiro ofereceu à Fifa a disposição de fazer a Copa do Mundo de 2014, fez um compromisso formal, no caso, o ex-Presidente Lula, com essas regras da Fifa para que sejam cumpridas aqui.

O senhor fez referência a algumas obras. Eu queria saber se o acompanhamento das obras dos estádios está sendo feito. O senhor se referiu ao Beira-Rio, onde está atrasada a obra – é o meu time, mas está atrasada a obra. Também na Arena das Dunas, em Natal, há um atraso. Queria saber se isso preocupa e se está dentro da margem de previsão para este caso, o que é tão relevante.

Ainda sobre as obras dos estádios. Há poucas semanas, a imprensa divulgou que o estádio aqui de Brasília, Mané Garrincha, mudará o nome para Estádio Nacional e que ainda vai precisar de novas licitações para a construção da cobertura do estádio, estacionamentos e outras obras adicionais que irão garantir o funcionamento do local para a Copa do Mundo. A minha questão é: por que não há o cuidado de se realizar uma única licitação e a contratação de empresas que possam entregar a obra pronta sem a necessidade de gastos adicionais e, por consequência, sem a necessidade de novos contratos, novos atrasos e, claro, aumento da burocracia? E nem vou lhe dizer o que a gente pode pensar que é decorrente disso.

Há uma discussão na mídia. Na Copa do Mundo da África do Sul, a Fifa determinou que todos os brindes, os suvenires e as camisetas oficiais fossem produzidos, repito: por ordem da FIFA – houve um protesto dos sul-africanos – fossem todos fabricados na China, tirando a possibilidade de as empresas sul-africanas produzi-los. O Brasil vai enfrentar o mesmo problema? Como nós vamos fazer em relação a isso se há um acordo? Como nós vamos ver?

A questão da bebida alcoólica é a mais séria. Queria uma palavra bem clara sobre essa questão.

Nós fizemos aqui, Ministro Aldo Rebelo, um debate, um seminário, uma avaliação parlamentar da Copa do Mundo de 2014 em setembro do ano passado. Ouvimos muitas pessoas especializadas, inclusive alguns estrangeiros – um jornalista inglês falou muito sobre a questão relacionada ao legado. Evidentemente o legado é uma coisa importante. O senhor citou o caso de São Paulo, de uma zona de IDH muito baixo que poderá fazer a reversão com um legado positivo para a comunidade. Do ponto de vista da transversalidade dentro do Governo, o senhor falou muito das Forças Armadas, no caso da segurança dos jogos, houve, nessa avaliação, uma crítica ou pelo menos uma cobrança do Conselho Nacional de Turismo da Confederação Nacional do Comércio – CNC de que não está havendo integração entre o Ministério do Turismo e o Ministério do Esporte. Queria saber se hoje já mudou esse cenário, isso foi dito em setembro, e se está havendo maior transversalidade não só com os Ministérios, como o do Turismo, mas também com os Estados, o que tem a ver também com a hotelaria. Nós vamos ter agora a Rio+20, que está com problema sério de hospedagem, pois o Rio de Janeiro não tem hotel suficiente e estão aumentando muito os preços. Também com os Estados onde serão realizados os jogos tem havido uma interatividade e uma transversalidade de entendimento?

Especificamente ainda insisto na lei da bebida. O senhor, como representante do Governo e responsável por esse relacionamento, tem conversado com os Governadores sobre a questão, porque, como a Câmara decidiu, e nós não sabemos se o Senado vai alterar isso, os Estados terão de fazer uma alteração nas suas próprias leis.

Por fim, eu queria falar de uma questão mais delicada, Ministro Aldo Rebelo. Depois das declarações

desastrosas do Secretário Jerôme Valcke, em relação ao Brasil – nem vou repetir por ser tão deselegante e grosseiro até – eu queria saber como está sendo feita a interlocução do Ministério com a FIFA e até considerando a informação dada pelo Presidente Roberto Requião, de que o Joseph Blatter, enfim, aceitou e virá prestar esclarecimentos aqui nesta Comissão e na Comissão de Assuntos Econômicos e também Comissão de Constituição e Justiça. São essas as minhas questões.

O SR. ALDO REBELO – Senadora Ana Amélia, eu não vou comentar o trabalho do técnico Mano Menezes, porque essa é a parte mais sensível da Copa do Mundo e aquela onde o governo e nós temos a menor capacidade interferência. Mas a minha convicção é que o Brasil dispõe de talentos e de jogadores mais do que qualquer outro país do mundo com possibilidade, principalmente jogando no Brasil, de nos oferecer o sexto título mundial. Eu não tenho dúvidas disso.

A bebida não é matéria propriamente controversa em nenhuma das copas anteriormente realizadas. Na África do Sul não houve discussão sobre esse assunto, simplesmente houve o acordo de venda de produtos de marcas dos patrocinadores durante a realização da copa. E esses contratos são comuns para eventos internacionais, a mesma coisa dos jogos Olímpicos, as mesmas cláusulas, os mesmos direitos, as mesmas garantias de marcas, patentes de comercialização para os patrocinadores que estão assegurados pelo país sede na Copa do Mundo, também estão assegurados pelo país sede nas Olimpíadas. Na Alemanha houve uma pequena controvérsia se permitiria a venda de uma só bebida ou de duas, porque os alemães fabricam e tem orgulho da sua própria cerveja e o patrocinador era uma cerveja norte americana e chegaram a conclusão de que deveriam permitir as duas. Mas proibição ou não isso nunca entrou em debate.

Todos os países que acolheram, assinaram o mesmo acordo e permitiram; todos os que vão sediar a Copa do Mundo, após a Copa de 2014 no Brasil também já assinaram, tanto a Rússia assinou quanto o Katar, que é um país com uma legislação muito restritiva e muito rigorosa porque proíbe a venda, a comercialização e o consumo de qualquer bebida alcoólica no país inteiro, não é como no Brasil. No Brasil, eu acho que, tirando estádio de futebol em qualquer ambiente, hoje onde haja uma atividade de lazer ou de esporte se permite a venda de bebida. Outro dia eu vi o presidente americano num jogo nos Estados Unidos ostentando na televisão um copo duplo de chope para o mundo inteiro acompanhar. E além do mais a bebida está presente principalmente na publicidade, na propaganda. Você vai ver um jogo, uma novela é o dia inteiro propaganda de bebida. E as pessoas acham que vão resolver essa questão durante um jogo da Copa do Mundo de 90 minutos. Sinceramente!

O Brasil assinou, o acordo está presente desde o acordo máster, que é o acordo maior, o acordo que encabeça todos os demais acordos assinados pelo Presidente Lula, pela Advocacia Geral da União, pelo Ministério do Esporte, pelo Ministério da Justiça, pelo governo todo. Como todos os países que se candidatam assinam também, não é uma coisa exclusiva do Brasil. Todos os que sediaram acordaram e cumpriram a mesma coisa. E todos os que vão sediar também já assinaram e cumprirão.

A preocupação com o que o consumo exagerado de bebida pode ter como consequência para a saúde e para a segurança não é o tema do acordo. Isso é um tema permanente, da sociedade, do Congresso, da Câmara, do Senado, do governo, do Ministério da Saúde, do Ministério da Justiça, da segurança pública. Isso não está em questão. A proibição ou a restrição, isso tudo é uma coisa permanente, como no caso da Fórmula 1 ou da Fórmula Indy. Nós trazemos a Fórmula 1 para o Brasil e permitimos que naquele local os motoristas possam dirigir a 300 Km/h ou a 280 Km/h, mas isso não significa que aquilo que é exclusivamente para aquela atividade será levado para todas as rodovias do Brasil, embora alguns tentem, com consequências graves e nocivas. Mas, mesmo com todo o número de mortes em acidentes, ninguém cogita retirar o automóvel de circulação, nem o avião, nem a bicicleta, com todas as tragédias que o uso indevido desses veículos tem propiciado.

Então, eu creio que essa questão da bebida é uma questão de contrato para um evento que tem duração e que o Brasil e todos os países assinaram. Isso porque o Brasil também poderia dizer a um Estado ou outro: "Não desejo, não assino."

Quanto ao que o Estado pode ou não fazer, a interpretação varia. Há quem diga que, suspendendo o artigo que proíbe na lei do torcedor... O acordo que o Brasil assinou foi em 2007. A proibição veio numa lei de 2009 ou 2010. Portanto, é posterior. Há quem interprete que a suspensão alcança os Estados e há quem interprete que não há nada que o governo federal possa fazer, porque a legislação nessa matéria é tanto prerrogativa do Estado, quanto da União, quanto do Município, como fumar, como o cigarro, como matérias correlatas. Se o Estado pode legislar concorrentemente com a União nessa matéria, não há o que a União possa fazer, a não ser fazer a sua parte. Há quem interprete no sentido de que, se a lei maior, a lei nacional suspende, a do Estado fica automaticamente suspensa. Então, isso é uma questão de interpretação.

Atraso nas obras. Fui mal compreendido quando disse certa vez que as coisas às vezes dão a impressão de atraso, mas que o Brasil sempre cumpre o seu calendário. Certo diplomata que visitou, nos anos 50 ou 60, uma escola de samba no Rio de Janeiro, disse que só veio compreender o que era o Brasil de fato quando viu o galpão da escola de samba e, depois, o desfile, com aquela pontualidade, com aquela precisão. Ele achava que aquilo não ia acontecer, mas o desfile aconteceu, como acontecem todos, com a maior precisão. Os atrasos são, do ponto de vista cronológico, desprezíveis. Não há um atraso significativo nem na obra do Beira Rio É possível recuperar, sem maiores transtornos, os pequenos atrasos em um ou outro estádio. Por essa razão é que eu digo que todos que não estão adiantados, como o de Fortaleza, estão dentro do cronograma. Nós não temos nenhum risco em relação à Copa do Mundo por causa do atraso de obras. Nós seguramente teremos a Copa do Mundo, como já temos eventos... Nós receberemos 600 mil turistas em todo o Brasil do exterior. Recife recebeu no último carnaval setecentos e tantos mil turistas; Salvador recebeu mais do que isso; o Rio de Janeiro recebeu mais do que isso, e o carnaval não deixou de ser realizado por causa disso. Tivemos problemas aqui e acolá de hospedagem – o sistema cai e o telefone não funciona –, mas tudo isso pode ser corrigido até 2014.

As licitações são diferentes mesmo, porque as obras são diferentes. Não se pode contratar a mesma empresa porque ela não tem especialização naquilo. É o caso, por exemplo, do estádio. Nem sempre a empresa que faz a obra de engenharia civil é a mesma empresa que faz a cobertura. Nós já tivemos casos, no Engenhão, para os jogos Pan-Americanos, de duas empresas diferentes: uma construiu, mas não participou da licitação para fazer a cobertura, porque é outro tipo de engenharia, é outra especialização. Então, muitas vezes, as licitações têm que obedecer, de fato, às especificações das empresas que participam: uma participa da obra de engenharia civil; a outra participa, por exemplo, no caso que citei, da cobertura que exige especialização, e nem sempre a mesma empresa tem. Às vezes, coincidentemente, tem, mas as licitações não são sempre para o conjunto da obra.

Já visitei os 12 estádios e visitei o de Brasília. Fiquei impressionado com a magnitude. Acho que essa obra tem sintonia com Brasília. Brasília não é um sonho pequeno. Brasília é uma ousadia muito grande do José Bonifácio, do Patriarca da Independência, que primeiro pensou Brasília, do Floriano Peixoto, que mandou a primeira missão do engenheiro Cruls, aqui onde está Brasília hoje, até o Juscelino, que a fez. E nós temos um estádio. O que é esse estádio perto de Brasília? Com todo o respeito pelo estádio, mas Brasília foi muito mais difícil e muito mais complexa. Realizar Brasília em quatro anos é que foi um grande desafio; fazer esse estádio, achar que vai ser elefante branco, aqui, no coração do Plano Piloto, de Brasília, carente de áreas que o estádio vai cobrir...

Sei que temos, na nossa herança genética, certo pessimismo e certa desconfiança que, algumas vezes, nos ajudaram. Camões nos fala do velhinho do Restelo, em *Os Lusíadas*. Quando as caravelas partiam, ele advertia, reclamava que não ia dar certo, que aquilo era uma aventura, que era um grande risco, que ia trazer muito sofrimento. Acho que essas advertências, às vezes, fazem bem. Mas também temos a mesma herança da ousadia, que foi a herança dos que fizeram o Brasil, dos que levaram o Brasil para o interior, dos que construíram Brasília.

Então, não vejo nada de mais em realizar essa Copa. O Brasil já fez coisas muito mais difíceis, muito mais improváveis. Vamos agora nos atrapalhar com uma Copa do Mundo? Pelo amor de Deus! Se tudo o que o Brasil fez de difícil, se todo o desafio brasileiro fosse fazer a Copa do Mundo, sinceramente. A Copa do Mundo é muito importante para o mundo e para o Brasil, mas não é a coisa mais difícil que já fizemos. Difícil foi fazer Fortaleza, Porto Alegre, Curitiba, construir o Paraná, Manaus. Agora vamos achar que é a Copa do Mundo? Não. Vamos fazer a Copa do Mundo. Respeitamos, queremos fazê-la bem, mas devemos dizer claramente que mais difíceis já fizemos, mais difícil foi o Acre. E está aí o Acre, do Senador Petecão e de toda a bancada. Preservar aquele espaço dos *castellanos*, Senadora, não foi fácil.

O Secretário-Geral da Fifa pronunciou aquela frase improvável, e respondemos, porque devíamos responder, mas não vamos transformar aquele episódio em uma indústria; não vamos alimentar aquilo, porque temos coisas muito mais importantes para cuidar e para fazer. Foi feito um pedido de desculpas verbal; outro, por escrito. O Presidente da Fifa telefonou para pedir desculpas, para dizer que não se repetiria, escreveu, pedindo desculpas, e pediu desculpas pessoalmente à Presidente da República. Então, creio que não devemos alimentar esse episódio, mas, sim, tratar de construir a Copa, de realizá-la, porque ela é muito importante para o Brasil, para o futebol, para o esporte e para o mundo.

Muito obrigado, Senadora, pelas suas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Vamos colocar as perguntas, agora, Ministro, num bloco de três: o primeiro interventor, depois da Senadora Ana Amélia, o Senador Cássio

Cunha Lima; em seguida, o Senador Inácio Arruda; e o Senador Paulo Bauer.

Com a palavra o Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Senador Roberto Requião, Presidente desta Comissão, Senador Paulo Bauer, Ministro Aldo Rebelo, Senadoras e Senadores aqui presentes, uma primeira palavra de saudação ao Ministro, pessoa por quem tenho apreço pessoal, indisfarçável admiração pública pela trajetória correta, brilhante, e de certeza, Ministro Aldo, de que, com a sua participação, o seu espírito público, a sua brasilidade, nós faremos a melhor Copa do Mundo de todos os tempos.

Aqui não se trata de um debate entre oposição e governo, mas sim de um sentimento de nacionalidade, e, de certa forma, a Nação brasileira só se integra e se une de forma efetiva em uma Copa do Mundo. E todos nós temos a obrigação de contribuir para que o nosso País – e não este Governo – tenha êxito nesse evento, que é, indiscutivelmente, o maior evento do globo terrestre.

Portanto, a nossa participação aqui no Congresso Nacional, no meu entendimento, deve ser no sentido de contribuir com a presteza e a agilidade necessária para que os acordos firmados no passado pelo Brasil – e este País parou diante da televisão, eu era um dos brasileiros que estava ligado na televisão, acompanhando o resultado da escolha da sede da Copa do Mundo... Nós Congressistas temos de ter responsabilidade e maturidade para entender que acordos pretéritos foram firmados e que nós temos a obrigação de contribuir com o cumprimento desses acordos.

Vejo como algo absolutamente desimportante a discussão sobre, por exemplo, a flexibilização da venda de bebidas nos estádios. Foi muito bem dito pelo próprio presidente da Fifa: a Copa é um evento da Fifa que será sediado no Brasil, como já foi sediado em vários outros países. E, para que o nosso País pudesse ser aceito como sede, é sempre bom lembrar, uma série de compromissos foram firmados, porque, do contrário, nós não teríamos sido escolhidos como país-sede.

Portanto, cabe ao Senado, cabe ao Congresso Nacional, dentro da premência de tempo que nós temos, contribuir para que tenhamos a melhor de todas as Copas do Mundo. E tenha certeza, Ministro, de que, naquilo que depender deste modesto Senador, que pouco pode fazer, estaremos ajudando nesse sentido.

Preocupa-me, por exemplo, a informação trazida pelo Senador Roberto Requião, Presidente desta Comissão, sobre a possibilidade, por força do Regimento – e compreendo bem a determinação regimental –, de se verificar a suspensão do trâmite do projeto da Lei Geral da Copa, aqui no Senado, enquanto não se realizar a audiência pública com a presença do presidente da Fifa, que esteve no Brasil não faz mais do que vinte dias. E não quero crer que possamos usar de instrumentos regimentais e que não se faça, se for preciso, a audiência pública, Sr. Presidente Requião, para retardar a aprovação dessa legislação, que já está na hora de ser aprovada, pelo calendário. Fala-se muito de cronograma físico das obras dos estádios, e o Congresso, às vezes, deixa de olhar para o seu próprio cronograma de trâmite das suas próprias matérias, das suas próprias responsabilidades.

Então, a minha palavra aqui pode destoar e pode surpreender, mas, antes de Senador da República, sou brasileiro, sou um apaixonado por futebol, e a menção, a citação a Nelson Rodrigues, dentro da sua intelectualidade, da sua cultura, é perfeita. Dessa forma, a minha participação, em primeiro lugar, é nesse sentido. Mas duas ou três perguntas precisam ser formuladas, Ministro, para ter a sua resposta.

Primeiro, um esclarecimento sobre as informações contraditórias sobre o custo final dessa Copa. É importante que o povo brasileiro conheça os investimentos públicos e também privados que serão realizados. A Associação Brasileira de Infraestrutura e Estrutura de Base estimou que os gastos totais da Copa de 2014, naturalmente, ficarão em torno de R$117 bilhões, enquanto que representantes do Governo em diversas declarações apontam para um número infinitamente inferior de R$27 bilhões. A pergunta é: quem está certo nessas afirmações? O Ministério já tem em números o valor da Copa no Brasil? Nós já temos um número fechado dos investimentos que serão realizados? Esse seria o primeiro questionamento.

Outro tema que merece ser abordado diz respeito novamente aos problemas vinculados aos aeroportos que, de fato, registram dificuldades em sua operação. E creio que no ritmo em que as coisas andam, a solução para as autoridades brasileiras será transferir os vôos domésticos para os aeroportos mais próximos e deixar os grandes aeroportos desafogados para atender os turistas e aqueles que estão diretamente envolvidos com a Copa do Mundo, que não me parece ser a solução ideal. Mas, diante do cronograma das obras em realização, o Governo retardou na adoção das providências para as concessões, privatizações, qualquer que seja a denominação que tenha, e podemos ter um atraso maior nessas realizações.

Então, basicamente seriam esses dois questionamentos apenas para reafirmar a disposição que tenho de contribuir e deixar dito, Presidente Requião, a preocupação que tenho em relação ao retardamento do trâmite do projeto da Lei Geral da Copa com a indefinição da presença do Presidente da FIFA na audi-

ência pública conjunta formulada por esta e por outras comissões do Senado da República.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Ministro Aldo Rebelo, primeiro quero agradecer à nossa Senadora Ana Amélia que permitiu que a nossa Comissão pudesse, com o seu requerimento, ter a audiência com V. Exª, para que a gente pudesse ter esse conhecimento mais amplo das responsabilidades brasileiras frente ao evento que iremos sediar.

Estou de acordo que deveríamos dar celeridade. Temos discutido muito a questão da realização da Copa no Brasil, da legislação, do acordo que praticamos, e que temos que honrar. Se fomos lá e pedimos que a Copa fosse realizada no Brasil, dissemos que concordávamos em fazer as alterações para que a Copa fosse aqui, acho que deveríamos dar o máximo de celeridade para que esse acordo pudesse ser cumprido do ponto de vista da legislação brasileira.

Claro que tivemos as nossas audiências, os debates na Câmara, os que aqui acompanhamos também, mas o Senado da República tem todo o direito de esmiuçar, se assim desejar, cada artigo, cada parágrafo, cada inciso da legislação para que a gente possa ter o melhor instrumento legal.

Eu queria citar, Sr. Presidente, um caso específico para poder ser usado no conjunto. Aldo, V. Exª já esteve ali em Fortaleza mais de uma vez e sabe disso, acompanhando com o Governador, com o Município de Fortaleza, com a Prefeitura. Temos o estádio de futebol. É um novo estádio de futebol, com essa multiplicidade de uso. Mas além do estádio de futebol temos a duplicação do aeroporto.

E aqui talvez a gente tenha que fazer um reparo sobre a questão do transporte aéreo brasileiro. Temos duas ou três grandes empresas e mais duas outras empresas que surgiram recentemente que disputam, digamos assim, o mercado de aviação no Brasil. O mercado de aviação regional praticamente não existe no Brasil. Esse é um grande problema nosso, não é um problema da Copa do Mundo. É um problema nosso, no Brasil, e vai continuar, essa concentração enorme nas mãos de duas ou três empresas que levam uma passagem de Brasília–Fortaleza custar R$3 mil de ida, o que é uma coisa absolutamente louca, enquanto uma passagem de Brasília para Lisboa custa R$900,00. É uma coisa que não está batendo. As empresas dizem que estão em grande dificuldade no Brasil. É um problema que temos que resolver. Talvez se tivéssemos mais empresas regionais, elas estariam mais sadias, estariam melhores.

Então, temos o aeroporto, o porto, que vai ter, agora, um terminal de passageiros, uma ampliação com o programa de mobilidade urbana, que foi destinado praticamente para as cidades, incluiu 24 cidades, e todas as 12 da Copa do Mundo. Já tínhamos um programa da Copa, um programa específico de mobilidade urbana para a Copa do Mundo; depois, tivemos o programa de mobilidade com a Presidenta Dilma; e, agora, está para ser anunciada mais uma etapa do programa de mobilidade urbana de investimentos públicos nas cidades brasileiras.

Vejo sempre esses investimentos como uma necessidade do País que casa com esse sentimento de que você tem, ao mesmo tempo, a Copa do Mundo e a ampliação de um projeto de desenvolvimento do País com os programas de mobilidade urbana.

O investimento será no transporte público, nas vias públicas – transporte rodoviário, ferroviário, aeroviário e aquaviário –, no Brasil inteiro, praticamente só não vamos ter resposta para esse tipo de transporte em duas ou três cidades que ficam fora do litoral. Praticamente, em todas que estão em grandes rios e nos litorais, vamos ter um grande programa de transporte aquaviário. Isso envolve um investimento que considero extraordinário para o desenvolvimento do País, muito importante, e foi muito bom ter aproveitado a Copa.

Quando se começou a discutir a Copa, a ideia era realizá-la em seis cidades. O Nordeste o Centro-Oeste e o Norte ficariam fora. Acho que, depois de uma peleja com a própria Fifa, chegou-se a 12 cidades, e as 12 estão recebendo investimentos. Se tivéssemos 117 milhões de investimento, seria bom. Acho que não deve ser tudo isso, mas, se tivéssemos, seria positivo, porque, com o que está em curso, temos 300 mil empregos, porém, se dobrássemos esse investimento, poderíamos também ter uma ampliação do mercado de trabalho brasileiro. Em Fortaleza, estamos tendo uma greve dos trabalhadores que estão no estádio. Por quê? Porque temos muita obra, muitos investimentos sendo feitos, sendo realizados. Acho que isso está dando uma grande oportunidade para que os trabalhadores também reivindiquem melhorias salariais.

A Copa do Mundo é um evento. Estamos, digamos assim, talvez engasgados com um pequeno mosquito, mas vejo a Copa como uma grande oportunidade do Brasil, se a transformarmos em um instrumento para levar o desenvolvimento para 12 grandes cidades brasileiras, com repercussão nas diversas regiões metropolitanas. O senhor citou o caso de Recife. A Copa do Mundo de Recife é em São Lourenço da Mata. Então, puxa vida! Você ampliou o leque e o espaço de de-

senvolvimento para o Estado de Pernambuco. Mesmo sendo em Fortaleza a Copa do Mundo, a repercussão é para toda região metropolitana. Comprometemo-nos com um hospital público de emergência, que vai ser construído na região metropolitana para atender a episódios que possam ocorrer na Copa do Mundo. Ele vai ser mais um legado da Copa. Então, você tem repercussão na área da mobilidade, na área da saúde, enfim, em quase todas as áreas econômica e social das grandes cidades brasileiras.

Tenho assistido ao debate sobre a Copa do Mundo e vejo que, muitas vezes, nos concentramos no aspecto de como dar repercussão aos fatos negativos da Copa do Mundo, como reforçar os fatos negativos, quando assistimos a fatos positivos tão importantes como esse legado extraordinário da Copa do Mundo. Só na área da mobilidade urbana, já é um feito extraordinário para o Brasil. E acho que podemos tirar ainda mais proveito com a Copa do Mundo e quero já propor que uma parte dos eventos dos Jogos Olímpicos náuticos seja realizado de forma distribuída. Em Fortaleza, temos uma área muito ventilada, temos muito vento naquela região e podemos receber ali vários esportes a vela, que podem ser disputados fora do Rio de Janeiro. Claro que o Rio de Janeiro gostaria de concentrar tudo, mas acho que podemos distribuir nas Olimpíadas alguns esportes. Já nos colocamos à disposição, em Fortaleza, para receber algumas atividades olímpicas.

Eram essas as observações, Sr. Presidente, que queria fazer depois de frisar e sublinhar o próprio discurso do nosso Ministro, mostrando esse legado extraordinário. Vejo como algo muito positivo para o Brasil a realização da Copa do Mundo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Passo a palavra ao Senador Paulo Bauer, que vai complementar as indagações dos Senadores Cássio Cunha Lima e Inácio Arruda.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Não teria essa pretensão, Sr. Presidente.

Agradeço a V. Exª pela concessão da palavra e, saudando o nosso Ministro Aldo Rebelo, por quem tenho profunda admiração, eu me considero seu amigo desde os tempos em que juntos convivemos na Câmara dos Deputados, Casa que ele presidiu enquanto lá estive como Deputado. Quero dizer que, ouvindo as suas palavras, lendo o que diariamente é publicado na imprensa e conhecendo o espírito do povo brasileiro, tenho que lhe manifestar uma preocupação e, ao mesmo tempo, dar-lhe uma sugestão.

Lembro-me de que, no ano de 1993, se não me falha a memória, o Papa João Paulo II visitou o Brasil, visitou Santa Catarina. O Governador era Vilson Kleinübing, de saudosa memória, ex-governador, ex-senador da República. Eu era membro do seu Colegiado e me lembro de que foram dezenas de reuniões por conta de dezenas e centenas de expectativas e indagações feitas por todos os líderes comunitários e principalmente pela imprensa, que se realizaram para organizar a vinda do Papa. Posso lhe dizer que quando o Papa chegou foi uma frustração. Não a vinda dele, não o que ele realizou, não o que naquele momento era esperado, aguardado, a beatificação de Madre Paulina, mas tanto se falou dos problemas e das dificuldades que íamos vivenciar, teve até quem dissesse que a Ilha, a capital de Santa Catarina, ia afundar de tanta gente que teria lá, e não teve gente, não vimos aquela multidão. As obras feitas, de infraestrutura, inclusive fechando córregos, cobrindo córregos, tudo foi providenciado. Centenas de policiais, pontes fechadas, aeroportos com tráfego limitado, etc., o que fez com que muita gente se afastasse do evento, deixasse de ir por receio.

Não sou tão apaixonado pelo futebol quanto o meu querido amigo Cássio Cunha Lima, mas posso lhe dizer que o futebol é uma paixão nacional. Tenho ouvido, Sr. Ministro, muita gente se perguntar se vai conseguir ver, se vai conseguir estar lá, se poderá chegar lá. Tantos problemas são colocados, tantas dificuldades são apresentadas, e me permita dizer que não vejo o Governo e o Ministério terem a postura e a condição, hoje, de convencer a sociedade no sentido de que vamos ter problemas, mas que eles não serão tão graves assim. Acho que o problema de comunicação, na verdade, está prejudicando o sucesso desse evento. Tomara que não, espero estar enganado, sinceramente! Mas, todo dia notícias negativas, todo dia mais preocupação do que notícia positiva, do que solução. Vamos ver, ao final de tudo, que a Copa vai ser um *show*, e é capaz de não termos tanta gente lotando tantos aviões, tanta gente visitando o Brasil, porque, ao contrário do que muitos pensam, quando se dá uma notícia sobre problema, ela se dá internamente e repercute lá fora. Deixaremos de ter turistas, deixaremos de ter frequentadores, deixaremos de ter muitas coisas por conta desse excesso de preocupação, ou melhor, de precaução.

Então, Ministro, permita-me dizer que V. Exª tem uma difícil missão pela frente, convencer a todos que este grande país, com essas grandes obras, com esse grande povo, com esses grandes problemas, não deixará de fazer uma grande Copa, com certeza. Ainda teremos muito pela frente e vamos ajudar naquilo que for possível, evidentemente. Eu até me sinto muito à vontade em dizê-lo porque Santa Catarina, infelizmente, não é sede dessa Copa, mas V. Exª falou aqui que os eventos que vão se realizar em Curitiba, em Por-

to Alegre poderão se utilizar do meu Estado. Isso me agradou muito e ouvi com atenção. Quero dizer que cidades como Joinvile, como Florianópolis, como Criciúma têm condições de serem cidades de apoio aos que estiverem participando dos eventos, as seleções, seja em Curitiba, seja em Porto Alegre.

Por isso, lhe faço uma pergunta, agora sim uma pergunta: o Ministério está prevendo algum tipo de apoio e auxílio, e de que forma, para esses Municípios que estarão servindo de apoio para as equipes que virão para as cidades-sedes da Copa?

Segundo, eu perguntaria ao senhor, já que estamos discutindo a Lei Geral da Copa e fala-se muito dessa questão do álcool, e ouvi com atenção sua exposição sobre a questão de noventa minutos não serem tempo suficiente para alcoolizar o Brasil, eu lhe pergunto: qual a sua opinião sobre a decisão do Superior Tribunal Justiça sobre a Lei Seca, que obviamente interfere e tem que ser lembrada na hora em que nós formos votar essa matéria aqui no Senado?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Ministro, antes de sua resposta, um testemunho: Curitiba recebeu também o Papa, o João Paulo. A cidade não tinha o número de habitantes que tem hoje, mas a sua população foi mais que duplicada, e também não tinha equipamento de hospedagem, hotéis, e tudo mais, não ouvi falar em um único problema que tenha ocorrido em função da visita do Papa.

Acho que estamos superdimensionando esse problema. E até para complementar o Senador Paulo Bauer, estamos esquecendo a crise da Europa. Não vamos ter essa abundância, talvez excedendo o esperado de europeus na Copa do Mundo no Brasil.

Os três próximos interlocutores depois da resposta do Ministro serão os Senadores Cyro Miranda, Eduardo Suplicy e a Senadora Lídice da Mata, o Senador Pedro Taques e o Senador Benedito de Lira.

Com a palavra o Ministro.

O SR. ALDO REBELO – Sr. Presidente, Srs. Senador Cássio da Cunha Lima, V. Exª sabe também do apreço pessoal, do carinho e da estima que tenho por V. Exª e pelo nosso grande Governador e poeta, nosso Governador Ronaldo da Cunha Lima. Então, muito obrigado pelas palavras de V. Exª.

E digo que a Paraíba também nós temos não só planos para as Olimpíadas, mas também se possível para a própria Copa, porque teremos uma sede em Recife, que está muito próximo de João Pessoa, e outra sede em Natal.

E creio que, pela paixão que o povo paraibano devota ao futebol, particularmente a sua Campina Grande, com o grande clássico mundial Campinense 13. Há uns três meses, estava em Maceió e fui Campinense e CRB pela série C do ano passado, e apreciei um grande lateral direito chamado Gilberto Matuto, que jogava no Campinense, não sei se é o seu time lá na Paraíba.

Senador, os custos da Copa variam de acordo com as estimativas e com o que você inclui no cálculo. É como alguém que vai se casar. O casamento custou tanto, se for apenas a festa de bodas, o vestido da noiva e o terno do noivo, é um custo, se inclui a casa, os utensílios de que a casa precisa, você tem a conta maior do casamento. Se for apenas as núpcias, o custo é menor.

A Copa tem um estádio, que é o equipamento essencial para a Copa. É o que está sendo de fato construído para a Copa do Mundo. São estádios privados, em muitos casos, e públicos, em outros, alguns com algum financiamento do BNDES. Em Brasília, não há esse financiamento. O Governo do Distrito Federal não pediu, não solicitou. Outros não requisitaram o que o Governo Federal disponibilizou. Foram R$400 milhões. Acho que o Inter pediu muito menos do que isso. O Atlético Paranaense também pediu muito menos. As garantias são as requeridas para qualquer empresa. Não há nenhum risco por parte do BNDES. Na carteira de empréstimo do BNDES, há uma cifra quase insignificante. Todos os empréstimos do BNDES relacionados com estádios para a Copa do Mundo têm uma soma menor do que um único empréstimo para uma empresa de telefonia – acho que para a OI. A OI vai receber quatro bilhões. O conjunto dos empréstimos não alcança esses quatro bilhões. Então, não é coisa significativa, dada a carteira de crédito do BNDES.

As obras para a Copa já estavam previstas antes da Copa. As obras de mobilidade urbana não são obras para a Copa. São obras que ajudarão a Copa, mas, nas capitais, todas já eram necessárias para o transporte – as obras aeroportuárias, a ampliação da capacidade dos aeroportos de Cuiabá, Curitiba ou Fortaleza. O de Recife, não, porque foi ampliado recentemente. Todas essas obras já estavam previstas por conta do crescimento do País, do desenvolvimento do País, da ampliação da demanda por transporte aéreo, que superou as expectativas do próprio setor privado e do setor público, porque a classe média "c" passou a andar de avião. Antigamente, o garçom de Campos Sales que ia de São Paulo para visitar a sua terra, ia de ônibus, pela Itapemirim, pela São Geraldo; hoje, ele vai de avião. Aumentou, de fato, a demanda. Então, não é uma coisa para a Copa do Mundo, mas para o País e para as cidades sedes da Copa.

Se calcularmos o investimento naquilo que são as obras incluídas para a Copa, teremos em torno de 27 a 30 bilhões. Se incluirmos como sendo da Copa todo

o plano de investimento de infraestrutura e de logística que já estava previsto para o País, simplesmente porque pode ajudar ou facilitar a Copa, pode-se chegar a 100, 200 ou 300, mas nada é especificamente para a Copa. O investimento em telefonia se deve ao fato de o Brasil precisar de uma banda larga correspondente ao desenvolvimento do País. Não podemos aceitar que o serviço de telefonia em Brasília, capital do Brasil, e em São Paulo, que é a metrópole do desenvolvimento, a porta de entrada e de saída do País, seja problemático. Não se consegue falar três minutos no telefone. O telefone cai. É preciso modificar isso, e não para a Copa do Mundo, mas para o Brasil.

Com relação à observação feita pelo Senador Paulo Bauer e pelo Presidente Requião, ela equivale a quê? Fico imaginando que é uma espécie de permuta entre o passageiro que voa por causa da Copa e o que deixa de voar por causa da Copa. Vai voar por causa da Copa aquele que naturalmente tem um destino. Sai de São Paulo para assistir a um jogo em Fortaleza; sai do Maranhão para assistir um jogo em Fortaleza; sai de Alagoas para ver um jogo em Recife. Aquele que não vai ver o jogo, a minha impressão – e, é claro, é um empirismo mais vulgar que pode existir –, fica em casa. Como ele não vai ver num estádio, ele vai ver em casa. Então, eu acho que vai reduzir muito a busca de voos durante o período da Copa por aqueles que querem ver o jogo pela televisão. Penso que os compromissos, as viagens de turismo, de negócio serão adiados durante a Copa. Esses passageiros que adiarão suas viagens, seus compromissos durante a Copa, segundo a minha impressão, cederão lugar àqueles que vão assistir aos jogos da Copa, tanto os estrangeiros quanto os nacionais. Eu creio que é isso que explica esse fenômeno de Florianópolis: esperar tanta gente e ter ido, na verdade, pouca gente. Então, muita gente que não ia ver o Papa não saiu de casa. Só saiu de casa aquele que, de fato, ia ver o Papa. E o resultado geral é um equilíbrio natural, que algum cientista encontrará um nome para batizar.

Aeroportos. Os benefícios, como disse, aqui, o Senador Inácio Arruda, espalham-se pelos Estados. No Cariri, o que está sendo construído? O metrô, o VLT. Construídos no Crato/Barbalha, no Crajubar.

O apoio, Senador Paulo Bauer, que o Ministério oferece, qual é? Primeiro, o de fazer um acompanhamento, porque há uma série de encargos que as seleções que virão ao Brasil na Copa do Mundo exigem. Um encargo padrão: de hotelaria, de segurança, de saúde, de campo de futebol. E nós orientamos as cidades que se inscreveram para acolher essas seleções a cumprir e a ajudar naquilo que estiver ao alcance do Governo Federal, porque nós temos interesse em que as seleções não fiquem somente nas capitais-sede, mas que se dirijam também a outros Estados que não serão sede da Copa do Mundo. E o Governo Federal ajuda na melhoria, na reforma ou na construção dos equipamentos necessários, desde que haja um custo compatível com aquilo que o Governo Federal pode ajudar. Mas temos tratado de forma isonômica e equilibrada todos os Estados, para que todos tenham condições de recepcionar uma seleção.

Eu não vou, aqui, emitir minha opinião sobre a Lei Seca. Ela já Jtraz, de fato, benefícios comprovados. A decisão foi do STJ. Ouvi a explicação do Ministro. Ele disse que apenas interpretou a legislação existente, tanto é que a Câmara, agora, já está tratando de reformular, de adaptar a legislação.

Eu sempre confio, com todo o respeito ao Poder Executivo, com todo respeito ao Poder Judiciário, mas o Poder que pondera mais as coisas, que analisa, que mergulha com mais prudência, que decide com mais temperança é sempre o Poder Legislativo, porque legislar sobre hábitos, sobre costumes não é uma coisa simples. Mas acho que o Congresso já trata desse assunto.

Bem, eram esses os comentários que eu gostaria de fazer, mais uma vez agradecendo as palavras do Senador Cássio Cunha Lima, do Senador Inácio Arruda e do Senador Paulo Bauer.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Vamos para outro bloco: Senador Cyro Miranda, Senador Eduardo Suplicy e Senadora Lídice da Mata. São os três.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente, pela deferência especial com a minha pessoa.

Estimado Ministro Aldo Rebelo, Srªs e Srs. Senadores, eu quero dizer da minha admiração já há muito tempo e que o conhecia através de um xará, que é muito meu amigo, do meu Estado de Goiás, o Aldo Arantes. E a minha admiração é maior ainda pelo trabalho que o senhor fez no Código Florestal. O senhor foi a pessoa que, no Código Florestal, conheceu palmo a palmo este Brasil. Portanto, a opinião e a relatoria de V. Exª é de grande peso.

Ministro, não vou fazer perguntas sobre a Lei Seca ou o álcool. Eu só vou emitir a minha opinião. Eu acho que isso vai deixar os brasileiros um pouco sem entender o que o Brasil quer. Uma hora, a Lei Seca em que estamos investindo para diminuir a criminalidade. A Lei Seca diminuiu bastante a violência nos Estados, haja vista que, ainda havendo a Lei Seca nos estádios, um embate da Mancha Verde – e o senhor é fanático – contra a Gaviões da Fiel, culminou na morte de um palmeirense. Agora, nós temos muito medo porque, no

estado emocional que o futebol causa às pessoas, a bebida vai ter uma influência. Nós também temos que pensar que vêm de fora do nosso País os irlandeses, conhecidos também como violentos nos estádios. Então, a bebida é um detonador. E como o Brasil tomou uma posição perante os estádios, ela fica ambígua nesse momento. Ela deixa o cidadão meio assim: de segunda a sexta, eu não posso matar, mas, sábado e domingo, eu posso. Quer dizer, vão se tirar as *blitze* dos estádios. É nesse sentido. Eu nem estou olhando o sentido comercial. Nós estamos desenvolvendo, neste momento, uma campanha muito forte da Lei Seca e, ao mesmo tempo, nós estamos cedendo. Eu sei que é complicado, nós aceitamos algumas...

A nossa preocupação sempre é que o Brasil faça a melhor Copa do Mundo. Então, nós estamos preocupados com os detalhes, para que essas coisas corram da melhor maneira e a gente seja reconhecido pela imprensa nacional como um país extremamente organizado.

Deixo agora como pergunta. No texto aprovado em plenário, na noite de quarta-feira, em relação aos deficientes, houve uma mudança. A forma como foi redigido deixa a questão em aberto, pois afirma que a Fifa e os entes federados poderão celebrar acordos para viabilizar o acesso à venda para esse público, reservado apenas 1% dos bilhetes para os deficientes.

Na emenda, não se falava "não poderão celebrar", e sim "celebrarão". Quer dizer, há uma discriminação nisso. Esse é um ponto que esta Casa vai poder dar uma reanalisada. Passo também para a sua análise.

Depois, como último aqui, no capítulo IX da Lei Geral da Copa, art. 37, foi concedido aos jogadores titulares e reservas da seleção brasileira campeã da Copa mundial masculina, a Fifa dos anos 58, 62 e 70, uma gratificação de R$100 mil e mais uma aposentadoria de R$3,9 mil. Eu acho que de 58 a 70 porque foram os jogadores, na sua média, que menos ganharam. Alguns se destacaram e, nas outras Copas, os jogadores tiveram uma valoração maior. Acredito que seja isso. Mas pergunto: por que isso tem que sair do Erário? Nós temos uma Fifa, uma confederação nossa, a Confederação Brasileira de Futebol, que tem um caixa para suportar e é ela que tem os rendimentos muito maiores nessas Copas. Mas isso, no entanto, veio para o Erário. Essa é uma questão sobre a qual eu deixo uma interrogação. Inclusive isentando os R$100 mil do imposto de renda também, muito combatido.

Então, isso é apenas para que o senhor pudesse me dar mais subsídios. No mais, gostaria de parabenizá-lo pela maneira que o senhor mostrou para nós as preocupações da sua Pasta e como a está conduzindo, com seriedade. E nós estamos aqui para aperfeiçoar e deixar realmente o Brasil com a imagem da melhor Copa que já houve nos últimos tempos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra o Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Presidente Roberto Requião, caro Ministro Aldo Rebelo, considerei as suas palavras muito significativas sobre a história do futebol, da paixão que ele exerce sobre o povo brasileiro e como o futebol é também um dos instrumentos que mais aproximam os povos.

V. Exª também mencionou que a Fifa hoje, mais depressa que a ONU, reconhece a Palestina e Israel, por exemplo. Eu tenho a convicção, por haver testemunhado, por exemplo, o jogo de futebol entre Brasil e Haiti, em agosto de 2004, de como o futebol pode ser um fenômeno de aproximação dos povos, inclusive para a construção da paz – algo que foi bem percebido pelo Presidente Nelson Mandela quando trouxe a Copa do Mundo para a África do Sul e como está tão bem estampado no bonito filme em que ele mostra como o beisebol pôde trazer depressa brancos e negros a se compreenderem melhor. Tenho a certeza de que o futebol pode colaborar e muito, inclusive para a superação de dificuldades, como entre Israel e a Palestina, possivelmente entre as Coreias do Sul e a do Norte. Eu já propus, e havia falado com o presidente da Confederação Brasileira de Futebol quando eu estive na Coreia do Sul que, como os coreanos são admiradores do futebol brasileiro, e lá presenciaram na Copa do Mundo do Japão e da Coreia o nosso time, que, quem sabe pudesse o Brasil um dia fazer um jogo com as seleções mistas das Coreias do Norte e do Sul, um na capital da Coreia do Sul, outro na do Norte. Assim como também, certo dia o Presidente Lula... Eu queria relembrar a V. Exª como Ministro do Esporte, que será interessante que o Brasil possa, um dia, realizar jogos com as seleções mistas da Palestina e de Israel, onde eles resolverem jogar seja na Palestina ou em Israel, quem sabe até duas partidas, ou até mesmo em Londres como foi aventado, mas que possa V. Exª inclusive levar isso em conta como um objetivo.

Ainda ontem conversava com o Pelé na cerimônia dos 100 anos do Santos, quando foi divulgado o livro dos 100 anos do Santos Futebol Clube, porque nós, ali, na entrevista coletiva e publicamente, conversávamos sobre o que está muito preocupando todos os que amam o futebol no Brasil, inclusive tendo em conta os torcedores do Palmeiras e do Corinthians – Palmeiras é o seu time, eu sei –, mas eu acho que será muito importante, inclusive V. Exª como Ministro dos Esportes. O Pelé disse ontem na entrevista, que ele, quando Ministro dos Esportes, muito se preocupou com

a violência que por vezes estava ocorrendo nos estádios. Eu acho que tudo o que puder ser feito, é o que eu observei nesse estatuto que nós vamos apreciar e votar, que há preocupações dessa natureza. Inclusive há preocupações de que a Copa do Mundo poderá ser utilizada para que haja um apelo para não utilização das drogas, da violência, das guerras, e isso é muito positivo, mas eu sinto a necessidade de uma ação ainda mais concreta da parte dos responsáveis pelo futebol, pela CBF, pelos Clubes. Acho que o Ministério do Esporte e todos nós, se pudermos até fazermos encontros com as torcidas organizadas e fazer apelos preventivos, porque, afinal, todos nós gostamos tanto do futebol, é a nossa paixão. Eu, por exemplo, gosto de ir ao futebol com os meus filhos, com os meus netos, crianças pequenas, mas, obviamente, se eles, de repente estiveram envolvidos em situações de brigas, como ocorrido há duas semanas, que levou até a morte de torcedores, isso inclusive vai inibir a presença. Então, que possa haver como que um preparo para a Copa de 2014 no sentido de persuadirmos a todas as torcidas, para bem receberemos até as seleções que são tão nossas rivais, como a do Uruguai, da Argentina, a da Espanha – ainda mais com o Barcelona tendo derrotado o Santos e tal –, mas vamos bem receber, no espírito do que pode ser o esporte, a confraternização, e no espírito daquilo que o Presidente Mandela tão bem colocou: como é que o esporte pode aproximar as pessoas, por maiores que sejam as suas diferenças. Eu acho que há aí um potencial fantástico.

Era essa a reflexão que eu queria deixar para V. Exª.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra a Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero pedir desculpas a V. Exª e ao Ministro também porque tive que sair rapidamente e comparecer à Comissão de Assuntos Econômicos para votar um projeto de empréstimo para a Bahia. Por isso, tive que me ausentar por algum tempo. De forma que vou formular uma pergunta que não sei se já foi feita.

Considero, Presidente, inclusive como membro que fui da Comissão de Desporto da Câmara, integrante da Subcomissão da Copa e Olimpíadas daqui do Senado Federal, que é um evento extremamente importante para o Brasil a Copa do Mundo. Eu não sou pessimista em relação a esse evento.

Eu gostaria de saber se o Ministério do Esporte, se V. Exª está acompanhando o prazo das obras, para que elas não signifiquem atrasos importantes que acabem por viabilizar aumento de orçamento que não consideramos que seja o melhor para as finanças do País. Por isso, gostaria de saber de V. Exª de que maneira vem se dando esse acompanhamento do cronograma de obras dos estádios e das outras obras para o Brasil pelo Ministério do Esporte.

Outra coisa que quero ressaltar é que achei muito positivo que a lei terminasse aprovando três importantes campanhas: a campanha que já foi destacada aqui pelo Senador Suplicy, contra as drogas, pela paz, contra a violência, sem racismo, que é algo extremamente importante, inclusive nesse momento; a segunda, pelo trabalho decente, outro aspecto muito salutar, que pode ressalvado durante o período da Copa do Mundo; e, finalmente, a divulgação dos pontos turísticos do Brasil. Eu gostaria de saber, portanto, se o Ministério do Esporte, em comum acordo com o Ministério do Turismo e, enfim, com o Governo, não deveria iniciar e antecipar essas campanhas, que considero todas muito importantes e que poderiam ser iniciadas já, antecipando a Copa da Mundo e criando um clima extremamente favorável para que o evento da Copa do Mundo pudesse ser acompanhado de ações e de valores tão fundamentais nesse momento para o Brasil. Além do que a campanha dos pontos turísticos do Brasil fazem parte ou devem fazer parte justamente de um dos legados mais importantes da Copa, que é transformar o nosso País num país visitado por outros povos, já que, há muito, nós não conseguimos passar do limite dos 5 milhões de visitantes estrangeiros no Brasil. A Copa do Mundo é vista pelos segmentos que tratam do turismo no Brasil como o evento mais importante, para que posamos dar um salto de qualidade naquilo que foi a atração do turista internacional até o momento em nosso País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra o Ministro. No próximo bloco, Senador Benedito de Lira, Pedro Taques e Cristovam Buarque.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em seguida, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – E o Petecão, o senhor esqueceu, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O Petecão é em seguida também. Está na ordem de inscrição.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, será que não poderíamos, sem ser nesse bloco, porque o senhor já passou a palavra

para o Ministro, mas, no próximo bloco, em vez de fazermos três, fazermos todos?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Vamos tentar, desde que todos não exagerem no tempo, porque o Ministro acaba perdido aqui com o número de perguntas feitas.

Ministro, com a palavra.

O SR. ALDO REBELO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senador Cyro Miranda, a questão da associação entre usos e costumes, não só da bebida, mas de outros hábitos da vida moderna, a violência e os riscos para a saúde já estão comprovados. Daí que o Poder Público, tanto o Poder Executivo quanto o Poder Legislativo e o Judiciário, adotem, cada uma na esfera de suas atribuições, medidas para disciplinar, restringir, sem correr o risco de produzir ou permitir a mesma violência quando a proibição é absoluta e total.

Há uma experiência conhecida e divulgada, inclusive na arte e no cinema, que foi a Lei Seca nos Estados Unidos. O Estado norte-americano cogitou de proibir absolutamente o comércio, a venda, a Lei Seca. E a Lei Seca foi um instrumento utilizado para a organização de máfias, ou da máfia – ela foi estruturada ali com a Lei Seca –, do crime organizado e das formas de violência mais abjetas e mais indesejáveis. Então, é preciso buscar o equilíbrio para não produzir a violência que é, muitas vezes, a forma da proibição absoluta, sem compreender que certos hábitos estão ligados não apenas ao vício, mas a culturas e assim por diante.

No caso mesmo das torcidas organizadas, esse conflito a que o senhor se refere – e eu tenho boas relações com essas torcidas organizadas, tanto com a Gaviões da Fiel quanto com a Mancha Verde –, essa violência aconteceu muito antes do jogo; o jogo era à tarde e ela aconteceu de manhã, muito distante do estádio. Provavelmente, as pessoas que participaram desse conflito não beberam nada porque se prepararam mesmo para uma guerra, para esse embate.

O Ministério tem, de fato, se preocupado com isso. Há um diretor, que é um promotor público de São Paulo, o Dr. Paulo Castilho, que cuida exatamente dos direitos do torcedor. A busca do equilíbrio entre o combate e a violência, mas também não proscrever, ou seja, não banir essas torcidas, porque isso também pode não resolver. Muitos procuram essa solução imediata, esse atalho. Proíbe-se tudo, põe todo mundo na cadeia e tudo se resolve. Às vezes, a solução não é tão simples quanto parece. Mas, de fato, o Ministério está preocupado com essa questão e, brevemente, o Dr. Paulo Castilho, que é o diretor do Ministério ligado aos direitos do torcedor promoverá um encontro para dar prosseguimento ao tratamento deste assunto, que reúne, ao mesmo tempo, o respeito, a tolerância e o combate à violência, que nós não podemos, evidentemente, conceber.

Os direitos constam do projeto aprovado na Câmara, e nós sempre, quando legislamos, nos deparamos com as duas formas verbais: deverão ou poderão, deverá ou poderá. Então, eu não vou aqui naturalmente oferecer uma solução porque a Câmara e o Senado têm como encontrar aquela que seja a mais adequada.

O benefício aos jogadores é um benefício já encaminhado anteriormente ao Congresso, é restrito aos que vivem em dificuldades financeiras, não é generalizado para todos eles. É claro que a CBF já poderia, há muito tempo, ter feito isso, mas não fez. O Poder Público, a meu ver, tem o dever de amparar essas pessoas pelo serviço que elas prestaram ao País: tornar o Brasil querido, respeitado, conhecido, quando jogaram essas Copas do Mundo. Eu acho que isso gera algum tipo de obrigação para proteger essas pessoas porque também o abandono desses ídolos é um depoimento que pesa contra a própria sociedade brasileira. Ou seja, tantos serviços prestaram ao País e à sociedade e depois são abandonados sem qualquer tipo de amparo, sem qualquer tipo de apoio.

Bem, não há, Senadora Lídice, na Administração Federal, nada que tenha acompanhamento mais rigoroso do que as obras Copa do Mundo. É o único conjunto de obras que tem um portal específico de acompanhamento e de controle.

Eu visitei o Estádio do Maracanã, e o Vice-Governador, que me acompanhava, disse que há, permanentemente, dentro do Maracanã, 13 órgãos de controle acompanhando cada tijolo que se coloca dentro do Maracanã. Treze órgãos de controle. E ele citou todos eles. O acompanhamento é diuturno – dia e noite – das obras, não apenas as do Maracanã, mas as outras também.

Então, eu acho que nesse aspecto é bom ponderar que as obras da Copa do Mundo estão estabelecendo um padrão de muito maior rigor e de muito maior transparência no controle dos recursos públicos, tanto àqueles da União quanto os dos Estados, porque, no caso do Maracanã, é uma obra do Estado do Rio de Janeiro.

De fato, V. Exª tem razão. V. Exª presidiu está Comissão na Câmara dos Deputados, portanto conhece a matéria, é preciso haver uma integração maior entre o esporte e o turismo. Nós temos atribuições diferentes, mas temos procurado, juntamente com o Ministro Gastão Vieira, integrar os nossos esforços, porque o turismo é, de fato, uma das áreas que oferece maior potencialidade em eventos como Copa do Mundo e como Olimpíada, e também a diversificação de des-

tinos turísticos. Porque quando se fala em turismo, a gente via isso no Prodetur, é mais o turismo de litoral, o turismo do mar, mas é preciso combinar com o turismo ecológico com o turismo histórico, que todos os Estados brasileiros oferecem. Não se pode ir à Bahia apenas com a perspectiva das belas praias de Salvador. Salvador também é uma cidade com monumentos, com um patrimônio arquitetônico muito bonito, como Cachoeira – a terra da senhora –, a própria Salvador, o Forte do mar, a Chapada Diamantina com o turismo ecológico e ambiental. Então, eu acho que essa possibilidade também se abre com a Copa do Mundo.

O ministro da cultura, educação e esporte da Inglaterra, quando visitou recentemente o Brasil, disse o seguinte: "Olha, o senhor vai perceber, com a Copa e com as Olimpíadas, o quanto as cidades-sedes ganharão amplitude como destino turístico. É o que está acontecendo com Londres, é o que aconteceu com Barcelona, o que aconteceu com a África do Sul. Barcelona multiplicou por cinco o seu destino turístico". Ele acha que isso vai acontecer também com o Brasil e não apenas com as cidades-sedes, mas com as outras capitais brasileiras. Eu sou muito otimista em relação a essa possibilidade.

Boa tarde, Senadora, como vai a senhora?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Vamos, seguindo a sugestão da Senadora Vanessa, fazer, em bloco, as últimas intervenções.

Eu solicitaria às Srsª e aos Srs. Senadores uma possível brevidade, uma racionalidade nas perguntas.

O Senador Benedito de Lira com a palavra.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente Requião; meu caro Ministro Aldo Rebelo; Srªs Senadoras, Srs. Senadores, eu confesso, Ministro, que não tenho perguntas a lhe fazer, apenas vou fazer comentários.

Primeiramente, quero cumprimentar V. Exª, e ao mesmo tempo cumprimentar o Estado de São Paulo em tê-lo, porque a sua origem é do Nordeste, lá das terras dos "marechais". É uma alegria muito grande ver V. Exª tocando esse grande projeto que é a Copa do Mundo.

Nós temos ouvido, frequentemente, comentários no que diz respeito às ações e à preocupação de muitos segmentos da sociedade brasileira com relação às obras para as arenas que vão receber os jogadores da Copa do Mundo. Eu não tenho a menor dúvida de que o Brasil cumprirá com as agendas.

O senhor, na sua fala, fez qualquer tipo de comentário, aliás, não comentário, no que diz respeito à Seleção Brasileira. Sou um daqueles que vivem dizendo que temos que ter uma seleção, porque nós não temos Seleção Brasileira hoje para competir a Copa do Mundo. Eu não sei se isso acontecerá nos próximos dois anos. Lembro-me, por exemplo, que para a Copa do Mundo de 1970 os jogadores começaram a ser preparados com muita antecedência. É preciso que a CBF e V. Exª – que não quer se envolver, mas é importante que se envolva – cobrem da CBF exatamente isso. Porque o que vai dar alegria ao brasileiro não é ver o europeu vir jogar aqui, é a Seleção Brasileira. Isso é que vai chamar a atenção do País, que deverá ser palco de uma das melhores Copas do Mundo. E eu espero que não fique apenas nas oitavas de final.

Bom, esse é um assunto.

Outro, em que V. Exª tem batido muito e de que está cuidando, é exatamente fazer com que a Copa não se restrinja às cidades-sedes, mas que seja levada às subsedes. Meu Estado, por exemplo, Pernambuco, fica próximo da Bahia. Com 20 minutos de viagem de avião, pode ser uma subsede. E tenho certeza absoluta de que V. Exª está trabalhando com muito afinco para que isso possa acontecer.

Há uma coisa que na verdade chama a atenção do País e do mundo, que é a agressão das torcidas brasileiras, que querem repetir episódios que aconteceram em outros países. O último que aconteceu foi entre as torcidas do Palmeiras, parece, e do Corinthians. É uma coisa selvagem, é uma selvageria. Isso não é gente. É um pessoal que, ao invés de ir ao campo de futebol para apreciar o esporte, para se divertir com a família, não, vai já com a predisposição de brigar. Isso é uma coisa terrível. Não sei se cabe, mas seria interessante, Ministro, que, por meio da CBF, do Ministério do Esporte ou do Ministério do Turismo, enfim, do Governo, pudesse ser feita uma campanha de educação desses admiradores do futebol brasileiro, desses torcedores. Campo de futebol não é lugar para se trocar tiro, tapa ou pancada. Que coisa terrível. A televisão mostrou as barras de ferro, os paus, os instrumentos utilizados para as agressões. É uma coisa deprimente, e eu acho que chama a atenção de quem poderá se deslocar de outros países para a Copa do Mundo.

Outra coisa que é interessante e para o que gostaria de chamar a atenção de V. Exª, num encontro com o Ministro do Turismo, que é realmente um dos vetores principais do que vai representar no futuro o legado que a Copa do Mundo vai deixar, é exatamente a continuidade da frequência do turismo internacional e do turismo interno.

Preocupa-me quando há, por exemplo, qualquer tipo de festividade no Brasil, feriados. Por exemplo, na Semana Santa – há pouco eu conversava aqui com o Senador Inácio –, pela passagem de avião de Fortaleza para São Paulo as empresas cobravam R$4 mil. Você sai daqui para Lisboa ou para Miami e paga R$1.200,00, R$1.300,00. Quer dizer, é uma coisa sem

controle. É preciso que haja disciplina por parte das empresas aéreas, dos restaurantes, dos bares, dos hotéis. Tudo eleva os preços, dificultando, sem dúvida alguma, o turismo interno, o deslocamento de torcedores de outros Estados para assistir a determinadas partidas de futebol, de acordo com a sua paixão. Quer dizer, é um dos assuntos que eu acho que tem que entrar na pauta das conversações com quem presta os serviços àqueles que vêm e os que estão aqui, no turismo interno.

Lembro-me que agora no carnaval, por exemplo, eu saí de Maceió para Salvador e paguei R$1.800,00 por uma passagem aérea. Vinte, trinta minutos de viagem, R$1.800,00, de Salvador para Maceió. Imagine o que vai acontecer, Ministro, com a Copa do Mundo! Todo mundo vai pensar que é a grande galinha dos ovos de ouro, que vai passar aquilo e não virá mais nunca. Lógico que é um período... Nós tivemos uma Copa em 1950 e vamos ter outra agora em 2014.

Então, queria, com isso, cumprimentar V. Exª pela condução que está tendo à frente do Ministério do Esporte. Tenho certeza absoluta de que o senhor vai cumprir fielmente o compromisso com o Ministério que o senhor tem e, no que diz respeito a essa história de bebida, a Copa do Mundo, é bom que fique claro, não é do Brasil, é da Fifa. O Brasil vai sediar. Logicamente que, para sediar, na hora de se inscrever, fizeram compromissos. Ninguém é obrigado a assumir compromissos, mas à proporção que os assume é obrigado a cumprir. E nós temos que cumprir os compromissos previamente estabelecidos entre a Fifa e o Governo brasileiro para que a Copa do Mundo pudesse ser realizada aqui, bem como as Olimpíadas de 2016.

Por isso, Ministro, não tenho outra alternativa senão cumprimentar V. Exª. O Ministério do Esporte está em boas mãos. Tenho certeza da condução firme, decente, coerente de V. Exª. A sua história de vida tem nos dado a garantia de que estaremos muito bem em 2014 com a realização da Copa do Mundo no Brasil sob a responsabilidade e o comando de V. Exª. Cumprimento-o pela sua dedicação ao trabalho, temos observado isso frequentemente. Tenha a certeza de que o Senado Federal deverá agir com agilidade, para que a gente possa levar ao seu conhecimento e da Presidenta Dilma a situação dessa Lei Geral da Copa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra o Senador Pedro Taques.

Eu quero me desculpar pela deselegância de atender o telefone, mas a presidência do Parlasul, que está com o Paraguai agora, comunica-me que está suspendendo a reunião de quinta-feira, sexta-feira porque a Argentina não designou ainda os seus parlamentares. É uma irresponsabilidade absoluta do Congresso argentino. O grupo brasileiro já estava com passagens compradas, hotel reservado; isso vai significar inclusive prejuízo financeiro para o Brasil. É absolutamente inadmissível esse tipo de comportamento! Eu estava atendendo exatamente o presidente do Parlasul, que estava me comunicando essa dificuldade.

Senador Pedro Taques com a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, Sr. Ministro, eu gostaria inicialmente de cumprimentá-lo pelo seu trabalho e dizer que nós todos somos um admirador do seu trabalho, do cidadão brasileiro que V. Exª é. Apesar disso, Sr. Ministro, tenho algumas questões que envolvem a Lei Geral da Copa, o projeto. Nós não teremos condições de debater as obras, se elas estão em dia ou não, mas alguns pontos me causam, no mínimo, espécie e estranheza no tocante ao projeto da Lei Geral da Copa.

Quem sou eu para acusar V. Exª ou fazer ilações a V. Exª ou ao Governo no sentido de que estamos abrindo mão de nossa soberania em alguns pontos. Quem sou eu! Eu conheço o trabalho de V. Exª. V. Exª é um nacionalista, não é xenófobo. V. Exª é um nacionalista no sentido que a Constituição estabelece, na defesa dos interesses nacionais. E nós todos temos que ser nacionalistas.

Muito bem. Alguns pontos de ordem expressa. Este evento, a Copa do Mundo, é um truísmo. É chover no molhado dizer que ela vai ser importante para o Brasil. Nós todos sabemos isso. Nós todos queremos que esta Copa possa ser um motivo de orgulho para todos nós. Aqui, no Senado da República, não vi nenhum Senador tentando embarrear o projeto da Copa, tentando atrapalhar. Nós só cumprimos nossa atribuição constitucional no sentido de debater o projeto apresentado.

Alguns dizem que o Governo brasileiro assumiu contratos, assumiu acordos com esse organismo internacional de direito privado chamado Fifa. Nós assumimos, a República Federativa do Brasil, através do seu Chefe de Estado ou Presidente. Mas isso não significa que o Presidente pode tudo. O Presidente se sujeita à Constituição e as leis se sujeitam, em sua elaboração, à vontade do Congresso Nacional. O Presidente pode o que está escrito na Constituição, ele não pode tudo.

Muito bem. Alguns pontos do projeto me fazem lembrar D. João VI, em 1808, quando ele permitiu que cidadãos ingleses fossem julgados aqui de acordo com os costumes da Inglaterra. Em 1808, isso recebeu o nome de extraterritorialidade. Eu queria ser convencido por V. Exª, porque não sou dono da verdade, de que

esse projeto não é uma imitação desse édito que foi estabelecido em 1808.

O primeiro ponto é este: o art. 23 do projeto cria uma cláusula, por demais aberta, de responsabilidade para a União Federal. Está escrito que a União terá responsabilidade genérica por danos imprecisos, conforme o art. 23. Diz-se: "(...) resultante ou que tenha surgido em função de qualquer incidente ou acidente de segurança relacionado aos eventos". Essa é uma cláusula por demais aberta, que ofende o art. 37, § 6º, da Constituição no que tange à responsabilidade objetiva da União. Esse ponto me causa preocupação.

Outro ponto me causa preocupação: o art. 27 do projeto confere à Fifa, uma entidade de direito privado que, no mundo todo, está associada à bandalheira, está associada a acontecimentos que não são republicanos, para dizer o mínimo... Nós estamos a conceder à Fifa... O evento é importante, mas não estamos diante de uma ética consequencial em que os fins justificariam os meios. O art. 27 traz algumas determinações que são vedadas pelo Código de Defesa do Consumidor. Eu gostaria também, se fosse possível, de ser convencido quanto a esse ponto, para que todos, juntos, pudéssemos votar de acordo com nossa consciência, mas ouvindo o outro lado.

Vou caminhar também pelos arts. 30 a 36 do projeto, que trazem algumas distorções que, a meu juízo, beiram a inconstitucionalidade, mas isso será debatido na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Mas temos a oportunidade de ouvi-lo, como homem de bem, como homem respeitável, para que V. Exª possa nos esclarecer.

Continuo, Sr. Presidente, de forma bem objetiva: os art. 37 a 47, a meu juízo, ofendem a Lei de Responsabilidade Fiscal. Estou apresentando emendas nesse sentido.

Para não cansá-los, cito só mais um ponto: o art. 13 do projeto modifica a sistemática sobre direitos comerciais, ofertando aos organizadores do evento, à Fifa, direitos que não são ofertados a nenhuma pessoa jurídica de direito privado brasileira. Qual é a importância desse evento que possa ofender o princípio da igualdade?

Um dos dispositivos do projeto criminaliza, contrariando toda a sistemática penal nacional, acontecimentos que são comerciais, em homenagem à Fifa.

Essas preocupações são de um cidadão que conversa, como todos nós aqui, com o Sr. José e com a D. Maria. Todos nós queremos a Copa do Mundo aqui. Sou um soldado disso, para que essa Copa possa nos orgulhar. Não vamos falar aqui em obras, mas seria interessante que houvesse outra audiência aqui para debatermos as obras, mas discutindo, de forma objetiva, o projeto.

Esse projeto, ou anteprojeto, com certeza, foi feito por juristas, mas temos de nos recordar de que os juristas têm a capacidade de fundamentar, inclusive, a pena de morte e a tortura. Então, nem sempre, o que está escrito não pode beirar a inconstitucionalidade. Falo desses pontos.

Confio em V. Exª. Quero dizer que confio em V. Exª.

Termino, Sr. Presidente, abordando um último ponto. O art. 52, no seu parágrafo único, permite que a Advocacia-Geral da União possa fazer um termo de ajustamento, o que é normal, a AGU faz isso. Mas esse termo, em situações como aqui se encontra previsto, pode criar despesas para a União e essas despesas são ilegais. É a minha posição e eu queria ser convencido por V. Exª porque confio no trabalho que vem sendo feito por V. Exª.

E outro ponto, agora terminando, Sr. Presidente: todos nós devemos louvar os atletas que nos orgulharam nas Copas do Mundo. Nós todos devemos fazer isso, mas eles estavam exercendo uma função ali e não se me apresenta como razoável que nós possamos, neste momento histórico, ofertar a esses atletas que nos orgulham, esse tipo de estipêndio.

São esses pontos que eu quero ouvir de V. Exª, confiando no trabalho bem desempenhado e tenho certeza de que V. Exª é um brasileiro que honra a Nação.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Pedro Taques, se divulga no Brasil uma lenda, de que o País fez um acordo com a Fifa. Qualquer tratado feito pelo Executivo que não é aprovado pelo Congresso Nacional não existe e esse é o caso da Lei da Fifa. Nós não estaríamos aqui discutindo esse projeto de lei se fosse um tratado irreversível feito pelo Executivo, pelo Governo Federal. É exatamente para analisá-lo que nós estamos aqui. Então, tudo pode ser analisado.

Agora, o importante é que deixemos claro que não há nenhum objetivo de nenhum Senador de colocar problemas onde eles não existem.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Senadores e Senadoras, é óbvio que todos nós torcemos para que a Copa do Mundo seja um sucesso. Seria um desastre nacional se não fosse, não só do ponto de vista da organização, como também de ganhar a Copa.

Quem era adulto, eu não era, em 1950, sabe o sofrimento. É muito maior o sofrimento de perder aqui do que de perder fora. Então, nós todos torcemos.

Estamos aqui para ver como ajudar. O primeiro ponto é uma referência à lei. Eu gostaria de saber como

foi possível a Fifa aceitar fazer a Copa no Brasil sem que houvesse um marco legal de acordo com aquilo que a Fifa exige. Como foi? Alguém se comprometeu com a Fifa e depois jogou o problema no colo do Congresso? Ou se isso não for aprovado, não afeta nada, é apenas um algo a mais.

Mas eu tenho uma pergunta de fato. Eu assisti parte da sua fala pela rádio e depois uma parte das perguntas e respostas. A sensação que nos passa é de que essa Copa já foi feita e já foi um sucesso e que nenhum problema está ameaçando qualquer sucesso menor. Eu queria saber: o senhor, como Ministro, antevê algum tipo de problema a ser superado, tirando de lado a lei? Ou o senhor acha que, de fato, a gente pode dormir tranquilo esperando 2014 para assistir aos jogos? O senhor antevê algum problema? Porque durante a sua fala não foi apresentada nenhuma preocupação.

Eu quero saber como é que gente ajuda se o senhor tem alguma preocupação daqui para frente, se o senhor antevê algum problema, algum risco, em relação à Copa? Esta é a pergunta: é um céu de brigadeiro ou tem nuvens na frente?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Petecão. *(Pausa.)*

Então, convocaremos em seguida.

Então, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Obrigada, Sr. Presidente, também vou procurar colaborar e fazer breves considerações.

Primeiro, entendo que sobre a Copa precisamos debater absolutamente tudo. Acho que esse é o objetivo da nossa reunião.

Quero aqui, Presidente, aproveitar esta oportunidade para falar e dar um testemunho até do empenho do Ministro Aldo em relação ao andamento da preparação das cidades para a Copa do Mundo. Somente no meu Estado, o Estado do Amazonas, ele já esteve duas vezes. Acho que, em pouco mais de dois meses que assumiu o Ministério, já esteve duas vezes lá. E não apenas a presença é importante, mas são importantes todas as ações que o Ministério do Esporte pode desenvolver no sentido de colaborar com os Estados, com as cidades, na sua preparação para receber essa que seja talvez a maior competição esportiva internacional do Planeta, aquela que mais mobiliza pessoas no Planeta inteiro.

A cidade de Manaus, quero me focar muito nisto, do ponto de vista das obras que são imprescindíveis – a construção da Arena, o próprio aeroporto –, acho que não temos problemas. Os problemas que se apresentam vêm sendo superados, e as obras estão num ritmo adequado. Refiro-me aqui à Arena e ao aeroporto. Entretanto, o que nos preocupa muito, e o Ministro Aldo sabe disso, é a questão da mobilidade urbana na cidade de Manaus.

Temos enfrentado problemas principalmente com os órgãos de fiscalização. O Ministro disse que não há outras obras no Brasil que estejam tão sujeitas à fiscalização como as obras da Copa: fiscalização pela Controladoria-Geral da União, fiscalização pelo Tribunal de Contas da União, pelo Ministério Público, Tribunais de Conta dos Estados, Ministério Público dos Estados, enfim. E me preocupa muito, Sr. Presidente, as dificuldades que Manaus e algumas outras cidades estão tendo no encaminhamento das obras de mobilização urbana, porque esse é um dos legados. Sem dúvida nenhuma. Fortaleza, dizia o Senador Inácio Arruda, está aproveitando muito a Copa para trabalhar a mobilidade urbana. É tudo o que nós precisamos para as nossas cidades, inclusive para a minha, a cidade de Manaus.

Pergunto ao Ministro Aldo se existe a possibilidade, ou se isso já está sendo encaminhado, de um fórum que reúna todos esses órgãos de fiscalização. E, no nosso caso, entra até o Iphan, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que está querendo tombar todo o centro da cidade de Manaus, impedindo o nosso projeto de mobilidade, Senador Mozarildo, o senhor que conhece bem a cidade. Nós temos uma lei, e essa lei tem vida curta. Acabou a Copa, acabou a lei da Copa. Não existe mais. Por isso, Senador Requião, acho que V. Exª tem razão. Não deveria ser uma lei; deveria ser um tratado. A Fifa é um organismo internacional privado e que faz acordo. Tem que fazer. Para sermos a sede, o Governo brasileiro teve que assinar uma série de acordos com a Fifa.

Então, não entendi bem até hoje. Não concordo muito com esse encaminhamento. Acho que um tratado de cooperação, alguma coisa assim seria até melhor que uma lei. Não sei. É minha opinião.

Ministro Aldo, em decorrência disso, se seria viável ou se já existe, eu queria que o senhor nos dissesse, a criação de um fórum que juntasse todos esses entes para que as coisas fossem decididas, os problemas superados, e as obras andassem.

No mais, quero, mais uma vez, cumprimentá-lo não só pela dedicação, mas pela competência com que V. Exª, Deputado Ministro, tem contribuído para resolver brevemente muitos – não são poucos – problemas para que o nosso País esteja bem preparado.

O Senador Cristovam lhe fez uma pergunta: céu de brigadeiro ou nuvens? V. Exª vai responder. Mas muitas são, pelo menos no meu Estado, que vejo à frente e as quais o senhor tem ajudado muito com sua contribuição.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Sérgio Petecão com a palavra.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Ministro Aldo Rebelo, primeiro, quero dizer da satisfação e da alegria em recebê-lo aqui na Comissão.

Eu tive o prazer e a felicidade de, como Deputado Federal, gozar um pouco da sua amizade. V. Exª é uma pessoa pela qual eu tenho um carinho muito grande e um respeito muito grande.

Acompanhei seu trabalho como Relator do Código Florestal e sei que essa missão de realizar a Copa do Mundo à frente do que foi aquela relatoria do Código Florestal é fichinha. Digo isso porque vou dar um exemplo do que ocorreu no meu Estado. O Ministro Aldo, naquela oportunidade, foi fazer uma audiência pública em Boca do Acre, no Amazonas. Aí o Chico Corrente achou pouco e o convidou para descer o Purus. Ali eu abandonei o Ministro Aldo, porque não dava mais para ir. E ele ainda desceu mais uns dois dias de barco para ouvir uma comunidade, exatamente por estar preocupado em não cometer nenhum tipo de injustiça e para dar oportunidade às pessoas de colocarem os seus pontos de vista, o que pensavam sobre o Código Florestal e da Amazônia. Foi lá que ele ouviu um depoimento de uma liderança sindical que ele fez questão que viesse dar o seu depoimento na comissão, o que fez chorar os Deputados Federais todos naquele momento.

Então, sinceramente, pessoalmente, eu confio muito no seu trabalho. Se fizer metade do que faz como lateral esquerdo do nosso time na pelada dos Parlamentares, com certeza, o Brasil fará uma das melhores Copas do Mundo.

Mas, Ministro Aldo, eu já fui vítima dessa Copa. Fui candidato a prefeito de Rio Branco em 2008 e, naquele momento, os nossos adversários políticos colocavam que, se o Petecão ganhasse a prefeitura de Rio Branco, com certeza, uma das sedes da Copa do Mundo não seria em Rio Branco. Teria que ganhar o meu adversário para que fôssemos uma das sedes da Copa do Mundo – Rio Branco, no Acre.

Por mais ousado que seja – e o senhor falou muito em ousadia no começo –, eu sinceramente, naquele momento em que o pessoal falava em ser Rio Branco uma das sedes... Não que o Acre não mereça; merece muito mais que isso. Mas seria uma ousadia muito grande, até porque nós estávamos disputando uma vaga com o Pará e com o Amazonas.

Mas eu fui vítima, perdi muitos votos por causa disso. Porque, se o Petecão ganhasse, não haveria Copa do Mundo no Acre.

Agora, fala-se muito – e o Senador Paulo Bauer já falava sobre isso, e eu queria que o senhor esclarecesse melhor – nas subsedes. E já começa, lá no Acre, de novo...

Isso cria uma expectativa na população, de que o Acre poderá ter lá uma seleção. Eu não sei se o termo correto é subsede. Não sei se seria algum processo de adaptação. Alguma dessas seleções que vão participar dessa chave no Amazonas poderia ficar no Acre fazendo essa adaptação climática na região. Eu queria saber como está sendo discutido isso e se existe esse debate.

O Senador Ciro Nogueira me falava que essa vai ser uma decisão que talvez nem passe pelo Governo, pela CBF, pela Fifa. Isso ficou para ser uma escolha pessoal das seleções, que vão pleitear esses locais de adaptação.

Eu queria que o senhor me falasse um pouco sobre isso. E também, se for possível, eu gostaria que o senhor falasse sobre o preço dos ingressos dos jogos da Copa do Mundo.

Eu estive agora, na Semana Santa, no Peru – nós fazemos ali divisa com o Peru e a Bolívia –, e nossos *hermanos*, tanto peruanos quanto bolivianos, com certeza veem uma grande possibilidade de participar dessa Copa do Mundo como meros torcedores. E as pessoas nos perguntam muito, lá na fronteira, como vai ser a política de preço desses ingressos, quais serão os critérios.

Se for possível, eu gostaria que o senhor esclarecesse. Até porque, nesse negócio da construção, já há muita gente fiscalizando. Como o senhor disse, só no Rio de Janeiro, no Maracanã, há 13 entidades fiscalizando.

Eu gostaria que o senhor me falasse a respeito do preço dos ingressos e para o nosso torcedor, seja o brasileiro ou os nossos irmãos da fronteira, peruano, boliviano, que nos cobram muito isso e nos questionam, saber como será esse acesso e quais serão os custos para essas pessoas terem acesso a essas partidas de futebol.

No mais, eu só queria desejar-lhe boa sorte.

Não tenho dúvida de que o senhor fará uma das melhores Copas do Mundo que nós já tivemos. Eu confio muito no senhor, conheço o seu trabalho, e a minha expectativa e muito positiva nesse sentido.

Obrigado, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, Ministro Aldo, praticamente quase tudo que poderíamos perguntar já foi perguntado, mas eu quero, pelo menos, reiterar algumas coisas.

O Senador Petecão falou algo muito sério. Realmente, nós temos ouvido, lá da Venezuela, que faz fronteira conosco, e de pessoas da Guiana sobre a questão do preço do ingresso, como vai ser, qual é a política... Eu não vou entrar, portanto, no mérito das outras questões. Inclusive quero parabenizar o Ministério do esporte por haver feito de Boa Vista uma espécie de subsede, ou seja, as seleções que vão jogar em Manaus poderão ter uma subsede em Boa Vista, tanto que está sendo feita uma reforma por iniciativa do Ministério do Esporte. Isto, para a Amazônia, o fato de Manaus sediar – e quando eu falo Amazonas, V. Exª que é um profundo conhecedor, sabe que uma coisa é a Amazônia Oriental, mais perto do Brasilzão, e a outra coisa é a Amazônia Ocidental, onde está a Amazônia, o Acre, Rondônia, Roraima – realmente a sede ser em Manaus, para nós, é muito importante.

Agora, eu tenho algumas dúvidas. Essa questão da bebida, por exemplo, eu sou médico, acho que talvez esse seja o momento de nós debatermos com maior profundidade – o Senador Wellington Dias tem um projeto, parece-me, um projeto apresentado recentemente. Nós temos, realmente, de pensar na bebida como uma droga precursora das outras. E olha que eu não sou nenhum santo. Embora médico, eu também tomo a minha cerveja. Mas nós não podemos pensar que é uma coisa trivial alguém beber. Como não é trivial também dizerem que "não, são poucos dias de Copa", mas basta esses poucos dias para alguém ficar viciado. Então, eu acho que esse é um ponto que precisa ser discutido sim. Como? Eu não sei

Ao colocar essas posições, quero cumprimentar V. Exª que vem conduzindo, desde que assumiu o Ministério do Esporte com muita tranquilidade, como é o seu perfil, problemas como esses que são muito controversos.

Eu espero, realmente, como todo o brasileiro, que nós façamos bonito em tudo, no que tange a receber as seleções e no que tange a vencer a Copa.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – E, por fim, na qualidade de epílogo ou adventício, o que veio depois, o Senador Randolfe Rodrigues encerra essa fase de interlocução do Ministro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado, Senador Requião.

Quero, inicialmente, apresentar uma reclamação sobre o Ministro Aldo e o Senador Petecão: eu estou sendo excluído do futebol das quartas-feiras, das terças-feiras – estão vendo como eu sei –, em especial para marcar o Ministro Aldo, lá na bola, no futebol.

O SR. ALDO REBELO – Hoje já está convidado. Hoje tem...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Mas,... Senador Requião...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – É que há uma condição *sine qua*: tem de saber jogar bola para participar. Não é o caso de V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – É porque o jogador ainda não chegou lá, Presidente.

Ministro Aldo, aqui, foram feitas aqui todas as homenagens a V. Exª, mas nunca é demais mais uma. Quero dizer que V. Exª tem presença, inclusive a minha admiração pelo senhor vem de longa data, vem do tempo em que eu era da União da Juventude Socialismo e tinha a referência do senhor como tendo sido outrora o primeiro presidente da JS e dos mandatos que V. Exª atuou e representou.

V. Exª tem um perfil republicano que orgulha a todos os homens públicos desta República. Por isso, reputo total admiração a V. Exª. E a condução que o senhor vai dar para esta Copa do Mundo, a condução que o senhor vai dar junto ao Ministério do Esporte.

Por isso, a nossa intenção ao perguntar aqui é deixar claro vários dispositivos que estão presentes no Estatuto do Torcedor. Quero reiterar: no senhor, tenho total confiança; na Fifa, eu não tenho nenhuma, pelo passado, pela história, pelas denúncias mais recentes envolvendo esta entidade. Por isso, quero destacar que nós, do PSOL, não vamos criar nenhum obstáculo à aprovação aqui. Vamos apresentar nossas proposições, apresentar alguns dispositivos que, acreditamos, devam ser alterados e outros que devem ser esclarecidos – e apresentaremos as emendas que forem necessárias –, mas não queremos criar nenhum obstáculo para que isso seja argumentado como prejuízo em decorrência da realização da Copa do Mundo, porque, como já disse o Senador Pedro Taques, é chover no molhado dizer que é importante receber um evento que está intimamente ligado à cultura brasileira, como a Copa do Mundo, porque o futebol não é apenas uma manifestação esportiva, o futebol é parte da nossa manifestação cultural, aliás, é uma das mais fortes e expressivas manifestações culturais nossas. É motivo de muita honra, embora, ao que pese, o debate que poderíamos ter das prioridades sobre o legado.

Mas indo ao projeto e aos dispositivos que considero gostaria de ter um maior esclarecimento, o projeto, conforme foi aprovado na Câmara, prevê a criação do que já foi destacado aqui pelo Senador Pedro Taques: áreas de restrição comercial nas cidades-sedes. Pergunto, Ministro, quais seriam os critérios e quais seriam os órgãos responsáveis pelo estabelecimento, pela demarcação dessas áreas, desses locais oficiais de competição e qual seria o critério para definição do que o projeto chama de imediações.

O segundo questionamento, Ministro, é o seguinte: o projeto estabelece uma previsão de que o INPI não requererá à Fifa a comprovação da condição do autorrenome de suas marcas ou da caracterização de suas marcas como notoriamente conhecidas. É o que está proposto no art. 5º, § 1º, inciso I do projeto. Pergunto quais seriam os limites para requisição de proteção intelectual para entidade diante dessa disposição. O questionamento que fazemos é se esse dispositivo não pode gerar um grave risco de registro indevido de patrimônio cultural comum.

Mais adiante, o art. 23 do PL determina que a União assumirá os efeitos da responsabilidade civil perante a Fifa, seus representantes legais, empregados ou consultores, por todo e qualquer dano resultante ou que tenha surgido em função de qualquer incidente ou acidente de segurança relacionada aos eventos, exceto se e na medida em que a Fifa ou a vítima houver concorrido para ocorrência do dano. A pergunta que faço é qual a extensão desse dispositivo, até onde vai a responsabilidade da União por um evento que, convenhamos, é um evento da FIFA.

O Senador Mozarildo perguntou aqui sobre a questão envolvendo as bebidas, e acho que é um dos pontos mais polêmicos do projeto. O projeto de lei aprovado pela Câmara, na prática, suspende a validade do dispositivo do Estatuto do Torcedor – não é, Senador Mozarildo? – que veta a comercialização de bebidas alcoólicas. Entretanto, o "acordo", e comungo da opinião do Senador Requião de que não foi retificado pelo Congresso Nacional, prevê uma exclusividade de parceiros comerciais para comercialização, notadamente a marca Budweiser. Nesse sentido, pergunto ao senhor se não aparenta ter um claro favorecimento a uma marca apenas. Quando esse favorecimento é só por conta da Fifa, dos financiamentos que a Fifa que recebe desse parceiro, é uma decisão da Fifa, mas, quando o Estado brasileiro participa disso, não estaria favorecendo claramente a uma empresa e ainda suspendendo dispositivo pertencente ao Estatuto do Torcedor?

Por fim, Ministro, preocupa-me o art. 16, do PLC, que diz que fica obrigada a indenizar os danos, os lucros cessantes e qualquer proveito obtido àquele que praticar, sem autorização da Fifa ou de pessoa por ela indicada, entre outras, a exibição pública das partidas, por qualquer meio de comunicação, em local público ou privado de acesso público, mas isso é algo da cultura do brasileiro. O barzinho transmitir o jogo da seleção brasileira me parece que, por esse dispositivo, pelo que estamos lendo aqui, fica proibido. Então, é exatamente esta a pergunta: como ficam, nesse sentido, os bares, lanchonetes, padarias, restaurantes? Faz parte da cultura do brasileiro se reunir nesses lugares para assistir aos eventos, assistir à seleção brasileira entrar em campo, participar dos jogos da Copa do Mundo. Como disse, futebol é mais que esporte em nosso País, é cultura nacional, e isso é uma das manifestações da cultura brasileira do futebol.

Ministro, a sua história é conhecida pela sua firme posição em defesa dos interesses nacionais. Pode ter alguém tão – e vou utilizar o termo, porque não é rebuscado e nem ultrapassado – nacionalista quanto o senhor, mas duvido que tenha alguém mais nacionalista que o senhor. Isso caracteriza a sua conduta, e tenho certeza de que, quando conflitar os interesses de entidade internacional privada e os interesses do Brasil, o senhor fará – e por isso estou tranquilo com a sua posição no Ministério dos Esportes – prevalecer os interesses nacionais. Estou tranquilo por saber de sua história. Talvez não o conheça pessoalmente há tanto tempo, mas conheço a sua história e trajetória há longo tempo. Tenho certeza de que entre os interesses dessa entidade e os interesses do Brasil o senhor não titubeará em defender os interesses do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O Senador Wellington reivindica a condição de Senador cerra-fila e se inscreve a destempo. Com o beneplácito da Mesa, está com a palavra.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Agradeço, Sr. Presidente. É só para fazer aqui uma saudação ao Senador Aldo.

Esses dias li seu estudo, quando tratando de Raposa Serra do Sol, que é uma grande lição prática sobre a forma como o Brasil lida com as populações indígenas. Aprendi muito ali. Quero também dar parabéns a V. Exª pela ida nos jogos indígenas em Tocantins. Estive lá um dia depois de V. Exª ter estado por lá.

Quero aqui apenas sobre esse tema ressaltar a importância de se ter esse olhar. O Senador Petecão coloca aqui, e acho que é uma prática que deve ser adotada em todas as regiões, a necessidade de se ter uma cidade pólo, onde vamos ter jogos, e cidades próximas. É preciso ter Recife, Fortaleza e Salvador, mas também Maceió, Aracaju e Parnaíba. É o que estamos reivindicando, e é mais próximo de Fortaleza – inclusive vamos estar essa semana com o Deputado Osmar e o Governador Wilson tratando desse tema. Esta é a essência da Copa do ponto de vista do interesse maior dos brasileiros: os investimentos serem casados com obras necessárias e permanentes, não só pensando na Copa, que é um momento que ocorre em tempos mais alongados, mas pensando também que essas regiões podem receber outros eventos semelhantes.

A forma como V. Exª está conduzindo, e já vinha antes com o Ministro Orlando, tem todo o nosso apoio.

Basicamente quero saudá-lo e dizer que é uma alegria recebê-lo neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra o Ministro Aldo Rebelo.

O SR. ALDO REBELO – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Roberto Requião, Srs. Senadores.

O Senador Pedro Taques naturalmente expressou na sua intervenção a preocupação com a largueza de possibilidades que os juristas possuem ao elaborar um projeto ou uma lei. Creio que o próprio Senador Pedro Taques fala com propriedade porque ele próprio é um jurista, e, naturalmente, a sua interpretação da legislação proposta não fugirá ao próprio julgamento que o querido e ilustre Senador faz da possibilidade de seus pares juristas. Portanto, por não ser jurista, por ter abandonado precocemente os bancos da vetusta faculdade de Direito da Universidade Federal de Alagoas, não vou me atrever a discutir com o Senador Pedro Taques as diversas interpretações possíveis das diversas cláusulas redigidas para tentar cumprir com a entidade organizadora da Copa do Mundo os compromissos que todos os países candidatos assumiram, que todos os que sediaram a Copa do Mundo cumpriram antes do Brasil e que todos os que sediarão a Copa do Mundo depois do Brasil também já subscreveram. No caso específico da permissão da propaganda e do consumo de bebidas alcoólicas, até o muçulmano Qatar, que tem proscrita a venda e a comercialização de bebidas em todo o País, não apenas em estádios – não só a comercialização, mas a propaganda –, também assinou extraordinariamente essa cláusula para poder sediar a Copa do Mundo. O Brasil apenas subscreveu aquilo que todos os países sedes subscreveram antes e todos que subsidiarão também já assinaram. É claro que há cláusulas que excedem aquilo que a legislação brasileira estabelece. Não iria ao extremo de estabelecer um paralelo com o princípio da extraterritorialidade, princípio que o império britânico estabeleceu para assegurar o julgamento de seus súditos que cumpriam sua missão colonial, com base na legislação britânica, estivessem eles onde estivessem.

Estamos aqui assinando compromissos, principalmente na área de propriedade intelectual, propriedade industrial, propriedade de marcas e patentes, que não extrapolam – e não digo isso com alegria – aquilo que a legislação brasileira já estabelece como direitos para empresas multinacionais. No caso da legislação sobre a propriedade intelectual, sobre a propriedade industrial, a lei brasileira já estabelece que uma empresa multinacional, um laboratório norte-americano ou europeu pode escolher se cobra, se fabrica o seu produto no país ou se não permite a fabricação e o país é obrigado a importar, desde que esteja protegido pela lei de patentes, que está em vigor em nosso País, aprovada pelo Congresso Nacional em 1996. Então, essa é a legislação que nós temos.

Digo mais uma vez, não acredito que os Estados Unidos tenham renunciado sua soberania para fazer a Copa do Mundo assinando as mesmas cláusulas que o Brasil assinou; não acredito que a Alemanha tenha renunciado sua soberania; não acredito que a França tenha renunciado sua soberania; nem o Japão e nem a Coreia; nem a Rússia, que vai sediar a próxima copa do Mundo e nem o Qatar, que sediará a Copa do Mundo posterior à Copa realizada na Rússia. São acordos comerciais de pequeno porte, envolvendo cifras muito menores, por exemplo, do que as que envolve, ou melhor, que o Brasil paga de juros por ano ao mercado financeiro. Não tem nem comparação. São cifras muito pequenas das relacionadas com o movimento comercial e com os direitos comerciais que envolvem a Fifa. No âmbito do Estado nacional brasileiro, nós poderíamos dizer o seguinte: que estamos tratando dos pequenos direitos e das pequenas cifras. E o Brasil, não por interesse na cláusula ou no acordo, mas por interesse na Copa do Mundo em atrair para o País um evento dessa magnitude, assinou, como os demais países assinaram. E nós julgamos que é correto cumprir esses acordos.

Para mim, a Fifa não é uma espécie de Otan do futebol que ameace com suas tropas nossa soberania e a nossa dignidade. Acho que não. A Fifa é uma entidade privada que tem suas virtudes, como já aqui registrei; não por acaso tem muito mais sócios e filiados do que a própria ONU; não por acaso consegue dar soluções a conflitos como o de israelenses e palestinos, e a ONU não consegue. Então, a Fifa tem suas virtudes e tem também os seus problemas; tem também o seu mundo comercial e financeiro que ora está sob investigação, sob apuração, mas não é com esse mundo que o Brasil fez acordos nem assinou contratos. Os contratos e acordos assinados estão estabelecidos em documentos públicos reconhecidos e submetidos à apreciação do Congresso Nacional, como prova a audiência pública que ora se realiza. Então, as garantias são essas.

O Senado tem, naturalmente, toda a soberania para discutir a natureza dessas garantias. Nós não oferecemos apenas no caso da Fifa; nós oferecemos esses direitos às vezes até mais rígidos, por exemplo, a representações diplomáticas, a outros eventos comerciais como Fórmula 1. Como registrei aqui, nós permitimos que o piloto venha ao território nacional a despeito de nossa lei e possa dirigir um automóvel a 280, 300 quilômetros por hora. Significa que nossa soberania foi ferida, que a legislação brasileira foi ultrapassada porque se permitiu? Não. Aquilo ali foi

uma solução localizada, restrita e controlada para a realização de evento que tem interesse do Brasil. Mas respeito plenamente todas as conjecturas e todas as reflexões que o grande Senador Pedro Taques faz, naturalmente porque acompanho o assunto de perto, uma vez que o Estado do Mato Grosso será uma das sedes da Copa do Mundo. Já visitei o Estado mais de uma vez para tratar deste assunto da Copa, que eu acredito oferecerá ao Estado e a Cuiabá mudanças importantes não só na economia, no esporte, no turismo e no desenvolvimento do Mato Grosso.

O Senador Cristovam talvez não tenha compreendido bem as minhas palavras na apresentação inicial. Eu não subestimei as nossas dificuldades e as nossas deficiências. Pelo contrário. Deixei aqui muito claro que a Copa do Mundo e as Olimpíadas oferecem ao Brasil duas grandes oportunidades: a oportunidade do exercício das nossas virtudes, das nossas qualidades civilizatórias, da nossa capacidade em engenharia; e oferecem também a grande oportunidade de superarmos nossas deficiências, as nossas deformidades; de nós nos depararmos com o desafio de enfrentarmos os nossos problemas.

E eu não tenho nenhuma razão para subestimar os problemas do Brasil. Aliás, a minha vida foi de superação de problemas. Quando nasci de parteira, o meu irmão, que nasceu antes, tinha morrido, há pouco mais de um ano, de tétano, por causa de uma tesoura desinfectada.

Então, é isso. Eu sempre vi. Agora, há duas formas de se falar dos problemas: uma é de só ficar falando dos problemas; e a outra é de só falar da solução dos problemas, de buscar a solução dos problemas. Acho que todos os problemas do Brasil têm solução.

As soluções estão plantadas na raiz da nossa civilização, porque, hoje, há gente dizendo o seguinte: "Ah, porque o País mudou. Agora há muita gente na classe C. O que é que houve com o Brasil?". Digo: "Não. O que houve com o Brasil é que ele sempre esteve preparado para dar solução aos seus desafios". Agora, as soluções nem sempre aparecem do dia para a noite.

Acho que, dos problemas que enfrentamos e superamos, a impressão que tenho é que o da Copa do Mundo é um dos mais fáceis de resolver. Acho que difícil mesmo foi construir a base física do nosso território. Foi construir uma nação com todos os seus defeitos, com essas possibilidades que ela oferece ao Brasil e ao mundo, foi fazer Brasília, foi construir o Rio Grande, o Acre, o Paraná.

Acho que isso foi mais difícil. Os nossos antepassados resolveram os problemas mais difíceis do Brasil. Eles resolveram todos. Eu acho que os que restaram para nós são muito mais fáceis de resolver. Acho são. Tomara que eu não esteja errado.

Agora, falei inclusive de alguns problemas, como o dos aeroportos. Todo dia nos deparamos com voos cancelados. Eu mesmo já vi aqui em Brasília. Eu ia voar às 15 horas; o voo foi cancelado, passou para as 16 horas; o voo foi cancelado, passou para as 17 horas, indo para São Paulo. Ou seja, uma cidade tão bem servida. Esta semana também foi em Fortaleza, onde também cancelaram os voos. As empresas não estão preparadas para substituir o seu serviço informatizado por um serviço analógico. Aí para tudo. As filas, o tempo de despacho de bagagem.

Agora, é necessário que se espere a Copa do Mundo para que esses problemas sejam resolvidos? Estava dizendo que vinha ontem de Maceió. Os aeroportos não cabem mais o número de gente, estão ultrapassados. Aí alguém diz: "Esse aeroporto aqui, de seis de manhã até as 12 horas e 30 minutos, não possui pouso, nem decolagem". Claro, se se concentrar cinco, seis, oito, dez voos, num horário só, aí passa a ter um problema. Em Maceió e em qualquer outro aeroporto do mundo que tenha uma capacidade subutilizada, como me parece que este é o caso.

Então, creio que, na área de hotelaria, temos problemas. Vamos ter agora. Vamos ter agora na Rio +20, mas acho que o País também está preparado para enfrentar esse desafio, segundo o próprio setor privado de hotelaria.

Assim, Senador Cristovam Buarque, não vou usar a linguagem dos navegadores aéreos, mas dos navegadores dos mares. Acho que o mar tem procelas. O mar está encapelado, mas acho que, para mares difíceis, os navegadores têm que ter habilidades e cuidado para enfrentar e fazer a travessia.

V. Exª não estava aqui, quando citei *Os Lusíadas*, de *Camões*, e falei do *Velhinho do Restelo*, digo que trouxe coisas muito boas, porque trazia advertências, mostrava os perigos e os riscos, mas precisávamos também, na época, dos navegadores que enfrentaram as dificuldades. Perto do que enfrentaram – meu Deus do Céu! -, o que será mesmo esta Copa do Mundo? Com todo o respeito por ela, acho que não teremos dificuldades de superar os desafios para realizá-la.

Os preços dos ingressos, Senador Petecão, é controlado pela Fifa. É o organizador. Pelo que vi, os ingressos mais populares não têm diferença grande dos cobrados nesse torneio nacional. Pelo menos nas partidas que vou, vejo que o ingresso para o jogo do Palmeiras com o Internacional, ou com qualquer outro clube que se realiza em São Paulo, tem preços compatíveis com estes que estão anunciando para a Copa do Mundo.

Eu acho que o problema também é do número de ingressos, que é um número muito menor de partidas do que a do campeonato brasileiro, mas nós estamos trabalhando junto à Fifa, para que, pelo menos dois segmentos da população tenham ingressos especiais: os portadores, os índios – as populações indígenas, principalmente na Amazônia, em Manaus e em Cuiabá – e os que são beneficiados pelo Bolsa Família, porque, no caso destes, nem a meia entrada resolve. Ganhar R$80,00, 100,00 e achar que pode tirar disso para comprar ingresso para a Copa é muito difícil.

Senador Mozarildo Cavalcanti, já falamos muito aqui sobre bebida. Acho que a preocupação de V. Exª, como médico, e das autoridades ligadas à segurança pública, com relação ao abuso da bebida, é procedente e necessário. O Congresso Nacional e o Senado Federal têm cuidado disso. O STJ tem cuidado disso, mas nunca chegamos ao extremo de proceder como os americanos dos anos 30, por exemplo, se não me engano, se fazer da proibição uma indústria que voltou contra o objetivo da lei, ou seja, começou a favorecer o crime organizado, o contrabando.

Então, eu acho que, com equilíbrio, o Congresso e o Senado hão de dar conta de combinar a permissão com as restrições que protejam a saúde e a segurança.

Senador Randolfe Rodrigues, muito obrigado pelas suas palavras. Não sou merecedor. Mal cumpro as minhas funções como brasileiro e como legislador, mas, de qualquer jeito, muito obrigado pelo carinho e pela deferência de V. Exª.

Creio que a mediação do Congresso se faz necessária, porque esses foram compromissos assinados no Governo do Presidente Lula, o compromisso maior, o *master* que se denomina assinado por ele e os demais assinados pelos Ministros do Esporte, AGU e outros que subscreveram essa documentação.

Esses documentos, de fato, abrem exceção, no caso da legislação brasileira, e não só para o Brasil, mas creio que para todos os países que igualmente subscreveram, em razão de atrair um evento como a Copa do Mundo e colher desse evento não apenas os benefícios materiais, objetivos, imediatos e futuros, como também os objetivos espirituais, de realizar um evento tão querido e esperado pelo mundo, que creio ter sido o que motivou a África do Sul.

A África do Sul não quis a Copa, porque achava que podia ganhar a Copa. Eles naturalmente tinham noção de que Brasil, Argentina, Inglaterra, França, Itália, Alemanha ou Espanha eram países com muito maior probabilidade de ganhar a Copa. Acho que os africanos do sul fizeram a Copa para superar aquela ideia apenas de um país apenas envolvido em conflito racial, em *apartheid*, e para demonstrar ao mundo que eles eram capazes de fazer uma coisa grande, importante. Acho que eles conseguiram. Acho que para o Brasil há também uma coisa parecida.

Já falei aqui dos direitos de marca. Altera uma legislação que, na minha opinião, não é a legislação ideal para o Brasil. Quando o Brasil assinou essa Lei de Propriedade Industrial, chamada Lei de Patentes, a Índia e a China discutiam ao mesmo tempo, porque era uma ofensiva de desregulamentação e de aprovação de acordos de propriedade intelectual para favorecer os grandes grupos internacionais, principalmente a indústria farmacêutica norte-americana e europeia.

Opusemos uma resistência muito menor do que a dos chineses e a dos indianos. V. Exª poderá comprovar o impacto sobre a remessa de *royaties* na área de fármacos e de medicamentos a partir de 1996, para ver a extensão dessa lei, e cotejar o impacto dessa legislação com o impacto econômico, comercial ou financeiro que terá um mês de Copa do Mundo no Brasil.

Então, eu acho que essa concessão que se faz, em razão da realização da Copa, não apenas compensa, pelos ganhos que o Brasil terá com a Copa do Mundo, como é muito pequena, em relação a outros assuntos que permanecem, como a estatística, ou nas cifras, do Banco Central ou dos órgãos de contabilidade pública do País, mas, de qualquer maneira, creio que V. Exª tenha muito mais legitimidade do que eu para examinar essa matéria e chegar às conclusões de um Senador patriota, inteligente e compromissado com o País.

Senador Wellington Dias, só me cabe agradecer às referências e dizer que temos, de fato, a intenção de levar o benefício da Copa e das Olimpíadas a todos os Estados e de manifestar o meu agradecimento de me receber com tanto carinho, desde que, há mais de 30 anos, visito o querido Estado do Piauí.

Senador Requião, mais uma vez, muito obrigado a V. Exª.

Muito obrigado às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores.

Desculpem-me as omissões, as falhas e as lacunas da minha exposição, mas renovo o meu agradecimento e a minha disposição de retornar ao Senado à hora em que for convocado por esta Casa do povo.

Muito obrigado também, querida Senadora Vanessa Grazziotin, do querido Estado do Amazonas.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Agradecendo a presença do Ministro Aldo Rebelo, damos a reunião por encerrada.

Até a próxima terça-feira.

(Iniciada às 10 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 08 minutos.)

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Ata da 12ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, Realizada em 10 de Abril de 2012, Terça-Feira, às 8H30, na Ala Senador Alexandre Costa, Sala n° 13.

Às oito horas e quarenta minutos do dia dez de abril de dois mil e doze, na sala de reuniões nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **JORGE VIANA, RODRIGO ROLLEMBERG, WALDEMIR MOKA, EUNÍCIO OLIVEIRA, SÉRGIO SOUZA, IVO CASSOL, ALOYSIO NUNES FERREIRA, VICENTINHO ALVES, DELCÍDIO DO AMARAL, VANESSA GRAZZIOTIN, CRISTOVAM BUARQUE, ANTONIO CARLOS VALADARES, CÍCERO LUCENA, FLEXA RIBEIRO e BLAIRO MAGGI**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores **ANIBAL DINIZ, ACIR GURGACZ, PEDRO TAQUES, LUIZ HENRIQUE, EDUARDO BRAGA, ALVARO DIAS, JOSÉ AGRIPINO, GIM ARGELLO e RANDOLFE RODRIGUES**. A Presidência declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à **PAUTA. AUDIÊNCIA PÚBLICA**, visando debater a ocupação do cerrado brasileiro e de fornecer subsídios para a elaboração de projeto de lei de proteção ambiental do bioma Cerrado. Comparecem os seguintes convidados: César Victor do Espírito Santo, Superintendente-Executivo da Fundação Pró-Natureza – FUNATURA; Roberto Brandão Cavalcanti, Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente – MMA; Donizete Tokarski, Presidente do Conselho da Agência Brasileira de Meio Ambiente e Tecnologia da Informação – ECODATA; Sr. José Roberto Rodrigues Peres, Chefe-Geral da Embrapa Cerrados; e Sra. Mercedes Bustamante, Diretora de Políticas e Programas Temáticos da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento – SEPED, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senhores Senadores Rodrigo Rollemberg, Blairo Maggi, Jorge Viana e Sérgio Souza. Os convidados respondem as perguntas feitas e apresentam suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinqüenta e oito minutos, lavrando eu, Leany Barreiro de Sousa Lemos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Rodrigo Rollemberg**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE TAQUIGRAFIA DA REUNIÃO DE 10/04/2012

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Declaro aberta a 12ª reunião extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A reunião destina-se à audiência pública com o objetivo de debater a ocupação do cerrado brasileiro e de fornecer subsídios para a elaboração de projeto de lei de proteção ambiental do bioma cerrado, em cumprimento ao Requerimento nº 12, de 2012, de minha autoria.

Convido os senhores expositores a tomarem assento à mesa.

O Sr. Roberto Brandão Cavalcanti, secretário de biodiversidade e florestas do Ministério do Meio Ambiente; Sr. Donizetti Tokarski, presidente do Conselho da Agência Brasileira de Meio Ambiente e Tecnologia da Informação, Ecodata; Sr. José Roberto Rodrigues Peres, chefe-geral da Embrapa Cerrados; Srª Mercedes Bustamante, diretora de políticas e programas temáticos da Secretaria de Políticas e Programas de Desenvolvimento – Seped, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

E estamos aguardando ainda a presença do César Victor do Espírito Santo.

Antes, quero agradecer, mais uma vez, a presença dos nossos convidados. Considero essa audiência pública da maior importância. Cumprimento também todos os jornalistas e pessoas que prestigiam nossa audiência pública.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, peço licença para ler algumas informações sobre o bioma cerrado.

O cerrado brasileiro detém 5% da biodiversidade do Planeta e apresenta a maior diversidade biológica entre as savanas mundiais. O bioma possui vegetação altamente heterogênea em diferentes escalas espaciais e elevado grau de endemismo tanto da flora como da fauna. A região abrangida pelo cerrado é o berço de grandes bacias hidrográficas que abastecem milhões

de habitantes. O bioma é responsável por mais de 70% da vazão gerada nas bacias do Araguaia/Tocantins, São Francisco e Paraná/Paraguai. Além disso, participa das bacias do Amazonas e Atlântico Norte/Nordeste. O cerrado brasileiro abrange o Distrito Federal e dez Estados: Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Maranhão, Bahia, Piauí, Minas Gerais, São Paulo e Paraná, somando aproximadamente 1.330 Municípios. Há manchas de cerrado em outras regiões do País, como as que ocorrem em Roraima, Amapá, sul do Amazonas e oeste do Pará.

Originalmente, o cerrado ocupava 204 milhões de hectares do território brasileiro. Até 2008, segundo dados oficiais, cerca de 97,6 milhões de hectares já haviam sido desmatados. Isso significa que aproximadamente 47,9% da cobertura original do cerrado brasileiro já havia sido removida até aquela data. Contudo, ainda não há sistemas de monitoramento do desmatamento no cerrado nos moldes existentes para a Floresta Amazônica. Apesar da elevada biodiversidade e de sua importância ecológica, várias espécies do cerrado encontram-se na lista das espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção. Das 472 espécies listadas, 132 estão presentes no cerrado.

Por essas razões, principalmente pela alta biodiversidade, é considerado como um dos biomas mais ricos, mas também um dos mais ameaçados do mundo. O intervalo entre as queimadas é uma variável importante. Queimadas frequentes reduzem a densidade de espécies lenhosas e favorece formações mais abertas. Queimadas mais espaçadas no tempo promovem maior acúmulo de combustível, o que gera queimadas mais intensas.

Historicamente, a principal causa do desmatamento no cerrado é o avanço acelerado da agricultura intensiva, em especial a partir da década de 1970. O processo de mecanização e a evolução das tecnologias agrícolas, notadamente as relativas à adubação, à irrigação do solo e à descoberta de variedades de culturas mais adaptadas à região propiciaram condições para o desenvolvimento da agropecuária no cerrado. Tanto a agricultura mecanizada para a produção de grãos quanto a pecuária extensiva continuam sendo dois fatores determinantes do desenvolvimento da região.

O avanço da fronteira agropecuária sobre o cerrado ainda persiste, em especial no Estado do Mato Grosso, devido a suas características propicias à agricultura e à pecuária.

Apesar da importância da agropecuária no cerrado para o crescimento econômico nacional, essa tem sido alvo de críticas, por não estar associada, muitas vezes, à adoção de práticas e de sistemas de produção sustentáveis. O esforço atual das políticas é conciliar a conservação ambiental e o desenvolvimento econômico.

Outra causa relevante é o aumento da demanda por carvão vegetal para a indústria de ferro-gusa, predominantemente nos polos de Minas Gerais e, mais recentemente, do Mato Grosso do Sul. Do total de cerca de 9,5 milhões de toneladas de carvão vegetal produzido no Brasil, em 2005, 49,6% foram oriundos da vegetação nativa. Ademais, 54 milhões de hectares são ocupados por pastagens cultivadas e 22 milhões de hectares, por culturas agrícolas.

A vegetação do cerrado contém genes que deixam as plantas tolerantes à seca e a temperaturas mais altas. A manipulação desses genes é importante no melhoramento genético destinado a criar variedades de plantas adaptadas a essas condições, além da possibilidade de introdução de novas culturas. Também por esse motivo, é importante proteger o cerrado brasileiro.

No que se refere ao balanço de carbono, observa-se que as áreas nativas funcionam como dreno de carbono durante toda a estação chuvosa e como fonte, por um breve período, no final da estação seca.

A substituição de sistemas nativos com aspecto heterogêneo e raízes profundas por gramíneas ou culturas anuais com aspecto homogêneo e raízes superficiais produz impacto sobre o armazenamento de carbono no solo, as trocas de calor e energia com a atmosfera e a conservação de recursos hídricos.

Durante a 15ª Conferência das Partes da Convenção nº 4 das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima, realizada em dezembro de 2009, na capital dinamarquesa, o Governo brasileiro apresentou os compromissos nacionais voluntários de redução, entre 36,1% e 38,9%, das emissões de gases estufa, projetadas até 2020.

Dentre esses, constava o objetivo de reduzir em pelo menos 40% as emissões provenientes do desmatamento do cerrado. As estratégias de redução das emissões de gases de efeito estufa no cerrado devem abranger áreas nativas, controle e monitoramento do desmatamento e das queimadas e áreas agrícolas, controle de queimadas, de restos culturais, recuperação de pastagens degradadas com incremento de cobertura arbórea, manejo de nutrição animal para redução das emissões de metano, manejo adequado do uso de fertilizantes nitrogenados, adoção de sistema de rotação de culturais, adoção de sistemas multifuncionais e diversificação da paisagem agrícola.

Para conter o desmatamento no cerrado, o Governo lançou, em setembro de 2009, o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado). Esse plano foi posteriormente adotado como Plano Setorial do Cer-

rado, para fins de atendimento ao art. 12 da Lei nº 12.197, de 29 de dezembro de 2009, Política Nacional sobre Mudança do Clima.

O PPCerrado prevê um conjunto de ações estratégicas organizadas em três eixos temáticos: fomento às atividades sustentáveis; monitoramento e controle; e áreas protegidas e ordenamento territorial.

O objetivo desta audiência pública é buscar compatibilizar a produção com a conservação desse bioma, que detém uma riquíssima biodiversidade, e buscar instrumentos, através do desenvolvimento científico e tecnológico, para conhecer e poder utilizar, com sabedoria e de forma sustentável, toda a biodiversidade presente no cerrado, como também ter elementos para construir, a exemplo do que fizemos com a Lei da Mata Atlântica, uma lei relativa ao bioma cerrado.

Quero registrar aqui a presença entre nós do César Victor do Espírito Santo, Superintendente Executivo da Funatura. É um prazer revê-lo, César. Também quero registrar a presença do André Lima, advogado que também tem trabalhado esse tema, e a de todos que aqui nos honram com suas presenças.

Vamos, então, iniciar a nossa audiência pública. Vou destinar o tempo de 20 minutos, a princípio, para cada orador, iniciando pelo César Victor, do Espírito Santo, Superintendente-Executivo da Fundação Pró-Natureza, Funatura.

O SR. CÉSAR VICTOR DO ESPÍRITO SANTO – Bom dia a todos e a todas. Eu gostaria, primeiramente, de agradecer a oportunidade, na pessoa do Senador Rodrigo Rollemberg, Senador do Distrito Federal que tem, ao longo de sua trajetória, procurado trabalhar também – não é, Rodrigo e Senador? – em função da conservação e uso sustentável do Cerrado.

Para a gente, é uma honra grande estar aqui neste momento.

A Fundação Pró-Natureza é uma fundação com mais de 25 anos de existência. É uma entidade não governamental, sem fins lucrativos, sem vínculos político-partidários e o nosso objetivo é trabalhar, fundamentalmente, pela conservação do bioma Cerrado. É lógico que a nossa área de atuação é o Brasil todo, mas a Funatura, quando foi criada, em 1986, já pensava em trabalhar em prol da conservação do Cerrado e, consequentemente, do uso sustentável da biodiversidade do Cerrado.

O Cerrado, conforme já foi ressaltado aqui pelo Senador, é um bioma extremamente importante para o Brasil, tanto em termos de biodiversidade, quanto em termos de recursos hídricos. A gente pode dizer que o Cerrado pode ser comparado a uma caixa d'água do País, com muitas nascentes. As principais bacias hidrográficas brasileiras estão aqui, no Cerrado. É importante para a geração de energia, é importante para a agricultura, é importante para o uso humano de recursos hídricos, mas também é importante para a própria manutenção da biodiversidade e dos processos ecológicos do bioma Cerrado.

O Cerrado vem sendo palco de uma rápida transformação, eu diria que nos últimos 50 anos, e se fizermos uma comparação breve com a Mata Atlântica, a gente tem que a Mata Atlântica demorou 500 anos para chegar, hoje, a um remanescente de 7 a 8% do bioma.

O Cerrado, em apenas 50 anos, de acordo com os dados oficiais do Ministério do Meio Ambiente, já alterou 50% da sua área, e existem alguns estudos em que essa alteração ainda chega um pouco mais próxima de 60%.

É importante ressaltar que isso se deu num espaço de tempo muito curto. Em apenas 50 anos, houve essa rápida destruição, e se continuar nesse ritmo, e até agora nada está indicando que isso vai mudar muito, em cerca de mais 40 anos a gente vai ter o que tem a Mata Atlântica hoje, o que seria extremamente lamentável, porque, hoje, tanto a sociedade brasileira, quanto as próprias pessoas que representam a sociedade têm plena consciência dos impactos que alguns processos de desenvolvimento geram no nosso bioma.

Então, a gente sempre escuta falar e também lê bastante coisa, e presencia, que essa rápida transformação do Cerrado tem muito a ver com uma ocupação de forma desenfreada do bioma, sem muitas preocupações e sem muitos critérios. Então, a gente, quando verifica como está a expansão da fronteira agrícola, por exemplo, no oeste baiano, no sul do Piauí, a gente verifica a rapidez com que essa destruição está se dando.

Isso tem um preço muito grande em termos tanto da manutenção da biodiversidade, como também da questão dos recursos hídricos. Muitos rios daquela região já estão secando, nascentes estão secando, e isso, obviamente, está impactando no fornecimento de água, e no fornecimento de água também com qualidade.

Então, o Brasil, hoje, é um forte exportador de grãos, carne e aço, por exemplo, e essa exportação está muito calcada na utilização do bioma Cerrado e, muitas vezes, tem causado sérios problemas. O Brasil hoje exporta milhares de toneladas de grãos, principalmente de soja. O Brasil é o maior exportador mundial de carne.

Para se produzir o aço, é preciso do ferro-gusa, que é produzido a partir do uso do carvão vegetal. Mas, ainda hoje, a maior parte do carvão é de exploração de Cerrado.

Então, constatamos que esse processo de desenvolvimento que se dá no Brasil precisa ser revisto. Não que a gente seja contra o agronegócio, contra os

reflorestamentos, mas precisamos fazer isso de forma organizada e possamos conciliar.

Esse discurso de conciliar o desenvolvimento com a conservação é o discurso que muita gente leva, mas nada se faz efetivamente para mudar essa política. Vejamos a questão energética. O Brasil precisa de energia? Precisa. Mas a gente ainda continua nesse processo de matriz energética, que depende fundamentalmente da hidroeletricidade.

Também nessa questão das hidrelétricas, a gente verifica a falta de um planejamento, de um zoneamento, tanto para as grandes hidrelétricas, quanto para as médias e pequenas. Essa questão das pequenas, as PCHs, é algo que está causando um transtorno muito grande no Brasil inteiro. O nome "pequeno", de pequenas centrais hidrelétricas, não significa que o impacto é pequeno.

Vou dar dois exemplos sobre o que está acontecendo em alguns lugares do cerrado. Aqui na Chapada dos Veadeiros, perto de Brasília, existe um rio, o Tocantinzinho, que é extremamente importante para toda aquela bacia hidrográfica no Alto Tocantins. É um rio onde existem algumas espécies ameaçadas de extinção, como, por exemplo, o pato mergulhão. Estão previstas ali cerca de 22 PCHs ao longo do rio inteiro. Então, a gente pensa: é pequeno só no nome porque o impacto vai ser extremamente grande. A gente fica, depois, questionando por que vão ser feitas tantas pequenas hidrelétricas sem haver, realmente, uma preocupação maior com o ambiente, com quem está no lugar, porque, durante o período da obra gera emprego, logicamente, mas depois só gera o impacto. Pouco fica para a região. Até a própria energia entra no sistema nacional e, muitas vezes, as pessoas que moram do lado de uma pequena central elétrica sequer sabem para onde essa energia vai.

O mesmo está acontecendo lá no rio Carinhanha, rio que divide o Estado de Minas Gerais com o Estado da Bahia. O rio Carinhanha, talvez seja um dos poucos rios ali da margem esquerda do São Francisco que ainda não tem nenhum barramento. Suas nascentes, seus principais tributários estão dentro do Parque Nacional Grande Sertão Veredas. Na área do parque a gente está conseguindo segurar alguma coisa, mas é só sair do parque e já há uma série de propostas de PCHs e que, obviamente, vão causar impactos tanto do ponto de vista ambiental quanto social.

Então, a gente fica imaginando o seguinte: chega lá qualquer pessoa ou qualquer empresa para fazer um estudo e já gera uma confusão com as comunidades que vivem no lugar. Muitas vezes, há informações totalmente desencontradas e sem nenhum critério, pois qualquer pessoa hoje no Brasil pode fazer um estudo sobre o rio tal. É só entrar na burocracia e fazer os estudos. Isso gera todo um problema e uma série de confusões no lugar. A gente, então, fica questionando em que isso vai beneficiar o País.

Então, a gente não pode mais considerar o cerrado como o bioma em que tudo pode ser feito. Vamos defender a Amazônia, vamos salvar o que resta de Mata Atlântica, mas o Cerrado pode ir para o espaço.

A gente não concorda com isso, a gente acha que o cerrado tem de ter uma ocupação ordenada, a gente defende muito a questão do zoneamento ecológico-econômico, a gente acha que é por aí que a gente vai conseguir, de certa forma, equilibrar a ocupação para o agronegócio, para o reflorestamento, para a mineração, a geração de energia, mas também para a parte de conservação e de uso sustentável da biodiversidade.

A gente verifica que o cerrado tem espécies da flora e da fauna que podem gerar alguns avanços para a ciência e alguns usos importantes, que podem ser muito úteis para o próprio ser humano.

Então, existem algumas espécies que produzem princípio ativo para determinados medicamentos. Um exemplo rápido é a rutina, que é extraída da Fava d'anta, favela. Ela tem muito no cerrado, nessa região de que estou falando, no Grande Sertão Veredas, e é utilizada pela Merck, que é um dos principais laboratórios em nível mundial, para produzir um remédio que é bom para a circulação sanguínea.

Então, esse é só um exemplo. Existem outras dezenas de exemplos de como pode ser feito o uso da biodiversidade do cerrado de forma inteligente.

Existe toda a questão da valorização da cultura dos povos do cerrado. Os povos do cerrado, os povos tradicionais, as comunidades indígenas guardam e procuram preservar as suas tradições culturais, e isso deve ser valorizado. A gente acredita que qualquer política de valorização do bioma deve passar também pela valorização dos povos do cerrado, das culturas tradicionais dos povos do cerrado.

A gente defende que as unidades de conservação, tanto as de proteção integral, quanto as de uso sustentável, devem, realmente, cumprir o seu papel.

O principal problema no Brasil, hoje, e no cerrado não é diferente, é a questão da regularização fundiária das unidades de conservação. A gente entende que é importante que sejam criadas unidades de conservação, mas é importante que elas sejam implementadas também.

Se a gente for fazer um estudo breve sobre o que a gente precisa para regularizar a situação fundiária das unidades de conservação, a gente vai chegar a um patamar de cerca de R$20 bilhões a R$30 bilhões.

Eu fico pensando: será que R$20 bilhões a R$30 bilhões são muito dinheiro para poder regularizar todos os parques nacionais no Brasil e outras unidades de conservação?

Se a gente comparar com apenas uma obra que está prevista para o parque, a gente vai verificar que não, e a gente vai ter como benefício a preservação da nossa biodiversidade de forma efetiva, porque o simples fato de criar unidade de conservação ainda não é um fator de garantia da sua preservação.

Então, é importante que se criem mecanismos para que os parques e as demais unidades de conservação sejam, efetivamente, regularizados.

Também defendemos a questão da regularização fundiária de terras indígenas. Existem, ainda, terras indígenas, no Cerrado, que precisam ter um trabalho de regularização, como xavantes, guaranis, terenas e caiuás.

Territórios quilombolas, também, vários deles, precisam ter essa regularização. Aqui perto, na Chapada dos Veadeiros, os kalungas têm, talvez, a maior área de quilombo do Brasil e essa situação precisa ser resolvida.

Enfim, o que a gente defende é: é possível, sim, fazer a conservação e o desenvolvimento sustentável, mas é importante que esse desenvolvimento seja objeto de um debate para a gente poder saber o que é que nós queremos em nível do cerrado, porque o cerrado não pode continuar sofrendo o que vem sofrendo.

A PEC do cerrado está aí desde 1995, a proposta de emenda à Constituição, e até hoje não foi votada, apenas passou pela Comissão Especial e está aguardando sua apreciação pelo Plenário.

Entendemos que uma lei específica para o Cerrado, a exemplo da Mata Atlântica, é um caminho interessante. Nós da Funatura e da Rede Cerrado – de que também fazemos parte – defendemos essa estratégia. E acho que na construção de uma lei como essa nós devemos dar oportunidade aos diversos segmentos da sociedade de opinarem, com o foco realmente na conservação, no uso sustentável e no desenvolvimento sustentável do nosso bioma.

Em grandes linhas, era o que eu queria falar. Agradeço mais uma vez a oportunidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, César Victor do Espírito Santo.

Registro a presença dos Senadores Blairo Maggi e Vicentinho Alves e a presença de todos que chegaram depois da abertura, especialmente Mara Moscoso, em nome de quem cumprimento todos os representantes da sociedade civil aqui presentes.

Passo a palavra ao Professor Roberto Brandão Cavalcanti, Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente.

O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI – Bom dia a todos.

Senador Rollemberg, muito obrigado pelo convite para estar aqui presente. Senador Vicentinho e Senador Blairo Maggi, é uma honra estar nesta Comissão. Colegas e participantes desta audiência pública, como falei, é uma satisfação estar aqui.

Há pouco assumi a Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, comandado pela Ministra Izabella, e queria colocá-la à disposição de todos. Temos técnicos da Secretaria aqui presentes também. A Secretaria é um órgão basicamente de implementação de políticas tanto emanadas do Legislativo como do próprio Executivo. Nós funcionamos como um híbrido, com uma atuação transversal, observando como as políticas afeitas à biodiversidade e à conservação da biodiversidade, florestas e ambientes naturais do Brasil são executadas. Também é uma atividade importante da Secretaria atuar na captação e mobilização de recursos internacionais e nacionais. Portanto, como a Secretaria não é um órgão de execução de projetos em si, esses recursos na realidade são repassados aos diversos órgãos da sociedade, como universidades, outros setores governamentais e terceiro setor. Mais uma vez então, eu queria colocar a nossa atuação à disposição de vocês.

Há quatro diretorias: de conservação da biodiversidade; de florestas; de acesso a recursos genéticos; e de áreas protegidas.

A apresentação que vou fazer, atendendo a nossa solicitação, é sobre o cerrado *sensu lato*, não particularmente nem exclusivamente da Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Dei uma olhada nas outras apresentações, e as palavras do César Victor já cobriram boa parte do que vamos falar. Vou evitar redundâncias, mas é extremamente oportuna a convocação desta audiência porque, realmente, há necessidade de novos marcos legais para o Cerrado, no eixo da sustentabilidade.

O que é característico hoje, como vou falar nos *slides*, é que há uma interdependência inequívoca entre biodiversidade, conservação, atividade econômica e culturas humanas presentes no Cerrado. Eu acho que há realmente uma oportunidade – pegando um pouco das palavras do César Victor também – de inovar e de avançar num conceito de legislação sobre o Cerrado que englobe os múltiplos aspectos: o aspecto humano, o econômico, o social, a biodiversidade e o desenvolvimento.

Próximo *slide*, por favor.

Nós sabemos que o Brasil é um país de megadiversidade. É o número um em biodiversidade no mundo, mas, na realidade, está empatado com outro: a Indonésia. Na realidade, o conceito de *hotspots* de concentração de biodiversidade mostra que, em mais ou menos 2% da superfície terrestre, você encontra metade de todas as espécies. Essa é a lógica de dar atenção especial a determinados biomas. Não é que um seja mais importante do que outro, mas, por exemplo, as florestas da América do Norte e da Europa, Sibéria, são dominadas por três, quatro, cinco espécies, enquanto nas florestas tropicais do Brasil, no sul da Mata Atlântica, na Bahia têm-se quatrocentas espécies por hectare.

Próximo *slide*.

Aqui há algumas estatísticas de por que o Brasil é o número um em biodiversidade. Se a gente for descendo a lista, entende mais ou menos o porquê.

Próximo *slide*.

A América do Sul, assim como a Austrália, foi um continente, uma ilha durante 65 milhões de anos. Ao contrário da Austrália, não existem grandes desertos aqui. Então, tem-se uma ilha como Madagascar, ene vezes maior, que ficou isolada durante milhões e milhões de anos e desenvolveu formas únicas. Nós temos ambiente tropical, não há desertos, massa continental que sustenta grandes populações e enorme diversidade de ecossistemas. Então há razões realmente biológicas e concretas para a América do Sul ter uma posição de destaque dentre os continentes.

Próximo.

Bom, o que acontece no cerrado? Tem-se dez mil espécies de plantas vasculares. O cerrado é, na realidade, uma floresta seca. A origem do cerrado é uma floresta seca. Tanto a fauna como a flora, embora a gente tenha áreas abertas, áreas campestres, tamanduá bandeira, emas e espécies de áreas abertas, a origem da diversidade biológica do cerrado é de uma formação, de um tipo especial de floresta seca. Então, por exemplo, há num lugar aqui, 820 espécies de abelhas silvestres. Quando a gente mexe no cerrado é nisso que estamos mexendo.

Próximo.

As espécies de aves e da biodiversidade do cerrado não se espalham só nas áreas naturais. Volte a foto, por favor. Essas duas fotos eu tirei no parque Olhos D'Água, a um ou dois quilômetros desta sala. Então, mesmo dentro do DF, você encontra a biodiversidade do cerrado espalhada por todas as áreas, inclusive as urbanas.

Próximo.

Esses pontinhos aí mostram o que é conhecido, os locais onde foram feitas pesquisas científicas no cerrado. Então, embora se saiba bastante sobre o cerrado, a gente pode ver que as partes brancas têm enormes áreas que nunca foram visitadas ou estudadas. Claro que são conhecidas pelas populações locais, pelas comunidades que moram lá, mas aquele conhecimento tradicional ainda não foi organizado e transmitido para os outros que não moram nesses locais.

Próximo.

Por que o cerrado é o celeiro do Brasil? Essas fotos são autoexplicativas. Ali em cima, à direita, é ao Jalapão, uma das áreas ainda de cerrado nativo, e as outras áreas mostram por que a agricultura do cerrado é tão eficaz e eficiente.

Próximo.

As estatísticas, não só as de biodiversidade que eu mostrei, mas as de produção no cerrado são impressionantes: 47% dos grãos, esses são dados de 2009, 40% da carne bovina, 36% do leite do Brasil saem do bioma cerrado – então não é um lugar qualquer – e quase 70% da soja. E esses dados evoluíram. Então, quando a gente olha o cerrado, nós temos que olhar uma região de alta complexidade em todos os aspectos.

Próximo.

Aí vemos a transformação, como já foi dito pelo Cesar Victor e acho que vão entrar em mais detalhes. A tecnologia agrícola realmente levou a um processo de fragmentação. E aí vem aquela história do copo meio cheio e do copo meio vazio. Ao contrário da Mata Atlântica, que está reduzida a quase 28%, o cerrado, em todas as suas formas, ainda está em torno de 40%, mas as taxas de conversão são muito altas. Daí a necessidade de se introduzirem marcos legais baseados na sustentabilidade.

Próximo.

Então, há áreas protegidas importantes no cerrado. Trabalho do Ministério do Meio Ambiente e outros, do próprio Estado de Tocantins, que se destacou na criação do Parque Estadual do Jalapão, que está nesta foto. É uma das maravilhas do cerrado.

Próximo.

O cerrado já teve fauna que não existe mais aqui. Há dez mil anos, se você andasse pelo cerrado, é isso que veria: tamanduás gigantes, lhamas, megatérios. Sabemos, não só pelos esqueletos nas cavernas de Minas Gerais, como as próprias populações humanas, por meio das pinturas rupestres, mostram que, de fato, é isso.

Portanto, o cerrado é um ecossistema, é um bioma que está em contínua transformação. E a presença humana tem um efeito decisivo sobre isso. Ele não é auto-organizado; quem está no cerrado é quem define seu futuro.

Próximo.

Hoje, o cerrado é assim, e estes são os grandes herbívoros que substituíram aqueles que vocês viram nas pinturas anteriores.

Próximo.

Ao mesmo tempo, o cerrado é palco das áreas metropolitanas que mais crescem no Brasil. É importante olharmos não só o cerrado como um ambiente extra-urbano, mas as áreas urbanas são o grande desafio da conservação. As decisões são tomadas nas cidades, mais da metade da população humana vive nas cidades. Então, o cerrado sustenta uma das áreas urbanas que mais crescem no País.

Próximo.

Isto eu tirei do *The Economist*. Muito se fala em industrialização, em desindustrialização etc. Eu peguei cinco países com os quais o Brasil é mais ou menos comparável, para olhar como é o emprego da população. Então, na agricultura, o Brasil não está tão alto como a China, mas realmente está típico até em comparação com a Argentina, onde apenas 5% da população trabalham na agricultura. Não há dúvida de que vamos ver, nos próximos anos, no Brasil, o deslocamento da população agrícola para outros setores. O pessoal fala em desindustrialização. De fato, o Brasil está bem abaixo até da Argentina, com 23%; a Alemanha, 30%; a China, os Estados Unidos. Ou seja, quando o pessoal diz que deveria haver um investimento maior na indústria até que, se olharmos o emprego da população, é um argumento razoável. E a área de serviços é alta em todos os países e no Brasil. Então, ao olharmos o futuro do cerrado, podemos olhar, sim, também, para o Brasil. O que as pessoas tenderão a fazer? E planejar um desenvolvimento sustentável nessa linha.

Próximo.

Gostamos de dizer que a biodiversidade é a base da pirâmide, não só da sustentação da vida humana, mas também das atividades econômicas do presente e do futuro, porque toda atividade agrícola basicamente é de domesticação de espécies que já foram selvagens um dia e que constantemente o desenvolvimento da tecnologia agrícola é baseado na introdução de genes e de cruzamentos com parentes silvestres, com a presença do serviço de ecossistema. Portanto, não podemos pensar no cerrado, no desenvolvimento do setor agrícola e da agroindústria, sem olhar a biodiversidade como pilar desse desenvolvimento.

Próximo.

Aqui, simplesmente... Acho que vou deixar isso para depois, para verem com mais detalhe. Estou olhando no relógio e o meu tempo está correndo. Mas, a médio prazo, estamos olhando a migração de usos extrativos da biodiversidade para usos voltados à domesticação, ao valor agregado, em vez de venda de bens. Por exemplo, o capim dourado no Jalapão. É um bom exemplo. Em vez de fazer uso direto, agrega valor por meio de um artesanato que é único no mundo. Turismo, Chapada dos Veadeiros e outros. Estamos olhando a migração do uso direto de áreas naturais de exploração direta, para uso de serviços ambientais, uso de informação relacionada àquela mudança que identificamos no perfil da sociedade humana.

Próximo.

O setor extrativo, nas regiões tropicais, é um setor de baixa produtividade. Então, basta olhar as tribos indígenas. Por que você tem 7 mil pessoas em 10 milhões de hectares nas reservas caiapó, no rio Xingu? Porque a floresta é pouco produtiva. O tamanho das vilas é de 200 indivíduos. Quando passa de 200, o pessoal sai e forma uma nova vila. Por quê? Porque aquele raio de ação dentro do qual você sai todo dia para coletar e caçar é limitado. Não é que o índio seja bom ou ruim, mas o estilo de vida do índio e a produtividade do ambiente do qual eles dependem exigem baixas densidades. Se você quer migrar para cidade de alta densidade, você, necessariamente, tem que fazer uma transição para a agricultura e para a alta produtividade.

Por outro lado, essas enormes reservas no Xingu, além de ter um valor para as comunidades que lá moram, têm um valor imensurável, como serviço de ecossistema, como informação. Todo mundo tem essas evidências ainda mais fortes de que a precipitação no cerrado é produto de reevaporação das massas de ar que vêm do Atlântico, caem na floresta amazônica, são reevaporadas naquelas florestas do Xingu e vêm para irrigar o cerrado. Então, não podemos olhar só as áreas indígenas como aquele modo de vida local deles. É tudo dentro de um contexto de importância que vai muito além daquele território local.

Próximo.

Aqui, os serviços de ecossistemas... Engraçado que a primeira estimativa de serviços de ecossistemas foi feita em 1997, pelo Constanza. Se fosse pagar o serviço de ecossistema, seriam US$30 trilhões, sem contar carbono.

Próximo.

O que acontece? A água mais barata para o agricultor é a água da chuva. Oitenta e três por cento das áreas agrícolas do Planeta são abastecidas por chuvas e produzem dois terços do suprimento alimentar.

Próximo.

E aqui vemos, por exemplo, esses tabuleiros, mais uma foto do Jalapão. Essas aqui são as esponjas do cerrado. Aqui só chove seis meses por ano. Os chapadões mantêm a água que cai seis meses por ano e os rios perenes são liberados ao longo do tempo. Então, o

Parque do Jalapão é essencial para a agricultura das áreas do Entorno.

Próximo.

Existe, infelizmente, ou felizmente, sei lá, uma relação quase linear entre fotossíntese e água. Se você quer aumentar a produção, você vai precisar de mais água. As estimativas aproximadas são de que vamos precisar de mais um terço da água hoje disponível para agricultura até o ano de 2025, ou seja, teremos de fazer um uso extremamente racional da água de precipitação e do sistema de recarga de aquíferos.

Próximo.

Estes vocês já conhecem. Mostram como a tecnologia da soja evoluiu do Sul e, hoje, ocupa grande parte do centro brasileiro.

Próximo.

O cerrado representa um enorme mosaico. Esse *slide* foi um trabalho que a Vivian e eu fizemos. O pessoal diz: Ah, no DF já está tudo transformado! Bom, nós olhamos que, nas unidades de conservação, só dentro do DF, encontram-se 80% das aves do DF e metade das espécies de aves do cerrado estão presentes só aqui no DF, nas áreas de conservação. Ou seja, não é que, para conservar, precisa-se conservar 100%. É viável fazer estratégias de conservação que sejam compatíveis com a presença humana.

Próximo.

Cerrado e essa característica de mosaico.

Próximo.

Tenho que correr, porque já estou na contagem regressiva.

Próximo.

Aqui, é um projeto que uma das minhas alunas da UnB fez, um projeto de iniciação científica, olhando, por exemplo, aqui está o Parque Nacional de Brasília e aqui está Águas Emendadas. Ela fez um mapeamento e viu que 40% dessa área ainda está conservada na forma de cerrado. Por exemplo, se fizesse um edital "corredores voluntários no DF", para proprietários que quisessem disponibilizar alguma parte de sua propriedade como corredores de biodiversidade e fossem remunerados por isso, conectavam-se essas duas áreas, sem criar nenhuma nova reserva, simplesmente por meio de incentivos ao uso do solo, pagamento por serviços de ecossistema.

Próximo.

Aqui, levantamento simples, com binóculos. Este é o Parque Olhos D´Água. Aqueles dados são coletados assim. Não é muito sofisticado.

Próximo.

Aqui, a UnB, com apoio, inclusive, do Senador Rollemberg, do Senador Cristovam, do Deputado Gabeira e outros, montou um centro de estudos do cerrado na Chapada dos Veadeiros, com um objetivo muito interessante, um elemento muito forte de inclusão social. As bolsas de estudo são dadas a alunos da UnB mais a alunos do ensino local.

Próximo.

Aqui, estagiários da UnB, professores.

Próximo.

A comunidade local envolvida. Aqui foi uma reunião para manejo de fogo na Chapada.

Próximo.

Esses são os estagiários, os alunos. Este é um parque municipal na Chapada dos Veadeiros. Estes são os alunos locais, fazendo o levantamento das aves, assim como os alunos das UnB fazem em Brasília, eles estão fazendo lá. Ou seja, metodologias que podem ser usadas em qualquer lugar do cerrado.

Próximo.

Aqui, vemos o avanço das áreas de agronegócio, mas também áreas preservadas ainda extensas.

Próximo.

Por que a Chapada dos Veadeiros ainda está bem conservada? Entre outros motivos, porque são áreas de pouca aptidão agrícola, muita pedra.

Próximo.

Vemos que não são só demandas de conservação, mas há demandas sociais imensas ainda a serem atendidas no cerrado.

Próximo.

O problema do fogo é sério, porque há paisagens que são mantidas pelo fogo, mas há paisagens que são intolerantes ao fogo. Então, o fogo não é um tudo ou nada.

Próximo.

Por exemplo, aqui, na fumaça, o principal elemento que sobe nas queimadas é o nitrogênio. O fósforo fica. Estou aqui chutando. A Professora Mercedes que é a *expert* nesse assunto vai falar muito mais.

Próximo.

Aqui, vemos algo típico do cerrado, o Parque Nacional das Emas e mais um mosaico enorme de uso do solo.

Próximo.

O pantanal.

Próximo.

De onde vem o pantanal? Vem do cerrado. Olhe as bordas do cerrado, o efeito esponja e os rios que entram pelo pantanal.

Próximo.

Ou seja, a conservação do cerrado é o determinante da conservação do pantanal.

Próximo.

Aqui, é um conjunto de transições, uma previsão feita em 1992. Na época, achei que aquilo era inteira-

mente chutado, mas, hoje, vinte anos depois, vemos que várias dessas transições que foram identificadas como necessárias para sustentabilidade do Planeta estão acontecendo. Há transições demográficas em muitos países. A transição tecnológica é uma realidade. A transição econômica, em muitos lugares, está acontecendo. Quanto à transição social, o Brasil é um dos líderes nesse tipo de transição. E aqui precisamos trabalhar mais as transições institucionais. Daí a necessidade, por exemplo, de se criarem novos marcos legais. E a transição da informação, para que a tomada de decisão seja tomada cada vez mais pela sociedade.

Próximo.

Aqui, Senador, fica o conjunto de sugestões para futuras audiências, sobre o que poderia ser incorporado em um programa de legislação sobre o cerrado. Estabelecer uma visão regional; reconhecer as características únicas, inclusive das culturas humanas; usar o conceito de corredores de biodiversidade, entre outros, para organizar a conservação.

Próximo.

Aqui, algumas vocações regionais, na ótica de um biólogo, sobre o que é o potencial do cerrado.

Próximo.

Cultural. O cerrado contém as principais culturas humanas do Brasil, indígenas, quilombolas, comunidades extrativas, tradicionais, comunidades alternativas de Alto Paraíso e outras, agricultura, pecuária e agroindústria. O ponto chave é manutenção da diversidade cultural e do território que sustenta essa diversidade.

Próximo.

Aqui, algumas iniciativas estruturantes dentro daquelas iniciativas que já vêm sendo apoiadas pelo Senado, pelos Ministérios, pela sociedade civil, pelo setor empresarial.

Próximo.

Algumas prioridades para o desenvolvimento social, pois sabemos que a região do cerrado é uma das mais carentes do ponto de vista social. Estabelecer metas quantitativas, alinhar atores regionais.

Próximo.

Essas são algumas questões biológicas, algumas prioridades.

A Mara chamou, pelo Facebook, os participantes para essa reunião e eu pedi sugestões naquele mesmo *site*. Aqui estão algumas recomendações que me foram enviadas e que me comprometi a colocá-las.

Próximo.

Essas vocês já viram.

Próximo.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Prof. Roberto Brandão Cavalcanti.

Prof. Roberto Brandão Cavalcanti, quero confessar que, quando o senhor mostrou aquela vereda ali no Jalapão, nesse sol, deu-me vontade de dar uma mergulhada.

Vou passar a palavra ao Sr. José Roberto Rodrigues Peres, Chefe-Geral da Embrapa Cerrados, e, em seguida, ao Donizete Tokarski.

O SR. JOSÉ ROBERTO RODRIGUES PERES – Bom dia a todos.

Gostaria, primeiramente, agradecer o Senador Rodrigo Rollemberg pelo convite feito à Embrapa para participar deste debate. O tema é de altíssima relevância. Nós estamos carentes de debates com relação à ocupação do cerrado. Temos muitas informações. E, às vezes, não fazemos uso dessas informações quando precisamos tomar decisões. O Senador Rollemberg pertence à grande família embrapiana. Assim como o Senador Blairo Maggi, um dos pioneiros da produção no cerrado, parceiro da Embrapa de longas datas, não só na produção, mas na pesquisa, envolvimento de cultivárias.

Senador, tentei puxar alguns pontos relevantes para apresentar nesta audiência. Senti que eram muitos pontos relevantes. Teria que fazer as apresentações em 78 rotações. Reduzi pela metade. Ainda assim não vou passar para 33 rotações, mas continuar em 78 rotações para poder colocar todas as informações que trouxe. Muitas das informações já foram colocadas e serei rápido ao tratá-las.

Cerrado mais de 20% do território nacional.

Próximo.

Nós temos diferentes tipos de cerrado. Esse é um cerrado típico.

Próximo.

Temos desde o campo limpo até o cerrado mais denso. Entretanto, os problemas de fertilidade de solo, de solos antropisados, de solos velhos e com problemas sérios de física e química predominam em diferentes tipos de cerrado.

Próximo.

Em 1973, foi criada a Embrapa e, em 1975, a Embrapa Cerrado. Hoje a Embrapa Cerrado é próximo a Planaltina. Temos mais de sessenta mil metros quadrados de área construída e um grande laboratório para pesquisa, um campo experimental de mais de dois mil hectares. A Embrapa Cerrado junto com seus parceiros do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária foi e tem sido protagonista de geração de tecnologia para o desenvolvimento agrícola do cerrado, para inserção do cerrado no processo produtivo.

Próximo.

Qual o enfoque da pesquisa na Embrapa Cerrado? É transformar problemas complexos, que são os cerrados, em soluções simples por meio de geração de tecnologia.

Próximo.

Nós temos, desde a criação da Embrapa Cerrado, o enfoque em três grandes temas: avaliação e aproveitamento dos recursos naturais, a grande preocupação de conhecer a oferta ambiental para gerar um sistema de produção, tanto agrícola como pecuária, compatível com esse ambiente.

Nós temos infinidades de linhas de pesquisa, várias disciplinas temáticas, as quais o Senador citou aqui na sua explanação sobre o cerrado. Praticamente enfatizamos tudo isso em nossa pesquisa.

Próximo.

Como disse, desenvolver sistema de produção vegetal e animal em equilíbrio com esse ecossistema.

Próximo.

Por meio de infinidades de tecnologias, e não dá tempo de discorrer sobre elas, próximo talvez a mil tecnologias geradas em todo o sistema nacional de pesquisa agropecuária, hoje, o cerrado tem contribuído de maneira marcante e significativa para a produção de alimento, fibras, agroenergia, energia para o Brasil, gerando, inclusive, excedentes exportáveis.

Esse é mais ou menos o percentual de importância econômica das principais culturas que produzimos no cerrado.

Próximo.

Temos aqui um exemplo típico de Mato Grosso. Quando os gringos vão visitar a Embrapa Cerrado – às vezes, são quatro missões por semana –, a gente mostra essa fotografia de um sistema fantástico de plantio direito: as colhetadeiras colhendo a soja e, logo em seguida, plantando milho.

Próximo,

Nós nos orgulhamos de dominar tecnologia tropical e chegarmos a essa condição de produção de alimentos. O grande investimento em pesquisa, em geração de tecnologia, tem sido o grande responsável por produzirmos hoje 160 milhões de toneladas de grãos.

Aqui é a área cultivada e, aqui, a produção de grãos. Isso aqui é produtividade, é aplicação de tecnologia. Se não fosse investimento em tecnologia, precisaríamos três vezes mais área do que temos, hoje, para produzir a mesma quantidade de grãos no cerrado.

Próximo.

A história se repete na parte de produção de carnes: grande investimento em tecnologia. Temos, hoje, o que chamamos de efeito poupa terra. Se mantivéssemos, para a produção de carne, a mesma tecnologia do início dos anos 70, 80, teríamos que ter mais de 500 milhões de hectares para produzirmos a quantidade de carne que temos hoje.

Por favor, próxima.

Eu disse que nos orgulhamos de dominar tecnologia para a agricultura tropical, um modelo de exploração agrícola vigente. Apesar de toda a preocupação em produzir conservando, deixamos um passivo ambiental e social. Isso está caracterizado e é um grande desafio para todos nós. Tem que se ter um grande pacto da sociedade, do Poder Público e do poder privado na busca da recuperação e regeneração desse passivo ambiental, dessas áreas que foram desmatadas, às vezes, de maneira não orientada e não por má-fé. Pela necessidade e pela premência de produzir alimento, não cuidamos, usando as práticas conservacionistas vigentes orientadas para que isso ocorresse.

Próxima.

Eu trouxe algumas considerações com relação à ocupação sustentável do cerrado.

Próxima.

Aqui é um mapa recém-publicado pelo Ibama, pelo Ministério de Meio Ambiente, mostrando que temos cerca de 50%, 49% do cerrado desmatado, antropizados.

Próximo.

Felizmente, nos últimos anos, essa taxa de desmatamento tem diminuído. Pelo esforço de um governo defensor de políticas, de programas como o PP Cerrado e outros, essa taxa tem diminuído, e vamos tentar fazer com que isso continue nesse ritmo.

Próximo.

Aqui, temos, também produzido pelo Probio, um mapa da ocupação vegetal, da ocupação agrícola do cerrado.

Próximo.

É muito interessante mostrar esses dados, e aqui estão todos os Estados que compõem o cerrado, Senador. Por exemplo, a área natural que ainda é preservada em Minas Gerais, Mato Grosso, Bahia, Tocantins, Maranhão, Piauí está acima de 50% da sua vegetação nativa, e temos condições e tecnologia para que reduzamos cada vez mais esse desmatamento e preservemos essas áreas, deixando a maior área possível intacta.

Próximo.

Essa é a taxa de desmatamento. Temos de focar essa região, que é área de fronteira, que é a região que chamamos de Matopiba, que compreende Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. As políticas têm se voltado muito para a ocupação dessas áreas, em função do menor risco climático em relação aos veranicos. São áreas de influência da Amazônia, assim como Mato Grosso, que não está na região de Matopiba, mas que

também é área de menor risco agrícola, e, por isso, a fronteira se espalha por essa região.

No próximo *slide*, vemos o atual uso agrícola do cerrado. Senador, dos 207 milhões de hectares, cerca de 139 milhões de hectares são áreas agricultáveis. É uma das maiores fronteiras agrícolas do mundo. São 22 milhões de hectares com culturas anuais. De 54 milhões de hectares a 60 milhões de hectares – depende um pouco da escala com que se faz esse mapeamento, esse zoneamento – são áreas de pastagem. Há 3,5 milhões de hectares de culturas perenes, e ainda estão disponíveis 60 milhões de hectares, considerando todas as Unidades de Conservação, tudo o que preconiza o Código Florestal e que poderia ser incorporado ao processo produtivo dentro do marco legal hoje estabelecido no Brasil. Entretanto, a nossa meta da pesquisa não é utilizar essa área disponível de maneira indiscriminada. Temos de potencializar as áreas já antropizadas, as áreas já abertas.

No próximo *slide*, vemos que o desafio é o de haver um sistema de produção cada vez mais sustentável. Temos o grande desafio de gerar tecnologia, de gerar fatores de produção que potencializem esse sistema de produção sustentável. Temos a oportunidade de estabelecer um novo modelo agrícola para o cerrado.

Há uma agricultura de transição ecológica, o que, ainda hoje, é uma promessa, mas tem grande potencial. Precisamos continuar incentivando, gerando tecnologia. Isso é insignificante, mas, no futuro, esse será um modelo de exploração e de produção de alimento importante na conservação do meio ambiente.

O próximo *slide* trata do plantio direto. O Senador destacou muito bem o compromisso que o Brasil tem com a COP 15 de reduzir as emissões em 1 bilhão de toneladas de CO_2 equivalente. E 17% dessa redução estão voltados para o uso agrícola. A mitigação dessas emissões também é de grande responsabilidade da agricultura. Por isso, há a agricultura de baixa emissão de carbono, em que o plantio direito, talvez, seja o grande ganho que existe em termos de práticas conservacionistas ou de um sistema de produção sustentável, com o aumento de 25 milhões para 33 milhões de hectares, boa parte disso no cerrado, até 2020.

Pode passar ao próximo *slide*.

Temos de recuperar as pastagens degradadas. Temos o compromisso, até 2020, no Brasil todo, de recuperar cerca de 15 milhões de hectares de pastagem degradada. Desses 15 milhões de hectares, 8 milhões de hectares estão no cerrado.

O grande desafio é o da integração lavoura, pecuária e floresta. Para nós, esse sistema é um sistema de produção agrícola de futuro no Brasil, em que se verticaliza a produção, em que se produzem na mesma área grãos, floresta, carne, agroenergia.

Vou adiantar aqui que um projeto de lei do Senador Rodrigo Rollemberg propõe a criação de uma lei específica para viabilizar e incrementar o uso da integração lavoura e pecuária. O projeto já passou pelo Senado, não é, Senador? O projeto está na Câmara dos Deputados, já passou por todas as Comissões que tinha de passar, está para ser votado em plenário, para, depois, ir à sanção da Presidente.

Teremos a grande oportunidade de, na Conferência Rio+20, mostrar que o Brasil produz, sim, boas práticas agrícolas e produtos limpos.

Cada vez mais, há a necessidade de verticalizar a produção, para não incorporar aqueles 60 milhões de hectares, Senador, ao processo produtivo. No cerrado, há uma área potencial para irrigação de 10 milhões de hectares, e ainda não se chegou a 1 milhão de hectares. Temos, pelas condições climáticas do Senado, como produzir cinco culturas em dois anos. Condições ímpares no mundo, em termos de aumento da oferta do alimento de maneira verticalizada.

Próximo.

E aí nós temos aqui no cerrado grandes tecnologias sendo geradas. Trigo produzindo quase 8 toneladas por hectare.

Próximo.

Temos aqui a quebra de todos os paradigmas possíveis e imagináveis de plantarmos dendê no cerrado. Estamos produzindo, em nível experimental, mas em uma área significativa, cerca de 30 toneladas de cacho por hectare, com a produção de 6 mil litros de óleo por hectare. Esse dado é maior do que a produção de dendê na Amazônia. Mas alguns questionam o problema da irrigação: e a quantidade de água e a pegada hídrica para produzir esse óleo? Vou adiantar para vocês que produzimos dendê com menos água do que aplicamos na cultura de feijão. São 380 milímetros de água para produzir 30 toneladas de dendê, de cacho de dendê por hectare. No feijão, nós usamos 400 milímetros de água. Coisa fantástica!

Por favor.

Eu disse da grande oportunidade de inserirmos hoje, no modelo de produção agrícola, o conceito de economia verde, que não é um modismo, é um conceito das Nações Unidos. Segundo esse conceito, temos que ter o retorno para a sociedade dos investimentos em capital natural e humano na busca da redução de emulsões, uso cada vez mais eficiente de recursos naturais, geração de menos resíduos e redução de disparidade social. Aqui, sim, está preconizado o desenvolvimento sustentável.

E qual o desafio da pesquisa, Senador? Próximo. É incorporarmos os parâmetros de economia verde na matriz do sistema de produção agrícola. Hoje o custo de produção agrícola não leva em consideração o custo de produção de um produto limpo usando prática conservacionista e de tecnologia prestadora de serviços ambientais. Esse é o grande desafio! Muito se questiona acerca da dificuldade de se fazer isso. Nós, na pesquisa, estamos priorizando – o próximo – a quantificação, a valoração dessas tecnologias prestadoras de serviço ambiental. Aqui nós estamos colocando a parte de sequestro de carbono, na qual podemos incrementar, e muito, em pastagem recuperada – depois vamos verificar isso mais à frente. Temos que quantificar quando formos propor que o sistema integração lavoura-pecuária, que o plantio direto, o sistema agroecológico reduz, sim, as emissões. Quantificamos e mostramos o quanto isso significa.

Próximo.

Alguns pontos para a reflexão, Senador. Um dos objetivos desta audiência pública é fazer uma análise crítica do que temos de políticas públicas que viabilizem e acelerem o uso de tecnologia de sistema de produção sustentável. Vou começar aqui dizendo que hoje, no Brasil, o principal instrumento de política agrícola é o zoneamento agrícola, que nós chamamos de risco climático. Hoje é usado como orientador do crédito agrícola. Nós temos que ir ganhando em eficiência e em informação para que o zoneamento continue a ser um instrumento de política de desenvolvimento. Temos que começar a tratar, passado o risco climático, o agroecológico, que hoje só é feito para a cana-de-açúcar. A meta deveria ser, e tem que ser, o zoneamento ecológico econômico, que trata não só do desenvolvimento agrícola como do desenvolvimento regional. Aqui eu tenho todos os parâmetros necessários, analisados, codificados para fazer uso na tomada de decisão para o desenvolvimento regional: o aspecto social, econômico, ambiental. Temos, de fato, um instrumento para, no futuro, implantarmos o mais rápido possível... Já temos o zoneamento ecológico econômico em alguns Estados, mas o Brasil precisa acelerar.

Próximo.

Eu estava num zoneamento agrícola, que é um zoneamento simples, que foi criado em1994/95, em que simplesmente se vê a capacidade de retenção de água em cima de uma série climática de chuva, ciclo da cultura e textura de solo.

Já estou partindo para o final.

Próximo.

Quando da implantação desse zoneamento, só no seguro agrícola, antes do zoneamento, se pagava 150 milhões de hectares; depois, esse número se reduziu para 500 mil hectares. Isso sem contar o aumento de produtividade em função do uso do período certo de plantada, cultivar certa, no certo, com aumento significativo de produtividade.

Próximo.

Aí o ecológico-econômico é da cana-de-açúcar. E queria destacar o seguinte: nós temos aqui a expansão da cultura de cana-de-açúcar no Brasil vai ser o cerrado. E para isso nós temos que ter uma análise profunda, quantificar e aprofundar esse zoneamento para continuarmos expandindo essa cultura estratégica para o nosso País. Nós não podemos impedir a sua expansão com restrições que não deveriam ser colocadas como restrições. Temos que ter consciência de que é possível expandir a cana-de-açúcar.

No temos só no sul de Goiás um mapeamento do zoneamento feito num detalhamento, comparando recursos hídricos, mais de 7 milhões de hectares aptos a plantar cana-de-açúcar sem irrigação.

Próximo.

Nós temos que acelerar o uso de políticas para viabilizar o sistema de produção sustentável. Já falei do projeto de lei.

O programa ABC é um grande programa de governo, que está sendo implantado, mas que precisa ser acelerado, aprofundado. Nós temos que recriar programas de irrigação. Hoje nós não temos programas específicos para incentivar a irrigação no nosso País. Nós tínhamos o Proni, todos lembram. Temos que inserir no projeto de lei o pagamento de prestação de serviços ambientais, porque o produtor não vai pagar essa conta. A sociedade tem que pagar essa conta. A forma tem que se buscar nas inteligências existentes, principalmente no Legislativo, para propor essa forma, por subsídio, é claro, da pesquisa.

Próximo.

Nós temos que aprimorar, cada vez mais, os programas específicos de governo e do setor privado. Nós temos o monitoramento ambiental – não vou entrar em detalhes –, que é do Ibama, que hoje tem um caráter um pouco punitivo porque ele, através de imagens de satélites, identifica áreas desmatadas e se aquele produtor não está cadastrado, ele é multado. Mas, se ele se propõe a entrar no cadastramento, ele tem bônus para redução dessa multa ou até o perdão da multa.

Nós temos que, urgentemente, buscar uma forma de certificar o uso racional de recursos hídricos. Nós temos um grande programa com Hidroex/Unesco/Embrapa/Ana em Minas Gerais. Não vou entrar em detalhes, porque não dá tempo. Nós temos os programas de certificação da rede de agricultura sustentável. Na última *Época* eu li que a primeira fazenda de produção pecuária de Mato Grosso está senda certificada. O

projeto Bioma, que é uma parceria da Embrapa com o CNA. E eu gostaria de terminar com o projeto Sudeco, uma parceria forte com a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, com o Superintendente Marcelo Dourado.

Próximo.

Esses podem ir passando porque já falei sobre isso do mapeamento contínuo.

Resgate dos programas de microbacias. Nós temos hoje mais um programa específico. Não vamos fazer agricultura sustentável se não for através de microbacias. Todas as práticas conservacionistas têm que ser através da consideração da manutenção das áreas de preservação permanente, áreas de reserva legal e a sua unidade de produção. É um resgate que precisamos fazer.

Próximo.

Já falei do projeto Bioma. Pode passar.

Esse é o projeto Bioma Cerrado, que já foi implantado na pesquisa, é claro.

E o programa da Sudeco, que é a recuperação e manutenção de pastagens. É um programa que tem o envolvimento de todos os Estados, as Secretarias de Agricultura dos Estados, liderados pela Sudeco. A Embrapa está presente, o Banco do Brasil e outras instituições, na busca de um programa que não só privilegie o crédito, mas também assistência técnica e extensão rural, a parte de transferência de tecnologia e assim por diante. O objetivo é recuperar e manter as pastagens no cerrado.

Próximo.

Esses dados são fantásticos! Esses dados mostram o seguinte: este é o retrato da produção pecuária no Centro-Oeste, que é cerrado. Nós temos cerca de 7 milhões de hectares com meia cabeça por hectare, chegando a uma cabeça e meia. A grande concentração aqui é de 1,25 cabeça por hectare, totalizando 58 milhões de hectares e 57 milhões de bovinos.

Próximo.

A nossa meta é, em 10 anos, ter uma taxa de lotação de 1,25 cabeça, e, na recuperação dessas áreas degradadas, vamos disponibilizar cerca de 14 milhões de hectares. Se chegarmos a 1,75 como meta, o que é extremamente factível, nós vamos chegar a disponibilizar, dos 58 milhões de hectares, 25 milhões de hectares para outras finalidades, seja na integração, ou em outras atividades agrícolas, ou no desenvolvimento regional.

Próximo.

Nós temos, por fim, que cuidar dos recursos hídricos. Eu falei dos 10 milhões de hectares de água de superfície, que temos em potencial para o cerrado, mas se não houver fortemente políticas públicas voltadas para a gestão de recursos hídricos, nós vamos correr o risco de usar mal esse recurso natural que nós temos. Programas de produção de água têm que ser estabelecidos. Já temos no GDF, já temos em São Paulo.

Próximo.

Finalmente, um ponto fundamental: não adianta só fazer política em nível federal. Essas políticas têm que estar alinhadas às políticas estaduais e municipais. Se vamos fazer um projeto de lei para uso sustentável do cerrado, em nível federal, temos que ter um rebate, compatibilizando essas políticas em nível estadual e em nível municipal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Peres, Chefe-Geral da Embrapa Cerrados, pela grande contribuição que a Embrapa traz a este debate, através da sua pessoa.

Quero registrar aqui, com muita alegria, a presença da Jacqueline Vieira da Silva, Superintendente da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Goiás.

Quero registrar que disponibilizamos também a sala nº 9, em função do grande número de interessados, que não estavam podendo acompanhar dentro desta sala. Portanto, também a sala nº 9 está acompanhando a nossa audiência.

Quero apenas fazer um registro, ao ver suas imagens de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta e lembrar o projeto de lei que está pronto para ser votado na Câmara dos Deputados. Inclusive, pretendo falar hoje com o Deputado Marco Maia, para ver se ele vota isso rapidamente, já que a matéria passou em todas as comissões do Senado e da Câmara. Mas quero registrar aqui que grande parte das minhas emendas, Senador Blairo Maggi, eu coloquei no bioma cerrado: um milhão, para que a Embrapa Cerrados possa fazer ali, na estrada de Planaltina, uma vitrine do que seguiria essa Integração Lavoura-Pecuária-Floresta; um milhão para o projeto Terra Classe, a exemplo do que foi feito na Amazônia, para que, através da Embrapa e do Inpe, possamos identificar tudo o que aconteceu com o bioma cerrado, todas as áreas que foram convertidas ao longo desses anos, o que virou área de pecuária, área de agricultura, área que está sendo recuperada; um milhão para o Parque Nacional de Brasília; e quinhentos mil para o Centro de Pesquisa do Cerrado, que, até há pouco tempo, era dirigido pelo nosso professor Roberto Cavalcanti – e, agora, pela professora Nina Laranjeira.

Passo a palavra, agora, ao Donizete Tokarski, que é representante da Ecodata.

O SR. DONIZETE TOKARSKI – Bom dia, Sr. Senador Rodrigo Rollemberg.

Eu queria agradecer, em nome da Ecodata, o convite e destacar o importante trabalho que o senhor tem feito não só em defesa do Distrito Federal, mas de todo o território nacional, especialmente do cerrado daqui de Brasília, que vive um momento extremamente crítico. Nós que moramos em Brasília precisamos mais da sua energia, da sua força para dar uma governança ao Distrito Federal e vivermos numa situação de tranquilidade maior aqui.

Mas o nosso tema aqui hoje é o cerrado. Eu queria cumprimentar todos pela presença aqui, ao Senador Blairo Maggi, e dizer que o cerrado merece uma visão diferenciada, e a pressão que está recebendo é muito grande.

Eu queria, inicialmente, apresentar a nossa instituição, a Ecodata, que atua na gestão de recursos hídricos, criação de unidade de conservação, educação ambiental, democratização da informação, agroextrativismo, desenvolvimento sustentável.

A Ecodata tem 15 anos e já capacitou mais de 15 mil pessoas em diversas atividades, principalmente no cerrado.

Próximo, por favor.

A gente tem assento no Conama, fomos eleitos representando as ONGs do Centro-Oeste e reeleitos juntamente com o nosso colega César. Participamos do Conselho Estadual do Meio Ambiente. Também fomos eleitos e reeleitos para o Conselho Estadual do Meio Ambiente do Estado de Goiás, da Frente Parlamentar Ambientalista, o Fórum Ambientalista de Goiás, para o Conselho da APA do Planalto Central, para o Comitê de Reserva da Biosfera de Goiás. Estamos nesse trabalho já há alguns anos. Temos diversas pessoas aqui da instituição: Dr. Júlio Ramires, a Elisa, a Elaina, a Liane, a Mel, a Fabíola, colaboradores da Ecodata, entre outros aqui.

Próximo, por favor.

Eu gostaria, Senador Rollemberg e Senador Cassol, de destacar a importância da lei que trata especificamente do cerrado. Primeiro, é indispensável a aprovação da PEC do Cerrado. Nós entendemos que a PEC 115/95, que está adormecida dentro do Congresso Nacional há muitos anos, deve ser aprovada para que possamos também ter um tratamento isonômico nos demais biomas.

Como já foi destacado aqui, o cerrado é o segundo maior bioma brasileiro, extremamente rico em biodiversidade, tem a presença dos maiores aquíferos do País, que é o Guarani e o Urucuia, e apenas 2,6% do cerrado são protegidos em unidade de conservação federal. Isso realmente é um índice extremamente baixo.

A última unidade de conservação e proteção integral criada no cerrado foi ainda por Juscelino Kubitschek. Então, o cerrado, de fato, está abandonado do ponto de vista das unidades de conservação, principalmente federal, integral.

Próximo, por favor.

É a savana mais rica em biodiversidade do mundo. Cinco por cento da biodiversidade do Planeta estão aqui no cerrado. Isto já foi dito, que é um *hotspot* considerado como uma área de extrema prioridade para conservação.

O Senador Rodrigo Rollemberg já deu aula para nós, aqui, no início, destacando a importância do cerrado para os recursos hídricos. E aqui nós temos os dados: 94% do rio São Francisco, a sua vazão nasce no cerrado. Rio Paraná, 75%; Tocantins, 76%; Araguaia, 27% da vegetação somente é remanescente da vegetação natural do cerrado. Então, a bacia do Araguaia já está num processo muito crítico para a sua conservação, ainda mais um rio das características do rio Araguaia. Além do Parnaíba, Xingu, Teles Pires, Madeira, Jequitinhonha e outros do Atlântico que também nascem no cerrado.

Para frente, por favor.

O cerrado tem exatamente esse desenho, o maciço do cerrado, e as diversas bacias de que ele participa. No caso do São Francisco aqui, com 24% só da área e 94% da sua vazão. Então, é extremamente importante conservar o cerrado do ponto de vista da conservação da água para o abastecimento das cidades do Brasil.

Próximo, por favor.

A outra questão extremamente importante de visualizarmos aqui nessa lei que o Senador está liderando, juntamente com os demais Senadores aqui da Casa, é que precisamos perceber que o cerrado não deve ser só um produtor e exportador dos recursos naturais. Nós precisamos trabalhar toda a cadeia produtiva dentro da nossa região, não só um fornecedor de mão de obra; a economia atrelada a poucas culturas. Há pesquisas desenvolvidas pela Embrapa que potencializam toda essa riqueza que nós temos. É preciso associar à nossa economia e a uma diversidade de culturas também para a geração de emprego e renda.

A tributação não pode ser igualitária para um produtor rural que degrada a sua área e para um produtor rural que tem alta eficiência tecnológica, não só do ponto de vista empresarial, mas nós temos já a tecnologia para a alta eficiência tecnológica para pequenos e médios produtores. A tributação deve ser diferenciada do ponto de vista social e ambiental também da do importador de tecnologia, de insumos, de máquinas e equipamentos.

A grande geração de riquezas aqui no Cerrado é para atender a outros mercados. É preciso incorporar essa riqueza aqui na nossa região, fazendo com

que a incorporação da riqueza seja à população que aqui vive, e não um fornecedor de mão de obra, um fornecedor de recursos naturais, comprando somente insumos, tecnologias e máquinas de outras regiões.

E cada vez que nós concentramos a nossa produção em poucas culturas, nós também fazemos a concentração de renda. Isso o IBGE tem demonstrado com muita eficiência.

O consumo consciente dos produtos.

É preciso incorporar na sociedade, não só à sociedade rural, mas na sociedade urbana também, os produtos do Cerrado, valorizando os produtos que existem no Cerrado na nossa alimentação, no nosso sistema de comercialização de área. Valorizar os conhecimentos dos povos do Cerrado; promover o pagamento dos serviços ambientais e premiar a eficiência e a conservação.

Nós temos produtores rurais que, hoje, têm altos índices de produtividade com as tecnologias desenvolvidas e nós temos, por outro lado, esses dados, que foram apresentados aqui pelo Dr. Peres, com baixíssima produtividade, degradando solos, fazendo o assoreamento dos rios, fazendo uso significativo e maior de agrotóxicos, de agroquímicos e até de medicamentos para os animais em função da baixa eficiência da sua produtividade.

É preciso conhecer e entender melhor o Cerrado.

Já foi apresentado rapidamente aqui, mas eu queria descrever um pouco mais no próximo *slide*, que nós temos três tipos de formações, que são as formações florestais, as savânicas e as formações campestres.

Portanto, senhoras e senhores, nós, inclusive a Ecodata apresentou uma moção, que foi aprovada no Conama, recomendando que o Ministério do Meio Ambiente e todos os órgãos, quando tratar de florestas não cite somente floretas para todos os tipos de vegetação brasileira; nós temos de falar florestas e demais formações vegetacionais. Por quê? Porque florestas que compreendem a região do Cerrado são somente esses tipos de formações que nós temos aqui. E, além das florestas, nós temos as savânicas e as campestres, e cada uma delas tem a sua riqueza em biodiversidade. Praticamente um terço das 13 mil espécies do Cerrado está dividida nessas diversas formações. Quando a gente olha uma formação de campo, a gente pensa que lá só têm algumas poucas gramíneas. Mas, na realidade, a riqueza do Cerrado está na sua distribuição em todas as fitofisionomias que nós vamos ver a seguir – próximo, por favor –, principalmente as florestais: mata ciliar, mata de galeria, mata seca e não floresta seca, nós temos a mata seca no Cerrado, e o cerradão. Estas fitofisionomias, algumas delas já estão praticamente eliminadas.

Então, a legislação que nós temos de criar, Senador, nós temos de incorporar as diversas fitofisionomias do Cerrado para que possamos ter a nossa biodiversidade assegurada para as próximas gerações.

Próxima por favor.

As vegetações savânicas.

A gente pode verificar aqui, nesse esquema que foi desenvolvido pela Embrapa juntamente com a Ecodata, da riqueza do solo, da profundidade do solo.

Então, esse tipo de vegetação aqui também: o cerrado ralo, o cerrado típico, e o cerrado denso estão praticamente extintos também.

Então, dos dados que apresentados pelo Ministério do Meio Ambiente, que 50% da vegetação do Cerrado já foram eliminadas, na realidade, nós temos um dado que é muito mais importante. Das vegetações que não foram eliminadas ainda, as que chamamos de vegetação natural do Cerrado, praticamente toda ela já foi antropizada. Por quê? Nessas vegetações aqui de vereda, cerrado rupestre e parque/cerrado, nós também temos a antropização através da pecuária extensiva e do fogo e das ocupações próximas das áreas de agricultura. Então, o cerrado hoje vive sob pressão de todos os lados, e é preciso a gente ter cuidado com cada uma dessas fitofisionomias.

O próximo, por favor.

As vegetações campestres, que são os campos rupestres, campos sujos e campos limpos.

Na legislação, Senador, é preciso estabelecer qual é a maneira como nós vamos caracterizar esse cerrado. Cada um, cada órgão usa uma forma própria de caracterizar o cerrado. É preciso ter uma legislação que caracterize o cerrado para que todo o processo de licenciamento dos órgãos ambientais também trate de maneira única esse procedimento de caracterização do cerrado.

O próximo, por favor.

Então, com relação à Lei do Cerrado, Senador, nós tomamos a liberdade de oferecer algumas propostas.

A Lei do Cerrado deve contemplar a conservação do cerrado, além das APPs, das unidades de conservação e das reservas legais. Sobrou o quê? A área de uso alternativo do solo. É preciso que essa legislação contemple todas as áreas de uso do cerrado, quer sejam as áreas de produção, quer sejam as áreas que ainda são remanescentes naturais do cerrado.

Deve também estabelecer um programa de corredor ecológico, associando sempre a reserva legal à APP, e programas de recuperação de áreas degradadas, o que já foi colocado aqui, mas isso deve ser intensificado, para que a gente possa de fato fazer com que isso chegue ao produtor rural. Hoje nós estamos

muito distantes disso, apesar de o programa já ter sido iniciado, muito pouco foi feito com relação a isso.

Sugerimos também um programa emergencial de recuperação de APP e reserva legal e proteção especial das áreas de recargas hídricas. Já foi colocado aqui que, no cerrado, nós temos os principais aquíferos. Nós estamos aqui no cume do Brasil, nos divisores de água do Brasil. É preciso imediatamente ter um programa de controle dessas áreas de recargas hídricas.

O próximo, por favor.

Por conta disso, nós temos o programa Produtor de Água, que já está sendo desenvolvido, e eu quero sugerir aqui, Sr. Senador, um programa especial.

Próximo, por favor.

Assim como temos, na região de transição entre a floresta Amazônica e o cerrado, o arco de desmatamento, quero sugerir aqui esse arco das nascentes. O cerrado está inserido entre as bacias hidrográficas. Sugerimos a transformação dessa área do arco das nascentes em uma área prioritária de conservação, para que a gente não tenha problemas tão graves, hídricos, quer seja do excesso, quer seja da falta de água nas regiões das nascentes do Brasil. Demonstrando que o cerrado de fato é o principal produtor de água, nós devemos incrementar um programa associado às nascentes do Brasil.

O próximo, por favor.

Uma questão que está muito associada à conservação do cerrado é a formação profissional, quer seja do nível técnico, quer seja do nível superior, associada ao bioma.

Senador, nós recentemente fizemos uma capacitação de 2.700 pessoas em diversas unidades da Federação – pedi que seja distribuída aos Senadores aqui uma revista – e tivemos que formar os instrutores, porque, mesmo aqueles que saem das faculdades, não estão capacitados para trabalhar com a diversidade do cerrado. É preciso rever o processo de formação profissional, para que o técnico não veja somente a área de produtividade dessas culturas que foram introduzidas, mas que ele reconheça o cerrado com a potencialidade que tem em toda a sua biodiversidade.

Valorar os produtos com incorporação dos processos culturais, o que já foi mencionado aqui.

Promover uma assistência técnica adequada. A assistência técnica hoje promovida, quer seja pelas empresas privadas, quer seja pelas empresas públicas, não incorpora o conhecimento da biodiversidade do cerrado. Eles olham a produção somente do lado das poucas culturas que nós temos associadas à economia imediata, mas é preciso ver a produção de toda a área e ver a capacidade da produção das diversas culturas que nós temos nativas do cerrado também. Isso tem que qualificar a assistência técnica.

A capacitação dos agricultores e trabalhadores especializados em conservação da biodiversidade dos recursos hídricos. Nós, aqui na região do cerrado, temos muitos agricultores originários de outras regiões. É preciso fazer com que os agricultores e trabalhadores sejam capacitados para compreender essa biodiversidade do cerrado, associando a sua biodiversidade a todo o processo produtivo, formando verdadeiros cerradenses a partir da potencialidade que temos.

A pesquisa e transferência de tecnologia. Nós sabemos do trabalho que a Embrapa tem e da potencialidade que temos ainda para a publicação de pesquisas voltadas para o desenvolvimento do cerrado. Entretanto, essa transferência de tecnologia está rompida. Tem uma barreira enorme formada entre a pesquisa e a tecnologia. Não quer dizer que não devemos fazer mais pesquisas, Dr. Peres, porém devemos fluir essa tecnologia, que hoje existe já produzida dentro do centro da Embrapa e que não é transferida aos agricultores.

A questão do pagamento do serviço ambiental, que já foi mencionado.

Próximo.

Produção e consumo de frutos e produtos do cerrado. Se nós que estamos aqui nesta sala verificarmos nas nossas dependências, nas nossas residências, poucos de nós temos, Senador Viana, nós, que vivemos aqui no cerrado, praticamente todos, até o seu Estado... Lá tem algumas regiões de cerrado também. Precisamos fazer com que a gente incorpore na nossa cultura, na nossa alimentação os produtos de origem do cerrado. Assim a gente vai saber valorizar. Não é só o pequi, o baru, mas há diversos produtos aqui. Temos sorveterias com mais de sessenta tipos de sorvetes associados à produção do cerrado. É preciso que incorporemos isso na nossa tecnologia, na nossa indústria, para que a gente possa alimentar a continuidade da conservação desses produtos.

Uma política de diversificação para incorporar na atividade econômica a conservação da biodiversidade. Nós já tivemos tantos programas aqui: o Pró-terra, a Região geoeconômica de Brasília, Plante que o João Garante e tantos outros programas associados ao uso intensivo do cerrado. Porém, nós temos que ter um programa agora que diversifique e que o governo apóie. Nós temos que apoiar, o governo tem que apoiar a diversificação da atividade econômica do cerrado para retirar da dependência dessas poucas culturas que existem hoje.

A unificação de políticas rurais. Não pode um agente do Incra chegar a um local, hoje, a um produtor

rural ou até a um assentado e dizer que ele tem que desmatar, senão não está mostrando serviço. Depois vem o agente do Instituto Chico Mendes e diz que não pode desmatar porque está degradando. Depois vem o da assistência técnica e diz que pode desmatar para produzir. É preciso unificação das políticas voltadas para a área rural.

Próximo.

A obrigatoriedade dos produtos do cerrado na alimentação oferecida pelo Poder Público. Temos que fazer escalonado. Hoje, a Conab já está associando, no Programa de Alimentação Escolar, a compra de produtos do cerrado, porém, a gente tem que fazer isso principalmente nas escolas e ao longo do tempo, para ir incorporando gradativamente à alimentação os produtos originários do cerrado.

A indução do consumo de produtos nativos do cerrado.

Ampliar as Unidades de Conservação em especial a proteção integral.

Incrementar o Programa de Monitoramento por Satélite. Nós, aqui, do cerrado, devemos exigir um tratamento igual aos dos outros biomas, principalmente da Amazônia. Nós participamos de conferências em que às vezes a gente fica horas ouvindo falar em Amazônia, Amazônia, Amazônia, e não se fala da cerrado. É preciso incorporar isso nas ações políticas, quer seja do governo federal, dos governos estaduais, para que a gente possa contemplar o cerrado como um bioma que merece o respeito de todo o cidadão brasileiro.

Dar foco nas áreas de baixo IDH e considerável cobertura vegetal. É preciso proteger essas áreas para que possamos dar um entendimento maior a essas pessoas que vivem nessas regiões para diminuir a degradação que o cerrado hoje sofre. A queima, os incêndios florestais no cerrado, proporcionalmente, são seis vezes maior que na Amazônia, porque a Amazônia queima dez mil quilômetros quadrados por anos; o cerrado, trinta mil. Se o cerrado tem metade da Amazônia, basta fazer essa conta rapidamente.

Bom, temos aqui o ordenamento e democratização dos planos, programas e informações sobre o cerrado. Há muitos desses programas que estão praticamente nos cartórios, dentro dos Ministérios. É preciso dar publicidade, democratizar as informações, fazer com essas informações cheguem de fato aos interessados. É preciso uma participação maior da sociedade em todos esses programas aqui.

Próximo.

Quero agradecer, em nome da Ecodata, Senador, esse convite. E sei da sua luta em defesa do cerrado, mas é preciso incorporar a sociedade como um todo na defesa desse bioma que para nós representa hoje uma ameaça muito grande, em função da pressão que está recebendo e da falta ainda de políticas públicas para conservação do cerrado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Donizete. Eu agradeço a sua colaboração e da Ecodata. V. Sª que é um defensor apaixonado do bioma Cerrado.

Quero registrar aqui, com muita alegria, a presença de estudantes da Universidade de Brasília, da disciplina Política e Planejamento Florestal do curso de Engenharia Florestal. Quero dizer que eu e o Senador Jorge Viana estivemos na Universidade de Brasília, na semana passada, numa reunião com o Reitor da universidade e diversos professores da Engenharia Florestal, quando nos comprometemos a trabalhar e buscar recursos na Esplanada dos Ministérios para construção do novo prédio do curso de Engenharia Florestal da Universidade de Brasília.

Passo a palavra a Srª Mercedes Bustamante, diretora de políticas e programas temáticos da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento – SEPED, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

A SRª MERCEDES BUSTAMANTE – Bom dia, Senador. Eu gostaria de agradecer o convite. O Senador Rollemberg é um apoiador de longa data da área de ciência, tecnologia e inovação e também da área ambiental. Como última a falar, acho que vou reforçar talvez muitos dos pontos que já foram colocados aqui pelos que me antecederam.

Eu gostaria de dar um foco especial, porque acho que não foi mencionado nas apresentações anteriores, que diz respeito aos desafios da sustentabilidade no Cerrado em relação às mudanças ambientais globais. Acho que o Cerrado hoje é um bioma no Brasil que talvez cristalize e representa, de forma mais emblemática, os grandes desafios que temos hoje em termos de garantir segurança alimentar, segurança energética e conservação dos recursos naturais.

Próximo, por favor.

Quando nós estamos hoje falando de desmatamento, a questão do desmatamento deixa de ter um componente meramente local para passar a ter um componente global. O desmatamento hoje é um vetor significativo das chamadas mudanças ambientais globais, incluindo aí a mudança climática.

Essas altas taxas de desmatamento, especialmente nas regiões tropicais, trazem graves consequências e sobretudo levantam uma série de preocupações com relação à prestação dos chamados serviços ecossistêmicos e ao comprometimento da biodiversidade numa escala global.

Próximo, por favor.

No caso do Brasil essa situação é particularmente crítica. Se pegarmos os dados da segunda comunicação nacional de emissão de gases de efeito estufa, nós podemos observar que a área de mudança de uso da terra e floresta representa aproximadamente 77% das emissões brasileiras de CO_2.

Próximo, por favor.

E o que está por trás do desmatamento? Não é um problema simples. O desmatamento é um fenômeno multidimensional, ou seja, envolve uma série de realidades sociais, econômicas e políticas e muitas das causas relacionadas ao desmatamento na verdade não operam no nível da floresta.

Um levantamento que foi feito em vários países da região tropical indicou basicamente três causas imediatas que são dominantes com relação ao desmatamento.

A primeira delas ali, a expansão agrícola, seguida da extensão da infraestrutura e a extração de madeira.

Próximo, por favor.

No caso do Brasil, como falamos em mudança no uso da terra, é importante observar a distribuição geográfica dos principais biomas brasileiros, sendo que dois deles, a Amazônia, com aproximadamente 49% do território, e o Cerrado, com 24% do território, dominam esse panorama em relação à contribuição das emissões de carbono para o aquecimento global, uma vez que juntos esses dois biomas representam aproximadamente 73% do território nacional.

Próximo, por favor.

A Amazônia – já foi mencionado aqui, vou citar isso mais para o final da minha apresentação como uma das propostas do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação com relação ao Cerrado – é o único bioma brasileiro que vem sendo monitorado consistentemente desde 1988, o que nos permite trabalhar muito mais efetivamente em políticas de comando e controle, políticas de uso sustentável e conservação, uma vez que nós conhecemos um pouco mais da realidade através desse monitoramento.

Os dados desde 1998 até 2009 indicaram uma variação das taxas de desmatamento com pico conhecido entre 2003 e 2004, mas uma redução consistente do desmatamento até o ano de 2011, quando tivemos aí as menores taxas de desmatamento já registradas para o bioma Amazônia.

Próximo, por favor.

Nesse sentido, sem menosprezar a situação ambiental nos outros biomas, o desmatamento no cerrado pode ser considerado mais grave do que na Amazônia uma vez que, em termos do desmatamento de área, do percentual de área desmatada no bioma entre 2002 e 2008, tivemos cerca de 3,2% na Amazônia e 4, 1% no cerrado com um fator importante, que na Amazônia ainda temos cerca de 82% do bioma preservado, enquanto que no cerrado temos somente 52% de área remanescente, o que torna esses 4,1% muito mais críticos do que os 3,2% em relação aos 82% remanescentes na Amazônia.

O próximo, por favor.

Então, aqui temos o cerrado, esse mapa já é conhecido de vocês, com essa distribuição central no Brasil, com importantes áreas de transição para os outros biomas brasileiros, mas que já se encontra com um índice de conversão de 50%. Um aspecto importante a se notar é que essa conversão não se dá de forma homogênea no bioma. Então, temos uma concentração de áreas convertidas na fronteira agrícola mais antiga, que é o sul do cerrado, mas a gente observa aqui o avanço de novas frentes do desmatamento no oeste da Bahia, no Estado do Tocantins, avançando para o sul do Maranhão e sul do Piauí. Isso significa que as políticas públicas, com relação ao cerrado, devem considerar essa heterogeneidade na ocupação espacial, ou seja, o conjunto de políticas que necessitamos aqui é diferenciado do conjunto de políticas que são necessárias nessa área onde uma parte expressiva do território já foi convertida.

O próximo, por favor.

Aqui temos a distribuição de pastagens manejadas, que ainda é o principal uso da terra no cerrado, daí a importância de políticas que considerem esse tipo de uso no bioma e a expansão de culturas anuais.

O próximo, por favor.

Então, poderíamos dizer que o cerrado é um bioma bastante ameaçado, mas também é um bioma bastante estratégico. A gente não pode ignorar o papel que a agricultura – já foi mencionado aqui – representa não só na questão da oferta de emprego, mas também o papel que a agricultura tem na geração do Produto Interno do Brasil, como já foi colocado aqui, em várias culturas de exportação, que respondem por boa parte da segurança alimentar no Globo.

O próximo, por favor.

Aqui um mosaico de diferentes tipos de vegetação. Temos desde áreas abertas, dominadas por gramíneas, passando pela chamada savana lenhosa ou arbustiva até as chamadas formações florestais dentro do bioma cerrado.

O próximo, por favor. Essa variação estrutural determina não só uma grande riqueza e biodiversidade, mas determina também uma variação grande dos estoques de carbono, que podem variar desde uma biomassa de 4 toneladas por hectare nas áreas mais abertas até uma biomassa bastante expressiva nas

formações vegetais mais fechadas, de cerca de 70, 80, toneladas de biomassa por hectare.

O próximo.

É importante considerar a biomassa aérea, mas que o cerrado, em função da sua precipitação extremamente sazonal e da ocorrência natural do fogo, é um sistema que investe bastante em raízes, em biomassa radicular. Então, as formações do cerrado têm de duas a sete vezes mais biomassa nos sistemas subterrâneos do que nos seus sistemas aéreos. Então, quando consideramos o desmatamento não é só a perda da biomassa aérea, mas de toda aquela biomassa que foi investida em sistema radicular, cuja emissão se dá gradualmente após o processo de conversão.

O próximo, por favor. Se fizermos os cálculos das taxas de desmatamento nos últimos quinze anos, com um valor médio de biomassa e uma contribuição conservativa da biomassa subterrânea – posso pegar de 2 a 7, peguei um valor de 1 –, temos aqui uma emissão significativa de carbono, que ocorre na mesma ordem de grandeza daquela que é calculada para o desmatamento da Amazônia no mesmo período. Isso é o que normalmente a gente chama de emissão que passa sem ser percebida. Fala-se muito no desmatamento da Amazônia como uma contribuição para as emissões, mas a gente tem uma contribuição da mesma ordem de magnitude quando a gente fala do desmatamento do cerrado.

O próximo, por favor.

Com relação aos recursos hídricos, um aspecto que gostaria de ressaltar nesta apresentação, porque foi mencionado aqui por vários dos palestrantes, é que o cerrado apresenta as cabeceiras das principais bacias hidrográficas brasileiras, mas esse equilíbrio para a conservação e geração dos recursos hídricos é bastante delicado e envolve as interações entre a atmosfera, o solo e a vegetação, que faz esse papel de transferência. Então, esse papel de caixa d'água no cerrado é em boa parte representado pelas interações funcionais da vegetação com esses dois grandes compartimentos (atmosfera e solo). Quando nós modificamos a cobertura vegetal, estamos exatamente mexendo na transferência desse importante recurso que é a água.

Novamente ressaltando a importância de que essas políticas observem não só a heterogeneidade ambiental, mas a heterogeneidade também do processo de ocupação do cerrado, essa figura mostra o estado de conservação de mais de 15 mil nascentes diferentes na região do cerrado.

Aqui a gente não consegue ver bem a legenda, mas eu gostaria que vocês acompanhassem a escala de cores: verde representa 0% de conversão; vermelho, o seu máximo, 100% de conversão.

Então, a gente já observa que, nessa área de ocupação mais antiga, boa parte das nascentes já tem o funcionamento comprometido por índices extremamente elevados de conversão. Aqui a gente apresenta esses dados traduzidos para as grandes bacias hidrográficas e observa um comprometimento muito grande da bacia do Paraná, mas também da bacia do São Francisco e da bacia do Tocantins/Araguaia.

Com relação à diversidade biológica, e já foi colocado aqui, o cerrado é um *hotspot* de biodiversidade, cerca de 8% está em áreas protegidas, só que é importante a gente qualificar que áreas protegidas são essas: apenas cerca de 2,9% está em unidades de proteção integral; cerca de 5,4% protegidas, nas chamadas unidades de uso sustentável, que têm um índice de proteção bastante variável; e cerca de 4,4% são representados por terras indígenas na área total do bioma.

Próximo, por favor.

Que impactos que o desmatamento tem sobre a biodiversidade? É importante a gente agora começar a introduzir as perspectivas futuras de mudanças climáticas do bioma. Hoje a biodiversidade do cerrado está distribuída em três grandes centros chamados de supercentros de biodiversidade, que são cerrado do Nordeste, cerrado do Brasil Central e cerrado do Sul do Brasil ou do Sudeste do Brasil.

Boa parte dos modelos que lidam com a questão de mudanças climáticas no cerrado indica que essa área no cerrado do Nordeste vai ser a área mais atingida pelas mudanças climáticas, com uma redução do volume total de precipitação e um aumento da duração do período seco. A resposta natural das espécies qual seria? Migrar para as regiões do cerrado onde esse ambiente é mais favorável. Mas, se essas espécies forem sair daqui e migrarem, onde está o cerrado do sul do Brasil? Ele já se encontra convertido. Essa interação entre perda de hábito, mudança climática e pequena área protegida pode representar um impacto muito grande na distribuição e na abundância das espécies do cerrado.

Próximo, por favor.

Por que o cerrado é um caso único? Todos esses elementos apresentam alta relevância ecológica tanto em termos de biodiversidade como de serviços ecossistêmicos. As mudanças no uso da terra no bioma têm sido muito rápidas – nos últimos 40 anos, já perdemos 50% do cerrado – e também bastante drásticas, ou seja, com uma transição direta de uma vegetação nativa para uma agricultura mecanizada. Ele apresenta também extrema relevância econômica e social, sobretudo do

ponto de vista da segurança alimentar e da segurança energética. Um aspecto que é extremamente único no caso do cerrado em relação, por exemplo, à Amazônia é a estrutura fundiária do cerrado.

O próximo, por favor.

Se a gente olhar a estrutura fundiária do Brasil – dados de 2006 –, nós temos que aproximadamente 37% da área total do país se encontram hoje em estabelecimentos agrícolas. A pecuária é a atividade mais comum. Esses estabelecimentos agrícolas vêm se reduzindo quando nós comparamos os dados de 2006 e de 1995. A possível causa seria a criação de novas unidades de conservação e a demarcação de terras indígenas.

O próximo, por favor.

O dado importante, no entanto, é indicar que, embora haja uma redução em termos de área total dos estabelecimentos agrícolas, nós observamos um aumento das pastagens plantadas e das terras cultivadas, e o maior o crescimento se deu, sobretudo, na Região Centro-Oeste. Dentro dos estabelecimentos agrícolas, ao mesmo tempo em que há o aumento da área de pastagens plantadas e de terras cultivadas, há uma redução das áreas florestadas e dos campos naturais.

Próximo, por favor.

Por que isso é importante no caso do cerrado? Basicamente o cerrado cobre 11 unidades da Federação: cerca de 1,5 mil municípios e 1,3 milhão de propriedades rurais, assentamentos, além das unidades de conservação em terras indígenas. A propriedade da terra no cerrado é predominantemente privada, aproximadamente 60% do bioma; na Amazônia, há uma concentração em terras públicas. As reservas legais do cerrado são em torno de 20% das propriedades; na Amazônia, 80%. O que isso significa? Que as medidas de controle do desmatamento e de uso sustentável do bioma têm que englobar, além das medidas de comando e controle, um conjunto de incentivos positivos para que esses remanescentes que estão dentro das propriedades rurais façam parte do sistema de conservação da biodiversidade dos recursos naturais. Já foi citada aqui – o Prof. Roberto colocou o caso do Distrito Federal, por exemplo – a importância de corredores que liguem os fragmentos, as últimas três grandes manchas de fragmentos remanescentes no cerrado. Esse é um quadro que, na verdade, se reflete em várias outras regiões do cerrado.

De que forma, então, podemos ter um pacote ou um conjunto de incentivos positivos que permitam a utilização dessas áreas de reserva legal ou de APPs num desenho inteligente que permita a conservação dos recursos hídricos e torne o cerrado menos vulnerável, mais resiliente às mudanças climáticas que já se manifestam?

Próximo, por favor.

Com relação aos impactos da conversão, o Senador, com a sua preleção, já adiantou muito aqui do meu trabalho, mas basicamente temos essa mudança da vegetação que, muitas vezes, passa pela utilização de queimadas e pode ocorrer com a substituição de pastagens ou a introdução de sistemas anuais.

Próximo, por favor.

Gostaria de dar um enfoque aqui na questão das queimadas, novamente, para depois indicar uma atividade, uma contribuição do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Hoje, as queimadas, na América do Sul, representam de 5% a 9% das queimadas no globo, sendo que o Brasil concentra 63% das queimadas na América do Sul, seguido da Argentina, com 21%. Dessas queimadas, 70% delas ocorrem na região do cerrado. Essa rápida mudança no regime de ocupação vem mudando também o regime natural de queimadas na região.

Não sei se vocês estão conseguindo perceber, mas este aqui é o perfil do Brasil. Isto aqui é uma mancha de fumaça, de queima de biomassa, e observamos que a queimada deixa de ser um problema local para passar a ser um problema global e continental. Por quê? Porque ela é a origem de uma poluição que, na verdade, afeta nossos vizinhos também. É um problema de poluição transfronteiriça que afeta, sobretudo, aqui, a Bolívia, o Norte da Argentina e também o Sul do Brasil.

Próximo, por favor.

Isto aqui é uma distribuição das queimadas, um levantamento também feito por imagem de satélites, desde 2002 até 2010, que foi um ano extremamente importante, porque tivemos uma boa parte do cerrado queimada. Em vermelho, as barras de área queimada. Isto aqui não são focos de calor; é efetivamente área queimada. Em amarelo, o do cerrado. E observamos aqui que boa parte do que queima, no Brasil, na verdade, é o bioma cerrado.

Próximo, por favor.

Aqui, novamente, a distribuição das grandes queimadas, dos grandes incêndios florestais, indicando que isso tem atingido, sobretudo, os últimos remanescentes importantes do bioma cerrado.

O próximo.

E onde começam essas queimadas? Na verdade, existe uma forte correlação espacial entre boa parte dessas queimadas e as queimadas que são colocadas para renovação de áreas de pastagem, sendo que o fogo, para a renovação dessas áreas, já é considerado uma ferramenta de baixa tecnologia.

Próximo, por favor.

Aqui mascaramos as áreas remanescentes. Isto aqui são só os focos, ou as queimadas, que acontecem em áreas de pastagem, mostrando que existe uma alta correlação espacial entre os grandes incêndios florestais que atingem os remanescentes do cerrado e as queimadas que ocorrem em pastagens.

Próximo, por favor.

Isso gera também um fator importante em termos de emissão de gases de efeito estufa.

O próximo.

Eu gostaria de ressaltar, então, do que foi colocado aqui, que, no cerrado, é importante o estoque de carbono, que está na biomassa aérea e na biomassa de raízes, mas o mais importante é aquele que está na matéria orgânica do solo, ou seja, quando falamos em termos de mitigação das mudanças climáticas, no caso do cerrado, não se trata só da redução do desmatamento, mas também das práticas que são aplicadas após a conversão da vegetação nativa e que implicam a perda desses grandes estoques que estão nesses latossolos profundos, bastante antigos, do cerrado.

Próximo, por favor.

Já foi citado aqui um exemplo bastante importante de que é possível manter um sistema produtivo conservando estoques de carbono. É o exemplo da integração lavoura-pecuária.

O próximo.

Isto aqui, vou mostrar, é uma série de trabalhos de projeção de modelagem que fizemos na Universidade de Brasília, projetando o que seria a redução dos estoques de carbono. Saímos do cerrado nativo e entramos naquela pastagem convencional, que vai sofrendo o processo de degradação e que, ao longo do tempo, começa a perder esses estoques de carbono.

Próximo.

Aqui, se eu agora transformo essa pastagem degradada em uma pastagem bem manejada, então, a gente observa que é possível retornar a níveis muito semelhantes aos dos estoques da vegetação nativa – no solo, matéria orgânica do solo.

Próximo.

Se eu transformo, agora, em integração lavoura-pecuária, a gente observa que há um comportamento: durante o período do cultivo anual, ela perde, mas a pastagem recupera; e, ao longo do tempo, eu consigo manter uma tendência de conservação também desses estoques de carbono.

Próximo, por favor.

E aqui, novamente, também, se eu saio, quanto mais tempo eu demoro para recuperar, eu ainda consigo recuperar parte desses estoques, mas já tenho uma capacidade menor, uma resiliência menor do meu sistema de recuperar esses estoques.

Próximo, por favor.

Vou pular aqui. Próximo.

Então, basicamente, o que é importante considerar hoje é que, quando a gente fala nas mudanças da região do Cerrado, a gente tem uma via de mão dupla. As atividades agrícolas e o aumento da frequência de queimadas têm um impacto direto sobre as emissões de gases de efeito estufa, mas, por outro lado, as mudanças climáticas serão determinantes para as mudanças de temperatura e disponibilidade hídrica, que são fundamentais exatamente para o desenvolvimento agrícola da região.

Próximo.

Então, a realidade que o Cerrado vai enfrentar, nas próximas décadas, é um aumento da concorrência entre os diferentes usos da terra, porque as pressões globais para a produção de alimentos, combustível, fibras vão aumentar. Existe uma interação muito forte entre essas mudanças globais e as mudanças locais.

Próximo, por favor.

Eu gostaria de dar um enfoque, aqui, na questão da gestão dos recursos hídricos.

Foi mencionada aqui a questão da expansão da agricultura irrigada no Cerrado. Acho que esse é um ponto que, na questão da previsão e no planejamento do uso sustentável do Cerrado, deve ser olhado com extremo cuidado, uma vez que esse sistema de geração e conservação de água no Cerrado é bastante frágil e depende exatamente desse balanço entre percentual de cobertura nativa e geração de precipitação.

Esse é um relatório da ONU, publicado agora em 2012, que faz um levantamento sobre a situação hídrica no Globo. Eles colocam que a gestão sustentável da água apoia os objetivos globais de uma economia verde, ou um caminho de crescimento verde, e também satisfaz a imperativos sociais que são críticos. Então, a gestão dos recursos hídricos será um ponto central, em termos de manter as áreas nativas, de permitir um desenvolvimento econômico e agrícola, mas, por outro lado também, de garantir uma adaptação às mudanças climáticas que se instalam.

Próximo, por favor.

É importante lembrar que a agricultura responde, globalmente, por 70% de toda a água retirada, e essa gestão responsável da água agrícola vai ser um fator fundamental para a segurança hídrica futura no Globo. Ou seja, nós temos a oportunidade, novamente, no Cerrado, se aqui se cristalizam os principais problemas e desafios da sustentabilidade, nós temos aqui uma oportunidade única de gerar um exemplo em termos de gestão de recursos hídricos.

Próximo, por favor.

Vou pular um pouquinho esse aqui. Próximo, por favor.

Isso implica a necessidade de uma coordenação de políticas, tanto da área agrícola como da área do meio ambiente, e passa para uma demanda de informação e tecnologias apropriadas que levem à formação de sistemas multifuncionais e a uma diversificação das paisagens.

Próximo.

O aumento da sustentabilidade, da demanda pela sustentabilidade ambiental tem que olhar dois parâmetros importantes: identificar os incentivos adequados para reduzir o desmatamento e também beneficiar as pessoas cuja subsistência depende desses ecossistemas naturais.

Próximo.

Isso aqui é só um resumo. Vou pular, mas é um contexto da situação do Cerrado em termos ecológicos, de uso e ocupação fundiária, o contexto sócio-econômico, político-institucional.

Próximo.

E quais são os nossos grandes desafios.

Próximo.

Então, as demandas regionais, basicamente, envolvem: cobertura e dinâmica do uso da terra, que é a questão do monitoramento, que já foi citada aqui – então, vou comentar brevemente uma iniciativa do Ministério da Ciência e Tecnologia de trabalhar um sistema de monitoramento do Cerrado que envolva diferentes ferramentas e diferentes sistemas –; os impactos e estratégias de planejamento e zoneamento; inventários de vegetação e da biodiversidade; modelos de restauração de ecossistemas degradados; e avaliação econômica e disseminação dessas tecnologias.

Próximo, por favor.

Cumprir essa missão. Ela só pode ocorrer, o cumprimento dessa missão, através de parcerias que envolvam articulação entre o Governo Federal, os Estados e os Municípios. Para isso, é preciso pensar em monitoramentos de longo prazo, programas operacionais que utilizem essa informação gerada em um processo de planejamento estratégico, e provimento de informações de referência para os formuladores de políticas públicas.

Próximo.

Eu gostaria de citar como exemplo dois projetos que o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação vem trabalhando. Um deles é sobre a implementação de um sistema de cobertura e monitoramento para a conservação dos biomas cerrado, caatinga e pantanal. Esse sistema deve ser consistente, calibrado, de longo prazo, transparente e documentado.

Próximo, por favor.

Refiro-me também à implementação de um sistema de alerta e prevenção a incêndios florestais, que é exatamente para evitar a situação que nós tivemos o ano passado, em 2011 ou 2010, de grandes incêndios florestais que atingiram vários dos remanescentes naturais no Brasil.

Próximo, por favor.

Esse modelo de alerta e prevenção a incêndios florestais prevê os modelos (previsão) para evitar o incêndio, mas também para trabalhar na questão pós-fogo, para que a gente possa identificar quais são essas áreas queimadas, acompanhar sua recuperação e calcular as emissões de gases de efeito estufa originadas desse processo de queima.

Próximo, por favor.

Isso aqui é importante. Só gostaria de mostrar essa foto para a gente não esquecer. Isso aqui é Brasília, a Esplanada dos Ministérios, em setembro do ano passado. Essa foi a queimada, o grande incêndio florestal da APA/Gama Cabeça de Veado, que está a menos de 30 km daqui. Essa grande massa de fumaça e de biomassa atingiu a Esplanada dos Ministérios na semana da pátria. Estamos em um momento em que o Brasil, e, sobretudo, o Legislativo, já não pode mais ignorar a questão dos grandes incêndios florestais porque eles bateram à nossa porta aqui.

Termino aqui. Obrigada! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Quero agradecer à Profª Mercedes Bustamante, Diretora de Políticas e Programas Temáticos da Secretaria de Políticas e Programas e Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia, pela sua brilhante apresentação. Aliás, quero agradecer a todos. Tivemos aqui hoje exposições bastante ricas e diversas sobre a situação do bioma cerrado e uma série de sugestões e recomendações que serão analisadas no âmbito dessa Comissão e, posteriormente, do Senado.

Antes de passar a palavra aos Senadores, eu quero fazer uma rápida intervenção.

A minha conclusão inicial em relação às diversas apresentações feitas na manhã de hoje aqui na Comissão de Meio Ambiente é de que talvez a primeira agenda em relação ao cerrado seja investir de forma mais significativa e regular na produção de conhecimento e de inovação tecnológica, em primeiro lugar, para produzir um zoneamento ecológico/econômico que permita a utilização do cerrado de forma adequada, buscando aliar a produção com aquelas áreas que são fundamentais para a conservação da biodiversidade ou para a produção de água. Esse é o primeiro grande desafio. As instituições aqui presentes, Universidade de Brasília, Ministério do Meio Ambiente, Ministério

da Ciência e Tecnologia, organizações da sociedade civil, têm um papel fundamental na construção desse zoneamento ecológico/econômico, tendo como base o conhecimento científico.

É importante ressaltar que os dados da Embrapa – tenho esses dados de cabeça e pode ser que eu erre em fração – mostram que, nos últimos anos, para um aumento de área plantada de 48%, salvo engano, nos últimos 30 ou 35 anos, tivemos um aumento da produção de 248%, o que é óbvio que mostra que a forma mais eficiente, mais inteligente de preservarmos ou de evitarmos o avanço sobre áreas preservadas do bioma cerrado é investirmos em ciência, tecnologia e inovação, e quero registrar aqui a área dos genes como exemplo, e está aqui o Senador Blairo Maggi, que é um grande produtor agrícola.

Hoje há uma grande preocupação, e a Embrapa tem trazido essa preocupação constantemente. Lembro-me que ainda como Deputado, ouvindo algumas apresentações do Eduardo Assad, que hoje é colega do Roberto, no Ministério do Meio Ambiente, e pesquisador da Embrapa sobre as mudanças climáticas – e o Carlos Nobre também alertava para isso –, aprendi que temos duas grandes vertentes: a da mitigação e a de adaptação às mudanças climáticas. No que se refere à adaptação às mudanças climáticas, ao aumento médio da temperatura do planeta e da região do cerrado, o bioma cerrado seria o grande laboratório de genes, porque, como temos um número muito grande, 4.400 plantas endêmicas, na região do cerrado, adaptadas, há bilhões de anos, a grandes períodos de estiagem, a grandes mudanças de temperatura, possivelmente, nos genes dessas plantas, teríamos o material genético para fazer com que milho, soja, sorgo, feijão, arroz, enfim, essas culturas tradicionais, possam, no futuro, ser adaptadas ao bioma cerrado, no ambiente de uma temperatura maior.

A outra questão que acho muito importante é a ampliação do conhecimento em relação aos serviços do clima ao regime de chuvas. Como colocou o Roberto Cavalcanti, o que percebemos, hoje, majoritariamente, numa visão imediatista, são as unidades de conservação, e especialmente as terras indígenas, como entrave ao desenvolvimento. A percepção que foi colocada aqui é uma área muito grande para pouca gente viver, quando há uma necessidade de expansão da produção e tal. Mas não se consideram, nesse debate, até porque não se tem o conhecimento profundo disso, quais são os serviços ecossistêmicos que essas áreas produzem, por exemplo, para o regime de chuvas, fundamental para manter a sustentabilidade da produção agrícola em diversas outras regiões. Então, a ampliação do conhecimento sobre isso, da contabilidade que isso representa, do ponto de vista de serviços ecossistêmicos, me parece algo estratégico para mudar essa visão da importância dos territórios indígenas, não apenas para a questão mesma de manter uma cultura que está aqui antes da gente, mas, sobretudo, para o que ela representa na manutenção das outras atividades, inclusive das atividades produtivas.

Outra questão é em relação à água, propriamente da água, e depois gostaria de considerar a construção de uma agenda de convergência nacional para tratar de determinados temas. Considero que conhecer esse ciclo hidrológico do reabastecimento desses mananciais, tanto os subterrâneos como os superficiais, me parece algo estratégico para o País, o que permitirá mostrar ao conjunto da população brasileira a importância de preservar o cerrado, o bioma cerrado, como algo estratégico para o País e para as futuras gerações.

A outra área que considero importante – e tenho a convicção de que a presença da Mercedes Bustamante, no Ministério da Ciência e Tecnologia, vai contribuir muito para isso, porque tive a oportunidade de ser Presidente do Fundo Setorial do Agronegócio e sei das possibilidades que esses fundos setoriais têm de financiar determinadas pesquisas – é o aumento da produtividade do rebanho bovino no Brasil. Considero isso uma questão estratégica, não pela questão do bovino em si, mas pela quantidade de área que vai liberar para a agricultura ou para a agroenergia, reduzindo a pressão sobre áreas conservadas do cerrado.

O Peres, Chefe-Geral da Embrapa, mostrou, numa das projeções, que, se chegarmos a uma produção de 1,75 cabeças por hectare, o que é absolutamente factível, salvo engano, 14 milhões de hectares...

O SR. JOSÉ ROBERTO RODRIGUES PERES – Vinte e cinco milhões.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – ...vinte e cinco milhões de hectares seriam liberados para a agricultura ou para a agroenergia.

Quanto à experiência que a Embrapa está fazendo, fiz uma conta aqui rápida. Com 6 mil litros de óleo por dendê, no cerrado, com consumo baixo de água – consumo menor, Jorge, você não estava aqui ainda, do que o feijão –, nós teremos, numa área de 10 milhões de hectares, menos da metade disso, 40% do que seria liberado pela pecuária, como 1,75, uma produção de 60 bilhões de litros de óleo de dendê. Apenas para fazer um exercício aqui de estimativa.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – É mais do que o custo de diesel.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Então, entendo que essa seja outra questão fundamental também na área do desenvolvimento científico e tecnológico. A outra é conhecer

esses processos, aperfeiçoar os processos de contabilidade das emissões de carbono e de sequestro de carbono, porque isso vai ter uma importância, inclusive, dentro de negociações internacionais, cada vez mais. Portanto, entendo que, se eu fosse definir uma prioridade em relação ao cerrado neste momento, seria a ampliação do conhecimento e do desenvolvimento de tecnologias que nos permitam, a partir do zoneamento e a partir do conhecimento de todas essas outras questões, criar um ambiente de defesa e de percepção da importância do cerrado.

Mas quero aqui, para concluir, antes de passar a palavra ao Senador Blairo Maggi, registrar que vamos ter uma grande oportunidade, o Brasil vai viver uma grande oportunidade, que é a realização da Rio+20. Há todas as questões das negociações no cenário internacional, se vamos definir metas de desenvolvimento sustentável, se vamos fortalecer o Conselho de Desenvolvimento Sustentável no âmbito da ONU, se vamos modificar as medições de desenvolvimento, incorporar novos valores. Concordo com todas essas questões, mas eu diria que uma questão importante é buscar construir uma convergência nacional em relação a determinados temas, uma convergência que não coloque em lados opostos o setor produtivo com o setor ambiental, ou seja, que possa unificar o País.

Então, eu queria colocar quatro pontos para essa reflexão. O primeiro deles diz respeito à água.

Nós temos uma agenda da água, que é uma agenda que pode unificar a todos. O primeiro item é a implementação da lei aprovada pelo Congresso, a Lei nº 9.433, de fortalecimento e empoderamento dos comitês de bacias hidrográficas e das bacias hidrográficas como unidades de gestão no País. Com a criação das agências de água e tal, foi um grande avanço a nossa Lei das Águas, mas ela ainda peca muito por falta de implementação. Em alguns Estados, especialmente São Paulo, esse processo avançou, mas, em outros Estados, está muito aquém.

Outra questão que precisa ser discutida com profundidade por esta Casa, ainda na agenda da água, é que nós teremos, no final de 2014 – e essa discussão precisa ser iniciada agora, para sensibilizar os setores econômicos do Governo –, o encerramento de uma série de concessões de empresas de energia elétrica, no que se refere a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Tenho repetido isso, reiterado isso.

Na composição da tarifa de energia elétrica no País, uma parte é amortização dos custos dos investimentos que já foram realizados ao longo desses anos. Nós temos uma oportunidade: o Brasil vai poder reduzir a tarifa de energia elétrica, mas poderá também, em uma pequena parcela do que seria essa redução, ter um montante expressivo para alimentar um fundo de pagamento por serviços ambientais.

Todos, praticamente todos aqui concordam – a professora Mercedes ressaltou muito isso. Em um ambiente em que grande parte do bioma Cerrado, ou o que restou do bioma Cerrado, está nas propriedades privadas, é importante construir instrumentos de estímulo à conservação, e o pagamento por serviços ambientais é fundamental. O grande desafio de um programa de pagamento por serviços ambientais é de onde virão os recursos. Entendo que nós temos aí uma grande oportunidade para isso.

Outra questão diz respeito aos alimentos. O Brasil é um grande produtor de alimentos, e é bom que seja um grande produtor de alimentos, embora não seja bom que seja apenas um grande produtor de *commodities*; temos de ser um país industrial, de serviços também, de alta tecnologia.

Já tive oportunidade de conversar sobre isso com o Senador Blairo Maggi, grande produtor agrícola que é. É inadmissível que um país como o Brasil tenha uma agricultura tão dependente do exterior como temos. Hoje, para grande parte das sementes dos principais produtos que nós produzimos, nós dependemos de sete ou oito grandes corporações internacionais, como Syngenta, Cargill, Monsanto e tal. O Brasil precisa – e a Embrapa tem um papel fundamental nisso – desenvolver tecnologia nacional, disputar esse mercado, de forma mais agressiva, na produção de sementes. Da mesma forma, também, em relação à produção de insumos, temos uma dependência enorme da fórmula nitrogênio, fósforo e potássio e temos uma agricultura toda focada nessa fórmula de nitrogênio, fósforo e potássio. Tivemos uma audiência pública, outro dia, muito interessante sobre a utilização de pó de rocha também na agricultura.

Entendo que essa também é uma agenda em que deve convergir o interesse nacional, de todos. Tem o interesse dos grupos ambientalistas, tem o interesse do setor produtivo, é uma agenda de interesse nacional. A outra questão é a agenda da energia. O Brasil é um país que tem uma diversidade enorme de alternativas de energia, uma matriz energética diversificada, mas não podemos, em função do pré-sal, abandonar a pesquisa, ou deixar de aprofundar a pesquisa e, ao contrário, devemos utilizar os recursos do pré-sal para aprofundar a pesquisa no que se refere às energias renováveis. E aí não podemos abrir mão da agroenergia e de outras formas alternativas de energia, mas o Brasil precisa, também, fazer uma discussão profunda, serena, sobre a questão energética. Por fim, a biodiversidade. A agenda da biodiversidade vamos lançar aqui na semana que vem, o sistema de informações

sobre biodiversidade no país. Há uma preocupação mundial, há uma Convenção assinada pelo Brasil a partir da Rio 92, que é a Convenção da Biodiversidade. O Bráulio, o Roberto Cavalcanti, ontem, no Ministério do Meio Ambiente, é o Secretário-Geral da Convenção da Biodiversidade... Acho que todos concordam que o conhecimento dessa biodiversidade, a utilização inteligente dessa biodiversidade, será fonte de produção de muita riqueza para o Brasil em diversas áreas. Portanto, entendo que essa também é uma agenda que devemos construir como sendo uma agenda de convergência nacional. A Comissão de Meio Ambiente pretende contribuir bastante com esse debate.

Eram essas as considerações que gostaria de fazer, agradecendo muito a contribuição de todos. Estou extremamente feliz com a qualidade desse debate, com as contribuições que esse debate trouxe à reflexão da Comissão de Meio Ambiente a esse início de debate, a esse processo de elaboração do que poderá vir a ser uma lei do cerrado, a exemplo da lei da Mata Atlântica. Agradecendo a todos mais uma vez, passo a palavra ao Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Cumprimento a todos os nossos convidados por estarem aqui hoje, principalmente o Dr. Peres, que há tanto tempo não vejo, do tempo em que ainda era presidente da Fundação Mato Grosso e parceiro da Embrapa, parceira nossa no desenvolvimento de variedades de soja e algodão, principalmente, o que transformou o Brasil de importador para exportador num tempo bastante curto.

Uso exatamente esse exemplo para mostrar que se não tivéssemos a pesquisa, não tivéssemos o desenvolvimento dela, certamente ainda seríamos importadores e certamente, no uso da terra, principalmente falando do cerrado, teríamos de ter ampliado as nossas atividades sobre novas terras e, com certeza, não só sobre o cerrado, mas principalmente sobre a Amazônia ou a pré-Amazônia. Essa pesquisa desenvolvida e a capacidade de produção que tem essa região fizeram com que as coisas tomassem um rumo diferente daquele que, se estivéssemos olhando no horizonte, da década de 80 para a de 90, com toda certeza os números de ocupação do cerrado seriam diferentes dos números de hoje, não tenho dúvida nenhuma disso.

Vou dar aqui um exemplo que aconteceu comigo, com a minha família, quando chegamos ao Mato Grosso, em 1979. Produzíamos na época, conseguíamos retirar da terra, 1.800 quilos de produto agrícola por hectare. Isso era o máximo que conseguíamos tirar. Neste ano, 2012, são 3.600 quilos por hectare de soja, mais 7.200 quilos de milho no mesmo hectare. Quer dizer, de 1.800 quilos saímos para 10.800 quilos por hectare. Isso é claro, não é todo o cerrado que faz, mas boa parte de Mato Grosso, boa parte de Goiás e do Mato Grosso do Sul, ligados à agricultura, conseguem fazer isso. Isso demonstra que é o caminho que devemos seguir, mais uma vez buscando na pesquisa o suporte para que a gente possa dar sequência a esse tipo de atividade na região central do Brasil.

Principalmente aqui hoje quase todos os técnicos se referiram muito mais à preservação do cerrado do que ao uso correto do cerrado. Gostaria de dizer que este é um ponto de confronto em que nós devemos buscar o ponto de equilíbrio entre as duas partes. O Brasil não pode abrir mão, de forma nenhuma, do uso do cerrado. Aliás, a maior conquista do Brasil, em todo o seu tempo de existência como país, é a ocupação do cerrado, mediante a Embrapa, mediante os programas que foram feitos pelo Governo. Não fora a atividade agrícola hoje no cerrado, com toda a certeza, o Brasil não seria o que é hoje. E nós aqui, nesta região central, estaríamos numa dependência econômico-social muito maior do que temos hoje.

Ouvi atentamente todas as explicações, todos os questionamentos e não quero aqui divergir deles na sua totalidade, não quero achar que aqueles que defendem um modelo diferente não tenham razão. Podem ter razão. Agora, mais uma vez, não dá para abrir mão da produção, da geração de energia elétrica, da exploração de minérios. Um país é feito pelos seus recursos naturais. Todos os países ditos ricos, hoje, no mundo, usaram e abusaram de seus recursos naturais. Foram feitos em cima dos recursos naturais. E o Brasil vem numa outra toada, vem num outro tempo em que pode fazer uso dos recursos naturais de forma mais sustentada. Não é essa a questão, e nós faremos isso. Tenho certeza de que nós conseguiremos fazer isso. Mas, mais uma vez, não há como não usar.

Dois ou três pontos, só para ilustrar talvez as nossas diferenças de pensamento. Por exemplo, a questão do fogo. Em sã consciência, nenhum agricultor, nenhum pecuarista quer ver fogo na sua terra. O maior inimigo que o cidadão pode ter é o fogo na sua propriedade. Eu sou agricultor a vida inteira e não conheço agricultor, não conheço pecuarista que use fogo para fazer manejo. Ele não usa. Ele quer se ver longe do fogo, porque é um grande prejuízo, principalmente se vier fora dos períodos em que você tem que estar mais atento.

Hoje, nas propriedades agrícolas em que nós trabalhamos, temos brigadas de incêndio. Todos os produtores das mais diversas regiões têm um sistema de comunicação de rádio entre as fazendas. Cada uma delas tem seu tanque, seu caminhão-pipa, como chamamos, para abastecimento das atividades agrí-

colas, mas, nesse período mais seco, fica abastecido como caminhão de bombeiro. Deu um problema numa propriedade, todos são avisados e sai todo o mundo correndo para socorrer aquele que tem problema, porque a atividade fogo na agricultura, como disse, é uma tragédia.

A gente planta milho, depois a soja justamente para melhorar a terra para o ano seguinte. São dez a quinze sacos de soja a mais por hectare quando você usa o milho na rotação de cultura. Quer dizer, por que vou deixar queimar isso? Se eu deixar queimar, eu estarei queimando o meu próprio capital, o meu próprio negócio do futuro. Então, o fogo é uma coisa que não é admitida nas propriedades agrícolas.

Agora nós temos que entender – e aí os pesquisadores conhecem bem melhor que eu que conheço algumas pesquisas nessa direção – que, no cerrado, fogo é uma coisa natural. Até olhei rapidamente o mapa que foi colocado aqui pela Profª Mercedes sobre os anos que pegou fogo. Dá até para ver rapidamente o seguinte: um ano sim, um ano não ou dois anos sim, dois anos não e um ano sim. E por que isso? Porque a gente tem uma massa maior, um facho, como se diz, combustível para que isso seja queimado. Como o fogo é natural, em muitas oportunidades, você não tem ninguém que vai colocar um palito de fósforo. Ele naturalmente vem pelo calor, pela reflexão de alguma coisa. Então, o fogo é uma questão que precisamos combater. Por outro lado, temos que entender que temos que conviver com ele. O fogo não é natural na floresta. Na Floresta Amazônica, não é natural, não deve existir, mas, no cerrado, é natural. Inclusive, discute-se, no Pantanal Mato-grossense dos dois Estados, como é que você pode manejar essa questão do próprio fogo, para que não venha um dia uma queimada com muito combustível e ter um problema ambiental muito maior do que aquele fogo que passa ano após ano.

Gostaria também de tecer considerações com respeito às afirmações que aqui foram feitas sobre a água. Não guardei o número, mas sei que foi um absurdo. Parece que 1 kg de picanha consome 36 mil litros de água, uma coisa parecida. Dezesseis mil? Guardei bem. Quer dizer, é uma loucura um negócio desses. É uma loucura! Eu não consigo entender. E a gente vai repetindo isso e vai virando verdade, porque ninguém contesta o número. Foi no Fantástico? Dezesseis mil litros de água para comer picanha de um quilo. Não dá para você entender esse tipo de coisa, até porque a água é reciclável, não é? Ela cai no solo, filtra, vai para o rio, do rio vai para o mar, do mar volta para a Floresta Amazônica. Não acaba. Água não acaba. Eu não consigo entender água acabando. Nem a que eu bebo acaba. Ele é reciclável, vai embora de volta para outro sistema. Então, quando você produz grão no lugar que você está tirando os seus 10 mil quilos por hectare de produto, você está tirando quanto de água? Oitenta por cento disso é água. Mas quantas toneladas de água caíram naquele hectare naquele ano? Dois mil e quatrocentos, dois mil e quinhentos milímetros de água. Para cada 10 milímetros de água por hectare, são 100 toneladas de água que você tem. Então, é outra coisa que se fala e não há os números para você comparar, mas isso vai criando um ambiente desfavorável àqueles que vivem no campo, àqueles que trabalham no campo, que vivem da agricultura.

Eu tenho debatido muito com meus colegas no Senado que, em muitas oportunidades, o agricultor é colocado como um vilão da sociedade, como alguém que não deveria existir. É como se nós tivéssemos que fazer uma opção entre produzir e preservar. Não é assim. Se não tivermos comida na mesa, nós teremos guerra no dia seguinte. As grandes guerras existiram no mundo por causa de comida. As civilizações no passado brigavam muito mais pela terra, pela condição de produzir alguma coisa do que propriamente espaço. Então, eu não gostaria de ver aqui, Senador Rollemberg, convidados, dentro dessa discussão do cerrado, esse embate, porque ele não deve existir. Nós devemos ter, sim, capacidade de produzir e preservar.

Aqui também se falou dos números de preservação de áreas federais, estaduais de parques e preservação, mas em nenhum momento ou pelo menos em um momento, como citou a Profª Mercedes, se falou dos 20% que os produtores dessa região são obrigados a deixar como reserva legal, dos 35% que nós, no Mato Grosso, devemos deixar no cerrado, dos 80% que devemos deixar na Amazônia brasileira. Ele não é citado como um elemento positivo de preservação. Ora, se ele não é citado, ele não é importante, mas ele é importante. Então, nós não devemos fazer as colocações que foram feitas aqui somente daquilo que é do Estado, que é de obrigação de fazer do Estado, mas o particular é importante. São 20% do cerrado, 35% do cerrado de Mato Grosso e 80% da Floresta Amazônica.

Portanto, rapidamente dentro desses comentários, só queria chamar atenção para que a gente não esgarce esta discussão. No Código Florestal, que nós fizemos aqui, que foi tão bem conduzido pelo Senador Jorge Viana e de que todos nós participamos, deixamos as linhas gerais colocadas de como é que nós, do Senado, pensamos. Eu não sei se a Câmara ainda vai aprovar 100% do que nós colocamos aqui, mas ali nós já deixamos inclusive determinado que cada um desses biomas terá que ter uma lei específica, que é o começo desta discussão aqui. Eu já me antecipei um pouco até por ter sido governador do Estado de Mato

Grosso, onde nós tínhamos uma legislação específica para o Pantanal. Já apresentei aqui um projeto de lei, que espero seja discutido. Ele não é dono da verdade, mas a gente quer discutir também a questão do Pantanal. Vamos discutir a questão do cerrado, mas vamos discutir sem colocar outra vez a questão de um lado ou de outro lado. Não. Vamos buscar um entendimento, vamos buscar o consenso, para que a gente possa trabalhar de forma correta.

Quero cumprimentar, Senador Rollemberg, a sua iniciativa de convocar esta audiência pública, de ouvir a todos aqui que colocaram... E todos têm razão: se trouxermos mais cinco, mais 15 ou mais 20, vamos ouvir posições diferentes, ou posições semelhantes, mas todos têm seus argumentos para discutir sobre qualquer um dos assuntos colocados aqui na nossa Comissão de Meio Ambiente.

Quero cumprimentá-lo, agradecer a presença de todos, e mais uma vez deixar aqui o meu pleito para que não se esgarce mais essa relação entre produção, produtores, agricultores, pecuaristas com a questão de meio ambiente. Nós crescemos no entendimento de que é possível construir as duas coisas sem excluir nenhuma delas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi.

Se o Senador Jorge Viana me permitir, antes de passar a palavra a S. Exª, vou fazer um breve comentário, e se V. Exª também me permitir, Senador Blairo Maggi.

Nós tivemos a oportunidade na discussão do Código Florestal, Senador Jorge Viana, de visitar uma fazenda de propriedade de V. Exª, em que pudemos perceber – V. Exª já reconheceu isso aqui em outras reuniões – a evolução que V. Exª teve, pessoalmente, como produtor e como governador do Estado ao longo de todo esse processo. Hoje, V. Exª é um produtor reconhecido, inclusive certificado internacionalmente por aliar produção com a questão do respeito à legislação ambiental e conservação ambiental.

Mas eu me lembro também que V. Exª – aquilo me marcou muito – disse que ficou muito impressionado quando foi à China e viu um rio seco. Eu me lembro disso, e isso me marcou profundamente. E o nosso objetivo aqui é exatamente este, o de ouvir todas as partes para iniciar o debate e buscar informações que nos permitam uma reflexão e uma proposição que atenda a todos os interesses. Concordo com V. Exª: não podemos abrir mão de que essa região é uma grande produtora de alimentos. É importante para o Brasil ser um grande produtor de alimentos, mas também temos de considerar a questão da biodiversidade, da produção de água, e acho que é absolutamente possível, inclusive quando propus uma agenda de convergência em torno de água, alimentos, energia, biodiversidade e que, no meu entendimento, passa pelo aprofundamento do conhecimento científico sobre todos esses temas.

Agradeço muito a contribuição de V. Exª e passo a palavra ao Senador Jorge Viana, registrando aqui a presença do nosso 2º vice-presidente do Senado Federal, Senador Waldemir Moka, e do Senador Sérgio Souza, presidente da Comissão da Água.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Queria cumprimentar o Senador Rodrigo, demais colegas e especialmente nossa convidada e os convidados. Também dizer ao Brandão que hoje, certamente, está tomando posse oficialmente na secretaria de biodiversidade. Quero desejar sucesso – espero estar lá também. Cumprimento todos os demais, o presidente da Embrapa Cerrados, o Donizete, o César. E dizer que eu penso que a Comissão de Meio Ambiente do Senado traz o tema do cerrado, porque o Senador Rodrigo já está vendo a agenda que temos pela frente, importante, após a decisão que o Congresso precisa tomar sobre o Código Florestal e também no que chamo de pós-Rio+20.

Certamente, eu venho da Amazônia, onde há décadas estamos tentando sair dessa agenda negativa de contar a destruição das florestas, para uma agenda onde possamos ter um uso inteligente dessas florestas, seu manejo e, com isso, a transformação da nossa floresta num ativo econômico importante. Nós, na Amazônia, apesar de décadas de enfrentamento, os argumentos para essa expansão da fronteira agrícola sempre foram o próprio resultado que a fronteira agrícola traz, que é produção de alimentos. Esse sempre foi o grande argumento.

Eu lembro que, numa audiência que fizemos na CMA sobre o Código Florestal, estava o Alysson Paulinelli. Ele falou que, quando assumiu, no período ainda da criação da Embrapa, tinha uma proposta de seguir fazendo uma expansão na Amazônia – e aquilo era voz geral. Ele falou: eu não vou fazer isso porque não conheço essa região. E aí o caminho foi o de trabalhar a criação da Embrapa. Quer dizer, conhecer primeiro para, depois, tentar estabelecer alguma relação de atividade, principalmente econômica. Se, na Amazônia, que é mais visível... A paisagem na Amazônia é impositiva, é muito forte. Então, qualquer atividade que se faça mudando essa paisagem também tem um impacto muito forte.

Estou falando tudo isso porque acho que o Brasil tem um grande desafio de estabelecer uma política para o Cerrado. E no Cerrado é o contrário, diferente da Amazônia. Quando cheguei, o Donizete estava

falando, mas acho que a Mercedes foi muito precisa em falar. Mesmo tendo sido rápido, foi muito importante. O Donizete aprofundou um pouco mais, já um passo adiante. Mas aqui, no Cerrado, como bem foi colocado, a paisagem é subterrânea. Nós temos uma paisagem visível em alguns lugares, mas não estamos enxergando a biomassa que está ali. Se fala de dois a cinco vezes o que está no exterior, mas dois já seria muita coisa; dois a sete, mas temos que pôr uma média, pelo menos, perto de cinco o que temos invisível da biomassa que compõe o Cerrado. Então, fica mais difícil defender para o senso comum.

Como o senso comum também coloca o Cerrado como uma grande região de produção de alimentos, que também não deixa de ser um caminho, como vamos fazer isso?

Então, se, na Amazônia, houve dificuldade de frear o desmatamento, com uma visibilidade tão grande do choque que significa uma destruição de floresta na Amazônia, aqui, no Cerrado, até porque o fogo é parte da ecologia do Cerrado – esse também é outro componente –, então, como funciona? O fogo é parte da ecologia do Cerrado. Inclusive, nós, no Código Florestal, trabalhamos com o Prof. Bráulio, com o João de Deus e com importantes pessoas que nos ajudaram para estabelecer um regramento mais tranquilo para que os técnicos possam usar os fogos para proteger as nossas unidades de conservação. Se não fizermos isso, vamos estar, a cada tempo, contando uma destruição, porque se cria uma biomassa em cima, cria-se uma massa seca, que vai entrar em combustão quando alguma circunstância apontar, diferente de um manejo que poderia ser feito para proteger, inclusive, essas unidades, porque, nessa questão do fogo como parte da ecologia, com essa intervenção humana, o sofrimento maior ou a perda maior, certamente, não é na vegetação. A perda maior é na fauna – no último incêndio que tivemos, o dano à fauna... –, porque ela não tem saída, não tem mais para onde ir, vai cercando.

Então, está passando da hora de pegarmos tudo o que acumulamos de conhecimento sobre o uso do fogo no Cerrado, que não é pouco, e fazermos uma política, primeiro, de manejo usando o próprio fogo, principalmente nas unidades de conservação, sob pena de os prejuízos irem se acumulando até ficarem irreversíveis.

Agora, eu também compartilho. Acho que o Senador Blairo fez uma fala que se confunde com a sua própria vida e a da sua família. Eu estou falando tudo isso porque acho que, se tem uma região do País onde está passando da hora de termos uma boa política pública definida, é o Cerrado. Para ficar muito claro, gente. Aqui, no Cerrado – eu falo isso para os meus companheiros ambientalistas –, é mais difícil de fazer a luta ambiental por conta da própria característica da região. Também acho que a luta ambiental tinha que ter uma objetividade.

Então, aqui, mais do que nunca, precisamos resolver ampliação das unidades de conservação e ter bem clara essa agenda das águas aqui – isso aqui é região das águas, que trabalhamos –, e bem clara também uma aliança com o setor produtivo. E aí chamar a Embrapa, tudo, para definir onde a gente pode fazer o desmatamento legal, porque nós temos a legislação que permite o desmatamento no cerrado, como há na Amazônia, mas, aqui, numa quantidade muito mais ampla.

Então, eu queria só, fazendo esta intervenção, Senador Rodrigo, aproveitando... Eu sei do seu compromisso. Nós já estivemos na UnB, como bem colocou V. Exª, na semana passada, e temos a decisão de criar uma bancada que assuma o compromisso de procurar forçar o estabelecimento de uma política para o cerrado, em que estejam contempladas as regras, um incentivo, a ampliação da produção de alimentos de proteína animal. Isso é algo que tem de ser feito e de que o Brasil não pode prescindir, mas fazendo-se uma combinação de estabelecimento das unidades de conservação e de manejo – que precisa ser feito.

E acho que o cerrado, até porque está no centro do País, pode ser o grande conciliador desses movimentos, que são muito importantes. A ONU estabelece para nós... Um dos temas da Rio+20: "Ah, a base, a economia verde, a sustentabilidade: a fome!" E até a pobreza. E o cerrado é uma possibilidade concreta que temos de trabalhar a ampliação.

Aí entra o que o Senador Blairo estava colocando. Eu tenho uma pequena divergência com o que o Senador Rodrigo estava pondo, porque, se não houver uma política pública bem definida, Senador, com a ampliação... E, graças ao nosso conhecimento técnico, à própria Embrapa e a outros centros de pesquisa, às próprias ONGs, que também acumulam experiência nessa área, aumentando-se a produtividade, dá-se melhor retorno econômico para as atividades, e termina que se tem uma expansão horizontal e vertical da atividade – onde não se tem a política. Então, para que possa haver áreas sendo liberadas e mais bem trabalhadas...

Vou dar o exemplo, também, da propriedade do Senador Blairo. Em uma que visitamos, quando da discussão do Código... Ele comprou uma área – não lembro o nome, mas é a que visitamos – já formada como fazenda. Era uma antiga fazenda, uma antiga pecuária. O problema é que onde não há regramento e políticas bem definidas, inclusive, vinculadas ao cré-

dito, que o Brasil não fez... Então, quem vai estabelecer uma fazenda de pecuária estabelece essas áreas de uso. Já que há a área de reserva legal, e ele pode definir, dentro da propriedade, onde estabelecer a reserva legal, estabelece as áreas de uso próximo às águas.

Aí ele falou: "É interessante: estou tendo de recompor as áreas de preservação permanente – tudo bem, isso é legal, está certo fazer –, mas a minha atividade é outra, é produção de alimentos. E eu queria estar nos chapadões, longe das águas – poderia ser –, onde eu teria um menor custo de uso e estaria também fazendo uma melhor conservação das águas na propriedade".

Vejam que a falta de política é um desastre. O pior de tudo é quando não se tem uma política definida, porque aí acontece o acaso, aí são os interesses que prevalecem, e os do País e da sociedade ficam em quinto ou sexto plano.

O cerrado é típico disso. No cerrado, as coisas começaram a acontecer e vieram a partir de uma visão equivocada do próprio Estado brasileiro, como aconteceu na Amazônia. Mas, agora, neste momento, é muito importante que o Senado, que acho que tem um papel importante a cumprir, possa... O nosso sonho aqui é, logo após a votação do Código, partir para a Lei dos Biomas, para trabalharmos a lei do bioma cerrado, estabelecermos regras bem claras, que possam conciliar, dar segurança a quem quer produzir dentro da legalidade e, ao mesmo tempo, dar uma perspectiva de uso adequada de um dos biomas mais importantes que o Brasil tem. Ele faz a transição entre os diferentes Brasis, está numa posição muito no entorno do poder.

E sei que a infraestrutura, agora, no sul do Maranhão, no sul do Piauí... A infraestrutura está indo para lá. A maior troca de posse de terra está acontecendo exatamente naquela região hoje, que é aquela que vocês mostraram no mapa, que é uma região com um uso ainda menos intenso do que na região em que estamos hoje.

Então, é muito importante. Não há tempo a perder nisso. Acho que com a presença dos que representam a sociedade e, ao mesmo tempo, as instituições de Governo, nós pudemos avançar bastante. Está aqui o Secretário de Biodiversidade, está aqui quem coordena as pesquisas e sabe o que já está disponível. E estamos nós aqui, que temos a obrigação de trabalhar a legislação e de fiscalizar, de cobrar também dos Executivos as políticas necessárias para uma região tão importante, para que possa atender a agenda do Brasil: a agenda da água, a agenda de conservação e preservação dos recursos naturais e a agenda de aumento da oferta e da produção de alimentos, que é tema central quando se discute Cerrado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana, pela sua contribuição.

Quero registrar que, logo após esta audiência pública, teremos reunião deliberativa da Comissão.

Passo a palavra ao Senador Sérgio Souza, Presidente da Subcomissão da Água da Comissão de Meio Ambiente.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente. Bom-dia a todos aqueles que contribuíram para esta audiência pública.

Sou de uma região do sul do País onde temos o bioma da Mata Atlântica. Sou do Paraná. E entendemos hoje, muito mais do que na época, a importância de ter uma legislação própria para um bioma. E aí, Senador Jorge Viana, para se chegar a uma legislação desse porte, foi discutido muito, Senador Moka. Hoje começamos a perceber que há necessidade até mesmo de evoluirmos um pouco nessa legislação que trata da Mata Atlântica. Mas – e eu também sou muito crítico – não há possibilidade de fazer manejo em algumas espécies, como, por exemplo, lá no sul ou no bioma da Mata Atlântica, no pinheiro. E o produtor rural, sem o conhecimento necessário, que lhe faltou no momento certo, tem a política de, se nascer um pezinho de pinheiro, cortar rapidamente porque ele sabe que essa árvore, no futuro, não será uma solução, mas, sim, um problema para ele.

Recentemente, recebi um cientista da Universidade Federal do Paraná que estuda essa variedade, que disse o seguinte: "Por que temos uma política de não se permitir o corte dessas coníferas? Porque há mais de 30 espécies de pinheiro." Eu não sabia disso. Para mim era tudo uma única espécie. Pode ser que uma das variedades domine 90%. Então, essa espécie pode ser facilmente cortada, pode haver aí um manejo florestal para essa espécie. Mas pode ser que tenha uma espécie que tem pouquíssimas árvores e, se você permitir o corte dela, você vai extirpá-la da natureza.

Então, debates como esses que acontecem aqui, Senador Rodrigo Rollemberg, nesta Comissão... Acho que é uma das comissões que mais se preocupa com o nosso País, com dimensões continentais, com diferentes climas, biomas e assim por diante. É uma comissão de uma responsabilidade ímpar. E V. Exª tem conduzido brilhantemente, chamando para a pauta das discussões temas como esse.

Então, quero destacar que precisamos, sim, fazer uma legislação para o Cerrado brasileiro. É importantíssimo fazermos isso, mas com a responsabilidade da sustentabilidade. A palavra de ordem hoje no Brasil e no mundo é a sustentabilidade: a sustentabilidade do

meio ambiente; a sustentabilidade do solo; a sustentabilidade da biodiversidade; a sustentabilidade do ser humano que vive sobre este continente, sobre este Planeta; a sustentabilidade no sentido das águas, no sentido também da produção de alimentos. Acho que essa é a regra geral, é a que precisamos chegar.

E aí destaco aquilo que o Senador Blairo Maggi falou. Veja a importância da ciência e tecnologia: de 1.800 quilos por hectare, há 10, 12 anos, para 10.600 quilos. Sou até um pouco mais otimista. Acho que não teremos problemas, em 2050, para alimentar nove bilhões de seres humanos no Planeta Terra. Precisamos ter a sustentabilidade como palavra de ordem e precisamos ter, sim, investimento em ciência e tecnologia pesada, porque, talvez, chegaremos a 2050, Senador Blairo Maggi, produzindo 20 mil quilos por hectare. E aí não teríamos problemas com relação a alimentos.

Senador Rodrigo Rollemberg, quero dizer que V. Exª tem brilhantemente conduzido os trabalhos nesta Comissão, com uma agenda de atividades semanais dos temas mais importantes para o nosso País. Então, coloco-me sempre à disposição para participar desses grandes debates e aqui agradeço a todos aqueles que se têm envolvido em debates dessa natureza.

Este é, talvez, para esta Comissão, um dos anos mais importantes, porque teremos, entre outros temas, a Rio+20, que vai pautar os nossos trabalhos daqui até o meio do ano, com certeza.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Sérgio Souza. Eu agradeço a contribuição que V. Exª tem dado a esta Comissão, uma contribuição brilhante.

Vou passar a palavra, agora, para as observações e comentários finais, aos nossos convidados, lembrando, mais uma vez, que teremos reunião deliberativa em seguida.

Passo a palavra ao César Victor do Espírito Santo, Superintendente Executivo da Funatura.

O SR. CÉSAR VICTOR DO ESPÍRITO SANTO – Primeiramente, gostaria, mais uma vez, de parabenizar por este debate. Acho que todos os expositores trouxeram informações bastante interessantes.

O que verificamos é que realmente há um consenso na questão do entendimento de que se deve aliar a questão da conservação à do desenvolvimento do País.

O que ressalto é que o cerrado está sendo destruído de forma muito rápida. E acho que tem de haver, como disse o Senador Jorge Viana, políticas públicas que realmente possam frear essa destruição.

A coisa está sendo muito rápida. Acho que temos, realmente, de escutar os diferentes segmentos da sociedade. Quanto a esta questão, como ressaltou o Senador Blairo Maggi, de que não devemos esgaçar o diálogo entre ambientalistas e produtores agrícolas, acho que, realmente, devemos superar isso, mas não temos como tapar o sol com a peneira. Os problemas estão aí, e os impactos que estão sendo causados o são pelos agentes produtores. Não há como fugir disso. Na hora em que pegamos e transformamos uma área de cerrado em produção agrícola, a maioria para exportação, estamos destruindo o bioma. Então, temos de discutir o que é bom para o País em termos de presente e futuro.

Será que ser um exportador de *commodities* de carne, grãos, aço vai ser bom para o País no futuro? Temos de destruir todos os nossos recursos, para que possamos atingir esse desenvolvimento que se pretende? Será que esse desenvolvimento que se pretende é o que se deseja?

Então, é importante discutirmos realmente quais são as formas de desenvolvimento, como ocupar de forma adequada e racional o nosso território. Não podemos achar que tudo é possível, porque não é. E, quando se coloca que determinado agricultor está impedido de ir mais à frente, na hora em que se pega nele mesmo, a coisa realmente muda de figura na discussão, porque no geral todo mundo concorda, mas, na hora em que se coloca a questão para ser atingida no próprio bolso, a coisa muda de figura. Por isso, acaba havendo esse esgaçamento, que, obviamente, não gostaríamos que acontecesse.

Então, ressaltamos a importância de haver realmente esse diálogo e de se procurar que essa questão do zoneamento deixe de ser algo só de intenção, para que realmente se coloque na prática a questão do zoneamento ecológico e econômico do País.

Ressalto, mais uma vez, a questão do uso de energia hidrelétrica, porque não só as grandes, mas também as médias e as PCHs... Em qualquer lugar, andando-se por aí, há gente estudando para PCH, como se PCH não fosse trazer problemas, mas traz problemas sérios.

Então, se determinado rio está livre de barramento, podemos buscar esta questão de manter aquele rio, por exemplo, sem barramento.

Era isso. Eu gostaria, mais uma vez, de agradecer a oportunidade e de dizer que o cerrado precisa, sim, de uma política forte, que possa buscar esse desenvolvimento sustentável. E ressaltamos a importância de ter uma legislação específica e também a aprovação da PEC.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, César Victor.

Quero registrar e agradecer a presença do Sr. Marcos Woortmann, Administrador Regional do Lago Norte. É uma alegria tê-lo aqui, Marcos.

Passo a palavra ao Prof. Roberto Cavalcanti.

O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI – Senador, muito obrigado. Foi um privilégio assistir às apresentações dos colegas e também, particularmente, entender a visão dos Srs. Senadores titulares da Comissão, porque para nós isto é essencial: ver em qual caminho está-se configurando o rumo político e os principais condicionantes e preocupações.

Senador, em referência à questão do futuro da agricultura, é óbvio que a agricultura e o agronegócio vão definir não só a expansão do Cerrado em si, mas a organização dessa região, como foi feito em outras grandes regiões do mundo. Então, digamos, o futuro pós-agrícola do Cerrado é definido pela agricultura, pelo agronegócio, a questão da agroindústria que está entrando, as grandes cidades, esse eixo Brasília-Goiânia, tudo isso. E o Brasil, nesse ponto, está seguindo os exemplos de alguns países mais sofisticados e complexos do mundo: Canadá, Estados Unidos, Alemanha, França, que continuam sendo grandes produtores agrícolas e que, em cima da agricultura, construíram a sua sociedade.

O Senador Rollemberg citou a questão da sua visita à China, a questão da soja lá. Eu morei nos Estados Unidos uma época e cheguei a ser vice-presidente do programa da China da organização onde eu estava. E, realmente, a China tem um caso dramático, porque ela, de grande exportadora de soja, passou a ser importadora, por causa do uso do solo. A China planta soja no deserto de Gobi. O deserto de Gobi não é um lugar longe, fica pertinho de Beijing. Você vai até o lado de lá da Grande Muralha e já está próximo ao deserto de Gobi. Então, a china teve que tomar uma decisão dificílima e dramática de ser um grande produtor agrícola e, por problema de água, passar a ser um enorme importador de soja. A China se rivalizava com os Estados Unidos como o maior produtor de soja do mundo. Hoje ela já está num processo de franca retração e importação pelos motivos que o Senador colocou. Então, o Brasil, realmente, tem a sorte de poder construir, em cima do sucesso agrícola, uma economia sustentável. A Alemanha é um país sustentável, é um enorme produtor agrícola, mas tem um compromisso forte com o controle de poluição, com a recuperação florestal, com a disposição dos rios. Eu não tenho dúvida de que o caminho para o Cerrado vai ser por aí também: a recuperação da biodiversidade das áreas degradas e, como o senhor colocou aí, a consolidação da produção em bases muito mais produtivas e racionais. Então, acho que a visão que se compartilha aí é de um futuro dessa natureza para o Cerrado.

Senador, muito obrigado pelo convite. Estamos à disposição. Agradeço, mais uma vez, o aprendizado que tive com as outras apresentações aqui, muito representativas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Prof. Roberto Cavalcanti. É uma alegria tê-lo aqui. Parabéns pela sua posse na Secretaria de Biodiversidade e Florestas do MMA. Certamente teremos uma interação muito grande com a Comissão de Meio Ambiente. Conte, desde já, com a colaboração da Comissão de Meio Ambiente no seu trabalho.

Passo a palavra ao amigo Peres, Chefe-Geral da Embrapa Cerrados.

O SR. JOSÉ ROBERTO RODRIGUES PERES – Só gostaria de fazer algumas pequenas considerações em complemento ao que falei anteriormente. Acho que temos um grande desafio para a pesquisa. Com relação à nossa biodiversidade, está tudo por fazer. Nós temos 12 mil espécies de plantas no Cerrado, caracterizados, mas temos que transformar essa biodiversidade em recursos genéticos e em recursos econômicos e sociais. Continua sendo um grande desafio para a pesquisa e para a sociedade.

Gostaria de enfatizar que a nossa meta na pesquisa é, cada vez mais, aumentar a produtividade e verticalizar a produção, termos produtividade cada vez maiores.

Foi muito bem colocado pelo Senador Blairo: Mato Grosso tem seis milhões de hectares, mais ou menos, de soja. Nós não chegamos a três milhões de hectares de milho safrinha. Podemos dobrar a produção de milho incorporando mais três milhões de hectares da soja para o milho.

Eu gostaria de colocar um ponto, pegando o que o senhor colocou, Senador: com relação à Embrapa, o Brasil precisa voltar a produzir mais sementes. É um tema polêmico que está aí, e sensível. Eu só gostaria de colocar um pouquinho o outro lado da moeda. A Embrapa, o Brasil, pelo Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, investiu fortemente em vários fatores de produção, principalmente na reconstrução ou na construção dos solos e manejo e conservação de plantas, para depois desenvolver as cultivares, por meio do seu melhoramento genético, para potencializar esse material genético a produzir. Mas, talvez, 95% do nosso investimento em geração de tecnologia tenham sido na reconstrução da base para que, de fato, as cultivares, os melhoramentos genéticos se potencializassem.

Não vamos esquecer que o grande investimento nessas outras tecnologias é um investimento essen-

cialmente de interesse social, não é de imediato um interesse econômico, porque ele vem indiretamente por meio de um aumento de produtividade.

Então, a Embrapa e as instituições de pesquisa no setor agrícola continuam sendo estratégicas para nossa soberania alimentar. É ser muito reducionista achar que nossa pesquisa se resume a cultivares de soja e de milho, mas vou citar, por exemplo, que 95% das forrageiras cultivadas neste País são espécies selecionadas pela Embrapa e seus parceiros; 80% da variedade de milho para agricultura familiar continuam sendo desenvolvidas pela Embrapa e pelos seus parceiros; 100% do feijão caupi, 100% do algodão plantado no semiárido, e daí por diante.

Portanto, nós temos de, cada vez mais, olhar a pesquisa agropecuária como um todo, não sermos reducionistas de acharmos que nós perdemos o bonde porque ainda temos uma grande oportunidade de prospectar a nossa genética. Nós temos essa biodiversidade, que vai nos permitir fazer a prospecção gênica para selecionar os genes necessários à incorporação na nossa espécie, nosso germoplasma, e continuarmos sendo altamente competitivos, porque as vantagens comparativas estão conosco.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado, Peres.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, o senhor me permite?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Já que a doutora que vai fazer uso da fala logo em seguida deu uma saidinha, eu só queria complementar a fala do Dr. Peres no sentido de que as observações que ele fez estão corretas, mas a nossa discussão aqui no Senado tem passado por dar à Embrapa um poder maior de fogo. Às vezes a gente fala que o investimento na Embrapa não deve ser de milhões, tem de ser de bilhões, porque quando a gente fala em concorrer com as multinacionais na área de biotecnologia, também no futuro significa autonomia do País, também significa que possamos ser competitivos, mas competitivos com tecnologia nossa também, não só simplesmente depender de terceiros de fora, que podem, a qualquer momento... Acho que não farão isso, até porque todo mundo tem interesse econômico, mas, por soberania, um dia podem falar assim: "Vocês não repassem mais ao Brasil as tecnologias que estão repassando hoje". E nós vamos ficar sem competitividade em função de a produtividade ser mais elevada e os custos mais baratos para fazer a produção.

Então, o que o Senador Rollemberg colocou e que eu tenho colocado aqui é nesse sentido. Também não acho que a Embrapa perdeu o bonde da história não, não perdeu não. É que quando a gente olha individualmente um produto, quando se olha só a soja ou só o milho e o Bt, não sei o quê, a gente vê que a Embrapa vem um pouco a reboque, porque nós não gastamos, nós não investimos. E é isso que é a discussão que queremos fazer aqui no Senado. Por isso eu disse: não são milhões, são bilhões que devemos colocar na Embrapa para que ela assuma o papel dela efetivamente de dar ao País a liberdade que todos queremos na produção. Nós não queremos ficar dependendo das grandes multinacionais. Vamos depender por algum tempo, mas queremos é que tenhamos a tecnologia de ponta desenvolvida por nós e controlada por nós. Quando falo nós, é o País, e falo a Embrapa. E ela já demonstrou, ao longo de sua história, que é capaz de fazer isso, tem conhecimento e, se não tem, vai buscar para fazer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi.

Quero agradecer a contribuição importante que o Peres, da Embrapa Cerrados, traz a esse debate. O Peres sabe do meu compromisso e da minha profunda admiração pela Embrapa. Eu jamais diria que a Embrapa perdeu o bonde da história.

O SR. JOSÉ ROBERTO RODRIGUES PERES – Não foi o Senador, não foi aqui, saiu na mídia.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu sei disso, mas eu faço questão de dizer, para que não pairem dúvidas. Eu entendo.

E concordo com o Senador Blairo Maggi: a discussão que estamos fazendo é exatamente de, com todas essas responsabilidades e esses desafios que estão colocados, como empoderar, dar melhores condições à Embrapa pelo papel estratégico que ela representa.

Quero registrar aqui que tenho muita honra, como coordenador da Bancada do Distrito Federal, de ter proposto e a bancada ter aceitado – já tive notícia de que a Embrapa já começou – fazer a expansão do banco de germoplasma, que é fundamental para o desenvolvimento de novas tecnologias.

Agradeço muito a participação da Embrapa Cerrados.

Passo a palavra ao nosso amigo Donizete Tokarski.

O SR. DONIZETE TOKARSKI – Obrigado, Senador, mais uma vez, parabenizando todos os colegas à mesa.

Eu gostaria de destacar, Senador, que os pontos que o senhor levantou, de fato, são os mais importantes.

A primeira questão é a de geração de conhecimento e transferência de tecnologia, mas é preciso ter um olhar mais amplo sobre a diversidade do cerrado. Não podemos pensar e dar prioridade – praticamente a grande concentração da pesquisa – em cima das culturas introduzidas. Se nós pegarmos o caso do milho, por exemplo, que hoje saiu de 700, 800, mil quilos por hectare para 12 mil quilos por hectare e colocarmos isso na macaúba, no pequi, no araticum, na cagaita, na mangaba, no jatobá e em tantas outras culturas que temos, nativas do cerrado, certamente teremos uma redução muito grande de insumos e, consequentemente, uma produção que dá sustentação a nossos valores culturais e não somente aos valores importados da nossa cultura hoje adotada na região. Isso também é segurança alimentar, fazer com que o pequeno produtor, fazer com que o agricultor, fazer com que o trabalhador rural tenha a segurança alimentar a partir dos produtos do cerrado que são desconhecidos. O cidadão que mora na área rural e nós, urbanos, desconhecemos os valores dos produtos do cerrado. É preciso aprofundar a pesquisa nessas culturas também, para que possamos diversificar a atividade econômica associada à conservação.

Não estamos aqui dizendo da conservação pura e simplesmente, estamos dizendo da conservação para que novas culturas, como é o caso da macaúba, uma das culturas com maior poder de contabilidade energética apresentada – está aqui o Dr. Peres para mostrar esses valores da macaúba – uma planta altamente oleaginosa, produtora de alimento. Se pegarmos outras plantas que podem também e têm um valor em termos de produção de oleaginosa, de proteínas, favorável à nossa alimentação, é isso que nós queremos, a diversificação.

Não estamos aqui contra o processo produtivo, o que nós devemos é valorizar aqueles que produzem com a responsabilidade ambiental, adotando o estado da arte da tecnologia, e não podemos ter assistência técnica tão despreparada, não valorizando toda essa biodiversidade que nós temos.

Acho que a pesquisa já está dando resposta. Tem mais resposta, mas também há de se ter um programa que faça essa transferência de tecnologia chegar às mãos tanto do produtor quanto do trabalhador rural.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Donizete Tokarski, pela contribuição que a Ecodata traz a este debate.

Passo a palavra a Mercedes Bustamante.

A SRª MERCEDES BUSTAMANTE – Agradeço novamente pela oportunidade de estar aqui, que espero seja o primeiro de muitos debates sobre essa lei do cerrado.

Acho que a geração do conhecimento, realmente, é vital, mas é importante também que o conhecimento gerado seja utilizado como base do planejamento. Ter o conhecimento e não utilizá-lo é realmente uma contradição em si.

Eu gostaria de agradecer também pelas intervenções do Senador Blairo Maggi, porque elas não dão oportunidade de aprofundar o debate. Eu queria, se o tempo me permite, em particular, tocar em dois aspectos que o senhor mencionou. Uma é a questão do fogo.

Sem dúvida, o fogo é um fator natural do bioma cerrado. Então, são dois aspectos que precisamos trabalhar com relação ao fogo no cerrado. Um é o manejo de queimadas prescritas, exatamente para manter isso como um fator que gera a diversidade dentro desse bioma, mas, por outro lado, também é conhecer quais são os mecanismos que levam a mudanças do regime de fogos no cerrado e evitar o que estamos tendo ultimamente, que são esses grandes incêndios florestais que não fazem parte do regime natural de queimadas no cerrado. Podemos até discutir o uso do fogo na agricultura. Basicamente, a informação que foi mostrada aí são dados espaciais, é o que nós temos espacializados e comprovados em termos do que está acontecendo. Precisamos aprofundar para entender quais são os vetores da utilização do fogo nessas diferentes regiões.

Então, acho que esse é um aspecto para discutir em termos de geração da informação, extremamente importante e que não pode ser negligenciado.

O segundo aspecto que o senhor colocou que acho que é extremamente importante esclarecer, e acho que já poderia ser o tema para o próximo debate, é exatamente a questão dos recursos hídricos. O senhor descreveu, em formas gerais, o ciclo da água, e realmente é isso, você tem a evaporação, a precipitação dos sistemas terrestres e o retorno para os oceanos. Mas, como diz a sabedoria popular, a assinatura do diabo está nos detalhes. Então, esse ciclo global que o senhor descreveu tem uma complexidade em termos de escala temporal e espacial que deve ser considerada na gestão dos recursos hídricos. Porque, onde está essa água que é novamente disponibilizada? Em que tempo ela será novamente disponibilizada? E qual é a qualidade desse recurso hídrico? Então, todos esses níveis agregam uma complexidade à questão dos recursos hídricos que vai além dessa descrição simples do ciclo hidrológico. Nós diferenciamos, por exemplo, o que é uso e o que é consumo de água. E a agricultura é uma atividade que consome a água, porque a água que é evaporada retorna na atmosfera e não vai cair exatamente no mesmo lugar onde ela foi utilizada. É diferente da indústria, que usa a água.

Então, esses são os aspectos que, em um debate posterior, eles devem ser discutidos com mais profundidade.

E eu gostaria aqui de apenas concluir, porque eu acho que é exatamente onde o conhecimento pode contribuir, ele tem que ser a ferramenta essencial do planejamento, para trazer exatamente onde estão os detalhes que são fundamentais para a sustentabilidade.

Eu concordo com o senhor, a agricultura é 40% do território nacional, é a atividade econômica que hoje sustenta o desenvolvimento do Brasil e é também a atividade econômica que é mais dependente dos recursos naturais. Acho que esses três aspectos são fundamentais para reforçar o seu discurso no sentido de que é preciso aliar forças para exatamente garantir esses três pilates.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Mercedes.

Eu quero agradecer a presença de todos e informar, mais uma vez, que teremos reunião deliberativa em seguida.

Tivemos um grande dia, um dia de grandes debates, realmente de grande qualidade.

Quero agradecer a contribuição de todos, com suas visões distintas do processo.

Quero registrar aqui, por meio da Ecodata, que estamos procurando ajudar, procurando contribuir na participação do tema Cerrado na Rio+20, mas, enfim... E vamos dar continuidade a esse tema, aceitando as sugestões de debates aqui trazidas pelos nossos convidados.

Agradecendo a presença de todos e nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião. Comunico aos Senadores que, em cinco minutos, daremos início à 13ª Reunião Extraordinária da CMA, deliberativa, e peço à Secretaria da Comissão que convoque os Senadores da comissão.

Muito obrigado a todos e boa tarde.

(Iniciada às 8 horas e 40 minutos, é encerrada a reunião às 11 horas e 58 minutos.)

Ata da 13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, Realizada em 10 de Abril de 2012, Terça-Feira, Após a 12ª Reunião Extraordinária da Cma (Designada Para as 8H30), Na Ala Senador Alexandre Costa, Sala n° 13.

Às doze horas e três minutos do dia dez de abril de dois mil e doze, na sala de reuniões nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual do Senhor Senador **PEDRO TAQUES**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ANIBAL DINIZ, JORGE VIANA, RODRIGO ROLLEMBERG, S EUNÍCIO OLIVEIRA, SÉRGIO SOUZA, IVO CASSOL, ALOYSIO NUNES FERREIRA, ALVARO DIAS, VICENTINHO ALVES, ANA RITA, DELCÍDIO DO AMARAL, VANESSA GRAZZIOTIN, CRISTOVAM BUARQUE, ANTONIO CARLOS VALADARES, FLEXA RIBEIRO e BLAIRO MAGGI.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores **ACIR GURGACZ, PEDRO TAQUE, LUIZ HENRIQUE, WALDEMIR MOKA, EDUARDO BRAGA, JOSÉ AGRIPINO, GIM ARGELLO e RANDOLFE RODRIGUES**. A Presidência declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Após, faz os seguintes **COMUNICADOS**: recebimento da publicação "Código Florestal, Ética Ambiental e Desenvolvimento Sustentável sob a ótica da Maçonaria", de autoria do Ex-Ministro do STJ, Ministro Waldemar Zeiter; a Comissão Mistas De Planos, Orçamentos Públicos E Fiscalização (CMO) encaminha o Relatório de Atividades da CMO em 2011; Ofício da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, para que sejam priorizadas as discussões visando a criação do fundo caatinga, com o objetivo de captar recursos para projetos de combate à desertificação, recuperação de áreas degradadas e uso sustentável do bioma caatinga; carta dos extrativistas e agroextrativistas dos estados de Goiás, Minas Gerais, Bahia, Mato Grosso, Tocantins, Maranhão e Piauí, defendendo que o cerrado seja declarado patrimônio nacional e que sejam agilizadas a regularização fundiária e a criação de reservas extrativistas no bioma; Ofício nº 5447, de 2012, da Controladoria Geral da União, que informa sobre disponibilização em sua página na internet dos relatórios da 34ª etapa do programa de fiscalização a partir de sorteios públicos; Ofícios em resposta a Ofício-Circular da CMA, acerca do Portal Copa Transparente, sobre obras e serviços para a copa do mundo de 2014: Governo do Estado da Bahia informa a adoção de medidas para atualizar os dados do portal; Governo do Estado de Minas Gerais, também sobre medidas adotadas para atualização dos dados. **LEITURA DE AVISOS, EM CONFORMIDADE AO ATO N° 02, DE 2009 DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DO SENADO FEDERAL, APROVADO EM 08/12/2009.** A presidência comunica o recebimento dos seguintes avisos e ofícios encaminhados a esta comissão, relacionados a atividades de fiscalização e controle. Os documentos e suas respectivas propostas de encaminhamento constam da pauta cheia da reu-

nião: Aviso nº 103, de 2011, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 2.903, de 2011, referente ao monitoramento da auditoria operacional no programa de desenvolvimento sustentável da aquicultura; Aviso nº 14, de 2012, do Tribunal de Contas da União, que encaminha o relatório de atividades do 4º trimestre de 2011; Aviso nº 9, de 2012, do Tribunal de Contas da União, que encaminha acórdão por meio do qual o TCU decidiu estabelecer, para 2012, a distribuição aos estados e municípios de recursos da cide sobre petróleo e derivados; Ofício "S" nº 4, de 2012, do Ministério da Integração Nacional, que encaminha relatório sobre a programação do fundo constitucional de financiamento do centro-oeste fco referente ao exercício de 2012; Mensagem nº 22, de 2012, da Presidência da República, que encaminha relatório de avaliação das receitas e despesas referente ao decreto de programação financeira da união para 2012; Aviso nº 11, de 2012 (nº 104, de 2012, na origem – TCU), que encaminha relatório de auditoria realizado na ANTT com o objetivo de avaliar a atuação da agência no controle e supervisão dos investimentos no setor ferroviário nacional; Mensagem nº 25, de 2012, da Presidência da República, que encaminha relatório de avaliação das receitas e despesas primárias referente ao primeiro bimestre de 2012; Aviso nº 12, de 2012 (Aviso nº 1484, de 2012, na origem do Tribunal de Contas da União), que encaminha relatório de auditoria sobre o programa de resíduos sólidos urbanos; Aviso nº 113, de 2012, do Tribunal de Contas Da União, que responde a solicitação de informações acerca do monitoramento do acórdão n. 1.097/2008–Plenário, formulada por esta comissão, relativamente à auditoria operacional realizada pelo TCU com o objetivo de avaliar a gestão governamental na amazônia brasileira. Passa-se à **PAUTA**, destinada à **DELIBERAÇÃO DE MATÉRIAS. ITEM 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR 18, de 2012**, que "Requeiro, nos termos regimentais, a participação dos membros da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) na iniciativa Rio Climate Challenge, que acontecerá nos dias 14, 15, 16 e 17 de junho de 2012, no Rio de Janeiro/RJ, e que será precedida de reunião preparatória, a realizar-se nos dias 13, 14 e 15 de abril, em Recife/PE". Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. **Resultado: Aprovado**. **ITEM 3) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR 19, de 2012**, que "Requeiro a realização, por parte da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), do evento "Workshop" de Lançamento do Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira (SIB-Br), no dia 17 de abril do corrente, em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia. Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. **Resultado: Aprovado. ITEM 7) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR 20, de 2012**, que "Requeiro, nos termos regimentais, no âmbito da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado Federal – CMA, que seja convidado para audiência pública neste colegiado, o empresário do setor de combustíveis, especificamente da produção de biodiesel, o senhor Erasmo Carlos Battistella, da empresa BSBIOS, com sede na cidade de Passo Fundo – RS, expoente do setor, para expor as vantagens e desvantagens na produção de combustíveis produzidos a partir de fontes vegetais renováveis como: soja, mamona, dendê, girassol, entre outros. Peço aos meus ilustres pares da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado Federal – CMA, que aprovem o Requerimento supracitado, para que possamos debater o tema e ouvir as exposições sobre os impactos ambientais e o sucesso desse jovem empreendedor. Autoria: Senador Ivo Cassol. **Resultado: Aprovado. ITEM 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 196, DE 2007 – Não Terminativo**, que "Acrescenta § 3° ao art. 6° da Lei n° 8.918, de 14 de julho de 1994, para determinar que os rótulos das bebidas que menciona especifiquem o teor calórico nelas contido e apresentem frase de advertência quanto aos riscos da obesidade infantil. Autoria: Senador Jayme Campos. Relatoria: Senador Romero Jucá. Relatório: Leitura do parecer vencedor, de autoria do Senador Romero Jucá, nos termos do art. 132, § 5º, do Regimento Interno do Senado Federal. **Resultado: Apresentado o Parecer vencedor, nos termos do art. 132, parágrafo 5º, do RISF**. **ITEM 12) PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 3, DE 2006 – Não Terminativo**, que "Destinada a apurar as causas do acidente aéreo que abateu o Boeing 737-800 da Gol Linhas Aéreas, bem como toda a responsabilidade sobre ele. Autoria: Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (SF). Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatório: Pelo arquivamento. **Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CMA, pelo arquivamento. ITEM 14) PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 1, DE 2009 – Não Terminativo**, que "Propõe que a Comissão realize ato de fiscalização e controle sobre padrões de preços em obras públicas federais. Autoria: Senador Jefferson Praia. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatório: Pela rejeição e arquivamento. **Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CMA,**

pela rejeição e arquivamento da matéria. ITEM 17) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 15, DE 2009 – Não Terminativo, que "Acrescenta parágrafo ao art. 10 da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, com o objetivo de instituir a semana de educação ambiental nas escolas de ensino fundamental e médio". Autoria: Deputado Maurício Rands. Relatoria: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação com uma emenda. **Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CMA, pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1-CMA. Apresentou voto contrário o Senador Aloysio Nunes Ferreira. ITEM 18) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 112, DE 2011 – Não Terminativo**, que "Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro". Autoria: Deputado Jefferson Campos. Relatoria: Senador Lauro Antonio. Relatório: Pela aprovação com uma emenda. **Resultado: Retirado de pauta, pois desde 05/04/2012 o Senador Lauro Antônio não mais exerce mandato. ITEM 19) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 233, DE 2011 – Não Terminativo**, que "Altera dispositivo do art. 29 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para instituir tarifa social para consumo de água". Autoria: Senador Gim Argello. Relatoria: Senador Lauro Antonio. Relatório: Pela aprovação com uma emenda. **Resultado: Retirado de pauta, pois desde 05/04/2012 o Senador Lauro Antônio não mais exerce mandato. ITEM 20) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 317, DE 2011 – Não Terminativo**, que "Altera as Leis nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, nº 8.001, de 13 de março de 1990, e nº 9.648, de 27 de maio de 1998, para substituir 50% da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos destinada aos Municípios por participação no resultado da exploração de recursos hídricos de novas usinas hidroelétricas". Autoria: Senador Blairo Maggi. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: Pela rejeição. **Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator. ITEM 21) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 463, DE 2011 – Não Terminativo**, que "Acrescenta arts. 46-A e 74-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para responsabilizar pessoalmente, no âmbito civil e penal, os administradores de empresas fornecedoras de bens ou serviços que causem danos ao consumidor em razão de contratos que contenham cláusulas abusivas ou violadoras da boa-fé objetiva, ou ainda que contenham linguagem obscura em razão do uso de expressão técnica ou pertencente a língua estrangeira". Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senador Acir Gurgacz. Relatório: Pela rejeição. **Resultado: Aprovado o relatório do Relator "ad hoc", Senador IVO CASSOL, que passa a constituir o Parecer da CMA, pela rejeição do projeto. ITEM 22) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 623, DE 2011 – Não Terminativo**, que "Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para disciplinar o recebimento de reclamações de usuários de serviços aéreos". Autoria: Senador Sérgio Souza. Relatoria: Senador João Vicente Claudino. Relatório: Pela aprovação com uma emenda. **Resultado: Aprovado o relatório do Relator "ad hoc", Senador IVO CASSOL, que passa a constituir o Parecer da CMA, pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1-CMA**. **ITEM 25) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 213, DE 2009 – Terminativo**, que "Altera o art. 1º da Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, que "dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências", para determinar que a produção de biocombustíveis seja regida por critérios socioambientais". Autoria: Senador Valdir Raupp. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatório: Pela prejudicialidade. **Resultado: Declarado prejudicado o projeto, por oito votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. ITEM 27) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 450, DE 2011 – Terminativo**, que "Altera a Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para garantir a facilitação de atendimento do consumidor por órgãos públicos de proteção e fiscalização através da internet". Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira, Relatório: Pela aprovação com as emendas nº 1 a 6-CCT e pela rejeição da emenda nº 7-CCT. **Resultado: Aprovado o projeto com as Emendas nº 1 a 6-CCT/CMA e rejeitada a Emenda nº 7-CCT, por oito votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Ficam adiadas as demais matérias**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e três minutos, lavrando eu, Leany Barreiro de Sousa Lemos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Rodrigo Rollemberg,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE TAQUIGRAFIA DA REUNIÃO DE 10/04/2012

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Declaro aberta a 13ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e

Fiscalização e Controle da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunicados da Presidência.

Comunico que foi encaminhada à CMA a publicação *Código Florestal, Ética Ambiental e Desenvolvimento Sustentável* sob a ótica da Maçonaria, de autoria do ex-Ministro do STJ Waldemar Zeiter.

Informo o recebimento do seguintes documentos, que se encontram à disposição dos membros na Secretaria da Comissão:

– A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização encaminha o relatório de atividades da CMO em 2011;

– Ofício da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, para que sejam priorizadas as discussões, visando à criação do Fundo Caatinga, com o objetivo de captar recursos para projetos de combate à desertificação, recuperação de áreas degradadas e uso sustentável do bioma caatinga;

– Carta dos extrativistas e agroextrativistas dos Estados de Goiás, Minas Gerais, Bahia, Mato Grosso, Tocantins, Maranhão e Piauí, defendendo que o cerrado seja declarado patrimônio nacional e que sejam agilizadas a regularização fundiária e a criação de reservas extrativistas no bioma.

– Ofício nº 5.447, de 2012, da Controladoria-Geral da União, que informa sobre disponibilização em sua página na Internet dos relatórios da 34ª etapa do Programa de Fiscalização a Partir de Sorteios Públicos.

– Ofícios em resposta a ofício circular da CMA, acerca do portal Copa Transparente, sobre obras e serviços para a Copa do Mundo de 2014: – o Governo do Estado da Bahia informa a adoção de medidas para atualizar os dados do portal; – o Governo do Estado de Minas Gerais, também, sobre medidas adotadas para atualização dos dados;

– Leitura de avisos, em conformidade ao Ato...

Quero solicitar à Secretaria da Comissão, em função de que temos alguns projetos que são terminativos, que ligue para os membros da Comissão, avisando do início da reunião.

Leitura de Avisos em conformidade ao Ato nº 2, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, aprovado em 8 de dezembro de 2009. Comunico o recebimento dos seguintes avisos e ofícios encaminhados a esta Comissão, relacionadas a atividades de fiscalização e controle.

Os documentos e suas respectivas propostas de encaminhamento constam da pauta cheia da reunião:

– Aviso nº 103, de 2011, do Tribuna de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 2.903, de 2011, referente ao monitoramento da auditoria operacional no Programa de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura;

– Aviso nº 14, de 2012, do Tribunal de Contas da União, que encaminha o relatório de atividades do quarto trimestre de 2011;

– Aviso nº 9, de 2012, do Tribunal de Contas da União, que encaminha acórdão por meio do qual o TCU decidiu estabelecer para 2012 a distribuição a Estados e Municípios de recursos da Cide sobre petróleo e derivados;

– Ofício "S" nº 4, de 2012, do Ministério da Integração Nacional, que encaminha relatório sobre a programação do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao exercício de 2012;

– Mensagem nº 22, de 2012, da Presidência da República, que encaminha relatório de avaliação das receitas e despesas referentes ao decreto de programação financeira da União para 2012;

– Aviso nº 11, de 2012 (nº 104, de 2012, na origem – TCU), que encaminha relatório de auditoria realizada na ANTT, com o objetivo de avaliar a atuação da Agência no controle e supervisão dos investimentos no setor ferroviário nacional;

– Mensagem nº 25, de 2012, da Presidência da República, que encaminha relatório de avaliação das receitas e despesas primárias referentes ao primeiro bimestre de e de 2012.

– Aviso nº 12, de 2012.

– Aviso nº 1.484, de 2012, na origem, do Tribunal de Contas da União, que encaminha relatório de auditorias sobre programa de resíduos sólidos urbanos.

– Aviso nº 113, de 2012, do Tribunal de Contas da União, que responde a solicitação de informações acerca do monitoramento do Acórdão nº 1097, de 2008, plenário, formulado por esta Comissão, relativamente à auditoria operacional realizada pelo TCU, com o objetivo de avaliar a gestão governamental na Amazônia brasileira.

Passamos aos itens da pauta.

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 18, DE 2012

Requeiro, nos termos regimentais, a participação dos membros da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) na iniciativa Rio Climate

Challenge, que acontecerá nos dias 14, 15, 16 e 17 de junho de 2012, no Rio de Janeiro/RJ, e que será precedida de reunião preparatória, a realizar-se nos dias 13, 14 e 15 de abril, em Recife/PE.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg.

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 2: requerimento de autoria do Senador Pedro Taques, que foi retirado da pauta por ausência do autor.

(É o seguinte o item retirado da pauta:

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº , DE 2012

Nos termos do art. 71, inciso IV, da Constituição Federal e do art. 102-A, inc. I, alínea ´e´, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizada pelo Tribunal de Contas da União auditoria tendo por objeto a regularidade da contratação, nas áreas de Saúde e Segurança Pública da Administração Pública Federal, por dispensa de licitação por emergência, nos termos do art. 24, inciso IV, da Lei no 8.666, de 1993, adotando-se na sua realização os seguintes parâmetros: a)seleção das Unidades Gestoras a serem auditadas a partir do maior risco na caracterização da situação de emergência, incluindo as constantes da lista abaixo e outras que o Tribunal entenda pertinente acrescentar em função do critério de maior risco na contratação com base no art. 24, inciso IV, da Lei no 8.666, de 1993: FUNÇÃO 10 – SAÚDE UNIDADE GESTORA VALOR % S/TOTAL 153289 – FACULDADE DE MEDICINA/ UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS 52.133.130,58 100,00% 153046 – UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO 9.550.000,00 100,00% 153038 – UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA 5.583.173,63 100,00% 158220 – HOSPITAL ESCOLA SAO FRANCISCO DE ASSIS – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO 1.490.727,72 100,00% 153409 – PRO-REITORIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA– UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO 1.467.429,50 100,00% 153105 – GABINETE DO REITOR DA UFPE-GR – UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO 1.200.000,00 100,00% 154045 – FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO 953.355,90 100,00% 153279 – ESCOLA DE ENFERMAGEM – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS 200.000,00 100,00% 253009 – COORD.DE VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS– AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA 40.000,00 100,00% 153163 – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA 13.984.592,23 98,74% 150247 – COMPLEXO HOSPITALAR E DE SAUDE DA UFBA– UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA 114.651.929,68 93,26% FUNÇÃO 06 – SEGURANÇA PÚBLICA UNIDADE GESTORA VALOR % S/TOTAL 153163 – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA 2.965.547,50 100,00% 254420 – FUNDACAO OSWALDO CRUZ 735.530,18 100,00% 154049 – FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO CARLOS 300.000,00 100,00% 154051 – UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA 292.600,00 100,00% 154039 – FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS 291.390,00 100,00% 150123 – COORDENADORIA DE ORGANIZACAO ADMINISTRATIVA – UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE 290.669,50 100,00% 731040 – CENTRO DE REPAROS E SUPRIM.ESP.CORPO FUZ.NAV. – COMANDO DA MARINHA 61.836,72 100,00% 153031 – UNIFESP-UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO 1.016.093,71 97,92% Critério de seleção das UG´s: Valor empenhado pela UG em 2011, nos Grupos Natureza de Despesa 3 e 4, em empenhos de valor superior a R$ 15.000,00 (para excluir eventuais dispensas por valor – art. 24, incs. I e II), nas Funções “10 – Saúde” e “06 – Segurança Pública”. Coluna “Valor”: Valor empenhado pela UG nas condições acima, sob modalidade de licitação “06 – Dispensa de licitação” Coluna “% S/TOTAL”: Proporção do valor empenhado sob modalidade de licitação “06 – Dispensa de licitação” em relação ao valor total empenhado nas condições acima (GND igual a 3 e 4, valor do empenho superior a R$ 15 mil). Selecionadas as UG´s com “% S/TOTAL” superior a 90 % Fonte: Sistema SIGA Brasil b)exame das seguintes questões de auditoria (sem prejuízo de outras que o Tribunal entenda pertinente acrescer) especificamente em relação às contratações realizadas com amparo no a)art. 24, inciso IV, da Lei no 8.666, de 1993: b.1) a caracterização da situação de dispensa por emergência obedece aos requisitos legais (inclusive a imprevisibilidade da situação emergencial e a inexistência de conduta negligente ou desidiosa do gestor no planejamento das aquisições com o fim

de preveni-la)? b.2) encontra-se justificada a compatibilidade dos preços contratados com os de mercado, nos termos do art. 26, parágrafo único, da Lei no 8.666, de 1993, e esta justificativa é consistente com a realidade dos fatos ? b.3) constata-se alguma característica específica das atividades de Saúde ou Segurança Pública que possa ser considerada fator agravante dos riscos de abuso na dispensa de licitação por emergência? b.4) constata-se algum outro fator que contribua para maiores possibilidades de abuso na dispensa de licitação por emergência?

Autoria: *Senador Pedro Taques)*

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) –

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 19, DE 2012

Requeiro a realização, por parte da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), do evento "Workshop" de Lançamento do Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira (SIB-Br), no dia 17 de abril do corrente, em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg.

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 4: requerimento de autoria do Senador Alvaro Dias. Retirado de pauta também, por ausência do autor.

Item 5: também requerimento de autoria do Senador Avaro Dias. Também retirado de pauta por ausência do autor.

Item 6: igualmente, requerimento de autoria do Senador Alvaro Dias. Igualmente retirado por ausência do autor.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº , DE 2012

Requeiro, nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o senhor AGUINALDO RIBEIRO, Ministro das Cidades para, em audiência nesta Comissão, prestar os devidos esclarecimentos sobre as denúncias de irregularidades no programa Jampa Digital, que previa oferecer internet gratuita e sem fio a todos os moradores de João Pessoa, mo estado da Paraíba.

Autoria: *Senador Alvaro Dias*

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº , DE 2012

Requeiro, nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o senhor MARCO ANTONIO RAUPP, Ministro da Ciência, Tecnologia e Informação para, em audiência nesta Comissão, prestar os devidos esclarecimentos sobre as denúncias de irregularidades no programa Jampa Digital, que previa oferecer internet gratuita e sem fio a todos os moradores de João Pessoa, mo estado da Paraíba.

Autoria: *Senador Alvaro Dias*

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº , DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o senhor JORGE HEREDA, presidente da Caixa Econômica Federal – CEF, para, em audiência pública nesta Comissão de Meio ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, prestar os devidos esclarecimentos sobre a denúncia de comercialização de papéis da dívida pública por preços acima do mercado no período entre setembro de 2008 e agosto de 2009, quando o sistema informatizado da CEF responsável por informações relativas aos papéis, esteve fora do ar.

Autoria: *Senador Alvaro Dias)*

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) –

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº 20, DE 2012

Requeiro, nos termos regimentais, no âmbito da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado Federal – CMA, que seja convidado para audiência pública neste colegiado, o empresário do setor de combustíveis, especificamente da produção de biodiesel, o senhor Erasmo Carlos Battistella, da empresa BSBIOS, com sede na cidade de Passo Fundo – RS, expoente do setor, para expor as vantagens e desvantagens na produção de

combustíveis produzidos a partir de fontes vegetais renováveis como: soja, mamona, dendê, girassol, entre outros. Peço aos meus ilustres pares da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado Federal – CMA, que aprovem o Requerimento supracitado, para que possamos debater o tema e ouvir as exposições sobre os impactos ambientais e o sucesso desse jovem empreendedor.

Autoria: Senador Ivo Cassol.

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, Item 8, retirado de pauta por ausência da autora.

O Item 9 é uma minuta de indicação de autoria do Senador Pedro Taques, também retirado por ausência do autor.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 9

MINUTA DE REQUERIMENTO Nº , DE 2012

Nos termos do art. 224 do Regimento Interno, venho sugerir que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle solicite à Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle que inclua no Sistema SIGA Brasil, se tecnicamente viável, o campo "Inciso" da Nota de Empenho, nos Universos que contenham informação individualizada sobre o documento de empenho do sistema SIAFI.

Autoria: *Senador Pedro Taques*

Observações:

Onde se lê "Minuta de Requerimento", leia-se "Minuta de Indicação".)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) –

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 196, DE 2007
– Não Terminativo –

Acrescenta § 3° ao art. 6° da Lei n° 8.918, de 14 de julho de 1994, para determinar que os rótulos das bebidas que menciona especifiquem o teor calórico nelas contido e apresentem frase de advertência quanto aos riscos da obesidade infantil.

Autoria: Senador Jayme Campos

Relatoria : Senador Romero Jucá

Relatório: Leitura do parecer vencedor, de autoria do Senador Romero Jucá, nos termos do art. 132, §5º, do Regimento Interno do Senado Federal, pela rejeição do projeto.

Esclareço que essa matéria já foi objeto de deliberação na CMA em 06 de março de 2012.

Na presente reunião, nos termos regimentais, apresenta-se o parecer vencedor, sem necessidade de votação.

Consulto os membros se podemos dar como apresentado o parecer vencedor ou se devemos ler, na íntegra, o documento.

Aqueles que concordam com o encaminhamento da não necessidade de dá-lo como lido permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O parecer vencedor da CMA é dado como apresentado, pela rejeição do projeto.

A matéria será encaminhada à deliberação terminativa na CAS.

Item 11 é um aviso da Comissão de Meio Ambiente, cujo Relator é o Senador Anibal Diniz. O Relator não está presente. O item será retirado de pauta.

Também vou retirar o Item 12 da pauta, por ausência do Relator.

O Item 13 também será retirado de pauta, porque o Relator é o Senador Pedro Taques, que não está presente.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 11

AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 1, DE 2012
– Não Terminativo –

Aprova a Resolução TCU nº 215/2008, que estabeleceu um rito interno de tratamento das solicitações de serviços oriundas do Congresso Nacional

Autoria: *Tribunal de Contas da União*

Relatoria : *Senador Anibal Diniz*

Relatório: *Pelo arquivamento*

ITEM 12

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 3, DE 2006
– Não Terminativo –

Destinada a apurar as causas do acidente aéreo que abateu o Boeing 737-800 da Gol Linhas Aéreas, bem como toda a responsabilidade sobre ele.

Autoria: *Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (SF)*

Relatoria : *Senador Aloysio Nunes Ferreira*

Relatório: *Pelo arquivamento*

ITEM 13

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 1, DE 2008
– Não Terminativo –

Propõe, que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle fiscalize convênios celebrados entre instituições notariais e de registro e repartições de trânsito, ou portarias editadas por estes orgãos, visando exigir dos consumidores brasileiros o registro em cartório dos contratos de financiamento de veículos, em expressa contrariedade ao art. 1.361, § 1º do Novo Código Civil e as decisões do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. (Volume X)

Autoria: *Senador João Vicente Claudino*

Relatoria : *Senador Pedro Taques*

Relatório: *Pelo envio das conclusões desta comissão ao Ministério Público do Distrito Federal e dos Estados do Maranhão, Tocantins, Sergipe, Rio Grande do Norte, Goiás, Paraíba e Ceará, com cópia da documentação pertinente, para que promovam a responsabilidade civil ou criminal pelas infrações apuradas, com adoção, inclusive, de outras medidas decorrentes de suas funções institucionais. Cumprida tal determinação, opinamos pelo arquivamento.)*

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) –

ITEM 14

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 1, DE 2009
– Não Terminativo –

Propõe que a Comissão realize ato de fiscalização e controle sobre padrões de preços em obras públicas federais.

Autoria: Senador Jefferson Praia

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, submete-se ao conhecimento desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle a Proposta de Fiscalização e Controle (PFS) nº 1, de 2009, do Senador Jefferson Praia, que propõe a este Colegiado a realização de procedimento de fiscalização e controle sobre padrões de preços em obras públicas federais, para emissão de Relatório Prévio.

Análise:

Em cumprimento ao art. 102-B, II, do Regimento Interno do Senado Federal, elabora-se este Relatório Prévio, cuja finalidade é emitir juízo quanto à oportunidade e conveniência da medida e ao alcance jurídico, administrativo, político, econômico, social ou orçamentário do ato impugnado.

De imediato, constata-se que não há qualquer ato sob investigação. O que se pretende, na verdade, é a prestação de informações.

As instituições às quais se pretende demandar as informações são: Tribunal de Contas da União (TCU), Controladoria-Geral da União (CGU); Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), Caixa Econômica Federal, Fundação Getúlio Vargas e Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas.

O TCU é órgão de extração constitucional, dotado de autonomia.

O Dnit e a Caixa Econômica Federal são entidades que pertencem à administração indireta do Poder Executivo, vinculadas ao Ministério dos Transportes e ao Ministério da Fazenda, respectivamente. Fundação Getúlio Vargas e Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas são instituições da sociedade civil, sem vínculo com a Administração Pública.

As características desses órgãos e entidades são decisivas para delimitar o alcance da proposição feita.

A PFS nº 1, de 2009, é apresentada com base no art. 71, inciso IV, da Constituição Federal, e nos arts. 102-B, inciso I, e 102-A, inciso I, alíneas b, c e e, e parágrafo único, do RISF.

O cotejamento do comando da proposição com os dispositivos elencados para sua fundamentação jurídica demonstra claras inadequações.

De plano, verifica-se que não se demanda ao TCU nenhuma auditoria ou inspeção. Dessa forma, os pedidos nada têm a ver com o art. 71, IV, da CF.

O posicionamento institucional do TCU é *sui generis*. Não há subordinação do Tribunal ao Parlamento. O relacionamento entre ambos é de cooperação. Mesmo quando o órgão de controle atua em atendimento cogente a demandas vindas do Legislativo, o faz em obediência à Constituição, e não pela existência de qualquer forma de hierarquia.

Nesse diapasão, o Congresso Nacional e suas Casas só podem demandar ao TCU aquilo que autorizam a Constituição, primeiramente, ou a lei.

Por conseguinte, é incabível fundamentar a PFS no art. 71, IV, da *Lex Magna.*

Outrossim, o que se questiona na alínea a da parte dispositiva da PFS nº 1, de 2009, não atine ao acompanhamento de políticas e ações desenvolvidas pelo Poder Público relativas à defesa dos direitos do consumidor, defesa da concorrência e repressão da formação e atuação ilícita de monopólios, o que também impede arrimar as respectivas solicitações no art. 102-A, inciso I, alínea *c*, do Regimento. O mesmo ocorre em relação à alínea *b* do cerne da proposição.

Por determinação constitucional, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal ou qualquer de suas comissões podem convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando em crime de responsabilidade a ausência sem justificação adequada. Também, as Mesas das Casas legislativas podem encaminhar pedidos escritos de informação a Ministros de Estado ou a órgão governamental.

Anota-se ser a PFS um instrumento da Comissão de Meio Ambiente, que não é uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Para uma CPI, que tem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, seria cabível intimar quaisquer pessoas a comparecerem perante ela, na condição de testemunha ou de investigado. Inopinadamente, não é sobre isso que trata a proposição.

Por serem instituições da sociedade civil, desvinculadas administrativamente do Estado, FGV e Ibraop estão menos ainda obrigadas a atender aos questionamentos propostos. Podem fazê-lo, todavia, no exercício de seu arbítrio, por livre e espontânea vontade. Também para eles, outra seria a realidade caso estivéssemos diante de uma solicitação feita em uma CPI.

Diante do que foi visto, percebe-se que a Proposta de Fiscalização e Controle configura verdadeiros pedidos de informação. Nem mesmo com um enorme esforço, a alínea *c* da parte dispositiva da proposição poderia fazer parte de uma verdadeira PFS, porque uma verdadeira Proposta de Fiscalização e Controle somente poderá ser elaborada depois de prestadas as informações. Ao fim e ao cabo, materialmente, não se está diante de uma PFS.

Nos termos do art. 102-B do RISF, qualquer membro ou Senador pode apresentar a esta Comissão Proposta de Fiscalização e Controle sobre atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta, indicando-os especificamente e fundamentando a providência objetivada. O Regimento Interno exige específica indicação do ato e fundamentação da providência objetivada (art. 102-B, I). Em que pese o louvável objetivo da medida proposta, parece-nos que não foi cumprida essa formalidade. O ilustre demandante busca obter informações por meio de uma PFS. Não há indicação de atos específicos objeto de um procedimento fiscalizatório ou fundamentação das providências a serem adotadas pela Comissão.

Imperioso registrar que o proponente apresenta minuciosamente as razões de suas inquietações quanto ao tema, sem, no entanto, sugerir objetivamente a esta Comissão medidas concretas para uma atividade fiscalizatória. Uma Proposta de Fiscalização e Controle deve indicar as ações que devem ser desenvolvidas diretamente pela Comissão de Meio Ambiente, que, a seu critério, pode solicitar o adjutório de outras instâncias, entre elas, o Tribunal de Contas da União.

A mera solicitação de informações é cabível em outros tipos de demanda, já referidas neste Relatório: convocação de Ministro de Estado ou outro titular de órgão diretamente subordinado à Presidência da República para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado (art. 50, *caput*, da Constituição Federal) ou encaminhamento de pedido escrito de informação a essas mesmas pessoas (art. 50, §2º, da Constituição Federal).

O correto seria fazer uso desses instrumentos para reunir os elementos ora buscados na medida em comento, para depois apresentar uma regular PFS, já com a definição do plano de execução e da metodologia de avaliação.

Voto, Sr. Presidente.

À luz do exposto, concluímos pela rejeição e pelo arquivamento da Proposta de Fiscalização e Controle nº 1, de 2009.

Esse é voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório do Senador Flexa Ribeiro.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CMA, pela rejeição e arquivamento da matéria.

Vamos ao Item 17.

ITEM 17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 15, DE 2009
– Não Terminativo –

Acrescenta parágrafo ao art. 10 da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, com o objetivo de instituir a semana de educação ambiental nas escolas de ensino fundamental e médio.

Autoria: Deputado Maurício Rands

Relatoria : Senadora Ana Rita

Relatório: Pela aprovação com uma emenda

Observações: A matéria será apreciada pela CE

Com a palavra a Srª Relatora, Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, faço a leitura do seguinte relatório.

I – Relatório

Submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 15, de 2009 (Projeto de Lei nº 1.960, de 2007, na origem), de autoria do Deputado Maurício Rands. A proposição tem como objetivo instituir a semana de educação ambiental nas instituições de ensino públicas e privadas que compreendam a educação infantil, o ensino fundamental ou o ensino médio. Para tanto, acrescenta § 4º ao art. 10 da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

De acordo com o projeto, a semana de educação ambiental será realizada anualmente na primeira quinzena do mês de junho e contará com atividades integradamente planejadas e desenvolvidas em todos os componentes curriculares. De acordo com o autor do PLC nº 15, de 2009, o período de realização das atividades foi escolhido para que elas se realizem no entorno do dia 5 de junho, o Dia Mundial do Meio Ambiente, e da Semana Nacional do Meio Ambiente, instituída no País desde 1981, pelo Decreto nº 86.028, e comemorada na primeira semana [de junho].

Na Câmara dos Deputados, o projeto teve seu mérito aprovado pela Comissão de Educação e Cultura. Submetido também à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, esta opinou pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa da proposição.

No Senado Federal, também será ouvida, após a CMA, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – Análise

De acordo com o art. 102-A, II, alínea *b* do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CMA opinar sobre assuntos atinentes à defesa do meio ambiente, especialmente política e sistema nacional de meio ambiente.

Assim como os demais países que almejam alcançar a condição de desenvolvidos, o Brasil não deve seguir o mesmo caminho historicamente trilhado pelos países hoje mais avançados. O desenvolvimento não pode mais ser entendido exclusivamente em sua dimensão econômica. Outros aspectos inerentes ao desenvolvimento, entre eles a justiça social e a sustentabilidade ambiental, também precisam ser considerados.

Nesse contexto, a educação, em geral, e a educação ambiental, em particular, têm um importante papel a desempenhar. Somente com a qualificação continuada de recursos humanos o Brasil poderá superar suas desigualdades internas e reduzir a distância que nos separa dos países mais desenvolvidos. O objetivo deve ser sempre o de aprimorar, cada vez mais, a qualidade de vida dos brasileiros, da qual as condições ambientais são um importante componente.

A instituição da Política Nacional de Educação Ambiental, mediante a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, vem contribuindo de modo significativo para a formação e a consolidação da consciência ecológica de jovens e adultos. De acordo com essa lei, entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Sem dúvida, o PLC nº 15, de 2009, constitui uma importante iniciativa do Congresso Nacional para estimular ações voltadas para a popularização da educação ambiental. A semana de educação ambiental deve se constituir em ocasião para a abordagem do tema de forma articulada, buscando conscientizar crianças e jovens sobre a necessidade de mudança dos padrões de conduta da nossa civilização, a fim de garantir sua sustentabilidade, o meio ambiente saudável e a preservação da biodiversidade.

É, portanto, meritória e oportuna a proposição sob análise. Ao projeto cabe, contudo, emenda que assegure a observação dos §§ 1º, 2º e 3º do artigo alterado, posto que não tenha sido intenção do legislador substituir a abordagem em vigor por atividades realizadas apenas durante a semana de educação ambiental, mas sim a de proporcionar mais um espaço de reflexão e discussão do tema.

No que concerne à constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa, não há reparos a fazer ao PLC nº 15, de 2009, exceto no tocante à ementa, que não inclui as instituições de ensino infantil. Entretanto não cabe à Comissão de Meio Ambiente opinar sobre os aspectos educacionais da proposição, que deverão ser apreciados pela Comissão de Educação.

III – Voto

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 2009, com a seguinte emenda:

Altere-se o conteúdo do § 4º, acrescido ao art. 10 da Lei nº 9.795, de 1999, que passará a ter a seguinte redação:

§ 4º. As instituições de ensino públicas e privadas que compreendem a educação infantil, o ensino fundamental ou o ensino médio deverão realizar anualmente, na primeira quinzena do mês de junho, uma semana de educação ambiental com atividades integradamente planejadas e desenvolvidas em todos os componentes curriculares, sem prejuízo do disposto nos §§ 1º a 3º deste artigo.

Sala das Comissões,

Este, Sr. Presidente, é o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão.

Para discutir, Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, não vejo...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Aloysio, só um minutinho?

Eu gostaria de fazer um apelo para que todos permaneçam presentes, porque em seguida nós vamos votar os projetos terminativos.

Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, não vejo nessa linha de intervenção nada contra a educação ambiental, pelo contrário, tudo a favor da educação ambiental.

O que me incomoda em projetos dessa natureza, com todo o respeito à ilustre Relatora e ao autor do projeto, é essa interferência do Congresso Nacional em assuntos que são de competência das escolas, de competência dos Estados, dos Municípios, no caso das escolas municipais. Quer dizer, estamos aqui, no Congresso Nacional, a legislar sobre a organização do calendário escolar das escolas municipais. Não tem cabimento, na minha opinião.

Temos aqui alguns ex-governadores, e bons ex-governadores: Cristovam Buarque, Ivo Cassol, Blairo Maggi, Jorge Viana. Daqui a pouco não vamos precisar mais ter governador de Estado, secretaria de educação, os Municípios não terão mais nada a dizer sobre a organização dos currículos de suas escolas, porque o Congresso Nacional tem absorvido progressivamente competências nessa área.

Então, embora reconheça o mérito da proposição, com todo o respeito à Relatora, nesta matéria vou votar contra, em respeito à autonomia dos Estados, dos Municípios e das escolas para organizar o seu calendário escolar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Aloysio.

Em discussão. *(Pausa)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam com o parecer da Senadora Ana Rita, pela aprovação do projeto, permaneçam como se encontram.*(Pausa)*

Foi aprovado o relatório com apenas um voto contrário, que passa a constituir o parecer da CMA pela aprovação da matéria com a Emenda nº 1 da CMA.

Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu estava aqui ao lado, na Comissão de Educação, com o Ministro Aldo Rebelo e o meu projeto é o Item 16, Sr. Presidente. Seria possível retornar?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – O seu projeto não foi retirado de pauta. Apenas resolvemos apreciar antes o Item 17. Nós vamos retornar a ele, Senadora Vanessa, mas quero só um pouquinho de paciência de V. Exª para votarmos os projetos terminativos dos quais os relatores estão presentes.

ITEM 25

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 213, DE 2009
– Terminativo –

Altera o art. 1º da Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, que "dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências", para determinar que a produção de biocombustíveis seja regida por critérios socioambientais.

Autoria: Senador Valdir Raupp

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

A matéria já foi apreciada pela Comissão de Infraestrutura, com parecer pela aprovação do projeto.

Com a palavra o relator, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 213, de 2009. De autoria do Senador Valdir Raupp, a proposição foi examinada e aprovada pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

O projeto acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, que *dispõe* sobre a política energética nacional, para determinar que a produção de biocombustíveis deverá ser realizada com a observação de critérios socioambientais, como a não utilização de trabalho infantil ou escravo e evitando o desmatamento de florestas ou vegetação nativa.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

Análise.

Do ponto de vista de constitucionalidade e juridicidade, não existe óbice à proposição.

Relativamente ao mérito, consoante o autor da proposição, o Brasil tem sido acusado, na maioria das vezes injustamente, de expandir a produção de etanol e de *biodiesel* à custa da destruição da Floresta Amazônica, bem como do emprego de trabalho escravo e de trabalho infantil. Também segundo o autor, tais críticas partem de setores interessados em prejudicar o desenvolvimento econômico do nosso País.

Entretanto, devemos observar que a medida produzirá poucos efeitos práticos, pois existe legislação específica proibindo o trabalho infantil, o trabalho escravo e o desmatamento.

Com relação ao trabalho infantil, vários dispositivos na Constituição Federal estabelecem a obrigatoriedade de proteger os direitos da criança e do adolescente. Destaque-se o inciso XXXIII do art. 7º, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e qualquer trabalho aos menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.

Portanto, é inadmissível o trabalho do menor de 14 anos, e entre os 14 e os 16 anos só é permitido o trabalho de menores aprendizes, que deve ocorrer em instituições especiais.

O art. 403 da CLT proíbe qualquer trabalho aos menores de 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos. O parágrafo único do artigo estabelece que "*o trabalho do adolescente não poderá ser realizado em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social e em horário e locais que não permitam a frequência à escola*".

Com relação ao trabalho escravo, cabe enfatizar que o Código Penal tipifica o trabalho escravo como crime. O art. 149 estabelece, *in verbis*:

Art. 149. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto: Pena – reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

I – cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho;

II – mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.

§ 2º A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido:

I – contra criança ou adolescente;

II – por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.

Com relação ao desmatamento, o Código Florestal estabelece que as propriedades rurais terão uma reserva legal, que são áreas localizadas no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas.

Além disso, o Código Florestal determina que serão Áreas de Preservação Permanente (APP) aquelas situadas: ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água; ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais; nas nascentes, ainda que intermitentes, e nos chamados "olhos d'água"; e nas bordas dos tabuleiros ou chapadas, a partir da linha de ruptura do relevo.

Por sua vez, a Lei dos Crimes Ambientais tipifica os crimes contra a flora, incluindo várias medidas contra o desmatamento.

Dessa maneira, quaisquer formas de atividade agrícola, incluindo-se a produção de biocombustíveis, estão proibidas de utilizar trabalho escravo ou infantil e devem seguir as normas ambientais que reduzem o desmatamento.

Observa-se, portanto, que já existe um arcabouço legal que garante a adoção de critérios socioambientais na produção de biocombustíveis.

Voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, nosso voto é pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 203, de 2009.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Nos termos do art. 334, do Regimento Interno do Senado Federal, declaro prejudicado o Projeto de Lei nº 213, de 2009.

Em discussão, a declaração de prejudicialidade.

Como o projeto é terminativo, farei a chamada nominal para a votação da declaração de prejudicialidade.

Como vota o Senador Anibal Diniz?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – "Sim"... É "sim" ou "não"?

"Sim", com o Relator.

Como vota o Senador Jorge Viana?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – "Sim", com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – "Sim", com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Cristovam Buarque?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Ivo Cassol?

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Voto com o Relator, "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Aloysio Nunes? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Flexa Ribeiro? Voto conhecido.

Como vota o Senador Blairo Maggi?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – O relatório foi aprovado, com oito votos favoráveis.

Vamos para o Item 27.

ITEM 27

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 450, DE 2011
– Terminativo –

Altera a Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para garantir a facilitação de atendimento do consumidor por órgãos públicos de proteção e fiscalização através da Internet.

Autoria: Senadora Lúcia Vânia

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Pela aprovação com as emendas nº 1 a 6-CCT e pela rejeição da emenda nº 7-CCT

Observações:

-Matéria apreciada pela CCT, com parecer pela aprovação do projeto com as emendas nº 1 a 7-CCT.

Com a palavra, o Relator, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a proposição, de autoria da nobre Senadora Lucia Vânia, é composta de três artigos.

O art. 1º explicita que o conteúdo da proposição é a alteração dos arts. 4º, 5º, 6º, 55 e 106 do CDC. Trata-se de obediência ao art. 7º, da Lei Complementar nº 95, a Lei das leis.

O art. 2º efetua as seguintes alterações aos dispositivos do Código de Defesa do Consumidor (CDC):

Art. 4º: inclui, como objetivo da Política Nacional das Relações de Consumo (PNRC), o incentivo à modernização dos serviços públicos para atendimento à distância; inclui, no princípio da ação governamental voltada à proteção do consumidor, para facilitar o acesso do consumidor, que o emprego de novas tecnologias de telecomunicações pelos órgãos de fiscalização e controle torne-se parte da referida ação; inclui, como princípio da PNRC, o incentivo à implementação de serviços públicos de atendimento ao consumidor à distância;

Art. 5º: estabelece que é instrumento do Poder Público, para a execução da PNRC, a disponibilização de canais de atendimento público à distância, para receber e processar representações e denúncias, preferencialmente pela internet;

Art. 6º: acrescenta ao rol dos direitos básicos do consumidor o atendimento à distância aos serviços públicos de fiscalização e proteção do consumidor.

Art. 55: estabelece a possibilidade de os órgãos do Poder Público notificarem os fornecedores de bens e serviços por meios eletrônicos, para que, resguardado o sigilo industrial, prestem informações sobre questões do interesse do consumidor.

Art. 106: dispõe que cabe ao Departamento Nacional de Defesa do Consumidor (DNDC), na formação de entidades de defesa do consumidor pela população em geral e pelos órgãos públicos estaduais e municipais, a facilitação do atendimento ao consumidor.

O último artigo é um artigo de vigência.

Na justificativa, consta que a crescente utilização da Internet como meio de compra tem ampliado de forma considerável o volume de transações *on-line*. Nesse sentido, o Poder Público deve prestar um atendimento facilitado, célere e tão moderno quanto às práticas de contratações à distância, de modo a proteger o consumidor de forma eficiente.

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), ao apreciar a matéria, aprovou a proposição com emendas.

Vejamos cada uma delas:

A Emenda nº 2 – CCT modificou a proposta redação do art. 4º, substituindo:

– a expressão "o incentivo à modernização dos serviços públicos para atendimento à distância" por "a implementação de atendimento à distância pelos órgãos públicos que defendam seus direitos";

– a expressão "pela facilitação de acesso do consumidor aos órgãos governamentais de fiscalização e

proteção, mediante o emprego permanente de tecnologias modernas de telecomunicação e transmissão eletrônica de dados" por "pela facilitação de acesso aos órgãos públicos de proteção e defesa do consumidor, mediante o emprego permanente de novas tecnologias de telecomunicações e informação";

– a expressão "incentivo à implementação de serviços públicos de atendimento do consumidor à distância" por "incentivo à implementação de atendimento à distância pelos serviços públicos de proteção e defesa do consumidor".

A Emenda nº 3 – CCT alterou o proposto art. 5º, VI, do CDC, substituindo a expressão "disponibilização de canais de atendimento público à distância, para o recebimento e processamento de representações e denúncias através de redes de comunicação, preferencialmente a rede mundial de computadores" pela redação "disponibilização de canais de atendimento à distância, preferencialmente por meio da Internet, para o recebimento e processamento de representações e denúncias."

Melhora a redação é o modo de dizer, porque o vocábulo "disponibilização" provoca urticária em muita gente: é o meu caso. Mas, enfim, hoje faz parte da linguagem correta.

A Emenda nº 4 – CCT alterou o proposto art. 6º, XI, do CDC, substituindo a expressão "a facilitação de atendimento à distância aos serviços públicos de fiscalização e proteção do consumidor" por "o atendimento à distância pelos serviços públicos de proteção e defesa do consumidor".

Além disso, as Emendas nºs 2, 3 e 4 – CCT incluíram a linha tracejada ao final dos respectivos dispositivos propostos, a indicar que não se está revogando os dispositivos anteriores.

A Emenda nº 6 renumera a cláusula de vigência e a Emenda nº 7 é uma emenda meramente de redação.

O projeto vem a esta Comissão em caráter terminativo, não lhe foram apresentadas emendas. O parecer do Relator na Comissão de Ciência e Tecnologia, Walter Pinheiro, é absolutamente irrespondível, de tal maneira é bem feito.

De modo que eu acato integralmente o parecer dessa Comissão e proponho a aprovação pela nossa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir a matéria, está faltando um voto, porque o Senador Cristovam saiu.

Vou iniciar a votação com a esperança de que...

O Senador Cristovam disse que iria apenas ouvir a resposta. Se não houver quórum, vou encerrar.

Vou iniciar a votação.

Como vota o Senador Anibal Diniz?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Voto com o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Jorge Viana?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Ivo Cassol?

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Cristovam Buarque?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Com o Relator, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Cristovam.

Como vota o Senador Blairo Maggi?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – O parecer do Relator foi aprovado por 8 votos "Sim".

Como está difícil o nosso quórum para os terminativos, vamos retomar os projetos não terminativos. Em seguida, se houver quórum, retomaremos os projetos terminativos.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) **–** Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – O seu relatório foi aprovado por unanimidade, Senador Aloysio Nunes. E não poderia ser diferente.

Submeto à deliberação do plenário a possibilidade de repetir a mesma votação do projeto para as Emendas nº 1 a 6, da CCT, em relação às quais o Relator vota pela aprovação.

Aqueles que concordam com a votação em globo dessas emendas permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovada.

Finalmente, submeto à deliberação da CMA a Emenda nº 7, em relação à qual o Relator vota pela rejeição.

Consulto se podemos repetir a votação em relação à Emenda nº 7.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

O projeto foi aprovado com 8 votos favoráveis, nenhum contrário, nenhuma abstenção, com as Emendas nº 1 a 6, da CCT. Fica rejeitada a Emenda nº 7, da CCT.

Os Itens 18 e 19 têm que ser retirados de pauta, porque o Senador Lauro Antonio deixou o mandato.

Quanto ao Item 20, o Relator, Senador Valdir Raupp, pediu para retirar de pauta.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 112, DE 2011
– Não Terminativo –

Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

Autoria: *Deputado Jefferson Campos*
Relatoria : *Senador Lauro Antonio*
Relatório: *Pela aprovação com uma emenda*
Observações:
-A matéria será apreciada pela CCJ em decisão terminativa.
-A matéria constou na pauta do dia 06/03/2012

ITEM 19

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 233, DE 2011
– Não Terminativo –

Altera dispositivo do art. 29 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para instituir tarifa social para consumo de água.

Autoria: *Senador Gim Argello*
Relatoria : *Senador Lauro Antonio*
Relatório: *Pela aprovação com uma emenda*
Observações:
Após a deliberação da CMA, a matéria segue à decisão terminativa da CAE.

ITEM 20

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 317, DE 2011
– Não Terminativo –

Altera as Leis nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, nº 8.001, de 13 de março de 1990, e nº 9.648, de 27 de maio de 1998, para substituir 50% da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos destinada aos Municípios por participação no resultado da exploração de recursos hídricos de novas usinas hidroelétricas.

Autoria: *Senador Blairo Maggi*
Relatoria : *Senador Valdir Raupp*
Relatório: *Pela rejeição*
Observações:
-A matéria será apreciada pela CAE em decisão terminativa.
-A matéria constou nas pautas dos dias 28/02/2012 e 06/03/2012. Conforme orientação da CMA, poderá ser designado relator "ad hoc" para a matéria.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) –

ITEM 21

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 463, DE 2011
– Não terminativo –

Acrescenta arts. 46-A e 74-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para responsabilizar pessoalmente, no âmbito civil e penal, os administradores de empresas fornecedoras de bens ou serviços que causem danos ao consumidor, em razão de contratos que contenham cláusulas abusivas ou violadoras da boa fé objetiva, ou ainda que contenham linguagem obscura, em razão do uso de expressão técnica ou pertencente a língua estrangeira.

Autoria: Senador Humberto Costa.

Vou designar como relator *ad hoc,* já que a matéria já constou por quatro vezes da pauta, o Senador Ivo Cassol.

Com a palavra, o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Vamos à análise do voto.

Nos termos do disposto no art. 102-A, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão manifestar-se sobre o mérito de temas pertinentes à defesa do consumidor.

De imediato, cumpre reconhecer a importância do interesse do autor da proposta, Senador Humberto Costa, dado que a inserção de cláusulas abusivas e o uso de linguagem obscura decorrente do emprego de termos técnicos ou em língua estrangeira são potencialmente danosos ao consumidor.

Entretanto, nos termos do art. 6°, inciso IV, da mencionada Lei n° 8.078, de 1990, um dos direitos básicos do consumidor é a proteção contra cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços.

Por sua vez, o art. 51 da lei consumerista estabelece um rol de cláusulas consideradas abusivas, elaborado em caráter exemplificativo.

Esse dispositivo confere às cláusulas abusivas o regime de nulidade de pleno direito. Daí advém que as cláusulas abusivas são destituídas de validade jurídica. Além disso, o juiz poderá julgar abusiva a cláusula contratual que esteja em desacordo com o sistema de proteção ao consumidor (inciso XV).

É de realçar que, de acordo com o §2° desse dispositivo legal, a nulidade de uma cláusula contratual abusiva não invalida o contrato, salvo quando de sua ausência, não obstante os esforços de integração, resultar ônus excessivo a qualquer das partes.

Ademais, as entidades de defesa do consumidor ou o próprio podem representar ao Ministério Público para que seja realizado o controle judicial concreto das cláusulas do contrato de consumo assinaladas como abusivas (CDC, art. 51, §4°).

Em relação à clareza dos contratos, o art. 46 do referido Código determina que, se o contrato for redigido de forma a dificultar a compreensão de seu sentido e alcance, esse contrato não obrigará o consumidor. E, por força do disposto no art. 54, §3°, os contratos de adesão escritos serão redigidos em termos claros para facilitar sua compreensão pelo consumidor.

Como se depreende, o consumidor já está perfeitamente tutelado pelo CDC, pois a matéria objeto da proposição já se encontra cabalmente nele regulada.

No aspecto penal, saliente-se que o PLS n° 463, de 2011, contraria o princípio da subsidiariedade, que orienta a aplicação do Direito Penal, acolhido implicitamente pelo texto constitucional. Segundo esse princípio, o Direito Penal deve ser usado somente como solução extrema, quando outros ramos do ordenamento jurídico se mostrem insuficientes para resolver o problema.

Como enfatizado anteriormente, a questão do contrato com cláusula abusiva ou em linguagem confusa já é dirimida no âmbito do Código de Defesa do Consumidor. Ressalte-se que não há, nesse caso, ofensa a bem jurídico que justifique a intervenção do Direito Penal. Por conseguinte, tal situação não tem relevância penal, motivo por que não se deve aplicar ao infrator sanção de caráter criminal.

Como se depreende, o projeto sob comento, se convertido em lei, não contribuirá para o aperfeiçoamento da norma consumerista, nem conferirá maior tutela ao consumidor.

Em face dessas ponderações, entendemos que o Projeto de Lei do Senado n° 463, de 2011, não merece prosperar.

Voto.

Pelas razões expostas, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 463, de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA pela rejeição da matéria.

ITEM 22

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 623, DE 2011
– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para disciplinar o recebimento de reclamações de usuários de serviços aéreos.

Autoria: Senador Sérgio Souza.

Designo como relator *ad hoc* da matéria, visto que já constou duas vezes da pauta, o Senador Ivo Cassol.

Com a palavra o relator.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Qual é o item, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Item nº 22.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP –RO) – Preciso repetir toda a análise, ou posso ir direto ao voto, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Sugiro que V. Exª fique à vontade. Todos estão com o relatório em mãos.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP –RO) – Então, só para concluir aqui, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Projeto de Lei do Senado n° 623, de 2011, do Senador Sérgio Souza, que altera a Lei n° 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para disciplinar o recebimento de reclamações de usuários de serviços aéreos.

Vamos ao voto, Sr. Presidente.

À vista do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado n° 623, de 2011, com a emenda a seguir indicada.

EMENDA Nº – CMA

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 623, de 2011, a seguinte redação:

Art. 1° O art. 288 da Lei n° 7.565, de 19 de dezembro de 1969, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4°:

"Art. 288. .....

§ 4° O órgão a que se refere o caput manterá, na rede mundial de computadores, sítio destinado ao recebimento de reclamações e denúncias dos usuários de serviços aéreos e

à divulgação de indicadores de desempenho das empresas aéreas e dos aeroportos."

Então, pela aprovação do projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão de Meio Ambiente pela aprovação da matéria, com a Emenda nº 1, da Comissão de Meio Ambiente

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir preferência para o Item 12, uma vez que sou o relator e tenho de ir a uma reunião da bancada do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Aloysio, a minha única dúvida é se eu retirei esse Item 12 da pauta, ou não. Como eu retirei vários que não estavam presentes... *(Pausa.)*

Pois não. Vamos ao Item 12 da pauta,

ITEM 12

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 3, DE 2006
– Não Terminativo –

Destinada a apurar as causas do acidente aéreo que abateu o Boeing 737-800 da Gol Linhas Aéreas, bem como toda a responsabilidade sobre ele.

Autoria: Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (SF)

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Passo a palavra ao relator.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, as causas do acidente já foram apuradas pelo Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos.

Além do mais, eu não encontro pertinência do tema com o campo temático da nossa Comissão, que se destina a fiscalizar atos do Poder Executivo.

Nessas condições, eu proponho o arquivamento da proposta de fiscalização e controle de autoria do Senador Aelton Freitas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão. *(Pausa.)*

Aqueles que concordam com o relatório do Senador Aloysio Nunes Ferreira permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão de Meio Ambiente pelo arquivamento da matéria.

Não havendo mais nenhum relatório presente e nem projetos que possam ser apreciados *ad hoc*, agradeço a presença de todos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 12 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 03 minutos.)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura, Realizada em 19 de Abril de 2012, Quinta-Feira, às 9 Horas, No Plenário 13 da Ala Senador Alexandre Costa.

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia dezenove de abril de dois mil e doze, no Plenário 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **Blairo Maggi**, Vice-Presidente desta Comissão, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senadores **Delcídio do Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Acir Gurgacz, Inácio Arruda, Waldemir Moka, Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia, Cyro Miranda, Jayme Campos, Mozarildo Cavalcanti, José Pimentel, Wellington Dias, Sérgio Souza, Casildo Maldaner, Ivo Cassol** e **Vicentinho Alves**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Justifica ausência o Senador **Francisco Dornelles**. O Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura da Ata da 10ª Reunião, que é dada como lida e aprovada. O Presidente comunica o recebimento de convite da empresa Paradigma S.A Projetos e Soluções Inovadoras, especializada no desenvolvimento de ferramentas de melhoria de gestão aeroportuária, para participar da AIRPORT INFRA EXPO-FEIRA e SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, prevista para os dias 24, 25 e 26 de abril, no Transamérica Expo Center, na cidade de São Paulo. Comunica, também, o recebimento de convite da empresa *Global Transport Forum*, organizadora do II Congresso Internacional sobre Ferroviário e Metroviário na América Latina, a se realizar nos dias 8, 9 e 10 de maio, na cidade do Rio de Janeiro. Este convite menciona que o Senador Inácio Arruda, membro desta Comissão, foi contatado e demonstrou interesse em palestrar sobre *A importância do transporte metro/ferroviário para o desenvolvimento nacional e como instrumento de integração*

da América Latina. Considerando a possibilidade do Senador Inácio Arruda representar esta Comissão, coloco em discussão a indicação do Senador Inácio Arruda para participar do II Congresso Internacional sobre Ferroviário e Metroviário na América Latina. **EXTRAPAUTA: ITEM 18 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 24, DE 2012,** de autoria do Senador Blairo Maggi, que "Requeiro, nos termos do disposto nos artigo 40, II, c, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para que o Senador Inácio Arruda, represente essa Comissão, no II Congresso Internacional sobre Ferroviário e Metroviário na América Latina (*Rail and Metro: Latin America 2012*), a se realizar nos dias 8, 9 e 10 de maio, na cidade do Rio de Janeiro, a convite da empresa *Global Transport Forum*." Aprovado.Em seguida, dá-se início à deliberação das matérias constantes da pauta. Usa a palavra o Senador Walter Pinheiro para sugerir a retirada de pauta dos itens referentes ao Plano Nacional de Viação. A sugestão é aprovada. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2009,** de autoria do Deputado Geraldo Pudim, que "Inclui trecho da Rodovia RJ-196, entre os Municípios de São João da Barra e São Francisco de Itabapoana, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, constante do Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que institui o Plano Nacional de Viação." Adiado. **ITEM 3 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 45, DE 2009,** de autoria do Deputado Giovanni Queiroz e outros, que "Altera a Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, integrante do Anexo do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para dar novos pontos de passagem à BR-222." Adiado. **ITEM 4 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2009,** de autoria do Deputada Sandra Rosado, que "Inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica." Retirado de pauta, para reexame da matéria. **ITEM 5 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 327, DE 2009,** de autoria do Deputado Edinho Bez, que "Inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica (trecho de acesso ao Município de Laguna, via Balneário Praia do Sol)." Adiado. **ITEM 6 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2010,** de autoria do Deputada Rose de Freitas, que "Inclui o Rio Santa Maria da Vitória na Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que cria o Plano Nacional de Viação." Adiado. **ITEM 7 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 67, DE 2010,** de autoria do Deputado Afonso Hamm, que "Inclui na relação descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, integrante do Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, a ligação rodoviária entre a BR-293, Município de Santana do Livramento, à BR-290, Município de Alegrete, ambos no Estado do Rio Grande do Sul." Adiado. **ITEM 8 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 72, DE 2010,** de autoria do Deputado Zonta, que "Inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica." Adiado. **ITEM 9 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 98, DE 2010,** de autoria do Deputado Wellington Fagundes, que "Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir na Relação Descritiva dos Portos Marítimos, Fluviais e Lacustres os portos de Santo Antônio de Leverger, Barão do Melgaço e Santo Antônio de Leverger – Porto Cercado, no Estado de Mato Grosso." Adiado. **ITEM 10 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 125, DE 2010,** de autoria do Deputado Luiz Carlos Hauly, que "Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para incluir o curso da atual PR-445 saindo de Mauá da Serra, no entroncamento entre as rodovias BR 272 e 376, passando pela BR-369 até a divisa Paraná – São Paulo, no município de Primeiro de Maio." Adiado. **ITEM 11 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 126, DE 2010,** de autoria do Deputado Edinho Bez, que "Altera o Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, para modificar a diretriz da ligação ferroviária EF-489." Adiado. **ITEM 12 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 130, DE 2010,** de autoria do Deputado Alex Canziani, que "Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a rodovia de ligação que permitirá o acesso à Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Campus Londrina." Adiado. **ITEM 13 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 175, DE 2010,** de autoria do Deputado Luiz Carlos Hauly, que "Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para incluir o curso da atual PR-090 saindo de Curitiba passando pela BR-369 até a divisa Paraná – São Paulo nos Municípios de Alvorada do Sul e Porecatu." Adiado. **ITEM 14 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116, DE 2011,** de autoria do Deputado Edinho Bez, que "Inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica." Adiado. **ITEM 15 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 117, DE 2011,** de autoria do Deputado Dr. Paulo César, que "Altera o Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional

de Viação, para alterar a diretriz da BR-492 e incluir a BR-444 na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal." Retirado de pauta, para reexame da matéria. **ITEM 16 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 120, DE 2010,** de autoria do Senador Paulo Paim, que "Altera a Lei nº. 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir na BR -293, constante da Relação Descritiva de Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, trecho que especifica." Adiado. **ITEM 17 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 23, DE 2012,** de autoria do Senador Acir Gurgacz, que "Em aditamento ao Requerimento de nº 04/2012-CI, que dispõe sobre a realização de Audiência Pública para discutir sobre Licitações de Sistemas Internacionais e Intermunicipal de Passageiros – "PROPASS", requer que a mesma seja realizada em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, conforme requerimento da Senadora Ana Amélia (PP-RS). Para tanto, sugiro sejam convidados para participar da referida audiência: Representante da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT); Representante do Ministério do Transporte; Representante da Associação Brasileira das Empresas de Transportes Terrestres (ABRATI); Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres (CNTTT); Representante da Confederação Nacional dos Usuários de Transportes (CONUT); Sr. José Antônio Fernandes Martins – Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Ônibus (FABUS); Sr. José Ernesto Lima Gonçalves – Professor da Fundação Getúlio Vargas." Usa da palavra o Senador Acir Gurgacz. Aprovado. **ITEM 1 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 94, DE 2011,** de autoria do Deputado Lincoln Portela, que "Altera o art. 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 – Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário, para dispor sobre a habilitação de amadores." Na discussão, usam a palavra os Senadores José Pimentel, Mozarildo Cavalcanti, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro. Aprovado o Projeto e a Emenda nº 01–CI. Usam da palavra para debater sobre questões diversas relativas à infraestrutura os Senadores Acir Gurgacz, Ivo Cassol, Delcídio do Amaral, Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia, Waldemir Moka e Walter Pinheiro. A Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão, comunicar que irá realizar duas Audiências Públicas relativas ao "Mercado Livre de Energia". Na primeira, serão ouvidos os produtores de energia. Posteriormente, serão chamados os representantes do governo federal. O Presidente registra a presença do Deputado Federal Nelson Marquezelli. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dois minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pela Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Blairo Maggi,** Presidente em Exercício.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Bom dia a todas as Srªs e Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vou fazer dois comunicados.

Comunico o recebimento de convite da Empresa Paradigma S.A. – Projetos e Soluções Inovadoras, especializados no desenvolvimento de ferramentas de melhoria da gestão aeroportuária, que participará da Airport Infraestrutura e Seminário Internacional de Infraestrutura Aeroportuária, prevista para os dias 24, 25 e 26 de abril, no Transamérica Expocenter, na cidade de São Paulo.

O segundo comunicado é também o recebimento de convite da Empresa Global Transporte, fórum organizado no II Congresso Internacional Sobre Ferroviário e Metroviário na América Latina, a ser realizado no dia 8, 9 e 10 de maio, na cidade do Rio de Janeiro.

Este convite menciona que o Senado Inácio Arruda, membro desta Comissão, foi contatado e demonstrou interesse em palestrar sobre a importância do transporte metro-ferroviário para o desenvolvimento nacional, bem como instrumento de integração da América Latina.

Então, coloco em deliberação para aprovação ou não deste comunicado.

Se alguém quer discutir. Se não... *(Pausa.)*

Os que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

O item 01, da nossa pauta, já foi lido.

O Relator não se encontra, portanto, vamos deixá-lo de lado.

Item 02.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Pela ordem, com a palavra V. Exª.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, na realidade nós temos na pauta de hoje

um conjunto de propostas, projetos e relatórios que, até escudados em uma posição defendida por esta Comissão e com a participação de V. Exª, mexem no Plano Nacional de Viação, no sistema nacional de viação, e eu diria até que, diante do que nós recebemos enquanto posicionamento, não só pela ausência de quórum aqui, mas até pelo próprio posicionamento adotado por parte do Ministério, a importância para que nós, de uma vez por todas, discutamos esse tema, eu solicitaria a V. Exª que retirássemos esses itens de apreciação na manhã de hoje e até buscássemos a continuidade daquele trabalho da Comissão que foi tirado para esse nível de elaboração, e para que nós até tivéssemos a oportunidade, em conjunto com o Ministério, de aprofundarmos esse debate, na perspectiva de construir essas alterações e não de forma de como os relatórios e a própria relação com o Ministério, como isso foi encaminhado. Se V. Exª entender, eu queria fazer esse encaminhamento para que nós pudéssemos, diria até, não desqualilficando o que foi apresentado, mas buscando aprimorar essa que não é uma discussão simples e ao mesmo tempo objeto de um longo debate, e que nós precisamos agora concluir essa etapa de trabalho, já que todos nós temos problemas de diversos Estados, no que diz respeito às estradas e à própria modificação no sistema nacional de viação.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Agradeço ao nobre Senador Walter Pinheiro e eu comungo com a sua preocupação, até porque eu recebi agora do Ministério dos Transportes, vou ler, e acho que V. Exª está com uma posição bastante prudente para a gente chamar o Ministério e discutir com eles.

Aqui diz o seguinte:

O Ministério dos Transportes elaborou um anteprojeto de lei que trata da relação descritiva das rodovias do sistema rodoviário federal e que foi submetido à apreciação do Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, no último dia 30. A próxima etapa será encaminhá-los à Casa Civil, antes de seguir para o Congresso Nacional.

Então, acho que é hora de conversarmos com o Ministério dos Transportes, com quem de direito e dever nessa área, até para podermos, antes de ir à Casa Civil, vir aqui para o Plenário para fazermos as discussões.

Também diz que os projetos que tramitam aqui na Casa têm parecer contrário do D

nit e do Ministério dos Transportes, na maioria pela falta de estudos técnicos conforme as notas técnicas anexas. Então, V. Exª tem razão, eu vou colocar em apreciação a sua proposta de retirarmos de pauta todos os itens referentes à questão da malha rodoviária federal, para a gente proceder a uma discussão mais ampla.

Em discussão, se algum Senador quer se posicionar sobre o assunto; se não, eu coloco em votação. *(Pausa.)*

Aprovado, então, o adiamento proposto pelo Senador Walter Pinheiro.

Os itens 4 e 15 vão a reexame, a pedido do Senador Relator Eduardo Braga.

Item 17.

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA Nº 23, DE 2012

Em aditamento ao Requerimento de nº 04/2012-CI, que dispõe sobre a realização de Audiência Pública para discutir sobre Licitações de Sistemas Internacionais e Intermunicipal de Passageiros – "PROPASS", requer que a mesma seja realizada em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, conforme requerimento da Senadora Ana Amélia (PP-RS). Para tanto, sugiro sejam convidados para participar da referida audiência: Representante da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT); Representante do Ministério do Transporte; Representante da Associação Brasileira das Empresas de Transportes Terrestres (ABRATI); Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres (CNTTT); Representante da Confederação Nacional dos Usuários de Transportes (CONUT); Sr. José Antônio Fernandes Martins – Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Ônibus (FABUS); Sr. José Ernesto Lima Gonçalves – Professor da Fundação Getúlio Vargas;

Autoria: Senador Acir Gurgacz

O autor, Senador Acir Gurgacz, encontra-se presente e coloco em discussão o requerimento.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Com a palavra, Senador. Presidente, seja bem-vinda. Assuma seu lugar. Está bem aí? Obrigado.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – A pedido da Senadora Ana Amélia para que seja feita audiência pública em conjunto, nós colocamos esse requerimento para que seja debatido em conjunto com a CAS, para que possamos debater com muita profundidade esse tema que é da maior importância para todo o País, principalmente aos usuários do transporte. Nós queremos discutir e ouvir as pessoas que estão envolvidas com todo esse segmento de transporte brasileiro. Por isso esse requerimento, e atendendo ao pedido da Senadora Ana Amélia e do Senador Jayme Campos para fazermos em conjunto com a CAS, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Em discussão ainda o requerimento.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação.

Os que concordam permaneçam como estão; os contrários se manifestem. *(Pausa.)*

Aprovado.

Bem, como foram retirados de pauta os itens que estavam colocados para votação ou apreciação, nós não temos mais itens na pauta da Comissão de Infraestrutura, mas eu gostaria de aproveitar – como temos tempo – para deixar aberta a palavra aos Srs. Senadores e Senadoras que desejarem fazer algum comentário ou trazer algo sobre o assunto de infraestrutura do País.

Com a palavra aquele Senador que deseja utilizá-la.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Com a palavra o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Sr. Presidente, já que temos tempo para discutir as questões de infraestrutura, quero colocar aqui o nosso problema da BR-364, que se arrasta já há alguns anos.

Desde 2009 estamos debatendo esse assunto. Já fizemos audiências públicas em Porto Velho, em Ji-Paraná, em Vilhena, na questão do Crema. Já era para ter sido licitado em 2009 e não foi. Já passou 2010; passou 2011, estamos em abril de 2012 e ainda não foi concluído o processo licitatório para a restauração da BR-364, que é a espinha dorsal do Estado de Rondônia. Ela não é só importante para o Estado de Rondônia, mas é importante também para o Mato Grosso, o Estado de V. Exª; é importante para o Estado do Acre; é importante para o Estado do Amazonas; é ligação para o Pacífico; é ligação para o Caribe, e nós estamos atrasados com essa questão da restauração.

As chuvas estão acabando agora – ainda está chovendo –, mas nós precisaríamos estar já iniciando as obras e ainda não está definida a questão da licitação que entendo que é muito importante. Isso só para dar *en passant* a situação da nossa BR.

Tínhamos trechos interrompidos – algum pedaço foi levado pelas chuvas – chegando a Porto Velho. Felizmente, o Dnit agiu rapidamente; convocou o 5º BEC (Batalhão de Engenharia e Construções), que colocou a ponte emergencial e fez o desvio. Hoje o problema já se normalizou. Isso para colocarmos a gravidade da situação pelas chuvas amazônicas. E a nossa BR foi inaugurada em 1984, ou seja, àquela época era uma realidade de trânsito. Hoje é outra completamente diferente. O Estado cresceu e se desenvolveu e nós precisamos então de rapidez, de celeridade na questão da tramitação da licitação para a restauração da BR– 364.

Era isso que eu tinha para colocar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Acir Gurgacz.

Para enriquecer ainda mais a sua preocupação, somos usuários, o Mato Grosso é usuário dessa BR-364, que chega ao porto de Porto Velho para levar soja para Itacoatiara e para Santarém, as duas alternativas de navegação pelo rio Madeira e pelo rio Amazonas. Quando cai uma barreira dessas na estrada e que fica uma semana, quinze dias, que praticamente ficou interrompido, ou com grandes dificuldades de trânsito, os caminhões não conseguem chegar ao porto. E aí o senhor imagina o que vem pela frente. Quer dizer, você não consegue fazer o transporte fluvial, você não consegue fazer com que os navios que estão nos portos sejam carregados e você não consegue colocar a mercadoria no exterior no tempo previsto. Então, começa um prejuízo enorme na cadeia, de trás para frente, com pagamento de multas sobre o não embarque e a não entrega das mercadorias no prazo correto, conforme os contratos feitos.

De fato, essa BR tem uma importância muito grande hoje para o Estado do Mato Grosso e é vital para o Estado de Rondônia.

Quero me associar a V. Exª nessas preocupações, até por ser um dos que usam essa rodovia e têm acompanho a angústia do dia a dia de quem transita e de quem precisa da rodovia para fazer com que seus negócios aconteçam a bom termo.

Passo a palavra ao Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Nessa mesma linha do que V. Exª colocou a respeito da BR-364, vejo com tristeza a morosidade do Dnit e do Ministério dos Transportes. Quando veio abaixo um pedaço da BR, chegando a Porto Velho, se tivesse havido uma ação conjunta do Dnit, do governo do Estado e da prefeitura, o caos que foi estampado nos bairros de Porto Velho não teria acontecido. Infelizmente, o asfalto feito na capital é um asfalto ruim. Ao mesmo tempo, com o tráfego dentro da cidade, o bairro Ulisses Guimarães e outros bairros acabaram.

Ao mesmo tempo, o córrego, como todo mundo conhece.. Eu, com conhecimento que tenho nessa área, poderia ter feito, no máximo, em dois dias. Poderia ter arregimentado o Consórcio Santo Antônio para que pudesse ter trazido pedras e colocado o tubulão. Fizeram a ponte, fizeram um quebra-galho mesmo, Sr. Presidente, mas esse quebra-galho custou muito caro, muito caro para a sociedade. Ficou muito caro para quem o utiliza, como o Estado de Mato Grosso,

para transportar a soja. Foram filas e filas, quando, na verdade, aquilo poderia ter sido consertado com mais rapidez, já que não se trata de um rio, e, sim, de um córrego, uma nascente nas imediações de Porto Velho. Faltou um pouco de visão e conhecimento por parte de quem está à frente do Dnit na nossa região.

Ao mesmo tempo, a licitação da BR-364 já era para ter acontecido. No Ministério dos Transportes, infelizmente a vagareza, a lerdeza têm atrapalhado até esta Comissão de Infraestrutura. Temos a conclusão da BR-429 com as pontes de concreto. O asfalto está praticamente pronto. Temos muitas empreiteiras neste País, empresas de malas, que pegam obras a 30%, 40% abaixo para, depois, buscarem o jeitinho brasileiro e a correção. Sentam em cima da obra e acabem prejudicando a população. Portanto, não é diferente também com a obra na questão da infraestrutura.

Temos também a 425, que interliga a BR-364 no entroncamento que vai para porto Velho-Acre até Nova Mamoré-Guajará-Mirim. Foi licitada, a empresa que ganhou também não concluiu, paralisaram a obra no meio do caminho, dando prejuízo para a sociedade.

Precisamos, aqui no Senado, tomar medidas urgentes para não deixar essas empresas que participam tentando sempre o jeitinho brasileiro, e acabem ficando inadimplentes. Precisamos impedir que essa empresas venham a atrapalhar as empresas idôneas e sérias que querem fazer um bom trabalho. Por isso, venho reforçar a solicitação.

É importante que o Ministério dos Transportes se preocupe com a questão da infraestrutura. Temos o Distrito de Calama, Sr. Presidente. O rio está tomando conta do Distrito de Calama, em Porto Velho. Na margem direita do rio Madeira, em que passa todo o movimento Manaus-Porto Velho, infelizmente ainda não foi tomada nenhuma providência contra o desbarrancamento. Já foi perdido o barracão da igreja católica. O Município não está fazendo, a obrigação é do Dnit, que tem também a obrigação dos portos, mas infelizmente estamos perdendo o distrito da margem direita do rio, por falta de investimento. Então, é importante discutirmos esses assuntos nesta Comissão de Infraestrutura para que possamos dotar a região amazônica de condições.

Outra coisa importante – olha que descabimento que vivemos em nosso país: o Brasil trabalhou para o que o Peru pudesse fazer a integração transoceânica, interligando Rondônia e Acre com o Peru e os portos do lado peruano. Resultado, Sr. Presidente: enquanto o Peru fez o asfalto, um país que vive com o pires na mão pedindo esmola, o Brasil ainda não conseguiu fazer a ponte no rio Madeira que interliga do Estado de Rondônia ao Estado do Acre. E, no tempo da seca, é um caos. No tempo da seca, nem a balsa passa direito, porque acaba assoreando o rio. Portanto, precisamos de que o Ministério dos Transportes tire o pé do chão e coloque a Pasta para andar sob pena de nós, políticos, sermos responsabilizados. Nós só somos legisladores, não somos executivos. Agradeço essa intervenção, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi Bloco/PR – MT) – Obrigado, Senador Ivo Cassol.

Com a palavra o Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, é apenas para uma reflexão: voltei a ficar preocupado com o programa ferroviário brasileiro. Recentemente, a ALL anunciou um programa de investimento de quase R$7,4 bilhões – a ALL, que tinge especialmente os Estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e de São Paulo. E, agora, aparentemente, não ouço mais falar nada. Fato relevante, manchetes em vários jornais econômicos; o trem ficou mal parado de novo. Quer dizer, as coisas não caminharam. E tenho ouvido – não tenho constatado, mas tenho ouvido – muitas preocupações com relação a investimentos no restante da malha ferroviária brasileira.

Aparentemente, esses projetos estão caminhando a uma velocidade muito menor, alguns projetos inclusive caminham celeremente para a paralisação. Portanto, meu caro Senador Blairo Maggi, Presidente, acho que poderíamos fazer uma audiência pública – vou apresentar requerimento – para fazermos uma discussão das ferrovias.

Outra discussão também que tomou boa parte do tempo desta Comissão foi o trem-bala, o trem de alta velocidade, ligando São Paulo ao Rio de Janeiro. Não tenho ouvido falar absolutamente mais nada a respeito desse assunto. E o modal ferroviário, assim como o modal rodoviário é importante e também o modal hidroviário, é fundamental para o País, para garantir a competitividade dos nossos produtos, baratear o frete, principalmente em um país com dimensões continentais que o Brasil tem.

Portanto, Sr. Presidente, vou apresentar aqui um requerimento para que façamos um debate sobre o programa ferroviário brasileiro. Estou sentindo que ele está arrastando a barriga, ou seja, ele não está produzindo os resultados que muitos de nós esperávamos, considerando até o tanto que acreditamos no modal ferroviário para o desenvolvimento econômico e social do Brasil

Então, faço esse registro e ressalto a questão da ALL, que é uma das maiores operadoras do Brasil e da América do Sul. Vemos muito anúncio, muita notícia, mas, na vida real, as coisas continuam do mesmo jeito. Eu não podia deixar de registrar essa preocupação, Sr.

Presidente, porque acho que esse é um tema muito relevante para a logística brasileira.

E eu queria também, Sr. Presidente, destacar outra preocupação minha. Isto foi debatido na última reunião da Comissão de Infraestrutura: temos que fazer um debate aqui sobre a matriz energética brasileira, um debate amplo não só no que se refere às hidrelétricas, à energia eólica, à energia solar, mas à termoeletricidade também: gás natural, nuclear, carvão. E por que precisamos discutir isso? Nos últimos leilões deu A-5 (A menos cinco) eólica. Isso é uma coisa – V. Exª conhece bem esse setor – absolutamente insensata, a A-5 Eólica. Temos que discutir o seguinte: qual vai ser o critério daqui para frente de hidrelétricas? Serão todas usinas fio d'água? Quer dizer, não vamos mais fazer usinas com bacia de acumulação? Perfeitamente. Se for a fio d'água, então, vamos ter que rever nossos conceitos em relação a essa complementaridade de energia eólica com energia hidráulica. E temos que rever nossos conceitos também – e parar com o discurso fácil – de que termeletricidade tem que ser afastada do Brasil. Acho que está chegando o momento correto para fazermos esse debate. Vamos, então, daqui para frente, fazer as usinas a fio d'água? Perfeitamente. Então, vamos ter que ter geração termelétrica, porque não há mais reserva, não temos mais usinas com reservatório. Belo Monte, cuja Subcomissão de Acompanhamento o Senador Flexa coordena, é uma usina a fio d'água. Jirau e Santo Antônio, lá no Estado do nosso querido Senador Acir Gurgacz e no Estado do Senador Cassol, é fio d'água também. Como é que nós vamos fazer frente ao desenvolvimento do Brasil se nós não tivermos segurança energética?

Nós não temos reservatórios. Esse modelo nós temos que rever, porque, lamentavelmente, o setor elétrico brasileiro não resiste a um modelo voltado, única e exclusivamente, para usinas hidrelétricas a fio d'água.

Então, eu vou apresentar um requerimento também, Sr. Presidente, para que façamos essa discussão, porque a Comissão de Infraestrutura, Senadora Lúcia Vânia, que a preside, é o foro adequado para nós fazermos um grande debate sobre a matriz energética brasileira.

É absolutamente insensato fazer leilão de A-5 e aparecer energia eólica! Tem alguma coisa errada nisso aí! Tem alguma coisa que não está funcionando direito nesse quadro associado à matriz energética brasileira, e nós temos que fazer frente a esses desafios, que estão postos.

Por último, mas não menos importante, nós não vamos ter leilão, mais uma vez, de blocos na plataforma continental brasileira. Leilão de petróleo é igual Fórmula 1: é um círculo que anda em vários países, as empresas investem para entrar nesses leilões. Mais uma vez, sustados os leilões. Não sei como é que está o processo dos *royalties* do pré-sal lá na Câmara. Enquanto não se definirem os *royalties*, não sai o leilão do pré-sal. E aí vem outra preocupação também... Estou dizendo isso porque isso está dentro de uma discussão da matriz energética brasileira. Nós votamos aqui que a Petrobras vai participar de todos os consórcios do pré-sal com 30%, ou seja, vai ser operadora exclusiva do pré-sal.

Então, eu volto a perguntar: a Petrobras tem dinheiro para isso?

A capacidade de endividamento da Petrobras já está no limite. O dinheiro de investimento adicional tem que vir de receita. E vamos ser muito sinceros: olhando os números da Petrobras em seu último balanço, para bancar esse plano estratégico da Petrobras, tem que ter recursos de caixa; será que, com a atual prática de preços de combustíveis, a Petrobras vai ter caixa suficiente para, junto com aquilo que foi financiado, garantir esses investimentos?

Eu não estou falando nem do pré-sal. Estou falando do que está previsto até 2020, no pós-sal, que é o que está aí. Então, imaginem: se a dificuldade já existe, no pós-sal, com os leilões do pré-sal, com 30% de participação da Petrobras como operador exclusivo, em quanto vai chegar essa conta?

Então, eu acho que nós vamos ter uma oportunidade muito boa de fazer estas duas discussões: a questão do programa ferroviário e a questão da matriz energética brasileira, neste sentido mais amplo, vendo a energia não só elétrica, mas toda a energia que vai mover o País.

Muito obrigado, meu caro Senador Blairo Maggi.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Obrigado, Senador Delcídio do Amaral. Os temas que V. Exª traz aqui são temas realmente preocupantes. E nós temos, no dia de hoje, apenas um item a ser votado, e, como disse antes, nós retiramos de pauta todos os itens que vieram do Plano Nacional Viário, para fazermos uma discussão melhor com o Governo.

Acho que, quanto a esse tipo de discussão que colocam V. Exª e os demais que já estão inscritos para falar, nós podemos aproveitar amanhã para fazermos o debate, para colocarmos nossas preocupações e pontos de vista.

Agora eu gostaria de pedir a V. Exª que guardasse na memória os comentários do Senador Delcídio, porque eu vou interromper esta discussão para nós colocarmos em votação um único projeto que temos, que é terminativo – e temos quórum para votá-lo –, o Projeto de Lei da Câmara nº 94, de 2011.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 94, DE 2011
– Terminativo –

Altera o art. 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 – Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário, para dispor sobre a habilitação de amadores.

Autoria: Deputado Lincoln Portela.

Relatoria: Senador José Pimentel.

Relatório: pela aprovação do projeto, com as emendas apresentadas.

Esse relatório já foi lido aqui na Comissão. Então, nós podemos entrar na discussão.

Eu gostaria de pedir ao Senador Pimentel que fizesse um breve e sucinto comentário sobre o projeto, já que ele foi lido, para que os Senadores saibam o que é que nós estamos aprovando ou rejeitando nessa matéria.

Com a palavra o relator.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, essa matéria, como muito bem V. Exª explicita, já foi lida nesta Casa e diz respeito à regulamentação da concessão de autorização para o que nós chamamos de *jet-ski* por amadores, como também a concessão de autorização para amadores conduzirem barcos e algumas navegações de porte amador nos nossos mares, nos nossos rios.

Fizemos todo um diálogo com a nossa Marinha, conversamos bastante com o autor da matéria, com uma série de setores com essas preocupações, e chegamos à construção de uma alteração na legislação ora vigente, para que a Marinha tenha uma presença mais forte no campo legal e formal, porque ela já vinha fazendo isso por meio de Resoluções, e entendemos, Sr. Presidente, que temos condição de votar essa matéria, e eu pediria ao nossos Pares que o projeto pudesse ser votado por unanimidade.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Obrigado, Senador Pimentel, relator da matéria.

Para discutir, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – O projeto cujo parecer o Senador Pimentel apresentou é de extrema importância, principalmente para nós da Amazônia.

Eu não discuto a preocupação de todos nós com a necessidade de haver uma fiscalização e mesmo uma forma de se ter um controle de habilitação para aquelas pessoas que vão pilotar essas pequenas embarcações, principalmente as esportivas, Senador Pimentel. Mas me preocupam as pequenas embarcações da Amazônia. Como os ribeirinhos da Amazônia que utilizam pequenas embarcações vão ter acesso a essa instrução, a essa formação, e quem vai fazê-la? A Marinha do Brasil terá capacidade para fazer essa habilitação, fazer esse controle? Ela faz a fiscalização hoje, mas como será feita essa habilitação de dezenas, de milhares? Serão centenas na Amazônia como um todo. Eu gostaria que o nosso relator explicitasse se ele se ateve a esse problema quando propõe esse controle e essa regulamentação, que é necessária. Eu concordo com ele que é necessário. Mas pergunto se há hoje meios para que a Marinha possa fazer, e se há escolas já habilitadas para fazer a qualificação dos ribeirinhos para utilização das embarcações.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Eu gostaria de fazer um pedido aos Srs. Senadores: estamos com quórum aqui limitadíssimo; não temos para onde correr; o Senador Mozarildo tem outros compromisso e quer antecipar o voto dele; vou permitir que ele faça a antecipação e volto para a discussão, com o relator.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Sr. Presidente, exatamente como disse V. Exª, nós todos temos hoje cinco, seis comissões ao mesmo tempo. Então, é impossível ficar aqui e em mais quatro ou cinco comissões. Então, eu queria antecipar o meu voto favorável ao voto do relator.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Quero pegar a mesma carona, Sr. Presidente, do Mozarildo Cavalcanti, com a mesma alegação dele. Se V. Exª puder recolher meu voto, sou a favor da proposta.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador.

Com a palavra o Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Quero corroborar com o relator e dizer ao Senador Flexa que eu evidenciei alguns episódios na minha vida por falta justamente dessa regulamentação.

Há cerca de dez anos, na ilha de Itacuruçá, perto de Cabo Frio, eu presenciei um acidente em que uma família inteira morreu, em função de um inabilitado.

Eu sei da preocupação do Senador Flexa em relação a como vai se proceder, mas ninguém tira uma carta de motorista, por mais distante que seja, por... Alguma forma tem que ser dada. A preocupação do Senador Flexa Ribeiro é justa, mas isso não inibe a aprovação desse projeto, pelo menos a meu ver, que

vai provocar, sim, como regulamentar, como vão ser feitos esses testes.

Sei que os ribeirinhos têm problemas sérios, mas estão num contexto. Não podemos ter dois pesos e duas medidas. Recentemente, em termos de embarcações menores, como os *jet skis*, assistimos a finais drásticos, que levaram a óbitos justamente por não haver regulamentação.

Eu também antecipo meu voto, favorável, e que seja regulamentada de forma abrangente no País inteiro, inclusive nas cidades ribeirinhas.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Antes de passar a palavra ao relator, eu quero registrar a presença do Deputado Nelson Marquezelli. É uma honra tê-lo aqui na nossa Comissão.

Seja sempre bem-vindo, Deputado. Esteja sempre no nosso meio.

Passo a palavra ao Senador Pimentel, para que ele responda ao questionamento do Senador Flexa Ribeiro.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, as preocupações apresentadas pelo nobre Senador Flexa Ribeiro foram objeto de reflexão, de debate, e exatamente por isso é que retiramos o projeto de lei para dialogar mais sobre o seu conteúdo. E construímos uma redação a partir das instruções que a Marinha está implantando neste ano de 2012, que têm como objetivo assegurar uma melhor qualificação para os amadores desse setor e, ao mesmo tempo, garantir a infraestrutura para não prejudicar aqueles que querem ser habilitados.

Portanto, foi uma construção feita, envolvendo, de um lado, o órgão fiscalizador, controlador e que concede autorização, que é a Marinha, dialogando com setores da sociedade, e preocupados com os acidentes que estavam acontecendo nesse segmento. Foi uma construção feita, em que estamos trazendo as instruções infraconstitucionais e as instruções que estão em normativos da Marinha, neste ano de 2012, para um *status* de lei.

Portanto, nobre Senador, as preocupações que V. Exª traz são procedentes. No entanto, a própria Marinha está tendo cautela para que não prejudique essas comunidades que têm nos leitos dos rios o seu grande caminho de tráfego, de deslocamento. Eles montaram uma estrutura exatamente voltada para os amadores, com um olhar todo diferenciado para cada região. Então, eles estão tendo uma cautela muito grande sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pergunto ao Senador Flexa se estão esclarecidas as suas preocupações.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu continuo... Eu estou lendo aqui no relatório do Senador Pimentel, e ele próprio diz, na justificação:

"O autor do projeto afirma que o exame atualmente realizado consta de apenas um questionário de múltipla escolha sobre matéria teórica muitas vezes ministrada em uma única aula, não sendo verificada a capacidade do aluno [aspas] "para realizar manobras como estacionar, lançar âncora, combater incêndio, evitar abalroamento no mar e outros". [Ou seja, não dá capacidade].

Mais adiante, ele mostra que a Marinha não tem meios para atender a demanda, em função do aumento. Então, eu me preocupo, Senador Pimentel, eu me preocupo realmente.

Como diz aqui:

"Entretanto, dado ao elevado número de candidatos à habilitação, apenas em 2010 foram habilitados 100 mil novos amadores no País. As organizações militares responsáveis pela avaliação não possuem recursos humanos e materiais suficientes para a aplicação das provas práticas conforme proposto. A implantação da medida implicaria a utilização de lanchas de corporação militar, desviando-se de suas tarefas precípuas e um acréscimo expressivo de examinadores para a realização das referidas provas."

Senador Blairo, eu acredito que seria importante que nós ouvíssemos a Marinha do Brasil para que pudéssemos votar com consciência. Isso pode trazer um problema sério, principalmente para a região amazônica, onde o tráfego de embarcações nos nossos rios é da maior importância.

Eu pediria que o Senador Pimentel, talvez não numa audiência pública, mas que nós pudéssemos conversar com o comando da Marinha para ver de que forma essa habilitação pudesse ter... V. Exª deve ter tido essa conversa, não é? Mas me preocupa. Eu poderia conversar lá com o Comando do 4º Distrito Naval e ver de que forma eles estariam habilitados para isso, para atender essa demanda que vai ser provocada. E vai ser no Brasil inteiro, o Brasil inteiro vai ter a demanda aumentada. Eu não sei como isso ocorreria na Amazônia.

Eu não me acho em condições de votar o projeto neste momento.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Prossiga, Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – As preocupações que o Senador Flexa Ribeiro levanta aqui também são objeto deste Relator.

Eu recebi tanto o comandante da Marinha, que é o responsável no Brasil por essa matéria, quanto um conjunto de técnicos da Marinha; eu pedi a eles uma nota técnica, eles encaminharam; alteramos a proposta que vinha da Câmara dos Deputados, que era nesse teor que o nobre Senador aqui se preocupa, e demos outra redação ao Parágrafo Único do art. 4º da legislação já vigente.

Portanto, nós não estamos alterando nada da Lei nº 9.537, de 1997. O que nós estamos fazendo é acrescentando um Parágrafo Único ao art. 4º, com a seguinte redação – está na página 18:

"A habilitação dos candidatos à categoria de amador de que trata a alínea "a", Inciso I, desse artigo 4º, será obtida mediante comprovação de estado psicofísico satisfatório e da realização de embarque ou aulas práticas a bordo de embarcações de esporte ou de recreio, e a aferição de conhecimentos teóricos em exame escrito, definido pela autarquia marítima."

Isso já está numa instrução normativa da Marinha, vigorando em 2012.

O que nós estamos fazendo é trazer para o *status* de lei a instrução normativa da Marinha. Simplesmente isso, e rejeitamos o que veio da Câmara porque efetivamente trazia as mesmas exigências que tem hoje para a concessão de autorização para dirigir veículos em terra.

Portanto, nós fizemos uma mudança e estamos trazendo o normativo da Marinha para o status de lei. É isso que estamos fazendo aqui. A Marinha já exige isso desde janeiro de 2012.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Pimentel.

A Secretaria da Mesa me informa que esse acordo foi feito junto com a Marinha, como disse aqui o Senador Pimentel – inclusive tem assessores aqui presentes –, e que o primeiro relatório do Senador Pimentel era pela rejeição da matéria. Durante a discussão chegou à conclusão de que poderia ser levado adiante, junto com a concordância da Marinha brasileira.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Só um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Pois não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Senador Pimentel, então, nesse entendimento com a Marinha, V. Exª está trazendo para...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – A instrução normativa para *status* de lei. Somente isso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Então, V. Exª está trazendo para habilitação dos amadores a mesma exigência de motorista. Ou seja...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Não, de forma alguma. O projeto da Câmara trazia para os amadores uma estrutura idêntica a que se utiliza hoje em terra, para veículos. Rejeitamos aquilo e construímos com a Marinha um entendimento para trazer para *status* de lei o que ela tem hoje como instrução nos seus regimentos internos para conceder aos amadores. Hoje, é exatamente isso que a Marinha exige.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – E quem vai acompanhar a exigência da habilitação?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Na instrução da Marinha tem ela própria e tem credenciados por ela.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Ah, sim. Então, vão ter terceiras e...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Tem credenciadas por ela, habilitadas por ela.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – ...habilitados pela própria Marinha, que vão fiscalizar essa habilitação.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Exatamente! Descentraliza.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Seria uma "auto-escola", o mesmo sistema da habilitação de motorista?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Ela já está fazendo isso neste 2012.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Bom, tudo bem. Sendo assim é...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Agradeço aos Senadores que fizeram o debate; encerro a discussão e coloco em votação.

Pergunto como vota o Senador Delcídio do Amaral?

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Então "Sim".

Senador Walter Pinheiro?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Voto com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Então vota "Sim".

Senador Acir Gurgacz?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Com o relator. "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Voto "Sim".

Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Voto "Sim".

Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Voto "Sim".

Senadora Lúcia Vânia?

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Voto "Sim".

Senador Cyro Miranda já votou, voto "Sim".

Senador Mozarildo também já votou, voto "Sim".

Senador José Pimentel, Relator, voto conhecido.

Senador Wellington Dias não está presente.

Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Voto com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Voto "Sim".

O Senador Casildo deixou seu voto consignado.

Então, a matéria foi aprovada...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Só um minutinho.

Então, aprovado o Projeto e a Emenda nº1 da Comissão de Infraestrutura.

Será feita a comunicação ao Presidente do Senado Federal, nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno.

Então, aprovada a matéria.

Volto, então, ao tema livre...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Pela ordem o Senador Flexa Ribeiro. O Senhor está inscrito...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Aproveitando o quórum, Sr. Presidente, eu pediria a V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Não temos mais quórum. Só tivemos quórum porque três Senadores anteciparam o seu voto. Para assuntos de matérias terminativas, não há mais.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu queria aproveitar para votarmos o Item 3, que é terminativo também.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Então, está com a palavra o Senador Flexa, para os assuntos livres que a Comissão está...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu queria me associar ao Senador Delcídio do Amaral nas suas considerações.

O Senador é um *expert* na área de energia, Ministro que foi das Minas e Energia, e deu uma aula aqui para todos nós a respeito dessa questão.

Se ele, inclusive, me permitir, eu quero subscrever o requerimento de audiência com relação à questão das ferrovias. É preciso que o Governo tome realmente uma posição sobre a implantação e fortalecimento do modal ferroviário, como também do hidroviário, Senador Blairo. Vamos aproveitar também para reabrir a discussão do modal hidroviário. Senador Delcídio, nesta oportunidade da discussão do modal ferroviário, eu quero discutir a questão da extensão da ferrovia Norte/Sul até Barcarena. Ela só vai até São Luís e é preciso fazer a perna que vai até Barcarena, que vai de Carajás até Barcarena, que é necessária para escoar o minério de ferro de Carajás. Como também a ferrovia até o futuro porto mais adiante, mas é preciso pensar, desde já, lá de Espadarte.

Também concordo com V. Exª sobre a questão de repensar a geração de energia hídrica; se nós vamos manter a geração a fio d'água do sistema de energia brasileira. Se não vamos ter reservatório, vamos perdendo geração de energia. Essa é uma discussão que o Brasil tem de enfrentar efetivamente.

Ainda há pouco, lá na Comissão de Agricultura, V. Exª colocou um requerimento para discutir um projeto de minha autoria, para permitir o plantio de cana para produzir etanol, que é uma matriz de geração, através do etanol, também de biocombustível. Tentei ver se entrava em entendimento com V. Exª para que fizéssemos essa audiência na Comissão de Meio Ambiente, que era a comissão de mérito. Mas não consegui. Mas vamos fazer a audiência na próxima quinta-feira e ver se aprovamos o projeto, porque eu acho que o projeto prevê apenas o plantio de cana em áreas de cerrado e já altera. Não vamos tirar uma única árvore para que plantemos cana na Amazônia. É um absurdo impedir o plantio de cana nas áreas propícias a isso na nossa Amazônia. Mas vamos fazer essa discussão já na próxima quinta-feira.

Eu queria, Sr. Presidente, perguntar a V. Exª para quando está prevista a vinda da Ministra Miriam Belchior, para que nós possamos discutir aqui o andamento do PAC. Estou ansioso para conversar com a Ministra Miriam Belchior, saber do PAC no meu Estado do Pará.

Eu perguntava à Presidenta, Senadora Lúcia Vânia. Tem um requerimento para a vinda da Ministra Miriam Belchior, para que ela faça uma exposição sobre o PAC no Brasil, e eu quero detalhar o PAC no Pará.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Senador, a Secretaria me informa que foi retirado esse...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não, não. O meu, o requerimento que eu havia apresentado, eu retirei. Mas tem um que a Ministra fará, ela vem periodicamente para fazer uma exposição, ela traz um balanço do PAC no Brasil. E eu quero detalhar o do Pará, nessa ocasião.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Vou pedir a Secretaria que se informe com a Ministra e vamos lhe comunicar, posteriormente, o dia da vinda dela.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Senadora Lúcia, como Presidenta, V. Exª tem alguma data já que possa antecipar?

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria de colocar que nós estamos organizando duas audiências públicas importantes. Uma delas é sobre o mercado livre de energia, que é um requerimento do Senador Delcídio do Amaral, e a gente está organizando no sentido de fazer duas audiências públicas nessa direção, sendo que a primeira seria para ouvir os produtores de energia: o pequeno, o médio e o grande. E o segundo, que seria a posição do Governo sobre esse mercado livre.

Eu estou com o esquema já montado para discutir com o Senador Delcídio e com V. Exªs sobre essas duas audiêcias que deverão ser realizadas nas próximas reuniões das comissões.

E há um segundo requerimento, antes desse da Ministra Miriam Belchior, que seria em relação aos portos, que é um solicitação antiga do Senador Ricardo Ferraço, e que nós estamos também organizando essa audiência pública.

Posteriormente nós iríamos fazer. Seria na primeira ou segunda quinzena do mês de maio a audiência com a Ministra Miriam Belchior, para o balanço do PAC. Então, nós temos na frente dessa audiência pública, duas outras que já estão sendo organizadas. Aliás, três outras. E, logo em seguida, seria o balanço do PAC.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado.

Com a palavra o Senador Moka.

Tema livre. Fique à vontade para suas considerações e preocupações.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu apenas e tão somente acho que, a essa discussão da infraestrutura, talvez preceda uma discussão política. Tenho isso comigo. Acho que muitas vezes uma ida da própria Comissão ou de um grupo de Senadores, junto com o Ministro dos Transportes... Vejam essa questão da Agência Nacional de Transportes, por exemplo. O Presidente é interino. Acho que, nessa questão, seria importante, e mesmo o de Minas e Energia.

Por exemplo, o Governo tem de decidir se vai fazer concessão ou se vai fazer leilão. Aí o Governo fica: "Mas tem prazo, tem isso, tem aquilo". O Governo não se posiciona. Eu acho que isso é fundamental. Porque quando se fala dessa questão de energia, eu ouço dos presidentes de federação de indústria que isso é uma discussão para três anos. Então, essa é a preocupação.

Eu acho que esta Comissão não... Nós já fizemos isso no passado, evoluiu com o Ministro de Minas e Energia, que, aliás, recebeu-nos muito bem, é Senador também. Acho que a mesma coisa poderia ser feita com o Ministro dos Transportes. Eu imagino que essa discussão seja uma discussão política, mas ela precederia, no meu entendimento, uma discussão mais técnica. Qual é o padrão da matriz energética do País? O Senador Delcídio, que é da área, ao falar, colocou uma preocupação enorme.

Mas eu acho que tudo isso deve ser precedido de uma discussão política. O Governo tem de dizer à Comissão, à Presidente, a um grupo de Senadores aqui, sobretudo àqueles que mais se aprofundam no tema, o que o Governo pensa disso, o que está previsto para isso, e, a partir daí, eu acho que as coisas ficam mais fáceis.

E, levando para o meu terreno, tivemos uma audiência com a Presidente Dilma, junto com o Governador André Puccinelli. Na ocasião, a Presidente Dilma disse que, nessa questão da ferrovia, nós temos uma importante ligação de Maracaju com Cascavel e o Porto de Paranaguá – V. Exª conhece. Se acontecer, vai baratear os preços de transporte de toda aquela região da grande Dourados e do Cone Sul. E há uma alternativa também via Porto Murtinho, aí outra saída em que o Mato Grosso do Sul tem interesse.

Disse, na oportunidade, a Presidente que ela pretende, realmente, atender ao Mato Grosso do Sul na duplicação da 163, que é a única ligação do Mato Grosso do Sul com o poderoso Estado do Mato Grosso. Então, nós temos essa ligação, e V. Exª sabe que a BR-163 é palco, lamentavelmente...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – De muitos acidentes.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – E com vítimas fatais, porque é um trânsito enorme. Nós precisamos, sem dúvida alguma, duplicar. Vejam como é importante essa decisão.

Eu ficaria por aqui, Sr. Presidente, só colocando como sugestão para quem comanda e me colocando à disposição da Presidente para que a gente possa fazer uma visita ao Ministro dos Transportes e de Minas e Energia no sentido de preceder uma discussão mais técnica.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Moka.

A Srª Senadora Lúcia Vânia está inscrita. V. Exª ainda deseja fazer algum comentário?

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Farei um comentário sobre os projetos do Ministério dos Transportes.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Pois não, Senadora, fique à vontade.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – V. Exª sabe que nós formamos uma comissão para ir ao Ministério dos Transportes resolver essa questão do Sistema Nacional Viário.

Temos vigendo dois projetos, o Plano Nacional Viário e o Sistema Nacional Viário. São duas leis que foram votadas aqui e que convergem. O segundo, o Sistema Nacional Viário, foi vetado pela Presidente nos seus anexos, deixando o projeto totalmente em suspenso. E nós não sabemos se seguimos o plano de transportes antigo ou se seguimos o Plano Nacional Viário.

E o Governo não se pronuncia. Nós formamos uma comissão para decidir sobre esses projetos, já tem um ano e meio que os projetos estão aqui, o Governo não abre para dizer se quer ou não quer e o que vai ficar no lugar dele. É preciso que haja uma definição, e eu pediria ao Senador Walter Pinheiro, que é Líder do PT aqui na Casa, que solicitasse uma posição do Ministério dos Transportes em relação a isso. Acho que V. Exª preside uma comissão que trata dessa questão, e até hoje a gente não teve essa resposta. Os projetos ficam aí, a gente coloca em pauta, o Governo pede para tirar, e fica essa coisa sem solução.

Portanto, acho que é fundamental uma posição do Governo em relação a isso; do contrário, a Comissão terá de se posicionar, colocar em votação, ou rejeitar ou aprovar o que está aí. O que não podemos é ficar com isso na gaveta.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

Li, antes de V. Exª chegar à reunião, que o Ministério dos Transportes já elaborou um anteprojeto e está encaminhando à Casa Civil. Então, vamos tentar, com a ajuda do Senador Walter, ter acesso a esse anteprojeto para a gente ter um embasamento, um balizamento do que vai acontecer. Vamos ver se, na próxima reunião ou no próximo mês, a gente consegue tirar essa matéria aqui da Casa, que, como V. Exª colocou, já está incomodando, já está há muito tempo aqui.

Mas eu gostaria de aqui fazer um comentário, antes de encerrar, sobre o que o Senador...

Aliás, o Senador Walter Pinheiro está inscrito.

Por favor, primeiro V. Exª.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, contribuindo um pouco, e até rapidamente, porque pretendo chegar ao plenário do Congresso, onde teremos a leitura do requerimento da CPMI, apenas duas coisas: uma, essa pauta que o Senador Delcídio montou terá que ir de trem, realmente, porque tem muita coisa, então, não cabe num fusca, tampouco numa van, porque ele está falando desde palito de fósforo até supersônico. Portanto, vai ser uma agenda boa. Mas, sem brincadeira, acho que o Senador Delcídio tocou em dois pontos cruciais quando fez sua intervenção.

Uma é essa questão da matriz energética, a respeito do que até, além dos problemas já levantados por ele aqui, quero lembrar a história da renovação das concessões, que é outro drama.

Tive uma reunião, Senador Delcídio, segunda-feira, com a Chesf, para discutir linhas de transmissão. Estamos concluindo os parques eólicos e não vamos ter como chegar com energia na ponta, no local de destino. E conversei com o Presidente da Chesf, o Bosco, sobre essa questão da renovação das concessões, tema em que esta Comissão, Senadora Lúcia Vânia, já tomou uma decisão, já foi para cima, fez reunião, cobrou, até ainda fizemos PEC para forçar, como se diz, a porta, ou abrir a comporta, finalmente, desse processo. Então, acho que é importante a gente incluir isso.

Outra é a questão do setor ferroviário, que acho que é fundamental, aqui apontada pelo Senador Delcídio. Temos vários processos em curso. Estamos há 15 dias discutindo com o Governo Federal, por exemplo, a Fiol. Os dois ministros, a Ministra Miriam Belchior e o Ministro Paulo Sérgio, estiveram na Bahia, sobrevoaram a área, fizeram reuniões, nós já fizemos aí uma dezena de reuniões com Valec, com técnicos, com não sei quem, e estamos com uma obra com 7% – aliás, sete generosamente, aumentando um pouquinho a média da execução – e problemas sérios. Então, imaginem isso. Eu já vi aqui pleitos da Norte-Sul, ramal na região do Pará, problemas envolvendo Mato Grosso do Sul, Goiás. Você tem questões ferroviárias envolvendo o Espírito Santo, que entrou nesse debate, a malha que hoje é operada pela Vale naquele trecho mineiro, nosso Centro-Oeste, a Transnordestina, a Fico; enfim, nós temos um conjunto de coisas que foram... Essas estradas de ferro foram priorizadas, e efetivamente precisamos, agora, tocar cada uma.

Fiz uma reclamação ao ministério que é uma coisa que venho insistindo permanentemente. Não conheço, até não tenho muita aptidão para isso, não crio cachorro, mas cachorro com muito dono morre de fome. E um bocado de cachorro tocado por um dono só não funciona. Então, uma das questões que eu levantei desde o primeiro momento da Ferrovia Oeste-

-Leste com o Ministério dos Transportes é que eu dizia o seguinte: "Meu amigo, eu tenho de ter um gerente para essa obra!". Não é a Valec tocar tudo. Cada obra dessas tem de ter um gerente, alguém que a gente tenha condição de dialogar, alguém, inclusive, com capacidade técnica e com poder de decisão, porque, senão, dá nisso. Aí, quando você vai discutir com o Presidente da Valec, ele está com a cabeça na Fiol, um dia não sei se ele fica ou se ele sai, um dia ele está com a Fico na cabeça. Depois ele vai ter de discutir o Mato Grosso do Sul, vai discutir outra coisa, enrola todo mundo, dá um nó, e o trem não passa.

Então, na realidade, eu acho que era importante a gente retomar essa discussão com o Ministério sob esse eixo. Como é que o Ministério vai organizar com a Valec o processo de acompanhamento, intervenção e até a execução orçamentária dessas obras da ferrovia? Nós precisamos fazer uma reunião com eles com esse aspecto.

E vou ser sincero, Senador Blairo Maggi: não estou muito mais com essa coisa de audiência pública não, sabe? Porque a gente faz audiência pública, eles vêm aqui, falam pra cachorro, aí saem daqui, e é como se fossem palavras ao vento. Então, acho melhor a gente montar agora a estrutura como, por exemplo, hoje de manhã, com o Acir Gurgacz, quanto ao negócio da dívida, em que a gente propôs o seguinte: chama a Fazenda, os dois ministérios, sentamos aqui, discutimos como é que se vai fazer, o que nós temos de fazer. Então, acho que com os Transportes e essa questão da Valec, eu proporia isto: a gente marcar com eles não uma audiência pública, mas uma reunião aqui, ver quem é que vem, chamar o Ministro dos Transportes, o Presidente da Valec, e a gente discutir aqui como é que vamos organizar essa questão dessa malha ferroviária, das obras. Estão priorizadas, todas elas. Entraram no PAC como prioridade, entraram no PPA, estão no Orçamento, estão em tudo quanto é lugar, menos na estrada de ferro.

Então, eu proporia que a gente fizesse isso com esses dois temas, Senadora Lúcia Vânia, para a gente tentar mexer com essas coisas.

Essa é a contribuição que eu poderia dar.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Apenas um aparte: eu acho que a gente poderia, Senador Blairo, marcar, no próprio Ministério dos Transportes, numa quinta-feira, na hora da nossa reunião, com o Ministro, o Presidente do Dnit e o Presidente da Valec, e a gente faria essas perguntas e tentaria, pelo menos, dirimir essas dúvidas.

Em relação à questão da energia, Senador Delcídio, a gente está elaborando uma estratégia, que vai ser discutida com V. Exª, sobre a questão do mercado livre. Entrei em contato com o Ministério, que disse que não tem uma posição sobre o assunto ainda. Então, como sempre, na questão das concessões etc., quando se trata de energia, é uma coisa muito difícil a gente conseguir fazer com que o Governo se pronuncie.

Agora, dividi essa audiência pública em duas partes; a primeira parte seria com os produtores de energia, pequenos, médios e grandes. Nós vamos fazer essa audiência pública. Acho que, com essa audiência pública, a gente vai entender os gargalos que existem. E, posteriormente, vamos convidar o Governo para vir falar sobre isso. Agora, se o Governo não estiver apto para falar, acho que a Comissão tem de tomar uma decisão em relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

Apenas para complementar nossa reunião, eu gostaria de dizer, Senador Delcídio, que eu, como V. Exª, também ando bastante preocupado com essa questão da energia elétrica no País, principalmente quanto às grandes geradoras que estão sendo construídas a fio d'água. Esse é um problema seriíssimo. Nós perdemos essa discussão para o meio ambiente, para os ambientalistas, o Brasil capitulou nesse assunto, tanto é que as usinas que estão sendo construídas são sem barragens, ou grandes barragens de reservatórios que possam ter a geração total na sazonalidade das águas.

Então, se essa foi a opção, e me parece que é essa a opção, nós temos de discutir aquilo que V. Exª está colocando. Quer dizer, quando faltar água, o que vai ser o nosso gerador de energia? Eólica? Não podemos considerá-la como uma coisa segura. Um dia temos vento, outro dia não temos vento. Aí temos de ir para energia térmica. Não há dúvida disso. E ela poderá ser feita desde nuclear, passando por biomassa.

Eu, por exemplo, estou estudando um projeto para que a gente consiga do Governo Federal a possibilidade de transmissão de energia elétrica sem custo daquela Tust (Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão) que temos para que os geradores de energia elétrica a partir de biomassa, no Mato Grosso do Sul, no Mato Grosso, onde temos grandes linhas e grandes áreas também que poderiam ser apropriadas e são apropriadas para a produção, por exemplo, de eucalipto, pode ser um grande gerador de energia. Agora, no modelo que está hoje, é impossível você pagar para trazer essa energia de lá para cá. Então, justamente nos períodos de baixo volume de águas, as redes também estão transmitindo pouca energia. Nós poderíamos, então, complementar com essa energia também de biomassa, que pode ser feita em todo Brasil, porque temos grandes áreas que estão hoje degradadas que não são utilizadas para a agricultura e que poderiam ser utilizadas, sim, pelo re-

florestamento, pelo eucalipto ou outro tipo de material que poderíamos fazer energia.

Quero em uma hora sentar com V. Exª, que é um profundo conhecedor dessa área, para tentarmos tratar um projeto desse e levar ao Governo.

Outra preocupação que tenho nessa questão é que a energia eólica, não sei por que cargas d'água ou cargas do vento – vamos chamar assim – ela ficou tão mais barata que qualquer tipo de energia. Não sei se foi a conjunção dos fatores da crise na Europa, onde os fabricantes ficaram com equipamentos e tinham que se desfazer disso e mandaram para o Brasil, mas os programas de incentivos criados aqui no nosso País acabaram trazendo o preço da energia para um patamar que não é possível mais uma PCH ou uma média geradora ser construída com os PPA que temos hoje. As contas simplesmente não fecham. Conversei outro dia com o Ministro Lobão, colocando essa preocupação a ele – é um assunto sobre o qual deveremos sentar e conversar ainda no ministério – para ver qual a saída que teremos para esse assunto, porque os projetos de PCH que são muito importantes para a estabilização da rede e também no volume de geração de energia, se alguém tem que começar um projeto hoje não começará, as contas não fecham; não há nem a perspectiva de como vender esse PPA para frente – quem assume.

Estamos, de fato, enrolados numa teia, num nó que nós, aqui do Senado, principalmente esta Comissão de Infraestrutura deve participar e provocar o governo para que tenhamos alguma decisão diferente, porque todos nós sabemos o quanto é complicado sair de uma intenção de um projeto de hidrelétrica e chegar ao momento de começar a construir, lá se vão, quatro, cinco, até dez anos muitas vezes no inventário, no processo dentro da Aneel, de fazermos a aprovação de tudo isso.

O paradeiro que estamos agora, a indefinição que estamos agora será o preço do futuro. Não há dúvida disso. Então, temos que urgentemente sentar com o governo e dizer: "Governo, precisa decidir"; como foi feito no passado. O governo chegou, em determinado momento, com o apagão ocorrido em 2002, e entrou com grande programa de geração de *stand by* de energia a *diesel.* Vários projetos foram montados. Entrou com um programa de energia de PCH, o Proinfa (Programa de Incentivo às Fontes alternativas de Energia Elétrica), que foi um estímulo grande. Mas, vejam, Senador Delcídio e Senadora Lúcia Vânia, daquela decisão do Proinfa ainda tem usinas entrando em operação agora. Quer dizer, olha o tempo que temos de 2002 a 2012! São dez anos e alguns projetos ainda não estão completos, não estão com sua maturação plena.

Nós, da Comissão – eu gostaria aqui de convidar a Presidente e o Senador Delcídio do Amaral, que é um grande conhecedor desse assunto –, podemos fazer as intervenções e as sugestões junto ao Governo Federal para que não paguemos um preço futuro muito alto.

Pois não, Senador, V. Exª está com a palavra.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – V. Exª falou de um assunto que nós vamos precisar também conversar, à luz dessa discussão. Sempre acreditei em geração distribuída, sempre acreditei em PCH. São projetos muito mais simples, com impacto ambiental pequeno, reduzem o custo da transmissão, porque aliviam o sistema interligado como um todo exatamente porque passamos a ter uma geração distribuída. São projetos que em um ano e meio já estão entrando em operação. As PCH estão inviabilizadas. Será que o Brasil não precisa de PCH?

As PCH que responderam tão bem na época do Proinfa agora estão inviabilizadas pelo preço. Precisamos retomar essa discussão.

Como também, pegando carona no que a Senadora Lúcia Vânia disse, essa história do mercado livre também está virando uma ... A gente não consegue uma informação do Ministério de Minas e Energia. Não pode falar de concessão, não pode falar de mercado livre, não pode falar de nada. Tenha paciência, não é?

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Delcídio.

A situação é complicada. Não é coisa fácil, mas fomos eleitos para isso. Vamos trabalhar e achar uma solução para esses problemas.

Por uma questão de legalidade, na hora da votação, esqueci de fazer menção de que a votação que estávamos fazendo também se refere às emendas do projeto.

Vou ler, para que não tenhamos nenhuma dúvida.

Consulto os Srs. Senadores e Senadoras sobre se podemos repetir a votação do projeto para a emenda oferecida pelo relator.

Já fizemos essa votação, é apenas para deixar registrado.

Não havendo mais nada a tratar nesta reunião, agradeço a presença da nossa Presidente da Comissão, que hoje ficou na bancada e me deu oportunidade de comandar esta reunião, ao Senador Delcídio e a todos os Senadores que aqui estiveram e fizeram a aprovação dos projetos.

Muito obrigado.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer a V. Exª e dizer da minha alegria de poder vê-lo presidindo esta reunião, principalmente com os resultados positivos. Pudemos

hoje levantar uma série de dúvidas que poderá clarear os nossos próximos passos pela frente.

Obrigada, mais uma vez, por essa deferência de abrir a reunião por mim.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigada, Senadora. Eu considero que foi uma oportunidade hoje, já que tiramos de pauta a maioria dos projetos. Nós não temos, lá no plenário, esta condição de fazer um debate, de entender o posicionamento de cada um e com temas livres. Então, acho que sempre que possível, nesta nossa Comissão, já que temos integrantes com grande conhecimento, profundo conhecimento de matérias, que possamos provocá-los para que, a partir das conversas, tenhamos a possibilidade de buscar uma solução.

Mas quero agradecer, mais uma vez, a oportunidade que a senhora me concedeu de conduzir a reunião hoje.

Bom dia a todos.

(Iniciada às 9 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 02 minutos.)

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura, Realizada em 26 de Abril de 2012, Quinta-Feira, às 9 Horas, no Plenário 13 da Ala Senador Alexandre Costa.

Às nove horas e quarenta e quatro minutos do dia vinte e seis de abril de dois mil e doze, no Plenário 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora Lúcia Vânia, Presidente desta Comissão, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senadores Delcídio do Amaral, Jorge Viana, Acir Gurgacz, Inácio Arruda, Waldemir Moka, Flexa Ribeiro, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti, José Pimentel, Wellington Dias, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Sérgio Souza, Casildo Maldaner, Ivo Cassol e Armando Monteiro. Deixam de comparecer os demais Senadores. Justificam ausência os Senadores Jayme Campos e Francisco Dornelles. A Presidente declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura da Ata da 11ª Reunião, que é dada como lida e aprovada. A Presidente comunica a realização do Seminário itinerante "Da Política de Resíduos. Portugal: Caso de Sucesso!", que levará a 4 Estados do Brasil (São Paulo, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Rio de Janeiro), nos dias 21 a 29 de maio, oito protagonistas portugueses que executaram em Portugal a Política de Resíduos, definiram o seu formato institucional, a sua regulação, suas infraestruturas e os modelos econômicos. Comunica, também, o recebimento do informativo da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários – ANTF, sobre a realização do "V Brasil nos Trilhos – As Ferrovias Transportam o Brasil para o Futuro com Integração e Desenvolvimento – 15 anos de Concessão, o que fazer até 2030?", nos dias 4 e 5 de setembro de 2012, em Brasília – DF. Comunica, ainda que a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL realizará a Audiência Pública nº 025/2012, com o objetivo de obter subsídios para o aprimoramento da revisão tarifária da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo, no dia 26 de abril de 2012, às 13h30, no Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, na cidade de São Paulo – SP. A Presidente informa que a primeira parte da pauta desta reunião tem por finalidade tratar de cronograma para realização de audiências públicas destinadas a debater a situação da malha ferroviária brasileira. Foi decidido por esta Comissão que serão realizadas três Audiências Públicas para atender os requerimentos referentes ao sistema ferroviário brasileiro. A primeira Audiência irá debater o marco legal do setor, com ênfase no quadro geral do sistema, 30 anos de implantação, marco legal e gargalos. A segunda irá discutir o sistema de concessões e, por fim, será objeto de debate a ferrovia Transnordestina. Em seguida, dá-se início à deliberação das matérias constantes da segunda parte da pauta desta reunião. Usam a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Cyro Miranda e Ivo Cassol ITEM 1 – OFICIO "S" Nº 6, DE 2012, de autoria da Prefeitura Municipal de Caucaia, que "Encaminha, nos termos do § 1º do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004 (contratação de parceria público-privada), contrato de concessão administrativa e cópia da publicação de extrato do contrato." Designado Relator *ad hoc* o Senador Cyro Miranda proferiu o Relatório, que foi aprovado. ITEM 2 – REQUERIMENTO Nº 25, DE 2012, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que "Requeiro, nos termos regimentais, a inclusão do nome do Sr. Paulo Pedrosa, Presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres, ABRACE, o do Sr. Charles Lenzi, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Energia Limpa – ABRAGEL, e também o da Sra. Elbia Melo, Presidente Executiva da ABEEólica, entre os convidados para participar da audiência pública sobre a qual trata o Requerimento nº 69 de 2011." Aprovado. A Presidente solicita que seja feito, pelo Senador Vicentinho Alves, Presidente da Subcomissão Temporária Sobre a Aviação Civil – CISTAC, um balanço das audiências públicas dessa Subcomissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e três minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pela Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamen-

te com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia,** Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.)*

Aprovada.

Comunicações:

Comunico a realização do Seminário Itinerante da Política de Resíduos, em Portugal, caso de sucesso, que levará a quatro Estados do Brasil – São Paulo, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Rio de Janeiro, nos dias 21 e 29 de maio, oito protagonistas portugueses que executaram em Portugal a política de resíduos, definiram seu formato institucional, a sua regulamentação, sua infraestrutura e os modelos econômicos.

Comunico, também, o recebimento do Informativo da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF) sobre a realização do V Brasil nos Trilhos, as ferrovias transportam o Brasil para o futuro, com integração e desenvolvimento, quinze anos de concessão, o que fazer até 2030, nos dias 4 e 5 de setembro de 2012, em Brasília, Distrito Federal.

Por último, informo que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) realizará audiência pública no dia 25 de abril de 2012, com o objetivo de obter subsídios para o aprimoramento da revisão tarifária da Eletropaulo Metropolitana, Eletricidade São Paulo, no dia 26 de abril de 2012, às 13h30, no Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, na cidade de São Paulo.

A reunião de hoje tem por objetivo debater o cronograma para realização de audiências públicas destinadas a debater a situação da malha ferroviária brasileira.

Vejam os senhores que nós temos um convite para um seminário sobre ferrovias, trinta anos de sua implantação, que será realizado no dia 30 de setembro.

É muito importante que esta Casa tenha uma visão clara da situação dessas ferrovias para que possamos participar do seminário já com a visão clara sobre o assunto. Portanto, como temos aqui vários requerimentos a respeito de ferrovias, entendi que seria importante hoje estabelecermos um cronograma para essas audiências públicas, inclusive, diminuindo um pouco o número de convidados.

Eu preferi dividir essas audiências públicas em três para que possamos ter, no máximo, quatro convidados por audiência pública. Nós temos percebido que as audiências públicas que são realizadas com número grande de convidados se tornam inócuas, uma vez que nosso tempo é escasso e os Senadores acabam não debatendo o tema. Estamos aqui sempre ouvindo e nunca debatendo. Portanto, eu gostaria que essa audiência pública que vamos fazer fosse bem proveitosa para todos nós.

Com a palavra a Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Srª Presidenta, estou olhando os requerimentos; os três primeiros são, ainda, do ano anterior, de 2011. Ambos registram Bernardo Figueiredo como Presidente da ANTT**.**

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Sim. Nós vamos discutir hoje para substituí-lo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Exato. É preciso atualizar os dados e os nomes dos dirigentes dessas instituições.

Eu não estou entendendo.

Aqui nós temos cinco requerimentos. Todos eles, absolutamente todos, tratam de questão de ferrovias; alguns incluem também rodovias, como é o caso do Requerimento nº 59, de autoria do Senador Ricardo Ferraço. Todos tratam de ferrovias. Um, de autoria do Senador Delcídio, fala de concorrência; outro fala de marco regulatório, que também diz respeito à concorrência, à situação das ferrovias e às concessões, às dimensões, características, regulação, ou seja, a mesma coisa.

O requerimento do Senador Inácio Arruda é sobre a Transnordestina, que também é uma ferrovia.

Pelo que estou entendendo, a senhora está propondo um seminário de um turno, ou um dia inteiro de um turno, não é?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Não é um seminário. Estamos propondo três audiências públicas. Eu entendi que nós poderíamos fazer a seguinte divisão: na primeira, uma visão geral das ferrovias do País – a sua implantação, já que há trinta anos de implantação; na segunda, as concessões; e a terceira seria específica. Como já fizemos aqui uma audiência pública sobre a Fico, acredito que seja importante fazer uma sobre a Transnordestina também, que é uma ferrovia importante.

Quando a gente especifica a ferrovia, a gente vê que há muita demanda dos Estados em relação a elas. Então, preferi não colocar isso no bojo de uma única audiência pública, mesmo por que o número de convidados torna inviável o debate.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Então vamos votar os requerimentos em conjunto, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Os requerimentos já foram votados.

Eu os trouxe aqui apenas porque quero sugestões dos senhores para saber como formatar...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Mas a sua proposta, Senadora, está muito bem formatada. Eu, pessoalmente, concordo.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Bom, então, eu a submeto.

Eu gostaria de acrescentar alguns nomes nesses requerimentos que estão aqui, inclusive, nós estamos formatando, junto com a Consultoria, as três audiências sobre energia. Para essas audiências faltaram dois ou três nomes de pessoas que solicitaram presença. Então, eu queria submeter à apreciação da Comissão os três nomes que estão faltando e a substituição do Presidente da ANTT, que na época era Bernardo Figueiredo e hoje é o interino.

Eu gostaria de saber se os senhores estão de acordo com a formatação sobre as ferrovias, da forma que eu propus. (*Pausa.*)

Senador Cyro, tem alguma sugestão sobre a audiência pública sobre ferrovias?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Como temos aqui cinco requerimentos, como seriam agrupados em três? Os cinco serão reduzidos a três, não é isso?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Serão três audiências públicas.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Mas há cinco pedidos de audiência.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu agruparia de acordo com o tema. Por exemplo, a primeira seria uma visão geral das ferrovias no País – sua implantação, seu desenvolvimento, seus gargalos, seu marco legal etc.

A segunda seria sobre o processo de concessões, que foi a segunda fase, e a terceira seria específica para determinadas ferrovias. Nós já fizemos uma audiência sobre a Fico, que interessa à região Centro-Oeste, e vamos fazer agora, por requerimento do Senador Inácio Arruda, uma audiência sobre a Transnordestina.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – No lugar de Bernardo Figueiredo, que já não faz parte do Governo Federal, seria convidado o Presidente interino da ANTT, não?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Sim.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Quantos participariam de cada audiência?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu gostaria que o número de convidados não ultrapassasse quatro, porque, do contrário, a gente não debate. A audiência pública fica interminável, e os Senadores não participam.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – É verdade, torna-se improdutiva.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Por isso, eu resolvi dessa forma. Tendo em vista essa quantidade de requerimentos, resolvi condensar tudo em três audiências públicas.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Estou de pleno acordo. Tem meu voto.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Então vamos à votação dos requerimentos.

A mesma coisa vou fazer em relação á energia.

Eu queria aqui a presença do Senador Delcídio, que é o autor da maior parte dos requerimentos na área de energia. Há um requerimento solicitando a volta da discussão sobre as concessões e um requerimento sobre mercado livre de energia. Os convidados são muito numerosos, e eu quero, junto com o Senador Delcídio e já com o apoio da Consultoria, formatar três audiências públicas que sejam extremamente produtivas e que nos deem a visão global de todo o sistema.

Senador Cyro, gostaria que V. Exª fosse o Relator *ad hoc* do Ofício nº 6.

Item 1

OFICIO "S" Nº 6, de 2012
– Não Terminativo –

Encaminha, nos termos do § 1º do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004 (contratação de parceria público-privada), contrato de concessão administrativa e cópia da publicação de extrato do contrato.

Autoria: Prefeitura Municipal de Caucaia

Relatoria: Senador Ciro Nogueira.

Relatório: Para que esta Comissão de Serviços de Infraestrutura tome conhecimento do Ofício "S" nº 6, de 2012, e delibere pelo seu encaminhamento à Presidência desta Casa solicitando que declare sua prejudicialidade, nos termos do art. 334, II, do Regimento Interno do Senado Federal, por se tratar de matéria sobre a qual a Comissão de Serviços de Infraestrutura já se manifestou, de modo conclusivo, e que dê ciência do teor dessa decisão, juntamente com cópia do Parecer nº 1.089, de 2011, ao interessado e à Secretaria de Tesouro Nacional.

Concedo a palavra ao Senador Cyro Miranda, para proferir o relatório como Relator *ad hoc.*

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Presidente Lúcia Vânia, Srªs e Srs. Senadores, a proposição trata do processo de contratação de parceria público-privada (PPP) na modalidade de concessão administrativa para construção, operação

e manutenção do Centro Administrativo do Município de Caucaia, Ceará.

Fui informado de que os documentos ora em apreciação nesta Casa também foram encaminhados à Secretaria do Tesouro Nacional e que não há outras PPS contratadas pelo Município.

Ocorre que a matéria já foi objeto do Ofício S nº 48, de 2011, sobre o qual esta Comissão deliberou de forma conclusiva nos termos dos Pareceres nº 1.089, de autoria do senador Inácio Arruda e que teve como Relator ad hoc o Senador Delcídio Amaral, que assim se manifestou:

"Em face do exposto, voto para esta Comissão de Serviço de Infraestrutura e Conhecimento do Ofício do Senado nº 6, de 2011, e proceda ao seu arquivamento com o envio da presente deliberação ao Ministério da Fazenda, para que, na forma do § 1º do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004, dê ciência ao órgão competente"

Assim, entendo que a matéria está prejudicada, aplicando-se ao caso o dispositivo do art. 334, II.

Pelo exposto, voto para que esta Comissão de Serviços de Infraestrutura tome conhecimento do Ofício do Senado nº 6, de 2012, e delibere pelo seu encaminhamento à Presidência desta Casa, solicitando que declare sua prejudicialidade, nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Federal, por se tratar de matéria sobre a qual a Comissão de Serviços de Infraestrutura já se manifestou de modo conclusivo.

Que dê ciência do teor dessa decisão juntamente com a cópia do Parecer nº 1.089, de 2011, ao interessado e à Secretaria do Tesouro Nacional.

Esse era o voto, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – A matéria está em discussão. (*Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, a matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa.

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº , DE 2012

Requeiro, nos termos regimentais, a inclusão do nome do Sr. Paulo Pedrosa, Presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace), o do Sr. Charles Lenzi, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Energia Limpa (Abragel), e também o da Srª. Elbia Melo, Presidente Executiva da Abeeólica, entre os convidados para participar da audiência pública sobre a qual trata o Requerimento nº 69 de 2011.

Autoria: Senadora Lúcia Vânia.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram (*Pausa.)*

Aprovado.

Srs. Senadores, Senadora Vanessa, Senador Ivo, V. Exªs têm alguma observação a fazer sobre as audiências públicas que vamos realizar?

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Srª Presidente, conforme sugestão de V. Exª, com certeza daremos o aval porque V. Exª conduz o seu trabalho da maneira que fica melhor, para que possamos ter um melhor resultado. Concordamos com a sugestão de V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – V. Exª tem alguma sugestão a respeito da instalação da Subcomissão?

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Tenho. Estávamos conversando com a nossa equipe e acontece que a Senadora Vanessa está aguardando porque estamos com um problema grave de energia na região Norte, a exemplo de Manaus que esses dias ficou no escuro, e ao mesmo tempo estamos aguardando o Líder do Partido dos Trabalhadores (PT), Walter Pinheiro, a quem solicitamos que cedesse a vaga para o Senador do Acre Petecão, para que pudéssemos fechar e começar esse trabalho.

O Senador Walter Pinheiro nos informou que estava aguardando uma decisão do Senador Jorge Viana, que também é da região Norte. Eu vou trocar uma ideia com o Senador agora na CPI Mista, porque, uma vez que ele faz parte daquela CPI, fazer parte conosco nesta aqui não vai sobrar tempo para o nobre Senador. Sendo assim, gostaríamos que V. Exª, como Presidente desta Comissão, interviesse junto com o grupo, com a bancada que faz parte, tanto o PSD como o PT, porque estou com a relação dos blocos do ano passado e de lá para cá já houve algumas mudanças. Então, precisávamos dessa decisão, uma vez que estamos com várias sugestões para contribuir, para ajudar nesta Comissão. Essa Subcomissão nossa, que objetiva acompanhar, fiscalizar e dotar de medidas urgentes esses seis Estados que fazem parte da gestão da Eletrobras é importantíssima, pois os diretores que fazem parte dessa gestão poderão ter maior respaldo e o apoio desta Casa, especialmente para poder liberar recursos, executar obras, ver as dificuldades; enfim, o Senado quer se colocar à disposição.

Exemplo disso é o nosso Estado de Rondônia. Já começou a rodar energia tanto de Santo Antônio, com duas turbinas de 150 MW, nos próximos dias, nos próximos meses, vão funcionar mais 150 e, para o ano, teremos praticamente quase 100% com o funcionamento de Jirau. Com isso, vamos ter energia para o Brasil, que tem muitos pontos na região Norte que precisam de energia. Como exemplo, o próprio Senador Jorge Viana, há poucos dias, reclamou da situação que se encontra o Acre com o problema de energia, com deficiência, mesmo com a interligação do Linhão, Rondônia no interior não é diferente, o Amazonas não é diferente. Nesta Casa, nós, Senadores, somos o elo dos Estados brasileiros com as instituições do Governo Federal, portanto, precisamos urgentemente fazer esse trabalho junto para poder facilitar, sob pena de sermos crucificados como sendo culpados muitas vezes da não aplicação dos recursos da região amazônica.

No meu Estado, os recursos destinados para investimentos no setor elétrico, nos últimos cinco anos, do total do orçamento que tinha à disposição foram investidos apenas 37%, quer dizer, se tínhamos R$1 bilhão, investimos R$370 milhões, muito aquém e, muitas vezes, as pessoas não estão em nossos Estados, mas em outros Estados fazendo gestão e para alguém do Estado ter contato com as pessoas, fica mais fácil ter contato com o Senador. Então, queremos, nessa Subcomissão, ter essa interligação, essa conexão para que essa situação possa produzir muito mais.

Não estamos, de maneira nenhuma, querendo tirar a gestão da Eletrobras para tentar recuperar essas empresas; não estamos, de maneira nenhuma, querendo adotar outra maneira de gestão, mas queremos uma gestão onde o setor elétrico possa ter um reflexo mais rápido porque muitas vezes os diretores que estão no Estado e a sociedade, as lideranças, os prefeitos e comunidade em geral precisam de um contato e não conseguem ter, porque as pessoas estão muito distantes. Então, com essa subcomissão, vamos aproximar os problemas existentes como, por exemplo, os da cidade de Ouro Preto do Oeste, que tem 50 mil habitantes e das cidades circunvizinhas, com cerca de 100 mil habitantes, que vivem constantemente no escuro. Nós já fomos atendidos, porque intervimos, como Senadores e Deputados Federais, junto ao sistema Eletrobras, junto com o Presidente que está com vontade e garra, que é Marcos Madureira, e conseguimos priorizar uma outra rede que interliga Ji-Paraná com a cidade de Ouro Preto, serviço que poderia ter sido feito há dois anos. Não é diferente a cidade de Itapuã, que teve a rede construída em 1990, 1991 e 1992, onde foram colocados para-raios em cima e a cidade de Itapuã hoje não consegue oferecer um caviar hoje para ninguém, porque não tem energia e volta e meia está apagando, porque o sistema está esgotado.

Não é diferente a região de Ariquemes, que é onde tem uma das maiores jazidas de cassiterita a céu aberto do mundo. As pessoas lá investiram mais de R$30 milhões e, na época, a Ceron ficou de fazer os investimentos lá e não fez, e eles aprontaram tudo e não podem colocar para funcionar. Não é muito, mas são necessários 5 mega. Então, tudo isso tem dificultado.

Então, o que queremos com essa subcomissão? Aproximar essa demanda, juntamente com as lideranças dos Estados que têm essas dificuldades, com a diretoria da Eletrobras, para vermos de que maneira podemos contribuir para que o trabalho fique mais fácil, mais ágil e com resultado mais rápido. Às vezes as pessoas dizem que os Senadores querem interferir. Não. Sou ex-Governador e sou homem de gestão e quero resultado. Não quero, de maneira nenhuma, que órgão nenhum do Governo Federal ou Estadual ou Municipal vire cabide de emprego. Cobro resultados e esses resultados são os que queremos para contribuir com o novo Presidente Marco Madureira, que responde pelas seis empresas, que assumiu há pouco tempo. E como são seis Estados, o Estado que estiver com mais dor de barriga, com mais problemas, sempre será socorrido com mais rapidez e o outro, muitas coisas que ficaram para amanhã ficarão para depois de amanhã ou para o mês que vem.

Então, essa subcomissão vai tentar trazer, junto com o sistema Eletrobras, um resultado mais imediato, mais próximo à Aneel. Para a senhora ter uma ideia, a Ceron, do nosso Estado de Rondônia, teve uma gestão no Estado de Rondônia incompetente, até no final do ano passado, e mesmo com dinheiro em caixa não conseguiu investir o dinheiro e a Aneel autuou a Ceron, por várias vezes, multou. A Ceron veio com a Aneel junto ao Ministério Público e fizeram um TAC. Nesse TAC, a multa seria revertida da cumprir o investimento que tinha que ser feito. Nem com o TAC a Ceron conseguiu fazer os investimentos. O resultado: além de fazer parte da obra, ainda por cima teve que pagar quase R$50 milhões de multa para Aneel, dinheiro que vai e ninguém vê nada. Não sei qual é o fundo, para que é esse fundo que a Aneel tem, mas, infelizmente, a bancada de Rondônia não foi procurada pela antiga gestão da Ceron, nem o Senador Acir, nem o Senador Raupp, nem o Senador Ivo Cassol, nem os demais Deputados Federais foram procurados pela antiga gestão para fazer um entendimento junto com Aneel ou pedir mais um prazo e vice-versa. Simplesmente a Ceron foi lá e desembolsou e pagou quase R$50 milhões de multas quando poderíamos

estar investindo na própria infraestrutura da Ceron no Estado de Rondônia.

Então, o que a gente busca nessa subcomissão, Srª Presidente, é aproximação para que possamos ter bons resultados. Não é difícil ter bons resultados; se fosse assim, o Banco do Brasil não funcionava, porque o Banco do Brasil tem a presidência, vice-presidência, gerentes, diretores e superintendentes em cada Estado e em cada região; se fosse assim, a Caixa Econômica não funcionava; o mundo moderno tem a gestão mesmo a distância. Ao mesmo tempo, tem de ter os diretores autonomia para poder produzir e mostrar resultados.

Era isso o que a gente estava tentando mostrar nesta subcomissão. Por isso, gostaria que a Srª nos ajudasse a intervir junto com o bloco do qual faz parte o PT. O PSB, hoje, também faz parte junto desse bloco. Enquanto alguns trabalham na CPI, de um lado, para apurar o esquema do Cachoeira – que agora não é mais Cachoeira, virou cascata ou as Cataratas do Iguaçu. As cataratas acabam levando meio mundo junto. Então, está pegando políticos à vontade, tudo quanto é partido, empresários, profissionais liberais. Com isso, não podemos – por causa de uma comissão de investigação que tem de um lado – deixar de trabalhar. Por isso, pedi a gentileza da nossa Presidente para que possa o Partido dos Trabalhadores liberar essa vaga para que o Senado Petecão possa compor esse trabalho uma vez que estamos aqui envolvendo, nesta Comissão, os Senadores da própria região Norte. Isso vem ao encontro do entendimento que eles querem. Com isso, também vamos visitar os Estados da região Norte, o Piauí, no Nordeste, Alagoas, no Nordeste, Rondônia, Amazonas, o Acre, para podermos aproximar mais e contribuirmos para essa nova gestão da Eletrobras sobre o comando do Presidente Marcos Madureira. Pelo menos ele veio com gás, com vontade.

Muitas dessas solicitações que a gente já fez, Senador Raupp, já estão sendo colocadas em prática. Tirou-se esse pacote de obras da grande região de Ji-Paraná para Ouro Preto, de Ouro Preto para o Bom Futuro e também de Itapuã. Já se tirou do grande pacote que a Eletrobras ia fazer para um pacote de emergência, um pacote mais rápido, para poder atender a essa demanda reprimida que há. Então, é isso o que a gente precisa. Então, quer dizer, a partir do momento em que a gente entrou já facilitou o trabalho. Então, essa subcomissão é a minha área. Eu entendo dessa área de energia. Não sou engenheiro, mas sou formado pelas dificuldades da vida, que tem me facilitado tudo isso. Então, o que eu quero, na verdade, é que o consumidor, lá na ponta, tenha energia.

Só para se ter uma ideia, vou dar um exemplo do caso de Rondônia. Em Porto Velho, temos 40% de roubos de energia. Roubo, gato ou esquema com funcionário, prestadores de serviço e consumidores. Temos de diminuir isso. No interior do Estado de Rondônia já é diferente: são 28%. É uma perda muito grande, por isso muitas empresas estão dando prejuízos, estão deficitárias. Existem situações, a exemplo de Porto Velho, onde bairros inteiros que têm lá 500, 800 moradias, tudo com gato, tudo com um gato puxado, com um rabicho. A rede não aguenta e queima os eletrodomésticos das pessoas porque a energia chega fraca, o cabo é fraco, o fio é fraco. Nas favelas do Rio, de São Paulo, volta e meia tem incêndios. Por quê? Por causa disso aí. Então, o Poder Público tem de chegar mais na frente e ele está demorando um pouquinho para chegar. Então, esta subcomissão vem ao encontro para que a região amazônica, que é fundamental o fornecimento de energia, para o Brasil, possa também ser contemplada com energia.

Uma outra sugestão que vamos trabalhar na subcomissão, ainda é cedo, é a de que precisamos mudar um pouquinho o sistema – e quero discutir isso – sobre a questão da contrapartida da energia e dos empreendimentos. Não adianta só pegar o *royalties* e muitas vezes virar um cabide de empregos na prefeitura, temos de pegar parte desses *royalties* e transformá-los em energia. Essa energia cada Município, cada Estado, vai oferecer para as empresas se instalarem lá. Já que estamos querendo acabar com a guerra fiscal, há o exemplo de Rondônia. Tem uma empresa que quer se instalar lá para produzir o calçado da Amazônia. Bom, o que o Estado vai dar? O Estado vai dar energia por tantos anos de graça. E a gente tem lá. Isso vai gerar quantos empregos diretos? Quantos empregos indiretos? Assim, não vai ser diferente comparar, assim não vai ser diferente com Mato Grosso e com outros Estados que têm potencial ainda para ser aproveitado. Então, são sugestões e ideias que a gente quer trocar para fazer...

Além disso, há uma sugestão que já está em prática. Nós queremos, nesta subcomissão, trabalhar para criar o ICMS Verde. O que é o ICMS, na verdade? O ICMS Verde é para ajudar e contribuir com os Estados da região amazônica, que são considerados sempre os mais pobres do País. É com o retorno do ICMS Verde. O ICMS, a exemplo do nosso Estado de Rondônia, vai fornecer quase 8 mil megawatts. Vai para aonde esse energia? Vai para São Paulo, vem para Brasília, vai para o Rio, para os grandes centros. Há linha de transmissão direta de Porto Velho para Araraquara, em São Paulo. Vai passar por cima da cabeça de todo mundo. Bom, depois da usina pronta o que é que vai ficar em Rondônia, Presidente? Sabe o que vai ficar para Rondônia? Infelizmente, só vai ficar uma bana-

neira, só vai ficar a dívida, os pepinos e os problemas sociais, além da área de criminalidade aumentada e o desemprego generalizado. Por quê? Porque o ICMS é pago onde se consome a energia. A legislação é essa. Então, Rondônia produz energia, mas manda para São Paulo. Então, os empregos serão gerados em São Paulo. Bom, mas espera aí! E para tocar as usinas? Se facilitar eles são capazes de montar um escritório, um QG, em Copacabana, de frente para o mar, e ligar e desligar as usinas via Internet, do Rio de Janeiro. Só vão ficar os empregados braçais para limpar os paus, as madeiras, que descem o rio Madeira – é por isso que tem o nome de rio Madeira.

Então, precisamos criar uma alternativa para os empreendimentos da região amazônica, para que fique, pelo menos, uma fatia do imposto no Estado. Seria o ICMS Verde, viria para ajudar os Estados a não viverem com os pires nas mãos, pedindo esmolas, para as regiões ricas deste País. Queremos ajudar o Brasil, nos colocamos à disposição para ajudar o Brasil.

Há ainda um outro lado que não discuti. Já fiz um documento para a Aneel e ela já me respondeu. É sobre se nos leilões que ela está praticando nacionalmente estão embutidos o ICMS, os impostos federais, estaduais e municipal. Recebi o ofício, está na minha mão. Está tudo embutido na tarifa. Quando a empresa vai para um leilão, os impostos já estão embutidos. E o que as empresas fazem? São todas empresas de "pobrezinhos", só empresas multimilionárias. Chega nos Estados e joga uma tarifa baixa para poder ganhar o consórcio. Depois, quer que o Estado pague a conta, quer que o Município pague a conta, querendo isenção, a exemplo do nosso Estado de Rondônia, que deu um bilhão de isenção para a rede e para os dois empreendimentos. No mês subsequente, o Governador, cara de pau que é, ainda teve coragem de pegar um bilhão emprestado. Foi à instituição e aí o Governo Federal... É muito cômodo! Para o Governo Federal, para o Palácio do Planalto, isso é moleza. Quando aperta o cinto, ele diz: "Não, mas eu empresto o dinheiro". "Ah, mas o juro é baixinho, baixinho. Juro de 1,1% mais a Selic". Quer dizer, esse é um presente de grego. É como diz o ditado: é um presente que o cara sempre dá para a sogra. Para a minha eu dou diferente, dou com juro fixo. A sogra que eu tenho é especial, é como se fosse minha mãe. Mas é diferente do que o Palácio, muitas vezes, dá. Dá um presente de grego. Resultado, o Estado acabou autorizando, hoje, R$831 milhões de financiamento. Até começar a pagar o empréstimo já foi para R$1 bilhão. Enquanto deu 1 milhão de isenção para as usinas.

Fui Governador. É inaceitável, com tantos problemas que há na saúde, que está um caos, com problemas na educação, na segurança pública, nas estradas, na infraestrutura. No ano que vem, já vão começar a atrasar a folha de pagamento. Aí, o Governo do Estado acabou fazendo essa cortesia com os impostos que eram do Município, do governo estadual, do povo do Estado de Rondônia. Então, esta subcomissão vem ao encontro não só do Estado de Rondônia, nesses problemas, mas também ao encontro dos outros Estados. Por isso, é importante, Sr. Presidente, o trabalho dessa subcomissão nesses pontos que elenquei para a senhora. Parecem simples, mas quando os colocamos na ponta da caneta, eles se tornam grandiosos para o tamanho do País.

Então, nós temos de buscar alternativas, sugestões e contribuir para que essa nova gestão, que esse novo sistema que a Eletrobras está fazendo, dê certo. Se não der e houver algum ponto em desacordo com o resultado, nós mesmos vamos sugerir para o Conselho da Eletrobras, que cuida dessa área, juntamente com os diretores, a melhor sugestão para o sistema, e não para os representantes políticos nem para os servidores. É preciso saber o que é melhor para o sistema nos Estados, beneficiado os servidores e a população em termos gerais.

Estamos elencando esses pontos que são fundamentais. Está aqui o ex-Governador do Piauí, Senador Wellington Dias. No Estado dele também há o mesmo sistema, o mesmo molde. Há a gestão de seis empresas. Até o sistema ficar sabendo, até que lhe corrijam, o Senador já foi xingado umas cinquenta vezes. A gente, em nosso Estado, ficar muitas vezes resolvendo um problema demora muito. Então, esse elo, com a experiência que tem Jorge Viana, com a experiência que tem Wellington Dias, com a experiência que tem o Senador Eduardo Braga na Amazônia, com a experiência que tem o atual Senador e Governador que aqui vos fala, Ivo Cassol, com certeza nós vamos ajudar muito essa gestão da Eletrobras, esse sistema que a Eletrobras está querendo dinamizar, ajudar, contribuir e poder dar um resultado positivo para que essas empresas sejam menos deficitárias do jeito que é hoje. Elas dão prejuízo todos os anos, mas nós podemos distribuir muito o prejuízo que elas têm.

Então, é por isso que essa submissão é fundamental. No meu ponto de vista, como homem público, é uma das subcomissões mais importante que esta Casa vai propiciar para o povo desses Estados. A senhora imagine, em seu Estado, um Município distante com problema sério de ampliação do sistema de oferecimento de energia, e quando tem uma gestão, distante do rio, não está próximo, quantos dias, quantos meses demora até chegar na mão do pessoal? Não quer dizer que eles não querem resolver, é porque é

muita coisa que eles têm pela frente, essa distância acaba atrapalhando.

Então, a gente vai ser o elo para diminuir distância e atender às demanda. Por exemplo, dinheiro tem e tem bastante. Mas muitas vezes, faltam pessoas que correspondem com sua atividade. E aí é que podemos ajudar muito nisso com a nossa atividade. O Senador Wellington Dias também vai fazer parte dessa subcomissão não diretamente, mas como suplente, mas aqui todos sabemos que eu sou o suplente desta subcomissão e estou sempre na ativa. Então, aqui quem está como titular e como suplente continua trabalhando.

Então, é por isso que eu agradeço a gentileza da senhora e esperamos que o Senador Walter Pinheiro possa liberar para o PSD, que é da base do Governo hoje, já está aqui o nome Sérgio Petecão, Kátia Abreu continuado, o Sérgio Petecão como suplente, para podermos colocar em prática esse trabalho para dinamizarmos isso aí. Eu gostaria da gentileza da senhora, que interviesse nisso.

E o resto é só agradecer a compreensão da Senhora.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço, Senador Ivo Cassol. Pode ter certeza de que tomarei as providências em relação ao Líder do PT no sentido de fazer as indicações.

Quero dizer que V. Exª tem razão quando sugere que continuemos trabalhando. Nós vamos ter um período atípico aqui no Senado e a nossa preocupação hoje em estabelecer um cronograma de trabalho é no sentido de manter a Casa funcionando normalmente.

Então nós vamos fazer uma série de audiências, vamos fazer também algumas inserções nos próprios ministérios, eu sugeri e foi acatado na semana passadas que nós façamos uma reunião com o Ministro dos Transportes e vou solicitar-lhe que coloque também os encarregados dos órgãos afins, para que possamos estabelecer uma discussão lá no ministério a respeito de alguns pontos que estão difíceis para serem entendidos aqui nesta Comissão.

E outra coisa que vamos fazer e também ela será estendida sua subcomissão. Na próxima semana nós vamos entrar em contato com o Senador Vicentinho, que está aqui na Subcomissão de Aviação Civil para que utilize a Comissão de Infraestrutura para fazer um balanço das atividades que foram desenvolvidas durante esse período em relação a esse tema. O mesmo vamos fazer com V. Exª quando a Comissão já estiver em funcionamento.

Portanto, o nosso objetivo é fazer com que a Comissão continue trabalhando normalmente, é um período atípico, é um período difícil, nós vamos ter eleição no segundo semestre. Então é preciso que gente condense ao máximo os trabalhos até o período do recesso.

Portanto, agradeço a V. Exª a presença e a participação.

E não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 23 minutos.)

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

Ata da Oitava Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, Realizada em Vinte e Quatro de Abril de 2012, Terça-Feira, às 14 Horas, Na Sala de Reuniões nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal.

Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e quatro de abril do ano de dois mil e doze, na sala de reuniões número 13, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Benedito de Lira, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores: Ana Rita, Lídice da Mata, Ana Amélia, Cássio Cunha Lima, Mozarildo Cavalcanti, Eduardo Amorim, Paulo Paim, José Pimentel, Rodrigo Rollemberg, Lúcia Vânia e Randolfe Rodrigues. Deixam de comparecer os Senadores: Wellington Dias, Vanessa Grazziotin, João Durval, Vital do Rêgo, Ciro Nogueira, Cícero Lucena e Maria do Carmo Alves. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Presidente comunica que as reuniões da Comissão passarão a ocorrer às quintas-feiras, às onze horas. Dando prosseguimento, a Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião tem por objetivo a apreciação de proposições: ITEM 1 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 150, DE 2005 – Complementar, que "Altera o § 2º do artigo 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, determinando que os recursos destinados, no Orçamento da União, para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste não sejam objeto de limitação de empenho e movimentação financeira." Autoria: Senador Flexa Ribeiro. TRAMITA EM CONJUNTO COM PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 90, DE 2007 – Complementar, que "Altera o § 2º do artigo 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, deter minando que os recursos destinados, no Orçamento da União, para a segurança pública não sejam objeto de limitação de empenho e movimentação financeira." Autoria: Senador Flexa Ribeiro. TRAMITA EM CONJUNTO COM PROJETO DE

LEI DO SENADO Nº 21, DE 2011 – Complementar, que "Altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, com o objetivo de determinar que as despesas com meio ambiente não sejam objeto de limitação de empenho e movimentação financeira." Autoria: Senadora Lídice da Mata. Relatoria: Senador José Pimentel. Relatório: Pela rejeição do PLS nº 150, de 2005; do PLS nº 90 de 2007; e do PLS nº 21 de 2011, todos Complementares. Resultado: Após a leitura do relatório é concedida vista aos Senadores Lúcia Vânia e Rodrigo Rollemberg, nos termos regimentais. ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 206, DE 2008 – Não Terminativo -, que "Cria o Fundo do Entorno do Distrito Federal (FEDF), e dá outras providências." Autoria: Senador Marconi Perillo. Relatoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatório: Pela aprovação com uma emenda que apresenta. Resultado: Após a leitura do relatório é concedida vista aos Senadores Ana Rita e Rodrigo Rollemberg, nos termos regimentais. ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 744, de 2011 – Complementar – Não Terminativo – que "Altera a Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, que estabelece normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação e dá outras providências, para dispor sobre os critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE." Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senador Vital do Rêgo (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad Hoc: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela rejeição do PLS nº 744 de 2011 – Complementar. Resultado: Após a leitura do relatório e não havendo quem queira discutir a matéria, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDR pela rejeição do Projeto. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Benedito de Lira,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, peço a dispensa da leitura da ata e consequente aprovação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Gostaria de comunicar às Srªs e aos Senadores que a reunião da Comissão que iria ser realizada no próximo dia 27 na cidade de Salvador, Estado da Bahia, por motivo de ordem superior, foi cancela e oportunamente será remarcada a data.

Antes de passar a palavra ao Senador Pimentel para relatar o primeiro item da pauta, gostaria de comunicar a V. Exªs que, tendo em vista a dificuldade de termos quórum nas reuniões das terças-feiras, ouvindo a maioria de seus Senadores e Senadoras, a partir da próxima semana, as reuniões da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo realizar-se-ão a partir das 11 horas das quintas-feiras, num processo de conciliação entre duas outras Comissões, Infraestrutura e Relações Exteriores. Isso porque nós temos uma sequência de audiências públicas importantes para a Comissão e tem havido muita dificuldade por conta da coincidência de horário nas demais comissões, em que os membros desta Comissão fazem parte das outras.

Item 1:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 150, DE 2005 – COMPLEMENTAR – Não Terminativo –

Altera o § 2º do artigo 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, determinando que os recursos destinados, no Orçamento da União, para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste não sejam objeto de limitação de empenho e movimentação financeira.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 90, DE 2007 – COMPLEMENTAR – Não Terminativo –

Altera o § 2º do artigo 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, determinando que os recursos destinados, no Orçamento da União, para a segurança pública não sejam objeto de limitação de empenho e movimentação financeira.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 21, DE 2011 – COMPLEMENTAR – Não Terminativo –

Altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, com o objetivo de determinar que as despesas com meio ambiente não sejam objeto de limitação de empenho e movimentação financeira.

Relatoria: Senador José Pimentel

Autoria: Senadora Lídice da Mata

Relatório: Pela rejeição do PLS nº 150, de 2005; do PLS nº 90 de 2007; e do PLS nº 21 de 2011, todos Complementares.

Observações:

– As Matérias ainda serão apreciadas pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Com a palavra S. Exª, o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nos termos do que dispõe o art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal, cabe:

À Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo compete opinar sobre matérias pertinentes a:

I – proposições que tratem de assuntos referentes às desigualdades regionais e às políticas de desenvolvimento regional, dos Estados e dos Municípios;

II – planos regionais de desenvolvimento econômico e social;

III – programas, projetos, investimentos e incentivos voltados para o desenvolvimento regional;

IV – integração regional;

V – agências e organismos de desenvolvimento regional;

VI – proposições que tratem de assuntos referentes ao turismo;

VII – políticas relativas ao turismo;

VIII – outros assuntos correlatos.

O Projeto de Lei do Senado Federal nº 150, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Flexa Ribeiro tem por objetivo excluir os recursos destinados às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste no orçamento da União da limitação de empenho e movimentação financeira, previsto no § 2º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Projeto de Lei do Senado nº 90, de 2007 – Complementar, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, altera o mesmo dispositivo da Lei de Responsabilidade Fiscal, para vedar o contingenciamento de recursos do Orçamento da União destinados à segurança pública.

O Projeto de Lei do Senado nº 21, de 2011, Complementar, por sua vez, propõe o mesmo tipo de alteração do mesmo dispositivo, com a diferença de que procura proteger do contingenciamento de verbas as disposições com o meio ambiente.

O art. 1º do PLS 150, de 2005, altera o § 2º do art. 9 da Lei de Responsabilidade Fiscal, incluindo entre as despesas, que não serão objeto de limitação, aquelas destinadas às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O objetivo, como já dissemos, é evitar o chamado contingenciamento dos recursos destinados a essas regiões. O art. 2º constitui a cláusula de vigência.

Em sua justificação ao PLS 150, de 2005, o autor alega que o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal tem sido utilizado pelo Poder Executivo, a cada ano, para buscar o chamado superávit primário. Pondera que, utilizando-se dessa prerrogativa que é lhe permitida pela legislação em vigor, imediatamente após a aprovação da Lei Orçamentária Anual, o Presidente da República, por meio de um simples decreto, determina que não serão executadas determinadas dotações que o Congresso Nacional, após exaustivas e democráticas apreciações e discussões, decidiu inserir no Orçamento da União, por meio da lei. Tal prática tem, segundo o autor afetado, sobremaneira as dotações destinadas às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Analisando os projetos quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, não temos reparos a fazer. O objeto das proposições, em exame, finanças públicas, insere-se no âmbito da regulação de matéria atinente ao Direito Financeiro.

Dessa forma, a sua disciplina inclui-se entre as atribuições do Congresso Nacional – art. 48, da Constituição Federal –, não havendo impedimentos constitucionais à tramitação dos referidos projetos. Também os requisitos de adequação às regras regimentais foram respeitados.

Nesse contexto, os projetos em exame incorporam matérias, objeto de lei passível de iniciativa por qualquer membro do Senado Federal, pois não se encontram na reserva de iniciativa privativa do Presidente da República, de que trata o art. 61, § 1º da Constituição Federal.

Assim, não apresentam vício de inconstitucionalidade nem quanto à iniciativa parlamentar para a instauração do processo legislativo, nem relativamente à matéria neles tratada.

Como estipulado no art. 48 da Constituição Federal, cabe ao Congresso Nacional, com a cessão do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União, nas quais se incluem seguramente as referentes ao Direito Financeiro.

Não há nas proposições examinadas qualquer confrontação às regras do Regimento Interno do Senado Federal.

Passando ao exame do mérito, devemos inicialmente ressaltar que o desenvolvimento regional é um item de grande importância para um País com as disparidades regionais do Brasil. O instituto do contingenciamento ou, em termos técnicos, limitação de empenho e movimentação financeira é, em princípio, algo contrário ao bom planejamento tributário.

Em um mundo ideal todas as despesas incluídas no Orçamento deveriam ser plenamente executadas. Ocorre, no entanto, que as demandas da sociedade nem sempre cabem ao mesmo tempo na estimativa de um orçamento, cujas receitas são frequentemente superestimadas. Muitas vezes para se garantir um bem público de alta importância, no caso a estabilidade de preços, é preciso limitar a despesa de várias formas, inclusive mediante contingenciamento.

Vedado o contingenciamento de algumas receitas e despesas, irá tão somente reduzir ainda mais a margem de manobra do Poder Executivo na busca do equilíbrio fiscal. Reagir ao contingenciamento excessivo de verbas, mediante maior enrijecimento da despesa, não parece ser o melhor caminho. A tabela a seguir apresenta dados sobre a vinculação das receitas primárias arrecadadas pelo Governo Federal em 2009. Naquele ano, as receitas não vinculadas representavam apenas 24% do total. Se for vedado o contingenciamento de verbas, a rigidez orçamentária, que já é excessiva, se tornará insuportável.

Vinculação das receitas primárias arrecadadas pelo Governo Federal desse montante de R$350 milhões, que representavam 47%, apenas 24% eram não vinculadas, o restante totalmente vinculado. Ademais, cabe perguntar: por que a preferência do não contingenciamento deve recair sobre os recursos destinados para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste?

Se o objetivo do projeto é reduzir as desigualdades regionais, causa surpresa a inclusão da região Centro-Oeste entre as áreas protegidas do contingenciamento. A tabela abaixo mostra que a região Centro-Oeste tem o segundo PIB *per capita* e a segunda receita *per capita* entre as regiões do Brasil, ficando acima da média brasileira e atrás apenas da região Sudeste.

Aí vem um quadro demonstrando esses dados.

Se o Congresso decidir vedar o contingenciamento de verbas a essas três regiões, logo virão projetos igualmente meritórios para vedar o contingenciamento de verbas destinas às regiões Sul e Sudeste.

Os três projetos apensados são muito semelhantes. Eles tentam fazer a mesma alteração em um dispositivo da Lei de Responsabilidade Fiscal, mudando apenas a área a ser protegida do contingenciamento. Só que, dos três projetos, o PLS 50/2005 é, de longe, o de mais difícil aplicação. Pois ocorre que nem toda verba do Orçamento Geral da União tem clara delimitação geográfica para sua aplicação, o que dificultaria a implementação da lei caso ela fosse aprovada.

Além disso, não faz sentido instaurar, em uma Lei de Responsabilidade Fiscal, um arremedo de política de desenvolvimento regional, que deve ter foro próprio (seja no desenho do sistema tributário, nos fundos de incentivos regionais ou na política de crédito das instituições financeiras oficiais).

De fato, a Lei de Responsabilidade Fiscal foi concebida no bojo de um amplo programa de ajuste fiscal e de reorganização das finanças públicas.

Trata-se, sem dúvida, de marco importante em nosso ordenamento jurídico, porquanto alinhado às necessidades fiscais e de ajustamento das finanças públicas que se processaria nos anos seguintes à sua promulgação.

Inegável que a rigidez instituída exerceu importante papel no ordenamento das finanças públicas, contribuindo para o fiel cumprimento dos contratos de consolidação e refinanciamentos firmados junto à União, sem novações, postergações, ou refinanciamentos.

Ademais, possibilitou o ajustamento, em trajetória descendente, da relação dívida/receita dos entes federados, permitindo que, a partir de 2000, a grande maioria dos Estados gerasse superávits primários crescentes.

O fato é que, em pouco mais de uma década do início da reestruturação e do ajuste fiscal e de dez anos de vigência da LRF, as condições econômicas reais, no Brasil e no mundo, passaram por profundas mudanças. No plano interno, garantiu-se a geração de superávits fiscais e a estabilidade monetária com a retomada do crescimento econômico. É amplamente sabido que os entes federados e suas entidades – em seu conjunto – contribuíram para esses resultados favoráveis.

Assim sendo, consideramos que não são meritórios os três projetos que pretendem alterar o § 2º do art. 9º da LRF. Se abrirmos exceções ao contingenciamento de verbas, independentemente do mérito da área beneficiada, estaremos criando precedente perigoso que pode não só aumentar a rigidez orçamentária como também sabotar a LRF.

III – Voto

Diante do exposto, votamos pela rejeição do PLS nº 150, de 2005 – Complementar, do PLS nº 90, de 2007 – Complementar e do PLS nº 21, de 2011 – Complementar.

É esse, Sr. Presidente, o nosso voto.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Em discussão o relatório/voto, do Senador José Pimentel.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Pela ordem, Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, pedindo desculpas ao Senador José Pimentel, gostaria de pedir vistas desse processo.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – Al) – É regimental e está concedida a vista.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 206, de 2008 – Não Terminativo –

Cria o Fundo do Entorno do Distrito Federal (FEDF), e dá outras providências.

Autoria: Senador Marconi Perillo

Relatoria: Senadora Lúcia Vânia

Relatório: Pela aprovação com uma emenda que apresenta.

Observações:

– A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

Concedo a palavra a S. Exª, Senadora Lúcia Vânia para leitura do relatório e voto.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vem a esta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 206, de 2008, de autoria do Senador Marconi Perillo, que cria o Fundo do Entorno do Distrito Federal (FEDF) e dá outras providências.

O PLS nº 206, de 2008, é composto de quatro artigos. O primeiro deles estabelece a criação do Fundo do Entorno do Distrito Federal para a manutenção da segurança pública e a execução de serviços públicos de saúde e educação. O § 1º do art. 1º determina que "dotações do FEDF destinadas à manutenção da segurança pública e à assistência financeira para a execução de serviços públicos deverão ser discriminadas por atividades específicas".

O art. 2º do PLS trata das fontes de recursos do FEDF. As principais fontes são: dotações consignadas na lei orçamentária anual da União; e recursos que lhe sejam destinados no orçamento do Estado de Goiás, do Estado de Minas Gerais, do Distrito Federal e dos municípios do Entorno do Distrito Federal. O art. 3º dispõe que "regulamento estabelecerá o órgão colegiado encarregado de definir as diretrizes para aplicação dos recursos do FEDF". O art. 4º, por sua vez, contém a cláusula de vigência.

II – Análise

Cabe a esta Comissão a análise do mérito do Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2008, no que concerne ao seu impacto sobre o desenvolvimento regional. Considerações sobre os aspectos financeiros e orçamentários, de constitucionalidade, de juridicidade e de regimentalidade da matéria serão feitas na Comissão de Assuntos Econômicos, que decidirá em caráter terminativo, conforme dispõe o art. 49 do Regimento Interno do Senado Federal.

É fato que moradores do Entorno não têm acesso a serviços públicos em escala apropriada em seus municípios de origem e vêm ao Distrito Federal (DF) para obtê-los. Em função disso, os serviços públicos do DF são pressionados. É necessário também lembrar que o deslocamento da população até o DF não ocorre sem custos, o que onera a população do Entorno.

Além da pressão sobre o DF, há serviços que não podem ser obtidos fora do Estado de origem, como é o caso da segurança pública. Sua precariedade tem consequências perversas, sendo que é crítica a situação do Entorno na área de segurança pública. Alguns municípios dessa área estariam entre os mais violentos do Brasil no que diz respeito a assassinatos e tentativas de homicídios.

Esse quadro seria decorrente não só da situação social precária do Entorno, mas também da falta de estrutura das polícias militar e civil.

A criação da Região Integrada do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF), por meio da Lei Complementar nº 94, de 1998, não mudou a situação social e econômica dos municípios que a compõem (dezenove municípios do Estado de Goiás e três do Estado de Minas Gerais).

O problema do financiamento dos serviços públicos nos municípios goianos e mineiros do Entorno fica ainda mais aparente quando sua situação é contrastada com o DF. A Constituição Federal, em seu art. 21, inciso XIV, estabelece que compete à União "organizar e manter a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, bem como prestar assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio". Com fundamento nessa previsão constitucional, a Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002, instituiu o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), que consiste em uma fonte estável de recursos para o financiamento dos serviços públicos no Distrito Federal.

O Fundo do Entorno do Distrito Federal não poderia ser um fundo constitucional, nos moldes do FCDF, pois a região é formada por municípios, cujas competências constitucionais são diversas das atribuídas ao Distrito Federal, notadamente, na área de segurança pública.

De acordo com o art. 144, § 6º, da Constituição, as polícias militares e corpos de bombeiros militares e as polícias civis subordinam-se aos governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. Os Municípios podem apenas constituir guardas municipais destinadas à proteção de bens, serviços e instalações.

Assim sendo, na área de segurança pública, a assistência financeira prestada pela União deve ser direcionada às polícias civis e militares dos Estados de Goiás e de Minas Gerais, que reforçariam a estrutura policial estadual destacada para os Municípios localizados no entorno. Nesse sentido, o PLS sob análise segue caminho correto ao não propor um fundo constitucional, mas sim um fundo fiscal, e ao determinar, no § 1º do art. 1º, que "as dotações do FEDF destinadas à manutenção da segurança pública e à assistência financeira para a execução de serviços públicos deverão ser discriminadas por atividades específicas".

Em suma, o mérito do PLS nº 206, de 2008, é inegável. Justifica-se, pelas razões expostas, a criação de um fundo para garantir a provisão dos serviços públicos nos Municípios do Entorno do Distrito Federal.

Só temos uma observação a fazer em relação à técnica legislativa, razão pela qual apresento uma emenda de cunho exclusivamente redacional. Há somente um parágrafo no art. 1º do PLS nº 206, de 2008, razão pela qual ele deve ser renumerado como parágrafo único, ao invés de § 1º.

Voto:

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2008, com a seguinte emenda:

Renumere-se o § 1º do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2008, como parágrafo único.

Esse projeto é de extrema importância, Sr. Presidente. E quero aqui, nesse momento, parabenizar o ex-senador e hoje Governador de Goiás, Marconi Perillo, que foi o autor do projeto e conhece profundamente os problemas dessa região.

Portanto, o nosso voto é pela aprovação.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Em discussão o parecer da Senadora Lúcia Vânia.

Com a palavra a Senadora Ana Rita.

A SRª. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Gostaria de pedir vista ao projeto, Sr. Presidente. Acho que é importante, para que a gente possa aprofundar um pouco mais.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Regimentalmente, estão acobertados S. Exªs, os Senadores, por isso está concedida a vista.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Gostaria, antes de dar a palavra, pela ordem, a V. Exª, de comunicar a V. Exªs, Senador Rodrigo Rollemberg e Senador Cássio Cunha Lima, que numa consulta que fizemos à maioria dos Senadores da Comissão e, considerando as dificuldades que temos tido para ter quórum na reunião neste horário, tendo em vista outros comprometimentos com outras comissões, a partir da próxima semana, as reuniões da comissão serão realizadas às quintas-feiras, às 11 horas da manhã.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Onze?

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Onze da manhã.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito bem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Pela ordem, com a palavra V. Exª.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Se V. Exª me permite, o Item 2 já não está mais em discussão, em função do pedido de vista...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Mas V. Exª tem a palavra.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Mas gostaria apenas de fazer um apelo à liderança do Governo – aqui tem, além de mim, que sou da base do Governo, o Senador Pimentel e a Senadora Ana Rita, que pediu vista – sobre a importância desse projeto e deixar para que a questão da constitucionalidade, como foi dito no relatório da Senadora Lúcia Vânia, ilustre representante dessa região, possa ser discutido no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos.

Mas esse projeto não é apenas necessário como é indispensável para a região metropolitana do Distrito Federal, que se denominou ao longo do tempo de região do Entorno, o que, em minha opinião, até de forma preconceituosa e equivocada.

O que estamos tratando é de uma enorme região metropolitana, com enormes diferenças sociais em relação ao Distrito Federal e com uma carência quase absoluta de serviços públicos na área de educação, saúde e segurança.

Só para que V. Exª tenha ideia, Senadora Ana Rita, a renda média *per capita* anual do Distrito Federal é a maior do País e gira em torno de R$50 mil anuais. A média do País é R$16 mil. A do Estado menos favorecido da Federação, o Estado do Piauí, é de R$5,3 mil. E na região do Entorno do Distrito Federal, e estamos falando em cidades como Águas Lindas, por exemplo, que tem um PIB *per capita* anual de R$2,8 mil; Novo Gama de R$3,3 mil. Essas cidades também convivem com índices de violência muito superiores à média nacional, que é elevadíssima. Existem cidades

no entorno em que temos mais de 70 homicídios por 100 mil habitantes.

Portanto, é uma questão de sobrevivência dessa região e de sobrevivência do próprio Distrito Federal a constituição de um fundo com recursos da União, do Distrito Federal, de Goiás e de Minas Gerais para prover essas cidades de um mínimo de infraestrutura, especialmente desses serviços públicos essenciais, educação, saúde e segurança.

Quero cumprimentar o Presidente Benedito de Lira e agradecê-lo, porque esta Comissão vem realizando, às segundas-feiras – a partir de iniciativa minha – um conjunto de debates.

Sobre os problemas da região do Distrito Federal e de sua região do entorno, já realizamos três exatamente sobre educação, saúde e segurança, e os dados são caóticos, as necessidades são enormes. Portanto, esse projeto é indispensável para a sobrevivência e para a garantia da qualidade de vida dessa região.

Portanto, solicito à Senadora Ana Rita, ao Senador Pimentel, a todos os Senadores e Senadoras desta Comissão, que olhem para esse projeto com muito carinho, em função de sua importância para a nossa região.

Cumprimento a Senadora Lúcia Vânia, que tem sido uma Senadora brilhante na defesa dos interesses do Estado de Goiás e dessa região do Entorno, pelo seu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Item 3:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 744, DE 2011 – COMPLEMENTAR – Não Terminativo –

Altera a Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, que estabelece normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação e dá outras providências, para dispor sobre os critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE.

Relatoria**:** Senador Vital do Rêgo

Autoria**:** Senador Marcelo Crivella

Relatório**:** Pela rejeição do PLS nº 744 de 2011 – Complementar.

Observações:

– A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

É relator o Senador Vital do Rêgo, que não se encontra presente. Gostaria de designar como relatora *ad hoc* a Senadora Ana Rita, para a leitura do relatório e do voto do Senador Vital.

Com a palavra V. Exª, Senadora.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, para ser breve, passarei à análise do projeto, até porque o parecer que foi elaborado é bastante extenso e quero ser objetiva.

Cabe a esta Comissão opinar sobre proposições que tratem de assuntos referentes às desigualdades regionais e às políticas de desenvolvimento das regiões, dos Estados e dos Municípios.

O FPE, Fundo de Participação dos Estados, está previsto no art. 159, inciso I, alínea *a* da Constituição Federal. Esse dispositivo determina que lhe sejam destinados 21,5% da arrecadação, pela União, do Imposto de Renda e do IPI. O art. 2º e o Anexo Único da Lei Complementar nº 62, de 1989, a seu tempo, estabelecem as normas sobre a entrega e o controle das liberações dos recursos desse fundo.

Formalmente, o PLS nº 744, de 2011 – Complementar, é legítimo, pois trata de matéria de competência da União, sobre a qual o Congresso Nacional pode dispor, não sendo assunto de iniciativa privativa do Presidente da República. Ademais, em face da iminente perda de eficácia dos dispositivos que disciplinam a matéria em comento, é evidente a necessidade de que sejam aprovadas novas regras para a partilha do FPE.

Materialmente, porém, os critérios de partilha propostos não são adequados à luz do previsto no art. 161, inciso II, da Lei Maior, que estabelece, como objetivo da partilha em comento, a promoção do equilíbrio socioeconômico entre os Estados. Basta notar, em relação ao exercício de 2010, que a devolução pretendida exigiria R$49,9 bilhões, mas o FPE, incluindo os aportes ao Fundeb, rateou somente R$48,8 bilhões (97,9% do requerido), como apontado pela própria justificação do projeto.

Portanto, a diretriz redistributiva, diretamente relacionada com a meta perseguida por nosso ordenamento constitucional, não receberia um único centavo. Trata-se de claro retrocesso em relação ao que se passa atualmente.

É inegável que os coeficientes fixos em vigor não se prestam, como salientado pelo Ministro Gilmar Mendes na supracitada decisão do STF, a avaliar criticamente se os até então adotados ainda estão em consonância com a realidade econômica dos entes federativos e se a política empregada na distribuição dos recursos produziu o efeito desejado. No entanto, é igualmente inegável que o tratamento preferencial atualmente dado às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste ainda reflete, em boa medida, os desequilíbrios econômicos existentes na federação brasileira.

O quadro a seguir compara os coeficientes decorrentes da diretriz devolutiva do PLS nº 744, de

2011 – Complementar, discriminados na Justificação do próprio projeto, com aqueles proporcionados pela Lei Complementar nº 62, de 1989. Os ganhos e as perdas estimados estão indicados em termos de pontos percentuais e de variações relativas, conforme o quadro que se segue.

Salta aos olhos que os entes beneficiados pelo PLS nº 744, de 2011 – Complementar, estão entre os mais desenvolvidos do ponto de vista econômico. Com efeito, somente sete governos ganhariam com as mudanças propostas: Distrito Federal, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. No presente contexto, a participação das regiões Sul e Sudeste subiria de 15% para 80,5% do montante rateado, enquanto o percentual destinado às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste diminuiria de 85% para 19,5%.

Considerando-se que o Orçamento Geral da União para 2012 (Lei nº 12.595, de 2012) estima que o Fundo de Participação dos Estados partilhará cerca de R$70 bilhões no exercício em curso, incluídos os recursos destinados ao Fundeb, tem-se que cada 0,01 p.p. de variação equivale a um ganho ou a uma perda de R$7 milhões.

Assim, pelas regras propostas, a cota-parte do Governo paraibano passaria de R$3,4 bilhões para R$141 milhões – redução da ordem de 96%, similar à de vários outros Estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Ao mesmo tempo, Distrito Federal, Rio de Janeiro e São Paulo teriam as suas cotas-parte multiplicadas mais de 10 vezes. O Governo paulista, em especial, receberia nada menos que 46% dos recursos do FPE.

A diretriz redistributiva, como esperado, é mais condizente com os desníveis econômicos existentes e 15 Estados ganhariam. Isso, porém, é irrelevante, uma vez que os recursos rateados segundo esse critério inexistem ou são, quando muito, substancialmente inferiores àqueles ora recebidos pelos tesouros estaduais.

É compreensível que o Senador Marcelo Crivella esteja inconformado com o possível redesenho da partilha das receitas provenientes da exploração de petróleo e gás natural.

O Congresso Nacional é o espaço próprio para que se busquem soluções que conciliem os legítimos interesses de todos os Estados, inclusive no sentido de minorar as dificuldades que venham a ser enfrentadas pelo Governo fluminense.

Essa busca, contudo, não se pode sobrepor ao disposto na Lei Maior, cujo art. 161, inciso II, combinado com a supracitada decisão do Supremo Tribunal de Justiça, coloca na ordem do dia a necessidade de se aprimorar o caráter redistributivo do FPE, tornando-o dinâmico ao longo do tempo, mas sem abandoná-lo, como propõe, na prática, a presente proposição.

Voto, Sr. Presidente.

Em face do exposto, voto pela rejeição do PLS nº 744, de 2011 – Complementar.

Esse é o voto do relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Em discussão o parecer ao Projeto de Lei nº 744, de 2011, que é pela sua rejeição. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, submeto à votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Encerrada a Ordem do Dia.

Não havendo mais nenhum assunto a tratar, encerro a presente reunião, convocando os Srs. Senadores e Senadoras para a próxima reunião, na próxima quinta-feira, às 11 horas da manhã, e comunicando ao eminente Senador Mozarildo que, a partir da próxima semana, as reuniões da nossa Comissão serão realizadas às quintas-feiras.

(Iniciada às 14 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 20 minutos.)

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

Ata da 8ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura, Realizada Dia 19 de Abril de 2012.

Às oito horas e trinta minutos do dia dezenove de abril de dois mil e doze, na Sala 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **ACIR GURGACZ**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores: **DELCÍDIO DO AMARAL, ANTONIO RUSSO, WALDEMIR MOKA, CASILDO MALDANER, ANA AMÉLIA, IVO CASSOL, FLEXA RIBEIRO, CYRO MIRANDA, JAYME CAMPOS, SÉRGIO SOUZA, WALTER PINHEIRO e BLAIRO MAGGI.** Deixam de comparecer, os Senhores Senadores: Zeze Perrella, Rodrigo Rollemberg, Benedito de Lira, Alfredo Nascimento e Sérgio Petecão. O Senhor Presidente, Senador Acir Gurgacz, informa que a presente reunião se destina à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: **ITEM 1: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, DE 2011 – Não Terminativo – EMENTA:** Dispõe sobre o exercício da atividade profissional de vaqueiro. **Autoria:** Deputado Edigar Mão Branca e outros. **Relatoria:** Senador Sérgio Souza. **Relatório:** Pela apro-

vação do Projeto com as Emendas nº 1 e 2. **Observações:** 1. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CAS. 2. A matéria será apreciada pela CAS em decisão terminativa. Iniciada a discussão do Projeto, depois da leitura do relatório pelo Senador Sérgio Souza, não houve oradores inscritos. Passa-se à votação, ocasião em que o relatório do Senador Sérgio Souza foi aprovado. **Resultado: Aprovado o relatório do Senador Sérgio Souza, que passa a constituir Parecer da CRA, pela aprovação do Projeto com as Emendas nº 1 e 2–CRA. ITEM 2: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 239, DE 2010 – Terminativo – EMENTA:** Altera o art. 143, da Lei n.º 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a concessão de aposentadoria por idade a trabalhadores rurais e segurados especiais, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatoria:** Senador Eduardo Suplicy. **Relatório:** Pela rejeição do PLS nº 239, de 2010. **Observações:** 1. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CAS. 2. A matéria foi apreciada pela CAS, tendo sido aprovado o Parecer pela rejeição do Projeto. 3. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **Resultado: Adiado. ITEM 3: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 8, DE 2012 – Terminativo – EMENTA:** Altera a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, para dispor sobre a distribuição entre os estados de recursos públicos federais para a agricultura familiar e para os empreendimentos familiares rurais. **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatoria:** Senador Benedito de Lira. **Relatório:** Pela aprovação do PLS Nº 8, de 2012. **Observações:** 1. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CRA. 2. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **Resultado: Adiado. ITEM 4: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 626, DE 2011 – Não Terminativo – EMENTA:** Dispõe sobre o cultivo sustentável da cana-de-açúcar em áreas alteradas e nos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal e dá outras providências. **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatoria:** Senador Mozarildo Cavalcanti. **Relatório:** Pela aprovação do PLS Nº 626, de 2011. **Observações:** 1. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CDR. 2. A matéria foi apreciada pela CDR, tendo sido aprovado o Parecer pela aprovação do Projeto. 3. A matéria será apreciada pela CMA em decisão terminativa. 4. No dia 18/04/2012, o Senador Delcídio do Amaral apresenta Requerimento que requer, nos termos do art. 90, V, c/c art. 93, I, todos do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada Audiência Pública para debater e instruir o PLS nº 626, de 2011, com os seguintes convidados: Sr. Roberto Ricardo Vizentin – Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente; Sr. Bruno Abe Saber Miguel – Gerente do Programa; Zoneamento Ecológico-Econômico do território Brasileiro; Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Lidos o Requerimento, subscrito pelo Senador Sérgio Souza, e os adendos dos Senadores Acir Gurgacz, Sérgio Souza e Flexa Ribeiro, que sugerem a inclusão, como convidados, da União da Indústria de Cana-de-açúcar – UNICA, da União dos Produtores de Bioenergia – UDOP e da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – ESALQ, passa-se à votação, ocasião em que é aprovado o requerimento. **Resultado:** O Projeto é retirado da Pauta para aguardar a realização da Audiência Pública aprovada pelo Requerimento nº 12, de 2012-CRA (RRA nº 12/2012), de autoria dos Senadores Delcídio do Amaral e Sérgio Souza, que requer a realização de audiência pública para instruir o PLS nº 626/2011, com os adendos dos Senadores Acir Gurgacz, Sérgio Souza e Flexa Ribeiro que incluem como convidados a União da Indústria de Cana-de-açúcar – UNICA, a União dos Produtores de Bioenergia – UDOP e a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – ESALQ. **ITEM 5: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 730, DE 2011 – Não Terminativo – EMENTA:** Altera o art. 1.439 do Código Civil que dispõe sobre o prazo do penhor rural. **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatoria:** Senador Blairo Maggi. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com as Emendas nº 1 a 3. **Observações:** 1. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CRA. 2. A matéria será apreciada pela CCJ em decisão terminativa. Iniciada a discussão do Projeto, depois da leitura do relatório pelo Senador Blairo Maggi, não houve oradores inscritos. Passa-se à votação, ocasião em que o relatório do Senador Blairo Maggi foi aprovado. **Resultado: Aprovado o relatório do Senador Blairo Maggi, que passa a constituir Parecer da CRA, pela aprovação do Projeto com as Emendas nº 1 a 3–CRA. ITEM 6: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 738, DE 2011 – Não Terminativo – EMENTA:** Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para determinar a adoção de taxas de juros diferenciadas para os financiamentos de equipamentos de irrigação por gotejamento ou microaspersão. **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Senador Blairo Maggi. **Relatório:** Pela aprovação do PLS Nº 738, de 2011. **Observações:** 1. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CRA. 2. A matéria será apreciada pela CMA em decisão terminativa. Iniciada a discussão da matéria, depois da leitura do relatório pelo Senador Blairo Maggi, usa da

palavra para tecer comentários sobre o assunto, o Senador Ivo Cassol. Passa-se à votação, ocasião em que o relatório do Senador Blairo Maggi foi aprovado. **Resultado: Aprovado o relatório do Senador Blairo Maggi, que passa a constituir Parecer da CRA, pela aprovação do Projeto. ITEM 7: AVISO Nº 11, DE 2012 – Não Terminativo – EMENTA:** Encaminha cópia do Acórdão nº 11914/2011 – TCU – 2ª Câmara, referente à representação formulada pela Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso (Secex/MT), em razão da ocorrência de possíveis irregularidades na concessão de títulos de domínio, sob a responsabilidade da Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em Mato Grosso (SR-13), doravante denominada Incra/MT. (TC 021.788/2008-5). **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relatoria:** Senador Blairo Maggi. **Relatório:** Pelo conhecimento do AVS nº 11/2012 e seu arquivamento. Iniciada a discussão do Projeto, depois da leitura do relatório pelo Senador Blairo Maggi, não houve oradores inscritos. Passa-se à votação, ocasião em que o relatório do Senador Blairo Maggi foi aprovado. **Resultado: Aprovado o relatório do Senador Blairo Maggi, que passa a constituir Parecer da CRA, pelo conhecimento do AVS nº 11/2012 e seu arquivamento. ITEM 8: REQUERIMENTO Nº 13, DE 2012 – ASSUNTO:** Requer, nos termos do inciso II, do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a finalidade de conhecer e avaliar a performance do Banco da Amazônia S.A. – BASA nos últimos cinco anos no que tange as competências como principal agente financeiro de fomento ao desenvolvimento da Região Amazônica, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Abdias Jose de Souza Junior – Presidente do Banco da Amazônia S.A. – **BASA**; Sr. Jenner Guimarães do Rêgo – Secretário de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais do Ministério da Integração Nacional – **SFRI/MI**; Auditor do **Tribunal de Contas da União** responsável pelas últimas Auditorias Operacionais realizadas nos **FNO** e **FDA** – fundos operados pelo **BASA**; representante da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária – **CNA**. **Autoria:** Senadora Kátia Abreu e Senador Acir Gurgacz. No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão**. **ITEM 9: REQUERIMENTO Nº 14, DE 2012 – ASSUNTO:** Requer, nos termos regimentais, seja realizada reunião desta Douta Comissão, **em conjunto** com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – **CMA**, no dia 20 de junho, às 10 horas, no espaço da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio + 20, que acontecerá na cidade do Rio de Janeiro-RJ, com a finalidade de tratar dos seguintes assuntos: Áreas de Proteção Permanente Mundial; Compromissos da Rio + 20. **Autoria:** Senadora Kátia Abreu e Senador Acir Gurgacz. No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 10: REQUERIMENTO Nº 15, DE 2012 – ASSUNTO:** Requer, nos termos regimentais, a realização de seminário, no âmbito do ciclo de palestras e debates desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, com a finalidade de debater e analisar "A Importância da Introdução de Novas Tecnologias Produtivas e das Ações Governamentais, através dos Serviços de Assistência Técnica e Extensão, Associados ao Crédito, para o Desenvolvimento Sustentável do Meio Rural", a realizar-se na cidade de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, como parte da programação da 1ª Feira Tecnológica de Rondônia, "Rondônia Rural", no dia 25 de maio de 2012, sexta-feira, às 14:00 horas (horário de Brasília), no Parque de Exposições Hermínio Vitorelli, com transmissão ao vivo pela Rádio e TV Senado, com a participação dos seguintes convidados: representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – **MAPA**, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – **EMBRAPA**, do Ministério do Desenvolvimento Agrário – **MDA**, do Banco do Brasil, da Secretaria de Agricultura do Estado de Rondônia – **SEAGRI-RO** e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia – **EMATER-RO**. **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Passa-se à votação, ocasião em que foi aprovado. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão** Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. **EXTRAPAUTA: ITEM 1: REQUERIMENTO Nº 16, DE 2012 – ASSUNTO:** Em aditamento ao Requerimento n" 11/2012 – CRA, que trata da realização de audiência pública com a finalidade de discutir biotecnologia e pagamento de royalties, requeiro que seja incluído o seguinte convidado: Senhor Narciso Barison Neto – Presidente da Associação Brasileira de Sementes e Mudas (**ABRASEM**). **Autoria**: Senadora Ana Amélia. No encaminhamento, a Senadora Ana Amélia usa da palavra para tecer considerações sobre o assunto. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 2: REQUERIMENTO Nº 17, DE 2012: ASSUNTO:** Requer, nos termos regimentais, realização de Audiência Pú-

blica pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, para discutir e avaliar a renegociação das dívidas de agricultores rurais afetados pelas secas ou enchentes, bem como a liberação de créditos emergenciais, com a presença dos seguintes convidados: – Exmo. Sr. **Guido Mantega –** Ministro de Estado da Fazenda – **MF**; – Exmo. Sr. **Pepe Vargas –** Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário – **MDA**; – Exmo. Sr. **Mendes Ribeiro Filho –** Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – **MAPA. Autoria:** Senador Acir Gurgacz. No encaminhamento, os Senadores Cyro Miranda, Walter Pinheiro, Ivo Cassol, Casildo Maldaner e Ana Amélia fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto. Passa-se à votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e quarenta e um minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Acir Gurgacz,** Presidente da CRA.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à deliberação de matérias.

Srªs e Srs. Senadores, na última sexta-feira, em nosso V Seminário do Ciclo de Debates e Palestras da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, discutimos a educação rural no Brasil e a implantação do Programa Nacional de Educação no Campo (Pronacampo).

Constatamos que o cenário da educação na zona rural é desolador e compromete o desenvolvimento futuro do País, uma vez que 23% das pessoas com mais de quinze anos, Senadora Ana Amélia, são analfabetas. É um índice alarmante, muito alto para um País que é a sexta economia mundial e caminha a passos largos para evoluir. E mais: 59% não concluíram o ensino fundamental. Nos últimos cinco anos, mais de 14 mil das 76 mil escolas existentes na área rural fecharam as portas, o que vem gerando apreensões nos especialistas de ensino.

O Pronacampo é uma tentativa de resposta e solução para os problemas do campo, onde o Governo pretende investir R$1,8 bilhão para a melhoria do ensino no meio rural.

O programa prevê a reforma e construção de escolas, a melhoria nas condições de transporte dos alunos e também a formação de professores. Em Rondônia, assim como em todo o Brasil rural, comemoramos o lançamento do Pronacampo como a salvação da lavoura. Aguardamos com ansiedade sua implantação e esperamos que ele atenda as necessidades dos agricultores rondonienses e, é evidente, de todos os brasileiros. Esperamos que esse programa possa realmente dar oportunidade para que novas gerações possam estudar, se desenvolver e transformar este País em uma grande Nação.

Entendo que esse programa Pronacampo é muito importante e vai fazer diferença ao longo dos tempos, ao longo dos anos no nosso País.

Destaco o Item 4 da nossa pauta, que é de grande importância para a região amazônica. Ele trata do cultivo sustentável da cana-de-açúcar em áreas alteradas e nos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal. Porém, existe um requerimento do Senador Delcídio do Amaral propondo audiência pública para ouvir o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Agricultura.

Sugiro que se inclua na audiência a União da Indústria de Cana-de-Açúcar e a União dos Produtores de Bioenergia, senão o debate fica só do Governo e o importante é que, além de discutirmos a produção da cana-de-açúcar na Amazônia, possamos avançar também na discussão de uma estratégia para o etanol.

Comunico os novos Senadores que o próximo seminário do ciclo de debates da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a realizar-se no dia 27 de maio de 2012, a partir das 14 horas, aqui no Senado, terá como tema "A introdução de novas tecnologias para aumentar a produtividade da lavoura de cacau no Brasil e a importância socioambiental da cultura do café para a agricultura familiar".

Teremos como convidados: Associação das Indústrias Processadoras de Cacau, Associação dos Produtores de Cacau, Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do Ministério da Agricultura e também a Embrapa.

Recebemos um convite da Embrapa: Embrapa 39 Anos – Sinônimo de Crescimento do Brasil para os Brasileiros e para o Mundo. Uma das mais importantes instituições de pesquisa agropecuária, uma força que levou o Brasil a ser exemplo para o mundo em sustentabilidade no campo. A Embrapa completa 39 anos de desenvolvimento de tecnologias, produtos e serviços que fizeram e fazem muito pela produtividade e me-

lhoram sempre as bases sustentáveis da produção de alimentos, fibras e energia. Quase quatro décadas honrando a missão de viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação, para a sustentabilidade da agricultura, em benefício da sociedade brasileira.

Portanto, é o convite para a festa, dia 25 de abril, às 19 horas, no Pavilhão Ciência para a Vida, no Parque de Estações Biológicas, final da avenida W3 Norte, na sede da Embrapa, Distrito Federal. Esse é o convite para a festa.

E também um convite para a Fenachim, 12ª Festa Nacional do Chimarrão, a realizar-se em Venâncio Aires, no Rio Grande do Sul, da nossa querida Senadora Ana Amélia. E o Prefeito da cidade é do PDT, é o Airton Artus.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/ PP – RS) – O médico Airton Artus.

Sr. Presidente, em nome de Venâncio Aires – porque me considero cidadã de lá também –, quero agradecer.

O Prefeito Airton Artus é uma figura notável. É um médico muito competente, muito dedicado às causas de seu Município, que, além de sediar a Festa Nacional do Chimarrão, em sua 12ª edição, é um grande produtor de fumo e vive os problemas decorrentes das restrições que a Convenção Quadro para o Controle do Tabaco significou para esse Município.

É preciso encontrar alternativas como essa do chimarrão para desenvolver o turismo em uma região muito rica, de gente que trabalha muito, uma região de colonização alemã e italiana e também por outras etnias, que fazem a riqueza desse Município.

Então, agradeço em nome de Venâncio Aires e convido os colegas Senadores para a Festa Nacional do Chimarrão.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Criada pela Prefeitura, a rota do chimarrão – não pela Prefeitura, mas pela região, porque deve passar por vários Municípios. Uma rota que deve passar pela produção da erva-mate e do fumo.

Está parabéns a população de Venâncio Aires.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/ PP – RS) – A rainha e as princesas da festa estiveram ontem no Senado. Imagino que estiveram visitando também V. Exª, em seu gabinete. Estiveram no plenário do Senado. A comitiva foi saudada pelo Senador Paulo Paim, pelo Senador Pedro Simon e por mim.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Meus cumprimentos à população de Venâncio Aires.

Passamos, então, ao item...

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, permita-me entender o item 4.

Ele está na pauta, mas, no relatório apresentado no início da reunião, V. Exª leu um requerimento do Senador Delcídio e notei que há um aditamento colocado por V. Exª, para que também sejam convocadas a União Nacional dos produtores de Cana-de-Açúcar e a União Nacional dos Agricultores e Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Exatamente.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Há também um aditamento por parte de V. Exª ao requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Também.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Perfeito. É porque eu não vi o Senador Delcídio e, se não fosse dessa forma, eu iria subscrever.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Mas V. Exª também pode subscrever. Não há problema.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Eu gostaria. Eu entendo que é este o debate que temos de enfrentar aqui nesta Comissão.

Votar o projeto nesta Comissão é importantíssimo. No entanto, ele não é terminativo nesta Comissão. Assim, vamos perder a oportunidade de conduzir esse debate sobre esse importante avanço da cana-de-açúcar para o Brasil, nosso ícone maior na produção de biodiesel.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – A nossa intenção é marcar para o dia 26 de abril, para que possamos debater, o quanto antes, esse tema que é da maior importância para todo o País e, em especial, para nós da Amazônia, que estamos com esse problema e precisamos resolver.

Chegaremos ao item 4 e falaremos mais sobre esse assunto.

Passamos ao item 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, DE 2011
– Não Terminativo –

Dispõe sobre o exercício da atividade profissional de vaqueiro.

Autoria: Deputado Edigar Mão Branca e outros

Relatoria: Senador Sérgio Souza

Relatório: Pela aprovação do Projeto com as Emendas nº 1 e 2.

Observações:

1. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CAS;

2. A matéria será apreciada pela CAS em decisão terminativa.

Com a palavra o Senador Sérgio Souza, relator da matéria, para proferir seu relatório.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Srª Senadora Ana Amélia, caros colegas Senadores Blairo e Russo, trata-se do Projeto de Lei nº 83, de 2011, que dispõe sobre o exercício da atividade profissional de vaqueiro.

Relatório, Sr. Presidente:

Vem ao exame da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal o Projeto de Lei nº 83, de 2011, que dispõe sobre o exercício da atividade profissional de vaqueiro.

Nos termos propostos, fica reconhecida a atividade de vaqueiro como profissão, conforme o art. 1º, e estabelece-se o conceito desse tipo de trabalhador em razão da espécie de serviço prestado, conforme a redação dos arts. 2º e 3º.

De acordo com o art. 4º, atribui-se ao vaqueiro a incumbência de zelar pela saúde dos animais em deslocamento, reservando-se a denominação de vaqueiro, nos termos do art. 5º, aos profissionais qualificados para a lida com os rebanhos bovinos, bubalinos, equinos, muares, caprinos e ovinos.

A proposta foi distribuída a esta Comissão, na qual temos a responsabilidade de relatar a matéria, e à Comissão de Assuntos Sociais, para decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas à iniciativa.

Análise, Sr. Presidente.

O presente projeto tem sua iniciativa fundamentada nas disposições do art. 5º, inciso XIII, da Constituição Federal, que preconiza a liberdade do exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

Observamos que a proposição em exame respeita os requisitos da boa técnica legislativa prescritos pelas Leis Complementares nº 95, de 1998, e nº 107, de 2001.

Quanto ao mérito, o PLC nº 83, de 2011, regulamenta situação factual, existente de longa data, reconhecendo a importância dos profissionais em destaque e os perigos a que estão expostos em sua luta diária.

Assim, a despeito desse trabalho ser regido pelas normas da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, quando presente a simples relação de emprego, a atenção dispensada à profissão de vaqueiro ganha relevância também na obrigatoriedade de contratação de seguro de vida para o exercício das atividades típicas desse profissional, algumas reconhecidamente perigosas.

Entretanto, cabe-nos apontar, por meio das emendas apresentadas, alguns aperfeiçoamentos no que tange às atribuições do vaqueiro. O primeiro diz respeito à atividade de rastreamento dos rebanhos. O segundo trata da fundamental atitude de comunicar prontamente ao administrador qualquer indício de evento epidemiológico, com atenção especial àqueles envolvendo a febre aftosa. O terceiro aprimoramento atém-se à explicitação dos papéis complementares do administrador, do médico veterinário e do vaqueiro. Por fim, ressaltamos a importância das diligências do vaqueiro para a adequada manutenção das instalações pecuárias a ele confiadas.

Entendemos, finalmente, que o Projeto analisado faz justiça a uma categoria típica de trabalhadores, cujo cruel esquecimento reclamava a regulamentação que em boa hora se implementa.

O voto, Sr. Presidente, é favorável ao PLC nº 83, de 2011, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1 – CRA

(ao PLC nº 83, de 2011)

Dê-se aos inciso IV e VII do art. 3º do PLC nº 83, de 2011, a seguinte redação:

> Art. 3 .....
>
> *IV – cuidar da saúde dos animais sob responsabilidade do administrador, seguindo as orientações do médico veterinário.*
>
> *(...)*
>
> *VII – zelar pelas instalações rurais destinadas à exploração pecuária sobre seus cuidados.*
>
> Emenda nº 2: Inclua-se no art. 3º do PLC os seguintes incisos VIII e IX.
>
> *VIII – auxiliar nas tarefas relativas ao rastreamento dos rebanhos;*
>
> *IX – comunicar ao administrador qualquer evento que represente risco epidemiológico para os animais, com especial atenção sobre a febre aftosa.*

Eram esses o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RR) – Muito obrigado, Senador Sérgio Souza. V. Exª concluiu pela aprovação do projeto com as Emendas de nºs 1 e 2 que apresenta.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o Sr. Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O Item 2 é de relatoria do Senador Eduardo Suplicy. Vamos aguardar a sua presença.

Da mesma forma, quanto ao Item 3, de relatoria do Senador Benedito de Lira, vamos aguardar a sua presença.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 626, DE 2011
– Não terminativo –

Dispõe sobre o cultivo sustentável da cana-de-açúcar em áreas alteradas e nos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal e dá outras providências.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti

Relatório: Pela aprovação do PLS Nº 626, de 2011

Observações:

1. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CDR.

2. A matéria foi apreciada pela CDR, tendo sido aprovado o Parecer pela aprovação do Projeto.

Sobre a mesa, requerimento subscrito pelos Senadores Delcídio do Amaral e Sérgio Souza, pelo qual solicitam, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com a finalidade de instruir a matéria.

Com a palavra o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, eu gostaria de requerer à Mesa a inclusão de mais dois participantes que não constam do requerimento produzido pelo Senador Delcídio do Amaral e subscrito por mim. Trata-se da união nacional dos produtores, bem como a dos trabalhadores do setor da cana-de-açúcar.

E, finalizando, Sr. Presidente, entendo ser uma oportunidade para esta Comissão, a Comissão de Agricultura do Senado Federal, trazer o debate para esta Casa onde se discute com maestria e profundidade as questões ligadas ao setor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RR) – Muito bem.

Em votação o requerimento, com o adendo proposto, incluindo a UNICA – União da Indústria da Cana-de-Açúcar e a UDOP – União dos Produtores de Bioenergia.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 730, DE 2011
– Não terminativo –

Altera o art. 1.439 do Código Civil que dispõe sobre o prazo do penhor rural.

Autoria: Senador Acir Gurgacz.

Relatoria: Senador Blairo Maggi.

Relatório: Pela aprovação do Projeto com as Emendas de nºs 1 a 3.

Observações:

1. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CRA.

Com a palavra o Senador Blairo Maggi, Relator da matéria, para proferir o seu relatório.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, bom dia. Bom dia, Srª Senadora, Srs. Senadores.

Passo à leitura do relatório.

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) examina, neste momento, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 730, de 2011, do Senador ACIR GURGACZ, que *altera o art. 1.439 do Código Civil que dispõe sobre o prazo do penhor rural*.

O projeto institui importantes alterações no instrumento do penhor rural. Primeiramente, estabelece que o penhor agrícola e o penhor pecuário somente poderão ser convencionados, respectivamente pelos prazos máximos de três e quatro anos, prorrogáveis uma só vez até o limite de igual prazo.

Em seguida, determina que, embora vencidos os prazos, permanecerá a garantia, enquanto subsistirem os bens que a constituírem. O PLS também estabelece que a prorrogação deverá ser averbada à margem do registro respectivo, mediante requerimento do credor e do devedor.

Além disso, o prazo do penhor rural deverá ser equivalente ao da operação de crédito. Finalmente, prescreve que o prazo do penhor acompanhará o da dívida que garante, inclusive durante eventual prorrogação da obrigação principal.

A proposição prevê ainda a revogação do art. 61 do Decreto– Lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967, e a vigência imediata das novas disposições.

Conforme se encontra distribuída, a Proposição será encaminhada, após apreciação da CRA, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde será examinada em caráter terminativo. Na CRA, não foram apresentadas emendas ao PLS.

Análise.

A proposição em exame tem sua iniciativa fundamentada nas disposições do art. 22, inciso I, da Constituição Federal, que atribui à União competência para legislar privativamente sobre direito civil e comercial e sobre a política de crédito. Vale salientar que o art. 48, XIII, da Carta Magna atribui ao Congresso Nacional poderes para legislar sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre as instituições financeiras e suas operações. Observa-se que

o PLS nº 730, de 2011, respeita os requisitos da boa técnica legislativa prescritos pelas Leis Complementares nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, e nº 107, de 26 de abril de 2001, exceto quanto ao art. 1º da proposta, que merece uma leve correção no conteúdo, razão por que apresentamos três emendas.

No que tange ao mérito, a proposta legislativa em evidência aperfeiçoa o mecanismo de garantia do penhor rural, com benefícios para os produtores rurais e sem prejuízo ao sistema financeiro. Com efeito, as operações rurais de investimento, que normalmente exigem longo período de reembolso, algumas vezes extrapolam o prazo legal estabelecido para o penhor rural, sendo nessas ocasiões, necessária a prorrogação do penhor para adequar o prazo da garantia com o do financiamento, com o ônus da despesa cartorária sendo custeado pelo mutuário.

Registre-se que muitas vezes o agente financeiro chega a exigir a anexação de outras garantias à operação de crédito, recaindo em regra na hipoteca da propriedade rural, com mais ônus para o produtor. Nesse aspecto, o PLS nº 730, de 2011, contribui decisivamente para aperfeiçoar o crédito rural no País, com toda a repercussão decorrente do melhor apoio à produção agropecuária nacional. Não poderíamos deixar de parabenizar o Senador Acir Gurgacz pela oportuna iniciativa.

Voto.

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do PLS nº 730, de 2011, com as seguintes emendas:

Sr. Presidente, devo ler também as emendas?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – As emendas estão à disposição dos Senadores. Se V. Exª quiser...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Eu gostaria que os Colegas dessem uma olhada nas emendas. Como já li aqui na minha análise, são complementares.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Então, Senador, pode fazer a conclusão delas.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Perfeito.

Diante do exposto, opino pela aprovação desse projeto de lei do Senado de autoria de V. Exª, e o parabenizo pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi, pelo seu brilhante relatório. Agradeço o apoio.

Entendemos que essa proposta em evidência aperfeiçoa o mecanismo de garantia do penhor rural com benefícios para o produtor rural, sem nenhum prejuízo ao sistema financeiro. A nossa preocupação, como sempre, é atender o nosso produtor rural.

O relator concluiu pela aprovação do projeto, com as Emendas de nºs 1 a 3.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria será apreciada pela CCJ em decisão terminativa.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 738, DE 2011
– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para determinar a adoção de taxas de juros diferenciadas para os financiamentos de equipamentos de irrigação por gotejamento ou microaspersão.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senador Blairo Maggi

Relatório: Pela aprovação do PLS Nº 738, de 2011.

Observações: *1. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CRA.*

2. A matéria será apreciada pela CMA em decisão terminativa.

Com a palavra o Relator, Senador Blairo Maggi, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Relatório, Sr. Presidente.

Chega a esta Comissão para exame o Projeto de Lei do Senado nº 738, de 2011, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que *altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para determinar a adoção de taxas de juros diferenciadas para os financiamentos de equipamentos de irrigação por gotejamento ou microaspersão*.

A proposição contém dois artigos, sendo que o art. 1º inclui parágrafo único ao art. 3º da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para estabelecer que "o financiamento de equipamentos de irrigação por gotejamento ou microaspersão terá taxas de juros inferiores em, pelo menos, um ponto percentual, relativamente aos encargos financeiros aplicados aos demais sistemas de irrigação".

Conforme a justificação que acompanha o PLS, o autor argumenta que pesquisas demonstram que é muito elevado o consumo de água na agricultura. Entretanto, tal consumo pode se reduzir muito quando se utilizam equipamentos de aplicação de baixa vazão e alta frequência, capazes de alcançar eficiência superior a 90%, tais como os sistemas de gotejamento e microaspersão, cujo financiamento deveria ser incentivado.

O PLS será analisado também pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo-lhe a decisão terminativa.

No prazo regimental não foram apresentadas emendas ao Projeto.

Análise.

Inicialmente, cabe destacar que, com base no art. 104-B, incisos VII, IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre irrigação, utilização e conservação, na agricultura, dos recursos hídricos, e política de investimentos e financiamentos agropecuários.

Os aspectos referentes à constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa serão abordados na CMA, em decisão terminativa.

Com respeito ao mérito, o PLS nº 738, de 2011, promove alteração da Lei nº 9.433, de 1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Dentre os fundamentos da Política destaca-se o que considera a água um recurso natural limitado, dotado de valor econômico.

Entre os objetivos da Política está assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, e a utilização racional e integrada dos recursos hídricos.

O art. 3º da Lei nº 9.433, de 1997, que é alterado pela proposição em questão, trata das diretrizes gerais de ação para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos.

Corretamente, o PLS estipula juros menores para o financiamento da aquisição de equipamentos de irrigação por gotejamento ou microaspersão, que são mais eficientes no uso da água, quando comparados a outros sistemas, como aspersão convencional, pivô central e canhão hidráulico. Aqui cabe um adendo, Sr. Presidente: nós não estamos, neste relatório, desmerecendo qualquer tipo de irrigação. Estamos focados na questão de dar um incentivo maior à microaspersão. Mas todos aqueles que trabalham com qualquer tipo de irrigação já se compõem dentro de regras que são estabelecidas por essa lei que ora estamos modificando.

Então, os sistemas de gotejamento e microaspersão têm eficiência próxima a 90%, o que significa que esse percentual de água aplicada ficará disponível para a planta, não sendo perdida pela evaporação, percolação ou outro tipo de aplicação em áreas não alcançadas pelas raízes das plantas.

Por serem mais caros, e principalmente por serem mais eficientes, os sistemas de gotejamento e microaspersão demandam o tipo de subsídio proposto neste PLS.

Portanto, pelos motivos expostos, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 738, de 2011, do Senador Marcelo Crivella, que hoje é Ministro da Pesca do Governo da Presidente Dilma.

Então é esse o nosso voto, Sr. Presidente, pela aprovação do projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi, pelo relatório.

O Relator concluiu pela aprovação do PLS nº 738, de 2011.

Em discussão.

Com a palavra o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Quero aqui cumprimentar o Presidente e demais Colegas e parabenizar o nosso Relator Blairo Maggi, especialmente quando traz a esta Comissão o voto favorável à aprovação desse projeto, uma vez que o nosso Estado de Rondônia é um modelo da reforma agrária.

Antigamente nós tínhamos plantações de cafezais à vontade. Hoje diminuiu muito o plantio e, esta semana, tive o prazer de viajar com vários técnicos e produtores da cafeicultura do Município de Alta Floresta d´Oeste, cujo Prefeito Daniel Deina vem buscar uma nova tecnologia no Estado do Espírito Santo, onde um hectare de terra está dando 120 sacas de café, em média, enquanto, no nosso Estado de Rondônia, dá, no máximo, cinquenta ou sessenta sacas.

Então, o importante não é a quantidade, é a qualidade. O importante não é a quantidade de hectares plantados, mas, sim, a produção nesses hectares, aproveitando a totalidade.

Com esse sistema de irrigação, vem dar condições aos produtores que vêm ocupar essa tecnologia e, ao mesmo tempo, aumentar a sua produção. Então não só na questão da cafeicultura o nosso Estado pode ser beneficiado, mas, ao mesmo tempo, qualquer sistema de fruticultura – cito o exemplo de Santa Luzia e de tantos outros no Estado de Rondônia e também no Brasil afora. É 1% a menos, mas, no mínimo, tinham que colocar 90% a menos do juro convencional, porque esse juro – ontem caiu a taxa para 0,9% – ainda é um dos maiores do mundo.

Portanto, voto favorável também a essa matéria, uma vez que temos que desonerar esses empréstimos especialmente para os pequenos e médios agricultores que venham a se profissionalizar e aumentar a produtividade em nível nacional.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Ivo Cassol.

A matéria continua em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado o relatório do Senador Blairo Maggi, que passa a constituir o parecer da CRA pela aprovação do projeto.

A matéria será apreciada pela CMA em decisão terminativa.

ITEM 7

AVISO Nº 11, DE 2012
– Não Terminativo –

Encaminha cópia do Acórdão nº 11914/2011 – TCU – 2ª Câmara, referente à representação formulada pela Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso (Secex/MT), em razão da ocorrência de possíveis irregularidades na concessão de títulos de domínio, sob a responsabilidade da Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em Mato Grosso (SR-13), doravante denominada Incra/MT. (TC 021.788/2008-5).

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senador Blairo Maggi

Relatório: Pelo conhecimento do AVS nº 11/2012 e seu arquivamento.

Com a palavra o Relator, Senador Blairo Maggi, para proferir seu relatório.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Senador Ivo Cassol perguntou se só eu falo hoje aqui. Peguei três projetos, um atrás do outro, para relatar.

Por designação do Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), cabe-me relatar o Aviso nº 11, de 2012, atinente ao Acórdão nº 11.914, de 2011.

O supracitado acórdão foi encaminhado ao Senado Federal pelo Presidente do TCU por meio do Aviso nº 311-Seses-TCU– 2ª Câmara, de 6 de dezembro de 2011, data em que ocorreu a sessão extraordinária na qual o mesmo foi proferido pela 2ª Câmara daquela Corte.

Refere-se ao processo TC 021.788/2008-5, que resulta de representação formulada pela Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso (Secex/MT), em razão da ocorrência de possíveis irregularidades na concessão de títulos de domínio, sob a responsabilidade da Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado de Mato Grosso.

O Acórdão nº 11.914, de 2011, é subscrito pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, pelo relator da matéria e pela Subprocuradora-Geral junto àquela corte de contas, respectivamente Ministro Augusto Nardes, Ministro-Substituto André Luís de Carvalho e Representante do Ministério Público junto ao TCU Drª Cristina Machado da Costa e Silva.

O Aviso nº 11, de 2012, foi distribuído somente a esta Comissão.

Análise.

A análise de avisos encaminhados à apreciação desta Casa enquadra-se nas competências de controle do Congresso Nacional sobre as entidades integrantes da Administração Pública de que trata o art. 70 da Constituição Federal de 1988, exercidas com o auxílio do Tribunal de Contas da União, conforme o art. 71 da Carta Magna. Ademais, compete a esta Comissão opinar sobre proposições pertinentes a colonização e reforma agrária, nos termos do art. 104-B, inciso XIV, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

No caso em tela, cabe destacar que, por meio do processo TC 021.788/2008-5, o TCU realizou auditoria em que examinou representação oferecida pela Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso (Secex/MT), em razão da ocorrência de possíveis irregularidades na concessão de títulos de domínio, sob a responsabilidade da Superintendência Regional do Incra no Estado do Mato Grosso.

Como conclusão geral, o relatório do TCU entendeu que, nos processos de regularização fundiária analisados, não havia elementos que justificassem a adoção do valor “mínimo do mínimo” para a regularização fundiária de posseiros, o que levou aquele tribunal a concluir que o gestor, ao definir tais preços, agiu sem respaldo legal.

Em consequência, por meio do Acórdão nº 11.914, de 2011, o TCU tomou medidas para corrigir e evitar danos ao Erário público, como pode se depreender do acórdão.

É importante ressaltar que o TCU agiu eficazmente na análise técnica dessa questão. Não nos parece razoável que, quando a União deva indenizar as terras da reforma agrária, faça-o em valor superior ao de mercado. Da mesma forma, não é justo que, quando se vão regularizar terras ocupadas por posseiros, essa mesma União receba o mínimo do mínimo, como descrito pelo TCU, sem qualquer respaldo legal.

A nosso ver, o TCU também agiu com tempestividade e diligência para a preservação do interesse público e para garantia dos recursos do contribuinte brasileiro, razão que merece toda a nossa considera-

ção. O Incra, por sua vez, deve dar respostas igualmente adequadas para que problemas dessa natureza não se repitam.

Nesse contexto, ao discutir a questão, como estamos fazendo nesta ocasião na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, o Senado Federal encontra-se a par dessa importante questão e por certo continuará acompanhando, ciente de sua responsabilidade institucional e de fiscalização quanto à correta aplicação dos recursos da reforma agrária, que ainda merece grandes aperfeiçoamentos em nosso País.

Pelo exposto, no voto, manifestamo-nos pelo acolhimento do Aviso nº 11, de 2012, atinente ao Acórdão nº 11.914, de 2011, e pelo seu arquivamento, nos termos do art. 133, inciso III, do RISF.

Esse é o meu voto, Sr. Presidente, pelo arquivamento desse processo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi, pelo seu relatório.

O Relator concluiu pelo conhecimento do Aviso nº 11, de 2012, e seu posterior arquivamento.

Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 13, DE 2012

Requer nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal seja realizada audiência pública perante a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a finalidade de conhecer e avaliar a performance do Banco da Amazônia S.A. – BASA nos últimos cinco anos no que tange as competências como principal agente financeiro de fomento ao desenvolvimento da Região Amazônica, com a presença de várias autoridades.

Autoria: Senadora Kátia Abreu e outros.

Como a Senadora não está presente, subscrevo o requerimento para que a gente possa colocá-lo em votação.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 14, DE 2012

Requer, nos termos regimentais, seja realizada reunião desta Comissão, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, no dia 20 de junho, às 10 horas, no espaço da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio + 20, que acontecerá na cidade do Rio de Janeiro-RJ, com a finalidade de tratar dos seguintes assuntos: Áreas de Proteção Permanente Mundial; Compromissos da Rio+20.

Autoria: Senadora Kátia Abreu e outros

Como a Senadora não se encontra, subscrevo o requerimento para que possamos colocá-lo em votação.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 15, DE 2012

Requer, nos termos regimentais, a realização de seminário, no âmbito do ciclo de palestras e debates desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, com a finalidade de debater e analisar "A Importância da Introdução de Novas Tecnologias Produtivas e das Ações Governamentais, através dos Serviços de Assistência Técnica e Extensão, Associados ao Crédito, para o Desenvolvimento Sustentável do Meio Rural", a realizar-se na cidade de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, como parte da programação da 1ª Feira Tecnológica de Rondônia, "Rondônia Rural", no dia 25 de maio de 2012, sexta-feira, às 14 horas, no Parque de Exposições Hermínio Vitorelli, com transmissão ao vivo pela Rádio e TV Senado.

Autoria: Senador Acir Gurgacz.

Com a participação de várias autoridades. Já convido, de antemão, os Senadores aqui presentes: Senador Ivo Cassol, Senador Blairo Maggi, Senador Antonio Russo, Senador Flexa Ribeiro, Senadora Ana Amélia, Senador Cyro, Senador Walter Pinheiro

a participarem. A Senadora Ana Amélia e o Senador Ivo Cassol já confirmaram presença junto conosco, dia 25, em Ji-Paraná.

Em votação o requerimento.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Item extrapauta:

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 16, DE 2012

Requer, em aditamento ao Requerimento nº 11/2012 – CRA, que trata da realização de audiência pública com a finalidade de discutir biotecnologia e pagamento de royalties, requeiro que seja incluído o seguinte convidado: Sr. Narciso Barison Neto, presidente da Associação Brasileira de Sementes e Mudas (ABRASEM).

Autoria: Senadora Ana Amélia

Em votação o requerimento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Para encaminhar, Senador Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente Acir Gurgacz, esse requerimento é um aditamento a um requerimento do Senador Blairo Maggi para discutir esse tema. Sou coparceira do Senador Blairo nessa audiência pública e achei por bem incluir o presidente da Associação Brasileira de Sementes e Mudas para completar um total de seis convidados, o que dá perfeitamente para realizar a audiência pública sem excesso para esse trabalho.

Agradeço aos Colegas parlamentares pela aquiescência a este requerimento de aditamento ao já existente na mesa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigada, Senadora Ana Amélia.

Em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Temos outro tema a discutir que eu gostaria de sugerir. Consulto a nossa equipe se é possível fazê-lo sem ofício ou com ofício, para debatermos a renegociação das dívidas e crédito emergencial para os agricultores que enfrentaram a cheia ou a seca. Temos os dois problemas no nosso País; temos a cheia na Amazônia, temos a seca no Nordeste, e os nossos agricultores estão tendo dificuldades. Há seca também no Sul, no Rio Grande do Sul.

Sugiro que convidemos o Ministro da Fazenda, o Ministro do Desenvolvimento Agrário e o Ministro da Agricultura para que possam vir aqui debater e discutir esse assunto, para que possamos avançar na questão da renegociação da dívida dos nossos agricultores e crédito emergencial para os mesmos. Essa é uma questão realmente de emergência.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Estou consultando aqui se podemos votar o requerimento e depois trazê-lo formalizado, para que possamos adiantar, porque o problema realmente é grave.

Passo a palavra ao Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, só como sugestão, para que seja avaliado, convidar alguém do Banco do Brasil, uma vice-presidência ligada, porque isso é financiamento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Osmar Dias.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Osmar Dias, exato.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, incluindo o ex-Senador Osmar Dias, atual vice-presidente do Banco do Brasil.

Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, acho que V. Exª apresenta oportunamente essa questão, até porque, na semana passada, o Conselho Monetário Nacional aprovou a prorrogação da dívida dos agricultores até 31 de dezembro de 2012, mas saibamos que esse alívio seja talvez para evitar, Senador Cyro, que o Banco do Brasil – no nosso caso lá, Banco do Nordeste – execute a dívida dos agricultores por algo que não tiveram oportunidade sequer de colher.

Seria fundamental que pudéssemos até, com essa reunião, ir ao encontro de uma posição que tanto os ministérios quanto a equipe econômica e o próprio Conselho Monetário Nacional vão ter que assumir, que é talvez o envio de uma medida provisória ou de um projeto de lei em que nós incluamos aí nesse contexto de prorrogação, ou melhor, em que nós avancemos para além da prorrogação na questão das anistia de parte dessas dívidas, um alongamento na renegociação de outras e, principalmente, a liberação de crédito de emergência – no caso do Rio Grande do Sul, por exemplo, e da Bahia, ou melhor, do Nordeste. Hoje, no Nordeste, nós estamos com quase três milhões de pessoas vivendo os piores períodos. Na Bahia, por

exemplo, a expectativa de chuva é para outubro. É um período que se caracteriza como um período de maior estiagem, principalmente do ponto de vista da sua intensidade, já que não choveu antes.

Não basta só a gente fazer a renegociação, vai precisar também chegar com um dinheirinho a mais, um crédito de emergência para esses agricultores, já que o seguro-safra, em vários casos, nós estamos conseguindo liberar, o que é importante para atender a essa demanda. E, em boa hora, é fundamental que a gente traga esses ministérios e a própria Fazenda, para a gente inclusive sair daqui com uma proposta, e não só a identificação ou até um raio X da situação, mais concretamente, com um encaminhamento, para que esses ministérios possam, junto à Presidência da República, tomar a decisão de envio de uma peça ao Legislativo, para que a gente aprove, imediatamente, a mudança dessa relação tanto com a dívida quanto com a liberação de recursos, para que cheguemos em tempo de socorrer os agricultores, os produtores. E nós não estamos falando só da agricultura familiar, não. Estamos falando na produção de um modo geral. A seca ou as enchentes devastaram áreas imensas de plantação.

Então, é muito oportuno esse encaminhamento por parte da Comissão de Agricultura aqui do Senado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Walter Pinheiro.

Com a palavra o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Só para contribuir com esse requerimento, ora feito verbalmente, para trazer o Ministro da Fazenda e o Ministro do Desenvolvimento Agrário, trago, uma sugestão: com a vinda do Presidente do Banco do Brasil, nós temos um requerimento em mão aqui, que foi aprovado nesta Comissão, para que o Presidente do Banco da Amazônia também esteja presente. E como ele vai vir aqui falar sobre a avaliação da performance do Banco da Amazônia nos últimos tempos, nós poderíamos aproveitar e realizar essa vinda dele junto com a do Ministro da Fazenda. Porque a exposição dele não gastaria mais do que dez ou quinze minutos. Porque para a nossa região amazônica, boa parte dos recursos é do FNO. Há o Pronaf, que é via Banco do Brasil, e há também o que é do Basa.

Então, seria também importante incluirmos esse requerimento, para discutirmos também esse assunto nessa data em que virá o Presidente do Basa, ou, como sugestão, o Presidente do Basa viria junto com o Ministro ou com outras pessoas que julguemos necessárias, para fortalecer ainda mais – especialmente quando há muitos Estados da Federação atingidos ou por muita água ou por muito sol, e aí acaba dando prejuízo, e nós temos que dar condições para que eles possam continuar a produzir.

Sei que todos esses produtores não querem, de maneira nenhuma, ser beneficiados, mas pelo menos querem ser ajudados naquilo que eles acreditaram e não foi possível produzir.

Portanto, trago isso como sugestão, e eu voto favorável para que o Ministro da Fazenda venha aqui e, ao mesmo tempo, dê aos produtores... Como disse o próprio Senador que me antecedeu, especialmente há pequenas dívidas que podem ser anistiadas, e outras que podem ser reparceladas. O que precisamos é, urgentemente, dar condições para que eles voltem a produzir e, ao mesmo tempo, quitar seus débitos.

Ninguém quer esmola, quer ajuda. E nós estamos aqui para ajudar os nossos produtores brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Ivo Cassol.

Como sugestão, entendo que o Ministro da Fazenda possa falar em nome dos bancos, tanto o Banco do Brasil quanto o Basa. Trazermos aqui o Ministro da Fazenda, o Basa e o Banco do Brasil talvez, nós iremos aumentar muita gente aqui na Comissão, tendo como convidadas pessoas da importância do Ministro da Fazenda, do Ministro do Desenvolvimento Agrário e do Ministro da Agricultura, sem desmerecer jamais o Presidente e o Vice-Presidente do Banco do Brasil nem o Presidente do Basa. Mas deveríamos tirar o máximo do tempo dos Ministros e deixar os bancos para uma outra data, porque a vinda dos Ministros aqui seria muito importante para debatermos com eles. E deixaríamos os bancos para outra data.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Queria apenas, Presidente Acir Gurgacz, endossar a iniciativa, inclusive acrescentando ao que disse o Senador Walter Pinheiro, que vem sofrendo muito com as questões relacionadas ao problema na Bahia, e eu no Rio Grande do Sul, com a seca que dizimou parte das lavouras de verão da safra 2011/2012.

Nesse particular, o Senador mencionou a reunião do Conselho Monetário Nacional, que fez prorrogações de dívidas. Porém, solicitei, junto com Parlamentares da bancada gaúcha, entre os quais o Deputado Luiz Carlos Heinze, que houvesse também a inclusão da prorrogação do PSI, que é o Programa de Sustentação de Investimentos junto ao BNDES.

Até agora, embora tenha solicitado isso por meio da Liderança do Governo no Senado Federal, não obtive nenhuma resposta do Ministério da Fazenda, o que considero um descaso e uma desatenção, para

dizer o mínimo, em relação ao trabalho que estamos desempenhando em defesa dos interesses de cada Estado que representamos aqui.

Estou aguardando. Primeiro falei com a assessoria parlamentar do Ministério da Fazenda, não obtive retorno; falei com o Líder do Governo no Senado, e não obtive retorno, a respeito dessa prorrogação do PSI dentro do bloco das prorrogações, por conta da estiagem que, como eu disse, provocou enormes prejuízos ao Rio Grande do Sul.

Por outro lado, também penso que a presença dos Ministros aqui seria fundamental, caro Presidente, porque a Lei nº 137, de 2010, que trata do Fundo de Catástrofe, não foi ainda implementada. E essa lei é fundamental para isso enquanto não criarmos no Brasil um seguro de renda para os agricultores que são atingidos por esses acidentes climáticos. A falta desse seguro agrava os problemas dos agricultores.

No caso da agricultura familiar, existe o Pronaf Mais, que, além da garantia do recebimento da indenização pela perda, acresce uma renda para o agricultor. Já o agricultor médio dispõe apenas do Proagro, que é um seguro de crédito e, portanto, resolve apenas o problema da relação dele com o banco, não resolve o problema da renda do agricultor.

Por isso considero fundamental a presença dos ministros ou dos seus representantes para explicar quando o Governo pretende fazer a implementação do Fundo de Catástrofe e essa prorrogação do PSI, sobre a qual até agora não recebi nenhuma informação do Ministério da Fazenda e sequer do BNDES.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Com a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, só para fazer uma solicitação a V. Exª.

Eu requeri, na semana passada, uma audiência pública para discutir a questão dos *royalties*. Gostaria que pudéssemos marcar, ter uma data livre na nossa Comissão no dia 10 de maio. Se fosse possível marcar para essa data, eu gostaria que o senhor o fizesse.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Senador Blairo Maggi, na nossa agenda está marcada para o dia 10 de maio. Nós precisaríamos marcar na mesma semana essa audiência de emergência sobre a questão do crédito agrícola, a renegociação dos empréstimos dos agricultores que estão sofrendo com a cheia e com a seca. Precisaríamos marcar para o dia 9, quarta-feira, o convite para os ministros e, para o dia 10, a negociação dos *royalties*. Seria uma sugestão.

Mas dependemos, evidentemente, como se trata de um convite, da agenda dos ministérios para que eles possam vir. Mas inicialmente a dos *royalties* está marcada para o dia 10.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Em votação o requerimento.

Consulto, Senador Cyro, para que possamos rever a questão dos bancos e possamos concentrar todo o nosso trabalho com os ministros, pois são pesos pesados: serão três ministros aqui para debatermos a questão da renegociação e deixaríamos os representantes dos bancos para outra audiência.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – O senhor está também convidando o Ministro da Fazenda, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Exatamente.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Ele já fala pelo Banco do Brasil também. Senão nós iríamos dispersar. Acho que já é uma grande vitória se nós conseguirmos trazer três ministros aqui. Realmente, vai ser muito bom.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Sem dúvida. Muito obrigado, Senador Ciro.

Senador Casildo Maldaner, pela ordem.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – É claro que vou concordar. Mas eu só fico meditando aqui. Vamos supor, no meu Estado, houve seca; tem seca na Bahia; houve o problema do arroz no Rio Grande do Sul. São questões relacionadas ao Ministério da Agricultura e Abastecimento, mais diretamente a ele. É claro que envolve também, em questão de enchente, o Ministério da Integração Nacional. Não há dúvida. Envolve ou até poderia envolver quem tem a chave do Tesouro, que é o Ministro da Fazenda.

Agora, há as questões mais diretas. A meu ver, se eu fosse o Ministro da Agricultura, a questão da seca, a questão do arroz, a questão de produto, a questão do agronegócio, no Brasil, se eu fosse procurado e me sentasse à mesa com o Ministro da Fazenda e mais de outra área, em questão central, se o Ministro da Agricultura disser que não tem condições de resolver; ou nos pedisse para apelar ao Ministro da Fazenda, porque já teria esgotado o que podia fazer... Ou eu resolvo, se sou o Ministro da Agricultura, ou eu entrego o chapéu. Quando são tarefas ligadas ao Ministério da Agricultura e Abastecimento, não sei até onde, mas ele teria de esgotar, porque senão vamos trazer aqui a metade dos ministros do Brasil, e não sei até onde não vamos fatiar um pouco. Mas, se eu fosse o Ministro

da Agricultura, ou dou conta do recado, quando afeta a área mais diretamente, ou então entrego.

Mas tudo bem. Diz o senador Walter Pinheiro, claro, tudo bem. Se é para liberar, é o Ministro da Fazenda. Se é para resolver também a questão de enchentes e seca, vamos envolver também o Ministro Fernando Bezerra, da Integração Nacional. Aí tudo bem. Acho que são questões relacionadas.

Quando o nosso Líder Walter Pinheiro acena nessa direção, vou concordar. Acho que vale a pena até convidar o Ministro da Integração Nacional. A Bahia, por exemplo, está sofrendo muito. Mais de duzentos municípios estão em estado de calamidade. Isso não é fácil. Envolve a agricultura, porque os produtores estão sentindo. E aí ocorre em vários lugares do Brasil. Como emparedar aqui, se eles não tiverem recursos nos seus orçamentos, os próprios ministérios? Vai estar aqui o Ministro da Fazenda, se ele vier, se for chamado ou convidado ou convocado. Para nós, valoriza, não há dúvida. É uma questão que tem de resolver logo. Eu concordo. Mas acho que tínhamos de ser mais racionais. O correto seria isso.

Em todo o caso, não vou discordar de forma nenhuma. Eles vão ter de meditar bem o que vão trazer para a gente. Vão ter de meditar, senão aqui vai ser um questionamento duro. Vindo aqui, sabem como é que é: ou dá ou desce, como se diz na gíria.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner.

Em votação o requerimento, convidando o Ministério da Fazenda, o MDA, o Ministério da Agricultura, para debater a renegociação da dívida dos agricultores atingidos pela cheia ou pela seca e liberação de créditos emergenciais.

Em votação.

As Srªs e Srs Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

É o seguinte o requerimento aprovado:

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 17, DE 2012 – Não Terminativo –

Requer, nos termos regimentais, realização de Audiência Pública pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, para discutir e avaliar a renegociação das dívidas de agricultores rurais afetados pelas secas ou enchentes, bem como a liberação de créditos emergenciais.

Autoria: Senador Acir Gurgacz

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente Acir Gurgacz, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, há pouco foi aprovado um requerimento de autoria do Senador Delcídio do Amaral, subscrito pelo Senador Sérgio Souza, que requer seja realizada uma audiência pública para instruir o PLS nº 626, de 2011, de minha autoria, que dispõe sobre o cultivo sustentável da cana-de-açúcar em áreas alteradas nos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal.

Esse projeto, Senador Acir Gurgacz, busca corrigir uma anomalia, mais uma delas, praticada contra a Amazônia, a nossa Amazônia, Senador Acir Gurgacz, pelo Presidente Lula, que inviabilizou o cultivo da cana-de-açúcar na Amazônia Legal.

Evidentemente, nenhum de nós da Amazônia vai defender derrubar a floresta para plantar cana. Nós não queremos isso. Agora, nós não podemos imaginar proibir o cultivo da cana em áreas propícias a isso. Ou seja, em áreas de Cerrado, em áreas já antropizadas.

Agora mesmo nós estamos discutindo o Código Florestal para que possamos aproveitar essas áreas já antropizadas e que estão consolidadas. Isso está pacificado já na discussão que foi feita tanto na Câmara, quanto no Senado e está em tramitação final na Câmara Federal. O projeto foi aprovado. Está em discussão final não terminativa aqui na Comissão de Agricultura e irá à Comissão de Meio Ambiente, em decisão terminativa.

Eu vou conversar com o Senador Delcídio do Amaral e com o Senador Sérgio Souza. O requerimento foi aprovado. Entrarei em contato com ambos os Senadores para que possamos negociar que essa audiência pública seja feita na Comissão de Meio Ambiente, que é a comissão de mérito. A decisão terminativa será feita na Comissão de Meio Ambiente. Vou tentar ter esse entendimento com o Senador Delcídio, que é o autor do requerimento, e com o Senador Sérgio Souza, que o subscreveu na Comissão de Agricultura.

Mas pediria a V. Exª que, ouvido o Plenário, eu possa estender, acrescentando mais um convite para a audiência que foi aprovada. Trata-se de um membro da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq). Existe um estudo feito pela Esalq mostrando a viabilidade do plantio da cana-de-açúcar no caso específico do Estado do Pará, mas que se projeta para toda a Amazônia.

O Brasil hoje é importador de etanol. E precisamos ampliar a produção de etanol. E não vejo por que não aprovar, permitir o plantio de etanol em áreas da

Amazônia que sejam de Cerrado e em áreas já alteradas. Nada de derrubar floresta para plantar etanol.

Então, o requerimento está aprovado. Estou apenas pedindo a V. Exª que, ouvido o Plenário, possa aditar mais um convidado à audiência, que seria um representante da Esalq, da Universidade de São Paulo, que é essa Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, que é de excelência nessa área de pesquisa.

E vou ter entendimento com os dois Senadores no sentido de que possamos aprovar, na semana que vem, o projeto em decisão não terminativa aqui na Comissão de Agricultura e de que se faça a audiência na Comissão de Meio Ambiente, que é a comissão de mérito onde será discutido de forma terminativa o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Eu sei da preocupação de V. Exª em acelerarmos esse processo para que possamos avançar, votar e, evidentemente, aprovar, como é do interesse de todos nós, principalmente da Amazônia.

Em principio, já marcamos para quinta-feira que vem audiência pública, exatamente para dar toda celeridade possível para que o seu projeto seja avaliado e votado aqui nesta Comissão. Então, eu sugiro que continuemos com essa data. Senão eu teria que retirar da pauta da próxima quinta-feira para a sua conversa com o Senador Delcídio e o Senador Sérgio. E aí, sim, poderia trazer um atraso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Então, vamos manter a audiência para quinta-feira e faremos a aprovação na outra quinta.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Na outra quinta, colocaríamos em votação. E vamos colocar em votação o adendo de V. Exª, convidando a Esalq.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Isso, convidando o representante da Esalq.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Então, fica assim marcado: dia 26 de abril, às 8h30, audiência pública para debatermos esse assunto, e, em votação, o adendo proposto pelo Senador Flexa Ribeiro, convidando o representante da Esalq para participar da audiência pública.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o adendo do Senador Flexa Ribeiro.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 8 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 41 minutos.)

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

Ata da 11ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, Realizada em 25 de Abril de 2012.

Às nove horas e cinquenta e três minutos do dia vinte e cinco de abril de dois mil e doze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Angela Portela, Anibal Diniz, Walter Pinheiro, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Gim Argello, Alfredo Nascimento, Paulo Paim, Luiz Henrique e Ivo Cassol, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores João Capiberibe, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e José Agripino. O Senhor Presidente, Senador Eduardo Braga, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada para realização de Reunião Deliberativa e Audiência Pública. Primeira Parte, Item único: Requerimento nº 19, de 2012-CCT, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Luiz Henrique, que "Nos termos regimentais, requeiro aditamento ao Requerimento - CCT nº 32, de 2011, com o objetivo de incluir a convocação do empresário e geólogo baiano João Carlos Cavalcanti, proprietário da World Mineral Resources Participações S.A. (WMR), que há muito explora o mercado de minérios, tendo descoberto na Bahia uma reserva estimada em 28 milhões de toneladas de neodímio – um dos 17 elementos que compõe o grupo de minerais chamado terras raras, usados em equipamentos de alta tecnologia, como carros elétricos, smartphones e tablets, para participar de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a finalidade de discutir o desenvolvimento de novas tecnologias, pelo Brasil, para viabilizar a exploração das "terras raras", elementos químicos encontrados em jazidas minerais, essenciais para aparelhos de alta tecnologia". O requerimento é aprovado. Segunda Parte, Audiência Pública, atendendo ao Requerimento n.º 32 de 2011-CCT, de autoria do Senhor Senador Luiz Henrique que requeremos "..., nos termos do art. 90, II, combinado com o art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a finalidade de discutir o desenvolvimento de novas tecnologias,

pelo Brasil, para viabilizar a exploração das terras raras, elementos químicos encontrados em jazidas minerais, essenciais para aparelhos de alta tecnologia", ao Requerimento n.º 17 de 2012-CCT de autoria dos Senhores Senadores Valdir Raupp e Flexa Ribeiro que requer "..., nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão do nome abaixo relacionado entre os convidados para participar da audiência pública sobre a qual trata o Requerimento nº 32, de 2011 (Desenvolvimento de novas tecnologias e terras raras): Sr. Reinaldo Brito, Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM" e ao Requerimento nº 19, de 2012-CCT, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Luiz Henrique, que "Nos termos regimentais, requeiro aditamento ao Requerimento - CCT nº 32, de 2011, com o objetivo de incluir a convocação do empresário e geólogo baiano João Carlos Cavalcanti, proprietário da World Mineral Resources Participações S.A. (WMR), que há muito explora o mercado de minérios, tendo descoberto na Bahia uma reserva estimada em 28 milhões de toneladas de neodímio – um dos 17 elementos que compõe o grupo de minerais chamado terras raras, usados em equipamentos de alta tecnologia, como carros elétricos, smartphones e tablets, para participar de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a finalidade de discutir o desenvolvimento de novas tecnologias, pelo Brasil, para viabilizar a exploração das "terras raras", elementos químicos encontrados em jazidas minerais, essenciais para aparelhos de alta tecnologia". Comparecem à reunião os senhores João Carlos Cavalcanti, Proprietário - World Mineral Resources Participações S.A. - WMR; Cláudio Scliar, Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia - MME; Fernando Antônio Freitas Lins, Diretor do Centro de Tecnologia Mineral do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI; Francisco Valdir Silveira, Chefe do Departamento de Recursos Minerais da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais e Serviço Geológico do Brasil - CPRM; Alair Veras, Assessor de Novos Empreendimentos da Diretoria de Recursos Minerais das Indústrias Nucleares do Brasil - INB. Finda a exposição, o Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usam da palavra os Senhores Senadores Luiz Henrique e Valdir Raupp. Prosseguindo, o Senhor Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as notas taquigráficas sejam anexadas a esta ata para devida publicação. Nada havendo mais a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e cinco minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eduardo Braga,** Presidente da Comissão de Ciência,Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB – AM) – Srªs e Srs. Senadores presentes, declaro aberta a 11ª reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os trabalhos desta reunião, proponho a dispensa da leitura e a conseqüente aprovação da Ata da última reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Requerimento

Srªs e Srs. Senadores, para cumprimento das normas regimentais, submeto à deliberação do Plenário da Comissão o requerimento abaixo, referente à audiência pública objeto desta reunião.

Nos termos regimentais, requeiro aditamento ao requerimento da CCT nº 32, 2011, com o objetivo de incluir a convocação do empresário e geólogo baiano, João Carlos Cavalcanti, proprietário da *World Mineral Resources Participações S.A.* (WMR), para participar de audiência pública no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a finalidade de discutir o desenvolvimento de novas tecnologias pelo Brasil para viabilizar a exploração das "terras-raras", elementos químicos encontrados em jazidas minerais essenciais para aparelhos de alta tecnologia. Autor: eminente Senador Luiz Henrique.

Com a palavra o autor do requerimento para discussão. *(Pausa.)*

Não querendo discutir e não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que queiram aprová-lo permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Dando início, portanto, à segunda parte dos trabalhos da Comissão, realizaremos hoje audiência pública para discutir o desenvolvimento de novas tecnologias pelo Brasil para viabilizar a exploração de "terras-raras".

Esta audiência pública decorre dos Requerimentos nºs 32, de 2011, 17 e 19, ambos de 2012, da autoria dos Exmºs Srs. Senadores Luiz Henrique da Silveira, Valdir Raupp e Flexa Ribeiro, que foram aprovados pela Comissão.

Vamos, então, à composição da Mesa. Convido para compor a Mesa o Sr. Cláudio Scliar, Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia. O Sr. Cláudio Scliar formou-se em Geologia pelo Instituto de Geociência da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, e é especialista em ciências políticas e política brasileira e doutor em administração e política de recursos minerais.

Como vai, Dr. Cláudio? Tudo bem?

O Sr. Fernando Antônio Freitas Lins, Diretor do Centro de Tecnologia Mineral, Cetem, do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação, é graduado em engenharia metalúrgica e industrial pela PUC do Rio de Janeiro, com mestrado e doutorado no programa de Engenharia Metalúrgica e de Materiais da COPPE/UFRJ.

O Sr. Francisco Valdir Silveira, aqui também presente, Chefe do Departamento de Recursos Minerais da Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais e Serviços Geológicos do Brasil, CPRM. O Sr. Francisco Valdir Silveira é graduado em geologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, é mestre em Geociência pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Doutor em Geodinâmica e Geofísica pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Tem experiência na área de Geociência com ênfase em geologia econômica, geoquímica de exploração e geologia do diamante, kimberlito e rochas afins, ouro e metais base.

Sr. Alair Veras, Assessor de Novos Empreendimentos da Diretoria de Recursos Minerais das Indústrias Nucleares do Brasil. O Sr. Alair Veras é engenheiro químico, com 39 anos de experiência e especialização em Engenharia Petroquímica, atua nas áreas de projetos e processos industriais e já trabalhou em diversas empresas do setor.

O Sr. João Carlos de Castro Cavalcanti, Presidente CEO da *World Mineral Resources Participações S.A.* (WRS S.A.), formou-se em Geologia pela Universidade Federal da Bahia e possui mais de 40 anos de experiência no setor.

Composta a Mesa, cumpre-me a tarefa de, previamente, ao início das apresentações, tecer alguns comentários sobre o tema que será objeto das discussões.

Permitam-me, inicialmente, enaltecer a iniciativa do Exmº Sr. Senador Luiz Henrique da Silveira, autor do requerimento originário provocador desta audiência pública e que foi posteriormente seguido pelos Exmºs Srs. Senadores Valdir Raupp e Flexa Ribeiro, dada a importância do tema, agregando novos convidados para a nossa Mesa.

Os elementos terras-raras, compostos por 17 elementos químicos, são substâncias utilizadas na indústria de alta tecnologia, no fabrico de catalisadores para o refino de petróleo, baterias de veículos elétricos e híbridos, monitores de tevês e computadores, telas de aparelhos celulares e *tablets*, superímãs, condutores, dentre outras aplicações.

De acordo com os relatórios da CPRM, para o ano de 2010, somente a China possui 36,5% das reservas mundiais, concentrando, aproximadamente, 97,5% da produção mundial. Ostentando tais números, permite-se que a China controle o comércio mundial, inclusive por ser um grande consumidor em seu próprio parque industrial.

Porém, e pela importância dos elementos de terras-raras para o restante das nações desenvolvidas e produtoras de alta tecnologia, vemos recentemente diversas ações, por países como os Estados Unidos e outros da Europa, em busca de alternativas para o fornecimento dos elementos de terras-raras, pois essa dependência, em determinados momentos, pode desequilibrar a produção mundial de várias indústrias.

Observa-se, contudo, que a própria China também vem agindo de maneira protetiva, seja com o estabelecimento de cotas de exportação, seja também pela criação de uma agência estatal para regular esse setor, o que gera várias discussões e embates comerciais.

Com relação ao Brasil, se, em algum momento, já fomos líderes em produção e em quantidade de reservas conhecidas, atualmente não temos essa mesma perspectiva, pois as nossas jazidas já conhecidas representam menos de 1% do total mundial. Somos, sim, grandes importadores dos elementos de terras-raras e, para que não fiquemos tão dependentes em um momento do desenvolvimento da indústria nacional, sobretudo em produtos de alta tecnologia, é imperioso reverter tal situação.

Certamente, temos condições para isso, pois os recentes estudos indicam que o Brasil pode, rapidamente, recuperar o posto de maior detentor de reservas conhecidas de elementos de terras-raras, já que pesquisas realizadas em diversas regiões do País indicam que vários dos elementos podem ser encontrados em jazidas nacionais do Estado de Minas Gerais, do Estado do Amazonas, entre outros exemplos.

O Brasil deve empreender todos os esforços necessários para avançar nessa pesquisa e nos trazer de volta ao papel de destaque, pois o nosso território, não somente em terra, é extenso e pulverizado por riquezas naturais.

Vamos, portanto, ao debate, dizendo por fim: há ainda que se registrar que o tema desta audiência facilmente está ligado ao debate sobre atividade inovativa, seja pelo processo de pesquisa ou extração dos elementos das terras-raras, seja também pela aplicabilidade dos mesmos na indústria de alta tecnologia.

Avançando nesse setor, reforçaremos essa característica ainda mais, elevando, sobremaneira, o patamar econômico e produtivo ocupado pelo nosso País.

Vamos passar, portanto, a palavra, por dez minutos, ao Sr. Claudio Scliar.

Passo, portanto, a palavra para que o Sr. Cláudio Scliar possa dar início à sua palestra.

Eu gostaria, mais uma vez, de cumprimentar o nosso Senador Luiz Henrique pela oportunidade desse debate, pedindo, obviamente, escusas aos Srs. Senadores, e pedindo ao nosso Vice-Presidente, Gim Argello, que possa continuar dando prosseguimento a esta importante audiência pública, tendo em vista que terei, ainda, articulações a serem feitas em relação à nossa Comissão de Constituição e Justiça, que terá hoje um forte embate com relação ao comércio eletrônico.

Com a palavra o autor do requerimento, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, só uma contribuição sulina para um amazônida, que não pode, evidentemente, ter conhecimento das famílias sulinas: o Dr. Cláudio é Cláudio Scliar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Scliar? Ah, *ok*.

Muito bem. O Dr. Cláudio Scliar pediu inclusive para falar por último, Senador Gim Argello. Portanto, V. Exª, ao assumir agora os trabalhos, já tem oportunidade de passar a palavra para o próximo orador, dando sequência à reunião.

Passo a Presidência ao nosso querido Senador Gim Argello, para dar continuidade a essa importante audiência pública, agradecendo, desde já, a presença de todos os senhores debatedores no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. Bloco/PTB – DF) – Agradeço ao nosso Presidente, também Líder do Governo, Senador Eduardo Braga, que tem outras missões na Casa, porque a CCJ começa a se reunir agora, a CPMI também, ele tem muitas missões. Agradeço também a participação de todos, parabenizando por esta audiência pública o nosso Senador Luiz Henrique.

Passo a palavra, de imediato, pelo prazo de dez minutos, ao Dr. João Carlos Cavalcanti, para que ele possa fazer a sua explanação.

O SR. JOÃO CARLOS CAVALCANTI – Bom dia a todos os aqui presentes, em particular a todos os Senadores. Agradeço o convite feito pelo Senador Luiz Henrique.

Sou geólogo, fiz Engenharia de Minas também, são 40 anos de prospecção e exploração mineral em nível de Brasil.

Há dois anos, Senador Gim, preocupou-me esse entrave entre China e Japão, quando tiveram problemas de invasão de terras de águas marinhas, a briga por causa da pesca, e a China embargou a exportação para os japoneses.

Os japoneses vivem da indústria eletroeletrônica. Sem esses metais, sem esses elementos químicos, complicaria. Todo mundo sabe que a China detém 97% da produção hoje de terras-raras; os Estados Unidos, com 3%, com a jazida de Mountain Pass.

A nossa empresa busca hoje no Brasil, uma empresa nova, de um ano, focar no que o mundo quer. O mundo quer, em primeiro lugar, minério de ferro – o Brasil tem uma tradição maravilhosa; em segundo lugar, alumínio; em terceiro lugar, cobre e níquel e as terras-raras que, hoje, junto com os agrominerais, são elementos primordiais para o desenvolvimento de qualquer nação.

O Brasil com 8,5 milhões de quilômetros quadrados tem ainda uma deficiência, Senador Gim, Senador Luiz Henrique, no que tange à escala de mapeamento adequada para prospecção e exploração mineral.

O Governo do Presidente Lula, nos últimos anos, vinha desenvolvendo bastante isso. Deu muita atenção à CPRM, promovendo o mapeamento geológico básico na escala que chama 1 para 100 mil, que é a escala geológica adequada para poder chegar aos alvos minerais.

E aí começamos um trabalho, no nosso caso, após esse problema da China, e focamos em identificar depósitos de classe internacional que é o objetivo da WMR.

O Brasil na década de 30 e 40 lavrou as monazitas das costas brasileiras. Aí veio o problema ambiental. É um mineral chamado mineral minério, porque todos sabem que os óxidos de terras-raras não ocorrem isoladamente, ocorrem dentro de uma molécula, no caso, de mineral minério. No caso do Brasil a grande produção foi monazita.

Nos anos 40, nos anos 30, o Brasil chegou a se tornar um grande produtor e exportar a monazita. Quanto à questão da tecnologia de extração, ficou muito a desejar. E com a questão ambiental, as paralisações das atividades de lavra foram encerradas.

Então, foi nesse vazio que procuramos, com a nossa equipe de profissionais de vasta experiência, ex-Vale do Rio Doce, ex-Votorantim, traçar esse programa de prospecção.

Eu tive a oportunidade de visitar a Mina de Baotu, na China, que é a maior mina de produção de terras-raras do mundo, notadamente o neodímio. E, em 1974, quando eu trabalhei no Governo da Bahia, na Companhia Baiana de Pesquisa Mineral, num projeto chamado Florita, da Serra do Ramalho, Associados de Florita associado a rochas carbanotáticas, a dolomita, vi que a semelhança, a litologia, o ambiente

geológico era igual. E isso pode se estender inclusive para outros Estados.

De volta da China, visitei novamente a região de Serra do Ramalho, minas abandonadas de florita. A florita é um metal mineral utilizado na indústria metalúrgica. Para fabricação de uma tonelada de aço você precisa de 15 quilos de florita. E na época de 1974 as reservas de florita eram pequenas para atender o mercado da siderurgia. Mas quando eu vi o ambiente geológico similar, voltei à Serra do Ramalho, fiz uma coleta de amostras, fizemos os estudos preliminares e identificamos que os teores, principalmente de neodímio, que é o elemento químico de terras-raras mais procurado, era simplesmente igual aos de Baotu e maior que o de Mountain Pass, na Califórnia, nos Estados.

Então, temos um vasto potencial para desenvolver, mas a minha preocupação maior, porque o Brasil detém muito bem a tecnologia da prospecção, somos campeões, realmente bons na exploração mineral, mas precisamos dar um foco na parte da tecnologia, na parte extrativa dessas terras-raras. Não vejo porque não a Secretaria de Metalurgia, junto com o Cetem, com o qual já trabalhei na área de processamento de minério de ferro e de níquel, vou procurar – já falei com o meu amigo – para que a gente tente fazer uma parceria, inclusive com a Secretaria de Minas e Metalurgia, a WMR tem recursos para investir junto com o Governo.

Eu me coloco à disposição para tentarmos desenvolver, além da prospecção e exploração, a parte de tecnologia mineral, Senador Luiz Henrique, Senador Gim Argello, que é a questão mais importante, porque você tem o mineral minério, no meu caso identificamos a fluorita, que é um fluoreto de cálcio associado à rocha dolomitica, que é igual à de Baotu. Isso pode estar em outros lugares no Brasil, é questão agora de identificar esses ambientes geológicos.

É um projeto em que já estamos identificando 28 milhões de toneladas de óxidos de terras-raras, com grande expectativa de ser uma jazida tão grande quanto à de Baotu. Mas tem-se de trabalhar muito na área de tecnologia, tem-se que buscar essa parceria com a CPRM, com o Cetem, com os órgãos do Ministério de Minas e Energia, que o Scliar domina, para que a gente possa tornar o Brasil um grande produtor de terra rara. Não adianta pensar em costa de litoral.

O mundo hoje produz terra rara a partir de bastonita, monazite e xenotime. Alguns desses minerais têm problema porque estão associados a minerais radioativos, que geram um rejeito não muito adequado ambientalmente. A diferença dessas jazidas de Baotu, no caso a de Serra do Ramalho, é que não tem a presença dos minerais radioativos. A gente pode buscar isso, Senador, em outros ambientes associados ao grupo Bambuí. É uma sequência de rochas calcárias, carbonato, que, principalmente associadas às dolomitas, quando têm soluções biotermais, soluções que vêm de baixo e atravessam isso. Estou à disposição para qualquer pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. Bloco/PTB – DF) – Agradecemos ao Sr. João Carlos Cavalcanti, um dos empresários que mais descobriu minério neste país, a fama dele o precede. Várias dessas minas que o Brasil hoje está explorando foi o geólogo João Carlos Cavalcanti que as descobriu.

Vou passar a presidência ao nobre Senador Aníbal Diniz, irei à na CPMI que está sendo instalada agora, e volto logo em seguida. Passo, então, a Presidência, ao nosso querido Senador Aníbal Diniz.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Gim Argello.

Passo agora a palavra ao Sr. Fernando Antônio Freitas Lins, representando o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FREITAS LINS – Obrigado, Senador. Bom-dia a todos os Senadores e Senadoras presentes.

O Cetem, Centro de Tecnologia Mineral, é um instituto do MCTI, que, na semana passada, completou 34 anos de atividade. Ele tem participado de vários projetos da área mineral no Brasil. A nossa apresentação, então, será focada nas questões principais de terras-raras.

O meu nome é Fernando Lins e preparei esta apresentação com o meu colega, Ronaldo Santos, especialista em terras-raras. O requerimento do Senador Luiz Henrique é justamente no sentido de o Senado se incorporar nesse esforço do Governo sugerir ou acrescentar para a exploração de terras-raras. Começando por baixo, houve um momento, em 2010, quando foi criado um grupo de trabalho interministerial entre o MCT e o MME, e o relatório dele influenciou tanto o Plano Nacional de Mineração 2030, do MME, como a Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia de Inovação que saiu em dezembro, do MCT.

Nesses dois documentos de diretrizes está contida a importância de minerais estratégicos e das terras-raras como minerais exportadores do futuro. Estão em curso várias atividades, de 2011 para cá, o professor Cláudio disse que vai falar mais da CPM, assim como o Francisco, em função, obviamente do preço e do que houve na China etc. Várias empresas, como a do João Carlos... Eu não sabia. Há outras empresas. Semana passada, saiu que a Vale do Rio Doce, a maior empresa do Brasil, também está... Quer dizer, é público isso. A gente sabe pelos bastidores, mas saiu no jornal que o Presidente vai explorar até as raras. Sabe-se de

outras empresas que ainda não publicamente se manifestaram, mas, enfim, várias empresas brasileiras, pequenas, juniores e grandes, inclusive a maior delas, estão interessadas no tema.

No final do ano passado, o Cetem, o MCT, o MME e o grupo da USP, ganhamos o 1º Seminário Brasil Terras-Raras, justamente para chamar todos os atores atuantes na academia, nas empresas, institutos, etc. Cento e cinquenta pessoas estiveram presentes. Está disponível no *site* do Cetem. Daí decorreu uma espécie do estado da arte da situação: quem faz o quê, quem pode fazer o quê na área de tecnologia, que é objeto do chamado Desenvolvimento de Novas Tecnologias.

Houve mudança de Ministro. Eu mesmo assumi a direção do Cetem semana passada. E, como resultado, nós estamos finalizando documento para ser enviado ao Ministro de Minas e Energia, MCT e Medic, reforçando a questão da importância do Programa Terras-Raras, para chegar ao desenvolvimento acadêmico do Brasil.

Eu vou pular algumas coisas. Vou passando.

Só a ideia de quem participou do seminário. Houve representantes do Conselho de Autoestudos da Câmara, universidades, centros de pesquisa. Todos os atores que tinham interesse no assunto estiveram presentes.

Por favor. Pode passar.

Bom, o representante da INB, Dr. Lair, vai falar. O Brasil já teve uma história de grande produção, de principal produtor e há um consenso no seminário de todos os atores que há um potencial para voltar a ser um ator importante.

Bom, isto é detalhe. Vamos apresentar um seminário que a INB tem um estoque de 15 mil toneladas de monazita, que poderia ser ponto de partida para fazer operações piloto para retomar a produção escala piloto de Terras-Raras. Inclusive, há empresas que, no seminário, sugeriram pegar o material que a INB tem estoque e começar a produzir em escala piloto para o desenvolvimento de tecnologias, etc, e retomar a capacidade de produzir que o Brasil perdeu. Há 15 anos parou de produzir.

Pode passar.

Bom, surgiu também no seminário – é importante esta parte, não ficar só na parte mineral, mas na outra ponta, nos consumidores de produtos de terras-raras –, porque é importante ficar claro o seguinte: a gente não sabe exatamente quanto o Brasil importa terras-raras, porque a grande parte de terras-raras vem embutida nos equipamentos que temos aqui: celular, iPad, televisão. Tudo isso é montado em algum lugar. Isso já chega pronto. Então, qual o consumo de terras-raras no Brasil ninguém sabe direito, com exceção obviamente de óculos de lantânio da fábrica carioca. Os outros usos estão embutidos. Então, é mais difícil saber diretamente por uma pesquisa lá no comércio exterior. Mas, enfim, há um estudo para tentar discriminar isso.

Então, uma ideia exclusiva lá no seminário é justamente que se fizesse um consórcio. Por exemplo, há empresas nacionais e internacionais que são consumidoras de ímãs magnéticos, motores, etc. eles mostraram interesse em comprar, caso a produção fosse feita no Brasil. Então, isto é também uma coisa a ser considerada: pensar na cadeia toda até o final dela, senão estaríamos naquela situação de exportar, porque o Brasil, na verdade, o consumo interno, tirando FCC, que eu conheço, o resto não se sabe direito. É muito pouco. Então, se nós voltarmos a produzir, vamos exportar o óxido, no máximo, o óxido, que é uma matéria um pouco avançada apenas no que diz respeito ao minério cru, ao minério bruto. Então, é importante ter essa possibilidade e formatar uma cadeia, não é uma tarefa trivial, mas o BNDES está interessado no seminário em ser um protagonista, em ajudar nessa questão.

Próximo.

Há desafios. O Brasil já teve, já produziu, como o colega da UnB vai falar, já teve um corpo de pesquisadores atuantes – no Cetem mesmo, já teve, há 20 anos, um grupo de 15 pesquisadores atuantes. Claro, depois, perdeu-se o interesse em terras-raras, esse grupo se diluiu, mas está na hora de retomar, muitos estão lá ainda, e há problemas de recursos humanos especializados nessa área. Não só no Brasil, em todos os países, como os Estados Unidos, nos países que abandonaram a produção, em que se perdeu essa competência ou, pelo menos, ela está adormecida e precisa ser retomada. E também assegurar que os recursos de pesquisa sejam duradores, de médio e longo prazo.

Próximo.

Bom, aí, o processo produtivo: geologia e prospecção, que não têm problemas; dentro da mineração tem a parte de tratamento de minério, concentração, porque cada minério tem a sua característica, pode ser complexo, pode ser simples; tem a parte da extração, em que há a questão ambiental, mas que se for feita de forma segura como se extrai urânio no mundo de forma que se for segura não trará problemas, tem que ser segura e bem feita. Separação seletiva dos 17 elementos. Isso tudo, o Brasil, obviamente tem gente em pesquisa, não produz mais, produziu no passado e tem que retomar, mas as pré-condições são existentes, inclusive chegando até o final, fazendo produtos como o magneto etc., como o Senador conhece, a fundação Certi está com essa proposta, o IPT, lá de São Paulo, o Instituto de Pesquisa Tecnológica também tem a competência na parte de fundição de ligas. Ou seja, se se

organizar um projeto, um programa de médio e longo prazo englobando várias instituições de pesquisa do País dadas as suas classificações, o Cetem também tem a sua classificação ali na extração e na concentração, na parte dos dois primeiros, e se isso puder ser organizado, acho que será um passo importante para apoiar a produção dessas empresas que estão querendo produzir, pelo menos umas cinco ou seis já estão querendo produzir.

Está em curso então pelo MCTI um estudo contratado com a CGEE, que deve acabar em junho, de uso e aplicações em terras-raras, ou seja, e espero quem sabe o quanto a gente consome hoje...

É o último *slide.*

Então, recomendações do seminário: esta proposta aí que a gente está formatando com o MICT, integrando todos os atores, procurando integrar projetos que estão pelo Brasil, Fundação Certi, da Coppe tem o MagLev, etc., e a articulação público-privada, se necessário, para poder... Há falta de tecnologia, há falta de recursos, há falta de dinheiro para empréstimo, etc., nesse sentido, para poder então ir para frente essa cadeia.

Era isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Sr. Fernando Freitas Lins.

Passo a palavra ao Sr. Francisco Valdir Silveira, representante da companhia de pesquisa de recursos minerais – CPRM.

O SR. FRANCISCO VALDIR SILVEIRA – Senhores Senadores, colegas geólogos e participantes desta comissão, sou representante do Serviço Geológico do Brasil aqui nesta audiência pública. O Serviço Geológico do Brasil, como todos devem saber é a empresa de governo que produz as informações básicas do País relativamente a geologia.

Próximo.

O Plano Nacional de Mineração teve seu início por volta de 2008, do qual participei nas *commodities* de diamante. Durante o ano de 2010 foi criado este grupo de trabalho interministerial entre o MME e o MICT para estudar, baseado nesse plano nacional de mineração, os minerais estratégicos.

Próximo, por favor.

A nossa apresentação vai seguir esse roteiro.

Próximo, por favor.

Qualquer discussão que a gente ache que deve ser tratada em relação ás *commodities* minerais...

A gente tem que dividir os minerais em minerais considerados abundantes, considerados críticos e considerados estratégicos.

Isso é intrínseco de cada país, ou seja, quem estiver planejando as políticas públicas e as geopolíticas tem de estar pensando onde ele está, ou seja, ele tem de estar no próprio país para conhecer os interesses do seu país.

Próximo, por favor.

O que são minerais abundantes?

No nosso entendimento, são os minerais que têm grandes reservas ou até aqueles que têm reservas médias, mas que têm fácil acesso, que são de fácil explotação. Além disso, eles são importantes dentro do balanço comercial do país.

Próximo, por favor.

Entre os minerais considerados críticos...

Esses são os mais complicados para a gente entender, a gente que está dentro da cadeia de pesquisa mineral. São assim considerados os minerais cuja produção não é suficiente para atender à demanda do país e também os que são insubstituíveis e até aqueles de que você tem reserva, mas, se você pensa a longo prazo, percebe que esses minerais vão faltar. Pensando num país desenvolvido, eles vão estar escassos. São críticas as substâncias escassas do planeta quando, por exemplo, há um único país detendo o bem mineral.

Próximo, por favor.

Nesse caso aqui, são os minerais de alta dependência externa. O exemplo que poderíamos dar atualmente de um mineral crítico é o do potássio fosfático.

Próximo, por favor.

Ainda como minerais críticos... O Brasil tem as maiores reservas de nióbio do mundo, mas, mesmo assim, o nióbio é considerado um mineral crítico.

Por quê?

Porque está concentrado unicamente em nosso País.

Próximo, por favor.

Minerais estratégicos.

O que são minerais estratégicos no nosso entendimento?

São os minerais radioativos, os hidrocarbonetos e os minerais considerados de alta tecnologia, ou seja, os chamados minerais do futuro. Vocês vão ver por aí, na mídia, muitos nomes para esse tipo de minerais.

Aqui vamos dar ênfase aos minerais de terras-raras.

Próximo, por favor.

O que são minerais de terras-raras?

Quem pega a tabela periódica vai encontrar os lantanídeos, que são formados, são quinze elementos, mais esses dois, o escândio e o ítrio. Eles são usados hoje nas mais diversas formas dentro da tecnologia, além do que os processos de diminuir o tamanho dos equipamentos têm tido necessidade de usar, cada vez mais, esse tipo de metais.

Próximo, por favor.

Quando se diz terras-raras, no senso estrito da palavra, a gente pode entender que se diz assim porque eles são raros. Isso não é verdade. Quando comparados os teores dos terras-raras e os níveis médios da nossa crosta, a gente vai ver que há alguns elementos cujas quantidades são bem menores do que a quantidade dos terras-raras. Se a gente pegar alguns teores de níquel, cobre e ouro, veremos que os níveis de crosta, às vezes, são muito menores. O que acontece é que esses minerais são considerados terras-raras porque no processo de torná-los puros há barreiras tecnológicas. Do mesmo modo, eu poderia dizer que o titânio é outro com que a gente tem problemas. Por exemplo, existe uma única empresa no mundo que tem a detenção da tecnologia de beneficiamento do titânio. Por isso que titânio é muito caro. Se o Brasil, que tem as maiores reservas de titânio, tivesse tecnologia para extrair o titânio....

O Brasil tem as maiores reservas de titânio, iguais ou talvez maiores do que as de nióbio.

Próximo, por favor.

Só para mostrar a vocês aquele exemplo que eu dei no qual os terras-raras têm alguns elementos que são considerados que são bem menores os teores, por exemplo, ouro e a platina, os teores considerados de crosta são menores do que os de terras-raras.

Próximo, por favor.

Quais são os minerais mais importantes que a gente deve procurar na prospecção?

São a bastnasita, a monasita, que todo mundo conhece bem. Quem nunca ouviu falar que, durante a II Guerra Mundial, dos navios que vinham da Europa e dos Estados Unidos e que levavam lastro com areias de praias do litoral brasileiro. Xenotima, também um mineral bastante comum, laparita; argilas também podem conter minerais de terras-raras, e uraninita. E isso tem suas ocorrências em rochas comuns, como os carbonatitos, as areias de praias, rochas graníticas, de maneira geral, maciços higros alcalinos, de que o Brasil é fartamente intrudido. O Brasil é intrudido por esse tipo de rocha.

Temos o magmatismo alcalino do Alto Paranaíba, que é um dos maiores magmatismos que existem no planeta sobre esse tipo de rocha.

Próximo, por favor.

O jeitão das terras-raras da bastinazita, da monazita e da xenotima.

Próximo, por favor.

Esse eslide, para quem recebeu o material está lá no final, é só para mostrar aqui, para chamar a atenção. É o Ministro da Economia, Comércio e Indústria do Japão, e mostra que o disprósio, que é um elemento de terras-raras, em 2010 custava US$250 o quilo e, em 2011, ele já estava a US$2,840 o quilo. O neodímio passou de US$42 o quilo para US$334 o quilo. Por isso temos visto falar muito isso aí ultimamente.

Próximo, por favor.

Isso eu vou passar, porque o colega vai falar.

Próximo, por favor.

Esse aqui é o que o Brasil contribui hoje com as reservas de terras-raras conhecidas, mas podemos chegar a um número muito mais pomposo dentro desse quadro.

Próximo, por favor.

Vocês viram que falei em *commodities* minerais abundantes, estratégicas, e as críticas. E o grupo de estudo, na realidade, pegou e colocou tudo como sendo estratégico. Eu acho um meio muito interessante, onde você tem os minerais estratégicos portadores de futuro, minerais estratégicos que são importantes para a balança comercial do País e os minerais estratégicos de que temos dependência externa.

Próximo, por favor.

Aqui é onde entra a CPRM, que foi uma recomendação desse grupo de trabalho no final de 2010.

Próximo, por favor.

Em 2000, ainda, nesse mesmo ano, houve uma reunião da qual a CPRM participou e foi aí que começamos a bolar os projetos de minerais estratégicos. Eu gostaria de frisar bem: as *commodities* estratégicas do País.

Próximo, por favor.

Então, quando pegamos hoje o banco de dados da CPRM, do Serviço Geológico do Brasil, vemos que o Brasil tem vastas áreas em que temos potencial que não é conhecido, porque isso foi esquecido. Inclusive, no patrimônio mineral do Serviço Geológico do Brasil, aqui na região de Roraima, nós temos uma reserva de terras-raras.

Se vocês forem ao DNPM está registrado.

Próximo, por favor.

Além de termos as areias litorâneas, que também é uma área de alto potencial. Por exemplo, por que não prospectar a foz do rio São Francisco, do rio Açu, do rio Jequitinhonha, na Bahia, visto que ao longo de todo o litoral temos várias ocorrências de jazidas de minerais pesados, entre os quais estão terras-raras.

Próximo, por favor.

Esse aqui é o jeitão dos minerais costeiros, como eles são encontrados.

Próximo, por favor.

E como foi que nasceu o projeto de terras-raras? A partir de 2011, foi colocado no PAC o projeto de minerais estratégicos, no qual está o projeto terras-raras.

Próximo, por favor.

E não íamos inventar a roda. Já tínhamos, dentro da CPRM, duas áreas de altíssimo interesse mineral, como a Serra do Repartimento e Seis Lagos. Seis Lagos é considerada a maior reserva de nióbio do planeta, e também tem terras-raras. E essa aqui é a reserva de terras-raras que temos no patrimônio da CPRM, em Roraima, além de áreas onde sabemos que existe potencial.

Próximo, por favor.

Isso aqui é como são divididos os projetos dentro do Serviço Geológico.

Próximo, por favor.

A CPRM tem dois tipos de trabalho que são executados, normalmente, são os levantamentos sistemáticos de mapeamento geológico e geoquímico de prospecção, levantamentos geofísicos, além de ter os projetos temáticos.

É o exemplo do terras-raras. É um projeto temático.

Próximo, por favor.

Essa aqui é a área do Repartimento. Eu quero mostrar, essa aqui é a reserva ianomâmi. Esse trabalho terminou em 1985. A reserva chegava até aqui. Quando a CPRM terminou de avaliar esse projeto, a reserva cresceu essa pontinha, essa ponta foi crescida.

Atualmente, a gente está trabalhando em Volta. Hoje estamos com seis equipes de trabalho, cobrindo essas folhas – são folhas quadrículas – que vão para 100 mil.

O próximo, por favor.

Esse é o jeito, é uma folha de 1 para 5, que tem três mil quilômetros quadrados, na qual a gente faz a amostragem de solo sistemático a cada cinco quilômetros, e uma densidade de amostragem no sistema de drenagem de uma amostra para cada dez quilômetros quadrados.

O próximo, por favor.

Isso aqui é Seis Lagos. Também virou, coincidentemente, depois que a CPRM detectou e separou essa reserva, passou a ser uma reserva ecológica, hoje temos sérias dificuldades de entrar na própria na nossa área de trabalho.

O próximo, por favor.

São áreas que vão ser avaliadas agora em 2013, áreas em Tocantins, Goiás e Minas Gerais. Essa aqui é a região do Alto Paranaíba.

O próximo, por favor.

Em conclusão, vemos que o Brasil tem um cenário geológico muito promissor. Como o colega falou, sem dúvida nenhuma, aquele 1% ali a gente pode passar um número muito maior.

Então, conhecimento de depósito já existente. A gente sabe que tem terras-raras nos depósitos de Araxá, Catalão, Salitre. A gente sabe que tem terras-raras hoje em Santa Catarina. Tem em Seis Lagos, aqui no Centro-Oeste, no litoral.

O próximo, por favor.

Existem alguns gargalos que têm que ser rompidos.

Capacitação técnica do quadro. O quadro do Serviço Geológico tem bastante pessoas com experiências muito elevada que estão se aposentando. E teve um lapso de tempo em que entrou novos geólogos. Então, a gente tem geólogos muito antigos, muito experientes, com geólogos muito novos.

A continuidade do mapeamento geológico, que vem sendo feito, não pode parar de jeito nenhum. Esse levantamento geofísico também não pode parar, principalmente na Região Amazônica, porque a Amazônia ainda está totalmente desconhecida no tocante à geologia, geoquímica e geofísica.

Implementação de novas ferramentas de mapeamento geológico. Aumento do corpo técnico está previsto para 2012. Aumentaram muito as nossas demandas e o nosso quadro continua sendo o mesmo.

O próximo, por favor.

Isso aqui o colega já falou e da agora para a gente tem que tocar o que vem sendo proposto.

O próximo, por favor.

Obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Dr. Valdir Silveira.

Agora, com a palavra o Sr. Alair Veras, Presidente das Indústrias Nucleares do Brasil.

O SR. ALAIR VERAS – Senadores, obrigado pelo convite.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – A campainha ali toca como um alerta, mas não precisa acelerar completamente, porque diante de um público leigo é melhor que tenha o tempo necessário para fazer a exposição.

O SR. ALAIR VERAS – Obrigado.

Vou contar um pouquinho da história da INB e vocês vão ver as nuances que a gente passou por esses vários anos.

No primeiro, temos aqui as primeiras jazidas que começaram a ser trabalhadas, que foram Cumuruxatiba e Guarapari. Hoje em dia aquelas lá de cima não são mais passíveis de se continuar trabalhando, porque hoje já tem casas, já se construiu em cima, sendo impossível se buscar qualquer coisa ali. De Guarapari até o norte fluminense a INB explorou toda essa área e o que tem de material que foi tirado. Hoje, a INB está buscando um caminho que é nas costas, pesquisar *offshore*, dentro do mar, mas junto às costas.

A próxima. Essa é uma unidade que a gente tem no norte fluminense. Ela faz a separação física dos mi-

nerais. Ali, separamos hoje a monazita, a zirconita, o rutilo e o ilmenita, que são os principais dos minerais. Tem outros minerais principais, quando a gente fala de minerais pesados. Não são só esses, são outros. Mas esses são os principais da região.

Próximo.

Processo físico começa com uma separação de hidrogravimétrica.

Próximo.

Da mina vamos para um primeiro corte, porque as hidrogravimétricas têm limite de trabalho, então fazemos um corte com peneira e ciclone e vamos produzir um concentrado. Do minério que a gente traz, apenas 10% são concentrados de minerais pesados. O restante retorna para a jazida, para obturar a cava da mina.

O concentrado de minerais pesados é transferido para unidades de tratamento seco, essa é que a gente chama via úmida e temos outra que é a via seca. Na usina seca trabalhamos as propriedades dos materiais quanto às respectivas qualidades que cada um tem. E aí usamos a densidade como um elemento, a separação gravimétrica, usamos a capacidade de reter carga elétrica ou não e também a capacidade, a sua sensibilidade ao campo magnético. Em função disso, conseguimos separar os vários minerais pesados que a gente tem em Buena.

Próximo.

Vocês podem ver que aqui tem uma retro escavadeira retirando o minério e lá atrás tem uma pá recompondo já, obturando com o material já foi lavado, retirou o concentrado de minerais pesados e aqui já estamos, ao mesmo tempo, obturando.

Próximo.

Esse é um concentrado de minerais pesados.

Próximo.

Aqui, para vocês terem uma idéia é como a gente trabalha. A lavra e a recomposição, quer dizer, abrimos um buraco, no próximo vamos ver seis meses depois como está o terreno. Se vocês repararem lá na lateral, a parte superior é colocada ao lado da lavra para depois recompor. Isso é a matéria orgânica que cobre o terreno, então, ele é recomposto com o próprio material de matéria orgânica. Nesse aqui, são seis meses depois como ficou o terreno.

Próximo.

Esse é outro exemplo, só para mostrar a área como fica depois de recomposta.

Próximo.

Esses são os minerais produzidos em Buena, o rutilo, a monazita, zirconita e a ilmenita que tem algumas aplicações bastante específicas. Hoje, o Brasil importa rutilo, ele é muito usado para fluxo de solda elétrica, é também usado para a produção de tintas, através do pigmento de dióxido de titânio. As zirconitas têm grande importância na área de cerâmica. A ilmenita tem aplicação igual ao do rutilo na produção, principalmente, do dióxido de titânio e ferro ligas. A monazita é um material nosso, em que 60% desse mineral são terras-raras, ele tem 27 a 28% de fosfato.

Próximo.

Aqui vocês vão ver uma classificação um pouco diferente. A gente chama de quinze elementos. Basicamente a gente trabalha mais com os... Há uma pequena da aplicação de vocês, porque a gente separa em leves, médios e pesados. Vocês vão ver a gente fala dos leves: lantânio, cério, praseodímio e neodímio. Mas não falei aqui e nem vocês estão citando, mas aqui tem outro elemento que também está aí nesse meio e é difícil de encontrar. Samário, európio e gadolínio, são os intermediários.

Só falar disso é importante, porque, na hora da separação das terras-raras, é mais ou menos com essa configuração que a gente trabalha. E as pesadas: térbio, disprósio, hólmio, érbio, túlio, itérbio, lutécio e ítrio. São basicamente aos lantanídeos que a gente se apegou. Os lantanídeos tiveram mais dificuldade de serem abertos, porque são elementos com diâmetro, com tamanho muito parecido. Então, a separação deles é muito complicada.

Próximo.

Essas são algumas aplicações. Já foram faladas algumas aqui... Mas são bastante conhecidas em termos de aplicações das terras-raras. Infelizmente, no Brasil, a gente não tem esse tipo...como chegar a esse produto final.

Próximo.

São também outras aplicações, como o *chat* falou: catalisadores para o craqueamento de petróleo; o cério também como catalisador automotivo e para polimento – Isso já é antigo. A antiga Nuclemon chegou a vender muito óxido de cério para polimento de vidros e lentes –, e óxido de praseodímio. Tanto o praseodímio como o neodímio são usados para imãs permanentes.

Próximo.

Como eu falei, 60% da monazita são terras-raras.

Próximo.

Apresenta também 28% de fosfato. Então, ela é basicamente um fosfato de terras-raras. Tem 5% de tório; e aí começa o problema. Tório e urânio são materiais radioativos, e esse é um problema de manipulação e de geração de rejeitos, rejeitos radioativos.

Próximo.

Essa é um pouquinho da história, para vocês terem uma ideia. Quem começou foi uma empresa privada. A Orquima era uma empresa privada que começou, na década de 40, a processar a monazita.

Em 1956, foi estatizada pelo Governo Federal, e ficou no Governo Federal até 1962, quando foi transferida para a CNEN. Não foi bem, em 1962, CBTN; a CBTN é de 1971. Em 1962, a empresa passou a se chamar CNEN, até 1971, quando se criou uma empresa, que é a Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear, para tratar a monazita. Em 1974, com a criação da Nuclebrás, essa empresa foi incorporada à Nuclebrás com o nome de Nuclemon, que veio até 1994, quando foi incorporada pela INB e virou INB.

Próximo.

Na fase da Orquima, eles foram os primeiros a desenvolver os produtos e a separar as terras-raras individualmente, em pequeníssimas quantidades, mas já com aplicações bastante importantes naquela época, porque ninguém no mundo sabia separar. A primeira empresa a começar a separar foi a Orquima. O Brasil, na década de 50, estava no *top* do mundo em separação de terras-raras.

Próximo.

Quando foi incorporada, a preocupação era muito mais o urânio. Quando ela foi estatizada, era mais ou menos dentro daquela filosofia de "O petróleo é nosso."; e agora o urânio é nosso também. A parte de terras-raras ficou muito relegada a segundo plano. Então, vocês vão perceber que o que eu conto de evolução aqui é muito pouco.

Próximo.

Em 1970, também pouca coisa evoluiu.

Próximo.

Na década de 80, também, muito pouca coisa a gente evoluiu em termos de separação.

Próximo.

Também a mesma coisa. Ainda continuamos. Em 88, nós fizemos um acordo com uma empresa japonesa a Mitsui que estava interessada em obter um concentrado pesado. Eles queriam as médias e pesadas junto. Eles não queriam as leves. E eles então fizeram o primeiro projeto de separação usando a extração por solvente para separar as terras-raras.

Próximo.

Em 92, foi desativada as instalações da Nuclemon, em São Paulo, onde a gente abria a monasita. A monasita era aberta nessa unidade em Santo Amaro. Estava no centro da cidade. Realmente era um problema. E mexer com material radioativo naquele ponto era complicado. Havia uma pressão do local e fechou-se essa unidade e também desativou-se a planta de Buena, onde se produzia a monasita.

Em 93 a gente montou em Buena uma planta piloto para não perder a cultura e o conhecimento de terras-raras, mas aí começamos a tentar, nessa planta, fazer a separação individual das terras-raras.

Nós pegamos os produtos que a Nuclemon tinha produzido até 92 e passamos a começar a separar nessa usina piloto.

Próximo.

Nós usamos... Em vinte estágios de separação nós conseguimos pegar a fração leve que era o lantânio e o que a gente chama de dímio, é o praseodímio e o neodímio. Nós fazíamos um corte e conseguíamos produzir lantânio nessa época com pureza de 99%, usando extração por solvente. Isso é tecnologia nossa, desenvolvida no Brasil.

Em seguida, na planta piloto, nós tínhamos 115 estágios. Nós usamos 60 estágios para separar o praseodímio e o neodímio. Daí a dificuldade, para vocês verem. Para separar um material do outro você precisa de uma quantidade muito grande de estágios de extração por solvente.

Na outra parte da piloto nós trabalhamos para separar algumas frações.

Nós produzimos o samário com altíssima pureza, três noves de pureza, e isso já atendia para fazer imã permanente de samário/cobalto. E produzimos um concentrado de gadolínio e európio e um concentrado dos demais pesados.

Com isso aqui já permitiu abrir campo para muita gente pesquisar no Brasil, mas industrialmente, consumo no Brasil nós não tínhamos nada, não tinha indústria que consumisse esses produtos ainda no Brasil. O que a gente tentou foi desenvolver parceiros para poder aplicar esses produtos.

Próximo.

Em 96, nós tentamos começar outro processo, como o primeiro processo gerava Torta II, vocês vão ver que a gente tem um problema até hoje com Torta II, e a gente tentou um processo para mudar isso aí.

Próximo.

Nesse processo nós fizemos um estudo de viabilidade, nessa época, que parecia bastante interessante, mas quando a gente conseguiu operar essa planta vocês vão ver que mudou completamente.

Próximo.

Nessa planta de Caldas, nós chegamos a produzir o cloreto de lantânio e o hidróxido de cério.

Próximo.

O objetivo era evitar a Torta II onde ficam o urânio e o tório e obter um tório na forma de fluoreto, insolúvel em água, e estocado como um produto que possa ser usado no futuro.

Próximo.

É um processo. Vou passar rápido porque não adianta entrar em detalhes.

Próximo.

Essa é a planta que está instalada em Poços de Caldas. Ela não ocupava isso tudo. Essa foi uma planta inicial de urânio. Uma pequena parte foi usada para a produção de terras-raras.

Próximo.

É a mesma planta.

Próximo.

Aqui chamo a atenção para o galpão de estocagem de Torta II. Temos um galpão lá atrás e foi mostrado onde fica estocada a Torta II que foi produzida desde a década de 40, quando parou a Nuclemon. Tudo o que foi produzido de Torta II está estocado nesse galpão.

Próximo.

É o galpão mais de perto.

Próximo.

É o mesmo. E uma idéia de como está estocado lá dentro.

Próximo.

Aqui coloquei isso para vocês terem uma ideia da loucura que é fazer um projeto com a variação que tem do custo em termos de terras-raras. É difícil fazer um projeto. Quem vai investir tem de tomar cuidado com isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Dr. Alair Veras.

Agora, com a palavra, o Sr. Cláudio Scliar, representante do Ministério de Minas e Energia.

O SR. CLÁUDIO SCLIAR – Bom dia a todos que estão presentes neste evento. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer aos Senadores Luiz Henrique e Valdir Raupp pelo requerimento para esta sessão. Gostaria de cumprimentar o Senador Aníbal Diniz, o Senador Eduardo Braga, que esteve aqui antes. Estamos sob o olhar do Ministro Edison Lobão, do Senador Edison Lobão, que é o primeiro ali na sessão de fotos, deve ser o primeiro Presidente desta Comissão. É isso? Da Comissão de Infraestrutura. Tudo bem. Perfeito.

Vou apresentar alguns pontos sobre as políticas públicas do Ministério de Minas e Energia que sempre tem articulado essas políticas junto com outros ministérios. Gostaria, inclusive, de esclarecer – e acredito que é importante – isso, até no sentido do entendimento das articulações que temos feito, sob o ponto de vista dos ministérios, que o Dr. Fernando Lins, há um mês, era o Diretor da nossa Secretaria no Ministério de Minas e Energia. A semana passada foi indicado, eleito, escolhido, pelo Ministro de Ciência e Tecnologia como Diretor Presidente do Cetem – Centro de Tecnologia Mineral. Então, uma boa parte das questões que vou levantar, ao longo dos últimos seis anos, foram discutidas com o próprio Dr. Fernando Lins. Sem dúvida nenhuma, reforçando sua passagem, hoje, para o MCT – essa relação voltando ao MCT – fica reforçada essa relação MME/MCT.

Da mesma forma, o Dr. Valdir, que é da CPRM, que é um órgão vinculado ao MME e às políticas públicas desse órgão. Elas estão diretamente associadas às políticas públicas do próprio Ministério de Minas e Energia. Então esse, inclusive, foi o meu pedido à coordenadora da Assessoria Parlamentar no sentido de que eu fosse o último a falar no sentido das políticas que o Ministério de Minas e Energia, junto com o MCT, tem desenvolvido para esse tema tão sério.

Tenho algumas questões que já foram faladas em alguns momentos. Vou procurar passar mais rapidamente para podermos ter um tempo para as perguntas.

Bem, aqui já foram ditas as variantes 15 e 17... Eu estava recordando com meu amigo João Cavalcanti aqui que, em um determinado dia, estávamos eu e uns outros colegas, e o Ministro Edison Lobão me perguntou: "Dr. Scliar, quais são esses dezessete?" Eu lhe disse: "Ministro, de cabeça, eu não sei o nome de todos, não." Só uma lista dessas substâncias, desses elementos químicos que, a bem da verdade, os químicos que me perdoem, não são nem terras nem, como já foi dito, tão raras. Ali está a questão da abundância que se tem desses elementos na crostra terrestre e tem muitos outros elementos que são bem menos abundantes.

O aspecto é que realmente a concentração deles em depósito é mais rara. Esse é o aspecto que se destaca. Esses elementos químicos normalmente estão associados a outros minerais que, quando são minérios, são extraídos, poderiam ser também aproveitados como subprodutos, co-produtos ou, com o aumento dos preços, até eles mesmos viabilizando a existência de uma mineração.

Então, esses elementos químicos, como aqui foi dito e acredito que a exposição de nosso colega da INB expressou isso muito bem, nós, como País, já tivemos essa tecnologia do aproveitamento, já a aproveitamos muito das terras-raras, vindas da monazita e, por uma série de razões – talvez eu não tenha detalhado mais –, aspectos econômicos, tendo a ver principalmente com toda essa relação com a produção chinesa, com os preços, da forma como foram sendo executados, que inviabilizou, naquele momento, naquela hora, a continuidade, até por não se ter tão claro, naquela época, esse aspecto da portabilidade de futuro desses minérios que se tornariam tão importantes, porque, ao se ver a importância deles...

Aqui, eu só dou um pequeno exemplo ao pegar um automóvel e onde ele está sendo utilizado. É no automóvel, é no iPod, no iPed, nas telas planas, em celulares e em tudo o que tem a ver com o mundo

moderno. Nos anos 40, nos anos 50, nos anos 60, e mesmo nos anos 90, não eram tão disseminadas. Esses elementos químicos, chamados terras-raras, sem dúvida trazem em si uma importância enorme do ponto de vista de futuro.

Próximo, por favor.

Aqui também já foi mostrado e outros depois podem ver este material que ficará disponível aqui. Essas variações que tivemos em 2011, quando tivemos o grande *boom*. Aqui nós temos alguns desses elementos químicos, embaixo outros, onde vemos um salto enorme. Esse é um aspecto extremametne sério do ponto de vista, seja de terras-raras ou de outros bens minerais. João Cavalcanti, como empresário, sabe bem disso. Muitas vezes para o investimento, seja para empresários, seja para o Poder Público, é muito difícil você coordenar todos seus investimentos em um momento de alta e isso depois não se mantém. Mas aí é onde se entra, por um lado, o raciocínio econômico do empresário e, por outro, as necessidades do País quanto a esses bens minerais serem importantes para o País.

João aqui citou um caso entre China e Japão. Talvez, ele não conheça um caso, que muitos de nós aqui da Mesa conhecemos, que é importante a Comissão saber, que nós tivemos para a produção de uma fábrica que produz catalisador no Brasil. E que essa fábrica que produz catalisador no Brasil é fundamental para ela o lantânio. E, de repente, no Brasil não se produzia mais, porque se produzia antes, e ela, sem o lantânio não tem como produzir a gasolina, e sem produzir a gasolina, como é que fica o País? E o principal fornecedor, a China, indicou para ela, primeiro um aumento de preço muito expressivo.

Estou dizendo isso dessa forma porque isso se tornou público e nos trouxeram essa demanda, porque poderia haver a paralisação da produção do combustível no Brasil em função de não se ter a produção de lantânio. Isso, então, foge a regra, simplesmente, da economicidade industrial do empresário. Já se coloca uma questão de estratégia para o País, que eu citei um exemplo como, com certeza, no futuro, muitos outros exemplos vão poder ser ditos. Então, sem dúvida, isso se coloca na pauta de preocupação para muitos governos.

Próximo, por favor.

Por exemplo. Nós temos isso de 2010 que são estudos que estão disponíveis na Internet, são extremamente interessantes onde a Comunidade Europeia discute a questão da criticidade de bens minerais, bens minerais importantes para a sua indústria e que, quando se pensa do ponto de vista do suprimento e da importância econômica, olha lá as terras-raras. Quer dizer, se olharmos o quadro anterior só da economicidade, vamos dizer que tem que se ir com muita calma no sentido do investimento, mas do ponto de vista do País e da necessidade, quem produzir, aqueles países que produzirem tem que pensar esse aspecto estratégico para o seu país. Isso no caso da comissão europeia de 2010.

Próximo, por favor.

Nos Estados Unidos, o Geological Service, ou serviço geológico, a CPRM dos Estados Unidos, ao fazer esse tipo de estudo, também, ao considerar os aspectos do impacto do suprimento da sua indústria. E o risco do suprimento coloca as terras-raras aqui. Não é o máximo, onde estaria o titânio, mas, sem dúvida nenhuma, como algo extremamente importante.

Próximo, por favor.

Gostaria de colocar que essa discussão que nós realizamos no Ministério das Minas e Energia faz parte do Plano Nacional de Mineração 2030, que o colega CPRM fez e que eu fui o coordenador desse plano, o Dr. Fernando Lins, do MME, foi o secretário executivo. Nós fizemos oficinas, trabalhos, e chegamos ao que seria estratégico para o País: minerais que o País depende e importa, minerais em que o País apresenta vantagens comparativas e liderança internacional e minerais cuja demanda mundial deverá se expandir nas próximas décadas, portadoras de futuro. Isso aqui a todos aqueles interessados – um pouco mais à frente vou explicar – ele está disponível para um *download*, para você baixar no *site* do Ministério das Minas e Energia. Então, quem tiver interesse nessas discussões que fizemos, inclusive em relação aos minerais estratégicos, por favor, procure nosso Plano Nacional de Mineração.

Próximo.

Aqui é um quadro, um breve quadro dessas reservas das terras-raras, entendendo bem que ao se falar das reservas de terras-raras, nós estamos falando de reservas de um conjunto de elementos químicos que estão dentro de alguns minérios. Mas, de qualquer maneira, fica muito claro o importante desse dado é a inexpressividade do Brasil, 0,2% hoje, do ponto de vista de reserva, produção. É a reserva também expressiva da parte da China mas a produção, principalmente, sem dúvida, muito grande. A produção é muito expressiva do ponto de vista mundial. Esse é um dado que está aqui, de 2009, mas, com certeza, isso ainda se repete. Então, o desafio para nós, sem dúvida nenhuma, continua.

Por favor.

Bem, aqui também já foi mostrado, são diferentes ocorrências e depósitos.

Aqui tem um aspecto que me parece importante, inclusive para nosso amigo empresário Cavalcanti,

como outros setores empresários que tem investido nisso, seja a Vale, seja a Mebac, seja outros setores que nós sabemos que têm desenvolvido trabalho nessa questão das terras-raras, nós conhecemos elas. Como a INB mesmo falou, nós conhecemos elas. Nós não só conhecemos, como a CPRM falou aqui, inclusive, de ocorrências que eles conhecem. Então nós conhecemos muito onde elas estão. Essas ocorrências, depósitos existem.

Então, o problema ele não é simplesmente o aspecto do descobrir a jazida, com todos os méritos do João Cavalcanti, isso aqui tem sorte mesmo. Ele viu uma mina lá na China, pensou no seu tempo, há 40 anos, foi procurar e encontrou o que, sem dúvida, é o que se destaca do ponto de vista dessa profissão, inclusive, que tem esse aspecto de prospector, também. Mas a presença de terras-raras no Brasil nós conhecemos muitas; elas estão muito associadas – as terras-raras – ao que nós profissionais da área chamamos de carbonatitos. Então, onde tem carbonatitos? Tem Araxá, Catalão, você pega todas as áreas onde se produz nióbio, onde se produz o fosfato. Nós sabemos onde há os tipos de ambiente geológicos e sabemos que tem. Agora, é necessário, é óbvio, todo o investimento para a pesquisa para transformar em mina.

Esse é o aspecto que iguala a terras minerais a todos os outros minérios, mas tem dois passos a seguir, que aí que diferencia. Um é o da tecnologia, que uma parte dela nós até conhecemos, tem outra parte que é até disponível em pacote pelo mundo a fora, e nós podemos até desenvolver. Mas têm outras ainda que o MCTI aí seja fundamental. Tem que se descobrir não só o uso que tem hoje como tudo aponta que esses tais minerais do futuro eles têm outras características, talvez algumas até não descobertas. É diferente dos minerais tradicionais: ferro e cobre. Quando surgiu o alumínio no final do século XIX já era uma coisa assim espetacular. As terras-raras, hoje, são espetaculares também nesse sentido do futuro e nós conhecemos aonde elas existem.

Aqui é as reserva de depósito no Brasil. Isso já foi falado também, mas teria que acrescentar aí a nova descoberta da holding *Mineral Resorces*. Mas existem, são conhecidas, o ATR são os óxidos das terras-raras onde a quantidade de óxido que tem. Isso de certa forma é como os outros bens minerais, nós sabemos onde eles estão.

Próximo, por favor.

Esses são os processos minerários, hoje existentes registrados no DNPM, são autorização de pesquisas, requerimentos de lavra, concessão de lavra; manifesto de mina – até manifesto de mina tem – que, provavelmente são os da areias lá nos anos 30 e que estão hoje em disponibilidade. Então nós temos esse conjunto de processos minerários num DNPM, seguindo esse rito, esse rito comum a todos os minérios.

Próximo, por favor.

Aí entra esse aspecto que foi levantado pelo colega da CPRM também e que em fevereiro de 2011, nós lançamos esse Plano Nacional de Mineração onde tem aquela definição no que consideramos estratégico para o Brasil e onde, seja a CPRM, seja o DNPM, que são os órgãos vinculados operacionais nosso, uns enquanto serviços geológicos, o outro quanto o órgão fiscalizador, controlador da mineração, nós damos uma série de linha de trabalho para eles. E essa portaria de dois Ministros: Sérgio Rezende e Márcio Zimmermann.

Márcio Zimmermann estava, exatamente, cumprindo um período. O Ministro Edison Lobão saiu para se recandidatar a Senador, venceu e voltou. Nesse período estava o Ministro Márcio Zimmermann junto com o Ministro Sérgio Rezende, do MCT, eu como coordenador novamente – a mesma dupla – e o Dr. Fernando Lins como Secretário Executivo criamos esse grupo de trabalho MME/MCTI. É em torno dessas decisões aqui que o próprio Fernando já apresenta, em um momento posterior no seminário, em que temos algumas decisões que entendemos que são fundamentais para as questões de que estamos tratando.

Próximo, por favor.

Primeiro, essa articulação e coordenação das atividades de desenvolvimento do segmento terras-raras, incluindo aqui esse novo ator. Inclusive um que não é novo, mas extremamente importante: o Mdic. Hoje, inclusive, dentro da política do Brasil Maior, junto com MCTI e o MME nós, sem dúvida nenhuma, temos de retomar e fortalecer essas ações, pois muitas delas já tiveram início. Dentro do NCTI, como já foi dito, há uma participação mais ampla.

Gostaria de destacar as empresas mineradoras e consumidoras. São importantes os dois lados. Esse aspecto, onde pega a questão da CPRM. É o que a CPRM está fazendo. A CPRM participa, hoje, do Plano de Aceleração do Crescimento e as salas de situação da definição das áreas onde eles devem pesquisar são do MME, do Ministério de Minas e Energia. Então, isso que foi apresentado aqui é uma decisão do próprio Ministério. As salas de situação, a CPRM participa, mas é uma decisão de política governo, não é de órgão, mas da política de governo.

E, problemas de longo prazo na tecnologia mineral envolvendo esses setores.

Gostaria de destacar, Senador Luiz Henrique, de dizer – e aqui está só uma linha – que a Fundação Certi, da Universidade Federal de Santa Catarina, tem tido um papel fundamental em todo esse debate, em

toda essa discussão. Temos outras onde também se discutem esses aspectos do público e do privado. É necessário avançar, e muito, em alguns pontos da inovação. E projetos inovadores identificando oportunidades para produtos de alta tecnologia com a intensificação desse composto das terras-raras, entendendo que tem de ser uma articulação do governo – e governo pensando –, ministérios, academias, institutos e setor privado, seja produtor, seja consumidor.

Aí entra também um quadro que o Dr. Fernando Lins já apresentou, mas sem esse ponto que é fundamental. Há uma vontade do Ministro Edison Lobão, da Presidenta, de que isso se resolva. É a questão do novo marco regulatório da mineração para que a extração mineral não seja só como é no Código de 67, como prevê ele: produzir, produzir, produzir e produzir. Temos uma produção mineral que tem a ver, também, com a agregação de valor, com o adensamento de conhecimento. Próximo, por favor. Já é o último.

Esse projeto de lei o que tem a ver com a questão dos minerais estratégicos? Cria um Conselho Nacional de Política Mineral vinculado à Presidência, presidido pelo Ministro de Minas e Energia, composto por ministros e com atribuições, inclusive, para sugerir ações para os minerais estratégicos para o País. Isso se liga um pouco com esse segundo aqui. Mudanças nos procedimentos de outorga, com discricionaridade para minerais importantes para o País. Hoje está tudo no mesmo saco, tudo no mesmo saco. O Código de 67 trata todos os bens minerais igualmente. Há alguns regimes diferenciados que vão para as prefeituras e tal, mas no geral, alvará, as concessões são dadas de uma forma igual.

A ideia que esse conselho e, sem dúvida, o Senado aqui vai ter um papel fundamental na discussão desse marco regulatório, tem um papel fundamental na base do que estamos falando. Não adianta falar lá para cima se não se pensar no direito minerário, de onde está se extraindo, pesquisando e extraindo esse minério. Onde vamos ter um investimento mínimo na pesquisa mineral, pesquisa e lavra só para pessoa jurídica.

Talvez nem todo saiba, qualquer pessoa física brasileira pode ir ao DNPM e requerer, se fizer tudo direitinho ganha o alvará de pesquisa, ficar três anos, depois mais três anos, fizer tudo direitinho ganha a concessão de lavra para sempre. Hoje é assim. E uma parcela muito significativa no território se transforma em negociação de papel, de papel, de papel, uma negociação de papel e não de investimentos. E, esse contrato de concessão com prazo definido, como acontece nos principais países mineradores do mundo, tem muito a ver com essa discussão de que estamos falando aqui.

Próximo, por favor.

Antes do obrigado, só quero dizer o seguinte: gostaria de cumprimentar, mais uma vez, esta Comissão. Esta Comissão aqui é a Comissão certa para essa discussão. Nós temos esses bens minerais, nós já tivemos uma tecnologia, mas hoje é necessário realmente alguns inputs no sentido de como fortalecer os centros de pesquisa, centros acadêmicos. Estamos desenvolvendo essas questões, ver formas de como diferenciar empresários ou empresas que estejam com a disposição da produção do minério, mas entendendo que isso só vai conseguir acontecer se estiver numa cadeia inclusive do aproveitamento, senão vamos continuar produzindo muito minério e mandando para Formosa, para o Japão, sei lá para aonde. Não pode ser simplesmente isso. Acredito que essa Comissão aqui, ao chamar essa audiência, teve um papel extremamente importante nesse sentido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Dr. Cláudio Scliar. Foi muito bom que o senhor tenha terminado a sua exposição justamente falando da importância desse marco regulatório de tal maneira que o Senado da República se sinta incluído nessa discussão, porque a gente quer se colocar completamente à disposição da tecnologia e das pessoas que estão mais na linha de frente dessa discussão absolutamente estratégica para o Brasil.

Nesse sentido, eu quero fazer um cumprimento especial ao Senador Luiz Henrique, que é o grande responsável pela realização desta audiência pública. Ele foi o proponente número um desta audiência pública e que nos permitiu ter acesso a esse conteúdo excepcional, que é absolutamente necessário, importante e estratégico, que tem pouco espaço para reflexão em plano mais, digamos abrangente em termos de número de pessoas para ter conhecimento do que está acontecendo, da importância estratégica desses minerais de terras-raras para a tecnologia brasileira, principalmente para o Brasil não se tornar refém das circunstâncias no futuro.

Passo a palavra ao Senador Luiz Henrique, que foi o proponente desta audiência pública.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente Senador Aníbal Diniz, Srªs e Srs. Senadores, ilustres expositores cuja presença aqui e cujas exposições agradecemos.

Tivemos no Brasil uma situação não igual, não muito semelhante, mas semelhante a que vivemos a partir das décadas de 30, 40 e 50, quando principalmente na Europa e depois nos Estados Unidos se gerou conhecimento do domínio da energia nuclear. A partir daquele momento, quando as universidades

publicaram pesquisas fantásticas, quando surgiu o Grupo da Via Panisperma, chefiada por Enrico Fermi, quando, na Alemanha, se ressaltaram figuras como Otto Hahn, Einstein, Oppenheimer e tantos outros e quando os Estados Unidos decidiram, em função da guerra, criar o Projeto Manhattan, para desenvolver a bomba e, dessas pesquisas, resultou, efetivamente, a utilização da energia nuclear para a geração de energia elétrica, a partir daí, o Brasil se evidenciou como grande fornecedor de minerais radioativos. Lembro-me da luta que se exerceu no âmbito do Itamaraty, durante especificamente o Governo Vargas, para que o Brasil não exportasse esses materiais radioativos.

Aí surgiram duas figuras extraordinárias: a do Almirante Álvaro Alberto e a do ex-Ministro e ex-Deputado Renato Archer. Eles desencadearam uma luta fantástica, no sentido de que o Brasil adquirisse conhecimento na área nuclear e passasse a criar uma escala de desenvolvimento nuclear.

Há um fato fantástico que ocorreu neste País. O Almirante Álvaro Alberto teve de contrabandear centrífugas para fazer enriquecimento do urânio, porque essas centrífugas vieram da Alemanha. Depois da guerra, houve um veto à exportação dessas centrífugas para o Brasil.

Hoje, de certa forma, vivemos o mesmo drama. Temos, como disse o Dr. Cláudio Scliar, reservas bem conhecidas. Sabemos minerar, separar, os materiais de terras-raras, mas não transformamos essas *commodities* em produto de valor agregado. Aliás, é o drama que vive o Brasil hoje em geral: estamos baseando a nossa presença no comércio internacional pela exportação de *commodities* de minerais de produtos agrícolas de baixa transformação industrial.

Ora, o domínio de todo o processo – desde a mineração e separação até a produção – é o grande desafio do momento para o nosso País.

Por isso, saúdo um convênio recente que fez o Brasil com a Alemanha, que está sob o comando, aqui no Brasil, da Fundação Certi e, na Alemanha, da Fundação Frau Hoffer, para a construção de um laboratório fábrica que nos permita chegar à ousadia de produzir ímãs permanentes.

Ora, temos uma situação semelhante à da década de 40. Nesta década, o mundo desvendou a tecnologia nuclear, e agora vamos viver uma nova era industrial que demanda fundamentalmente incisivas de terras-raras. Há perspectivas de que até mesmo um secador de cabelo feminino vai demandar ímã de terras-raras. Não apenas o tomógrafo, o computador, o *Ipad*, o *Ipod*, o *Itouch*, não apenas produtos eletrônicos sofisticados, mas até mesmo produtos eletrônicos de intensivo uso doméstico vão demandar incisivas terras-raras.

Por isso, propus a realização dessa audiência, para que possamos, primeiro, chamar a atenção do País para a importância estratégica de uma decisão que temos de adotar, no sentido de transformar a *commodity* que temos em grande produção industrial, até porque a China parou de exportar. A demanda interna daquele país é tão crescente que a China está parando de exportar esses ímãs produzidos. Nesse sentido, perguntaria aos ilustres expositores, primeiramente, como veem esse convenio germano-brasileiro.

Aproveito para, a pedido do Senador Valdir Raupp, fazer algumas perguntas, que ele deixou aqui para que eu as fizesse. Primeiro, ele pergunta se existe depósito em Rondônia. Existe. Foi mostrado ali no mapa. Depois, ele pergunta qual a situação das pesquisas em Rondônia e se existe projeto – aqui ele não diz se é de mineração, de separação, ou de produção industrial – para Rondônia.

O Senador Raupp faz também as seguintes perguntas: levando-se em consideração que os minérios que contêm os elementos das terras usadas representam a base mineral de toda a cadeia reprodutiva, cuja ponta é o parque industrial, cujos produtos têm alto valor agregado, qual é o volume de recursos desses minerais no Brasil, para que se inicie um planejamento estratégico para o setor?

Isso, de certa forma, já foi objeto das exposições.

No caso desses recursos serem comparáveis aos da China, por exemplo, que medidas devem ser tomadas para implementar todos os elos da cadeia produtiva, desde a prospecção, mineração, produção dos metais e demais insumos de terras-raras no País?

No caso de, as empresas brasileiras conseguirem produzir excedentes desses insumos, o que deverá ser feito para aproveitamento desses bens estratégicos do País, para, consequentemente, sermos um grande *player* no mercado internacional de produtos de alta tecnologia, com base nos elementos de terras-raras?

Levando em consideração as normas existentes sobre mineração, o que pode ser feito pelo Poder Legislativo – aqui também já foi objeto da exposição do Dr. Scliar – para aprimorar a exploração desses minérios?

Recentemente, o Governo brasileiro informou que espera concluir até 2014 um mapa com as áreas de exploração desses minérios. Este projeto é liderado pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM). Assim, gostaria de perguntar qual é a situação atual desse projeto: se existem e quantos requerimentos já foram objeto da exposição, já foram deferidos para pesquisas de exploração de terras-raras?

Um dos obstáculos que pode ser levado em conta, quando se fala em exploração de terras-raras é a questão ambiental, já que a exploração desses ele-

mentos produz elementos radioativos. Como pode ser equacionada essa questão?

Agradeço aos Srs. Expositores.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – Srs. Expositores, pelo número de perguntas apresentadas pelos Senadores Luiz Henrique e Valdir Raupp, consideramos suprida a ausência de outros Senadores aqui na nossa audiência.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Fiz apenas uma pergunta. As outras são do Senador Valdir Raupp.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco/PT – CE) – Acredito que uns cinco minutos para cada expositor nessas respostas, começando pelo Sr. Alair Veras.

O SR. ALAIR VERAS – Acredito que, do ponto de vista industrial, a gente tenha algumas dificuldades para desenvolver no Brasil, para mexer com material nuclear e radioativo só a INB, e isso é da legislação. Isso dificulta muito o pessoal, a empresa privada, a entrar nesse setor.

Esse é um ponto importante a ser discutido nesse fórum. É importante também definir para o País uma política, no sentido de onde colocar os rejeitos radioativos. Não existe ainda uma definição disso, criando-nos uma grande dificuldade, no sentido de também trabalhar com esses produtos. Onde há terras-raras, normalmente há urânio, ou tório, associado.

Não podemos esquecer esse aspecto, porque é o que acho importante contribuir para esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco/PT – CE) – Obrigado, Sr. Alair Veras.

Agora, com a palavra o Sr. Francisco Valdir Silveira.

O SR. FRANCISCO VALDIR SILVEIRA – A minha contribuição é no sentido de responder à pergunta do Senador Valdir Raupp e de falar um pouco sobre o projeto de minerais estratégicos que temos até 2014, a que o Senador se referiu.

Quanto à Rondônia, no passado, a CPRM teve um projeto de terras-raras na região de Costa Marques. Devido à falta de interesses desses elementos no passado, ele foi abandonado. Agora, a gente deve retomar, além desse projeto da região de Costa Marques, uma área bastante promissora, vários alvos que foram detectados nos últimos trabalhos de mapeamento de outros projetos, ou seja, mapeamentos sistemáticos que a CPRM fez nos últimos 10 anos. Surgiram vários alvos que não foram verificados, porque não eles eram o objetivo daquele projeto.

Agora, com o início da avaliação dos minerais estratégicos no Brasil, criaram-se vários alvos de várias *commodities*.

Abro até um parêntese aqui para falar de minerais estratégicos. Ouço falar muito no Pré-Sal. Os Senadores e os Deputados discutem muito a respeito do Pré-Sal. Mas, por exemplo, não vejo as pessoas falando sobre o tungstênio, o diamante, e o Pré-Sal só vai existir, se houver o tungstênio e o diamante para a broca, caso contrário, ele não chega lá.

Quanto ao projeto, ele teve seu início em 2011 e, neste ano, avança no banco de dados do Serviço Geológico. Quem quiser acompanhar sobre o que o Brasil tem sobre a ocorrência de aterragens entra no banco de dados da CPRM, que pode ver isso de imediato.

O que estamos fazendo agora é avaliando os últimos resultados. Não estávamos fazendo visão para terras-raras e sim de projetos genéricos. Quando estávamos avaliando os novos dados geofísicos dos levantamentos feitos nos últimos 10 anos, a partir de 2004, surgem várias áreas do território brasileiro, com potencial para a ocorrência de rochas alcalinas e novos depósitos.

Quando avaliamos os nossos levantamentos geoquímicos de várias folhas mapeadas pelo País, que não olhávamos para minerais estratégicos de um modo geral, pois eles tinham um foco diferente, estamos chegando à conclusão de que temos vários alvos que voltar a checar.

Quanto a isso, temos o compromisso de verificar três áreas, principalmente dentro do programa do PAC, que seriam seis lagos, repartimento, e vários pequenos alvos pelo País. Então, há várias áreas. Além disso, devemos visitar Pitinga, no Amazonas, onde vamos verificar a possibilidade de existência de terras-raras. Também vamos visitar as áreas de estanho em Rondônia, para que vejamos quais teores de terras-raras há nesses depósitos, inclusive nos rejeitos das lavras que estão lá estocados.

Sabemos que, em algumas minas, há terras-raras, mas não sabemos quantificar.

Esse é o cenário atual.

Acredito que, até 2014, não se consiga tudo. Surgiram tantos resultados na área dos levantamentos geofísicos, dos novos levantamentos geológicos, sistemáticos, nos projetos temáticos do País, que não conseguiremos checar todos os alvos.

Era isso. Acho que respondi à pergunta do Senador.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – Com a palavra o Dr. Fernando Antonio Lins.

O SR. FERNANDO ANTONIO LINS – Há duas questões encaminhadas pelo Senador. Uma sobre a Fundação Alemanha e a outra, do Senador Raupp, quanto a medidas para desenvolver a cadeia produtiva.

Quanto à primeira, acho que a iniciativa muito importante, porque ela vai justamente na linha de capacitar o Brasil a produzir um dos produtos de alta tecnologia que são demandados na cadeia seguinte, como motores. A indústria eólica usa muitos motores. Portanto, isso é importante.

Há outros nichos também que devem ser objeto de análise, para ver se valem à pena, mas quanto mais estágios formos à frente, melhor. Além do imã, também produzir os motores eólicos, será bom para o Brasil - é a questão da industrialização.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) -.... veio da Argentina para o Brasil, no campo da geração de energia elólica, produz torres e os motores, já é cliente desse projeto.

O SR. FERNANDO ANTONIO LINS – Exatamente. Isso é um avanço e, certamente, haverá outras oportunidades, outros nichos dessa natureza que promovam uma produção mais agregada no País.

Acho que estamos ficando maduros. Nesses últimos dois anos, vários Ministérios estudaram essa questão, vários atores da academia, e chegou-se a um ponto de amadurecimento nessa questão.

Passando à pergunta do Senador Raupp, quanto a medidas para desenvolver a cadeia produtiva, em uma situação de mercado simples, é bom que cada um se vire, e vai ou não acontecer qualquer coisa. Um país que pretende ter, no futuro, uma importância maior, tem de ter uma visão estratégica. Essa é a minha visão, Senador. Acho que essa é a visão partilhada com todos os Ministérios. Em todas as reuniões das quais participei, coordenei, sobre esse tema, a maioria das pessoas pensa que o Brasil deve ter uma visão estratégica sobre esse assunto.

Então, como promover a produção do João Carlos - em breve - ou de outras empresas que pretendem entrar na produção mineral, como isso, podem avançar para separar os elementos terrários com segurança? É ilegal, aparentemente. Uma empresa privada não pode mexer em nada de terra nativa. Primeiro, tem de ser resolvida a parte legal. Não é? E como avançar na produção de produtos que realmente têm valor?

Para que o País assuma essa visão estratégica, tem de haver cooperação entre o Governo e a empresa privada, no sentido de ver qual o gargalo, o que está impedindo. Não se trata do trivial. Se cada um pensar só em si, então... O objetivo final seria o Brasil avançar nisso, para, daqui a vinte ou trinta anos, nossos filhos e netos olharem para trás e não digam: perdemos uma chance, mais uma, no século XXI, de sermos atores importantes. Poderemos ter perdido se não tivemos a preocupação com isso.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – Passo a palavra agora ao Sr. João Carlos Cavalcanti.

O SR. JOÃO CARLOS CAVALCANTI - Senador Luiz Henrique, o senhor falou de uma informação importante, quando falou sobre o programa nuclear brasileiro. Eu sou bastante favorável à energia nuclear, principalmente no Brasil. Os problemas que ocorreram no Japão, na Alemanha e em outros países foram em decorrência da instabilidade das crostas que envolvem a base onde foram construídas essas usinas. Foram provenientes de terremotos, de fenômenos de tectonismo, que nós, como geólogos, conseguimos... O Brasil é um país com uma grande estabilidade. O Brasil não tem nenhuma possibilidade de ter terremoto. Então, temos de voltar a pensar nas questões das usinas nucleares.

Hoje, temos um problema sério do quilowatt/hora por tonelada que está inviabilizando a produção de alumina ou do alumínio metálico. A Rio Tinto mesmo está com um projeto grande no Estado da Bahia, eu também estou com um e vamos ter de levar essa alumina, que é o produto intermediário entre o alumínio metálico e o minério primário, a bauxita, para Foz do Iguaçu, porque o quilowatt-hora lá, na região do Paraguai, está bem mais barato, três, quatro vezes menos. O mundo todo produz energia elétrica três, quatro vezes menos que o Brasil produz atualmente.

Nós temos condição de desenvolver um programa para a implantação de usinas nucleares, porque o Brasil tem realmente boas reservas e agora essas associadas às terras-raras, que são produtos radioativos que poderiam ser aplicados na indústria nuclear. Isso é um fato.

Nós temos de fortalecer – isto é uma sugestão minha, como empresário – os centros de tecnologia, como o Cetem. O Senado, o Governo brasileiro, o Ministério de Minas e Energia têm de dar um foco a esses centros de tecnologia que ficaram abandonados por longo tempo. O Governo brasileiro tem de fortalecer as entidades estatais que estão focadas nas atividades todas de prospecção e exploração mineral. Nós temos de preparar já – nós, o Ministério da Educação -, temos de começar a arriscar, a criar, a incentivar e a colocar dentro do currículo dos cursos de geologia de minas, de metalurgia, as disciplinas que envolvem a prospecção e a exploração mineral, Senador. Temos de fortalecer os centros de tecnologia. Isso é um papel que o Senado da República tem de tomar para si. Vocês são importantíssimos na direção das metas do País. Então, tem de se fortalecerem os centros de tecnologia; tem de se fortalecerem as entidades estatais que atuam na área da prospecção e exploração, como a

CPRM; temos de dar incentivo às universidades federais, às escolas de geologia, às escolas de minas, de metalurgia, de modo a preparar esses jovens para o que vem aí, porque não tem para onde correr. É uma coisa séria. A minha mulher está para me largar, por causa de um tal de Instagram, que aquilo ali tudo é de um *iPhone* e um *iPod* – eu brinco com ela. Se não tiverem esses elementos neodímios aí, o mundo vai parar – os trens-bala, os caças, os aviões. A energia eólica depende muito do neodímio – aquelas pás da circulação da energia eólica dependem do neodímio. Então, se não fortalecermos esses setores todos, vamos para o buraco, vamos perder a nossa caminhada. Assim, fortalecer os centros de tecnologia que têm aí, como o Cetem, fortalecer as entidades...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB -- SC) – Eu acho que, no Ciência sem Fronteiras, o Brasil tinha de fazer um programa destinado a capacitar jovens no exterior para essa produção tecnológica aqui.

O SR. JOÃO CARLOS CAVALCANTI – Claro. Correto. Não tenha dúvida. Treinamento na China, na Alemanha, em Mountain Pass, nos Estados Unidos, na Califórnia. Eu recebi ligação – para ver a importância dessas descobertas agora, recentemente, de neodímio – do pessoal do Pentágono, nos Estados Unidos. Recebi telefonema de Boston, de Nova York. O americano está preocupado com esse domínio chinês, com 97% da produção, principalmente do neodímio, que é o elemento químico que atingiu US300 mil a tonelada ou US$300 o quilo em menos de dois anos.

Outra coisa. A CPRM, Francisco, tem de mudar um pouco o foco, tem de rever os seus ambientes geológicos. Os minerais, os elementos todos, os metais não ocorrem à toa. Eu brinco sempre para fazer uma analogia. Eu moro em São Paulo. Em São Paulo, onde ficam os grandes bancos de investimento? Um ambiente favorável é a Brigadeiro Faria Lima.

Os minerais também têm ambiente geológico favorável. Então, a CPRM, Francisco, tem de rever seus estudos, seus ambientes geológicos. Eu estava conversando, aqui, com o Oscar. Nós temos de fugir – o menino da INB – do litoral. Não adianta querermos atacar as areias litorâneas, as monazitas da areia litorânea, porque vamos ter sérios problemas ambientais. E esse tipo de mineral hoje, que o Brasil produzia antigamente, a monazita, gera rejeito de minerais radioativos.

Se não houver um programa nuclear casado com isso, para a criação de novas usinas nucleares em locais bem... Não na costa. Nós temos de entrar, Francisco, mais para o continente. Temos de buscar outros ambientes geológicos. Eu fugiria dos ambientes litorâneos.

Nos começamos a prospectar e encontramos monazita. E já sabíamos que o litoral baiano, Alcobaça e outros, tinham monazita. Mas vou mexer em cordão litorâneo? Vou mexer com os ambientalistas, que já instalaram condomínios de luxo? Ia ter um problema sério. Fugimos para o continente.

Temos de sair do efeito e ir para a causa. Onde está a origem da monazita? Onde essa monazita está? Aí é um programa de geoquímica e de segmento de corrente a desenvolver, para chegarmos à fonte primária, Senador. E não ir atacar os cordões litorâneos maravilhosos que estão aí – Guarapari, o interior da Bahia, os deltas do Rio de Janeiro. Nós temos de fugir dos cordões litorâneos e ir para a fonte primária.

Nós identificamos em Jequié, Município baiano na região central do Estado da Bahia, as monazitas primárias, associadas a veio de quartzo, encravadas nos granulitos, zona de falha, mas há o problema de como dimensionar isso.

Eu fugi mais para dentro e fui buscar outro ambiente similar ao ambiente chinês, que é o ambiente das minas de Bayan Obo. Inclusive, esse mineral, o mineral minério, fluorita, não tem radioatividade. Essa é a vantagem de buscarmos as jazidas similares a Bayan Obo, que é a maior jazida em produção de terra rara no mundo, porque, no caso da questão ambiental, não há produto de terra rara.

É um trabalho, Senador, que tem de ser feito. Acho que esse é um trabalho para o qual tem de haver vontade política. Se o senhor, que está liderando, que começou, levar isso para frente, o Brasil vai agradecer. Se não houver vontade política, não sai. Se o Governo, através da Câmara dos Deputados, não aprovar, não der apoio a esse pessoal que está aqui, que luta, há 30 ou 40 anos, para viabilizar esse projeto, vamos perder tempo, ficar atrasados, porque a turma está acordada. Nós podemos ser o maior produto, realmente, de elementos de terra rara no mundo, se fizermos uma política.

E o subproduto, no caso, seria o urânio, para abastecermos as usinas nucleares bem localizadas.

Isso é o que tenho a dizer e a agradecer. A WMR está trabalhando com esse foco. Trabalhamos o que o mundo quer. Não adianta a CPRM ficar em busca de ouro, de diamantes, porque são minerais que são utilizados por uma classe AA, mas que não trazem riqueza para a nação. O que traz riqueza para a nação é minério de ferro, minério de alumínio, o cobre, o níquel e, agora, essa tecnologia de ponta, com a utilização dos minerais de terra rara.

Se não houver essa vontade política, nós não vamos a lugar nenhum. E que vocês possam dar o apoio a esse pessoal aqui, que são verdadeiros he-

róis, bandeirantes, que estão, há 20 ou 30 anos, trabalhando para isso.

Eu, como sou da iniciativa privada, vou buscar o apoio do Governo. Vou para cima. O Governo tem de fazer a parte dele, porque esses estudos dos ambientes geológicos... Há questões políticas. Tem-se de mudar um pouco a legislação naquilo que ela envolve o aproveitamento dos minerais radioativos.

O empresário descobre jazida com mineral radioativo e esconde – eu estava conversando –, não fala nada, porque não pode mexer, não pode trair, e aí impacta o desenvolvimento do País, Senador Luiz Henrique.

Mas espero que a reunião tenha sido muito boa. Vamos ver o que levamos, se isto aqui não vira pizza, não é? Não sei se vai virar.

Isso era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – Obrigado, Sr. João Carlos.

Agora, com a palavra, o Sr. Cláudio Scliar.

O SR. CLÁUDIO SCLIAR – Eu vou tentar ser bem sintético. Só há um aspecto: o Senador Luiz Henrique, mais uma vez, levanta uma questão que é, realmente, muito interessante – sem dúvida nenhuma, isso que o senhor conta da grande luta da questão.

O Programa Nuclear Brasileiro realmente existiu, mas é interessante que, em determinado momento da história – isso não precisa ser discutido agora, aqui; os nossos colegas do INB conhecem bem –, havia no Brasil um grupo do tório em Minas Gerais, que estava muito avançado – muito avançado para se aproveitar o tório, porque tório nós tínhamos muito, por causa da monazita.

Aí, até eu não me recordo exatamente de qual é esse debate, é um debate que vai se dar nos anos 1950, 1960, onde se escolhe, então, a tecnologia urânio. A Alemanha tinha isso e compra, então, todos os equipamentos nesse sentido, da Alemanha, e se acaba com o grupo de pesquisa do tório, que era no CDTN, aqui ao lado da UFMG, que é a minha universidade, onde fiquei muitos e muitos anos. Então, conheço muitas das pessoas que participaram ativamente desse drama da desarticulação desse grupo que tinha avançado tanto para o aproveitamento da energia nuclear através do tório.

Isso faz parte, um pouco, dessa discussão, que não é exatamente a daqui, mas que tem...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Essa desarticulação, eu procurei fazer um paralelo, e essa desarticulação também ocorreu em relação às terras-raras, não é?

O SR. CLÁUDIO SCLIAR – Sem dúvida.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Nós já estivemos lá na frente...

O SR. CLÁUDIO SCLIAR – É um retrato, é um retrato.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – ... e retrocedemos.

O SR. CLÁUDIO SCLIAR – Exato. Sem dúvida nenhuma. Eu acho que o senhor trouxe um exemplo perfeito para isso.

Aí, há alguns aspectos que eu gostaria de levantar. É o seguinte: primeiro, do ponto de vista do passo à frente, ou do passo a seguir das políticas, eu não sei se o senhor chegou a ver aquela... Está aí a apresentação onde nós, do Grupo de Trabalho Interministerial MME – MCT, tivemos um conjunto de ações que definimos – isso no final de 2010, quando entregamos o relatório –, que seria, por um lado, a CPRM se dedicar, João – é o que o Valdir, inclusive, levantou –, focando áreas com possibilidade de terras-raras. Não é mais... Dentro dos levantamentos geológicos amplos, gerais, reavaliar isso e focar as questões de terras-raras, procurando, mas entendendo bem: isso como uma contribuição para que isso venha a ser aproveitado.

Então, esse já foi um caminho.

Um outro caminho: teve o seminário, onde tem a previsão de um outro seminário, mas teve esse seminário reunindo o conjunto de parceiros, inclusive o pessoal do CERT e todos os outros diretamente interessados, as empresas, os consumidores. Foi no Rio de Janeiro, onde se debateu, se discutiu, mas discutindo e já procurando as ações de quem está investindo, quem está colocando dinheiro.

Esse convênio com a Alemanha, por exemplo, fez parte dessa discussão, como é que é, como é que não é.

Inclusive, digo-lhe e ao Senado, à Comissão, que o Dr. Fernando Lins saiu da Secretaria e eu convidei, e já aceitou – o nosso Ministro Lobão e o Ministro Raupp também já concordaram –, o Dr. Elzivir Guerra, que era também do MCT e que vem para o lugar do Fernando Lins, para a gente, exatamente, dar essa continuidade a essas ações, procurando unir o público, o governo, e o privado, procurando resolver isso que o senhor destacou muito bem. No seu texto, aqui, o senhor traz bem essas questões.

Realmente, o Brasil já teve e não tem mais, e é um momento que é diferente dos anos 1950, do ponto de vista da nossa conjuntura. Nós temos as condições de dar passos à frente. Temos as condições. Hoje, nós temos as condições e eu não tenho dúvida de que vamos conseguir.

Terminando, nós tivemos um exemplo, que não está diretamente ligado a esse, disso que o Fernando

Lins levantou, da questão de, muitas vezes, as terras-raras estarem junto com os minerais radioativos.

Nós temos, agora, e está lá em Itataia, Ceará, a empresa Galvani se instalando para a produção de fosfato numa mina de urânio. A próxima mina de urânio do Brasil, depois de Caetité, é Iatataia, no Ceará, Município de Santa Quitéria. Mas o código vigente, atual, não ajuda nisso. É muito difícil se conseguir fazer essa articulação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – Senador Luiz, gostaria de fazer considerações finais?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Não, só para agradecer a contribuição valiosa que cada um dos srs. expositores nos deu e vou propor à Comissão que criemos uma Subcomissão para apropriar essas contribuições, inclusive de seminário, para que possamos fazer uma nova legislação ordenadora, um novo marco regulador de todo esse processo das ZTEs.

É isso. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Luiz Henrique.

Sr. Alair Veras, gostaria de fazer consideração final?

O SR. ALAIR VERAS – A INB agradece este convite. Há uma série de perguntas no ar que a gente acaba não respondendo pelo tempo, mas continuamos à disposição para qualquer coisa que precisar. A INB está sempre à disposição para poder participar e ajudar em qualquer trabalho neste desenvolvimento.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – Sr. Francisco Valdir, gostaria de fazer suas considerações finais?

O SR. FRANCISCO VALDIR – Quero também agradecer o convite e deixar aqui que o Sr. Presidente da CPRM se dispõe a qualquer solicitação que for nesse sentido, ele está disposto a contribuir e agradecer a atenção de todos.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – Sr. Fernando Antônio Lins.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FREITAS LINS – Eu queria agradecer a oportunidade, representando o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, que tem também, Senadores, as probabilidades de incetivar não só o Cetem, que é um instituto do MCTI, mas departamentos universitários e outros institutos como UPT, Santa Catarina, etc., para que essa questão terras-raras tenha um programa de médio e longo prazo de pesquisa aplicada, porque, se não, não vai resultar uma produção consistente lá na frente.

Então, acho que esse é um tema para garantir que o Senado poderia se preocupar que levasse até, o MCTI está consciente disso, mas é bom que trabalhem em acordo, que essa questão de apoio à pesquisa e desenvolvimento em relação à questão terras-raras, se ela sendo escolhida, então, uma linha estratégica para o País deve ser perseguida.

Essa era a minha palavra final.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – Sr. João Carlos Cavalcanti, gostaria de fazer considerações finais?

O SR. JOÃO CARLOS CAVALCANTI – Eu queria agradecer mais uma vez esta oportunidade de estar aqui e esperar, como falei aqui, que a gente, Senadores Valdir Raupp e Luiz, continue a levar essa ideia para a frente, até fazer uma Comissão quase que permanente para que a gente possa não parar, e isso aqui não ficar um simples encontro de manhã entre profissionais, políticos e Senadores importantes.

É impossível, Raupp e Luiz Henrique, que a gente continue esse trabalho, se não vamos perder a... E incentivar o Ministério da Educação a desenvolver as escolas de geologia, mineração em todo o País, colocar esses estudantes jovens que estão chegando no mercado para entender, porque para falar o que é terra rara, o cara não sabe nem o que é, né, e metodologia de prospecção e, principalmente, tecnologia de extração. Aí é uma papel do Cetem, da Secretaria de Metalurgia.

Mas acho que a reunião foi muito válida, a sua comparação das terras-raras em relação ao programa nuclear anterior, que perdemos uma vez, não podemos perder agora a vez das terras-raras.

É só isso que tenho para falar e agradecer a vocês todos.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – Sr. Cláudio Scliar.

O SR. CLÁUDIO SCLIAR – Eu gostaria também de agradecer o convite que, num primeiro momento foi, inclusive, feito ao Dr. Márcio Zimmerman, Secretário-Executivo, que está no exterior, por isso, não pôde vir, mas agradeço também, em nome do próprio Ministro Edison Lobão, e dizer que nos colocamos inteiramente à disposição dessa que, provavelmente, vai ser criada, essa Subcomissão, como o senhor levantou, para qualquer informação que desejar.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – Muito obrigado!

Está presente aqui, também, o Senador Valdir Raupp, um dos proponentes desta audiência pública, que, em razão dessas conflituosas agendas das Co-

missões, ele acabou não podendo participar integralmente do debate.

Por favor, Senador Valdir Raupp.

V. Exª tem a palavra.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Senador Anibal Diniz, Srs. convidados, palestrantes, gostaria de agradecer inicialmente o Senador Luiz Henrique porque aguentou firme aqui o tempo todo e peço desculpas, pois tive que sair para resolver um tema raro, não é terra rara, transposição dos servidores de Rondônia na Advocacia Geral da União.

E falo que é um tema raro porque estamos há quatro anos nos debatendo com o benefício que Rondônia já deveria ter recebido. Na Constituição de 1988, os servidores dos ex-Territórios do Amapá e Roraima entraram nessa chamada transposição, e agora 23 anos depois é que Rondônia está entrando, por meio de um projeto aprovado no Senado, sancionado pelo Presidente Lula. No entanto, sempre falta um papel. Agora, está faltando a chamada instrução normativa que a Ministra Miriam Belchior tem que assinar, mas precisa de um parecer da Advocacia Geral da União. E o parecer vem se arrastando já há algum tempo, porque tem que comprovar isso e aquilo. Assim, tive que levar mais uma leva de documentos do Estado para comprovar...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – O problema deste País é a burrocracia.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Já fiz um pronunciamento sobre terras-raras na semana passada, mas, nesta semana, falei sobre a burocracia, o que o Senador Luiz Henrique está falando agora. Realmente, a nossa burocracia está muito grande.

Mas esse tema que foi debatido aqui hoje é da mais alta importância. A contribuição que os senhores deram também é muito importante. Penso que é um tema que não devemos deixar esfriar. O Brasil não está explorando 40% das potencialidades minerais que tem. Então, esse é um tema que devemos continuar avançando e o Brasil, que precisa desse material, talvez hoje esteja importando quase 100%, quando poderia ter o suficiente para o seu consumo interno e ainda exportar. Há o exemplo da China que está segurando, deixando muitos países na mão, sem o material, sem o produto, porque está consumindo quase tudo o que produz e o preço está indo para as alturas.

Então, quero agradecer o Presidente Anibal e a todos os convidados e me colocar à disposição. O Senado Federal está imbuído nesse propósito de ajudar o nosso País, pois queremos o bem do nosso País e do povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Senador Valdir Raupp. Muito obrigado a cada um dos expositores.

Não havendo mais oradores inscritos, declaramos encerrada a presente audiência pública.

(Iniciada às 09 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 05 minutos.)

PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	**R$ 58,00**
Porte do Correio	**R$ 488,40**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	**R$ 546,40**

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	**R$ 116,00**
Porte do Correio	**R$ 976,80**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	**R$ 1.092,80**

.

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	**R$ 0,50**
Porte Avulso	**R$ 3,70**

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	**GESTÃO - 00001**

EMISSÃO DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	**GESTÃO - 00001**	**COD. – 70815-1**

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União - GRU, que poderá ser retirada no SITE: http://www.tesouro.fazenda.gov.br código de recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020054/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.**

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSÃO DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053** Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF

CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 336 páginas

(OS: 12039/2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL